

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SOBRE AS AMÉRICAS (CEPPAC)**

**BRASIL E CHILE
RIQUEZAS E POBREZAS**

Autor: Jales Dantas da Costa

Orientador: Benício Viero Schmidt

Brasília, 28 de fevereiro de 2014

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. (Adam Smith)

(...) uma riqueza nunca vista passou a ser a companheira inseparável de uma pobreza nunca vista. Os estudiosos proclamavam, em uníssono, a descoberta de uma nova ciência que colocava além de qualquer dúvida as leis que governavam o mundo dos homens. Em obediência a essas leis, a compaixão não habitava mais os corações e a determinação estóica de renunciar à solidariedade humana, em nome da maior felicidade para um número maior de pessoas, adquiriu a dignidade de uma religião secular. O mecanismo do mercado defendia seus direitos e reivindicava seu acabamento: o trabalho humano teve de transformar-se em mercadoria. O pauperismo reacionário tentara em vão resistir a essa necessidade. Fugindo aos horrores da Spennhamland, os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado. (Karl Polanyi)

(...) quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva de capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (Karl Marx).

(...) pulsa a história viva, que rejeita o presente e o passado, porque os seres humanos não nasceram para viver em cativeiro, mesmo que a gaiola ou os grilhões sejam feitos de ouro e diamantes. (...) Os heróis se pavoneiam em seus palácios, dissipando a riqueza do povo. Os humildes forjam o Brasil que sobreviverá e entrará no século XXI ainda como uma “nação do futuro”. (Florestan Fernandes)

(...) no se detienen los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza. La historia es nuestra y la hacen los pueblos. (...) Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor. Viva Chile! Viva el pueblo! Vivan los trabajadores! (Salvador Allende)

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas.....	página 05
Lista de figuras.....	página 08
Lista de quadros.....	página 10
Lista de tabelas.....	página 11
Mapa da América do Sul.....	página 12
Resumo.....	página 13
<i>Resumen</i>.....	página 14
<i>Abstract</i>.....	página 15
Apresentação.....	página 16
Introdução.....	página 19
Riqueza e pobreza das nações e das classes em Smith, Polanyi e Marx.....	página 41
A riqueza das nações em Adam Smith.....	página 43
Ascensão e queda da economia de mercado em Karl Polanyi.....	página 56
A lei geral da acumulação capitalista e o pauperismo em Karl Marx.....	página 70
Marx e Engels: o trabalhismo e a política.....	página 83
Riquezas e pobrezas no Brasil e no Chile: das Conquistas às Repúblicas...	página 89
Das Conquistas às Independências.....	página 90
Das Independências às Repúblicas Parlamentarista e Velha.....	página 103

Riquezas e pobreza no Brasil e no Chile: das industrializações às ditaduras.....	página 123
Durante as industrializações por “substituição de importações”.....	página 123
Revolução e contrarrevolução no Chile (1970-1973).....	página 152
Durante as ditaduras.....	página 166
Riquezas e pobreza no Chile Actual.....	página 194
Durante os governos da <i>Concertación de Partidos por la Democracia</i>	página 194
Durante o governo de Sebastián Piñera.....	página 218
Crescimento com equidade e superação da pobreza: mito ou realidade?.....	página 227
Limites da política social na superação da pobreza e das desigualdades.....	página 240
Riquezas e pobreza no Brasil Atual.....	página 249
Durante os primeiros governos da “Nova República”.....	página 250
Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).....	página 260
Durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014).....	página 273
Um sonho perdido diante do avanço da social-democratização capitalista?.....	página 279
Utopia viável? Política social-democrática, resultados e desafios.....	página 287
Utopia desfeita? Perdas e ganhos conjunturais.....	página 293
Conclusão.....	página 313
Referências.....	página 323
Sites consultados.....	página 333
Anexos.....	página 335

Lista de abreviaturas e siglas

AD	Aliança Democrática
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
APS	Área de Propriedade Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BACEN	Banco Central do Brasil
BC	<i>Banco Central de Chile</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASEN	<i>Encuesta de Caracterización Socioeconómica</i>
CEPAL	Comissão para a América Latina e o Caribe
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CORFO	Corporação de Fomento da Produção
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTCH	Confederação dos Trabalhadores do Chile
CT	Carga Tributária Total
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CUT-Ch	Central Única dos Trabalhadores do Chile
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRAP	Frente de Ação Popular
GPS	Gasto Público Social
GPT	Gasto Público Total
ID	<i>Impuestos Directos</i>
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
II	<i>Impuestos Indirectos</i>

IPC	<i>Índice de Precios al Consumidor</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVA	Imposto de Valor Agregado
JAPs	<i>Juntas de Abastecimientos y Precios</i>
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MAPU	Movimento de Ação Popular Unitária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDP	Movimento Democrático Popular
MDS	Mistério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIDEPLAN	<i>Ministerio de Planificación y Cooperación</i>
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MUN	<i>Movimiento de Unión Nacional</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCC	Partido Comunista do Chile
PDC	Partido Democrata-Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PN	<i>Partido Nacional</i>
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Popular
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPC	Poder de Paridade de Compra
PPD	<i>Partido Socialista de Chile</i>

PRSD	<i>Partido Radical socialdemócrata</i>
PS	<i>Partido Socialista de Chile</i>
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	<i>Partido Social Democrata</i>
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RN	<i>Renovación Nacional</i>
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
TCL	Tratados de Livre Comércio
UDI	<i>Unión Demócrata Independiente</i>
UDN	União Democrática Nacional
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UP	Unidade Popular

Lista de figuras

Figura 1. Mapa da América do Sul.....	p.12
Figura 2. Taxas globais de crescimento, anualmente e por décadas (1961-2003).....	p.335
Figura 3. Proporção da população com renda inferior a \$1,25 por dia, 1990, 1999, 2005 (em %).....	p.336
Figura 4. Variação do número de pobres em regiões no mundo e por período de tempo (em %).....	p.337
Figura 5. Evolução da distribuição do número de pobres no mundo (total = 100%).....	p.338
Figura 6. Pessoas vivendo com menos de \$1,00 por dia na China, 1990-2005 (em %).....	p.339
Figura 7. Incidência da pobreza rural na China, 1978-2007.....	p.340
Figura 8. <i>América Latina: evolución de la pobreza e de la indigencia, 1980-2013 (en porcentajes y millones de personas)</i>	p.341
Figura 9. Brasil: população total e população sobrevivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia (em milhões), 1990-2008.....	p.344
Figura 10. <i>Chile: PIB potencial y efectivo, 1990-2007 (escala logarítmica, 1996=100)</i>	p.345
Figura 11. <i>Chile: gasto público social, 1990-2009 (en porcentajes del PIB)</i>	p.349
Figura 12. <i>Chile: gasto público social, 1990-2009 (en porcentajes del gasto público total)</i>	p.349
Figura 13. <i>América Latina y el Caribe (21 países): evolución del Gasto Público Social, 1991-1992 a 2009-2010 (en % del PIB)</i>	p.350
Figura 14. <i>América Latina y el Caribe (21 países): evolución del Gasto Público Social per capita, 1991-1992 a 2009-2010 (en dólares de 2005)</i>	p.350
Figura 15. <i>América Latina y el Caribe (21 países): evolución del Gasto Público Social por sectores, 2009-2010 (en % del PIB)</i>	p.351
Figura 16. <i>América Latina y el Caribe (21 países): evolución y participación del Gasto Público Social en el Gasto Público Total, 1991-1992 a 2009-2010 (en % del PIB y del Gasto Público Total)</i>	p.351
Figura 17. <i>Coefficiente de concentración del gasto social</i>	p.352

Figura 18. <i>Carga tributária del gobierno general (en porcentaje del PIB), 1987-2006</i>	p.353
Figura 19. <i>Estructuras impositivas de Chile, Brasil y Otros, 2010</i>	p.355
Figura 20. <i>Estructuras impositivas de Argentina, Brasil, Chile y Colombia, 1990-2010</i>	p.355
Figura 21. <i>Deuda pública bruta total del sector público no financiero (en porcentajes del PIB) en 18 países de la América Latina y el Caribe, 1990, 2000, 2010</i>	p.356
Figura 22. Brasil: índice de exclusão social.....	p.359
Figura 23. Brasil: trajetória do gasto social federal, 1995 a 2009 (em % do PIB e em R\$ bilhões constantes de dez/2010).....	p.361
Figura 24. Brasil: Taxas de crescimento real do gasto social federal e do PIB, 1995 a 2009.....	p.361
Figura 25. Brasil: composição do gasto social federal por área de atuação, 1995, 2000, 2005, 2009.....	p.362
Figura 26. Brasil: DLSP (anualizado e valorizado pelo IGP-M) (em % do PIB).....	p.363
Figura 27. Brasil: Superávit primário do setor público, excluindo a Petrobrás (em % do PIB, anualizado e valorizado pelo IGP-M).....	p.363

Lista de quadros

Quadro 1. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 1990-2000 (em %)	p.205
Quadro 2. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 2000-2008 (em %)	p.211
Quadro 3. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 2007-2010 (em %)	p.217
Quadro 4. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 2010-2013 (em %)	p.222
Quadro 5. Chile: evolução da distribuição de renda autônoma segundo o decil <i>per capita</i> domiciliar, 1990-2011 (em %)	p.229
Quadro 6. Chile: evolução da distribuição das rendas autônomas, 1990-2011	p.231
Quadro 7. Chile: evolução da pobreza por zona, 1987-2011 (% População)	p.237
Quadro 8. Chile: situação da pobreza e da pobreza extrema por região (2011)	p.238-239
Quadro 9. Chile: Gasto Público Social, Gastos em Seguridade Social, Educação, Saúde e Habitação, 1990-2011 (% do PIB)	p.240
Quadro 10. Chile: evolução da distribuição de rendas monetárias 1990-2011	p.244
Quadro 11. Chile: composição das tributações do Governo Central (% do PIB e proporções de tributos diretos e indiretos), anos selecionados	p.246
Quadro 12. Economia Brasileira: síntese de indicadores macroeconômicos 1995-2002 (médias anuais por período)	p. 289

Lista de tabelas

Tabela 1. Crescimento do PIB: o mundo e as principais regiões, 1950-2030.....	p.335
Tabela 2. <i>América Latina (18 países): personas en situación de pobreza y de indigencia, alrededor de 2005, 2011 e 2012 (em porcentajes)</i>	p.342
Tabela 3. <i>Evolución de la pobreza y indigencia en el Chile, 1990-2006 (en porcentaje de la población)</i>	p.343
Tabela 4. <i>Chile: composición de las exportaciones en 2012 (US\$ mil millones)</i>	p.346
Tabela 5. <i>Chile: composición de las importaciones en 2012 (US\$ mil millones)</i>	p.346
Tabela 6. <i>Evolución de la línea de pobreza en Chile, 1990-2011</i>	p.348
Tabela 7. <i>Chile: recaudación tributaria, 1999-2006 (en miles millones de pesos de cada año)</i>	p.353
Tabela 8. <i>América Latina y el Caribe: deuda pública del sector público no financiero (en porcentajes del PIB)</i>	p.357
Tabela 9. <i>Pasivos y activos del gobierno central de Chile (en % del PIB)</i>	p.358
Tabela 10. Brasil: trajetória do gasto social federal, 1995 a 2009, por área de atuação.....	p.360
Tabela 11. Composição das receitas tributárias das administrações públicas em países selecionados da América Latina e na OCDE, 1995 e 2005 (em % das receitas tributárias totais).....	p.363

Figura 1. Mapa da América do Sul



Resumo

Esta tese descreve e explica comparativamente os processos de produção e reprodução das riquezas e pobreza no Brasil e no Chile, desde suas conquistas até a atualidade. Em outros termos, trata dos “problemas” das produções e reproduções das riquezas/pobrezas (econômicas e políticas) do Brasil e do Chile, de suas gentes, desde o seu embrião até a atualidade, e assim lança luzes sobre permanências e mobilidades do topo até as bases das pirâmides sociais brasileira e chilena no longuíssimo prazo. Para tanto, se vale de profundos e amplos alvos cognitivos das ciências sociais em geral e da sociologia em particular, bem como de uma multiplicidade de dados estatísticos. Em suma, trata-se de um trabalho que se apresenta mais com um degrau no encadeamento de explicações generalizadoras das riquezas e pobreza no Brasil e no Chile, de forma específica e comparada, e menos como uma forma de conhecimento empírico-indutivo de múltiplas realidades sociais nessas duas nações em construção.

Palavras chaves: Brasil; Chile; Riquezas; Pobrezas

Resumen

En esta tesis se describen, se explican y comparan los procesos de producción y reproducción de la riqueza y de la pobreza en Brasil y Chile, a partir de sus conquistas hasta la actualidad. En otras palabras, trata de los "problemas" asociados a la producción y reproducción de la riqueza/pobreza (económica y política) de Brasil y Chile, de sus habitantes, desde el momento de su origen hasta hoy. De esta manera, revela los vestigios de la permanencia y movilidad de las clases sociales altas y de las bases de la pirámide social en el largo plazo. Para ello, se basa en profundos y amplios objetivos cognitivos de las ciencias sociales en general y de la sociología en particular, así como de múltiples datos estadísticos. En definitiva, se trata de un trabajo que se presenta más como un paso en la cadena de las explicaciones generalizadoras de la riqueza y pobreza en Brasil y Chile, de una forma específica y comparada, que de una forma de conocimiento empírico-inductivo de múltiples realidades sociales en esas dos naciones en construcción.

Palavras claves: Brasil; Chile; Riquezas; Pobrezas

Abstract

This thesis describes and explains comparatively the processes of production and reproduction of wealth and poverty in Brazil and Chile, starting at their conquests until present time. In other words, this thesis works on the "problems" of production and reproduction of wealth/poverty (economic and political) in Brazil and Chile, on the people of these countries, since embryo until today, and this way it sheds light on the continuities and mobilities from the top until the foundation of the Brazilian and Chilean social pyramids in the very long term. To do so, it relies on deep and broad cognitive targets of social sciences in general and sociology in particular, as well as on a great number of statistical data. To sum it up, this work itends to appear more like a step on the path of linking generalizing explanations of wealth and poverty in Brazil and Chile, in specific and compared ways, than as a form of empirical-inductive knowledge of multiple social realities in these two nations in construction.

Key words: Brazil; Chile; Wealth; Poverty

Apresentação

Esta tese começou (2009) como um anteprojeto voltado ao estudo da “Pobreza e desigualdade de renda nos países do Mercosul em perspectiva histórico-mundial”. Posteriormente (2012) tomou corpo num projeto de qualificação destinado a estudar as “Políticas públicas de combate à pobreza no Brasil e no Chile: uma análise comparada de suas finanças públicas federais”, e acabou (2014) como uma tese sobre “Brasil e Chile: riquezas e pobreza”. É certo que há continuidades entre esses estudos, mas também um conjunto de rupturas. A preocupação com a temática da pobreza esteve presente do começo ao fim, e foi insistentemente orientada por uma “visão mais global”, e sempre buscando explicações coerentes quanto à dinâmica do fenômeno da pobreza que há séculos acompanha não só o Brasil e o Chile, mas parte da humanidade. Em 1978 Milton Santos dizia que “aqueles que desejam orientar-se para uma visão mais global do fenômeno da pobreza, com frequência se sentem impotentes e se desiludem”, mas que “isso não significa que deixem de procurar explicações coerentes dentro da dinâmica das condições atuais, solidamente apoiados no movimento mais geral da História”, e que “sem esse esforço seria impossível discernir as verdadeiras causas da pobreza e procurar remediá-las” (2009, p.21-22). Enfatizo tal afirmação porque ela bem sintetiza minhas aspirações e o que vivi ao longo de toda a elaboração desse trabalho.

A “visão mais global” foi inicialmente tentada a partir dos escritos de Fernand Braudel e da perspectiva dos sistemas-mundo, abordagem essa que orientou boa parte de minha formação¹. Mas tal perspectiva não se encontra presente nessa tese. O principal motivo foram às sugestões (quando da qualificação) dos professores Benício Viero Schmidt, Pedro Antônio Vieira e Evilásio Salvador para incorporar na tese alguns capítulos fundamentais de Karl Marx ou Karl Polanyi. Essa deveria ser (como de fato foi) a base teórica fundamental. Por minha conta e risco comecei incorporando *A riqueza das nações* de Adam Smith, precisamente porque a essa altura (2012) me pareceu claro que não mais podia dissociar e fragmentar a díade riqueza-pobreza, focando em apenas um dos lados. Pareceu-me claro que assim procedendo

¹ Na graduação escrevi uma monografia intitulada “Uma análise da criação do mundo moderno à luz da origem e funcionamento da economia-mundo européia (1150-1640): um debate entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein”. No mestrado escrevi uma dissertação intitulada “Crise da hegemonia ou novo império norte-americano? um confronto entre a economia política dos sistemas-mundo e a nova economia política do sistema mundial”. Ambos os trabalhos foram orientados pelo professor Pedro Antônio Vieira, que dirige o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (<http://www.gpepsm.ufsc.br>) do qual faço parte.

enfraquecemos nossa compreensão das realidades sociais. Ademais, como falar de riqueza das nações sem uma revisão mínima da obra de Adam Smith? Como falar de pobreza das nações sem recorrer a genialidade do estudo sobre a ascensão e queda da economia de mercado de Karl Polanyi? E mais, como desconsiderar a lei geral da acumulação de capital e o pauperismo em Marx? O difícil não foi só sistematizar esses trabalhos monumentais. Coube a tarefa de aproveitá-los para fins de interpretarmos comparativamente as riquezas e pobreza no Brasil e no Chile.

Foi no avançar do trabalho que também me pareceu pertinente falar em riquezas e pobreza no plural e não mais no singular. É inegável que as riquezas/pobrezas são de fato múltiplas. Tratei-as nessa tese nas suas dimensões econômicas e políticas. A dimensão econômica é a da afluência, das desigualdades e das carências materiais. Já a dimensão política relaciona-se com a democracia e com a emancipação social. Daí a dificuldade de ter muito o quê dizer, e como se isso não bastasse havia a necessidade de envolver comparativamente no mínimo dois países das Américas. Essa foi e é uma exigência do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) para fins de doutoramento em Ciências Sociais. Pelo título desta tese está claro que o Brasil e o Chile foram os dois países da América escolhidos. O porquê da escolha de escrever sobre o Brasil não requer muita imaginação tendo em conta que sou brasileiro e vivo no Brasil. Estudar o Chile foi uma sugestão do professor Benício que felizmente aceitei.²

Registro aqui meus agradecimentos ao aceite do professor Benício em orientar-me durante mais de três anos e conceder-me enorme liberdade na elaboração dessa tese. Agradeço também as muitas considerações dos professores partícipes da qualificação e defesa desse trabalho, aos já citados Pedro Antônio Vieira (ECO/RI/UFSC) e Evilásio Salvador (PPGPS/SER/UnB), e aos professores Antônio José Brussi (IPOL/UnB), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novión (CEPPAC) e Camilo Negri (CEPPAC). Diretamente e indiretamente também contribuíram nessa tese, e em minha formação nessa fase de doutoramento, os professores Aldo Paviani (GEO/UnB), Camilo Negri, Cristhian Teófilo da Silva (CEPPAC), Flávia Lessa de Barros (CEPPAC), Henrique Carlos de Castro (CEPPAC), Lúcio Remuzat Rennó Jr. (CEPPAC), Mariza Veloso Motta Santos (SOL/UnB), Simone Rodrigues Pinto (CEPPAC) e Sônia Ranincheski

² Inicialmente cogitei escrever sobre a pobreza no Brasil e na China. Cheguei inclusive a escrever um breve texto sobre a “Pobreza na China” (ver: http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/pobreza_na_china.pdf), mas não pude levar adiante essa intenção tendo em conta os propósitos do CEPPAC. Incluir a China já seria uma aventura, que teria que ser conciliada com o desafio de conjuga-la com o estudo de outros dois países das Américas.

(CEPPAC), e os muitos colegas de turma. Samya Campana, então doutoranda na UFSC, não só leu e comentou o item que escrevi sobre A lei geral da acumulação capitalista e o pauperismo em Karl Marx, como se dispôs a me ajudar no que pudesse num momento difícil de elaboração. Cabe ressaltar que ao longo de quase cinco anos como aluno sempre recebi o apoio imediato dos funcionários do CEPPAC, em especial da Jacinta Fontenele Cavalcante, Secretária do Programa de Pós-Graduação.

Também registro o grande incentivo que recebi de muitos colegas de trabalho na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dificilmente poderia conciliar as atividades estudantis com as tarefas que me foram delegadas na SESAN se não pudesse contar com a compressão do grupo de pessoas com que tive a felicidade de trabalhar entre os idos de abril de 2009 e maio de 2013. Assim como contei com importante apoio de meus colegas de trabalho no Departamento de Relações Internacionais da UFPB entre maio de 2013 e os dias que se seguem.

Ademais, foi fundamental todo o apoio emocional de meus familiares mais próximos e mesmo distantes, em especial de minha mãe Maria Cristina Dantas da Costa, meu pai Jovanir Santos da Costa, meu irmão Jairo Dantas da Costa e meu tio Josef Santos da Costa. O mesmo posso dizer de minha noiva Marcela Duarte D'alessandro (que certamente foi quem mais me acompanhou durante a fase crucial de elaboração do texto escrito) e de seus familiares. Meus amigos de Brasília e de outras localidades também acompanharam e me apoiaram nessa tarefa e em minhas escolhas. Sem toda essa base tudo seria ainda mais difícil. O que me moveu para fazer o que fiz foi à vontade de poder viver como professor e pesquisador, com o fito de compreender o real, do passado longínquo ao que pode vir a ser no futuro, em minha terra natal e mais além.

Introdução

A mensuração da riqueza das nações é usualmente dada pela variação da produção total de suas economias. De acordo com o economista britânico Angus Maddison, que passou a vida recolhendo dados sobre a história da acumulação de capital, a produção total de bens e serviços na economia capitalista mundial valia em 1820 cerca de 694 bilhões de dólares (em dólares constantes de 1990). Por volta de 1913 subiu para 2,7 trilhões de dólares. Em 1950 alcançou 5,3 trilhões de dólares, em 1973 cerca de 16 trilhões de dólares, e em 2003 estava em quase 41 trilhões de dólares. O Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial de 2009 a coloca (em dólares constantes) em 56,2 trilhões de dólares, e numa projeção futura em um pouco mais de 96 trilhões de dólares no ano de 2030. Segundo David Harvey (2008), ao longo da história do capitalismo à taxa composta de crescimento real foi de cerca de 2,25% ao ano, sendo negativa em 1930 e mais do que o dobro de sua média histórica, cerca de 5%, no período entre os anos de 1945 a 1973. Nos anos sessenta, as taxas globais de crescimento ainda seguiram mais de um ponto percentual superiores a média histórica.

Mas no decorrer da conturbada década de 1970 caíram para apenas 2,4%. E desde então que as taxas subsequentes de crescimento foram de 1,4% e 1,1% nos anos 1980 e 1990, e uma taxa que mal alcança 1% a partir do novo milênio.³

As projeções da revista *The Economist* são mais otimistas para o ano de 2014. Elas variam de um Produto Interno Bruto (PIB) de 5,7% para a Ásia (excluindo Japão), 5,2% para a África Subsaariana, 4% para o Oriente Médio/Norte da África, 3,3% para a América Latina (2,5% para o Brasil e 4,9% para o Chile), 3% para a Europa do Leste, 2,5% para a América do Norte, 1,7% para o Japão até modestos 1,1% para a Europa Ocidental.

Quanto ao desempenho do PIB nas grandes regiões do mundo, e durante o longo período que se estende da segunda metade do século XX até projeções futuras para as três primeiras décadas do novo milênio, podemos dizer com Harvey que o “mundo rico” (Europa Ocidental, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Japão) em relação ao “resto do mundo” (Europa Oriental, Rússia, outros países da antiga URSS, América Latina, China, Índia, outros países da Ásia e África) abocanhou a maior parte da riqueza durante toda a segunda metade do século XX. No entanto, a tendência desta

³ Ver: Harvey, 2008, p.166; 2012, p.30. Ver também o Anexo I.

proporção foi de aproximação entre esses “mundos” durante esse meio século, e poderá até o “resto do mundo” ultrapassar o “mundo rico” no decorrer do que nos resta das três primeiras décadas do século XXI, sobretudo por conta do dinamismo chinês, ainda que não só. Na comparação entre as regiões classificadas no “resto do mundo”, a América Latina foi àquela que se saiu “melhor” durante os últimos cinquenta anos do século XX, e, excetuando a China, a Índia e outros países da Ásia, possivelmente será aquela que “melhor” se sairá no decorrer dos trinta primeiros anos deste milênio, com uma taxa média de crescimento em torno de 2,5% ao ano, e alcançando um pouco mais de 6 trilhões de dólares no ano de 2030, quase o dobro dos mais de 3 trilhões de dólares registrados no ano de 2003.⁴ A “melhora” para o “resto do mundo” em geral e para a América Latina em particular vem entre aspas porque não basta dizer o quanto e em que ritmo cresceu e possivelmente crescerá as suas sociedades, pois há também que se considerar a partilha desses frutos entre suas gentes.

Podemos tomar o “resto do mundo” como as regiões mais pobres do mundo, ou melhor, aonde vivem a maioria das pessoas que nossos contemporâneos concebem como pobres e miseráveis. A pobreza é mensurada pelas autoridades contando-se os que recebem uma mísera renda diária, com a qual deve ser difícil sobreviver. A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que milhões de pessoas já deixaram a condição de “pobreza extrema” (as que viviam com menos de \$1,25 por dia) nas chamadas “regiões em desenvolvimento”⁵, entre os anos de 1990 e 2005. O registro é de que cerca de 400 milhões de pessoas tenham neste período abandonado a mazela de viver com muito pouco (a taxa de pobreza reduziu de 46% para 27% neste período), havendo ainda uma população inimaginável de cerca de um bilhão e quatrocentas milhões de pessoas sobrevivendo praticamente sem renda num mundo monetizado!

A ONU argumenta que a região da Ásia Oriental⁶ foi a que apresentou a mais drástica redução na pobreza extrema. Estima que 475 milhões de pessoas tenham ampliado a sua renda para além desta “linha de rendimentos” – o que representou a redução de cerca de 60% para 16% de sua população extremamente pobre, entre os

⁴ Dados mais detalhados podem ser vistos na Figura 1. Taxas globais de crescimento, anualmente e por décadas (1961-2003), no Anexo I.

⁵ A ONU afirma que são nestas regiões onde a pobreza extrema atinge a mais pessoas. Para ver a lista completa dos países que compõe estas regiões em desenvolvimento, bem como os países em cada região e sub-região, acessar www.mdgs.un.org.

⁶ Nos *Informes* da ONU, a região da Ásia Oriental compreende a China, junto com Macau, Hong Kong e Taiwan, Mongólia, Coréia do Norte e Coréia do Sul. O Japão fora considerado pertencente ao grupo dos países desenvolvidos.

mesmos anos de 1990 e 2005 –, em grande parte por conta do acelerado crescimento econômico da China⁷.

Considerando que la mayor parte de esta disminución se ha registrado en China, si este país se deja de lado, los progresos no han sido muy alentadores; la cantidad de personas que viven en la pobreza extrema en realidad aumento en unos 36 millones entre 1990 y 2005 (Asemblea General, 2009, A64665, p.05)

Registra que nas demais regiões tal avanço foi mais lento, isso quando não registrou retrocesso, como nos casos da comunidade dos Estados Independentes na Ásia, da Ásia Ocidental e dos países em transição no sudeste europeu. Para a região da América Latina e Caribe, a ONU aponta que a redução da pobreza foi de 11% para 8% da população. O Anexo II sintetiza a proporção da população nas “regiões em desenvolvimento” no mundo com ingressos inferiores a \$1,25 dólar por dia, entre os anos de 1990 a 2005.

Estudo recente do Banco Mundial sobre o comportamento da “geografia da pobreza extrema no mundo” nos últimos anos, sintetizado no Comunicado Presidência (nº38) do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), indica dados semelhantes aos acima apontados. Registra que houve redução da pobreza extrema⁸ entre os anos de 1981 e 2005, de 1,896 para 1,377 bilhão de pessoas, e que a maior parte desta ocorreu no Leste Asiático e Pacífico, sobretudo na China.

A saída de 520 milhões de pessoas da condição de extrema pobreza entre 1981 e 2005 (-27,4%) se deu fundamentalmente pelo o que ocorreu no Leste Asiático e Pacífico (-755,3 milhões de habitantes) e no Oriente Médio e África do Norte (-2,7 milhões de pessoas). Ou seja, o importante efeito da expansão da China teve impacto inegável sobre a redução da pobreza mundial, pois no resto da agregação das regiões do mundo houve elevação na quantidade de extremamente pobres, com acréscimo de 176,9 milhões de pessoas na África Subsaariana; de 47,3 milhões a mais no Sul da Ásia; de 10,2 milhões na Europa do Leste e Ásia Central; e de 4,1 milhões adicionais na América Latina e Caribe na comparação do mesmo período de tempo. (IPEA, Comunicados da Presidência, nº38, 2010, p.04-05).

Cabem algumas considerações sobre a variação dos pobres no “resto do mundo” e nas grandes regiões entre os anos de 1981 e 2005 (ver Anexo III). No agrupamento

⁷ “Seu produto Interno Bruto (PIB) [da China] (...) avançou a taxas surpreendentes nas últimas três décadas, com percentuais acima de dois dígitos em alguns anos. Só entre 1992 e 2008, último período das reformas econômicas no país, o crescimento anual médio foi de 10,36%, com destaque para os 14,2% de 1992. A média do crescimento anual dos últimos 30 anos é de 9%, incluído o recorde de 15,2% de 1984”. (Oliveira, M., 2009, p.21)

⁸ A metodologia adotada também considera extremamente pobre aquele indivíduo com renda de até US\$ 1,25 dólar por dia.

das regiões consideradas⁹, a maior redução, de 18,8%, se deu entre os anos de 1999 e 2005. Houve aumento de 4,4% da pobreza extrema apenas entre os anos de 1987 e 1993. Para a região do Leste Asiático e o Pacífico, as quedas foram, no geral, sempre muito acentuadas, sobretudo depois do início dos anos noventa, acima dos 50% entre 1993 e 2005. No caso da América Latina e o Caribe, o Banco Mundial aponta para um comportamento oscilante, com períodos de ampliação da pobreza entre os anos 1981 e 1987 (de 24,5%) e 1993 e 1999 (de 31,1%), e redução da mesma entre os anos 1987 e 1993 (de 20,1%) e 1999 e 2005 (de 15,9%). Quanto ao comportamento da distribuição do número de pobres no “resto do mundo” entre os anos de 1981 e 2005, o documento registra que houve alteração na “balança geográfica da pobreza”. A mudança mais expressiva ocorreu na região do Leste da Ásia e Pacífico, que deixou de ser o principal *locus* da pobreza. Passou de 56,5% para 23% na participação global da pobreza no decorrer do mesmo período. O Sul da Ásia e a Índia passaram a agrupar o maior número de pobres. Em 1981 os pobres desta região representam 28,9% dos pobres do mundo. Em 2005 eram 43,3%. Quanto à América Latina e o Caribe, tiveram sua participação ampliada na proporção de pobres no mundo, de 2,2% para 3,4%, no período considerado.

Pela leitura de documentos oficiais chega-se a conclusão de que a esperança de erradicar a chamada “pobreza extrema” parece ‘brotar’ na região da Ásia Oriental, sobretudo na China¹⁰. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da China (PNUD)¹¹ registram que o país passou de cerca 85 para 26,1 milhões de pessoas extremamente pobres entre os anos de 1990 e 2005. Em termos proporcionais, de 31,5% para 10,4% de sua população. Ao contrário da China, onde a redução da extrema pobreza se deu de forma mais acelerada entre fins dos anos setenta e nos primeiros anos da década de oitenta, e continuou em ritmo menos acelerado durante a segunda metade desta década e mais além foi reduzindo-o (Ver Anexo IV), a América

⁹ Os “países desenvolvidos” não foram considerados, uma vez que o Banco Mundial admite que nestes “o problema da pobreza absoluta encontra-se praticamente resolvido, embora persistam indicadores importantes de medida de pobreza relativa (o quanto se é pobre relativamente à riqueza existente)”. (Comunicado da Presidência da República (nº38) IPEA, 12/01/2010, p.09). Opinião distinta tem o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quando afirma que “a pobreza está presente em todos os lugares, até nos países desenvolvidos, onde mais de 100 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, mais de 5 milhões delas estão desabrigadas – sem teto – e 37 milhões estão desempregadas” (UNDP, 2004, p.1 *apud* Dean, Cimadamore, & Siqueira, 2006, p.15-16).

¹⁰ “As Amartya Sen has noted, China’s position in the global fight against poverty is unique. No other low-income country has achieved so much and has made such major contributions to the global effort to reduce poverty”. (Sen, Amartya. *China Should Return to Medical Insurance for All People: South China Morning Post*, 20 July, 2007 *apud* Human Development Report China 2007/08, p.11).

¹¹ Ver: *MDGs in China, annual Report, 2007/2008*.

Latina apresentou movimento distinto, uma vez que a “pobreza” e a “indigência”¹² se ampliaram e de forma considerável durante toda a década de 1980, manteve-se constante nos anos noventa e impôs somente no início do novo milênio uma trajetória descendente. É o que diz os últimos *Panoramas Social de América Latina* divulgados anualmente pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Em síntese: no decorrer da década de 1980 mais de trinta milhões de indigentes se juntaram aos mais de 60 milhões de pessoas que viviam nesta situação, e no caso da pobreza, outras mais de 67 milhões passaram a vivê-la, juntando-se aos mais de 136 milhões de pobres, o que representou um crescimento de 40,5% para 48,4% em suas populações pobres e de 18,6% para 22,6% em suas populações indigentes. A pobreza continuou inclusive a crescer durante toda a década de noventa e nos dois primeiros anos do novo milênio, passando de 204 milhões em 1990 para cerca de 225 milhões em 2002, quando alcançou o seu maior patamar! Embora a indigência tenha recuado nos anos noventa, para o ano de 2002 o registro é de 99 milhões de pessoas, superando os 95 milhões de indigentes no ano de 1990. Em termos percentuais o registro é de redução de 48,4% para 43,9% em suas populações pobres, e de 22,6% para 19,3% em suas populações indigentes. Após 2002, os registros da pobreza e indigência apresentados pela CEPAL foram de um maior alento para mais de 50 milhões de pessoas. A pobreza recuou para 164 milhões e a indigência para cerca de 66 milhões de pessoas para o ano de 2012. Em seu último *Panorama Social de América Latina* (2013), a CEPAL estimou para o ano de 2013 a manutenção da situação de pobreza (164 milhões, 27,9% da população latino-americana) e um aumento da indigência em mais 2 milhões de pessoas (68 milhões, 11,5% dessa mesma população).

Em fins dos anos 1970, Fernand Braudel escreveu que as sociedades evoluídas consentem diversas hierarquias (religiosa, política, militar, do dinheiro) as quais não impedem que alguns agentes ultrapassem o “rés-do-chão” e outros poucos privilegiados mantenham-se, não sem luta, no “alto da pirâmide” da hierarquia social. Ao olhar para o conjunto das sociedades, o que primeiro lhe chamou a atenção foi à desigualdade

¹² De acordo com a CEPAL, “el enfoque utilizado en este informe para estimar la pobreza consiste en clasificar como “pobre” a una persona cuando el ingreso por habitante de su hogar es inferior al valor de la “línea de pobreza” o monto mínimo necesario que le permitiría satisfacer sus necesidades esenciales. En el caso de la indigencia, la línea utilizada refleja únicamente el costo de satisfacer las necesidades de alimentación”. (2009, p.09). “Es común que las estimaciones aquí publicadas difieran de las cifras oficiales sobre pobreza producidas por los países, debido a la aplicación de distintos criterios metodológicos” (2010, p.12).

intrínseca que distancia o topo da base, mais ou menos gritante conforme as sociedades e suas épocas.

O que se vê imediatamente, no alto da pirâmide, é um punhado de *privilegiados*. Tudo converge normalmente para essa sociedade minúscula: cabe a eles o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários convergem para eles. Abaixo deles escalona-se a multidão dos agentes da economia, dos trabalhadores de qualquer categoria, *a massa dos governados*. E, abaixo de todos, um *enorme detrito social: o universo dos que não têm trabalho*. (Braudel, 1998a, p.415, grifos nosso [1979]).

Braudel admitiu a desigualdade como uma “*lei contínua*” (1998a, p.411). Escrevendo em fins dos anos 1970, argumentou que “as sociedades atuais [1979], seja qual for seu sistema político, não são muito mais igualitárias do que as de outrora” (idem, p.415). Reconheceu a possibilidade de mobilidade social em épocas diversas, tanto nas fases recessivas quanto nas de bonanças. Mas o que parece mais ter lhe surpreendido foi constatar que os privilegiados eram sempre uma minúscula proporção do total da população.

O espantoso é que os privilegiados sejam *sempre* tão pouco numerosos. Uma vez que a promoção social existe, uma vez que essa minúscula sociedade depende dos excedentes que o trabalho dos não-privilegiados põe à sua disposição, se estes excedentes aumentam, a pequena população do topo deveria crescer. Ora, *hoje* [possivelmente em algum dia em fins dos 1970] como ontem, é raro isso acontecer. (Braudel, 1998a, p.415, grifos no original).

Braudel questionou como uma sociedade minúscula “consegue se manter, mesmo em meio a revoluções? Por que, na luta que às vezes o Estado trava contra os privilegiados, estes nunca perdem por inteiro ou definitivamente?” E em seguida afirmou que “a reconstituição e a reprodução das elites processam-se por movimentos e deslocamentos habitualmente tão lentos e tão frouxos que escapam à medição e até a observação precisa” (1998a, p.421). Para este historiador o problema da reprodução das elites não apresentava soluções fáceis, justamente por considerar que há uma “*lei insidiosa do número exíguo*”, irritante por não discernirmos bem as suas razões, sejam lá quais forem (idem, p. 416 e 421, grifo nosso).

De minha parte o que mais surpreende é ter em conta que os miseráveis e pobres em muitas sociedades, tanto nas do passado como nas de hoje, chegavam e chegam a ser maioria entre suas populações, bem maior do que o exíguo número de seus privilegiados e muitas vezes até maior do que o de seus trabalhadores em geral. O que

dizer da produção e reprodução desses trabalhadores, das massas dos governados, e do que Braudel chamou de “enorme detrito social”? Será um problema que apresenta soluções mais fáceis? Há uma lei insidiosa do número grande tão ou mais irritante do que aquela lei do número exíguo? Ou serão duas leis da mesma moeda? O que parece certo é que todos se enlaçam de alguma forma.

Falando dos “desprestigiados” Braudel argumentou que as “malhas” lhes comprimem, são apertadas e reforçadas de todos os lados pela “ordem estabelecida”, quer dizer, pelo Estado, pelas bases da sociedade, pelos reflexos culturais e estruturais da economia e mais o “peso da evolução múltipla do conjunto”.

A massa da sociedade subjacente é mantida na rede da ordem estabelecida. Se se mexe demais, as malhas são apertadas e reforçadas, ou então se inventam outras maneiras de esticar a rede. *O Estado está lá para salvar a desigualdade, ponto capital da ordem social.* Lá estão a cultura e quem a represente, quase sempre para pregar a resignação, a submissão, a sensatez, a obrigação de dar a César o que é de César. O melhor ainda é que a massa “orgânica” da sociedade evolua por si só dentro de limites que não comprometam o equilíbrio geral. Não é proibido ir de um degrau inferior da hierarquia para o degrau baixo imediatamente superior. A mobilidade social não funciona apenas na fase mais elevada da ascensão. (Braudel, 1998a, p.440-441, grifos nosso).

Escrevendo sobre a mobilidade no último degrau da hierarquia inferior, admitiu ser possível por algumas vezes “sair do inferno”, mas nunca só e não “sem aceitar imediatamente uma estreita dependência de homem para homem. É preciso ir para as margens da organização social, seja ela qual for, ou fabricar uma nova, com leis próprias, no interior de alguma contra-sociedade” (idem, 457). Bandidos organizados de falsos salineiros, de contrabandistas, moedeiros falsos, salteadores, piratas, assim como o exército e a vasta criadagem, foram quase os únicos a fugir do inferno durante o século XVI na Europa, diz ele. A maioria da Europa, no entanto, pareceu-lhe encontrar-se acima do “nível zero”, quer dizer, ao abrigo da peste infernal da escravatura, que até o século XVIII e mesmo depois esteve presente na China, na Índia, na imensidão islâmica, na Rússia, na Itália meridional, na Espanha e em Portugal, e também no Novo Mundo. Mas também considerou que nesta mesma Europa, mesmo com todo seu privilégio, havia então “vastíssimas regiões” onde imperava a servidão que tanto custou a desaparecer. E admitiu a existência de uma “velhíssima maldição” no Ocidente, a presença do subproletariado, de gente sem trabalho, de perpétuos desempregados.

No Ocidente, tudo se passou como se a divisão profunda do trabalho, nos séculos XI e XII – cidades de um lado, campos do outro –, tivesse deixado fora da partilha, e de

modo definitivo, uma enorme massa de desgraçados para quem nunca mais houve emprego. A responsabilidade caberia à sociedade, às suas habituais iniquidades, mas também, e mais ainda, à economia, por causa da sua capacidade de criar o pleno emprego. Muitos destes inativos vegetam, acham aqui e ali algumas horas de trabalho, um abrigo temporário. Os outros, os doentes, os velhos, os que nasceram e cresceram nas estradas, só com muita dificuldade entram na vida ativa. *Esse inferno tem os seus graus de degradação, rotulados pela linguagem dos contemporâneos: os pobres, os mendigos, os vagabundos* (Braudel, 1998a, p.450, grifos nosso).

A contar pelo título desta tese está claro que não pretendemos reconstruir, ainda que em termos bem gerais, certos modos de vidas de “pobres, mendigos, vagabundos” e demais grupos ou categorias do “rés-do-chão” da hierarquia social europeia, para não dizer Ocidental. Tampouco certa reprodução dos trabalhadores de qualquer categoria ou ainda das ricas e poderosas elites privilegiadas em qualquer lugar na imensa pluralidade das sociedades da Europa. É no Novo Mundo que miramos, e não todo ele, mas ‘somente’ no que se passou há muito tempo e desde então vem se passando no vastíssimo território do Brasil e na “louca geografia” do Chile (Benjamín Subercaseaux). Parafraseando Braudel, no que se passou nestes espaços entre os seus *privilegiados*, as suas *massas de governados* e os seus *enormes detritos sociais*, desde as *conquistas* até *atualidades*. De certa forma o que faz essa tese é lançar luzes sobre permanências e mobilidades do topo até as bases das pirâmides sociais brasileira e chilena, e isso tomando em conta o longuíssimo prazo.

Do ponto de vista de quem ascende socialmente, digamos de quem “sai do inferno” ou mesmo de quem sobe um único degrau na escalada dessa ‘fuga do fogo’, poderia até se considerar menos pobre ou até mesmo mais rico do que o fora. Assim como quem descende socialmente, digamos de quem sai do “alto da pirâmide” ou apenas desça um de seus degraus, talvez se considere menos rico ou até mesmo mais pobre. Mas não tomamos aqui pontos de vistas individuais. O desafio é relativizar o indivíduo ou grupos de indivíduos nas sociedades às quais pertençam, assim como se possível na sociedade global, pois como bem argumenta Milton Santos

de que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse individuo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do individuo na sociedade a que pertence. (...) *A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. (...) A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.* (Santos, 2009, p.18, grifos nosso).

A definição de riqueza também deve situar os humanos na sociedade global à qual pertencem. A riqueza também não é apenas uma categoria econômica, mas uma categoria política, e também não deixa de ser um problema social. É preciso enlaçar a díade riqueza-pobreza no espaço e no tempo. Nas primeiras páginas dessa *Introdução* reproduzimos sinteticamente riquezas e pobreza no mundo entre os idos de 1820 até projeções para o ano 2030, tomando não os objetivos que o “mundo rico” ou o “resto do mundo” determinaram para si. Na verdade, é difícil pensar nesses termos. E não é fácil pensar nos objetivos que uma única sociedade determinou para si. Nessa reprodução sintética tomamos registros de documentos oficiais, da ONU, da CEPAL etc. Nestes, a riqueza aparece como sinônimo da produção total de bens e serviços na economia, o que não quer dizer que necessariamente quando maior é o PIB tanto mais rica é a nação, ou que quanto menor é o PIB mais pobre é a nação. Se assim fosse, tal descrição não se encaixaria bem na caracterização de Harvey de “mundo rico” e “resto do mundo”. O que certamente conta é a acumulação histórica da produção. Nesses registros, a pobreza aparece nas gentes com insuficiência de renda. O miserável é quem tem menos de \$1,25 por dia. Aparecem aos milhões os extremamente pobres e os pobres. Aparecem as proporcionalidades dos pobres e indigentes nas sociedades, sobretudo nas sociedades que os abrigam, ou melhor, os desabrigam. Em suma, riqueza e pobreza aparecem exclusivamente enquanto categoria econômica, como riqueza-material e pobreza-carências.

Em 1980 Pedro Demo sugeriu que

na pobreza não encontramos só o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história conhecida e reproduzindo-se na característica de repressão do acesso às vantagens e oportunidades sociais. Por isso, pobreza é sempre, também, humilhação, degradação, subserviência, e não apenas fome ou coisa parecida. (...) Pobreza não é miséria pura e simples, mas aquela impingida, discriminatória, ou, mais que tudo, aquela da maioria em função do enriquecimento da minoria. Pobre é, sobretudo, quem faz a riqueza do outro, sem dela participar. Pobreza, em sua essência, é discriminação, injustiça. (Demo, 2006, p.07).

E o rico? É, sobretudo, quem faz a pobreza do outro, sem dela participar? Qual é a essência da riqueza? Em 1776 Adam Smith sugeriu que “uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho (...) o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar” (1996, p.87). Há muito que riqueza e pobreza tem o que ver com o ter e não com o ser.

E o que dizer da riqueza-pobreza política? Demo viu na *Pobreza Política a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*.

(...) assalta-nos a constatação de que a pobreza política não mudou, substancialmente. A população brasileira continua “massa de manobra” nas mãos de uma elite inacreditavelmente perversa que, desde sua constituição na história brasileira, por cinco séculos se dedica a espoliar a nação. (Demo, 2006, p.01).

Pedro Demo cunhou o conceito de “pobreza política” para “sinalizar o desafio de superar a condição de massa de manobra, na qual as pessoas entregam seu destino nas mãos de outrem” (idem, p.16). Daí que independentemente da renda, são pobres aqueles que entregam os seus destinos nas mãos de outros. E os ricos, são aqueles que se valem dos destinos de outros? Isso evidentemente não é o que podemos chamar aqui de “riqueza política”. Esta sinaliza o avançar da emancipação e da democracia.

Vimos que ao falar da pobreza, Milton Santos argumentou tratar-se de um problema social. E a riqueza, também não é um problema social? Observando o cenário latino-americano no início do século XXI, Atílio Borón concluiu que

falar do “problema da pobreza” é um sério equívoco. Nosso verdadeiro “problema” não é a pobreza, mas, sim, a riqueza, e o primeiro é apenas um sintoma aberrante do segundo. Se existe um “problema” é porque há uma questão anterior que o provoca: a fabulosa concentração de propriedades, de riquezas e de renda na América Latina. Eliminar a pobreza, ou reduzi-la drasticamente, é possível e relativamente simples, desde que exista a vontade política para fazê-lo. (...) as políticas que podem ser implementadas para o combate à pobreza (...) são bem conhecidas e havendo vontade política não representam grandes inconvenientes. Mas atacar o problema mais grave, o da riqueza, oferece enormes dificuldades no atual contexto sociopolítico da região e no cenário internacional de inícios do século XXI. (Borón, 2001, 289-292).

Ao dizer que o objetivo mais geral dessa tese é lançar luzes sobre permanências e mobilidades do topo às bases das pirâmides sociais brasileira e chilena, evidentemente não significa ‘atacar’ os “problemas” da riqueza e da pobreza no Brasil e no Chile em particular. Esse texto acadêmico começa por descrever esses “problemas”. Karl Marx e Friedrich Engels confiavam na ação política dentro dos limites que a história possibilita, e não na espontaneidade das forças históricas. E o que a história possibilita na solução dos problemas da riqueza e da pobreza no Brasil e no Chile atualmente? No ensaio *Chile Actual* (1997; 2002) Tomás Moulian falou em *regressão histórica*. Em suas *Reflexões sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores* (1991) Florestan Fernandes afirmou que “o desafio “que fazer?” complicou-se para os de baixo”.

No que diz respeito à trajetória nas últimas décadas da extrema pobreza no Brasil concebida pela oficialidade, o último Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, elaborado pela Presidência da República (março de 2010), apresenta-nos o seguinte resultado: no ano de 1990, 36,2 milhões de brasileiros (ou 25,6% de sua

população de 141,6 milhões) detinham renda domiciliar abaixo da linha de pobreza extrema internacional; já no ano de 2008, 8,9 milhões de brasileiros (ou 4,8% da população de 186,9 milhões) encontravam-se nessa condição (Brasil, 2010). (ver Anexo VII). Trata-se de enormes contingentes quando comparados às populações pobres e não-pobres no Chile. A proporcionalidade destes últimos no Brasil é mais alta, com a ressalva de que às concepções metodológicas de classificações de gentes no rol dos pobres e miseráveis não são as mesmas. Tanto lá como aqui os padrões vão pelos “mínimos”, não sei se mais lá do que aqui. No Brasil a caracterização da pobreza e da miséria sofre mutações conforme os relatórios, e às vezes para pior. Por exemplo, antes na antiga caracterização do Ipea eram os pobres e miseráveis que recebiam $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário mínimo (e aí os dados são outros do que foi acima apresentado, pois não se pautam pela linha de pobreza extrema internacional, que é de \$1,25 dólar ao dia PPC). De uns tempos pra cá, os miseráveis foram ainda mais rebaixados, pois é preciso que recebam quantia ainda menor do que a de $\frac{1}{4}$ do salário. Até ontem tinha que ser inferior a míseros R\$70,00 reais mensais para ser considerado como miserável, para entrar na lista dos beneficiados do Bolsa Família, valor bem abaixo do referido $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Na mudança de concepção resgatam-se muitos da condição de condições miseráveis.

Mirando nos problemas “dos de baixo”, e a contar por discursos oficiais do governo brasileiro, há um clima de expectativa não em relação à emancipação dos trabalhadores no país, mas em relação à erradicação da miséria num futuro bem próximo. Em 2011 o governo antecipou a meta de erradicar a miséria para o presente ano de 2014, último ano do mandato de Dilma Rousseff. Em um de seus “13 Compromissos Programáticos”, Dilma se comprometeu contribuir para “erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades. Promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores na sociedade” (2011, p.11).

À luz de políticas e ações tomadas durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, o IPEA projetou para o ano de 2016 a possibilidade de erradicarmos a pobreza extrema e reduzirmos significativamente a pobreza.

Nesta segunda década do século XXI, o Brasil poderá eliminar uma das principais chagas resultantes da condição de subdesenvolvimento. (...) Para isso, a combinação do crescimento econômico com avanços sociais observada no período recente precisa ser aprofundada, com o necessário aperfeiçoamento de políticas públicas de alcance nacional, sobretudo daquelas voltadas ao atendimento das regiões e estados menos desenvolvidos. (...) Se projetados os melhores desempenhos brasileiros alcançados

recentemente em termos de diminuição da pobreza e da desigualdade (período 2003-2008) para o ano de 2016, o resultado seria um quadro social muito positivo. O Brasil pode praticamente superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4%, o que significa quase sua erradicação. (IPEA, Comunicados (nº58), 13/07/2010b, p.14 e (nº38), 12/01/2010a, p.06).

No início de 2011 foi criado um Comitê Interministerial responsável pela elaboração do Plano Nacional de Erradicação da Extrema Pobreza, batizado posteriormente de Plano Brasil sem Miséria. No discurso de lançamento deste Plano, em 02 de junho deste ano, Dilma assim sintetizou avanços alcançados durante o governo Lula bem como os princípios e o grande mérito do Plano Brasil sem Miséria:

O governo do presidente Lula produziu um avanço espetacular porque descobriu que, enquanto o Brasil deixasse de fora essa imensa força construtiva que é seu povo, não se transformaria em uma grande nação. (...) *o Brasil tirou 28 milhões de pessoas da pobreza e elevou a 36 milhões as classes médias*. O que era um imperativo de ética, o que era um imperativo de princípios cristãos tornou-se, também, não só uma defesa concreta de direitos humanos, mas tornou-se também uma imensa força, uma poderosa chave para que a gente desenvolvesse o país e levasse o desenvolvimento econômico a um outro patamar. A ascensão social desses milhões de brasileiros diminuiu a desigualdade, sem sombra de dúvida, mas também ampliou o nosso mercado interno, tornou o nosso país mais sustentável e acelerou nosso desenvolvimento econômico. O Brasil provou ao mundo que a melhor forma de crescer era distribuindo renda e provou também que a melhor política de desenvolvimento era o combate à pobreza. O Plano Brasil sem Miséria, que estamos lançando hoje, nasce com base nessa filosofia e nesses princípios. Ele vai além, aperfeiçoando e avançando por esse caminho que nós construímos. (...) Através de cada um dos três eixos – transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos, acesso a tudo o que o Estado pode dar –, *nós pretendemos melhorar a vida de 16 milhões de brasileiros que ainda estão na pobreza extrema*. Mas o Plano também tem um efeito: o de gritar, o de afirmar para todos nós que a miséria ainda existe no Brasil. Este, talvez, seja o grande mérito deste Plano, porque é trazer para a pauta de todos os governos o objetivo, o compromisso, a determinação de lutar, a cada dia, para que o Brasil não tenha mais miséria. (Rousseff, 02/06/2011, grifos meu).

Para a sua ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),
Tereza Campello,

os 16 milhões de pobres extremos têm nome, endereço e direitos. Desses, 40% têm até 14 anos, 71% são negros e 47% vivem no campo. Estão espalhados por essa imensa nação, refletindo sua diversidade nas diferentes caras da miséria. Déficits sociais históricos explicam por que os extremamente pobres não têm usufruído desse Brasil repleto de oportunidades que o desenvolvimento econômico tem apresentado, e justificam uma ação contundente do Estado para ampliar suas capacidades. (Campello, 02/06/2011).

Na ocasião, Dilma lembrou que “a pobreza levou muito tempo, mais de três séculos, para se tornar um tema no Brasil, para entrar na pauta política ou para fazer parte do debate nas nossas universidades e academias. Foram precisos mais de quatro séculos para que seu combate se convertesse de fato em uma política prioritária de

governo”. E enfatizou que o Plano Brasil sem Miséria é “o Estado brasileiro dizendo que está pronto para combater a pobreza”. (Rousseff, 02/06/2011).

Nesse mesmo ano de 2011, Juan Sebastian Piñera propunha “um Estado forte que seja eficiente na luta contra a pobreza e defenda maiores igualdades e oportunidades” (*apud The Economist*, 2011, p.70). As estatísticas oficiais então mostravam que após quase duas décadas de persistentes quedas nos níveis de pobreza e indigência no Chile, houve uma reversão dessa tendência desde meados dos anos 2000. Em 1990 cerca de 5 milhões de pessoas viviam na pobreza e mais de 1,6 milhão na indigência, representando respectivamente 38,6% e 13% da população total chilena. Em 2006, mais de 2,2 milhões de pessoas viviam na pobreza e mais de 516 mil na indigência, respectivamente 13,7% e 3,2% do total de sua população. É o que nos diz o documento “*La situación de la pobreza en Chile*” (2006) do Ministerio de *Planificación y Cooperación* (MIDEPLAN) do governo chileno. (ver Anexo VI). O novo resultado da pesquisa da *Encuesta de Caracterización Socioeconómica (CASEN, 2009)*, realizada pelo MIDEPLAN a cada três anos, foi assim recebido pelo seu atual mandatário:

355 mil chilenos y chilenas cayeron [entre 2006 y 2009] al oscuro y triste mundo de la pobreza, y 117 mil cayeron a la indigencia”, un “triste y doloroso retroceso, vamos superar la pobreza durante nuestro gobierno (...) antes que termine esta década, Chile será un país sin pobreza. (Piñera apud Blog Fernando de la Cuadra, postado em julho de 2010 e consultado em fevereiro de 2011).

Foi estudando a história que Braudel reconheceu a possibilidade de mobilidade social em épocas diversas que não nas de bonanças. E a contar pelos dois discursos presidenciais, os governos do Brasil e do Chile se mostraram empenhados em superar um problema histórico que é o da mobilidade dos “de baixo”. Empenhados em combater a pobreza e as desigualdades, em erradicar a miséria nesse ano de 2014 no Brasil e antes que termine esta década no Chile. Será que os limites de nossas histórias contando com as ações políticas permitirão uma maior mobilidade dos “de baixo”?

É estudando a sociologia histórica, alimentada por profundos e amplos alvos cognitivos (tanto da sociologia como de outras disciplinas das ciências sociais) que proponho descrever e interpretar múltiplas relações sociais, econômicas e políticas, os seus resultados históricos, as conformações hierárquicas (permanências e mobilidades) de vidas sociais no Brasil e no Chile. Em outros termos, tratamos de reconstruir analítica e sinteticamente os fenômenos da produção e da reprodução das riquezas-pobrezas econômicas-políticas no Brasil e no Chile, desde as conquistas até as

atualidades. Diante dessa última assertiva é possível levantar duas amplíssimas questões: como se comportou as riquezas-pobrezas econômicas-políticas no Brasil e no Chile (e comparativamente entre eles) ao longo de suas histórias? E quais são os por quês desses comportamentos?

Os seus resultados aparecerão nas longas reconstruções analíticas e sintéticas (comparadas) de múltiplas realidades sociais. A literatura já deu conta e vem dando conta dessas questões. Valemo-nos certamente de uma pequena parte dessa literatura. Nossa contribuição é o da reunião de um conjunto de trabalhos consagrados, ainda que com muitos vazios. A contribuição é o do registro do que a história possibilitou e não possibilitou na solução dos “problemas” das riquezas-pobrezas no Brasil e no Chile, destacando suas ações políticas. Nossa contribuição é reconstruir analítica e sinteticamente as riquezas-pobrezas nessas duas nações em formação, bem como interpretá-las a partir de profundos alvos cognitivos.

A primeira hipótese desta tese é a de que os “problemas” das pobreza (econômicas e políticas) acompanharam e ainda acompanham tanto o Brasil como o Chile (mais naquele do que neste), tanto do ponto de vista da pobreza-econômica (carências) como (e ainda mais) do ponto de vista da pobreza-política (falta de democracia/emancipação). E, em se tratando do Brasil e do Chile pós-ditatoriais, uma primeira presunção derivada dessa hipótese é a de que o reformismo brasileiro e chileno (aquele mais do que este) vem dando enormes frutos aos “de baixo”, o que alimenta a utopia social-democrática que não saturou. No entanto, esses muitos frutos ainda representam uma crescente fração ínfima da riqueza que pouco cresce, sobretudo no Brasil. Muito para poucos e pouco para dividir para muitos, vale para os dois casos. Uma segunda presunção é a de que não se avizinha no horizonte nem do Brasil e nem do Chile a superação da pobreza política tomada no sentido da emancipação dos trabalhadores, o que vem enfraquecendo a utopia socialista. Já quanto ao enfrentamento do problema da pobreza política tomada no sentido de maior participação democrática, houve recente avanço, e possivelmente mais no Brasil do que no Chile.

A segunda hipótese é a de que o “problema” da riqueza, das concentrações de patrimônios e rendas, acompanhou e ainda acompanha tanto o Brasil como o Chile, muito mais naquele do que neste, sobretudo quando as comparações se fazem antes do desatar da ditadura chilena. E em se tratando do Brasil e do Chile *Actuais* é possível afirmar que o crescimento com equidade nos últimos anos é falso. As reconstruções

analíticas e sintéticas reproduzidas ao longo dos capítulos dessa tese dirão o quão próximos ou distantes estamos dessas hipóteses e presunções.

Florestan Fernandes dizia que a sociologia em particular e as ciências sociais em geral apareceram em um momento crítico da civilização ocidental, e representaram, desde o seu nascimento, uma maneira típica com que os sociólogos e cientistas sociais passaram a tomar consciência e a lidar com os problemas sociais. No mundo moderno, os problemas sociais alcançaram uma complexidade tal que os seres humanos só podiam tomar consciência do modo pelo qual se manifestavam e de seus efeitos na vida social organizada por meio de conhecimentos científicos. Para o nosso maior cientista social¹³, *O significado das ciências sociais no mundo moderno*¹⁴ está na preparação do homem para proceder a escolhas compatíveis com seus interesses e com os valores os quais de fato se identifique. Considerando os extremos, diria que ou nos atentamos para a “lógica da dominação” ou cuidamos da “lógica da revolução”. Em vista de sua longa experiência como sociólogo, acreditava que a sociologia, como forma de pensamento, de conhecimento da realidade e de inspiração prática não valia a pena sob qualquer modalidade de “neutralização”. Por isso mesmo é que não concebeu alienar-se dos outros e da vida, neutralizar-se como sociólogo, anulando as ligações dinâmicas da sociologia com o próprio fluxo histórico de reconstrução da civilização em crise.¹⁵

Como iniciante na sociologia e nas ciências sociais, situo essa tese no campo da *sociologia diferencial ou histórica*¹⁶, onde os sociólogos buscam compreender a vida

¹³ Foi assim que Antônio Cândido referiu-se a Florestan Fernandes em *Mensagem* em sua homenagem: “É com emoção e respeito que me associo, como velho amigo e admirador irrestrito, a esse preito ao maior cientista social que o Brasil já produziu”. In : Cândido, Antônio. *Florestan Fernandes*, 2001, p.64.

¹⁴ *O significado das ciências sociais no mundo moderno* é um dos catorze *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, livro publicado no ano de 1959 pela Livraria Pioneira Editora.

¹⁵ Fernandes, 1959, p.300; 1980, p.30; 1973, p.124.

¹⁶ Segundo Florestan, “a sociologia diferencial procura explicar a ordem existente nas relações dos fenômenos sociais através de condições, fatores e efeitos que operam em um campo histórico. Todos os sistemas sociais globais possuem caracteres que lhe são peculiares. A sociedade de castas, a sociedade estamental ou a *sociedade de classes*, podem ser vistas como episódios na evolução das formas sociais de vida. Mas, elas mesmas também constituem um mundo próprio, com sua organização interna ou com suas perspectivas de desenvolvimento ou de desaparecimento. (...) A explicação do que é específico exige recursos metodológicos (...) complicados, que permitam encarar a formação e a transformação dos sistemas sociais globais como um processo contínuo e que tornem possível a eliminação metódica dos efeitos produzidos por elementos estruturais ou funcionais de caráter mais ou menos geral. Marx lançou os fundamentos da solução desses problemas metodológicos, através do método dialético e da construção de tipos extremos. Mas, de modo a impedir que a descrição sociológica se confundisse com a explanação histórica propriamente dita: ela não lida com ocorrências ordenadas no tempo, mas com leis que explicam a ordenação de tais ocorrências. Sob outros aspectos, este parece ser o único campo em que o objeto das investigações parece confinar a sociologia ao estudo dos fenômenos sociais humanos. É que os processos sociais estudados pela sociologia diferencial envolvem consciência social das condições histórico-sociais de existência e organização do comportamento coletivo, segundo polarizações orientadas no sentido da

social como *totalidades integradas em transformação*, por meio de *leis sociológicas históricas* capazes de explicar simultaneamente o padrão de integração da ordem social e as previsíveis variações resultantes da alteração desse padrão¹⁷.

Se só pudéssemos estudar e registrar aquilo que se vê jamais poderíamos escrever um trabalho científico sobre *Riquezas e Pobrezas no Brasil e no Chile* durante longuíssimo prazo. No ensaio *A reconstrução da realidade nas ciências sociais* Fernandes expôs e examinou quatro questões que considerou ser de interesse metodológico fundamental. Passados mais de meio século desde sua publicação, acredito que os questionamentos metodológicos abordados e seu exame seguem pertinentes para a pesquisa científica nas ciências sociais. Vejamos inicialmente quais foram às questões por ele expostas e examinadas, para depois expor como nos valem de tal reflexão para os propósitos desta tese.

A primeira questão que expôs e examinou foi o que consiste o processo de observação da realidade nas ciências sociais. Para o Florestan,

o importante, parece, não é o que se “vê”, mas o que se observa com método. Como lembra [John] Madge, um pesquisador social sem treino adequado pode ver muito e identificar pouco; enquanto um pesquisador social com idéias rígidas acaba vendo

conservação ou da alteração da ordem social estabelecida” (Fernandes, 1959, p.27, grifos meu). *O conceito de sistema social* empregado no âmbito da sociologia diferencial serve para indicar que os fenômenos investigados ocorrem segundo determinadas condições que permitem descrevê-los e interpretá-los como partes interdependentes de um todo ordenado. Tal conceito possui dois fins lógicos: um de natureza descritiva, que concebe os fenômenos sociais e os reproduz através de atividades e propriedades empíricas, fundamentais na caracterização deles em si mesmos e das condições de sua manifestação; e outro de natureza interpretativa, que pretende isolar as variáveis que operam na produção dos fenômenos sociais, visando descobrir a qualidade de suas influências dinâmicas e como elas se desencadeiam. Assim, o uso do conceito de sistema social tanto serve para *descrever* “a realidade como ela é”, em si mesma, eliminando as condições e os atributos acessórios com que ela mistura e confunde ao manifestar-se, como para *explicar* “a realidade como ela é”, considerando apenas os fatores e efeitos que intervêm em sua determinação e fazem com que ela se manifeste de certo modo e tenda a repetir ou a se transformar de maneira previsível. “A sociologia diferencial ou histórica esforça-se por representar o sistema social em um nível lógico que comporta, simultaneamente, o máximo de generalidade (com referência ao tipo para o qual ele tenda) e de historicidade (com referência à singularidade do próprio tipo). Para conseguir esse duplo objetivo, o investigador tem de explorar o artifício de concentrar a análise em determinado sistema social concreto, com relação ao qual se possa presumir que o desenvolvimento do tipo é mais intenso, e precisa projetar todos os aspectos relevantes do sistema social, assim concebido, em pleno fluxo histórico. Isso quer dizer que o investigador, nessas condições, elege seu “campo de forças” entre as variáveis que são estrutural e dinamicamente significativas para a descrição e a interpretação da própria flutuação dos arranjos em que repousam seja a emergência de determinado padrão de integração do sistema social; seja as alterações sucessivas; seja, por fim, se for o caso, o seu colapso final e a formação de um novo ciclo de desenvolvimento histórico-social. Ao operar simultaneamente com os dois aspectos do sistema social, o que condiciona a perpetuação do tipo e o que determina a transformação deste, vendo ambas as coisas no *vir a ser* histórico, o investigador consegue desvendar as duas faces da mesma realidade: como as variáveis escolhidas configuram a “organização” do sistema social; e como, ao longo do tempo, elas próprias se alteram e transfiguram ou substituem aquela “organização”. O importante é que semelhante procedimento interpretativo permite tratar as variáveis em termos de relações de sucessão (ou de uniformidades de sequência), dando origem a um conhecimento causal adequado à natureza dos processos histórico-sociais”. (Fernandes, 1970, p.97).

¹⁷ Fernandes, 1959, p.23; 1970, p.61 a 64.

apenas os fatos que confirmam suas concepções. Além disso, *é preciso não negligenciar o papel da análise como recurso de observação nas ciências sociais*. Concepções estreitas, de natureza pré-científica, contribuem para manter a idéia de que a observação dos fenômenos sociais se confina aos procedimentos pelos quais são reunidos os dados brutos. *Todavia, a fase verdadeiramente crucial da observação, nas ciências sociais, tem início quando o tratamento analítico dos dados permite passar das imagens sensíveis dos fenômenos para imagens unitárias ou analíticas de suas propriedades e das condições em que são produzidos*. (Fernandes, 1967, p.06, grifos nosso [1957]).

Florestan considerou que nos setores da investigação científica “cabe à observação descobrir e pôr em evidência as condições de produção dos fenômenos estudados”. E que nas ciências sociais em geral a “observação” possui os mesmos caracteres e significação que nas demais ciências: “transcende à mera constatação dos dados de fato”, “envolve a complementação dos sentidos por meios técnicos”, e “constitui o processo através do qual as instâncias empíricas, relevantes para a descrição ou a interpretação dos fenômenos sociais, são obtidas, selecionadas e *coligidas*”. (idem, p.06-07, grifo nosso).

O que lhe pareceu peculiar às ciências sociais é a necessidade de reconstruir empiricamente o objeto da investigação, o que faz com que o processo de observação nestas ciências seja mais complicado para o pesquisador social, sobretudo durante a “fase de coligação das instâncias empíricas, [que são] suscetíveis de conduzir à reprodução de elementos típicos dos fenômenos, encarados em si mesmos e nas condições de sua manifestação”. (ibidem, p.07).

Afirmou que o processo de observação da realidade nas ciências sociais abrange três espécies distintas de operações intelectuais, sendo elas:

as operações através das quais são acumulados os dados brutos, de cuja análise dependerá o conhecimento objetivo dos fenômenos estudados; as operações que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, os fatos que possuem alguma significação determinável na produção daqueles fenômenos; as operações mediante as quais são determinados, isolados e coligidas – nesse grupo restrito de fatos – as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução e a explanação dos fenômenos, nas condições em que forem consideradas. (idem, p.08).

Sugeriu que há uma “integração orgânica” entre estas diferentes fases do trabalho científico nas disciplinas destas ciências, e concebeu tal integração como sendo muito complexa, dependendo dos propósitos teóricos de cada projeto de investigação.

A segunda questão que expôs e examinou foi se os alvos teóricos das investigações repercutem ou não de forma profunda na reconstrução da realidade. Aqui pareceu estar de acordo com os especialistas em metodologia do passado. Estes

ressaltavam que a maneira de definir o objetivo da pesquisa possui grande importância no desenvolvimento das demais fases da investigação.

Argumentou que o essencial nesta questão é que o sujeito-investigador não procede de forma arbitrária, e que o levantamento dos dados empíricos e seu tratamento analítico estão necessariamente ligados a alvos cognitivos mais profundos e amplos, fornecidos pelas proposições iniciais dos projetos de pesquisa. O “grau de liberdade” do pesquisador social na abstração das variáveis de seu campo empírico específico lhe pareceu tanto menor quanto mais utilize o “método de compreensão” (maior liberdade), o “método objetivo” até chegar no “método dialético” (menor liberdade), concebidos como os três principais métodos de interpretação que vinham sendo explorados construtivamente nas ciências sociais de então.

Defendeu que as atividades cognitivas do investigador estão sujeitas no decorrer do processo de observação a duas espécies de determinações, uma técnica e outra metodológica: “tecnicamente, às normas que as regulam em termos das exigências formais da pesquisa empírica sistemática, as quais tendem a ser reconhecidas e praticadas de modo universal; metodologicamente, às implicações teóricas do projeto de pesquisa que, sendo impessoais variam, no entanto, de um projeto a outro” (ibidem, p.16).

A terceira questão que expôs e examinou foi se os cientistas sociais dispõem ou não de meios para exercer algum controle sobre as observações. Nesta observou que podem ocorrer erros de natureza diversa e de consequências variadas durante as três fases do processo de observação, e que por isso exigem diferentes procedimentos de correção. Aqui contestou a opinião dos especialistas em metodologia das ciências sociais de que a primeira fase de observação direta ou indireta dos dados brutos era aquela em que os erros mais poderiam ocorrer, opinião considerada como tendência então dominante. Para Florestan, “a probabilidade dos erros de ordem subjetiva aumenta nas duas últimas fases da observação, de expurgo e classificação dos dados, e, especialmente, de manipulação analítica deles para fins de reconstrução empírica” (ibidem, p.21).

Longe de descuidar da preocupação dos especialistas em operar com exatidão as observações originais, das quais reconhece que depende o valor da análise assim como a fidedignidade das generalizações da pesquisa, demonstrou ser “essencial intervir na primeira fase da observação, seja para garantir a maior precisão possível no levantamento dos dados, seja para estender a área de aplicação das técnicas de

observação controlada” (ibidem, 22). No entanto, sua preocupação se estendeu para as demais fases da observação, tanto na fase em que o sujeito-investigador organiza, critica e classifica a documentação, quanto na fase em que o pesquisador social opera com procedimentos analíticos. Isso por dois motivos: primeiro porque considerou que os resultados da análise não dependem apenas da exatidão das observações originais, mas também ao tipo de tratamento dos dados brutos, capaz não só de ampliar a confiança e a segurança do investigador na manipulação dos materiais empíricos, como também de abrir novas perspectivas ao trabalho de análise; e segundo porque a análise representa o passo crucial no sentido dos alvos da investigação científica.

O êxito das pesquisas, tanto no plano descritivo, quanto no interpretativo, relaciona-se e subordina-se, diretamente, aos resultados finais da análise. Com base nas evidências empíricas, selecionadas, comprovadas e testadas por meios analíticos, é que se pode “descrever” e “explicar” a realidade nas ciências sociais. (ibidem, p.08).

Os meios analíticos para descrever e explicar a realidade nas ciências sociais são aqueles capazes de agrupar as instâncias empíricas coligidas, e assim *reconstruir* os fenômenos sociais observados, quanto a seus elementos, suas propriedades e às condições de sua manifestação.

Florestan afirmou só ser possível conhecer a realidade social por meio da análise, que deve converter os dados imediatos da experiência em dados manipuláveis pelo raciocínio científico. E que a conversão de “dados brutos” em “dados típicos” pode processar-se de duas maneiras:

Quando o investigador lida com fenômenos mal conhecidos, êle mesmo precisa realizar o levantamento dos dados brutos, sua depuração crítica e o tratamento analítico correspondente dos materiais empíricos assim selecionados. Nesse caso, pode passar, diretamente, dos resultados da caracterização empírica da realidade para a sua interpretação. A fase intermediária, de reconstrução sintética da realidade, naturalmente, só possui interesse teórico nos projetos de pesquisa explicativa, que tomam por objeto sistemas sócio-culturais concretos. (Ibidem, p.37).

A quarta e última questão que expôs e examinou foi em que sentido a reconstrução e a explanação da realidade se condicionam ou se influenciam mutuamente nas ciências sociais. Resumiu seu exame afirmando que

são variadas e complexas as relações da caracterização empírica (ou reconstrução analítica) com a explanação da realidade. De um lado, os alvos teóricos das pesquisas refletem no modo de escolher e de manipular analiticamente as evidências empíricas. Mas, de outro, tanto a explanação descritiva, pela qual se obtém a reconstrução sintética da realidade, quanto à explanação interpretativa, que as explica mediante categorias científicas, repousam e dependem, direta e indiretamente, dos resultados da caracterização empírica. Se essa interdependência apresenta diversas facetas, isso se dá

porque os fenômenos sociais desafiam de diferentes maneiras o pensamento científico. (Fernandes, 1967, p.38 [1957]).

Argumentou que a reconstrução deveria ser entendida como representação analítica, como reconstituição empírica dos caracteres e propriedades da realidade social, considerada uma fase essencial na investigação dos fenômenos sociais, e, por fim, encarada como representação sintética, como explicação descritiva e interpretativa da realidade social, mediante o uso de categorias universais do pensamento científico, vista como uma forma do conhecimento empírico-indutivo da realidade nas ciências sociais ou como um degrau no encadeamento de explicações generalizadoras, logicamente possíveis, dos fenômenos sociais. (ibidem, p.39).

Não sei se sou um pesquisador sem treino adequado para ver muito e identificar pouco. Essa tese certamente viu muito (como o provam os seus capítulos) e acredito que não identificamos tão pouco dentro do proposto¹⁸, e vejo aí importante contribuição. Procurei até onde pude desenrijecer minhas ideias, minha visão de mundo, não me restringindo aos fatos que confirmavam minhas convicções. Procurei ser justo com os autores que li, expressando verdadeiramente os seus pensamentos e evitando entrar na intencionalidade das pessoas.

Essa tese não negligencia *o papel da análise como recurso de observação* e tampouco se confina aos procedimentos pelos quais foram reunidos os dados brutos. A proposta é que nos concentramos mais na fase crucial da observação, a começar pelo momento em o processo de observação primeiro converte os dados empíricos em uma representação analítica das realidades estudadas. Tal escolha pode parecer cômoda porque nos afasta do envolvimento para com os procedimentos pelos quais foram e são reunidos os dados brutos. Dei um enorme voto de confiança para os tantos e tantos dados de que nos valem aqui, dados oficiais, de institutos de pesquisa etc., dados que também estão reproduzidos nos trabalhos de diversos pesquisadores. E ainda mais fundamental foram às múltiplas análises e sínteses históricas de autores com orientações diversas, como Manoel Bomfim, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Benício Viero Schmidt, Francisco de Oliveira, Emir Sader, Márcio Pochmann, Lula da Silva, Dilma Rousseff, Tomás Moulian, Juan Gómez Leyton, Hugo Fazio & Magaly Parada, Gabriel Palma,

¹⁸ Um Quadro Síntese está sendo elaborado (faltou tempo, não vontade) com o fito de contribuir visualmente para a mirada sintética e para efeitos de explicação quando da defesa.

Ricardo Ffrench Davis, Peter Winn entre outros. O trabalho inicial foi o de tentar organizar criticamente e classificar a documentação e conseqüentemente reproduzir “imagens sensíveis”, “unitárias” e “analíticas” das riquezas e das pobreza no Brasil e no Chile no longuíssimo prazo, da Conquista às Independências; das Independências às Repúblicas Parlamentarista e Velha; durante as industrializações por “substituição de importações”; durante *la Revolución y Contrarrevolución en Chile*; nas ditaduras militares; dos *Gobiernos de la Concertación ao Gobierno de Sebastián Piñera no Chile*; e dos primeiros Governos da “Nova República” ao Governo Dilma Rousseff. Esse trabalho inicial, que tomou o espaço dos quatro últimos capítulos dessa tese, pretendeu dar conta do objetivo mais geral dessa tese. Pela reprodução de tantas imagens de relações econômicas e políticas das vidas sociais na longa duração é que lançamos luzes sobre permanências e mobilidades sociais, riquezas e pobreza, desde o topo até as bases das pirâmides sociais brasileira e chilena. É certo que nessas imagens das vidas em movimento não aparecem todas as formas de vidas, nem mesmo todas as gerações de humanos e suas complexas relações sociais, econômicas, políticas, culturais etc. Esse trabalho de ligação das vidas não humanas e vidas sociais vêm sendo feito. A sociologia histórica cuida da vida social em geral, o que já é muito. E essa tese cuida das relações econômicas e políticas das vidas sociais no Brasil e no Chile no mundo, o que também é muito. Em outros termos, diria que essa tese trata das riquezas e das pobreza materiais e políticas de suas gentes, dos “problemas” da produção e da reprodução das pobreza e riquezas dessas duas nações no mundo, desde o seu embrião ao que pode vir a ser no futuro.

Os alvos cognitivos mais profundos e amplos vieram também de *A riqueza das Nações* de Adam Smith, de *Ascensão e queda da economia de mercado* de Karl Polanyi e de *A lei geral da acumulação capitalista e o pauperismo* de Karl Marx. Todo um capítulo teórico-histórico foi dedicado a sistematizar formulações teóricas desses autores, tudo com o fito de tentar compreender (método de compreensão) os fenômenos da produção e da reprodução das riquezas e das pobreza no Brasil e no Chile no longo prazo. É certo que essas cognições penetraram em outros autores dos quais esta tese se vale para as descrições sobre os processos de produção e reprodução das riquezas e das pobreza nos espaços do Brasil e do Chile. Mas não em todos. Os autores com os quais tentei emendar a história e seus múltiplos processos econômicos-políticos-sociais seguem orientações diversas ao que poderíamos associá-las ao marxismo, keynesianismo e liberalismo. O que sublinhamos foi certa evolução das riquezas e

pobrezas materiais e políticas das gentes do Brasil e do Chile. É claro que essas “observações” por “transcenderem à mera constatação dos dados de fato” aparecem conjugadas ao tratamento analítico de bases diversas. Em suma, trata-se de uma tese que se apresenta mais com um degrau no encadeamento de explicações generalizadoras dos fenômenos sociais aqui estudados, de forma específica e comparada, e menos como uma forma de conhecimento empírico-indutivo das múltiplas realidades brasileiras e chilenas.

Riqueza e pobreza das nações e das classes em Smith, Polanyi e Marx

Já foi dito que a proposição de reconstruir analítica e sinteticamente as relações econômicas e políticas das vidas sociais no Brasil e no Chile no longo prazo se valerá de certos alvos cognitivos mais profundos e amplos. Este primeiro capítulo, que se pretende teórico-histórico, descreve com Adam Smith, Karl Polanyi e Karl Marx os porquês da produção e reprodução da riqueza e da pobreza das nações e de suas distintas classes sociais, ao passo em que apresenta a História, posteriormente atualizada com Eric Hobsbawm. Destas análises destacamos certas proposições desses mesmos autores sobre o que fazer e o que não fazer.

Veremos inicialmente na obra *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*, uma das mais profundas realizações intelectuais do liberalismo clássico, escrita por Adam Smith entre os anos de 1749 e 1776, suas considerações quanto à natureza das causas da riqueza das nações; os “estados” e “situação” de desenvolvimento que até então se encontravam as “nações civilizadas” (há também algumas poucas considerações sobre as chamadas “nações selvagens”); os caminhos “natural” e “antinatural” por elas seguido; ao que devem fazer para sair do estado de miséria e pobreza que porventura possam se encontrar; voltamos a sua prospecção do homem rico e pobre; a conformação da distribuição da riqueza entre as “três grandes categorias originais e constituintes” das sociedades evoluídas, e o conflito existente entre essas classes; a indicação das classes que defendem ou não o “interesse geral” da sociedade; a consciência de classe dos que vivem de lucros, renda da terra e salários; aos determinantes do comportamento dos salários; a distinção de trabalho produtivo e improdutivo; a indicação dos três deveres de “grande relevância” do soberano, bem como alguns conselhos aos governantes e legisladores, e suas críticas à Economia Política dos mercantilistas e fisiocratas; aos gastos que deveriam ser cobertos pela contribuição geral de toda a sociedade, e de quais deveriam ser cobertos apenas por determinados membros da sociedade; e suas considerações quanto aos efeitos perniciosos da dívida pública.

Posteriormente, apresentamos o clássico estudo de Karl Polanyi, escrito durante a Segunda Guerra Mundial, *The great transformation*, mais especificamente a sua tese sobre a “ascensão e queda da economia de mercado”. Registramos com ele o longo período em que os mercados não passavam de acessórios da vida econômica, e de como

a sociedade inconscientemente resistira à ofensiva de se ver transformada em mero apêndice do mercado. Também sua síntese da história social do século XIX, interpretada num “duplo movimento”: o movimento de difusão pelo globo das mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro); e o contra-movimento de autoproteção social, espontâneo, realista e bem estruturado numa rede de políticas e medidas que se integravam em sindicatos e leis fabris destinadas a cercear a organização do movimento relativo ao trabalho, a terra e ao dinheiro.

Partimos da exposição das concepções medievais da “categoria pobreza” – onde o “pobre” poderia causar certa admiração, solidariedade e compaixão aos olhos de quem o vê –, passando pelo aparecimento dos “pobres” na Inglaterra do século XVI e o seu julgamento por cavalheiros ingleses que então os associavam aos preguiçosos, aos vagabundos e aos criminosos, e pelo subsequente surgimento de uma nova “categorização geral dos pobres”, identificados desde fins do século XVIII com os indigentes fisicamente desamparados e os trabalhadores assalariados independentes, até a abolição desta categorização geral e o nascimento dos desempregados como a “nova categoria da pobreza”, que abandona a compaixão e a solidariedade humana em nome da “felicidade de um maior número de pessoas”. Partimos da incompreensão da “nova pobreza” (e nem tanto da “nova riqueza”) até a revelação do tormentoso “problema da pobreza” por William Townsend e outros, e a resposta de Polanyi. Das medidas de “manutenção dos pobres” aplicadas com a promulgação da *Poor Law* em princípios do século XVI, passando por uma ação preventiva de combate ao pauperismo garantido pela *Speenhamland Law* e a proclamação em fins do século XVIII do “direito de viver” de todos, e seu “resultado estarrecedor”, até as “atrocidades burocráticas” e a “tortura psicológica” cometidas pela *New Poor Law* em princípios do século XIX. Da motivação pela subsistência à obsessão pelo lucro. Dos longos entraves ao estabelecimento do mercado de trabalho livre, competitivo, de todo o sistema de organização do trabalho baseado nos princípios da regulamentação e do paternalismo, até a súbita ascensão da economia de mercado no após 1834. Da exposição dos pressupostos do “credo liberal” de uma economia de mercado até o acirramento das “tensões de classe” e a destruição desta utopia impraticável.

E, por fim, aceitei o convite do professor Benício para estudar Karl Marx, mas aqui me ative apenas a algumas poucas páginas publicadas entre os anos de 1848 e 1867, mais precisamente *Manifest der Kommunistischen Partei* e dois fundamentais capítulos da obra *Das Kapital*. Iniciamos com este notável panfleto que sintetiza a

história de todas as sociedades existentes como produto de “luta de classes”; expomos o papel revolucionário desempenhado pela burguesia e as condições essenciais para a existência e supremacia desta classe burguesa; bem como a degeneração da sociedade burguesa, evidenciada pela revolta das forças produtivas contra as modernas relações de produção e de propriedade, e os meios pelos quais a burguesia supera suas crises; também os objetivos da Liga dos Comunistas e as medidas para serem postas em prática pela classe operária. Posteriormente, apresentamos com *Das Kapital* as circunstâncias mais ou menos favoráveis que o aumento do capital traz sobre a sorte da classe trabalhadora; o mecanismo da produção capitalista e da acumulação; os processos de concentração e centralização de capital; o próprio resultado da “lei geral da acumulação capitalista”; ainda enunciamos os principais acontecimentos do processo histórico criador do “modo de produção capitalista” e, por fim, a “tendência histórica da acumulação capitalista”.

Um dos que nos convidam a estudar Marx e Engels é o historiador Eric Hobsbawn. Foi precisamente com ele que sistematizei e ao final desse capítulo duas importantes observações: uma sobre *Marx e o trabalhismo: o longo século*; e outra sobre *Marx, Engels e a política*.

A riqueza das nações em Adam Smith

Adam Smith (1723-1790) escreveu na introdução e plano de *A riqueza das nações* que

o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. (1996, p.59, livro primeiro [1776]).

A proporção da produção interna e da importação em relação ao número de consumidores de cada nação é determinada, segundo Smith, sobretudo pela habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é executado, e em menor medida pela proporção entre o número dos que executam um “trabalho produtivo” em relação aos que não executam tal trabalho. A abundância ou escassez do montante anual de bens de

que cada nação disporá, dependerá destas duas diferentes circunstâncias, independente de qual seja o solo, o clima ou a extensão territorial da nação.

Nas “nações selvagens de caçadores e pescadores” (considerado como o “estágio mais baixo e primitivo da sociedade”), os indivíduos aptos para o trabalho ocupam-se de um trabalho útil visando obter os bens necessários e os confortos materiais para si e para os demais membros da família ou tribo que são ou estão incapacitados de realizar tal trabalho. “... tais nações sofrem tanta pobreza e miséria que, somente por falta de bens, frequentemente são reduzidas (...) à necessidade de às vezes abandonar suas crianças, seus velhos e as pessoas que sofrem de doenças prolongadas, as quais perecem de fome ou são devoradas por animais selvagens” (idem).

Nas “nações civilizadas e prósperas” a maior parte de seus cidadãos não se dedica ao trabalho produtivo, e chegam a consumir o correspondente a 10 ou até 100 vezes mais do que é consumido pelos que trabalham. A produção resultante de todo o trabalho nestas sociedades, fora por ele considerada “tão grande, que todos dispõem, muitas vezes, de suprimento abundante, e um trabalhador, se for frugal e laborioso, pode desfrutar de uma porção maior de bens necessários e confortos matérias, do que aquilo que qualquer selvagem pode adquirir”. (ibidem, p.59-60).

Em sua investigação sobre as causas do maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é executado ou dirigido, Smith acreditou ser resultado da divisão do trabalho¹⁹. E que o princípio originário de tal divisão é a propensão à troca, própria da natureza humana. Sendo o poder de troca o propulsor da divisão do trabalho, sua extensão deveria estar sempre limitada pela extensão do mercado. Quando este é muito reduzido às pessoas acabam não se dedicando inteiramente a uma ocupação, dado a impossibilidade de trocar todo excedente de sua produção pela parcela de produção do trabalho alheio.

É certo que as transformações em curso durante a chamada Revolução Industrial influenciaram Smith em sua formulação sobre o que viria a ser a riqueza e a pobreza das nações. No momento em que apenas afluía a divisão do trabalho, escreveu:

Todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida. Todavia, uma vez

¹⁹ Braudel escreveu que “Adam Smith não descobriu a divisão do trabalho. Ele apenas elevou à dignidade de teoria de conjunto uma antiga noção já pressentida por Platão, Aristóteles, Xenofonte e assinalada, muito antes de Adam Smith, por William Petty (1623-1687), Ernst Ludwig Carl (1687-1743), Fergusson (1723-1816), Beccaria (1735-1793). Mas, depois de Smith, os economistas julgaram ter nela uma espécie de lei de gravitação universal, tão sólida quanto a de Newton” (1998b, p.550).

implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e *o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar*. (Smith, 1996, p.87, livro primeiro, grifo nosso).

Acrescentou que o trabalho só pode ser cada vez mais subdividido apenas na proporção com a quantidade de capital empregado, isto é, na proporção em que certo estoque de bens de diversos tipos, suficiente para manter o trabalhador e provê-lo dos materiais e instrumentos necessários para o seu trabalho, for previamente cada vez mais acumulado. “O número dos que executam trabalho útil e produtivo (...) em toda parte está em proporção com a quantidade do capital empregado para dar-lhes trabalho e com a maneira específica de empregar esse capital” (idem, p.60).

Admitiu dois tipos de trabalhos: o trabalho produtivo que “acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado”, este que “fixa-se e realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho”, que, em síntese, “acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro de seu patrão”; e o trabalho improdutivo que “não acrescenta valor algum a nada”, tais como o de todos os oficiais de justiça e de guerra, todo o exército e marinha, eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos, cantores de ópera etc. “Seu serviço, por mais honroso, útil ou necessário que seja, não produz nada com o que igual quantidade de serviço possa posteriormente ser obtida”, “o trabalho de todos eles morre no próprio instante de sua produção”. Os que executam trabalho, produtivo ou improdutivo, ou mesmo os que não trabalham, são necessariamente mantidos pela produção anual da terra e da mão de obra do país. (ibidem, p.333-334, livro segundo).

Em sua análise sobre a ordem segundo a qual cada produção é dividida entre as diferentes classes da sociedade, argumentou que a produção que sai do solo ou das mãos dos trabalhadores produtivos acaba por se dividir em duas partes: a maior delas que se destina a repor um capital ou renovar as provisões de mantimentos materiais e o trabalho acabado, retirados de um capital; e o restante se destina a constituir uma renda para o proprietário deste capital, como lucro de seu capital, e para outras pessoas, seja como rendas de suas terras ou como salários de seus trabalhos. A produção anual total da terra e do trabalho fora dividida em “três grandes categorias originais e constituintes de toda sociedade evoluída”: renda da terra; salários da mão de obra; e lucro do capital.

Para Smith eram contrastantes os interesses dessas categorias, sobretudo entre os que vivem da renda da terra e de salários em relação aos que vivem de lucros. Defendeu que somente os interesses das duas primeiras classes estão inseparavelmente ligados ao “interesse geral da sociedade”, isto porque o valor real da renda da terra e dos salários tende a se comportar tal como as oscilações econômicas, suas rendas crescem com a expansão econômica e decrescem com o declínio econômico. Já o interesse dos que vivem de lucro se choca com o interesse geral da sociedade, isto não tanto porque busquem a ampliação do mercado (o que considerou ser muitas vezes benéfico para o interesse público), mas pelo fato do estreitamento da competição estar sempre em seus planos, fato considerado maléfico ao interesse geral.

Argumentou que destas três classes sociais são os que vivem de lucro os que melhor sabem reconhecer e defender os seus próprios interesses. “Sua superioridade em relação aos senhores do campo não está tanto no conhecimento que têm do interesse público, mas antes no fato de conhecerem melhor seu interesse próprio do que os homens do campo conhecem o seu”. Estes últimos “são a única das três categorias cuja renda não lhes custa nem trabalho nem cuidado, pois esta renda lhes vem, por assim dizer, espontaneamente, independente de qualquer plano ou projeto deles”. Já a classe trabalhadora foi considerada incapaz de compreender não só o interesse geral da sociedade, mas também a vinculação deste interesse ao seu próprio interesse. “Sua condição não lhe deixa tempo para receber a necessária informação, e sua educação e hábitos costumam ser tais que o tornam inapto para discernir, mesmo que esteja plenamente informado”. (Smith, 1996, p.272-3, livro primeiro).

Reconheceu que a riqueza dos que vivem tanto de lucro como da renda da terra não é fruto de seu próprio trabalho, mas do trabalho dos que vivem de salários. “... embora o manufator tenha seus salários adiantados pelo seu patrão, na realidade ele não custa nenhuma despesa ao patrão, já que o valor dos salários geralmente é repostado juntamente com um lucro, na forma de um maior valor do objeto no qual seu trabalho é aplicado” (idem, p.333, livro segundo). Considerou o trabalho o único criador original de valor, e que os trabalhadores tinham que dividir o produto de seu trabalho com os que viviam da renda da terra e de lucros, cuja fonte de poder e cuja reivindicação de renda não decorriam da produção de mercadorias, mas por serem proprietários da terra e dos instrumentos de trabalho. A propriedade lhes garantia o direito de colher o que não tinham plantado, o que não tinham produzido. A proteção dos direitos de propriedade pelo governo consistia basicamente numa “defesa do rico contra o pobre”.

Smith foi tanto favorável à defesa da propriedade privada quanto à promoção do que entendeu ser o interesse social geral. Aconselhou legisladores a se contrapor e não ceder aos interesses e ao poder capitalista.

A proposta de qualquer nova lei ou regulamento comercial que provenha de sua categoria sempre deve ser examinada com grande precaução e cautela, não devendo nunca ser adotada antes de ser longa e cuidadosamente estudada, não somente com a atenção mais escrupulosa, mas também com a maior desconfiança. É proposta que advém de uma categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo. (Smith, 1996, p.273, livro primeiro).

Ao contrário das queixas de fabricantes e mercadores de seu tempo sobre o mau efeito dos salários elevados no aumento do preço das mercadorias, destacou que “a remuneração generosa do trabalho é o efeito da riqueza crescente, da mesma forma é a causa do aumento da população. Queixar-se disso equivalia a lamentar-se sobre a causa e o efeito necessário da prosperidade máxima da nação” (idem, p.131, livro primeiro).

Assim como a remuneração generosa do trabalho estimula a propagação da espécie, da mesma forma aumenta a laboriosidade. Os salários representam o estímulo da operosidade, a qual, como qualquer outra qualidade humana, melhora em proporção ao estímulo que recebe. Meios de subsistência abundantes aumentam a força física do trabalhador, é a esperança confortante de melhorar sua condição e talvez terminar seus dias em tranquilidade e abundância o anima a empenhar suas forças ao máximo. Portanto, onde os salários são altos, sempre veremos os empregados trabalhando mais ativamente, com maior diligência e com mais rapidez do que onde são mais baixos. (Smith, 1996, p.131, livro primeiro).

Quanto ao comportamento dos salários, fundamental na determinação da quantidade de bens necessários e confortos materiais de que a classe trabalhadora pode consumir, Smith acreditava que eram determinados nas lutas entre as classes sociais, nas quais os assalariados quase sempre levavam a pior. A elevação dos salários não se dava pela extensão da riqueza nacional, mas por seu contínuo incremento. Os mesmos não eram os mais altos nas nações mais ricas, mas naquelas que estavam se tornando rapidamente ricas, no que chamou de mais “progressistas”.

Já quanto à condição de miséria e fome dos trabalhadores é sintoma de que a nação está regredindo rapidamente. A manutenção deficiente dos trabalhadores pobres constitui o sintoma de que a nação encontra-se num estado “estacionário”. Já a “remuneração generosa do trabalho” é não somente o efeito necessário da riqueza nacional em expansão, mas também seu “sintoma natural”.

(...) a condição dos trabalhadores pobres parece ser a mais feliz e a mais tranquila no estado de progresso, em que a sociedade avança para maior riqueza, e não no estado em que já conseguiu sua plena riqueza. A condição dos trabalhadores é dura na situação estacionária e miserável quando há declínio econômico da nação. O estado de progresso é, na realidade, o estado desejável e favorável para todas as classes sociais, ao passo que a situação estacionária é a inércia, e o estado de declínio é a melancolia. (Smith, 1996, p.131, livro primeiro).

Vejamos em dois curtos parágrafos o que Smith tem a nos dizer sobre as “causas da prosperidade das novas colônias”, das nações que vinham perdendo sua condição de “selvagens”.

Os colonizadores de uma nação civilizada que toma posse de um país, seja este desabitado ou tão pouco habitado que os nativos facilmente dão lugar aos novos colonizadores, progridem no caminho da riqueza e da grandeza com rapidez maior do que qualquer outra sociedade humana. (Smith, 1996, p.64, livro quarto).

(...) nas Índias Ocidentais (...) devido à sua localização, estavam menos sob as visitas e o controle do poder da mãe-pátria. Ao perseguirem seus interesses a seu próprio modo, em muitas ocasiões sua conduta foi perdida de vista por não ser conhecida ou por não ser compreendida na Europa, sendo que a distância das colônias tornava difícil controlar tal conduta. Mesmo o governo violento e arbitrário da Espanha, em muitas ocasiões, foi obrigado a revogar ou a amenizar as ordens dadas para o governo de suas colônias, por temor a uma insurreição geral. Consequentemente, muito grande tem sido o progresso de todas as colônias europeias em riqueza, população e desenvolvimento. (idem, p.66 e 67, livro quarto).

O primeiro parágrafo vê entre as causas da “riqueza” e da “grandeza” de colônias desabitadas e pouco povoadas o fato de seus nativos facilmente “cederem lugar” aos novos colonizadores. Já o segundo vê entre as causas do maior “progresso” de todas as colônias europeias as circunstâncias de suas localizações, que ao colocarem sob o maior abrigo das vistas e do controle do poder da “mãe-pátria”, e por conta disto poderem perseguir seus próprios interesses. De seus escritos podemos deduzir que esta segunda presunção parece relacionar-se aos casos de todas as colônias europeias, entre elas a do Chile e a do Brasil²⁰, enquanto a primeira parece relacionar-se ao caso de antigas colônias gregas e romanas.

²⁰ “Um projeto de conquista deu origem a todas as fundações dos espanhóis naqueles países recém-descobertos. O motivo que os incitou a essa conquista foi um projeto de exploração de minas de ouro e prata; e uma série de eventos, que nenhuma sabedoria humana poderia prever, fez com que esse projeto tivesse muito mais sucesso do que aquele que os empregadores tinham quaisquer motivos razoáveis para esperar. (...) Depois das colônias dos espanhóis, a dos portugueses no Brasil é a mais velha colônia de qualquer nação europeia na América. Entretanto, uma vez que durante longo período de tempo depois da primeira descoberta não se encontraram no Brasil minas de ouro nem de prata, e pelo fato de, em razão disso, ela proporcionar pouca ou nenhuma renda à Coroa, a colônia foi por décadas bastante negligenciada; e, durante esse tempo de incúria, ela se desenvolveu, tornando-se uma colônia grande e poderosa. (...) Afirma-se haver nessa colônia mais de 600 mil habitantes, portugueses ou descendentes de portugueses, crioulos, mulatos e uma raça mista, resultante da mescla de portugueses e brasileiros. Supõe-

Quanto às nações já civilizadas que vinham passando pelo estado de declínio econômico (era então aproximadamente esse o caso de Bengala e de algumas outras colônias inglesas nas Índias Orientais), Smith nos diz que as condições de carência, miséria e fome da classe trabalhadora estender-se-iam progressivamente para as demais classes superiores, até que o seu número de habitantes fosse reduzido à quantidade tal que pudesse ser mantida pela renda e pelo capital que não houvesse sido destruído. Tal calamidade acometeria as nações que decidissem diminuir progressivamente os fundos destinados à manutenção de sua mão de obra. A cada ano a demanda por trabalhadores das mais diversas categorias de emprego seria menor do que no ano anterior. Os que possuíam seu negócio próprio, não conseguindo encontrar emprego em sua própria atividade, seriam obrigados a procurá-lo em atividades pior remuneradas. A classe mais baixa de empregos seria supersaturada pela procura tanto por parte de operários da classe social mais baixa, como por trabalhadores de outras classes. A concorrência por emprego nessa classe mais baixa passaria a ser tão grande a ponto de reduzir os salários à subsistência mais ínfima e precária. Aos que não conseguissem encontrar emprego, mesmo os mais precários, morreriam de fome ou procurariam sua própria subsistência na mendicância ou na prática de atos os mais indignos.

Para Smith “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis” (idem, p.129). A saída das nações do lamentável estado de miséria e pobreza em que possam se encontrar parece decorrer de mudanças na divisão e especialização do processo de trabalho, que ao proporcionar o crescimento da produtividade do trabalho e o aumento do excedente sobre os salários (dado à repartição desigual entre os que vivem de lucro e salário), resulta no crescimento do estoque de capital, variável determinante do volume de emprego produtivo. O processo de acumulação de capital então pressiona a demanda por mão de obra sobre o mercado de trabalho, e há um crescimento concomitante dos salários e melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e da população em geral. O aumento do emprego, dos salários e o crescimento da população ampliam o tamanho dos mercados e estende a divisão do trabalho, produzindo toda uma espiral de crescimento econômico.

Já quanto à situação estacionária, de maturidade econômica (vivida na época tanto pela Holanda como pela China), Smith não parece ter admitido à existência de

se não haver nenhuma colônia na América que tenha número tão elevado de pessoas de descendência europeia”. (ibidem, p.64 e 68).

nenhum mecanismo inerente de superação desta situação. Segundo um estudioso de sua obra, ele

não sugere em nenhum lugar que mão invisível do mercado, agindo por conta própria, possa livrar a economia dessa armadilha. Se algo ou alguém pode fazer isso, é a mão visível do governo, com mudanças adequadas de leis e de instituições. Intimamente ligado a isso, também está claro que, ao provocar mudanças de leis e de instituições, os governos não só são submetidos a fortes restrições sociais (...), mas também reagem a contradições do processo de desenvolvimento econômico que são fundamentalmente mais sociais que econômicas. (Arrighi, 2008, p.64).

O “desenvolvimento econômico” foi concebido por Smith como o preenchimento de pessoas e patrimônio, que engloba certo volume de recursos naturais e é configurado internamente e restringido externamente por leis e instituições. Quando se tem patrimônio de menos e está subpovoada, há grande potencial de crescimento econômico. Em contrapartida, quando a nação tem patrimônio demais e está muito povoada, o potencial de crescimento, caso exista, será menor. Smith denomina a primeira destas situações de progressista, e a segunda de estacionária. (idem, p.63).

O caminho “natural” progressista pelo qual a maioria das nações teria percorrido foi por ele descrito em três etapas. Primeiramente, as nações empregavam a maior parte de seu capital na agricultura, posteriormente na indústria e, por fim, no comércio exterior. A extensão e o aprimoramento do cultivo cria a demanda necessária para o investimento na indústria. Esta expansão da produção agrícola e industrial por sua vez resulta num excedente de mercadorias, que pode ser trocado, via comércio exterior, por outras mercadorias de maior valor. (ibidem, p.70-1).

Pelo curso natural das coisas (...) a maior parte do capital de toda sociedade em crescimento é primeiramente canalizada para a agricultura, em segundo lugar para as manufaturas, e só em último lugar para o comércio exterior. Essa ordem de prioridade é tão natural que, segundo creio, sempre foi observada, até certo ponto, em todo país que dispunha de algum território. Algumas de suas terras foram necessariamente cultivadas, antes de se poder criar alguma cidade grande, e algum tipo de atividade manufatureira mais primitiva deve ter havido nessas cidades antes de pensarem em dedicar-se ao comércio exterior. (Smith, 1996, p.376-7, livro terceiro).

Segundo Smith as instituições humanas não deveriam intervir no “curso natural das coisas”, pois assim “a riqueza progressiva e o crescimento das cidades seriam, em toda sociedade política, consequência da melhoria e do cultivo da região ou do país, sendo também proporcional a essa melhoria e a esse cultivo”. As cidades não poderiam jamais ter crescido além da medida compatível com o aprimoramento e o cultivo do território ou da nação a qual pertencem. (idem, p. 374-5).

Mas considerou que nem todas as nações seguiram por este caminho “natural”. Sua crítica foi implacável com as nações europeias que seguiram por um caminho tido como “antinatural e retrógrado”.

(...) em todos os modernos países da Europa essa ordem [natural] foi totalmente invertida, sob muitos aspectos. Nesses países, foi o comércio externo de algumas de suas cidades que introduziu todas as manufaturas mais refinadas, isto é, aquelas que eram indicadas para vender seus produtos em locais distantes; (...) Os hábitos e os costumes introduzidos pelo estilo de seus primeiros governos, hábitos e costumes esses que permaneceram mesmo depois de ter esses governos passados por profundas alterações, necessariamente lançaram esses países nessa ordem retrógrada e antinatural. (Smith, 1996, p.377, livro terceiro).

O principal conselho de Smith aos estadistas e legisladores europeus foi o de desviar o curso do desenvolvimento dos países que seguiam por um caminho “antinatural”, e fazê-los seguir por um caminho “natural” de desenvolvimento (Arrighi, 2008, p.72 e 75). Para tanto, tomou a Economia Política como um ramo da ciência do estadista ou do legislador que se propõe “a prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção”, bem como “prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os serviços públicos”, visando “enriquecer tanto o povo quanto o soberano” (Smith, 1996, p.413, introdução ao livro segundo).

Recordou que as nações razoavelmente desenvolvidas no tocante à habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é executado, adotaram distintos planos na gestão do trabalho produtivo, favorecendo de diferentes maneiras as grandezas de suas produções. Enquanto a política de algumas nações estimulava a “indústria do campo”, outras incentivavam a “indústria das cidades”. Tais planos deram origem a dois sistemas de Economia Política: o sistema mercantil ou de comércio que enaltecia a importância da atividade das cidades; e o sistema de agricultura defendido pelos fisiocratas que destacava a importância das atividades do campo. Estas teorias tiveram considerável influência não só sobre as teses de pesquisadores e eruditos, mas também sobre a gestão pública de príncipes e governantes dos Estados de seu tempo.

Smith dedica todo o quarto livro de sua obra para explicar estes dois sistemas distintos de Economia Política. Opôs-se a concepção dos mercantilistas de que a riqueza é ampliada pelo comércio externo e pela acumulação de reservas de ouro e prata. Também combateu as suas políticas que ocasionavam intervenções governamentais nos processos de mercado, sobretudo naquelas relacionadas com o comércio internacional,

cujo objetivo fora assegurar elevados lucros para as grandes companhias de comércio, ampliar as fontes de renda dos governos nacionais e atrair para as suas nações o maior volume possível de metais preciosos. Condenou severamente os monopólios, favorecidos pelas concessões de patentes. Refutou a concepção dos fisiocratas de que a agricultura era a única atividade produtiva e apenas dela proviria o excedente repartido entre as classes sociais, demonstrando que a atividade industrial também é produtiva e favorece o aumento da riqueza das nações. Fora favorável a liberalização do comércio, tanto no âmbito internacional quanto no âmbito doméstico. Adotou o tema do *laissez-faire* dos fisiocratas, imortalizando-o na metáfora da “mão invisível”, que guiaria o interesse pessoal dos que viviam do trabalho, da renda da terra e de lucros na promoção do interesse geral das nações. Guiados pelo desejo de melhorar suas condições de vida, os indivíduos promoveriam o bem-estar coletivo, ainda que tal fim não figurasse em suas intenções.

Admitiu que a divisão internacional do trabalho e a “mão invisível” dos mercados resultariam na elevação progressiva do nível de bem-estar de toda a população. E ainda que não tenha vislumbrado o fim das desigualdades sociais, acreditou que estas flutuariam dentro de limites razoáveis, inibindo situações extremadas de riqueza e pobreza. A própria tendência da vida econômica atenuaria as desigualdades. Não concebeu a presença de gigantescas empresas com poder de mobilizar vultuosos recursos financeiros, desfrutando de uma posição monopólica de mercado e empregando milhares de trabalhadores. Em seu esquema teórico sustentou que os monopólios eram fruto de favoritismos e da corrupção da coroa e não da dinâmica interna dos mercados. Se o poder político se abstivesse de intrometer-se na vida econômica, e deixasse de perturbar o funcionamento da “mão invisível”, a competição iria dissolvê-los e, em seu lugar, floresceriam uma plêiade de empresas familiares que competiriam livremente nos mercados. (Borón, 2001, p.43).

O aumento da competição, que inevitavelmente acompanha a acumulação de uma massa crescente de capital dentro de esferas de produção e canais de comércio estabelecidos, provoca uma queda tendencial da taxa de lucro (que não parecem ter sido previstas em nenhum dos dois sistemas teóricos precedentes). O nível geral de lucros será mais alto ou mais baixo dependendo das condições com as quais os mercadores e fabricantes possam ou não restringir a entrada de novos participantes em suas esferas de funcionamento, o que ocorre por meio de acordos privados ou regulamentações governamentais. Para Smith é tarefa essencial dos governos assegurarem a competição

entre capitalistas para reduzir o lucro a um mínimo necessário para compensar o risco de investir recursos na produção e no comércio. (Arrighi, 2008, p.60-1).

As restrições de todo tipo, tal como defendidas por mercantilistas ou fisiocratas, foram duramente criticadas por Smith nos nove capítulos deste quarto livro, cuja síntese foi expressa da seguinte forma:

(...) os sistemas que, preferindo a agricultura a todas as demais ocupações e, para promovê-la, impõem restrições às manufaturas e ao comércio externo, agem contra o objetivo preciso que se propõem e indiretamente acabam desestimulando exatamente aquele tipo de atividade que pretendem fomentar. Sob esse aspecto, são mais incoerentes talvez do que o próprio sistema mercantil. Esse sistema, estimulando as manufaturas e o comércio externo mais que a agricultura, faz com que certa parcela do capital da sociedade deixe de sustentar um tipo de atividade mais vantajoso, canalizando-a para sustentar um tipo de atividade menos vantajoso. Mesmo assim, porém, ele ao final acaba estimulando realmente esse tipo de atividade que tenciona fomentar. Ao contrário, os sistemas agrícolas mencionados realmente, e por fim, acabam desestimulando o próprio tipo de atividade a que dão preferência. É dessa forma que todo sistema que procura, por meio de estímulos extraordinários, atrair para um tipo específico de atividade uma parcela de capital da sociedade superior àquela que naturalmente para ela seria canalizada ou então que, recorrendo a restrições extraordinárias, procura desviar forçadamente, de um determinado tipo de atividade, parte do capital que, caso contrário, naturalmente seria para ela canalizada, na realidade age contra o grande objetivo que tenciona alcançar. Em vez de acelerar, retarda o desenvolvimento da sociedade no sentido da riqueza e da grandeza reais e, em vez de aumentar, diminui o valor real da produção anual de sua terra e de seu trabalho. (Smith, 1996, p.169, livro quarto).

Suas críticas visavam promover o que chamou de “sistema de liberdade natural”, no qual cada indivíduo teria a “perfeita liberdade” de agir a seu modo por interesse próprio, conquanto não violasse as leis da justiça. Nesse sistema caberia ao soberano apenas três deveres de “grande relevância”:

primeiro, o dever de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro da mesma, ou seja, o dever de implantar uma administração judicial exata; e, terceiro, o dever de criar e manter certas obras e instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno contingente de indivíduos poderão ter interesse em criar e manter, já que o lucro jamais poderia compensar o gasto de um indivíduo ou de um pequeno contingente de indivíduos, embora muitas vezes ele possa até compensar em maior grau o gasto de uma grande sociedade. (Smith, 1996, p.170, livro quarto).

Para o cumprimento efetivo destes deveres, caberia ao Estado realizar determinados gastos, os quais pressuporia certa receita capaz de cobri-los. É no quinto e último livro de “A riqueza das nações” que examina os gastos com a defesa, com a justiça e com as obras e instituições públicas, em particular aquelas a facilitar o

comércio da sociedade, sobretudo as que são necessárias para facilitar o comércio em geral. Também os gastos das instituições para com a educação da juventude e com a instrução das pessoas de todas as idades, e as despesas com o sustento da dignidade do soberano. Concomitante a este exame, expõe quais destes gastos deveriam ser cobertos pela contribuição geral de toda a sociedade, e quais deveriam ser cobertos apenas por determinados membros da sociedade.

Tanto a despesa destinada à defesa da sociedade como a destinada ao sustento da dignidade do magistrado supremo são aplicadas em benefício geral da sociedade. É, pois, justo que ambas sejam cobertas pela contribuição geral de toda a sociedade, contribuindo todos os seus membros, na medida do possível, em proporção com suas respectivas capacidades. Sem dúvida, também a despesa com a administração da justiça pode ser considerada como sendo aplicada em benefício de toda a sociedade. Por isso, não é injusto que ela seja paga com a contribuição geral de toda a sociedade. (...) As despesas locais ou provinciais que beneficiam apenas um lugar ou uma província (...) devem ser cobertas por uma receita local ou provincial, sem onerar a receita geral da sociedade. É injusto exigir que toda a sociedade contribua para custear uma despesa cuja aplicação beneficia apenas uma parte da sociedade. (...) também as despesas com as instituições destinadas à educação e à instrução religiosa são benéficas para toda a sociedade, podendo, portanto, sem injustiça, ser cobertas com a contribuição geral da sociedade. (...) Quando as instituições ou outras obras públicas que beneficiam toda a sociedade não podem ser mantidas integralmente ou não são assim efetivamente mantidas com a contribuição daqueles membros particulares da sociedade mais diretamente beneficiados por elas, essa deficiência deve, na maioria dos casos, ser suprida pela contribuição geral da sociedade. A receita geral da sociedade, além de cobrir os gastos com a defesa da sociedade, e sustentar a dignidade do magistrado supremo, tem de suprir a deficiência de muitos setores específicos da receita. (Smith, 1996, p.272-3, livro quinto).

Mas a receita geral da sociedade nem sempre foi suficiente para cobrir esse conjunto de gastos essenciais. Smith observou que “a parcimônia que leva a acumular dinheiro tornou-se quase tão rara nos governos republicanos como nos monárquicos”, e que sua ausência em tempos de paz impôs a necessidade de contrair dívidas em tempos de guerras (1996, p.359, livro quinto).

Argumentou que são perniciosos os efeitos dessas dívidas sobre a riqueza real, sobre a produção anual da terra e do trabalho da sociedade. “Tem sido bastante uniforme o aumento das enormes dívidas que atualmente oprimem todas as grandes nações da Europa, e a longo prazo provavelmente as levará à ruína” (idem, p.361). Todos os Estados que adotaram a prática de emitir títulos da dívida pública se enfraquecem gradualmente.

Aos apologistas que advogavam a tese de que a nação não empobrece ao pagar juros da dívida pública, dado que suas consequências seriam apenas uma transferência

de renda entre habitantes de uma mesma nação (“o dinheiro não sai do país”), responde que se trata de um sofisma baseado em preceito do sistema mercantil que não corresponde à verdade, uma vez que outras nações estrangeiras têm considerável participação nos fundos públicos. E “mesmo que toda a dívida se devesse aos habitantes do país, nem por isso ela seria menos perniciosa” (ibidem, p.375). Isso pelo fato de que para arcar com o pagamento de suas dívidas, juros e amortizações, os Estados, caso não possam mais reduzir seus gastos, deverão ampliar suas receitas pelo incremento da tributação, o que segundo Smith recairá sobre as duas grandes fontes de rendimento (terra e capital) de pessoas que estão diretamente interessadas na boa condição de cada parcela em particular de terra e na boa gestão de cada parcela específica de capital.

A dívida pública é perniciosa pelo fato de transferir o predomínio dos donos de terra e de capital para os credores do Estado. No longo prazo, a maior parte do rendimento originário da terra e do capital transferidos aos credores do Estado acarreta tanto negligência em relação a terra quanto ao desperdício ou a evasão do capital, já que estes credores têm apenas “interesse genérico na prosperidade da agricultura, das manufaturas e do comércio do país e, conseqüentemente, na boa condição das terras e na boa gestão do país”. Estes “não tem conhecimento algum de nenhuma parcela específica. Não exerce nenhuma inspeção sobre isso. Não tem nenhuma preocupação com isso. A ruína de uma determinada parcela de terra ou capital pode, em alguns casos, ser-lhe desconhecida, sem afetá-lo diretamente”. (ibidem, p.376).

A essa altura já está claro que Smith não falava em nome dos interesses dos credores do Estado e tampouco dos que em sua época viviam de lucros, ainda que no caso destes últimos tal afirmação me pareça mais controversa, uma vez que ele também defendeu seus atos egocêntricos, por julgar que no fim das contas são socialmente benéficos. Pela leitura de *A riqueza das nações* nos parece que seus propósitos relacionavam-se com a promoção do que entendeu ser o “interesse geral” das nações, e com o enriquecimento de seus povos e soberanos, ou pelo menos de povos e soberanos de algumas nações²¹.

²¹ Digo apenas algumas pelo fato mesmo de ter, ao findar a sua obra, incitado os governantes da Grã-Bretanha a tomar dois caminhos que em nada contribuiriam para promover o “interesse geral” de colônias e províncias as quais estiveram submetidas aos desígnios do projeto britânico. O primeiro caminho era completar, se possível, seu projeto imperial, seu “sonho dourado” ao qual estava empenhada. O segundo, mais enfático, era o de libertar a Grã-Bretanha da despesa de defender em tempos de guerra as províncias que não estavam se submetendo aos impostos britânicos, bem como de não sustentar qualquer parcela do governo civil ou instituições militares destas províncias.

A influência intelectual de Smith no pensamento econômico dos séculos subsequentes, sobretudo nas doutrinas econômicas conservadoras, parece estar particularmente em sua defesa em atos egocêntricos e na não intervenção das instituições humanas no “curso natural das coisas”. Adiante veremos um pouco da distância que separavam as ideias de Smith das de William Townsend, David Ricardo, Thomas Malthus entre outros, de como os seus princípios da Economia Política foram abandonados e substituídos por outros princípios, e de como o seu humanismo fora afastado. Por agora basta registrar com Robert Heilbroner e Giovanni Arrighi que entre os “principais economistas do passado”, Smith está entre “um dos mais amplamente citados e um dos mais raramente lidos”, e que ele é, ao lado de Karl Marx, “certamente um dos mais incompreendidos”.

Arrighi avalia que seu legado é cercado de mitos, um dos quais (e que aqui nos interessa) o de que ele “era teórico e defensor da “auto regulação” do mercado”²² (2008, p.57).

Longe de teorizar um mercado auto-regulado, que funcionaria melhor com um Estado mínimo ou sem Estado algum, *A riqueza das nações*, assim como a Teoria dos sentimentos morais e as não publicadas Aulas de jurisprudência, pressupunha a existência de um Estado forte que criaria e reproduziria as condições de existência do mercado; usaria o mercado como instrumento eficaz de governo; regulamentaria seu funcionamento; e interviria ativamente para corrigir ou contrabalançar resultados social ou politicamente indesejáveis. (...) o conselho de Smith ao legislador baseava-se em considerações mais sociais e políticas do que econômicas.

A crença dogmática nos benefícios de governo minimalista e do mercado auto-regulado, típica do “credo liberal” do século XIX, ou a crença igualmente dogmática no poder curativo das “terapias de choque” defendidas pelo Consenso de Washington no fim do século XX, eram totalmente alheias a Smith. Na verdade, ele provavelmente concordaria com a tese de Karl Polanyi de que tais crenças são utópicas e impraticáveis. (Arrighi, 2008, p.58).

Ascensão e queda da economia de mercado em Karl Polanyi

Mais de um século e meio após a publicação de *A riqueza das Nações*, Karl Polanyi (1886-1964) propôs a tese de que até o início do século XIX os mercados não eram mais do que acessórios da vida econômica. A sociedade do século XVIII resistira inconscientemente a qualquer tentativa de transformá-la em mero apêndice do mercado. Já no decorrer do século XIX, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo, ao

²² Os outros dois mitos, segundo Arrighi, são o “de que [Smith] era teórico e defensor do capitalismo como motor da expansão econômica “interminável”, e “de que era teórico e defensor do tipo de divisão de trabalho que se estabeleceu na fábrica de alfinetes descrita no primeiro capítulo de *A riqueza das nações*” (2008, p.57).

mesmo tempo em que a sociedade se protegia por meio de um conjunto de políticas e medidas que se integravam em poderosas instituições destinadas a conter os perigos inerentes de um sistema de “mercado auto-regulável”.

Sob o sistema mercantil, quando os mercados passaram a ser mais numerosos e importantes, ainda não havia nenhum claro sinal de que poderiam vir a controlar qualquer sociedade humana. O próprio desenvolvimento dos mercados passou a ser a principal preocupação de governos, que adotaram uma administração centralizada com os mais severos regulamentos e regimentos. As regulamentações e os mercados cresceram juntos.

A “libertação” do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas libertou o comércio do particularismo, porém, ao mesmo tempo, ampliou o escopo da regulamentação. O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social. (Polanyi, 2000, p.88 [1944]).

O “mercado auto-regulável” era desconhecido durante a vigência do sistema mercantil. Apesar da instituição do mercado ter sido bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel fora apenas incidental na vida econômica interna de várias comunidades e países. Foram precisos milênios até que alguma economia passasse a estar submetida ao controle de certos mercados. Até o início do século XIX o sistema econômico fora função da organização social; “o sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre foi compatível com ele” (Polanyi, 2000, p. 89).

Em princípios da Idade Média, a compra e a venda de bens da vida cotidiana não era sequer uma atividade regular. A troca não revelava qualquer tendência de se expandir as expensas do sistema social. O ganho e o lucro feitos nestas trocas não desempenhavam papel importante na economia humana. A alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca é para Polanyi “quase inteiramente apócrifa” (idem, p.63).

Considerou profética a sugestão equivocada de Adam Smith de que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência da “propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”. O equívoco de Smith, reconhecido por meio de

pesquisas históricas e antropológicas posteriores²³, evidencia-se no fato de que até fins do século XVIII a propensão do homem à troca não havia se “manifestado em qualquer escala considerável na vida de qualquer comunidade pesquisada e, quando muito, permanecia como aspecto subordinado da vida econômica”. Já a profecia seria revelada apenas um século após a publicação de *A riqueza das nações*, pelo pleno funcionamento de um sistema industrial na maior parte do planeta. Isto significou prática e teoricamente “que a raça humana fora sacudida em todas as atividades econômicas, se não também em suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por essa propensão particular”. (ibidem, p.63).

Não há registros da propensão à permuta nas comunidades antigas, e a ideia de lucro também estivera ausente. Até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, todos os sistemas econômicos eram organizados de acordo com “os princípios de reciprocidade, redistribuição ou domesticidade, ou de alguma combinação dos três”²⁴. “O princípio de independência da carência era conhecido (...) em quase todos os tipos de organização social até aproximadamente o início do século XVI na Europa”²⁵. (Polanyi, 2000, p.75 e 199).

Os pobres na Inglaterra surgiram apenas na primeira metade do século XVI, quando então passaram a representar um perigo para a sociedade. No final do século XVII, momento em que se aludia menos ao pauperismo, estes eram “apenas uma carga para os impostos”. Na primeira metade do século XVIII, “a riqueza móvel ainda se constituía num tema moral enquanto a pobreza ainda não era”. No período mais ativo da Revolução Industrial, de 1795 a 1834, “a verdadeira natureza do pauperismo ainda permanecia oculta à visão dos homens”, e “tanto a nova riqueza como a nova pobreza ainda não eram bem compreendidas”. (idem, p.129, 130 e 135).

Ao comparar as concepções medievais e modernas da categoria “pobreza”, Roberto da Matta, que se baseia nas reflexões de Polanyi, salienta que quando predominavam os valores da Igreja Católica no período medieval, o pobre era percebido como uma categoria moral relacionada e complementar ao rico. Critérios

²³ Polanyi está se referindo sobretudo aos trabalhos de Bronislaw Malinowski e Richard Thurnwald, nos quais se apoia para contestar Smith.

²⁴ Uma breve apresentação destes princípios se encontra em trechos dos capítulos “Sociedades e sistemas econômicos” e “Evolução do padrão de mercado”, no livro “A grande transformação” de Polanyi.

²⁵ As motivações materialistas e individualistas, a ânsia por acumular riquezas materiais, o egoísmo e a avareza, há muito fora duramente criticadas pela cultura europeia ocidental, durante boa parte do período feudal. De acordo com a ética paternalista cristã, que legitimava moralmente as relações sociais e econômicas no feudalismo, as atividades dos comerciantes deveriam ser supervisionadas de maneira a zelar pelo bem-estar de toda comunidade, o que conflitava com os interesses dos comerciantes medievais. Era um tempo em que os mais abastados tinham a obrigação moral e cristã de “ajudar” os mais pobres, onde estes não eram tratados como questão social ou como problema político. (Hunt & Sherman, 2000).

socioeconômicos não eram predominantes na definição de pobreza, os quais viriam a ser na modernidade. Os pobres e os ricos seriam ou não admirados em função de suas virtudes e espiritualidades. Os pobres poderiam mesmo ser admirados por suas riquezas espirituais, e os ricos serem considerados pobres em virtudes. A pobreza chegou a despertar certa admiração, solidariedade e compaixão. A redefinição da concepção de pobreza ocorreria no início do século XVI, sobretudo após a Reforma Protestante, quando se passou a associar o pobre à preguiça, à vagabundagem, ao crime e ao desemprego. A moralidade relacional da Idade Média seria então substituída por uma moralidade distributiva, na qual o Estado (e não mais o rico) tornava-se responsável pela sobrevivência e controle dos pobres.²⁶

Para combater a pobreza, a mendicância e a vagabundagem, que haviam adquirido maiores proporções na primeira metade do século XVI na Inglaterra, o Estado promulgou a *Poor Law* no ano de 1536. Esta lei transferia para as paróquias a responsabilidade pela manutenção dos pobres, autorizando-as a reunir, por meio de voluntárias contribuições, um fundo destinado ao sustento destes. Em 1572 fora decretado um imposto de caráter compulsório, o que significava que o Estado passava a admitir que os pobres seriam sustentados através de fundos fiscais. Já a promulgação da *Poor Law* pelos Tudor em 1601 (uma clara tentativa de integrar num único arcabouço legal toda a legislação sobre a pobreza) reconhecia o direito dos pobres de receberem assistência diferenciada. Os mais velhos e os doentes receberiam auxílio em suas casas. Crianças desamparadas e muito novas para se enquadrarem como aprendizes em algum comércio seriam internadas. Os demais seriam encaminhados ao trabalho ou para as prisões.²⁷

(...) os cavalheiros da Inglaterra julgavam os pobres todas as pessoas que não possuíam renda suficiente para mantê-las ociosas. Assim, “pobre” era praticamente sinônimo de “povo comum”, e no povo comum estavam incluídos todos, menos as classes fundiárias (...). Daí o termo “pobre” significar todas as pessoas que passavam necessidades e o povo em geral, se e quando sofriam necessidades. Os velhos, os enfermos, os órfãos deviam receber cuidados numa sociedade que proclamava haver lugar para qualquer cristão no seu âmbito. Acima de todos, porém, estavam os pobres capacitados, a quem poderíamos chamar de desempregados, presumindo que poderiam ganhar a vida com seu trabalho manual, se pudessem encontrar emprego. A mendicância era severamente

²⁶ Ver: Sprandel, 2004, p.14.

²⁷ Era o tempo em que não mais se aceitava a perspectiva de que a pobreza não era um “problema”, nem a opinião de que os desempregados eram apenas pessoas preguiçosas. As paróquias passavam a receber instruções do Estado para abastecerem com matérias-primas as “casas de correção” (autorizadas a funcionar em 1576) que serviram de ocupação aos indigentes e “vagabundos dóceis”. Os pobres “merecedores” e os desempregados tinham o direito de receber trabalho. Já os vagabundos não dóceis eram enviados para estas casas ou para as prisões. (Polanyi, 2000, p.130; Hunt & Sherman, 2000, p.45-6).

punida; a vagabundagem era uma ofensa capital, em caso de reincidência. (Polanyi, 2000, p.110).

A organização do trabalho na Inglaterra sob o sistema mercantil baseava-se tanto na *Poor Law* como no *Statute of Artificers* (1563-1814). Ambos formavam o que Polanyi chamou de “Código de Trabalho”. Enquanto a *Poor Law* aplicava-se aos desempregados e incapazes de se empregarem, além das crianças e velhos, o *Statute* dizia respeito aos trabalhadores empregados²⁸. O *Statute of Artificers* assentava-se em três pilares: a obrigatoriedade do trabalho; sete anos de aprendizado; e um salário determinado pela autoridade pública. E “durante os dois séculos e meio em questão, o *Statute of Artificers* preparou o esboço de uma organização nacional do trabalho baseada nos princípios da regulamentação e do paternalismo” (Polanyi, 2000, p.110).

O estabelecimento de um mercado de trabalho livre na Inglaterra foi restringido ainda mais pelo *Act of Settlement and Removal* (decretado em 1662 e parcialmente revogado em 1775), justamente por este ato inibir a mobilidade de pessoas, impedindo-as de encontrar emprego útil para além da espacialidade do domínio das paróquias as quais poderiam estar submetidas (conforme denunciou Smith), o que por sua vez contrariava com as exigências da expansão comercial em curso. O mercado de trabalho viria a ser o último dos mercados organizado sob o sistema industrial, e, segundo Polanyi, isto só ocorreu quando “a ausência de um mercado de trabalho provou ser um mal ainda maior para o próprio povo comum do que as calamidades que acompanhariam a sua introdução” (idem, p.99).

Agudas flutuações do comércio em conjunto com a divisão territorial do trabalho foram responsáveis por severa desarticulação das ocupações tanto no campo como na cidade, provocando acelerado desemprego (como prova a ampliação da assistência social externa). O boato de salários mais elevados em regiões industriais levava milhares de pobres insatisfeitos pelos baixos salários nas aldeias a migrarem para estas regiões. Mas os efeitos das flutuações comerciais produziam remigrações também acentuadas. O miraculoso progresso no coração da Revolução Industrial fora acompanhado por uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas.

O aumento do pauperismo rural foi o primeiro sintoma da convulsão social iminente. Na época, porém, ninguém conseguia imaginá-la. A ligação entre a pobreza rural e o

²⁸ Polanyi afirma que “a distinção clara entre empregado, desempregado e incapaz de ser empregado é naturalmente anacrônica, pois ela implicaria a existência de um sistema moderno de salários que não existiu por mais de 250 anos aproximadamente”. Para fins de simplificação é que utiliza tais termos. (2000, p.109).

impacto do comércio mundial não era suficientemente óbvia. Os contemporâneos não tinham qualquer motivo que os levasse a ligar a quantidade de pobres nas aldeias com o desenvolvimento do comércio nos Sete Mares. O aumento inexplicável no número de pobres era geralmente atribuído ao método de administração da *Poor Law*, e sem dúvida havia razão para isso. Na verdade, oculto sob a superfície, o crescimento ameaçador do pauperismo rural se ligava diretamente à tendência da história econômica geral. (Polanyi, 2000, p.113).

A conexão entre o pauperismo rural e à tendência da história econômica geral era então pouco perceptível. O pauperismo não havia ainda assumido proporções alarmantes (assim como a assistência social aos pobres ainda não era um “problema”) quando da publicação da obra de Adam Smith, o que viria a ocorrer ainda nos últimos anos do século XVIII. Observadores passaram então a se perguntar de onde viriam tantos pobres? E o consenso geral era de que havia uma grande variedade de causas responsáveis pelo aumento do pauperismo. Mas, segundo Polanyi, “a resposta correta seria, com certeza, que o agravamento do pauperismo e os impostos mais elevados se deviam ao aumento daquilo que hoje chamaríamos de desemprego invisível” (2000, p.114), causado pelas excessivas flutuações do comércio.

A aparente contradição entre um vigoroso surto no comércio e crescentes indícios de dificuldades para os pobres tornar-se-ia “o mais desconcertante dos fenômenos periódicos da vida social para a nova geração da humanidade ocidental. O espectro da superpopulação começava a obcecar a mente das pessoas”. A esse respeito William Townsend assim se expressou em sua *Dissertation on the Poor Laws* (1786): “especulação à parte, o fato é que temos na Inglaterra mais gente do que podemos alimentar, e muito além do que podemos empregar, com proveito sob o atual sistema de leis” (idem, p.116). Townsend defendeu vigorosamente a completa revogação da *Poor Law* com o argumento de que

a fome doma os animais mais ferozes, ensina a decência e a civilidade, a obediência e a sujeição ao mais perverso. De uma forma geral, só a fome pode incentivar e incitar (os pobres) ao trabalho; mas as nossas leis já estabeleceram que eles não devem passar fome. As leis, é preciso confessar, também estipulam que eles devem ser compelidos a trabalhar. Mas o constrangimento legal é sempre atendido com muito aborrecimento, violência e barulho; cria má-vontade e nunca pode produzir um serviço bom e aceitável. Enquanto isso, a fome não é apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante mas, como a motivação mais natural para a diligência e o trabalho, ela se constituiu no mais poderoso dos incentivos. Quando satisfeita pela livre generosidade de outrem, ela cria os fundamentos mais seguros e duradouros para a boa vontade e a gratidão. O escravo deve ser compelido a trabalhar, mas o homem livre deve ter seu próprio julgamento e critério; deve ser protegido no pleno gozo do que tem, seja muito ou pouco, e punido quando invade a propriedade de seu vizinho. (Polanyi, 2000, p.140).

Ao abordar a comunidade humana de um ponto de vista animal, Townsend introduzia o conceito das leis da natureza nos assuntos humanos. A “sociedade livre” era então formada exclusivamente por proprietários e trabalhadores. E enquanto a propriedade estivesse segura, o número de trabalhadores seria limitado pela quantidade de alimentos, e a fome os conduziria ao trabalho.²⁹

Mas ao contrário dos que propunham juntamente com Townsend a revogação da *Poor Law* e a ausência de qualquer tipo de assistência social aos pobres, uma ação preventiva no “combate” ao pauperismo foi tomada. Tratou-se de uma medida de emergência, introduzida informalmente por alguns juízes, na cidade de *Speenhamland*. Eles “decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim, ficaria assegurado ao pobre uma renda mínima *independente dos seus proventos*” (idem, p.100, itálico no original). A *Speenhamland Law* ao tornar geral a assistência externa e os abonos salariais, destruiu todo o sistema da *Poor Law* elisabetana. O processo de diferenciação laboriosamente estabelecido pela *Poor Law* fora completamente desfeito. As várias categorias de indigentes e desempregados capacitados confundiam-se numa “massa indiscriminada de pobreza dependente”. Para Polanyi, a inadequação da *Speenhamland* estava na indistinção entre empregados capacitados e idosos, enfermos e crianças.

Do ponto de vista da administração da *Poor Law*, a *Speenhamland* foi um passo terrivelmente regressivo. A experiência de 250 anos já havia demonstrado ser a paróquia uma unidade demasiado pequena para a administração da *Poor Law*. Não podia ser adequado um tratamento que não fazia distinção entre os desempregados capacitados, de um lado, e os idosos, enfermos e crianças, de outro. (...) A paróquia tornou-se novamente a unidade solitária e final nesta verdadeira obra-prima de degeneração institucional. (Polanyi, 2000, p.118-119).

A intenção da *Speenhamland Law* era reforçar o sistema paternalista da organização do trabalho, proclamando “o princípio de que nenhum homem precisava temer a fome porque a paróquia o sustentaria e à sua família, por menos que ele ganhasse” (idem, p.112). A *Speenhamland* proclamou o “direito de viver”,

²⁹ Recordemos que para Smith “não é o fator natural que conta, mas apenas o fator humano”. “A economia política deveria ser uma ciência humana, deveria lidar com o que é natural ao homem, e não à natureza”. Enquanto Smith marcou o fim de uma era que se abriu com os inventores do Estado, de Nicolau Maquiavel a Jean-Jacques Rousseau, Townsend pertencia ao início de uma nova era, na qual a existência da sociedade não estava mais sujeita às leis do Estado, mas era o próprio Estado que se sujeitava às leis naturais da sociedade. A partir de então “o naturalismo passou a assombrar a ciência do homem, e a reintegração da sociedade no mundo humano tornou-se objetivo perseguido com persistência na evolução do pensamento social”. (Polanyi, 2000, p.138, 139 e 153).

independentemente de se trabalhar ou não³⁰. Até ser abolida, o que viria a ocorrer quase quarenta anos depois de sua instituição, a *Speenhamland* impediu o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo.

A sociedade de então se debatia entre influências opostas: de um lado, os que defendiam o paternalismo e protegiam a mão de obra dos perigos de um sistema de mercado; e, de outro, os que organizavam os elementos da produção, sob um sistema de mercado, compelindo as pessoas comuns a ganhar a vida oferecendo seu trabalho à venda, ao mesmo tempo em que privavam esse trabalho do seu valor de mercado. Em síntese, “os humanistas aplaudiam a medida como ato de piedade, senão de justiça, e os egoístas se consolavam com o pensamento de que se tratava de um gesto de caridade e não de um ato liberal” (ibidem, p.102).

E quem pagou pela *Speenhamland*? Para os contemporâneos esta questão ficou praticamente sem resposta. Para Polanyi, que avaliou esta questão cerca de um século e meio depois, o encargo de manter o desempregado temporário pesou sobre aqueles que estavam empregados. Considerou que muitos dos contribuintes de impostos eram pobres trabalhadores, mas que o impacto maior recaiu sobre a classe média rural. E com P. L. Mantoux registrou não só o esquecimento e a incompreensão das classes proprietárias e trabalhadora sobre os propósitos a que se destinavam os impostos, e quem em parte ao fisco contribuía de forma não legítima, assim como o resultado paradoxal a que se chegou com o ‘imposto dos pobres’.

Quando as classes proprietárias reclamavam que os impostos para os pobres eram cada vez mais pesados”, diz Mantoux, “elas esqueciam o fato de que estes impostos eram, na verdade, um seguro contra a revolução, enquanto a classe trabalhadora, quando aceitava o minguado abono que lhe era concedido, não compreendia que ele era conseguido, em parte, pela redução dos seus proventos legítimos. O resultado inevitável desses ‘abonos’ era manter os salários no seu nível mais ínfimo, e até mesmo força-los abaixo do limite correspondente às necessidades mínimas dos assalariados. (...) O resultado paradoxal a que se chegou foi que o assim chamado ‘imposto dos pobres’ significava uma economia para os empregados e uma perda para o trabalhador diligente que não contava com a caridade pública. Assim, a interposição impiedosa de interesses transformou uma lei caridosa num grilhão de ferro. (Polanyi, 2000, p.149).

Houve na época quem duvidasse, e com razão segundo Polanyi, que fosse tão pesado o encargo total dos impostos. Mesmo considerando as calamidades em algumas

³⁰ “Sob a lei elisabetana, os pobres eram forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiram trabalho tinham direito a assistência social; nunca se pretendeu e nem se concedeu qualquer assistência sob a forma de *abono salarial*. Durante a vigência da *Speenhamland Law*, o indivíduo recebia assistência mesmo quando empregado, se seu salário fosse menor do que a renda familiar estabelecida pela tabela”. (Polanyi, 2000, p.101)

regiões supostamente por conta do aumento dos impostos, pareceu-lhe mais provável que a raiz do problema não era tanto o peso desse encargo, mas o efeito econômico que os abonos salariais exerciam sobre a produtividade do trabalho. No longo prazo, esse sistema, que segundo Polanyi provara ser antieconômico, afetou a produtividade do trabalho, baixou os salários-padrão e, por fim, reduziu os valores da “tabela” estabelecida pelos magistrados em benefício dos pobres. Sua síntese é a de que a *Speenhamland* precipitou uma catástrofe social.

A longo prazo o resultado foi estarrecedor. Embora levasse algum tempo até que o respeito próprio do homem comum descesse a um nível tão baixo a ponto dele preferir a assistência aos pobres ao salário, a verdade é que esse salário, subsidiado através de fundos públicos, chegou a um ponto tal que ele se viu forçado a recorrer à assistência dos impostos. Pouco a pouco o pessoal do campo foi se pauperizando; o adágio “uma vez por conta dos impostos, sempre por conta deles” passou a ser uma verdade incontestável. Seria impossível explicar a degradação humana e social do capitalismo primitivo sem os prolongados efeitos do sistema de abonos. (...) Só quando a grave deterioração da capacidade produtiva das massas se fez sentir – é que se impôs à consciência da comunidade a necessidade de abolir o direito incondicional do pobre à assistência (...) o abono salarial só podia ser inerentemente falho, pois prejudicava miraculosamente até mesmo aqueles que recebiam. (Polanyi, 2000, p.102 e 104).

Estudiosos então proclamaram a descoberta de uma nova ciência que colocaria além de qualquer dúvida as leis que governavam o mundo dos homens. E em obediência a tais leis, a compaixão não mais habitaria os corações, e à solidariedade humana deveria ser renunciada em nome da felicidade de um maior número de pessoas. O tormentoso “problema da pobreza” revelara-se por inteiro: “a sociedade econômica estava sujeita a leis que *não* eram leis humanas” (Polanyi, 2000, p.153). William Townsend, Thomas Malthus, David Ricardo, Jeremy Bentham e Edmund Burke concordavam na oposição à *Speenhamland* e aos princípios da economia política de Smith. Os economistas incorporavam os fundamentos de Townsend e abandonavam os fundamentos humanistas de Smith. O “problema do pauperismo” forçara Ricardo e Malthus a sancionar o mergulho de Townsend no naturalismo. A lei dos rendimentos decrescentes de Ricardo e a lei populacional de Malthus tornaram a fertilidade do solo e o homem nos elementos constitutivos de um novo reino cuja existência era então descoberta. “A sociedade econômica emergia como algo separado do estado político” (idem, p.142).

Polanyi afirma ter ficado patente para as gerações mais velhas de então que a ordem capitalista não se ergueria enquanto os salários continuassem a ser subsidiados por fundos públicos. O sistema de salários forçava a abolição do “direito de viver”. Para

tanto, teria que tornar-se universal também no interesse dos próprios assalariados. A situação desumanizadora em que se encontravam grandes massas da população trabalhadora, que começavam inclusive a paralisar a vida nacional e a restringir as energias da indústria, juntamente com a degradação moral das classes dominantes, além da insatisfação geral da classe média, é o que para ele explica a posterior recusa da *Speenhamland* por amplos extratos da população. E desmascara a “lenda do gradualismo inglês” de que a transição do pós-*Speenhamland* se deu de forma prolongada, argumentando que ela ocorrera de forma tão abrupta a ponto de tornar-se um “pesadelo para inúmeras gerações da classe trabalhadora britânica”³¹. O “choque brutal” ocorreu no ano de 1834 com a revogação da *Speenhamland* e a aprovação da *Poor Law Reform Act*, momento em que fora abolida a “categoria geral dos pobres”³² (o “pobre honesto” ou o “pobre trabalhador”) e vetada à concessão de qualquer tipo de assistência ao desempregado.

A crueldade científica desse decreto foi tão chocante para o sentimento público nos anos 1830-1840 que os contemporâneos obscureceram o quadro aos olhos da posteridade. (...) Em toda a história moderna talvez jamais se tenha perpetrado um ato mais impiedoso de reforma social. Ele esmagou multidões de vidas quando pretendia apenas criar um critério de genuína indigência com a experiência dos albergues. Defendeu-se friamente tortura psicológica, e ela foi posta em prática por filantropos benignos como meio de lubrificar as rodas do moinho de trabalho. O comum das queixas, porém, relacionava-se realmente com a erradicação abrupta de uma instituição tão antiga ao mesmo tempo que se efetuava uma transformação tão radical. (Polanyi, 2000, p.105).

Mas as “atrocidades burocráticas” cometidas contra os pobres durante a década que se seguiu a *Poor Law Reform Act* foram apenas esporádicas e quase nulas quando comparadas aos efeitos produzidos pela criação da “mais potente de todas as instituições humanas”, o mercado de trabalho competitivo.

Quanto à extensão, era similar à ameaça representada pela *Speenhamland*, com a diferença significativa de que a fonte de perigo era agora não a ausência mas a presença

³¹ Aqui convém reproduzir o argumento de Polanyi de que “o ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós. A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo da mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo um campo para qualquer intervenção” (2000, p.55).

³² “Os pobres anteriores se dividiam agora em duas indigentes fisicamente desamparados, cujo lugar era nos albergues, e trabalhadores independentes que ganhavam sua vida com o trabalho assalariado. Isto criou uma categoria de pobres inteiramente nova, o desempregado que fez sua aparição no cenário social. Enquanto o indigente deveria ser atendido por uma questão de humanidade, o desempregado não deveria ser assistido, em favor da indústria”. (idem, p.262-3).

de um mercado de trabalho competitivo. (...) Se durante a vigência da *Speenhamland* cuidava-se do povo como de animais não muito preciosos, agora esperava-se que ele se cuidasse sozinho, com todas as desvantagens contra ele. Se a *Speenhamland* significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade. (idem).

A *Speenhamland* ao mesmo tempo em que atingiu o seu objetivo de proteger a aldeia contra a desarticulação, não previu “efeitos desastrosos” em outras direções. Criar um mercado de trabalho competitivo significava nada menos do que destruir todo o tecido tradicional da sociedade. O século XIX provara que o paternalismo reacionário não resistiria à transformação do trabalho humano em mercadoria. “Fugindo aos horrores da *Speenhamland*, os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado” (Polanyi, 2000, p.127). A súbita ascensão da economia de mercado após 1834 foi considerada por Polanyi uma transformação sem precedentes na história da humanidade. A sociedade inglesa do século XIX revelara-se “um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta” (idem, p.93), a da obsessão pelo lucro, que em apenas uma geração substituiria a motivação pela subsistência.

Polanyi assim apresenta os pressupostos subjacentes de uma utópica economia de mercado: que todas as transações deveriam ser transformadas em transações monetárias, e estas por sua vez exigiriam que fosse introduzido um meio de intercambio em cada articulação da vida industrial; toda a produção destinar-se-ia para a venda no mercado, e todos os rendimentos derivariam de tais vendas; haveria mercados não apenas para todos os componentes da indústria (incluindo os serviços), como também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços denominados de salários, aluguel e juros³³; pressupõe ainda um sistema auto regulável de mercado deve funcionar sem qualquer ajuda ou interferência externa; os preços de mercado devem ter a liberdade de se auto regularem; a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada exclusivamente a esse mecanismo auto regulável, não devendo existir qualquer interferência política por parte do Estado no ajustamento dos preços, sejam nos preços de bens, do trabalho, da terra ou do dinheiro; “nem o preço, nem a oferta, nem a

³³ “... juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem. Finalmente, os preços das mercadorias contribuem para a renda daqueles que vendem seus serviços empresariais, sendo a renda chamada de lucro, na verdade, a diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos, i.e, o preço dos bens necessários para produzi-los. Se essas condições são preenchidas, todas as rendas derivarão das vendas no mercado, e as rendas serão apenas suficientes para comprar todos os bens produzidos”. (Polanyi, 2000, p.90).

demanda devem ser fixados ou regulados; só terão validades as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a auto-regulação do mercado, criando condição para fazer o mercado o único poder organizador na esfera econômica” (Polanyi, 2000, p.90-1).

Em síntese, o sistema econômico deveria ser controlado, regulado e dirigido apenas por mercados. No entanto, ocorre que

o trabalho, a terra e o dinheiro *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria³⁴, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas um outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadoria é inteiramente fictícia. Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro. (Polanyi, 2000, p.94).

Incluir o trabalho (que como dito não é mais do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades) assim como a terra (que representa o ambiente natural no qual existimos) no mecanismo de mercado, significa “subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”, “dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado”. Assim, “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (idem, p.93 e 77). O perigo maior de permitir que o sistema de mercado auto regulável seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do ambiente natural é o perigo do “desmoronamento” da sociedade.

Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua

³⁴ “As mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores. assim, cada componente da indústria aparece como algo produzido para a venda, pois só então pode estar sujeito ao mecanismo da oferta e da procura, com a intermediação do preço”. (Polanyi, 2000, p.93).

substância humana natural, assim como a organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (Polanyi, 2000, p.95).

A história social do século XIX foi sintetizada por Polanyi num “duplo movimento”: um movimento que impunha a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias fictícias; e um contra movimento de autoproteção. Ao mesmo tempo em que os mercados se difundiam pelo globo e a quantidade de bens envolvidos assumia proporções inacreditáveis, uma rede de políticas e medidas se integravam em poderosas instituições protetoras (sindicatos e leis fabris) destinadas a cercear a organização do mercado relativa ao trabalho, a terra e ao dinheiro. Ainda que adaptado tanto quanto possível para atender às exigências do “credo liberal”, o contra movimento de autoproteção, espontâneo, realista e bem estruturado, não só resistiu aos efeitos perniciosos de uma economia auto reguladora como destruiu com esta utopia impraticável.

Coube basicamente, embora não exclusivamente, às classes trabalhadora e fundiária (as classes que para Smith defendiam o “interesse geral” das sociedades) impulsionar o princípio da proteção social contra o princípio do liberalismo econômico. O resultado, como mostra a longa citação subsequente, foi o surgimento de tensões entre as classes sociais que defendiam divergentes interesses.

Os serviços prestados à sociedade pelas classes fundiárias, média e trabalhadora modelaram toda a história social do século XIX. Esse papel lhes foi atribuído pelo fato de estarem aptas a desempenhar várias funções decorrentes da situação global da sociedade. As classes médias foram as condutoras da nascente economia de mercado; seus interesses comerciais, como um todo, eram paralelos ao interesse geral quanto à produção e ao emprego. (...) As classes médias cumpriam a sua função desenvolvendo uma crença quase sacramental na beneficência universal dos lucros, embora isto as desqualificasse como mantenedoras de outros interesses, tão vitais para um bom padrão de vida como o incremento da produção.

Surgiu assim uma oportunidade para aquelas classes que não se ocupavam em aplicar à produção máquinas dispendiosas, complicadas ou especializadas. Em resumo, recaiu sobre a aristocracia fundiária e o campesinato a tarefa de resguardar as qualidades materiais da nação, que em grande parte continuava a depender dos homens e do solo. O povo trabalhador, numa extensão maior ou menor, tornou-se representante dos interesses humanos comuns que estavam ao desamparo. Cada classe social porém, mesmo inconscientemente, representou, numa ou noutra ocasião, interesses mais amplos que os seus próprios.

Na virada do século XIX – o sufrágio universal já tinha agora uma abrangência bastante ampla – a classe trabalhadora era um fator de influência no estado. Por outro lado, as classes comerciais, cujo domínio sobre a legislatura começava a ser desafiado, tomaram consciência do poder político que a sua liderança na indústria abrangia. Essa localização peculiar da influência e do poder não causou problema enquanto o sistema de mercado continuou a funcionar sem grande pressão e esforço. Quando porém, por razões intrínsecas, isto já não mais ocorria, começaram a surgir tensões entre as classes sociais,

a própria sociedade se viu em perigo pelo fato de as partes rivais fazerem do governo e dos negócios, do estado e da indústria, respectivamente, os seus baluartes. (idem, p.164-165).

O embrião das tensões de classes entre os que apoiavam o princípio liberal de estabelecer um mercado auto regulável e os que apoiavam o contra movimento de autoproteção das sociedades foi localizado por Polanyi nos idos de 1860 (momento em que a social democracia europeia começava a ganhar força). A tensão ampliara-se durante a Grande Depressão de 1873 a 1886, e tornara-se decisiva no decorrer do “desmoronamento” de toda uma civilização, durante a fase final da queda da economia de mercado, já no decorrer da primeira metade do século XX.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, Polanyi julgou que o problema mais importante da história social de então era saber qual de duas perspectivas estava correta: a de autores liberais, tais como Herbert Spencer, Ludwig Von Mises e Walter Lippmann, que afirmavam que todo protecionismo foi um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão de sindicalistas, marxistas, fabricantes gananciosos e latifundiários reacionários, que sem o protecionismo o mercado teria sido capaz de resolver suas dificuldades; ou a interpretação de seus críticos, que afirmavam que um mercado auto regulável era utópico e que seu progresso fora obstruído por uma realista autoproteção da sociedade, por uma reação “coletivista” universal. (Polanyi, 2000, p.173 e 183).

A interpretação dos liberais econômicos de então não prevaleceu no pós-Segunda Guerra, e os temores de Polanyi de que isso pudesse ocorrer não se realizou até o ano de sua morte, em 1964. Trinta anos depois desta data, um historiador registrou que

Karl Polanyi, pesquisando as ruínas da civilização do século XIX durante a Segunda Guerra Mundial, observou como eram extraordinárias e sem precedentes as crenças sobre as quais ela fora construída: as do sistema de mercados auto-reguladores e universais. Afirmou que a “tendência” smithiana “de negociar, barganhar e trocar uma coisa por outra” inspirara “um sistema industrial [...] que pratica e teoricamente sugeria que a raça humana era dominada em todas as suas atividades econômicas, se não também em suas buscas políticas, intelectuais e espirituais, por aquela particular inclinação” (Polanyi, 1945, p.50-1). Contudo, Polanyi *exagerou a lógica do capitalismo em sua época*, do mesmo modo como Adam Smith tinha exagerado a medida em que, tomada por si mesma, a busca de vantagem econômica por todos os homens maximizaria automaticamente a riqueza das nações. (Hobsbawn, 2001, p.335-6, grifo do autor).

Eric Hobsbawm nesse texto³⁵ não bem explicita os exageros desses dois autores, mas assim como outros, marxistas e não marxistas, nos convida a leitura de um crítico que não esteve sequer vivo para ver o que Polanyi pode ver e saber, mas que compreendeu a lógica do capitalismo de um modo distinto de Polanyi e Smith.

A lei geral da acumulação capitalista e o pauperismo em Karl Marx

Em meados do século XIX, o *Manifesto do Partido Comunista* concebeu, e pela primeira vez, a história de todas as sociedades existentes como sendo produto de lutas de classes, e que já era evidente que a luta de classes de então era travada, cada vez mais, entre a burguesia e o proletariado.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. (...) A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Entretanto, nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (Marx & Engels, 2002 p.40-1 [1848]).

Os autores deste panfleto de 1848 afirmam que a classe burguesa desempenhou um papel revolucionário na história: aglomerou populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em mãos de poucos; invadiu todo o globo, impelida pela necessidade de novos mercados; imprimiu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países; retirou da indústria a sua base nacional; suplantou antigas necessidades, antes satisfeitas por produtos nacionais, por novas demandas que exigem produtos oriundos de regiões e climas os mais diversos; substituiu o antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes por um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações.

A formação e o crescimento do capital e a acumulação da riqueza nas mãos de particulares foram as condições essenciais para a existência e supremacia desta classe

³⁵ Refiro-me aqui a obra *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*.

burguesa. Mas a sociedade burguesa moderna de então, com suas relações de produção e de troca, e seu regime de propriedade, já se assemelhava ao feiticeiro que não mais podia controlar os poderes infernais por ele invocados. A prova disto está na revolta das “modernas forças produtivas” contra as “modernas relações de produção e de propriedade” que condicionam a existência e domínio da classe burguesa.

Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornam-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. (Marx & Engels, 2002 p.45).

As crises seriam superadas pela classe burguesa tanto por meio da destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas, como pela conquista de novos mercados e exploração mais intensa de antigos mercados. Mas cada superação seria apenas provisória e conduziria a novas crises que seriam sempre mais extensas e mais destruidoras, com dificuldades cada vez maiores de serem superadas.

A conexão entre flutuações excessivas do comércio e o pauperismo não passou despercebida pelos autores do *Manifesto*. Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) então diziam que os trabalhadores assalariados não elevavam suas condições de vida com o progresso da indústria e do comércio. Ao contrário, “o operário moderno (...) longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições de sua própria classe. *O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza*” (idem, p.50, grifo nosso).

Foi no contexto em que o “espectro do comunismo” rondava a Europa que a Associação Internacional de Operários (a *Liga Comunista*) incumbiu Marx e Engels de redigir, para fins de publicação, um programa detalhado, teórico e prático, do Partido

Comunista³⁶. Os objetivos da Liga dos Comunistas da qual faziam parte eram a derrubada da burguesia, a instauração de um governo do proletariado, a eliminação da velha sociedade que se baseava na contradição de classes, e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes ou propriedade privada.³⁷ Para tanto, o proletariado (a “classe verdadeiramente revolucionária”) utilizaria sua supremacia política para progressivamente retirar todo o capital da burguesia, centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, já sob o comando do proletariado organizado como classe dominante, e aumentar o total das forças produtivas no menor tempo possível.

No *Manifesto* há uma lista com dez medidas para serem postas em prática nos países mais adiantados, onde a classe proletária está mais bem formada e unida. São elas: expropriar a propriedade fundiária e empregar a renda da terra para despesas do Estado; implantar um imposto fortemente progressivo; abolir o direito de herança; confiscar a propriedade de todos os emigrados e rebeldes; centralizar o crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo; centralizar todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado; multiplicar as fábricas nacionais e os instrumentos de produção; unificar o trabalho obrigatório para todos, organizar exércitos industriais, particularmente para a agricultura; unificar os trabalhos agrícola e industrial; abolir gradualmente a distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país; conceder educação pública e gratuita a todas as crianças; abolir o trabalho das crianças nas fábricas (tal como então praticado) e combinar a educação com a produção material.

Os deveres de grande relevância do soberano em Adam Smith são suplantados por nada menos do que a instauração do governo do proletariado em Marx e Engels, cujas tarefas, como vimos acima, vão muito além de manter certas obras e instituições públicas e de proteger a sociedade contra ameaças externas ou injustiças e opressões internas. Até mesmo porque as concepções de ameaças, injustiças e opressões são certamente muito distintas entre eles. Basta ver o tratamento que Smith deu *As colônias* em seu capítulo VII e o capítulo XXV de *O Capital* de Marx sobre *A moderna teoria da colonização*.³⁸ Marx e Engels não dirigiam conselhos a estadistas e legisladores

³⁶ Vejam o prefácio à edição alemã de 1872 do *Manifesto*.

³⁷ Hobsbawn, 2001.

³⁸ Ver *A riqueza das nações* (1776), livro quarto, capítulo VII, *As colônias*: parte I – *Os motivos da fundação de novas colônias*; parte II – *Causas da prosperidade das novas colônias*; parte III – *As*

européus, mas incitavam trabalhadores de todo o mundo a se unirem na “derrubada violenta de toda a ordem existente”.

No lugar da utopia do “sistema auto-regulável de mercado” sem qualquer tipo de interferência, quer na ordem da produção e distribuição dos bens, quer no ajustamento dos preços às mudanças das condições do mercado, lemos no *Manifesto* as propostas de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas durante a transição da supressão do Estado burguês e da instauração de uma sociedade sem classes sociais.

A moderna sociedade burguesa que nos aparece neste notável panfleto não se confunde com a “sociedade livre” de proprietários e trabalhadores de William Townsend, na qual particulares devem ter garantidas suas propriedades e trabalhadores devem ser coagidos ao trabalho pelo agulhão da fome. A liberdade em Townsend é a eternização da relação de dependência entre classes em Marx e Engels, onde a classe burguesa explora aberta, direta, despidorada e brutalmente a classe trabalhadora, extraíndo-lhe parte do produto de seu trabalho sem nada lhes oferecer em troca, fato este já reconhecido por Smith. A segurança da propriedade privada em Townsend são os grilhões dos “pobres laboriosos” em Marx e Engels. E enquanto aquele “delicado” pastor anglicano e seus seguidores representavam movimentos de minorias privilegiadas, estes revolucionários fizeram parte do movimento proletariado em defesa da imensa maioria.

O *Manifesto* é uma contundente crítica à situação deplorável a que estava submetida à imensa maioria, num tempo em que o mercado de trabalho vinha se constituindo em partes da Europa, desarticulando seus antigos modos de vidas. Mas é n’*O Capital* que encontramos a elaboração mais acabada do papel revolucionário tanto da classe burguesa quanto do proletariado. Para os nossos propósitos mais imediatos, nos atemos ao capítulo XXIII sobre *A lei geral da acumulação capitalista*, onde Marx teoriza sobre a influência que o aumento do capital tem sobre a sorte da classe trabalhadora. Aqui ele admite que as circunstâncias mais ou menos favoráveis em que se conservam e se reproduzem os assalariados em nada modificam o caráter fundamental da produção capitalista, qual seja, mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos de um lado, e mais assalariados do outro.

vantagens que a Europa auferiu da descoberta da América e da descoberta de uma passagem para as Índias Orientais; Ver *O Capital* (1867), livro primeiro, capítulo XXV, *A moderna teoria da colonização*.

A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação capitalista: o capitalista de um lado e assalariado do outro. Do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduzem a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos, num polo, e mais assalariados, no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado. (Marx, 1998, p.716 [1867]).

Sob as mais favoráveis condições para a classe trabalhadora na moderna sociedade burguesa, isto é, quando determinada massa de meios de produção (capital constante) para funcionar exige sempre a mesma quantidade de força de trabalho (capital variável), e permanecem inalteradas as demais condições – quando não há modificação na composição orgânica do capital³⁹ –, é suportável a sua relação de dependência para com o capital. Nestas circunstâncias, a procura de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores aumentarão na proporção da expansão do capital. Havendo expansão progressiva do capital serão empregados a cada ano mais trabalhadores que no ano precedente, e assim mais cedo ou mais tarde chegar-se-á ao ponto em que as necessidades da acumulação superam a oferta de trabalho, elevando por consequência os salários⁴⁰.

Estes [os trabalhadores] recebem, sob a forma de meios de pagamentos, uma porção importante do seu próprio excedente, que se expande e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional. Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se melhores roupas, móveis etc. e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Roupas, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado. Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação do capital, significa que a extensão e o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo apenas permitem que fique menos rigorosamente acorrentado. Nas controvérsias sobre o assunto, omite-se, em regra, o principal, o caráter específico da produção capitalista. Nesta, não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou de que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. (Marx, 1998, p.720-1).

Como o trabalho assalariado sempre pressupõe o fornecimento de determinada quantidade de mais-valia (trabalho não pago) por parte do trabalhador, na melhor das

³⁹ A composição orgânica do capital ou composição segundo o valor é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante (o valor dos meios de produção), e variável (o valor da força de trabalho) que representa a soma global dos salários.

⁴⁰ A suposição de que os salários crescem com a expansão progressiva do capital será revista mais adiante. Procuramos aqui seguir a mesma sequência de apresentação que Marx deu a este tema nos itens 2 e 3 do capítulo XXIII do Capital, onde tal suposição é afirmada no item 2 e revista no item 3.

hipóteses, um aumento salarial significa apenas a redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. Uma redução do trabalho gratuito não prejudica a expansão do domínio do capital, pois não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital supérfluo, mas é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável.

Caso o decréscimo de trabalho não pago atinja o ponto em que o capital não mais obtenha em proporção normal o trabalho excedente que o alimenta, o próprio mecanismo da produção capitalista acaba por remover os obstáculos que ele mesmo criou temporariamente. E como o faz? Capitaliza-se inicialmente uma parte menor da renda, o que faz com que a acumulação diminua e conseqüentemente surja uma pressão contra o movimento ascensional dos salários. O preço do trabalho retorna novamente a um nível correspondente às necessidades de expansão do capital, seja ele superior, igual ou inferior ao que era considerado normal antes da elevação dos salários. Nesta situação, não é o aumento que ocorre no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas é à diminuição do capital que torna superabundante a força de trabalho explorável ou excessivo o seu preço.

A elevação dos salários fica assim confinada em limites tais que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente. Para Marx, a lei da produção capitalista reduz-se ao seguinte: a relação entre capital, acumulação e salários não é mais do que a relação entre a mais-valia que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar; é, em última análise, apenas a relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora.

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. (Marx, 1998, p.724).

Sob as condições menos favoráveis para a classe trabalhadora, quando uma massa crescente de meios de produção (capital constante) para funcionar exige proporcionalmente uma quantidade cada vez menor de força de trabalho (capital

variável) – quando há mudança na composição do valor do capital –, é cada vez menos suportável a sua relação de dependência para com o capital. Nestas circunstâncias, a procura de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores não acompanham o ritmo de expansão do capital. Isto ocorre porque o progresso da produtividade do trabalho social permite que uma quantidade sempre crescente de meios de produção possa ser mobilizada com dispêndio progressivamente menor da força de trabalho. E quanto maior é a produtividade do trabalho, tanto maior será a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, e conseqüentemente mais precária sua condição de vender a própria força de trabalho para expandir o capital, para aumentar a riqueza alheia.

Segundo Marx, todos os métodos para elevar a força produtiva social do trabalho são ao mesmo tempo métodos para ampliar a produção da mais-valia, que por sua vez é fator constitutivo da acumulação capitalista. Daí deduziu que “na medida em que se acumula capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração” (idem, p.749).

A acumulação aumenta a concentração da riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em consequência, também a base da produção em grande escala e os métodos de produção capitalistas. Enquanto o capital social se expande, aumenta o número de capitalistas individuais bem como a concentração dos meios de produção. No entanto, ocorre que ao mesmo tempo uma “força de atração” existente entre os muitos capitais individuais contraria a dispersão do capital social, o que faz com que muitos capitais menores transformem-se em poucos capitais maiores, concentrando assim os capitais já formados. Suprime-se a autonomia individual. O capitalista expropria outro capitalista.

As duas mais poderosas alavancas desta centralização do capital são a concorrência e o crédito. A centralização distingue-se da concentração porque esta pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando, e seu campo de ação não se limita ao acréscimo absoluto da riqueza social.⁴¹ A centralização aumenta e acelera não só a acumulação como também as transformações na composição técnica do capital⁴², as quais amplia o capital existente à custa do capital variável, reduzindo a procura relativa de trabalho. Para Marx, há de fato

⁴¹ Concentração e centralização são expressões da reprodução em escala ampliada do capital. Uma dada sociedade só atinge o seu limite extremo quando todos os capitais de certo ramo de atividade se fundem num único capital, seja ele de um único capitalista ou de uma sociedade anônima.

⁴² A composição técnica do capital é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. A composição orgânica do capital apenas reflete as modificações oriundas desta composição técnica do capital.

um aumento crescente do capital constante em relação ao capital variável que se confirma a cada passo pela análise comparativa dos preços das mercadorias, independente de tomarmos diferentes épocas econômicas de uma nação ou diferentes nações na mesma época.⁴³

Admitindo que o progresso da acumulação reduz a magnitude relativa da parte variável do capital (embora não exclua o aumento de sua magnitude absoluta), para absorver um número adicional de trabalhadores ou mesmo para continuar ocupando os trabalhadores que se encontrem empregados, faz-se necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão sempre crescente. Mas acontece que a acumulação crescente de capital e a própria centralização que a acompanha causam novas mudanças na composição do capital, nova redução acelerada de sua parte variável em relação à parte constante. O resultado é que a acumulação capitalista sempre produz uma população trabalhadora supérflua que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. Nas palavras de Marx,

a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção. Na realidade, todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos. Uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais, e apenas na medida em que seja excluída a ação humana. (Marx, 1998, p.734-5)

A lei da população peculiar ao modo de produção capitalista em Marx não se confunde com a lei abstrata da população em Thomas Malthus. E tampouco admite com Adam Smith que “a remuneração generosa do trabalho é o efeito da riqueza crescente, da mesma forma [que] é a causa do aumento populacional” (1996, p.131 [1776]). Tal como este, reconhece que é a classe trabalhadora quem efetivamente produz a riqueza, mas contrariamente a ele não vê na “remuneração generosa do trabalho” (ou na melhor “apropriação do resultado de seu próprio trabalho”, para usarmos os termos de Marx) a consequência da riqueza crescente, uma vez que admite que a procura de trabalho (e por consequência o nível salarial) não é determinada pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável, que como vimos cai progressivamente com o aumento do capital global.

⁴³ “No preço, a magnitude relativa do componente que representa o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital está na razão direta, e a magnitude relativa do outro componente que paga o trabalho ou representa a parte variável do capital está geralmente na razão inversa do progresso da acumulação”. (Marx, 1998, p.726).

Para Marx, o comportamento geral dos salários não é determinado pelas lutas de classes, mas regulados

exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada. (Marx, 1998, p.740-1).

A remuneração generosa do trabalho tampouco nos foi apresentada como sintoma natural da riqueza nacional em expansão. Ao contrário de Smith, Marx argumenta que o progresso da acumulação social representa ao mesmo tempo enriquecimento de um número cada vez menor de grandes capitalistas, trabalho excessivo de uma parte cada vez menor da classe trabalhadora e condenação de outra parte cada vez maior desta classe à ociosidade forçada, responsável por engrossar as fileiras do exército industrial de reserva. Nos seus termos: “acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital” (idem, p.749).

O resultado da lei geral da acumulação capitalista é que

quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva de capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (Marx, 1998, p.748).

O pauperismo ou a indigência é para Marx o mais profundo sedimento da “superpopulação relativa”, que existe sob os mais variados matizes⁴⁴. Trata-se de uma camada social na qual se incluem: os aptos para o trabalho, cujo número aumenta em todas as crises e diminui quando se reanimam os negócios; os órfãos e filhos de indigentes que irão engrossar o exército industrial de reserva, e em tempos de grande

⁴⁴ Todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. “As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada” (Marx, 1998, p.744).

prosperidade serão rapidamente recrutados em massa para o exército ativo dos trabalhadores; e, por fim, os incapazes de trabalhar (as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas, etc., cujo número aumenta com as máquinas perigosas, as minas etc.), àqueles que sucumbem pela falta de adaptação, decorrente da divisão do trabalho.

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior. (Marx, 1998, p.747-8).

Um dos meios pelos quais o capital transfere para as classes trabalhadora e média inferior o peso daqueles que vegetam na base da caridade pública (uma vez que os indigentes já perderam sua condição de existência, a venda de sua força de trabalho), é através da dívida pública e o seu correspondente regime fiscal que encontra seu eixo nos impostos que recaem sobre os meios de subsistência mais necessários. Marx considerou a dívida pública a única parte da riqueza nacional que é objeto da posse coletiva dos povos modernos, e afirmou que o crédito público tornou-se o credo do capital, capaz mesmo de criar uma classe de capitalistas ociosos, enriquecer agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação.

Para Marx, os efeitos perniciosos da dívida pública não estão no fato dela transferir aos credores do Estado o predomínio dos donos de terra e de capital (estes zelosos na gestão de cada parcela de capital, aqueles negligentes para com a prosperidade da agricultura, das manufaturas, do comércio, enfim, da boa gestão dos negócios da nação), tal como denunciado por Smith. Tampouco viu na dívida pública e no correspondente regime fiscal a causa fundamental da miséria dos povos modernos⁴⁵. É no mecanismo da produção capitalista e da acumulação, que adapta continuamente o número de trabalhadores às necessidades de expansão do capital, onde encontra a causa fundamental para a criação de uma superpopulação relativa e de camadas cada vez maiores de miseráveis.

⁴⁵ “O grande papel que a dívida pública e o correspondente regime fiscal desempenham na capitalização da riqueza e na expropriação das massas levou muitos escritores, como Cobbett, Doubleday e outros, a procurarem erradamente neles a causa fundamental da miséria dos povos modernos”. (Marx, 1998, p.870).

Foi com imenso custo que estabeleceram-se as “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista. Tratou-se de um longo processo iniciado nos séculos XIV e XV em algumas cidades mediterrâneas, que assumiu diversos matizes em diferentes países e épocas. No princípio a classe dos assalariados ainda representava uma pequena fração do povo e estava, quer no campo ou na cidade, protegida pela economia camponesa independente e pela organização corporativa. “A parte variável do capital predominava muito sobre a constante. [E] grande parte do produto nacional, a qual se transforma mais tarde em fundo de acumulação do capital, ainda alimentava então o fundo de consumo do trabalhador” (Marx, 1998, p.851).

No capítulo XXIV sobre *A chamada acumulação primitiva* Marx expôs o processo histórico criador do modo de produção capitalista, processo este “que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, (...) que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os meios de produção e converte em assalariados os produtores diretos” (idem, p.828). Não reproduziremos aqui os métodos nada idílicos da acumulação primitiva que em muito contrariam as lendas teológica e econômica⁴⁶. Basta enunciar os principais acontecimentos de violência que marcaram os albores da era capitalista: “as descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa” (ibidem, p.864); e observar que além da conquista, escravidão, rapina e assassinato, há outros dois fatores fundamentais da chamada acumulação primitiva: a dívida pública⁴⁷ e o uso do Estado pela burguesia para “regular” o salário, [de tal forma a] comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência” (ibidem, p.851).

Uma vez estabelecidas as “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista, isto é, quando “a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as

⁴⁶ “A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo”. (Marx, 1998, p.827).

⁴⁷ “A dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (Marx, 1998, p.868).

necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador”, o emprego da violência direta, à margem das leis econômicas, passa a atuar apenas em caráter excepcional. No próprio decorrer do progresso da produção capitalista desenvolve-se uma classe trabalhadora, que por educação, tradição e costume aceita com naturalidade as exigências deste modo de produzir e reproduzir as vidas e as coisas. Basta deixar estes pobres assalariados livres que trabalham entregues à dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção e é assegurada e perpetuada por essas mesmas condições. (Marx, 1998, p.851 e 873).

Mas por quanto tempo estes pobres assalariados livres viverão entregues à dependência do capital? No *Manifesto* a classe operária nos aparece como a “classe verdadeiramente revolucionária”, a única capaz de romper com esta dependência do capital a que estão submetidos os trabalhadores, de irradiar o novo. No *Capital* esta presunção é reforçada. Em ambos permanece a crítica aos que pretendem eternizar o modo de produção capitalista, o que não seria mais do que “decretar a mediocridade universal”. O desenvolvimento do modo de produção gera os meios materiais de seu próprio aniquilamento. Haverá o momento em que forças e paixões que se sentem acorrentadas destroem esta forma de se apropriar das coisas.

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O envoltório rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. (Marx, 1998, p.876).

Passados mais de um século e meio desde as primeiras circulações do *Manifesto do Partido Comunista*, os expropriadores não foram expropriados. Se um dia serão *urbi et orbi* é uma questão que caberá aos seres humanos que fazem a história responder. De

acordo com Hobsbawn (2011), a previsão de Marx de que a supressão do capitalismo se daria mediante a expropriação dos expropriadores, com um vasto proletariado levando ao socialismo, se baseava, na melhor das hipóteses, na presunção de que a industrialização produziria populações majoritariamente assalariadas, fato este que estava ocorrendo na Inglaterra da época. No decorrer da segunda metade do século XIX tanto Marx quanto Engels esperavam cada vez menos que a industrialização gerasse a pauperização politicamente radicalizadora em que depositavam suas esperanças. Para ambos não havia amplos segmentos do proletariado que estivessem se tornando cada vez mais pobres. Para Hobsbawn, as esperanças no futuro eram vistas na análise de Marx, mas não derivavam dela e sim de pressupostos apriorísticos.

O que dizer sobre a centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho, o quão perto ou longe estamos do ponto em que se rompe o “envoltório capitalista” é uma questão que não encontramos muitas respostas. O que podemos aqui dizer com David Harvey (2012) é que o desenvolvimento do caráter internacional do regime capitalista de que falou Marx no *Capital* parece ter sido surpreendentemente criativo nos últimos cento e trinta anos. Extraordinário parece também ter sido o processo de centralização dos capitais, bem como os modos pelos quais se processaram a forma cooperativa de trabalho; a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico; a exploração planejada do solo; a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum; o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho social; o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial. Harvey fala do notável êxito do capitalismo, de sua fluidez e flexibilidade para superar todos os limites, ainda que recorra a violentas correções, como parece ter sido a história de suas periódicas crises. Acredita que “hoje a situação pode estar muito mais próxima do que nunca ao que Marx descreveu – e não só porque as desigualdades sociais e de classe têm se aprofundado dentro de uma economia global muito mais volátil, sobretudo pelo grave problema de absorção de montantes cada vez maiores de capital excedente na produção de bens e serviços” (2012, p.46). Hobsbawn não descarta que a crise atual possa levar a “uma desintegração, até mesmo de um colapso, do sistema existente” (2011, p.375). Afinal, pode a situação atual estar mais próxima do que nunca do antigo preceito de que o sistema burguês tornar-se-á demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio, tal como exposto pelos jovens Marx e Engels há mais de um século e meio? Pode o sistema desintegrar-se ou está decretada a mediocridade universal?

Marx e Engels: o trabalhismo e a política

Para Hobsbawm (2011) está atualmente claro ser infundada a presunção de Marx e Engels de que por necessidade histórica, o proletariado era ou deveria ser a “classe verdadeiramente revolucionária”, o que não invalida a proposição deles de que a organização da classe trabalhadora deveria assumir a forma de um partido político ativo em todo o território do país e mais além. Ele julgou ser essa proposição uma contribuição fundamental, de imenso significado histórico, tanto para o movimento operário, que não poderia avançar muito em suas metas sem mobilizar o apoio do Estado contra os empregadores, como para a estrutura da política moderna em geral.

Num recente ensaio sobre o movimento organizado da classe operária, intitulado *Marx e o trabalhismo: o longo século*⁴⁸, Hobsbawm escreve sobre as relações complexas e cambiantes que foram travadas entre o marxismo e os movimentos operários, sobretudo europeus mas não exclusivamente, desde fins do século XIX até o presente.⁴⁹

Na década de 1890 os governos britânico e francês se puseram nervosos ao reconhecer a existência política de movimentos operários firmemente organizados. Já era evidente a consciência de classe dos operários que se expressava em partidos de classe.⁵⁰ O próprio socialista Alexandre Millerand fora convidado em meados desta década para ocupar o cargo de ministro do comércio, o que gerou constrangimentos na Segunda Internacional, forçando o movimento socialista a refletir sobre sua relação com o sistema em que atuavam. Para o movimento socialista, outro escândalo provavelmente ainda maior, diz respeito ao debate estimulado pela leitura de um manifesto de reformismo intitulado *As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia*, de autoria de Eduard Bernstein, um dos primeiros pilares do marxismo alemão. O movimento acabou propondo uma solução conciliatória para o caso Millerand, permitindo a participação de pessoas, mas não de partidos, em governos burgueses. Quanto à Bernstein, foi rejeitado e denunciado unanimemente por afrontar todas as seções da Internacional ao propor uma revisão do marxismo. Mas na prática, a social democracia ao mesmo tempo em que repudiava sua justificativa teórica do reformismo

⁴⁸ *Marx e o trabalhismo: o longo século* é o último capítulo do livro *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*.

⁴⁹ A predileção por iniciar neste período foi justificada por entender que a crônica do movimento operário britânico só começou efetivamente na década de 1890, sobretudo com os estudos de Sidney e Beatrice Webb sobre o sindicalismo.

⁵⁰ Registre-se que evitar a política de luta de classes era um problema geral e não apenas na Inglaterra ou na França.

aceitava a tese de que a melhoria nas condições de trabalho sob o capitalismo era a principal tarefa do movimento, e ao fazê-lo legitimaram o slogan de Berstein de que “*o movimento é tudo, o objetivo final, nada*”.

Segundo Hobsbawn, desde princípios do século XX que “os movimentos operários marxistas nos principais países do capitalismo viveram numa simbiose tácita com o capitalismo, e não num estado de guerra” (2011, p.361). Até a Primeira Guerra Mundial não havia nada nos Estados do centro que pudesse obstar a simbiose entre o trabalhismo e um florescente sistema econômico. Nos chamados “países “atrasados” em que a revolução era uma perspectiva real, e não um mero artifício retórico, ficou claro para os marxistas que o desenvolvimento capitalista burguês era o único caminho do progresso”, pois “era evidente a superioridade econômica, cultural e, em especial militar do mundo “avançado”” (Hobsbawn, 2011, p.363-4).

Já na “Era da Catástrofe”, entre o início da Primeira Guerra Mundial até pouco depois da Segunda Guerra Mundial, “tudo o que faltou (...) foi a prosperidade que proporcionava os meios para as necessárias concessões aos movimentos operários”. Em suma, “tudo deu errado para o Velho Mundo”: guerras terminaram em revoluções e agitação colonial; Estados constitucionais liberais burgueses e democráticos foram substituídos por inimagináveis regimes políticos; e até mesmo a economia de mercado do liberalismo econômico ameaçou desabar no pós-crise de 1929. Foi neste período em que a meta política dos movimentos socialistas e operários passou a ser não mais conviver com o capitalismo, mas acabar com ele. “A revolução e a posterior construção da nova sociedade pareciam uma perspectiva melhor do que a vagarosa marcha avante, por meio de reformas, rumo a um socialismo distante que sequer era buscado com afincos”. A União Soviética e o socialismo passaram a ser um modelo econômico de como superar o subdesenvolvimento para grandes áreas do mundo colonial emancipado e outras partes do chamado Terceiro Mundo. (idem, p.364-5). Mas nos principais redutos do capitalismo os alicerces da simbiose reformista permaneceram firmes. Políticos e empreendedores promoveram-na como uma salvaguarda contra a revolução social e o espectro do comunismo mundial.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a simbiose reformista nestes principais redutos do capitalismo foi inclusive promovida de maneira mais sistemática, como parte de uma política de reforma estrutural do capitalismo ocidental, através da política de pleno emprego e da construção de Estados de bem estar social, sustentados pelo enorme crescimento das economias capitalistas durante a “Era de Ouro”, entre os anos de 1947

e 1973. O modelo revisionista do movimento operário prevaleceu nos países do centro do capitalismo durante toda a Era Áurea do capitalismo ocidental, o que lhes valeu estabilidade política e prosperidade econômica sem precedentes.

O reformismo assentava-se sobre três alicerces:

O primeiro era a dimensão e o crescimento da classe operária, a consciência que soldava uma massa díspar de trabalhadores aos mais ou menos pobres, tornando-os uma classe única, e a disposição dos governos democráticos-burgueses, já antes de 1914, a fazer concessões a esses relevantes blocos eleitorais, desde que não se conduzissem de modo demasiado radical. (...) A Revolução Russa dera ao reformismo seu segundo alicerce: o medo do comunismo e da União Soviética. O avanço de ambos durante a Segunda Guerra Mundial e depois dela pareceu, ao menos na Europa, exigir de governos e empregadores uma contrapolítica de pleno emprego e seguridade social sistemática. (...) Contudo, a partir de 1945, não foi só a política que se mostrou necessitada de reformas, mas também a economia e, principalmente, o pleno emprego – como Keynes e os economistas suecos da social-democracia escandinava haviam predito. Esse seria o terceiro alicerce do reformismo. Essa foi a política não só dos governos social-democratas, como de todos os governos (sem excluir os Estados Unidos). Isso valeu aos países ocidentais tanto estabilidade política quanto uma prosperidade econômica sem precedentes. (Hobsbawn, 2011, p.369-70).

Ao findar a Era Dourada, os trabalhadores nas sociedades de consumo afluentes se encontravam numa situação muito melhor do que os representantes mais otimistas da reforma poderiam imaginar. Os objetivos do reformismo haviam sido alcançados em algumas poucas nações. Em outras partes do mundo não houve base alguma para as políticas social democratas, muito menos as bersteinianas. A Segunda Internacional fora quase nula em muitas regiões. Até os anos 1970 era difícil encontrar classes operárias organizadas (excetuando em alguns poucos casos em que os operários dos setores de mineração, energia, têxteis, transporte e navegação).

A situação mudou depois do ano de 1973, a economia e a política de reformas não mais rendiam resultados tão positivos e o sistema iniciou (no Chile) a sua adesão à versão extrema da política do *laissez-faire*. As classes operárias do chamado “Primeiro Mundo” encolhiam, tanto em termos relativos quanto absolutos, e acabaram por perder grande parte de sua consciência de classe. As velhas ideologias da esquerda socialista desvaneciam-se ao mesmo tempo em que os mais diversos governos eram seduzidos por ideologias individualistas de liberalismo econômico radical. Seus ideólogos argumentavam que os movimentos operários, os partidos operários e também os sistemas públicos de bem-estar social deveriam ser abolidos por constituírem obstáculos ao mercado livre, único efetivamente capaz de garantir não só o crescimento máximo da economia e dos lucros, e conseqüentemente também o bem-estar geral das nações e de todos! O “pleno emprego” deveria ser substituído por um mercado de trabalho cada vez

mais flexível e pela doutrina da “taxa natural de desemprego”. Os governos progressivamente passaram a ser encarados como problemas e não mais como solução. Estados-nações recuaram ante o avanço da economia global transnacional, e este recuo fez com que os movimentos operários e os partidos social democratas perdessem a sua principal arma. O chamado “novo trabalhismo” passou a se identificar, em tons variados, com a sociedade orientada para o mercado. “... o grande efeito do período 1973-2008 foi o abandono de Bernstein pela social-democracia” (idem, p.372). O próprio capitalismo esqueceu seus temores com o fim da União Soviética, e os apologistas do *laissez-faire* afirmaram ter alcançado “o fim da história”, com “uma imperturbável vitória do liberalismo econômico e político” (Francis Fukuyama).

Mas nos dias de hoje

tudo isso deixou de ser defensável. No século XX, as tentativas de tratar a história do mundo como um jogo econômico de soma zero entre o privado e o público, o puro individualismo e o puro coletivismo, não sobreviveram à patente falência da economia soviética e da economia do “fundamentalismo de mercado” do período que vai de 1980 a 2008. Tampouco uma volta ao primeiro é mais provável do que uma volta do segundo. Desde a década de 1980 ficou evidente que os socialistas – marxistas ou não – tinham ficado sem sua tradicional alternativa ao capitalismo, pelo menos até que repensassem o que queriam dizer com “socialismo” e renunciassem à presunção de que a classe operária (manual) seria necessariamente o agente principal da transformação social. Contudo os fiéis do credo da *reductio ad absurdum* do período 1973-2008 também se viram desamparados. (Hobsbawn, 2011, p.375).

No momento em que o capitalismo entra em mais um período de grave crise, Hobsbawn constata o fim de uma fase peculiar na história dos movimentos operários. Ele não vê possibilidade alguma de declínio da mão de obra industrial nas “economias emergentes” em fase de acelerada industrialização. Nas demais economias, os movimentos operários prosseguem porque “o Estado-nação não está a caminho da extinção”, como prova a reabilitação do Estado como ator econômico relevante após o colapso financeiro de fins de 2008. Mais do que isso, tais movimentos sobrevivem porque a grande maioria da população economicamente ativa, dependente de salários, reconhece a diferença entre os interesses dos que vivem de salários e dos que vivem de lucros. Disso resulta que

a luta de classes continua, apoiada ou não por ideologias políticas. Além disso, continua a existir o hiato entre ricos e pobres e divisões entre grupos sociais com interesses divergentes, não importa que chamemos ou não esses grupos de “classes”. Quaisquer que sejam as hierarquias sociais, muito diferentes das de cem ou duzentos anos atrás, a política prossegue, ainda que só em parte como política de classes (...).

O Estado e as demais autoridades públicas são as únicas instituições capazes de distribuir o produto social entre seu povo, em termos humanos, e atender a necessidades humanas que não podem ser satisfeitas pelo mercado. A política, por conseguinte, tem

sido e continua a ser uma dimensão necessária da luta pela melhoria social. (idem, p.371-2).

Os problemas da política no âmbito prático foram e são fundamentais para os revolucionários ativos. Na época de Marx e Engels, o fundamental era transformar o movimento operário em um movimento de classes, em um movimento político, num partido da classe operária separado de todos os partidos das classes dominantes e direcionado para a conquista do poder político. Para Marx, o importante não era saber se os partidos da classe operária eram reformistas ou revolucionários, mas sim encontrar a melhor forma de superar as várias expressões de imaturidade que impediam o desenvolvimento de partidos proletários. Marx e Engels confiavam na ação política dentro dos limites que a história possibilita, e não na espontaneidade das forças históricas.⁵¹

Em *Marx, Engels e a política*⁵² Hobsbawn resumiu o legado geral de ideias sobre política que estes dois revolucionários deixaram a seus sucessores:

Em primeiro lugar, esse legado acentuava a subordinação da política ao desenvolvimento histórico. (...) As perspectivas do esforço político socialista dependiam fundamentalmente da etapa alcançada pelo desenvolvimento capitalista, em todo o mundo e em cada país, e portanto uma análise marxista da situação, sob essa luz, constituía a base necessária para a estratégia política socialista. A política integrava-se à história, e a análise marxista mostrava quanto a política era impotente para atingir seus fins se não estivesse assim integrada; e, inversamente, como era invencível o movimento da classe operária, sempre integrado à história. (...) Em segundo lugar, a política era crucial na medida em que a classe operária, inevitavelmente triunfante, se organizaria politicamente (isto é, como “partido”) e visaria à transferência do poder político, que seria exercido por um sistema transitório de autoridade do Estado submetida ao proletariado. A ação política era, assim, a essência do papel do proletariado na história. (...) Em terceiro lugar, eles viam essa política essencialmente como uma luta de classes dentro de Estados que representavam a classe dominante (ou as classes), a não ser em certas conjunturas históricas especiais, como as de equilíbrio de classes. (...) Em quarto lugar, quaisquer que fossem as atividades (...) [pelo movimento proletário] exercidas, o Estado proletário transitório deveria eliminar a separação entre povo e governo, entendido este como um conjunto especial de governantes. (...) Por fim, (...) deixaram para seus sucessores um pensamento político com vários espaços vazios ou preenchidos de modo ambíguo. (...) A forma do futuro e as tarefas de ação só podiam ser discernidas mediante a descoberta do processo de desenvolvimento social que levaria a elas, e essa descoberta só se tornava possível, ela própria, em certo estágio do desenvolvimento. (...) Em termos da ação política concreta, decidir o que era necessário e possível (tanto no plano global quanto em regiões e países específicos) requeria uma análise do desenvolvimento histórico e de situações concretas. (Hobsbawn, 2011, p.83 a 86).

⁵¹ Hobsbawn, 2011, p.54, 63, 65 e 66.

⁵² *Marx, Engels e a política* é o título do terceiro capítulo do referido livro *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. Não nos propomos aqui elaborar uma resenha do referido capítulo, mas tão somente resumir com Hobsbawn o legado geral das ideias sobre política que Marx e Engels deixaram a seus sucessores.

Para os propósitos desta tese, nos atemos de imediato a reproduzir certas análises (marxistas e não marxistas) do desenvolvimento histórico e de situações concretas dos processos de produção e reprodução da riqueza e da pobreza no Brasil e no Chile. E quanto à questão sobre o *Que fazer?*⁵³ É preciso dizer que tal decisão ultrapassa os propósitos de um trabalho acadêmico.

⁵³ Ver: **LENIN, V.L.** *Que fazer?: Problemas candentes do nosso movimento.* São Paulo : Expressão Popular, 2010.

Riquezas e pobreza no Brasil e Chile: das Conquistas às Repúblicas

O capítulo começa com a Conquista ibérica e com o genocídio praticado contra os povos originários no Brasil e séculos depois no Chile. O contingente e a conformação de diferentes etnias estão, grosso modo, contemplados, a exemplo da presença de milhões de escravos negros transplantados da África para o Brasil, diferentemente do Chile que contou somente com poucos imigrantes europeus (poucos comparados aos muitos que vieram ao Brasil em fins do século XIX e início do século XX). É fundamental conhecer melhor a força de trabalho que esteve empregada na realização de múltiplas tarefas exigidas, seja nas extrações de madeira, prata, ouro, diamantes, salitre, cobre, borracha, seja nas produções de açúcar, tabaco, algodão, café, cacau, trigo, nas criações de gado, carneiro, ou no trato com as peles, o couro, o sebo, o leite, o charque...

Fundamentais são as análises de Caio Prado Júnior sobre o *sentido da colonização tropical e em particular da colonização brasileira* e de Celso Furtado sobre a *Formação Econômica do Brasil*. A descrição sobre o caso Brasil até princípios do século XX se deu fundamentalmente com eles. Valemo-nos também de outras observações, todas completamente relevantes, como as de Francisco de Oliveira que nos dá a dimensão do genocídio no Brasil entre outros registros; de Josué de Castro sobre a conversão de uma extensa e rica faixa do litoral brasileiro em savana e em região de fome; de Manoel Bomfim sobre a imensa drenagem de riqueza extraída não apenas do Brasil, mas em toda a América Latina, e durante séculos, e o que aqui restou de riqueza materialmente transformada quando das Independências, afora o *parasitismo* de gerações de milhões de índios e negros. Fundamentais na reconstrução do caso chileno foram os registros de Peter Winn, Tomás Moulian, Moniz Bandeira, Eduardo Galeano e Emir Sader. Foi com todos esses que aqui reconstruímos a produção e reprodução das riquezas e pobreza no Brasil e no Chile, num movimento contínuo que ressalta resultados econômicos, sociais e políticos (e explicações para os mesmos) no longuíssimo prazo: o que foi criado, em que ritmos e por quem; quem comandou interna e externamente o trabalho das gentes submetidas à escravidão e ao assalariamento nascente; o que ficou internamente e o que foi drenado para fora e onde; os contornos da política no longuíssimo prazo, que aqui se estende do período colonial, passando pelas Independências, até à instauração de uma República Parlamentar no Chile e de uma Primeira República no Brasil, posteriormente chamada de República Velha.

Das Conquistas às Independências

Talvez não seja forçoso afirmar que antes da Conquista (e mesmo depois) tanto o ‘Brasil’ como o ‘Chile’ possivelmente não sofriam de tanta pobreza e miséria a ponto de abandonar suas crianças e seus velhos a sorte de animais selvagens. Quer dizer, essas duas ‘nações’ não bem se encaixam na descrição das *nações selvagens de caçadores e pescadores* de Smith. A assertiva de Polanyi de que o princípio de independência da carência era conhecido em quase todos os tipos de organização social até aproximadamente o início do século XVI na Europa, deve valer também para essas bandas, ao menos até antes da Conquista.

O Brasil e o Chile, assim como os demais países da América, nasceram dos processos de formação do Novo Mundo, só que pela via da colonização ibérica, cujos objetivos eram a exploração de riquezas materiais, conquistas territoriais, implantação de feitorias comerciais e a propagação da fé cristã. No caso do Brasil, em relação ao seu contingente populacional quando da Conquista, as estimativas variam entre cerca de 2,5 a 10 milhões de autóctones, dispersos ao longo de vastos espaços, frações do que posteriormente corresponderia ao imenso território brasileiro⁵⁴. No transcurso de algumas décadas,

um genocídio os reduziu a pouco mais de 340 mil indígenas – apelido decorrente da suposição de ter-se chegado às Índias pelo Ocidente. Os sobreviventes concentraram-se, sobretudo, na Amazônia – cerca de 180 mil. *Os parques, esquilidos mesmo, remanescentes no restante do país formam, em geral, pequenos grupos, na maior parte completamente aculturados, inseridos no mais baixo estrato social, vivendo sob pobreza extrema.* Uma catástrofe epidemiológica que se ombreia com todas as grandes pestes europeias e asiáticas. (Oliveira, 2006, p.206, grifos meu).

Em *Histórica econômica do Brasil* Caio Prado Júnior assinalou que o sentido de nossa colonização foi antes de tudo mercantil, expressando-se inicialmente na extração da madeira, pau-brasil, posteriormente num empreendimento produtivo de exploração da cana-de-açúcar, e mais tarde na extração de metais preciosos, ouro e diamantes, seguido pelas plantações de algodão e café, tudo voltado para o comércio europeu.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da

⁵⁴ O território brasileiro tem atualmente uma extensão de 8,5 milhões de Km² e é o quinto maior país no mundo. No âmbito das Américas, o Brasil perde em extensão apenas para o Canadá e os Estados Unidos. Corresponde a cerca de um quinto do território total da América, mais de um terço da América Latina e quase a metade da América do Sul.

colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. (Prado Jr., 1998, p.22-23 [1945]).

As atividades produtivas movidas pelos escravos indígenas e negros juntamente com o comércio mantiveram e reforçaram a concentração fundiária. A posse da terra fora inicialmente definida pelas capitânicas e depois pelas sesmarias de providência real portuguesa. A concentração de terras logo se tornou uma das bases fundamentais da estrutura econômica, social e política da colônia, prolongando-se por séculos. A outra foi o comércio de escravos negros, quer pela necessidade de mão de obra (dado à inaptidão da população autóctone para trabalhos regulares e sua fuga para lugares mais longínquos⁵⁵), quer pelas oportunidades oferecidas por este grande negócio que foi o comércio de escravos africanos. Estima-se que mais de 4 milhões de africanos negros aportaram ao Brasil no decorrer de princípios do século XVI a meados do século XIX. Foi duro o percurso até que o país desaguasse na abolição da escravatura, ocorrida somente no ano de 1888. E quantos não pereceram prematuramente ao longo do caminho? A expectativa de vida de um escravo brasileiro não ultrapassava muito os trinta anos.⁵⁶

No caso da mais remota das colônias americanas da Espanha, o Chile, sua população autóctone fora sempre menor e menos dispersa e diversificada do que a do Brasil. O processo de colonização também fora violento, mas a resistência do maior grupo indígena chileno, os mapuches⁵⁷, foi muito mais efetiva. Durante mais de três séculos resistiram com sucesso à conquista espanhola, pois nunca foram conquistados ou subordinados durante o período colonial. A colônia espanhola ficara limitada ao

⁵⁵ A escravidão dos índios foi abolida em meados do século XVIII, mas manteve-se de forma disfarçada mesmo depois.

⁵⁶ Ver: Oliveira, 2006.

⁵⁷ “Hoje, mais de um milhão dos quinze milhões de chilenos que habitam o país reclamam ancestralidade mapuche”. (Winn, 2010, p.28).

território ao norte de sua fértil terra florestal⁵⁸. Para o império espanhol o Chile fora, sobretudo, um posto estratégico, cujo papel era o de impedir que inimigos estrangeiros atacassem o Peru e conquistassem a prata que no fim ficava com os sucessivos monarcas de Madri. Durante todo o período colonial, o Chile não foi tido como uma colônia de grande valor econômico. Somente nos séculos XIX e XX é que suas riquezas minerais (prata, nitratos e o cobre) tornam-se cobiçadas.⁵⁹

Diferentemente do Brasil, país que transplantou milhares de africanos negros e recebeu uma maciça imigração europeia ao final do século XIX e princípios do século XX, o Chile contou somente com um limitado contingente de europeus que migraram durante o período colonial (alemães, italianos, eslavos, também árabes e judeus), e não teve uma população de descendência africana. No princípio coube aos índios capturados ou escravizados formarem a força de trabalho da qual se valeram seus colonizadores, até que a mistura racial criou, já no século XVIII, uma força de trabalho mestiça subordinada.

A economia chilena inicial foi a agricultura de subsistência, sucedida no tempo por uma economia de criação de gado, que precisava de pouca mão de obra e que encontrou um mercado próspero nas peles de carneiro que carregavam o mercúrio tóxico de Huancavelica, no Peru, para refinar o minério de prata em Potosí, enquanto caixas de couro transportavam as barras de prata de Potosí para o porto de Arica, de onde eram baldeadas para a Europa ou a Ásia. Mas os vales férteis e abundantes em recursos hídricos do Chile continham rica terra agrícola, e quando um terremoto devastou a agricultura peruana no final do século XVII, as fazendas chilenas preencheram o vazio e assumiram o suprimento da capital do vice-reino com grãos e outros produtos alimentares. A isso acrescentou-se a modesta renda das minas de cobre do norte e a venda de alimentos e produtos artesanais ao Exército espanhol sediado ao sul da colônia, na fronteira mapuche.

Como não se considerava que o Chile tivesse as riquezas do Peru, para atrair colonos para essa colônia estrategicamente importante, Madri estava disposta a lhes conceder privilégios negados aos colonos que se dirigiam a outros lugares. A *encomienda*, sistema que garantia que os colonos pagassem o tributo e as cobranças de impostos da Coroa, foi desativada na maior parte do império espanhol no século XVIII, o que permitiu aos colonos constituir a base das grandes fazendas do país. A escravidão dos índios, também banida na maior parte do império, era permitida no Chile, e os prisioneiros das guerras com os mapuche ou os huarpe eram alocados no lado argentino dos Andes e levados de volta ao Chile, vindos da região de Cuyo, sob a administração da cidade de Santiago. No século XVIII, no entanto, a maior parte da mão de obra das propriedades rurais chilenas provinha dos *inquilinos* mestiços, peões

⁵⁸ Um combatente soldado espanhol nas guerras araucanianas, Alonso de Ercilla, produziu a primeira ficção do país, *As guerras araucanianas*, que conta as virtudes dos inimigos “bárbaros” do império espanhol, bem como a história de seus fracassados esforços para conquistar os mapuche e os araucanianos do sul do Chile. O herói da obra é Lautaro, líder mapuche, e não Pedro de Valdivia, seu comandante espanhol.

⁵⁹ Ver: Winn, 2010.

residentes que trocavam sua força de trabalho por casa e um pouco de terra para plantar, mas que continuavam dependentes da boa vontade do dono da terra.

Nessa época, uma elite chilena se consolidou com base na terra, suplementada pela mineração e pelo comércio. Durante o século XVIII, tornou-se cada vez mais rica graças à força de trabalho dependente e aos lucros combinados de suas fazendas, minas e exportações. (Winn, 2010, p.28-29).

Já o Brasil não se afigurou como um posto estratégico de defesa para o império português. E se bem que sua economia inicial também fora modesta com o tráfico ativo do pau-brasil na costa brasileira até meados do século XVI⁶⁰, não serviu até esse período para fixar qualquer núcleo de povoamento no território. Mas o negócio com a produção e comercialização do açúcar, um produto de grande valor comercial na Europa, logo fez com que o território despertasse um interesse até então inexistente. Desde a segunda metade do século XVI que a produção de açúcar passara a ser cada vez mais uma empresa em comum com os flamengos, notadamente os holandeses. A produção do açúcar, sobretudo em Pernambuco, Bahia e São Vicente, representou durante mais de um século e meio praticamente a única base em que se assentou a economia brasileira. Até meados do século XVII o Brasil fora o maior produtor mundial de açúcar. Seu monopólio foi perdido no momento em que começam a aparecer à concorrência das colônias da América central e das Antilhas.⁶¹

Além do açúcar, o tabaco também foi desde princípios do século XVII cultivado, principalmente na Bahia (no contorno do Recôncavo) e em menor quantidade em Sergipe e Alagoas, mas no geral em escala modesta quando comparado ao açúcar. Sua utilização se deu por conta do tráfico de escravos. No começo do século XIX, momento em que começam a estabelecer restrições ao tráfico, à produção e comercialização paralelamente entram em crise. O açúcar e o tabaco, os dois grandes produtos de

⁶⁰ Segundo Caio Prado, “foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil, poucos decênios, até 1530. Logo esgotaram-se o melhor das matas costeiras que continham a árvore, e o negócio perdeu interesse. Assim mesmo a exploração esporádica do pau-brasil continuará até o início do século XIX, sem importância em termos absolutos e mesmo relativos a outros setores da economia brasileira” (1998, p.27 [1945]).

⁶¹ Celso Furtado registra que “durante sua permanência no Brasil, os holandeses adquiriram o conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe. A partir desse momento, estaria perdido o monopólio, que nos três quartos de século anteriores se assentara na identidade de interesse entre os portugueses e os grupos financeiros holandeses que controlavam o comércio europeu. No terceiro quartel do século XVII os preços do açúcar estarão reduzidos à metade e persistirão nesse nível relativamente baixo durante todo o século seguinte. (...) O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno de 1650. (...) Tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época”. (2000, p.15-16 [1959]).

exportação da colônia, foram apoiados por suas atividades acessórias voltadas a manter em funcionamento essa economia exportadora. A chamada economia de subsistência consistiu basicamente em atividades fornecedora dos meios de subsistência à população empregada na atividade de exportação. De um modo geral, a população rural da colônia (que representava quase a totalidade da população) dedicada à produção nas grandes lavouras foi capaz de prover suficientemente a sua subsistência com diversas culturas alimentares⁶², sem ter que recorrer a importações. Em condições distintas estavam a pequena população urbana (registre-se que nos primeiros cento e cinquenta anos de colonização os centros urbanos serão todos pequenos), voltada à administração e ao comércio. Para abastecê-la estabeleceram-se pequenas lavouras especializadas, de exploração rural semelhante à do camponês europeu, separadas e distintas da grande lavoura. Naquelas pequenas lavouras são os proprietários e suas famílias que se ocupam da produção, ajudados por índios escravos. Adotando os hábitos e costumes europeus em mistura com suas tradições, os índios (caboclos) formarão o embrião de uma classe média entre os grandes proprietários e os escravos.

Desde o princípio da colonização brasileira que a insuficiência alimentar esteve presente, mas no século XVII tornou-se quase sempre a regra nos núcleos de povoamento mais densos, dado o papel secundário que a agricultura de subsistência ocupava no sistema econômico do país. E agravou-se ainda mais no século XVIII quando os centros urbanos adquiriram importância maior. E apesar das medidas legislativas tomadas, tais como a obrigação do plantio de alimentos, o problema persistiu dado às atenções voltadas para a produção do açúcar, cujo retorno era sempre muito maior. Assim, a população colonial, com exceção das classes mais abastadas, viveu num crônico estado de subnutrição, sendo que a população urbana sofrera mais do que a rural pela falta de alimentos.

Em *Formação econômica do Brasil* Celso Furtado destacou o fato da colônia açucareira ser “excepcionalmente rica”, mas que sua renda estivera “fortemente concentrada” nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.

Sobre o monte da renda gerada por essa economia não se pode ir além de vagas conjecturas. O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns

⁶² Entre as diversas culturas alimentares, estiveram presentes, sobretudo, a mandioca, o milho, o arroz e o feijão; as verduras foram pouco consumidas, ao contrário das frutas, sobretudo a banana e a laranja; a pecuária se deu no sertão nordestino, sobretudo a carne de vaca em pouca quantidade e baixa qualidade. Em Campos dos Goitacases e no sul de São Paulo e Paraná a carne era de melhor qualidade e maior quantidade. (Prado Júnior, 1998, p.43 a 46 [1945]).

2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento desse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem europeia não seria superior a 30.000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica. (...) A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada em mão da classe de proprietários de engenho. (...) pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana. (Furtado, 2000, p.47-48 [1959]).

Ademais, Furtado sugere que a indústria açucareira era suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos. A excepcionalidade com que essa potencialidade fora utilizada indica, segundo ele, que o crescimento da indústria foi governado pela possibilidade de absorção dos mercados compradores, “que houve excepcional habilidade na etapa de comercialização, e que era desta última que se tomavam as decisões fundamentais com respeito a todo o negócio açucareiro” (idem, p.49). O destino dos recursos financeiros sobranes, ou seja, àqueles que não eram investidos na indústria açucareira, não foram usados dentro da colônia, pois a atividade econômica de subsistência absorvia ínfimos capitais. E como tampouco consta que os capitais poupados foram investidos em outras regiões e atividades, a conclusão a que chega é a de “parte substancial” dos capitais aplicados na produção açucareira pertencera aos comerciantes. Assim, “uma parte da renda, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama de renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia”; e assim se explica “a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização, coordenação essa que preveniu a tendência natural à superprodução” (ibidem).

Mas ainda que se prevenindo da tendência à superprodução, a economia açucareira brasileira não pode evitar a perda de seu monopólio diante à concorrência das colônias da América central e das Antilhas, como argumentou Furtado⁶³. Na segunda metade do século XVII, a rentabilidade da colônia brasileira baixou substancialmente, tanto para o comércio como para o erário lusitano. Em fins do século XVII as exportações brasileiras de açúcar haviam caído pela metade e os seus preços não ultrapassavam o patamar de 50% de sua melhor cotação. As Antilhas estavam bem mais perto do mercado europeu, além de contar com terras virgens e com a produção em

⁶³ Ver os capítulos V e VI sobre “As colônias de povoamento do hemisfério norte” e as “Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas”, do livro *Formação Econômica do Brasil*.

melhor nível técnico. Além disso, as terras brasileiras em que se praticou a produção extensiva da monocultura da cana-de-açúcar já estavam também cansadas. O açúcar arrasara parte das terras do Nordeste. Para Josué de Castro (2003), a faixa úmida do litoral, da Bahia ao Ceará, que contava com um solo bastante fértil, rico em humos e sais minerais, fora convertida em savanas, numa região de fome.

Segundo Furtado, o estado de prostração e pobreza em que se encontravam tanto a colônia como a metrópole nesse período é que explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro já a partir do início do século XVIII. A mineração do ouro no Brasil passou a ser o centro das atenções de Portugal e a maior parte do cenário econômico do país durante quase um século, de princípios do século XVIII até o último quartel desse século. Ainda mais do que no passado, a política de restrições econômicas e opressão administrativa da metrópole para com a colônia tomou considerável impulso nesse ínterim, abafando a maior parte de nossas possibilidades de desenvolvimento⁶⁴. Já em fins do primeiro século de colonização se iniciou na capitania de São Vicente uma pequena mineração aurífera de lavagem, insignificante e estritamente local. Será somente nos últimos anos do século XVII (1696) que se realizam os primeiros achados de importância em Ouro Preto, fruto dos bandeirantes paulistas que andavam devassando o interior da colônia à captura de índios destinados ao cativeiro. Posteriormente, os achados se multiplicam sem interrupção até meados do século XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica e alcança o seu mais alto nível de produção.

Ao contrário do que se deu na agricultura e em outras atividades da colônia (como a pecuária), a mineração foi submetida desde o início a um regime especial que minuciosa e rigorosamente a disciplinava: estabelecia-se a livre exploração, embora submetida a uma fiscalização estreita, e a coroa reservava-se, como tributo, a quinta parte de todo o ouro extraído. Por conta disso, as minas estiveram em luta constante: o fisco reclamando e cobrando seus direitos, os mineradores dissimulando o montante da produção... Depois de muitas hesitações e variações, estabeleceu-se um processo que se tornaria definitivo: criaram-se Casas de Fundição em que todo ouro extraído era necessariamente recolhido – aí se fundia, e depois de deduzido o quinto e reduzido a

⁶⁴ Um exemplo de como Portugal limitou as possibilidades de desenvolvimento de sua colônia brasileira é dado pelo Tratado de Methuen (1703) com a Inglaterra. Por esse tratado, Portugal não apenas se limitou a aniquilar o embrião de sua própria indústria, mas também acabou com quaisquer pretensões de desenvolvimento manufatureiro no Brasil. Em 1715, o reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar; em 1729, declarou como crime a abertura de novas vias de comunicação na região mineira; e, em 1785 determinou que se incendiassem os teares e fiadores nativos.

barras marcadas com o selo real, era devolvido ao proprietário. Somente nestas barras quintadas podia o ouro circular livremente. E não ficaram nestas providências as medidas legais destinadas a proteger os interesses da Fazenda Real: fixou-se uma certa quota anual mínima (100 arrobas, cerca de 1.500 quilos) que o produto do quinto deveria necessariamente atingir. Quando o quinto não atingia este mínimo, procedia-se ao derrame, isto é, obrigava-se a população a completar a soma⁶⁵. Estima-se que o volume total do ouro extraído no país durante cerca de oitenta anos tenha superado o ouro que a Espanha extraía de todas as suas colônias da América durante os séculos XVI e XVII.

Além do ouro, exploraram-se também na mesma época os diamantes. Os primeiros achados datam de 1729. O Brasil teve no século XVIII o monopólio da produção de diamantes. Contudo, sua importância relativa à do ouro é entre nós bem menor. A princípio adotou-se para a extração dos diamantes o mesmo sistema que vigorava no caso do ouro: a livre extração com pagamento do quinto. Mas era difícil calcular e separar o quinto em pedras muito diferentes umas das outras, em tamanho e qualidade. Logo foi adotado outro sistema: demarcou-se o território em que se encontravam os diamantes (Distrito Diamantino em Diamantina (MG); rio Jequitinhonha (MG); rio Claro e Pilões (GO); sudoeste da Bahia; alto Paraguai (MT)), isolando-o completamente do exterior, e a exploração foi outorgada com privilégio a determinadas pessoas que estavam obrigadas a pagar uma quantia fixa pelo direito de exploração. Em 1771 modifica-se este sistema, passando a Real Fazenda a fazer ele mesma, diretamente, a exploração. Organizou-se uma junta da administração geral dos diamantes, sob a direção de um intendente para ocupar-se da matéria. Esta administração, como se dava com as Intendências do ouro, independia completamente de quaisquer autoridades coloniais, e somente prestava contas ao governo de Lisboa. Um “verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia”, no entender de Caio Prado.

Houve dois tipos de organização da indústria mineradora: o sistema de lavras empregado nas jazidas de certa importância no período áureo da mineração. Tal sistema dispunha de aparelhamento especializado, e sob uma única direção e trabalhando em conjunto se reuniam num determinado ponto vários trabalhadores, escravos africanos; e

⁶⁵ Caio Prado nos lembra que “cada vez que se decretava um derrame, a capitania atingida entrava em polvorosa. A força armada se mobilizava, a população vivia sob terror”. “Da última vez que se projetou um derrame em 1788, ele teve que ser suspenso à última hora pois chegaram ao conhecimento das autoridades notícias positivas de um levante geral em Minas Gerais, marcado para o momento em que fosse iniciada a cobrança (Conspiração de Tiradentes). E nunca mais se recorreu ao expediente. A decisão firme de um povo é mais forte que qualquer poder governamental” (1998, p.59).

o sistema de faiscadores, pequena extração realizada por indivíduos isolados que não empregam senão uns poucos instrumentos rudimentares. São móveis e nômades, indo catar o ouro indiferentemente neste ou naquele lugar não ocupado por outro. Parte deles é de condição livre, colhendo o ouro por conta própria; outros são escravos que podiam resgatar sua liberdade quando eram muito felizes em seus achados. Embora esta atividade tenha existido sempre na mineração aurífera da colônia, seu volume tendeu a aumentar com a decadência das minas, particularmente em fins do século XVIII, quando a mineração entrou em decomposição.

A decadência da mineração do ouro, que já se inicia em meados do século XVIII, deriva de várias causas. A principal foi o esgotamento das jazidas. Mas contou também com técnicas deficientes, cuja culpa principal, no entender de Caio Prado, é da administração pública que manteve a colônia num isolamento completo, tornando inacessível aos colonos qualquer conhecimento técnico, e, além disso, implantando um sistema de regulamentação (o quinto e os derrames) que também contribuía para o entrave do progresso da mineração e para o apressamento de sua decadência. Em vez de técnicos para dirigir a mineração, mandavam para cá cobradores fiscais. “Não resta a menor dúvida que a ignorância dos colonos portugueses sempre constituiu um óbice muito sério oposto ao desenvolvimento de suas atividades econômicas; na mineração como nas outras também” (1998, p.61). A decadência da mineração dos diamantes, que é mais ou menos paralela à do ouro, tem também causas semelhantes. Veio agravá-la um fator, a depreciação das pedras até princípios do século XIX, devido ao seu grande afluxo no mercado europeu. Desde fins do século XVIII que a exploração de diamantes deixou de contar como uma atividade econômica de alguma expressão.

As transformações provocadas pela mineração no Brasil tiveram vários resultados, não só no país. Para Portugal, além de representar uma enorme emigração de sua população para Minas Gerais⁶⁶, lhe coube servir de mero entreposto. O ouro lhe proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo a experiência espanhola no século anterior. Já para a Inglaterra, principal beneficiária e que assenhoreou-se de fato da maior parte do quinto, o ciclo do ouro brasileiro lhe trouxe forte estímulo ao seu desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, assim como lhe permitiu uma concentração de reservas que fizeram do seu

⁶⁶ Segundo Furtado, foram muitos os aventureiros portugueses que emigraram ao Brasil. Não menos do que 300 mil durante o século XVIII, um contingente maior de população do que a Espanha teria levado para todas as suas colônias da América.

sistema bancário nada menos do que o principal centro financeiro da Europa. Para o Brasil, o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que lhe trouxe alterações fundamentais na estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir a minoria e os europeus a maioria. Também contou com forte migração interna e com grandes proporções de mão de obra escrava. Estima-se que o país tinha cerca de 300 mil habitantes em 1700 e que tenha se multiplicado por onze um século depois, chegando a mais de 3 milhões de habitantes na virada do novo século. O impulso desencadeado pela descoberta das minas permitiu o deslocamento do eixo econômico da colônia dos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia) para o centro-sul do país⁶⁷. (Furtado, 2000).

Mas o que ficou do impulso dinâmico do ouro e do diamante para a colônia brasileira além dessas alterações demográficas e da mudança do eixo econômico? Igrejas foram construídas e decoradas no original estilo barroco da região. Os melhores artesãos da época foram atraídos para Minas Gerais. Os ricos vestiam a última moda europeia e de lá também encomendavam os móveis os mais luxuosos. Ouro Preto esbanjou uma riqueza súbita, mas os mineiros desprezaram o cultivo da terra e a região padeceu inclusive epidemias de fome (entre os idos de 1700 e 1713) em plena prosperidade. Em fins do século XVIII a colônia encontrava-se, uma vez mais, prostrada e empobrecida. Minas viveu uma onda de decadência e ruína. Passado a fase de bonança, o empobrecimento e o despovoamento foi o legado para as zonas onde a atividade mineira realizara a fortuna alheia. Caio Prado criticou o fato de nada ter se acumulado na fase mais próspera para fazer frente a possíveis eventualidades. Para ele, as atenções à mineração do ouro foram tamanhas ao ponto que as demais atividades entraram em decadência. “A contrapartida da fulgurante ascensão das minas foi a decadência da agricultura. (...) a primeira metade do séc. XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira. Mas a situação modificar-se-á completamente na última parte” (1998, p.79).

O “renascimento da agricultura” acompanhou a decadência da mineração. O grande gênero tropical, o açúcar, decadente por quase um século, ressurgiu, e junto com ele (e até mais expressivo) aparece o algodão, que por um curto período (de fins do

⁶⁷ Muda inclusive a capital da colônia (capital mais de nome, segundo Caio Prado, uma vez que as diferentes capitânias, que são hoje os estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente a Lisboa), que se transfere no ano de 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. Durante o ciclo mineiro, as comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fizeram pelo porto do Rio, que passa a ser o principal centro urbano da colônia.

século XVIII ao início do século XIX) irá ocupar cada vez mais as atenções. De uma insignificante cultura de expressão local até o terceiro quartel do século XVIII, o algodão dissemina-se em áreas do território brasileiro com o passar dos anos. No Maranhão foi que o progresso da cultura algodoeira mostrou-se mais expressivo. Mas apesar de conhecer uma efetiva prosperidade em fins do século XVIII, essa euforia logo se revelara falsa. É que a produção do algodão em grande escala nas plantações do sul dos Estados Unidos, onde as terras eram de melhor qualidade e também os meios mecânicos para descaroçar e enfardar o produto, tudo isso contribuiu para que os preços do algodão brasileiro caíssem à terça parte e o país ficasse fora da concorrência. No decorrer desse período, outras culturas também os acompanharam, tais como o arroz, o tabaco, o anil e o café. À criação de gado solto pelos pampas gaúcho e pelos sertões áridos do Nordeste também tiveram o seu momento de apogeu e de decadência. Outras produções extrativas como a pesca da baleia, a extração da madeira, do sal e salitre, a produção de erva-mate, juntamente com uma incipiente atividade manufatureira, estiveram também presentes, mesmo antes, mas não ocuparam mais do que um reduzido papel na economia colonial.

Diante dessa breve exposição, cabe aqui observar que em comparação com a base econômica com que contavam os diversos grupos senhoriais do Brasil colonial, a base econômica em que se apoiavam os grupos senhoriais no Chile foi muito mais estreita. Isso porque ficavam separadas das atividades econômicas mais lucrativas da economia não só no momento de sua comercialização, tal como ocorrera no Brasil, mas já no momento de sua produção. Ademais, nem o sebo, o gado, o couro, as peles de carneiro, o charque, uma incipiente extração de cobre e prata e o trigo juntos, que foram os artigos então produzidos no Chile e comercializados no decorrer dos séculos XVII e XVIII, puderam se equiparar com as ricas atividades açucareira, algodoeira, de extração de ouro e diamantes entre outras que foram desenvolvidas na colônia brasileira. Todavia, essa consideração sobre esses grupos senhoriais brasileiros e chilenos não nos deve obscurecer a compreensão do por que da não fixação da maior riqueza em seus territórios. Quatro décadas antes dos apontamentos de Caio Prado sobre o *sentido da colonização tropical e brasileira*, Manoel Bomfim em seu autêntico e corajoso estudo sobre o “parasitismo das metrópoles” na América Latina já dizia que

quem quiser estudar nas coisas a razão da não fixação da riqueza nas nações sul-americanas, e principalmente no Brasil, há de encontrar nestas condições do comércio uma das causas mais potentes. Esses intermediários são os drenos por onde se escoam

para lá toda a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de ter visto sair de seu solo riquezas fantásticas – todo o açúcar, café, ouro e diamantes do Brasil, todo o ouro e toda a prata da América espanhola – depois de ter produzido tanta riqueza, se achava tão pobre no dia da independência como se dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido a trabalhar, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas. Como fruto destes 300 anos de trabalho, restavam: engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis... (Bomfim, 2005, p.156 [1905]).

Diante desse *regime parasitário* imposto pelas nações ibéricas, capaz de drenar imensa parte da riqueza da América Latina em geral, e do Brasil em particular, é provável que as condições materiais ao longo destes três séculos de colonização tenham sido relativamente melhores para os grupos senhoriais no Brasil em comparação com os grupos senhoriais no Chile. Mas o mesmo não se pode dizer das condições materiais e de liberdade entre suas populações autóctones. A miséria dos sobreviventes índios brasileiros escravizados fora a perda de seus territórios, de seu modo de vida, de sua cultura e liberdade. No caso dos mapuches, ainda que vivendo sob constante ameaça de conflitos, mantiveram por muito tempo parte de suas terras, de sua cultura e liberdade. Já para os trabalhadores submetidos ao trabalho escravo, sejam eles indígenas capturados, negros transplantados etc., a condição de escravidão é sempre nefasta e difícil de ser comparada. Suas condições de vida são sempre sofríveis e miseráveis, quer vivam no Brasil, no Chile ou em qualquer outro lugar. Mas cabe sublinhar que a escravidão no Brasil foi muito mais prolongada não apenas em relação ao Chile, como aos demais países da América Latina e mais além.

Se não fomos *nações selvagens de caçadores e pescadores* tal como Smith descreve, também não nos tornamos *nações prósperas e civilizadas*, não até o início do século XIX quando de suas Independências. Difícil aceitar a tese da “grande prosperidade das novas colônias europeia em riqueza, população e desenvolvimento” e da explicação de suas causas. Nem o Brasil nem o Chile haviam então erigido às *três grandes categorias originais e constituintes de toda a sociedade evoluída*, e os seus trabalhadores laboriosos não desfrutavam de maior porção do que os selvagens podiam desfrutar. Ademais, não eram apenas os que viviam do trabalho alheio que sabiam os seus interesses, indígenas e negros também sabiam perfeitamente quais eram os seus, a liberdade. Tampouco essas nações seguiram por um *caminho natural progressista* ou tiveram uma Economia Política para defender o *interesse geral de suas nações*. A Economia Política mercantil reinava soberana e é provável que o pensamento fisiocrata

e o do próprio Smith fossem por estas bandas completamente desconhecidos até então. Na verdade, é possível que o Chile tenha se aproximado de tal caminho progressista, dado o seu papel de posto estratégico para o império espanhol que usava o país como espaço de proteção à prata que se apossavam no território do Peru. Mas não se pode dizer com Smith que por conta de sua localização, estava menos ao controle do poder do “governo violento e arbitrário da Espanha”. Mas, de fato, os chilenos (não todos é claro) passaram a perseguir os seus interesses ao seu próprio modo, não de todo em 1776, mas a partir de princípios do século XIX.

Considerando o conjunto das populações dos dois países, se não é simples relativizar a riqueza-pobreza material, o mesmo não se pode dizer de sua riqueza-pobreza política. Pois data de 18 de setembro de 1810 a proclamação da Independência do Chile, cujos primeiros atos foram constituir uma força militar, abrir os portos ao livre comércio, extinguir os monopólios e iniciar um processo gradual de abolição da escravidão. É certo que logo vieram os contra-ataques do vice-reinado espanhol (com sede em Lima no Peru) para recuperar o território chileno⁶⁸. Em 1814 o exército espanhol entrou em Santiago e restaurou sua autoridade no país. Mas a reconquista durou pouco, uma vez que as tropas independentistas lideradas pelos generais Bernardo O’Higgins Riquelme e San Martín⁶⁹ impuseram no ano de 1818 a derrota definitiva dos espanhóis. Em lugar de um O’Higgins tivemos como herói da Independência o próprio príncipe herdeiro da Coroa portuguesa, transformado em imperador no Brasil.

Politicamente o Chile assim se diferencia do Brasil porque o encerramento da etapa colonial se deu pela expulsão das tropas espanholas e não por um pacto de elites, como no caso da coroação do imperador Dom Pedro I em 1822. A Independência não foi fruto de uma concessão da metrópole colonial, mas surgiu do bojo de guerras com participação popular e identificação com a nação criada. A implantação do Estado nacional representou uma conquista precoce do país não só em relação ao Brasil como a outros tantos países da América Latina. E não obstante o fato de ter logo passado por um breve período de anarquia, com enfrentamentos entre conservadores e liberais, instaurou-se a partir de 1830 um regime estável, o que foi possível pelo fato da máquina da administração colonial ter sido menos desarticulada do que em outros países, bem

⁶⁸ Para tanto contaram com a ajuda de setores conservadores das elites e também dos mapuches. Estes apoiaram os espanhóis por não terem sido contemplados pelos independentistas e por serem manipulados pelos colonizadores com falsas promessas de preservação de suas terras. Logo foram abandonados e traídos.

⁶⁹ O’Higgins era filho ilegítimo de um dos últimos governantes espanhóis no Chile e San Martín fora o grande general argentino que também recebia os ataques do exército espanhol.

como pelo fato do poder dos latifundistas ser mais fraco, considerando à relativa pobreza de sua economia agrícola.

Das Independências às Repúblicas Parlamentarista e Velha

De 1818 a 1830 o Chile passou por um período de ensaios constitucionais de corte liberal e federalista. Desde então, e após neutralizar os partidários do retorno de O'Higgins ao governo do Chile⁷⁰ e vivenciar uma guerra civil em 1830 na qual setores liberais foram massacrados, os grupos autoritários e conservadores assumiram o poder e governaram o país até o ano de 1871, do que se seguiu por mais duas décadas de governos liberais. É dessa ordem política precoce e de prolongada passividade nas sucessões do poder que surgiu o que Tomás Moulian chamou de “mito chileno de uma longa tradição democrática”.

O Chile tem uma tendência mítica, em especial na esfera política. Não obstante, não é imaginação idealizadora afirmar que construiu seu Estado com muita precocidade em relação a outros países da América Latina. A independência foi alcançada plenamente em 1818, e, depois de um período de titubeios e ensaios constitucionais de corte liberal e federalista, os grupos autoritários e conservadores se impuseram. Enquanto (...) o Brasil vegetava sob o regime imperial (...), os chilenos criaram um modelo político estável, articulado em torno de princípios e regras impostas como universais, que só foi rompido em 1891. Dessa capacidade de criar precocemente a instituição estatal com sucessão regulada e pacífica no poder surgiu o mito chileno de uma longa tradição democrática, que teria vivido seu momento inaugural em 1830, quando as armas entronizaram os setores conservadores no poder, cujo princípio de unidade era seu antiliberalismo e cuja noção era a da autoridade efetiva, que impôs ordem não só de cima para baixo, como também entre os grupos dominantes. Essa efetividade política em um país com desenvolvimento econômico precário e, até o término da Guerra do Pacífico (1879-1883), com escassas riquezas, é a chave do desenvolvimento político chileno do século XIX. (Moulian, 2006, p.279).

⁷⁰ Para Luiz Alberto Moniz Bandeira, O'Higgins governou com poderes “comparáveis aos de um ditador, de um rei quase absoluto, encontrou forte resistência da oposição e do Senado conservador, o que o compeliu a convocar uma Assembleia Constituinte, realizada em 1822, com a intervenção do governo. A nova Constituição ratificou a concessão do Poder Executivo ao diretor supremo e estabeleceu um Legislativo bicameral. O mandato de O'Higgins foi então prolongado por mais dez anos. Ele, porém, governou o Chile de forma autocrática, o que o levou ao isolamento político. Enquanto suas medidas mais democráticas sofreram forte oposição da aristocracia – os senhores de terras, ameaçados de perder os poderes herdados do sistema colonial – bem como do clero, chefiado pelo bispo de Santiago, José Rodríguez Zorrilla, o excessivo centralismo de sua administração contrapôs-se à aspiração de autonomia das províncias. Com o governo desgastado e cada vez mais impopular, a nova Constituição de 1822 afigurou-se para a opinião pública como um intento de O'Higgins de perpetuar-se no poder. E o general Ramón Freire Serrano, intendente de Concepción e veterano da batalha de Maipo, insurgiu-se, à frente de outras províncias, contra o diretor supremo do Chile. O'Higgins não obstante contar com tropas leais e com o crédito obtido na Inglaterra, alternativa não teve senão renunciar, em 28 de janeiro de 1823, a fim de evitar a guerra civil” (Bandeira, 2008, p.59). A partir daí assistiu-se à experiência fracassada do federalismo sob tutela de governantes liberais anticlericais, que acabaram derrotados em 1830 pelos conservadores liderados por Diego Portales.

Essa efetividade política de longo prazo não é apenas a chave do desenvolvimento político num país de escassas riquezas. É também a chave para compreendermos como essas escassas riquezas deixaram de ser redistribuídas por meio de eventuais reformas e até revoluções no decorrer de todo o século XIX. Grosso modo, pode-se afirmar que tanto liberais como conservadores não conquistaram uma efetiva ampliação da estreita base econômica com que contavam as oligarquias chilenas no período pós-independentista. A dependência econômica manteve-se. As elites chilenas se satisfizeram enquanto sócios menores dos negócios produzidos no seio de seu próprio território nacional. A reprodução do padrão de vida europeu e o sufocamento das pressões oriundas da classe operária e de novas camadas médias por uma melhor divisão da riqueza, foram objetivos tenazmente perseguidos e conquistados sobretudo por aqueles considerados conservadores.

Os *pelucones*, como então eram denominados os conservadores, governaram o Chile a partir de 1830. Foram ao todo quatro presidentes eleitos para consecutivos mandatos de cinco anos, com direitos a reeleições⁷¹. As eleições parlamentares ocorreram regularmente, mantendo sempre os representantes da elite tanto no Senado quanto na Câmara. Presidentes e legisladores eram predominantemente de origem oligárquica. A endogamia e o *compadrazgo* sustentaram a solidariedade da oligarquia, cujos interesses econômicos estavam concentrados na agricultura, mineração, bancos e posteriormente na indústria. Apesar da influência do parentesco ter contribuído para a relativa estabilidade política do Chile nesse período, os conservadores recorreram a todos os meios para conservar-se no poder e evitar qualquer forma que alterasse a estrutura do sistema oligárquico, chegando até a decretar estado de sítio e suspender todas as garantias constitucionais visando esmagar os movimentos reformistas ou revolucionários. (Moniz Bandeira, 2008).

Diego Portales⁷² foi o principal gestor da República conservadora⁷³, atuando como ministro do Interior ou da Guerra. Em 1833 foi aprovada uma Constituição

⁷¹ José Joaquim Pietro governou o Chile entre os anos de 1831 a 1841; Manuel Bulnes de 1841 a 1851; Manuel Montt de 1851 a 1861; e José Joaquim Pérez 1861-1871, que governou sob uma fusão liberal-conservadora.

⁷² Segundo Peter Minn, Portales fora um “comerciante de profissão, elitista de nascimento e autocrata por instinto, (...) um conservador pessimista que acreditava que somente “o peso da noite”, a ignorância dos chilenos plebeus, permitia que as elites governassem em seu nome. Caso esse peso fosse erguido, advertia ele, as elites chilenas teriam de governar pela força, que, segundo ele, “é o remédio para curar qualquer nação, por mais inveterados que sejam seus maus hábitos”. Durante as décadas seguintes, sempre que a maioria pobre do país questionava o direito dessa elite de governar, ou o sistema social desigual que ela defendia, a força se mostrava evidente” (2010, p.31).

autoritária modelada por seus conceitos republicanos, que reafirmou o poder executivo do presidente da República e tornou o regime mais estável, outorgando-lhe os instrumentos necessários para reprimir levantes e rebeliões. A consolidação da lei e da ordem política, a atração de capitais estrangeiros e o estabelecimento da moralidade pública, da disciplina fiscal e o crescimento econômico foram objetivos perseguidos pelos conservadores, que concebiam um governo autoritário como condição para o avanço econômico de sua economia agrária de exportação.

Não obstante a esta maior estabilidade política, o Chile passou por duas revoltas ao longo dos anos 1850 (em 1851 e em 1859) que contou com a participação de militares e civis, inclusive de uma incipiente burguesia mineira. Segundo Moulian, tais revoltas foram expressões de uma diversificação econômica e ideológica das classes dirigentes e de sua diferenciação política. No plano econômico, surgem as primeiras formas de exploração mineira (prata e cobre) voltada para exportação. O país passa a abastecer com trigo os Estados Unidos. Vive um acelerado processo de integração ao mercado internacional. Valparaíso torna-se o porto mais importante da costa pacífica da América abaixo de São Francisco. A própria expansão do comércio de exportação acarreta o crescimento dos setores de serviço e das firmas. A diversificação das atividades econômicas e a integração internacional implicam num maior intercâmbio cultural e ideológico com o exterior. Ainda nos anos 1840 já havia um clima de efervescência cultural, com a influência do “iluminismo” francês, a fundação da Universidade do Chile, a constituição da Sociedade da Igualdade⁷⁴ e a formação do Partido Liberal.

Os *pelucones* se defrontaram com uma dura resistência dos *pipiolos*, como eram conhecidos os liberais. No intuito de desestabilizar os conservadores, tratavam de postergar a aprovação para a cobrança de impostos, como uma forma de exercer controle sobre o governo, gerando o conflito entre os poderes executivo e legislativo. Além disso ameaçaram não aprovar o orçamento ou outros programas, o que levou o governo presidencial autocrático a ter de negociar constantemente com as forças de

⁷³ Para Moulián, os governos conservadores não contribuíram para erigir uma “democracia”, mas uma República. “... não se tratava de uma democracia, e sim de uma República, porque não cumpria com as mais importantes regras procedimentais que expressavam a soberania popular. O poder tinha caráter não hereditário, como é próprio da República; os presidentes eram eleitos, assim como os parlamentares, porém o controle dos comícios por parte dos governos e dos latifundiários nas localidades camponesas foi absoluto, até a crise de 1891. (...) não existia, no Chile, a figura do ditador, mas o regime estava longe de ser liberal” (2006, p.279).

⁷⁴ Um clube político que reagrupou os setores liberais arrasados na guerra civil e os incipientes grupos mais radicalizados.

oposição e a modificar o caráter do regime então construído pelo presidente José Joaquim Prieto e seu ministro Diego Portales. (Moniz Bandeira, 2008).

Sob a vigência dos governos liberais, às modificações de orientações nos âmbitos político e econômico não foram substanciais: o liberalismo econômico manteve-se vigente, bem como certo autoritarismo. As mudanças mais expressas se deram no controle dos poderes do executivo e na maior limitação aos privilégios da igreja. Para isso contribuiu a anterior fragmentação do Partido Conservador, que se dividiu entre os leais à Igreja, vinculados ao próprio Partido Conservador, e aos leais ao setor estatal que criaram o Partido Nacional. Durante a maior parte da segunda metade do século XIX a sociedade chilena continuou sendo predominantemente rural e de economia agrícola, mas a maior parte de sua renda de exportação era proveniente da prata e do cobre. O Chile manteve sua prosperidade dependente das exportações desses metais durante grande parte desse período.

A queda dos preços no mercado de tais metais (isso a partir dos anos 1870) somado ao fracasso da safra do trigo (entre os idos de 1876 e 1877) provocou uma crise grave econômica ao final desta década. A Guerra do Pacífico, que se estendeu entre os anos de 1879 e 1883, foi à solução para essa crise. Segundo Moulián, o confronto com o Peru e a Bolívia esteve “ligado à expansão capitalista do Chile, que tinha a ordem política e o aparelho de Estado necessários para assegurar o domínio inglês do salitre, porém carecia do controle territorial da matéria-prima” (2006, p.281).

Em 1850 já se sabia das maiores propriedades nutritivas do salitre sobre o guano. E desde então que se intensifica o seu emprego como fertilizante nos campos europeus, no momento mesmo em que as negras profecias de Malthus pairavam sobre o Velho Mundo. O triunfo do Chile na Guerra do Pacífico permitiu ao país o controle dos territórios salitreiros. Arica, Taparacá e Antofagasta, ricos estados mineiros, e antigos territórios do Peru e da Bolívia, passaram ao domínio do Chile. Ademais, no retorno das tropas chilenas, o governo aproveitou-se da mobilização militar para assumir o controle da região sul do país, derrotando definitivamente os mapuches e pondo fim a mais longa guerra de resistência da América, de quase quatro séculos. Assim praticamente se

encerrou a sua expansão territorial à custa de seus vizinhos e dos povos indígenas⁷⁵. A “geografia louca”⁷⁶ do Chile foi forjada pela violência.

Em fins do século XIX começa a se deslocar o eixo da economia do país da agricultura para a mineração, cujo controle estivera em mãos estrangeira, sobretudo inglesa, tanto na exploração quanto na comercialização. O Estado chileno facilitou a passagem da propriedade dos nitratos ao capital estrangeiro, e em troca criou um imposto sobre as exportações.

O salitre e o iodo representavam 5% das rendas do Estado chileno em 1880; dez anos depois, mais da metade das receitas fiscais provinha da exportação dos nitratos dos territórios conquistados. No mesmo período as inversões inglesas no Chile triplicaram; a região do salitre converteu-se numa feitoria britânica. (...) Ao iniciar a década de 1890, o Chile destinava à Inglaterra três quartas partes de suas exportações, e da Inglaterra recebia quase a metade de suas importações; sua dependência comercial era ainda maior do que então padecia a Índia. A guerra outorgara ao Chile o monopólio mundial dos nitratos naturais, porém o rei do salitre era John Thomas North. Uma de suas empresas, a Liverpool Nitrate Company, pagava dividendos de 40%. (...) Enquanto isso, em seu distante reinado do salitre, os operários chilenos não conheciam o descanso dos domingos, trabalhavam até 16 horas por dia e cobravam seus salários com fichas que perdiam cerca da metade de seu valor nos barracões das empresas. (Galeano, 2005, p.184-185).

Para as elites chilenas o *boom* do nitrato de 1884 a 1914 foi uma era de ouro. Fruto de certa estabilidade política e social do Estado chileno conjugado com os capitais, tecnologia e mercado proporcionados pelos britânicos, esse *boom* enriqueceu as companhias britânicas e a elite do país. Mas o fez a um alto custo social para os trabalhadores chilenos, que enfrentavam longas jornadas de trabalho em condições ultrajantes, estando sujeitos inclusive a castigos corporais em seu próprio país por administradores britânicos, sem direito a julgamento ou apelação. Foram lendárias as greves e lutas dos mineiros, assim como as punições impostas pelas companhias britânicas. Quando tais punições mostraram-se insuficientes na manutenção do controle

⁷⁵ A expansão territorial do Chile só se concretizou posteriormente, pelas disputas que travou com a Argentina pelas posses de ilhas e terras da Patagônia ocidental e a Terra do Fogo.

⁷⁶ O território do Chile corresponde a uma estreita faixa de terra entre o oceano pacífico e as montanhas andinas. São 4.200 km de extensão com apenas 140 km de largura. É o país mais isolado da América do Sul. Ao norte, sua fronteira com o Peru se dá pelo deserto mais árido do continente americano. Ao leste, a mais alta das montanhas do hemisfério separa-o da Argentina e da Bolívia. Sua fronteira meridional é a Antártica. Seu limite ocidental é o Pacífico, o maior oceano do mundo. Daí a ideia de Benjamín Subercaseaux de uma “geografia louca”. Diferentemente do Brasil, suas terras mais férteis não são as baixadas fluviais, mas os vales montanhosos; suas florestas não são tropicais, mas temperadas; sua região mais meridional não é semitropical, mas frígida; e suas hidrovias mais importantes do interior não são rios, mas lagos.

social, os proprietários britânicos recorriam ao Estado chileno⁷⁷. Os benefícios econômicos e sociais que as elites chilenas acumulavam foram grandes a ponto de obscurecer seus custos. Suas pretensões eurófilas e fantasias aristocráticas foram satisfeitas. As cidades foram reconfiguradas de acordo com os últimos projetos europeus. Palácios, teatros e prédios governamentais foram erguidos de forma a atestar o cosmopolitismo e o refinamento de uma elite em transformação cultural. Mansões e parques construídos em suas propriedades rurais. Tudo isso em muito se chocava com o modo de vida das camadas subalternas da sociedade chilena. Para eles, índios, *inquilinos*, mineiros, trabalhadores rurais e urbanos, o progresso econômico do país fora construído com seu árduo trabalho, mas uma parcela justa de seus benefícios lhes fora tirada.

A maioria dos chilenos vivia na destituição completa e na miséria, com um dos mais elevados índices de mortalidade infantil do mundo, enquanto as elites do Chile estavam cada vez mais ricas em consequência da má remuneração dos trabalhadores chilenos. (Winn, 2010, p.35).

Mas havia uma divisão no próprio seio da elite chilena acerca do melhor uso dos lucros oriundos do nitrato. Havia aqueles que se preocupavam com a chamada “questão social”, pois temiam que os problemas sociais da marginalidade e da pobreza ameaçassem conduzir a um levante social e transformar-se em “questão política”. O próprio Presidente José Maria Balmaceda, que governou o Chile entre os anos de 1886 e 1890, defendeu uma negociação com os britânicos para conseguir uma maior parcela dos lucros dos nitratos para o Estado chileno, e com isso criar condições para um desenvolvimento nacional autônomo e minimizar o drama social. Seus objetivos eram expandir o Estado centralizado, forjar a infraestrutura da nação e promover a indústria nacional. Políticas essas que o Estado brasileiro só viria impulsionar nos anos 1930 sob o governo de Getúlio Vargas. Balmaceda combateu os monopólios britânicos privados e encorajou a nacionalização dos campos de nitrato. Ampliou os investimentos públicos, impulsionou o desenvolvimento de algumas indústrias, renovou a educação, ampliou a democracia representativa estabelecendo o sufrágio universal, e reduziu a tutela que a oligarquia exercia sobre o governo por meio do Parlamento. O seu governo e as forças em que se apoiava logo tiveram de enfrentar a oposição dos latifundiários que recebavam

⁷⁷ Foi assim no dramático massacre ocorrido no ano de 1907 na escola de Santa Maria, na cidade de Iquique, quando para fins de conter uma greve de mineiros o governo enviou navios de guerra, e enquanto ainda se estabeleciam negociações o exército abriu fogo matando milhares de pessoas entre homens, mulheres e crianças. Esse foi o maior massacre da história do movimento operário chileno.

perder os lucros do nitrato, de parlamentares, sobretudo de sua bancada conservadora, bem como da Inglaterra (também da França e da Alemanha). O desfecho desses enfrentamentos foi uma guerra civil em 1891, com a derrota dos liberais aliados a Balmaceda e a imposição de uma República Parlamentar, que durou por quase trinta anos, de 1891 a 1925.

Durante a vigência do parlamentarismo, o presidente continuou a ser eleito em votações populares indiretas. As prerrogativas das empresas mineradoras inglesas foram logo restauradas. Instalou-se um Estado de compromisso oligárquico, onde as decisões deveriam ser consensuais entre as frações significativas da elite dos numerosos partidos políticos existentes. Mas tal administração mostrou-se funcionalmente adequada somente enquanto o auge econômico mantivera-se permanente. Mas desde fins da Primeira Guerra Mundial que despontara no horizonte o término do crescimento baseado no salitre. Isso porque a descoberta alemã de um fertilizante sintético logo faria com que o fertilizante natural fosse substituído. Nesse *ínterim* e num momento em que as tensões sociais aumentavam diante do caráter reacionário das elites no poder (que se recusavam a ceder espaço para as classes operárias e as novas camadas sociais emergentes), Arturo Alessandri⁷⁸ conseguiu expressar eleitoralmente o descontentamento de amplos setores da sociedade chilena, triunfando sobre os candidatos que representavam a continuidade do regime tradicional. Alessandri (1920-1925) retomou em parte o programa de Balmaceda⁷⁹, propondo: a nacionalização dos bancos e companhias de seguros; da participação nos lucros das empresas por parte de seus empregados; jornada de oito horas diária; regulamentação do trabalho de mulheres, proibição do trabalho de crianças; seguro contra o desemprego e os acidentes de trabalho; seguro contra as doenças e a velhice, garantindo igualmente a aposentadoria dos trabalhadores; ampliação do ensino público etc. Também propôs a extensão do voto

⁷⁸ Arturo Fortunato Alessandri Palma, conhecido como “Leão de Tarapacá”, fora um empresário mineiro do norte do Chile que se candidatara a presidência com o *slogan* “Alessandri ou a Revolução”, numa alusão de que o seu programa de reforma vinda de cima era a única maneira de conter uma revolução vinda de baixo. Fora um brilhante orador que soube como atingir “o povo” e usar a mídia de sua época. Ele introduziu a política de massa no Chile como candidato de uma aliança liberal que incluía democratas e radicais, além de liberais com ideais reformistas. Conquistou também a adesão da maioria dos trabalhadores votantes. Para os seus oponentes mais conservadores, Alessandri era um demagogo perigoso. Eles o acusavam de agitar a “classe odiada” e de ser “comunista”. (Winn, 2010, p.43-44).

⁷⁹ Suas trajetórias foram um tanto quanto parecidas. Tal como Balmaceda, Alessandri teve de renunciar e refugiar-se na embaixada norte-americana. Mas diferentemente deste, não teve o mesmo final trágico. Enquanto Balmaceda suicidou-se, Alessandri logo reassumiu a presidência por conta da ação de um grupo de jovens oficiais tendo à frente o coronel Carlos Ibáñez del Campo, todos sensíveis às reformas por Alessandri propostas. Eles conseguiram derrubar a junta militar conservadora que então ocupara temporariamente o governo, e devolver-lhe o governo.

para homens alfabetizados maiores de 21 anos e reivindicou a volta do presidencialismo. Mas a busca pela alteração do modelo de desenvolvimento primário exportador e a ênfase na industrialização não receberam a mesma atenção e os esforços dados por Balmaceda.

Mas as elites dominantes que controlavam o Congresso não toleraram toda essa avançada legislação econômica e social, e em 1924 um golpe militar instigado por grupos direitistas obrigou-o a renunciar. A ação durou pouco, pois Alessandri logo retornou ao governo e de imediato promoveu a elaboração de uma Nova Constituição, que foi aprovada e passou a vigorar a partir do ano de 1925. O presidencialismo fora restabelecido, com o decreto popular adicional de eleições diretas. O direito de voto foi estendido aos homens alfabetizados acima dos 21 anos. Foi também aprovada uma legislação trabalhista que legalizava os sindicatos e as greves, mas estabelecia uma regulamentação governamental de ambos. Um imposto de renda gradativo fora criado. E no que diz respeito ao direito de propriedade, incorporou-se o dispositivo que dizia que tal direito estava sujeito às limitações necessárias à manutenção e ao progresso da ordem social.

Todo esse conjunto de medidas vinha atender certas insatisfações a muito pressionadas pelos “de baixo” e aos anseios daqueles que não se situavam tão “baixo” na hierarquia social. Talvez não seja forçoso dizer, seguindo as pistas da leitura de Giovanni Arrighi, que Balmaceda e Alessandri adotaram políticas que foram advogadas tanto por Smith quanto por Polanyi, tendo ou não lido Smith (Polanyi escreve em meados do século XX). Não estiveram eles perseguindo um Estado forte, capaz de criar e reproduzir as condições de existência do mercado? Não fizeram ou tentaram fazer do mercado instrumento eficaz de governo, regulamentando o seu funcionamento? Não interviram ativamente para corrigir ou contrabalançar resultados social ou politicamente indesejáveis? Não rechaçaram a crença dogmática nos benefícios de um governo minimalista e do mercado auto-regulado, típica do “credo liberal” de seu tempo, e tomaram-nas como crenças utópicas impraticáveis, tal como rechaçadas por Polanyi e que se vivo fosse também o seriam por Smith?

O crescimento da economia mineira e das atividades estatais, de serviços, finanças e comerciais, bem como das consequentes concentrações urbanas, tudo isso

significou a formação de uma classe operária cada vez mais consciente de si⁸⁰, bem como de novas camadas médias que também se sentiam excluídas do processo decisório e aspiravam reter uma maior fatia da concentrada riqueza em expansão. Mas a Grande Depressão de 1929, que inclusive coincidiu com o esgotamento do ciclo do salitre, provocou uma gravíssima crise econômica. O Chile foi provavelmente o país da América Latina onde os seus efeitos foram mais sentidos. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial as exportações de nitratos representavam nada menos do que dois terços da receita nacional. Vimos que nesse mesmo momento o auge do salitre já anunciava o seu fim. Em fins dos anos 1920, quase 90% da arrecadação do Estado chileno provinham do comércio exterior, em grande parte ainda por conta do salitre. Entre os anos de 1928 e 1932, a depressão do comércio internacional fez o Chile perder 80% de sua renda de exportações. A drástica redução das exportações de nitratos produziu não só a bancarrota do governo, mas também o desemprego em massa.

Estudando o *Chile da Independência à redemocratização (1818-1990)*, Emir Sader (1991) viu nessa crise a pior de sua história.

As consequências [da crise de 1929] sobre os trabalhadores são (...) diretas e arrasadoras. Populações inteiras perdem seus meios de subsistência e, do dia para a noite, cidades e regiões são totalmente esvaziadas, transformando-se em cidades fantasmas, com casas e ruas completamente vazias. Dezenas de milhares de trabalhadores com suas famílias passam a vagar pelo país em busca de meios alternativos de sobrevivência; uma situação agravada, nesse caso, pela recessão internacional. Se em 1925 o salitre chegou a empregar 60 mil trabalhadores, em 1932 essa cifra havia baixado para 8.500. (...) A economia chilena, sustentada fundamentalmente na exportação salitreira, entrou na pior crise de sua história. (Sader, 1991, p.30).

Mas dessa vez não foi uma guerra que “salvou” a economia chilena, mas a crescente exploração do cobre e os passos dados em direção ao projeto de industrialização para substituir importações. No decorrer da primeira metade do século XX, o cobre passou a ocupar o lugar do salitre como base da economia chilena. Tal como o salitre, o cobre não serviu para reduzir significativamente as desigualdades e acabar com a pobreza e a miséria, mas para acentuar essas deformações estruturais. Os breves governos de Balmaceda e Alessandri chegaram a ampliar a participação popular na vida política do país, e provavelmente minimizar desigualdades e reduzir a miséria e

⁸⁰ No decorrer da segunda metade do século XIX é que a organização operária começa a se desenvolver, sobretudo após a Guerra do Pacífico e da maior exploração do salitre. Em 1909 foi fundada a Federação Operária do Chile (FOCH), primeira central sindical do país. Em 1912 Luis Emilio Recabarren fundou o Partido Operário Socialista, posteriormente transformado no Partido Comunista do Chile. A formação da classe operária no Chile é anterior a de qualquer outro país das Américas. (Sader, 1991).

a pobreza de segmentos da população chilena. No entanto, é certo que os seus resultados efetivos não foram suficientemente significativos a ponto de erigir uma verdadeira democracia participativa e tampouco reverter no plano local à tendência histórica da acumulação capitalista e de sua lei geral, tal como formulada por Marx.

O mesmo se pode dizer do açúcar, do algodão, do café, do cacau e da borracha, todos produtos primários de grande apreço no mercado internacional e que dominaram a pauta de exportação brasileira no decorrer do século XIX e começo do século XX, quando da vigência de uma monarquia sem similar nas Américas com a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e da Independência em 1822 e posterior implantação de uma República em 1889 conformada em confederação de oligarquias locais e em parte regionais. Escravos, índios e negros, entre outros trabalhadores mais ou menos livres no Brasil e no Chile, contribuíram durante os séculos XVI a XIX n'A *chamada acumulação primitiva*. As “eternas leis naturais” do *modo de produção capitalista* vinham se estabelecendo com imenso custo, com uma violência que é difícil descrevê-la. Em fins do século XIX estavam menos estabelecidas no Brasil do que no Chile, uma vez que o assalariamento e o operariado nasceram e se desenvolveram primeiro lá. Mas nem o Chile, e muito menos o Brasil (o último a pôr fim à escravidão, e sabemos que os seus resquícios ainda estão aí), tinham então uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceitava com naturalidade as exigências deste modo de produzir e reproduzir as vidas e as coisas. Isso só viria a ocorrer no decorrer do século XX.

No Brasil, não obstante a Independência e a instauração da República, acompanhadas de certa riqueza e bem estar material para deleite de uma minoria da população local – proporcionados pela produção e venda desses produtos no mercado externo em troca de outras tantas mercadorias vindas do estrangeiro –, para boa parte de seus habitantes, além de continuar completamente excluídos da vida política do país, seguiam vivendo em condições paupérrimas. Furtado argumentou que a forma peculiar como se processou a Independência brasileira teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento.

Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal transferiram-se automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. (Furtado, 2000, p.32).

A derrota dos portugueses pelos exércitos franceses no início do século XIX foi bem aproveitada pelos ingleses, que fez da monarquia portuguesa um “joguete em suas mãos”. A Inglaterra em muito preservou a liberdade de comércio do Brasil e fora a grande beneficiária deste: “é em grande parte em função dos interesses ingleses que se disporá a nova economia brasileira” (1998, p.137), diz Caio Prado. É preciso aqui lembrar com este autor que a base essencial em que se assentava o domínio colonial português fora destruído com a assinatura do decreto que abria os portos de sua colônia as demais nações. A dominação metropolitana pela via do que se convencionou chamar de pacto colonial, que representava o exclusivismo do comércio da colônia brasileira para com sua metrópole portuguesa, praticamente se extinguiu com o franqueamento da colônia ao comércio internacional livre. Com o fim do monopólio comercial, a empobrecida metrópole portuguesa, que a essa altura não passava de “simples intermediário imposto e parasitário” – por não ser nem consumidora apreciável dos produtos coloniais que se destinavam sobretudo a outros mercados, nem fornecedora dos artigos consumidos no Brasil –, viu-se diante de uma situação embaraçosa, pois não se achava em condições de lutar contra a concorrência estrangeira, sobretudo inglesa.

A situação se agravou ainda mais com o tratado de comércio firmado com a Inglaterra em 1810, pelo qual o soberano português lhe concedia favores que praticamente o excluía do comércio brasileiro.

No decreto de abertura dos portos fixara-se um direito geral de importação para todas as nações de 24% *ad valorem*. As mercadorias portuguesas seriam beneficiadas pouco depois com uma taxa reduzida de 16%. Pelo tratado de 1810, a Inglaterra obterá uma tarifa preferencial de 15%, mais favorável portanto que a própria autorgada a Portugal. Tão estranha e absurda situação, que mostra a que ponto chegara a subserviência do soberano português e o predomínio da Inglaterra nos negócios da monarquia, manter-se-á até 1816, quando se equiparão as tarifas portuguesas às inglesas. Mas mesmo nestas condições de igualdade, Portugal não poderá lutar, com seus poucos recursos, contra o admirável aparelhamento comercial da Inglaterra, amparada por uma indústria nacional então sem paralelo no mundo e uma marinha mercante sem concorrentes. O comércio e a navegação portugueses serão praticamente excluídos do Brasil. (Prado Júnior, 1998, p.129).

Mas ao contrário de Portugal, o Brasil ganhava com as possibilidades do livre comércio com as demais nações do mundo. Via-se finalmente livre dos privilégios e dos monopólios que obstruíam consideravelmente o seu progresso, das contingências que a metrópole portuguesa lhe impunha com severas medidas restritivas, as quais impediam a colônia de substituir com produção própria tudo (manufaturas, sal e outros gêneros) o que podia alimentar o exclusivismo comercial metropolitano. Da perda do monopólio

do comércio externo e dos demais privilégios econômicos, também políticos e sociais, segue-se a fragmentação da própria estrutura tradicional de classe e mesmo servil. E posteriormente o que entra em crise é a estrutura econômica básica do Brasil colonial, que produzia para exportar e que se organizava para servir a interesses estrangeiros, e não para atender as suas próprias necessidades. Toda essa estrutura que vinha de três séculos de formação colonial fora inicialmente abalada por circunstâncias internacionais e internas as quais não podemos aqui analisar detidamente⁸¹. Basta ressaltar o fundamental no plano externo: o anacronismo que passou a representar desde o século XVII os domínios coloniais ibéricos das coroas espanhola e portuguesa diante do aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao capitalismo comercial. Na segunda metade do século XVIII, o progresso do capitalismo industrial volta-se contra todos os tipos de monopólios, o que conseqüentemente abala as monarquias ibéricas e favorece as subseqüentes Independências das colônias americanas, entre elas o Chile e o Brasil. Seguem-se outras “forças renovadoras latentes” que contribuem no sentido da transformação das antigas colônias em comunidades nacionais e autônomas. No caso brasileiro, o desmoronar de toda essa estrutura se dará num longo processo, que segundo Caio Prado evoluiu através de uma sucessão de “arrancos bruscos”, com paradas e até mesmo recuos. Ele chega a dizer que em meados do século XX tal processo ainda não se completara.

Entre os efeitos iniciais da libertação econômica e de outras medidas resultantes da transferência da corte portuguesa, destaca-se o estímulo às atividades brasileiras. O progresso econômico do Brasil fora revelado pelos dados de seu comércio externo. As exportações mais que triplicam entre os anos de 1812 e 1822, e as importações crescem quase oito vezes no mesmo período. Isso, no entanto, provocou graves perturbações. O desequilíbrio nas contas externas, antes inexistentes, passara a ser coberto pelo afluxo de capitais estrangeiros. Mera solução provisória que não fazia outra coisa senão tornar a situação mais portentosa no futuro, uma vez que novos pagamentos sob a forma de juros, dividendos e amortizações deveriam ser posteriormente saldados. A economia brasileira por muito tempo ficará numa situação de dependência desse afluxo regular e crescente de capitais estrangeiros. Cabe ainda registrar que o sistema monetário brasileiro mostrava-se bastante precário nesse período, sem um efetivo controle do volume da circulação de moeda e sofrendo de violentas oscilações em seu valor. O

⁸¹ Para tanto, ver os capítulos *Súmula geral econômica no fim da era colonial e Libertação econômica*, respectivamente, capítulos 12 e 13 de *História Econômica Geral* de Caio Pardo Júnior.

desequilíbrio financeiro nos setores público (sobretudo nesse) e privado também fora real. Em síntese, foi grave o desequilíbrio e instabilidade por que atravessou a economia brasileira não apenas nesses anos, mas também durante boa parte do império independente.

(...) o Brasil viverá em déficit orçamentário forçoso e permanente. Desde a transferência da corte em 1808, pelos anos afora, as contas públicas saldar-se-ão cada, quase sem exceção, em débito. (...) Em meados do século [XIX], o serviço das dívidas já absorvia quase 40% do total da receita. (...) descrédito público, desvalorização da moeda, inflação, encarecimento da vida etc. Todos eles, cada qual com sua quota própria, contribuirão para acentuar ainda mais e agravar o geral desequilíbrio e instabilidade da vida econômica do país. (Prado Júnior, 1998, p.139-140).

A economia brasileira ainda mostrava-se incapaz de concorrer com as mercadorias importadas, afora a produção de gêneros destinados à exportação. A manutenção prolongada da taxa ínfima de 15% na pauta geral das alfândegas brasileiras⁸² impossibilitou o desenvolvimento da produção nacional, pois o país afigurava-se como pobre de recursos e de defeituosa organização produtiva frente à concorrência quase irrestrita da produção estrangeira. O resultado adverso foi o prolongamento e agravamento do sistema econômico colonial: “em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação” (Prado Júnior, 1998, p.135).

A produção brasileira fora cada vez mais reduzida à especialização em alguns poucos gêneros destinados à exportação. Suas oficinas têxteis e metalúrgicas, que então vinham dando os seus primeiros passos, foram arrasadas pelas importações estrangeiras. Situação essa que só veio se modificar no transcurso da segunda metade do século XIX, no momento em que surgem as primeiras manufaturas com alguma expressão. As lavouras tradicionais, cana de açúcar, algodão e tabaco, entram em decadência e perdem importância, sobretudo para o café.

A cultura do café só terá importância nos mercados internacionais no transcurso do século XVIII, quando se torna o principal alimento de luxo nos países ocidentais. O Brasil entra tarde na lista de seus grandes produtores, ainda que tenha introduzido tal cultura em 1727. Será apenas em meados do século XIX que o café brasileiro irá despontar nos mercados internacionais, ao tempo em que passa a ocupar o primeiro

⁸² Uma lei de 1828 estendeu a taxa de 15%, antes exclusiva à Inglaterra e Portugal, as demais nações, independentemente dos tratados firmados. Apenas no ano de 1844, depois de muitos protestos, é que essa taxa fora sensivelmente ampliada, fixando-se ao redor de 30%.

lugar na pauta de exportação brasileira, representando mais de quarenta por cento de seu valor⁸³. Posteriormente, o país chega a tornar-se o maior produtor mundial dessa mercadoria, que então representava uma das mais importantes mercadorias do comércio mundial, provavelmente só ultrapassada pelo petróleo.

A lavoura do café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável; o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtores primários no comércio internacional. (...) Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor. Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. (...) Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte para o Sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração europeia e a abolição da escravidão; a própria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado. (Prado Júnior, 1998, p.167 [1945]).

A organização da produção do café seguiu os moldes tradicionais da agricultura do país, isto é, a exploração em larga escala, baseada na grande propriedade e que contava com o trabalho escravo. Só que também se valeu dos braços dos trabalhadores imigrantes assalariados. É que na segunda metade do século XIX o trabalho escravo entra em decadência no país, sobretudo depois de suprimida a importação de escravos. E aqui ainda é preciso destacar o novo deslocamento do centro regional do país do Norte/Nordeste para o Sudeste/Sul. Enquanto o algodão e o açúcar entravam em decadência, o café penetrava e avançava rumo ao vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, passando pelo oeste Paulista e chegando até o norte paranaense. O Nordeste e o Norte do país ainda viveriam duas outras culturas de significativa expressão, o cacau no sul da Bahia (sobretudo em Ilhéus) e a borracha no Amazonas, isso já em fins do século XIX e início do século XX. Mas mesmo no auge desses produtos eles não puderam equiparar-se com o café.

⁸³ Segundo Furtado, “no primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. (...) todo o aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no correr da primeira metade do século passado, deve-se estritamente à contribuição do café” (2000, p.118).

Será a partir de fins do século XIX que as regiões Sul e Sudeste se diversificam étnica e estruturalmente com a chegada de imigrantes de uma Europa empobrecida. Italianos, espanhóis, portugueses, alemães e uma miscelânea provinda da Europa central, além dos japoneses, substituíram o trabalho escravo, sobretudo nas regiões mais prósperas do país, abalando suas estruturas econômica, social e política. É o tempo em que “um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos” (Prado Júnior, 1998, p.193). É o tempo em que o regime de trabalho altera-se, da escravidão para o livre assalariamento. Em que o país conhece a vida moderna de atividades financeiras, em que se inicia o processo de concentração de capitais, e em que também ocorrem mudanças na forma de exploração das riquezas, e mesmo na estrutura da propriedade, que passará por um lento processo de retalhamento fundiário rural, sobretudo no extremo sul do país, em partes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Também esse será o tempo em que se polarizam as forças conservadoras e reformistas em torno de vários temas. Em que a ala mais extrema do novo partido liberal agrupou-se sob a bandeira republicana, em que as estruturas políticas do rígido unitarismo da monarquia foram abaladas até o ponto em que um golpe militar irrompeu a República no país. Mas a mudança de regime político contou apenas com a presença de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. Segundo um dos fundadores da República Velha, o povo teria assistido “bestializado” e sem nenhuma consciência ao que se passava.

O legado do Império para as camadas mais elevadas e conscientes da população brasileira foi assim retratado por Caio Prado:

O Império, quando em 1889 se extingue e é substituído pela República, terá coberto uma larga e importante etapa da evolução econômica do país. Vejamos alguns índices ilustrativos do nível atingido. A população crescera para 14 milhões de habitantes; nas categorias mais elevadas desta população vamos encontrar riqueza e bem-estar que de certa forma se emparelham com suas correspondentes do velho continente, o que não observamos em nenhum outro momento do passado. Há fortunas de certo vulto, e não são excepcionais; e um nível de vida elevado a que não falta nenhum requinte contemporâneo da abastança. (Prado Júnior, 1998, p.195).

E o que dizer do legado do Império para as camadas mais baixas e inconscientes sobre o que se passava na vida política do país quando esse Império chegou ao fim? Entre outros índices ilustrativos, possivelmente encontraríamos aí miséria e pobreza, que provavelmente também não seriam excepcionais. Na busca de respostas a essa questão, pouco podemos recorrer à própria *intelligentsia* brasileira da “geração de

1870”⁸⁴. Uma ilustre exceção é o já citado Manoel Bomfim⁸⁵ quando descreve os “males em geral” que os “parasitas”⁸⁶ provocaram nos “parasitados”⁸⁷ nesse período em

⁸⁴ Tal consideração deve-se ao fato de que os discursos produzidos pela *intelligentsia* brasileira da “geração de 1870” (Veloso & Madeira, 2000), tomados em conjunto, pouco denunciaram a “pobreza-carência”, bem como pouco condenaram a “pobreza-injustiça” (esses dois termos foram empregados por Leonardo Boff, 1981), apesar de seus membros terem convivido durante um regime ainda escravizante, momento em que as carências e injustiças da maioria eram evidentes. Quanto às pobrezaas tomadas enquanto “ascese, humildade e solidariedade” (idem), tais discursos talvez tenham nada ou quase nada a dizer. Ao relatar em “Os Sertões” (1902) o drama de Canudos, Euclides da Cunha talvez tenha sido aquele que mais teve a oportunidade de ver nas almas dos sertanejos os múltiplos significados que a pobreza pode assumir. Mas por estar “preso nas malhas do darwinismo social”, nítido em seu julgamento implacável sobre a mestiçagem, só pôde, quando muito, confundir as humanidades e desumanidades que os significados das pobrezaas assumem. Franklin de Oliveira vai além ao dizer que “na obra prima de Euclides não há uma só reflexão sobre a pobreza – a miséria brasileira e dos brasileiros” (1993, p.26). Na defesa de teorias racistas para justificar o injustificável, Nina Rodrigues, José Veríssimo, Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, entre outros, foram simplesmente incapazes de discernir humanamente a pobreza em seus múltiplos significados. Enquanto alguns destes significados estão completamente ausentes, outros estão postos de ponta cabeça. Quanto a Sílvio Romero, com seu método crítico e sua teoria do “embranquecimento”, praticou ainda mais do que estes, o egoísmo e a insensibilidade diante do drama sofrido pela maioria das gentes do Brasil. Com seu discurso vigoroso e conservador parece ter exacerbado o sofrimento não só de sua geração, pois deve também ter transmitido seu legado à intelectualidade de gerações futuras. Se verdade, tratou-se de uma concatenação malévola entre as gerações. Eis a conclusão de Schwarcz que nos aparece no trabalho da antropóloga Márcia Anita Sprandel em seu livro *A pobreza no paraíso tropical*: “Durante, pelo menos, 60 anos (1870-1930), como afirma Schwarcz, um grupo importante de cientistas, políticos, juristas e intelectuais assumiu um modelo racial positivista e determinista para explicar e modificar os destinos da nação. Nesses modelos, a pobreza seria uma constante coadjuvante, senão uma decorrência da mestiçagem das raças antagonicas”. (2004, p.32).

⁸⁵ Bomfim em muito se distanciou dos intelectuais de seu tempo, sobretudo por ter rompido, por meio de seu “contradiscorso” com “a ordem do discurso” então vigente, que pregava “o racismo científico como explicação para o atraso econômico, social, político e moral existente no início do século XX, nas repúblicas latino-americanas” (Suassuna & Machado, 2009, p.01). Ele considerou a teoria das raças inferiores “um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes” (Bomfim, 1993, p.243 *apud* Sprandel, 2004, p.30). Como bem escreveu Franklin de Oliveira (1993, p.25), Bomfim soube ver “com uma clareza espantosa que o povo brasileiro não era inferior, mas inferiorizado (...) pelas elites dominantes”. A fecundidade de seu pensamento avançado foi movida por seu “desejo vivo de conhecer os motivos dos males de que nos queixamos todos”. “... os males atuais da América Latina não são mais que o peso de um passado funesto”, conclusão por ele demonstrada de forma veemente e escancarada na obra *América Latina: males de origem* (Bomfim, 2005, p.36-37 [1905]).

⁸⁶ Para Bomfim, o epíteto parasita se vincula a diversas gentes que viveram em terras brasileiras e estrangeiras durante todo o regime parasitário metropolitano-colonial nos séculos XVI ao XIX. Foram os senhores, os fiscais, sobretudo os caixeiros da coroa, também a sua tropa, os comerciantes “intermediários vorazes” ligados à metrópole – “gentes transitórias, classes de ultramar” –, os membros das ordens religiosas, a “fradaria gorda”, padres, os negreiros da metrópole portuguesa, também o “séquito de parasitas” formado pela banda de música, o capelão e a dúzia de laicos, um outro contingente de assassinos, uma onda de aventureiros em suma, de todos estes, provavelmente a maioria sendo portugueses, todos parasitas em suas maneiras de ser. “Em torno dos senhores territoriais, o enxame de parasitas”. Inclui-se aí também os colonos, “caricaturas de senhores medievais” (idem, p.162).

⁸⁷ Já no epíteto parasitado, Bomfim inclui os escravos, índios e negros, os mestiços, todos exercendo as mais diversas funções, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, escravos tecendo, fiando, plantando, escravas doceiras, assadeiras, queijeiras, biscoiteiras, mucamas, o “harém de mulatinhas” pertencentes aos senhores. Nele também cabem os que muito menos estiveram submetidos a este regime parasitário, precisamente por praticarem certo “comunismo primitivo”, estavam os selvagens primitivos, escravos fugidos, índios sobreviventes aos massacres, brancos desgarrados, todos estes verdadeiros “heróis (...) lavrando algumas nesgas de mandioca, e explorando a caça e a pesca como os selvagens de outrora, sem estímulos, ignorantes, apáticos, sem educação do trabalho, carregando os resíduos de ódios das populações martirizadas” (ibidem, p.147).

particular, como por todo o tempo da colônia. Para Bomfim, o Império legou aos escravos uma vida de sofrimento, “não só pelo excesso de trabalho e deficiência de alimentação, como pela coação direta, que o força a espoliar-se” (2005, p.136 [1905]). Reconheceu que “os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho” (idem, p.137), que os escravos viveram “em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida”. E que “escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto e de alimentação; os que se afaziam a isto pereciam” (ibidem, p.140).

Caio Prado nos lembra que os escravos já eram minoria mesmo antes da abolição, representavam em 1888 cerca de 800 mil diante de 14 milhões. Os migrantes vindos da Europa empobrecida, sobretudo no decorrer da segunda metade do século XIX, provavelmente também não ultrapassaram esse contingente, considerando todos os estímulos e deliberações dadas pela política oficial de povoamento, ou mesmo pela iniciativa de particulares interessados na obtenção de mão de obra. O estancamento de uma corrente demográfica constituída de escravos originários da África exigiu uma solução para o problema da mão de obra. Esses imigrantes foram à solução encontrada. Mas essa categoria social não pode ser comparada à do escravo, pura e simplesmente, pelas condições de vida, de liberdade e de trabalho. Ainda assim, e mesmo afastados do binômio “senhor e escravo”, há que se destacar que ao menos num primeiro momento esses imigrantes foram simples assalariados, trabalhando nas lavouras de café em condições muito modestas apesar das possibilidades de eles próprios tornarem-se proprietários de terras. Presume-se que apenas uma pequena parte deles servira nas emergentes atividades industriais.

Na economia agrária e escravista, onde a grande lavoura ocupava um papel absorvente e monopolizador das atividades rurais, a grande massa de homens livres ficava à margem da sociedade. Um sintoma desse estado, segundo Caio Prado, fora a desocupação e a vadiagem que representaram sempre o estado normal de parte significativa da população. É aí que a indústria nascente se abastecerá de uma mão de obra barata, mas deficiente, precária e incerta. É aí também que encontramos a origem do proletariado industrial brasileiro (de nascimento tardio se comparado ao proletariado chileno).

A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não se podia entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem e a prostituição. Ambos se disseminavam largamente em todas as regiões de certa densidade demográfica. A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-á desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população um largo, fácil e barato suprimento de mão-de-obra. E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará no futuro muito das suas características e da sua evolução. (Prado Júnior, 1998, p.198).

A indústria manufatureira ressurgiu por conta de diversos fatores, entre eles pela dificuldade do país em pagar as manufaturas importadas por conta de seu desequilíbrio das contas externas, pela progressiva elevação das tarifas alfandegárias a partir de 1844, pela produção do algodão e também pela disponibilidade de mão de obra a baixo preço. Foi no último decênio do Império, entre os anos de 1880 e 1889, que a indústria brasileira viveu o seu primeiro “surto apreciável”. E progrediu desde então, sobretudo durante a Primeira Grande Guerra Mundial, quando passa a ocupar um lugar de destaque na economia do país. Ainda assim, até este período estará largamente dispersa (Rio de Janeiro, Minas Gerais, centros do Nordeste, Maranhão, Caxias, São Paulo etc.) em insignificantes unidades, sobretudo nos setores têxteis e de alimentos, com rendimento reduzido e produzindo exclusivamente para estreitos mercados locais. Por volta de 1918, mais de 70% da força de trabalho ainda estava empregada no setor agrícola. A indústria enfrentará ainda uma “fase sombria” entre os anos de 1924 a 1930. Mas passado essa fase viverá uma maior expansão e diversificação para além dos setores tradicionais de bens de consumo não duráveis.

No caso da extração da borracha, registra-se que sua utilização industrial em larga escala data dos anos 1840. O Brasil, então possuidor da maior reserva mundial de seringueiras – localizadas, sobretudo, no estado do Acre⁸⁸, mas também na baixa bacia do rio Amazonas, no estado do Pará, e no médio rio situado no estado do Amazonas –, passará a exportá-la em escala crescente a partir de 1880, chegando a representar um pouco mais 40% de sua exportação total em 1912. Para tanto, valeu-se de enorme contingente de mão de obra barata, um formidável exército de reserva que, por conta

⁸⁸ Convém registrar que a maior parte da produção da borracha proveio do Acre, território que o Brasil anexou da Bolívia após pesada campanha militar em fins do século XIX. A anexação de quase 200 mil quilômetros quadrados do território boliviano fora indenizada no ano de 1902 por 2 milhões de libras esterlinas e uma linha férrea que deu acesso aos rios Madeira e Amazonas. Terminava aí o expansionismo territorial brasileiro.

das periódicas secas no sertão nordestino e magnetizados pela miragem da borracha, emigrava rumo à selva amazônica⁸⁹ para conviver com a febre, a malária e as sezões em troca de um salário miserável e um regime de trabalho parecido com a escravidão. O lado oposto desta triste realidade fora a riqueza canalizada pelos magnatas da borracha que lucravam tanto com os baixos custos quanto com os altos preços cotados dessa mercadoria no mercado externo. Mas ela pouco ou nada deixou de concreto além do Teatro Municipal de Manaus (símbolo máximo do desperdício, que recebia os mais famosos artistas da Europa) e de mansões de arquitetura extravagante e decoração suntuosa. O país chegou a possuir momentaneamente o monopólio da borracha, quando esta mercadoria já se figurava como de grande consumo internacional. Mas a concorrência do Ceilão e da Malásia fora devastadora. Ao cabo de menos de uma década, entre os anos de 1913 e 1919, o país contribuirá apenas modestamente neste mercado, abastecendo não mais que a oitava parte do consumo mundial. Posteriormente, o Brasil teria que comprar do estrangeiro boa parte do que consumia internamente.

Com o cacau ocorreu algo parecido. Ele não teve a mesma importância que ocupou a borracha no cenário nacional, e sua produção se iniciou em princípios do período colonial, então cultivado em pequena escala no Amazonas. Tal como borracha, contará com os braços emigrantes nordestinos e será crescentemente exportado a partir dos mesmos anos 1880. Mas diferentemente da borracha, o cacau não estava só nos mercados internacionais. Havia muitos concorrentes, sobretudo de regiões produtoras da África (destaque para a Ilha de São Tomé), mas também existia espaço para muitos enquanto o consumo mundial fora vertiginoso. Os magnatas do cacau conhecem uma nova fase de bem-estar e progresso depois da estagnação e decadência do passado. Mas desfrutaram apenas temporariamente, pois o ingresso de um novo concorrente, a Costa do Ouro (atual Gana), deslocou o cacau brasileiro do primeiro para o terceiro lugar como provedor mundial. Ademais, tal como o açúcar, o cacau trouxe consigo a monocultura, a queimada das matas e a penúria dos trabalhadores.

A crise da produção agrária também atingirá o café. Desde os primeiros anos do século XX, se não antes, que as perturbações nos negócios apareceram: superprodução, redução dos preços e dificuldades de escoamento normal da produção. Mas tal desequilíbrio contribuiu para promover à diferenciação das atividades econômicas e produtivas do país a fim de livrá-lo da dependência excessiva em que ficara do exterior.

⁸⁹ Tratou-se, segundo registro de Francisco de Oliveira (2006), da “maior transmigração interna até então vista”.

Ou como diz Furtado: “é das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se, então, definitivamente a etapa colonial da economia brasileira” (2000, p.34).

Riquezas e pobreza no Brasil e no Chile: das industrializações às ditaduras

O capítulo começa com a caracterização do *modelo primário exportador tradicional*, e segue explicando a sua prolongada crise durante os anos 1930 e a subsequente *quebra desse modelo tradicional e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento*, em que o processo de *industrialização por substituição de importações* ganhou à cena história no Brasil, no Chile e mais além. Um destaque especial foi dado para a Revolução e Contrarrevolução no Chile entre os anos de 1970 e 1973. E finaliza com uma descrição histórica das ditaduras militares entre os anos de 1964-1985 no Brasil e 1973-1990 no Chile.

Foi com um conjunto de autores vinculados às tradições mais diversas (keynesiana, marxista e liberal) que registramos as transformações das fisionomias das forças produtivas nesses dois países no decorrer de meio século, por volta de 1930 aos anos 1980; que sublinhamos as muitas mudanças nas correlações de forças sociais conflitivas nos dois países nesse período, destacando as múltiplas alianças estabelecidas, vitórias, derrotas, e as conduções das políticas econômicas e sociais; bem como os seus diversos resultados; que, em suma, descrevemos a produções e reproduções das riquezas e das pobreza nas gentes e na materialidade transformada nesse meio século.

Durante as industrializações por “substituições de importações”

Maria da Conceição Tavares (1972) há muito avaliou que o chamado “modelo exportador”, vigente nas economias latino-americanas em geral durante cerca de quatro séculos, entrou em crise durante as primeiras décadas do século XX e em colapso a partir de 1930. Esse modelo se caracterizava pelo alto peso relativo do setor externo nas economias primário-exportadoras, onde as exportações enquanto “centro dinâmico de toda a economia” eram responsáveis pela geração de importante parcela da renda nacional e o crescimento da mesma, e as importações responsáveis por suprir vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna, que incluíam faixas inteiras de bens de consumo terminados e praticamente o total dos bens de capital. Nessas economias, a reduzida atividade industrial em conjunto

com o setor agrícola de subsistência fora insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Daí a constatação de que o crescimento econômico até esse período estar basicamente atrelado aos ditames da demanda externa por produtos primários, dando a essas economias um “caráter eminentemente dependente e reflexo”.

O crescimento “para fora” das economias latino-americanas esteve intimamente atrelado à forma pela qual a região foi inserida na divisão internacional do trabalho. Estava até então praticamente condenada a ser primário-exportadora, enquanto a industrialização era monopólio dos países do centro do capitalismo. E para a maioria dos países latino-americanos, entre eles o Brasil e o Chile, havia uma nítida divisão do trabalho social entre os setores externo e interno de suas economias. Enquanto o setor exportador, mais produtivo e geralmente de alta rentabilidade, era especializado em alguns poucos produtos dos quais uma pequena parcela era consumida internamente, o setor interno, basicamente de subsistência e de baixa produtividade, somente satisfazia parte das necessidades de alimentação, vestuário e habitação da parcela da população monetariamente incorporada aos mercados consumidores. Por outro lado, a alta concentração de propriedade dos recursos naturais e do capital, sobretudo no setor exportador, resultava numa distribuição de renda extremamente desigual, onde as maiorias auferiam baixos níveis de renda que praticamente as excluía dos mercados monetários, enquanto as minorias auferiam níveis e padrões de consumo similares aos dos grandes centros europeus que eram em grande parte atendidos por importações. (idem).

Esse modelo primário-exportador tradicional viveu o seu “ponto crítico” durante a prolongada crise dos anos 1930. Foi profundo o impacto dessa crise no setor externo das economias brasileira e chilena, sobretudo nesta, onde à violenta queda na receita de exportação e a conseqüente redução na capacidade para importar foi ainda maior. A profundidade do desequilíbrio externo levou os governos dos dois países a adotarem uma série de medidas, entre elas, restrições e controle de importações, elevação da taxa de câmbio e a compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional, do que resultou num estímulo considerável à produção interna e na irradiação de um “novo modelo de desenvolvimento”, intitulado por Tavares de “substituição de importações”⁹⁰.

⁹⁰ Sobre *As diversas acepções do termo “substituição de importações”*, convém registrar aqui com Tavares que “o termo “substituição de importações” é empregado muitas vezes numa acepção simples e literal significando a diminuição ou desaparecimento de certas importações que são substituídas pela

O que caracteriza esse novo modelo é antes de tudo a alteração das “variáveis dinâmicas da economia”, onde há uma perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da renda nacional e conseqüentemente um aumento da participação e dinamismo da atividade interna. O setor externo não deixa de desempenhar papel relevante, mas há mudança significativa de suas funções. Deixa de ser diretamente responsável pelo crescimento da renda através das exportações, e passa a ser decisivo no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos intermediários. Devemos ainda considerar que as transformações substantivas das estruturas produtivas se circunscreveram quase que exclusivamente ao setor industrial e atividades conexas. O setor primário, incluindo as atividades tradicionais de exportação, não foram alteradas de modo sensível. Preservou-se assim uma base exportadora precária e sem dinamismo. E que os novos setores dinâmicos apareceram e se expandiram no âmbito restrito dos mercados nacionais. (ibidem).

O fato de boa parte de todo continente americano, incluindo o Brasil e o Chile, ter desatado, e quase ao mesmo tempo, processos de industrialização voltados para os mercados internos por essa via da substituição de importações, resultou não só na tentativa de se repetir aceleradamente na região à experiência de industrialização dos países desenvolvidos (em condições históricas muito distintas) (Tavares, 1972), mas também na criação de estruturas produtivas similares, logo competitivas entre si (Oliveira, 2006). Há ainda que se ressaltar que no plano latino-americano foram poucos os países que lograram implantar projetos de industrialização para substituir as importações, que avançaram até mesmo na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital para os seus respectivos mercados nacionais. Foram os casos do México, do Brasil e da Argentina. Peru, Chile, Uruguai e Colômbia deram apenas “passos nessa

produção interna. Entendida desta maneira esta expressão, disfarça a natureza do fenômeno (...) e inclusive induz a um entendimento errôneo da dinâmica do processo em questão. Na realidade, o termo “substituição de importações”, adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia levar a crer que o objetivo “natural” seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia. Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse *desideratum*. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o quantum de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição” (Tavares, 1972, p.38-39).

direção”, enquanto os outros não conseguiram sair da estrutura primário-exportadora (Sader, 2009).

O Brasil e o Chile veem transformando suas fisionomias pelo menos desde a Grande Depressão de 1929. Ambos promoveram de diferentes maneiras e em graus diversos o desenvolvimento de suas forças produtivas, em particular de suas atividades industriais, fortaleceram seus mercados internos, constituíram suas classes sociais fundamentais, elaboraram projetos nacionais, expandiram a capacidade de regulação de seus Estados, de realização de políticas sociais e de fomento à produção, se urbanizaram aceleradamente etc. E não obstante *a quebra do modelo tradicional e a passagem a um novo modelo* que possibilitou maior diversificação da produção interna e de retenção das riquezas criadas, somado a todo o caráter ascendente dos processos de mobilização social, incluindo a maior participação popular na vida política, o fato é que a desigualdade de patrimônio e de renda seguiu elevadíssima. Poucas décadas não pudera reverter uma situação estrutural de longuíssima duração, isto é, não houve alteração substantiva no que diz respeito às desigualdades materiais, nas distâncias que separam os ricos dos pobres, sobretudo no Brasil. A temática da pobreza socioeconômica parece não ter avançado *pari passu* a da pobreza política, pelo menos até 1964 no Brasil e 1973 no Chile, momentos em que se instauram as respectivas ditaduras militares e que as pobreza políticas revelam as suas piores faces.

No Brasil, a economia agroexportadora fundada no café e atrelada aos interesses ingleses e dos Estados Unidos entrou em colapso a partir de 1930. Em meio a essa crise ocorreu uma importante mudança política no país, que conduziu ao poder forças políticas que desde os anos 1920 realizavam vários enfrentamentos com os governos da República Velha. Esta termina definitivamente com a vitória da Aliança Liberal encabeçada por Getúlio Vargas, que foi capaz de reunir uma ampla coalizão de forças, um conjunto de oligarquias não vinculadas ao café, juntamente com segmentos médios militares, tenentes que inclusive foram partícipes da famosa Coluna Prestes, e outros com clara inspiração autoritária e fascista, bem como segmentos de bases sociais mais populares. Vargas assume o governo provisório no dia 3 de novembro de 1930 para cumprir um mandato programado até o ano de 1934. O programa getulista inicial visava, entre outros objetivos: garantir o direito do voto via reforma do sistema eleitoral (destaque-se o fato de que até então o voto não era secreto e universal, as mulheres não votavam e não havia justiça eleitoral, sendo que quem comandava e fiscalizava as

eleições eram os representantes do governo nas localidades); proteger a economia nacional; proteger o trabalho via instituição do Ministério do Trabalho, destinado a superintender na questão social, no amparo e na defesa do operariado urbano e rural; e difundir o ensino público, sobretudo o ensino técnico profissional. Um programa reformista que evidentemente não atendia ao conjunto de medidas encabeçadas no *Manifesto do Partido Comunista*.

As primeiras medidas econômicas adotadas pelo novo governo visavam o equacionamento da crise cambial e a manutenção da demanda agregada e do nível de emprego. Para tanto, suspendeu parte dos pagamentos da dívida externa, congelou a remessa de lucros para o exterior, introduziu o controle de câmbio, sustentou a desvalorização da moeda nacional e elevou as tarifas de importação (Baer, 2002). Instituiu uma nova política de defesa do café⁹¹, que segundo Furtado, concretizou-se “num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica da maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (Furtado, 2000, p.205).

As medidas de defesa da demanda agregada, ancoradas na política de defesa do café, conjugadas com medidas de combate à crise cambial, foram responsáveis por promover o que Furtado chamou de “deslocamento do eixo dinâmico” da economia brasileira; por irradiar esse *novo modelo de substituição de importações* de que nos fala Tavares. Enquanto a participação da indústria no valor adicionado avança do patamar de 24% para 36% entre os anos de 1930 a 1945, a participação da agricultura caía de 47% para 37%⁹² no mesmo período considerado. Coube à indústria alavancar cada vez mais o crescimento da economia e da maior riqueza no país. Na década de 1930, a produção industrial cresceu em média 7,2% ao ano, ao passo que a produção agrícola o fez num ritmo bem mais modesto, 2,8%.⁹³ Considerando o período entre os anos de 1930 a 1945, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto foi de 4,4%. Já a inflação média

⁹¹ O governo federal passa a assumir diretamente o comando da política de defesa do café, antes sob o controle dos governos estaduais; o governo passa a trabalhar não mais pelo aumento do preço do café, mas pela manutenção do mesmo; o próprio governo é quem comprar com emissões monetárias o excedente do café, e não mais via créditos externos; o governo decide queimar os estoques acumulados para conter seus preços, fato inusitado até então; a política de valorização do setor cafeeiro foi substituída por uma política que promovia a progressiva substituição dessa atividade por outras atividades econômicas, sobretudo a atividade industrial. (Souza, 2007). O governo brasileiro destruiu cerca de 27% da produção de café no período correspondente aos anos de 1931 a 1945, o equivalente a quase 4,7 milhões de toneladas, de uma produção total de pouco mais de 17,4 milhões (Gremaud et al., 2006, p.366).

⁹² Ver: Gremaud *et al.*, 2006.

⁹³ Ver: Souza, 2007, p.15.

registrou 6,5% a.a, e a média da dívida federal/PIB foi de 9,2, e a média da dívida externa/exportações de 3,5⁹⁴, índices que dão mostras da capacidade e da dificuldade de conduzir o processo de industrialização por substituição de importações.

A indústria passava a ter um peso cada vez maior na produção da riqueza nacional. A industrialização contou tanto com a implementação da indústria de base como com a dinamização do mercado interno. Foi durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) que as primeiras empresas estatais foram fundadas, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (1942). Foi nesse mesmo período, que foi instituída de forma progressiva toda uma legislação trabalhista, que ampliou o poder de compra ao menos de boa parte dos trabalhadores urbanos, fixando efetivamente o salário mínimo nas grandes cidades e indústrias.

A incipiente *questão social*⁹⁵ não mais podia ser tratada como um caso de polícia, tal como pensava Washington Luís e de fato o fora na República Velha⁹⁶. O desenvolvimento do proletariado brasileiro exigiu um tratamento por parte do Estado e do empresariado para além da repressão e da caridade a que até então estavam submetidos os trabalhadores. Diferentemente do Chile, não houve no Brasil de fins do século XIX uma radicalização das lutas operárias, mesmo porque o operariado brasileiro ainda não estava constituído como *classe em si* e muito menos *para si*. A questão social só começa a se colocar como questão política entre nós a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas dos trabalhadores e iniciativas voltadas ao mundo do trabalho, com a formação dos primeiros sindicatos na agricultura e nas indústrias rurais (a partir de 1903) e com o reconhecimento (1907) do direito de organização sindical, e também com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922), que por anos foi a maior e principal organização partidária de esquerda no país. No entanto, o PCB

⁹⁴ Ver: Gonçalves, 2003, p.145.

⁹⁵ A chamada “questão social” é um eufemismo usado pela historiografia para referir-se à luta de classes. Para alguns autores filiados à tradição marxista, a “questão social” “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto & Carvalho, 1995, p.77 *apud* Santos, J., 2012, p.25).

⁹⁶ Washington Luís Pereira de Souza fora o último presidente da República Velha, que governou o Brasil entre os anos de 1926 a 1930. Antes dele, os respectivos presidentes eleitos foram: Deodoro da Fonseca (1889-1891), Floriano Peixoto (1891-1894), Prudente de Moraes (1894-1898), Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902); Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906); Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1909); Nilo Procópio Peçanha (1909-1910); Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914); Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918); Epitácio da Silva Pessoa (1919-1922); e Artur da Silva Bernardes (1922-1926).

permaneceria por longo período na ilegalidade, entre os idos de 1935 a 1945 e de 1947 até 1988.

O governo Vargas chegou a enfrentar militarmente a sublevação do PCB na chamada “Intentona Comunista” (1935), e posteriormente o colocou por uma década na clandestinidade. E foi capaz de combinar tal enfrentamento com uma forte iniciativa política que alterou o estatuto do trabalho na sociedade e na economia, transformando assim a luta de classes em certa colaboração de classes, e dando impulso à construção do Estado social. Além disso, ainda teve de enfrentar o crescimento do movimento fascista brasileiro, chamado de integralismo, e sua influência nas hostes governistas. Tudo isso contribuiu para alterar a conformação do pacto social vigente, e que a Constituição de 1934 também expressava (além da forte disputa de hegemonia e direção do processo de modernização então em curso). Em 1937 Vargas instaura a ditadura do Estado Novo que duraria até o ano de 1945.

Cabe aqui refletirmos sobre uma curiosa constatação apontada por Laura Soares Tavares (2006) quanto ao enfrentamento da questão social, não apenas no Brasil como em toda a América Latina, a saber, de que suas histórias estiveram não apenas marcadas por Estados nacionais frágeis do ponto de vista institucional, como também exigiram que assumissem tarefas urgentes em tempos históricos curtíssimos se comparados à dedicação secular levada a cabo pelos países centrais. Além disso, ela argumenta que “o enfrentamento democrático da questão social, além de recente, é episódico na história latino-americana, associado aos períodos de redemocratização dos seus regimes políticos” (2006, p.1107). Os próximos capítulos apresentam certos alcances e limites dos enfrentamentos da questão social, particularmente das questões das desigualdades e das pobreza, no Brasil e no Chile, durante o processo mais recente de redemocratização. Por agora, importa registrar com Elaine Rossetti Behring e Ivanete Boschetti como tal constatação parece acertada para o caso do Brasil nos seus momentos ditatoriais. Segundo elas

é interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres”, nos anos 1930. (Behring & Boschetti, 2008, p.78-79).

Parece haver certo consenso entre os estudiosos da política social brasileira de que a década de 1930 e o início dos anos 1940 podem ser caracterizados como os anos de introdução da política social no país, que teve seus desfechos com a Constituição de 1937, que ratificou a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores por parte do Estado, e com a promulgação em 1943 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que selou o modelo corporativista e fragmentado dos direitos sociais no Brasil (idem, p.106 e 108). Não cabe realizarmos aqui um inventário detalhado das medidas adotadas nesse período e nos momentos subsequentes. Enunciaremos apenas as principais medidas adotadas e que mais contribuíram na conformação dos Sistemas Brasileiro e Chileno de Proteção e Promoção Social.

Está claro que as atuações sociais dos Estados brasileiro e chileno tiveram origens no surgimento das classes trabalhadoras urbanas e no esforço de dar respostas aos conflitos que marcaram as relações entre capital e trabalho, num contexto de crescente industrialização, sobretudo para o caso brasileiro. Muitas das conquistas nos domínios político, econômico e social, que parte de seus trabalhadores lograram a partir dos anos 1930, chegavam com um atraso de décadas em relação às conquistas auferidas pelos trabalhadores chilenos. Já apontamos algumas destas durante os governos Balmaceda e Alessandri, entre fins do século XIX e princípios do século XX.

A ação social do Estado brasileiro durante o governo Vargas caracterizou-se pela constituição de caixas de seguro social – organizadas por setor econômico, financiadas e geridas pelo Estado, por empregadores e empregados, visando proteger os trabalhadores e seus familiares de certos riscos coletivos –, e por uma ampla regulamentação do mundo do trabalho assalariado. Nesse período, sobretudo em sua fase ditatorial, é que foi instituída a Previdência Social no país com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (entre os anos de 1933 e 1953); criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) (1942); criado o Ministério do Trabalho (1930), a Carteira de Trabalho (1932), tido como base da cidadania brasileira; instituída a segurança do trabalho; decretada à jornada de oito horas de trabalho diário (1932), e de seis horas para bancários, telefonistas, mineiros e outras categorias profissionais; o descanso semanal, as férias e a licença gestante, todos remunerados; a proteção ao trabalho do menor e a criação do Código de Menores, de natureza punitiva (1941); promulgada a CLT (1943), documento que ainda hoje, em seus aspectos fundamentais, regula as relações de trabalho no país. Em suma, era essa a arquitetura formal-legal da relação do Estado com a sociedade civil e que marcou profundamente o período subsequente (até o ano de 1964) de expansão

fragmentada e seletiva das políticas sociais. (Cardoso Jr. & Jaccoud, 2005; Behring & Bochetti, 2008). Tal era a política de proteção social propriamente dita, que na sua essência não se diferenciava da política de proteção social chilena que também seguiu o modelo bismarkiano⁹⁷. Eis aí as origens de nossas *Poor Laws* com atrasos de mais de três séculos em relação à Inglaterra.

Quanto às populações não inseridas no processo de acumulação, mantiveram-se praticamente fora do alcance de tal ação, que até chegou a prever que os projetos de modernização da economia e da sociedade poderiam absorver os pobres (sobretudo os pobres urbanos) aos benefícios do progresso pela via de uma possível inserção no mundo regulado do trabalho assalariado. (Cardoso Jr. & Jaccoud, 2005). Eis aí esperança da “superpopulação relativa” (Marx) brasileira (e também chilena) de inserir-se numa condição quiçá suportável de dependência para com o capital!

A história da intervenção social junto aos pobres, tanto no Brasil como no Chile, teve início em ações e instituições de caráter assistencial não estatal, motivadas pelos ideais da caridade e da solidariedade. O processo de construção de tal intervenção foi organizado, no essencial, numa base assistencial de origem privada, que contou com o financiamento direto e indireto do Estado. O dever moral da filantropia juntamente com a tradição católica da caridade conformavam uma rede de assistência aos pobres sobre a qual pouco atuavam as ações de regulação desses Estados. A gestão filantrópica da pobreza duraria no Brasil e no Chile até fins dos anos 1980 e início dos 1990, excetuando importantes momentos em que tal prática fora temporariamente alterada.

No caso do Chile é certo que a gestão filantrópica da pobreza mostrou-se completamente insuficiente para dar conta das consequências da gravíssima crise que se abateu sobre os pobres e novos pobres no país em fins dos anos 1920 e princípios dos anos 1930. Indicamos às circunstâncias que levaram o Chile a enfrentar o que parece ter sido a pior crise de sua história: o esgotamento do ciclo do salitre; a drástica redução das exportações de nitratos e a conseqüente bancarrota do governo, que a essa altura já estava sob o comando do coronel Carlos Ibáñez del Campo⁹⁸. Também apontamos a

⁹⁷ Tal modelo responde pela mais emblemática experiência de intervenção pública realizada por Bismark na Alemanha dos anos de 1880. Uma verdadeira inovação legislativa que despertou grande atenção dos países europeus ao propor reformas que pela primeira vez introduziram seguros compulsórios contra enfermidades, acidentes de trabalho, velhice e invalidez.

⁹⁸ Vimos que Ibáñez fora o principal responsável por articular e comandar a ação que derrubou a junta militar conservadora que por meio de um golpe militar chegou a ocupar temporariamente o governo no ano de 1924. Segundo Peter Winn, “Ibáñez emergiu como o homem forte do governo restaurado de Alessandri e como seu sucessor eleito [em 1927], isso antes de deportar seu presidente-fantochete e ele

situação lastimável que passou a viver parte de seus trabalhadores e suas famílias: o abandono de cidades e regiões; a perda dos meios de subsistência; o desemprego.

Moulian lembra que o regime autoritário de Ibáñez (1927-1931) teve maior preocupação industrializadora que sua elite civil. “Em que pese a crise do modelo primário exportador baseado no salitre já haver se manifestado, não se viram, por parte dessa elite, tentativas sérias de recondução do modelo de desenvolvimento” (2006, p.281). Mas diferentemente de Getúlio que também levou a sério o desenvolvimentismo e a autonomia nacional com base na industrialização e se perpetuou inicialmente no governo por longos quinze anos, Ibáñez que adotou o estilo dos caudilhos progressistas que então proliferavam na América Latina (a exemplo de Juan Hipólito Irigoyen na Argentina e Jorge Batle no Uruguai), não resistiu à profunda crise e aos grandes movimentos populares contra o seu governo, e acabou renunciando. A presidência interina que se seguiu também não se sustentou e foi derrubada logo após suas tropas militares enfrentarem com bombardeios uma greve geral encabeçada pela Federação Operária do Chile. Coube a uma junta militar heterogênea liderada por Marmaduke Grove, Eugenio Matte Hurtado e Carlos Dávila assumir o novo governo, que inesperadamente proclamou a fundação da primeira “República Socialista” das Américas.

O fato de o Chile ter sido um dos países no mundo que mais sofreram com a Grande Depressão⁹⁹ é que explica o descarte do “liberalismo” e do “capitalismo” e a ascensão do “socialismo” como lema político. O “socialismo” proclamado não tinha ainda perfis bem definidos. Tratava-se de encontrar soluções para a miséria em que se encontrava o país por meio da justiça social e de certo redistributivismo. Estavam mais próximos de um capitalismo de Estado ou de um Estado de bem-estar social do que do socialismo científico de Marx e Engels. O “socialismo” chileno de então baseava-se nas tradições europeias, mas não tinha um alinhamento direto com a socialdemocracia, além de não contar com o apoio dos comunistas que então pregavam uma posição extremista

próprio governar como presidente, até meados de 1931, quando fugiu do país em meio ao crescente descontentamento diante de sua inabilidade para lidar com a profunda crise econômica provocada pelo *crack* da Bolsa em 1929 e a depressão comercial global que a ele se seguiu. Como presidente, Ibáñez se assemelhava menos com o reformador de inclinação esquerdista que com o autoritário corporativista de direita, que reprimia os comunistas e outros sindicalistas e organizações políticas de esquerda, e que tentou criar um sindicato paralelo controlado pelo Estado para substituir a FOCH esquerdista. Os comunistas foram obrigados a entrar na clandestinidade, mas sobreviveram, embora enfraquecidos pela repressão, para continuar sendo uma das peças centrais da esquerda chilena. Nem a FOCH nem os rivais anarcossindicalistas jamais se recuperaram” (2010, p.44-45).

⁹⁹ Peter Minn chega a afirmar que o “Chile (...) foi, entre todos os países do mundo, o mais fortemente atingido pela depressão no comércio internacional” (2010, p.46).

de combate insurrecional. Mas foi quase instantânea a experiência da primeira “República Socialista” das Américas, que durou apenas doze dias. Não puderam sustentar-se diante da forte oposição das elites chilenas, do movimento popular dividido, da oposição dos comunistas, das divisões internas no seio da própria junta. O golpe militar partiu inclusive de um dos próprios membros que haviam participado de sua proclamação. O governo que se seguiu a mais este golpe também foi logo substituído, sendo convocadas novas eleições presidenciais. (Winn, 2010; Sader, 1991).

Terminou assim a fase de intervencionismo militar na política chilena, mas sem que se tenha resolvido as principais questões sociais e econômicas que pairavam sob o Chile. Nas eleições de 1932, Alessandri triunfou sobre Grove e governou o Chile pela segunda vez, de 1932 a 1938. E tal como em seu primeiro governo, não se lançou em políticas industrializadoras de magnitudes (Moulian, 2006). Diferentemente de Vargas, que no enfrentamento da crise de 1929 promoveu o equacionamento da crise cambial e a manutenção da demanda agregada e do nível de emprego via aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora, suspensão dos pagamentos da dívida externa, congelamento da remessa de lucros para o exterior, elevação das tarifas de importação etc., numa clara política econômica de cunho heterodoxo, Alessandri procurou superar a crise por meio de uma política econômica ortodoxa, via um reordenamento da economia que primava pelo pagamento da dívida externa e por duras políticas salarial e social diante de um país com quase 200 mil desempregados. Enquanto o conjunto da renda nacional brasileira voltou a crescer a partir de 1933, sendo o Brasil um dos primeiros países a superar tal crise, o Chile só veio se recuperar quando os capitais norte-americanos migraram maciçamente e os efeitos de um novo ciclo mineiro começaram a ser sentidos.

O cobre foi o destinatário das inversões norte-americanas, que transformaram radicalmente as condições de produção nesse ramo de atividade (com tecnologia avançada e uma produção em larga escala) e souberam por longo tempo extrair parte substancial dessa riqueza nativa.

Nas vésperas da crise de 1929, as inversões norte-americanas no Chile ascendiam já a mais de US\$ 400 milhões, quase todos destinados à exploração e ao transporte do cobre. Até a vitória eleitoral das forças da Unidade Popular em 1970, as maiores jazidas do metal vermelho continuavam em mãos da Anaconda Copper Mining Co. e da Kennecott Copper Co., duas empresas intimamente vinculadas entre si como partes de um mesmo consórcio mundial. Em meio século, ambas remeteram US\$ 4 milhões do Chile para suas matrizes, caudaloso sangue esvaído por diversas rubricas, e realizaram como contrapartida, segundo as suas próprias cifras aumentadas, uma inversão total de 800

milhões, quase toda proveniente de lucros arrancados do país. A hegemonia foi aumentando à medida que a produção crescia, até superar os US\$ 100 milhões por ano nos últimos tempos. Os donos do cobre eram os donos do Chile. (Galeano, 2005, p.187-188 [1976]).

Não houve tempo hábil para que as novas condições propiciadas pela expansão do cobre fossem aproveitadas pelo governo de Alessandri. E o fato de ter praticado uma dura política em relação aos assalariados teve o efeito político fundamental de romper com uma importante aliança entre o Partido Liberal e o Partido Radical¹⁰⁰. A consequência de tal rompimento fora o afastamento dos conservadores das posições dominantes no sistema político. Os setores direitistas (Partidos Liberal e Conservador) somente viriam a ocupar uma posição de governo direto no ano de 1958. E enquanto a direita se desarticulava, a esquerda fazia o oposto unindo forças com a formação de uma Frente Popular Chilena (1936) impulsionada pelo Partido Comunista do Chile (PCC) – que a essa altura, por conta da expansão na produção do cobre, já vinha reorganizando a classe operária e superando portanto a desarticulação sofrida pela crise do salitre, bem como já havia abandonado a tática de não promover alianças com partidos que não fossem de origem operária.

A Frente Popular Chilena, experiência única na América Latina, foi uma coalizão de centro-esquerda comandada pelo Partido Radical, que também incluía o recém-fundado (1933) Partido Socialista (PS) e o PCC, além da nova Confederação dos Trabalhadores do Chile (CTCH) que reuniu o que havia restado dos antigos sindicatos comunistas e anarcossindicalistas bem como os novos sindicatos socialistas. Durou entre os anos de 1938 a 1947 e elegeu três presidentes, Pedro Aguirre Cerda, Juan Antonio e Ríos Gabriel González Videla. Os governos da Frente Popular foram o instrumento de realização de um programa democrático e popular de reformas, que pronunciava ser “contra a opressão e pela restauração das liberdades democráticas; contra o imperialismo e a favor de um Chile para os chilenos; contra a miséria material e intelectual do povo e pela implantação de uma justiça sócio-econômica moderna para as classes médias e trabalhadoras” (Sader, 1991, p.35). Para Moulian, a sobrevivência e persistência da Frente Popular no Chile até depois de encerrada a Segunda Guerra

¹⁰⁰ O Partido Radical foi uma organização intermediária que agrupou desde latifundiários do sul do país, passando pelo amplo espectro da classe média, funcionários públicos em geral, até empregados particulares e operários especializados. Para essa organização era, portanto, fundamental uma política flexível para com os trabalhadores, flexibilidade essa da qual careceu o governo de Alessandri e deixou o Partido Radical numa “situação de disponibilidade política”. (Moulian, 2006, p.281).

Mundial é explicada pelo fato dela ter assumido as tarefas pendentes da modernização capitalista¹⁰¹.

Ao contrário de Alessandri, Aguirre Cerda colocou em prática uma política de incentivo à industrialização voltada para o mercado interno, com um atraso de quase uma década em relação ao Brasil, o que pouco contribuiu na explicação do fato do Chile não ter avançado tanto quanto o Brasil no processo de industrialização por substituição de importações. O lugar estratégico da mineração não é só mantido como se desenvolve, mas sob o impulso da Corporação de Fomento da Produção (CORFO), órgão governamental criado (1939) para servir de instrumento para a política de industrialização substitutiva de importações. Foi durante a gestão da Frente Popular que houve incremento da industrialização baseado num aumento da tributação à exportação de minerais, deu-se início à construção de refinarias de petróleo, de siderurgias e de outros investimentos de base em apoio ao desenvolvimento industrial. Foram criadas a Empresa Nacional de Eletricidade, plantas hidrelétricas, a Companhia de Aços do Pacífico e indústrias estatais de exploração silvo-agropecuária e manufatureira. A indústria chegou a registrar um crescimento anual de 7,5% entre os anos de 1940 e 1943.

A ampliação de recursos estatais possibilitou expandir as camadas médias urbanas por meio da ampliação do funcionalismo público. Os serviços de saúde e educação foram ampliados. Aguirre Cerda deu início a extensão da educação pública em grande parte do país, acreditando ser esta a única forma de superar a pobreza. À frente do Ministério da Saúde, Habitação e Segurança, Salvador Allende introduziu a indenização para os trabalhadores e procurou instruir os chilenos sobre as causas sociais das doenças, isso por meio da publicação de seu livro sobre a temática.

Cerda faleceu em 1941 sem terminar o mandato. Em 1942 foi eleito o radical Juan Antonio Ríos, que procurou finalizar a maioria dos projetos deixados por seu antecessor. Tal como este, faleceu em 1946 sem terminar o mandato. Já o governo de González Videla (1946-1952) foi de clara ruptura com a coalizão, por meio da retirada dos comunistas do governo em 1947 e decretando uma Lei de Defesa da Democracia (conhecida como “Lei Maldita”) que colocava o PCC na ilegalidade, já no contexto da

¹⁰¹ Convém aqui lembrarmos que as Frentes Populares nasceram na Europa sob a prerrogativa de combater as forças de extrema direita. Foi depois da funesta experiência na Alemanha, que a Internacional Comunista abandonou sua linha extremista de luta insurrecional pelo poder e de combate contra todas as outras forças não operárias, incluindo os socialdemocratas, para propor a formação de Frentes Populares, aliança de todos os setores na luta contra o fascismo ascendente. A França e a Espanha formaram Frentes Populares. Na América Latina, apenas o Chile viveu esta experiência, mesmo sem ter vivido o terror fascista pelo qual passou a Europa.

Guerra Fria, seguindo a orientação do governo dos Estados Unidos para colocar todos os Partidos Comunistas do continente na ilegalidade. Após uma década legitimando a participação de socialistas e comunistas no sistema político do país, tornando-os parceiros de coalizão elegíveis nos futuros governos, mas moderando suas próprias posturas “revolucionárias”, a experiência da Frente Popular terminou melancolicamente com o fim da unidade dos partidos de esquerda e a divisão da central sindical. E encerrou sem avanços para o campesinato chileno, adiando sua sindicalização e reforma agrária. Sacrificou-se a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade em favor de um pacto com os setores das classes dominantes, notadamente o setor de latifundiários e produtores mineiros representados pelo Partido Radical, avessos à incorporação dos trabalhadores agrícolas ao regime de assalariamento e de sua sindicalização, bem como de alterações nas propriedades rurais.

O campesinato brasileiro¹⁰² também chegou ao final do governo Vargas (e mais além) sem grandes avanços. Dentro da lógica do modelo de industrialização, esses pobres trabalhadores não proprietários de terras ou donos de pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe também tiveram parcelas crescentes de suas gentes migrando para as cidades e se proletarizando. Os camponeses migrantes forneciam mão de obra barata para a nascente indústria na cidade, pressionando para baixo o salário médio na indústria. Os que ficavam produziam alimentos a preços baixos para a nascente classe operária, além de fornecer matérias-primas para o processamento industrial. O Estado brasileiro cuidava para que os preços dos produtos do campo pudessem contribuir e viabilizar a expansão da industrialização brasileira. (Stedile, 2011). De outro lado, a grande lavoura também cumpriu importante papel na lógica do processo de substituição de importações. Isso porque promoveu a geração de divisas com suas exportações e assim viabilizou a compra de produtos importados essenciais para dar seguimento ao processo, incluindo produtos intermediários e bens de capital. Nesse aspecto, o Brasil esteve em melhores condições do que o Chile para avançar na industrialização.

Não surpreende que a estrutura agrária brasileira também não tenha sido fundamentalmente alterada durante o período Vargas, momento em que a estrutura da grande propriedade capitalista concentrou ainda mais terras e mais recursos, ao mesmo

¹⁰² O campesinato brasileiro é provavelmente fruto tanto dos pobres imigrantes vindos sobretudo da Europa como das populações mestiças que foram se formando ao longo dos séculos pela miscigenação entre índios e brancos, índios e negros e brancos e negros e seus descendentes.

tempo em que as pequenas propriedades se multiplicaram. Também não surpreende que o reconhecimento de direitos sindicais tenha ficado contido no âmbito dos trabalhadores urbanos. Tal como no Chile, a chamada “questão agrária” no Brasil seria levantada apenas durante os anos 1960. Mas enquanto no caso brasileiro os problemas agrários foram inicialmente “resolvidos” durante o regime militar mediante uma “equação conservadora da modernização técnica, sem reformas” (Delgado, 2009, p.39), a temporária “solução” chilena para os seus problemas agrários seria arrastada por meio de um conjunto de reformas encabeçadas pelos governos Jorge Alessandri e Eduardo Frei. Mas antes de que tais soluções se pusessem em prática, tanto no Brasil como no Chile, outras tantas vicissitudes, e não só no campo, ocorreram durante os governos que os antecederam, e que aqui importa explicitar.

Os trabalhadores do campo brasileiro não puderam contar muito com o marechal Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra do governo Vargas, que fora eleito presidente pelo Partido Social Democrata (PSD), cujos membros oscilavam entre situação e oposição ao getulismo.¹⁰³ Isso porque Dutra praticou uma dura política salarial para com os próprios trabalhadores urbanos (cuja organização e união fora muito superior a dos trabalhadores do campo), não lhes concedendo um único reajuste do salário mínimo durante o seu governo (1946-1950). Não obstante o arrocho salarial, a riqueza em muito cresceu no decorrer destes cinco anos. O PIB variou em média 7,6% ao ano, variação esta superior a de todos os outros presidentes que o antecederam (Gonçalves, 2003). Depois de alterar aspectos fundamentais do programa que Vargas vinha assumindo, sobretudo por meio da pulverização das reservas cambiais acumuladas e da ampliação do coeficiente de importações, o que resultou num forte desequilíbrio externo, Dutra passou a manter o esforço de industrialização por meio da introdução de uma série de controles seletivos de importações, que resultou tanto numa queda das importações de bens consumidos pelas camadas de altas rendas como numa alta de importações de equipamentos industriais (Souza, 2007). No ano de 1950 a produção industrial praticamente se equipara à produção da agricultura, sendo a primeira responsável por 24,1% do PIB e à segunda por 24,3%. (Baer, 2002).

¹⁰³ Ao final do Estado Novo (1945), Vargas convocou para o ano seguinte eleições gerais e para tanto se formaram partidos políticos. Além do PSD, foram fundados outros dois partidos. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujas bases eram o sindicalismo brasileiro. O PTB fora criado para conter a expansão do PCB, então legalizado. E a União Democrática Nacional (UDN) que passou a abrigar os opositores do getulismo.

Não obstante os descontentamentos dos desempregados e dos trabalhadores do campo e da cidade, Getúlio Vargas não teve dificuldades em se eleger em 1950. Com um discurso nacionalista¹⁰⁴ e popular, o “pai dos pobres” obteve no pleito 48,7% dos votos¹⁰⁵. Em seu segundo governo (1951-1954) primou pela independência econômica através da continuidade da implantação da indústria de base, que já se esboçara em seu primeiro governo. Neste novo mandato, encareceu os bens de capital importados como um meio de estimular a produção interna¹⁰⁶. Instituiu o monopólio estatal do petróleo e fundou a Petrobras. Um programa de eletrificação foi iniciado com a criação da Eletrobrás. Também foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), instituição responsável pelo financiamento da acumulação de capital no país, e os bancos regionais de fomento (Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia). Vargas impôs forte obstáculo à expansão do capital estrangeiro no país, sendo que o desenvolvimento industrial no Brasil até a primeira metade da década de 1950 manteve-se sob o controle do Estado nacional em associação com o empresariado nacional nascente.

Francisco de Oliveira argumenta que “Getúlio Vargas foi o verdadeiro construtor da dominação burguesa de classe mais ampla no Brasil” (2006, p.217). Para ele, a era Vargas significou intervenção nos governos estaduais, derrubada de velhas oligarquias e promoção de novas lideranças. Reforma do Estado brasileiro ao imprimir-lhe forte centralização: federalização e estatização do comércio exterior; desfazimento das fronteiras econômicas entre os Estados, anulando os impostos interestaduais sobre exportação e importação, instituindo o imposto de consumo; unificação do sistema fiscal, criação do mercado em escala nacional etc. “A simples enumeração das inovações na política econômica e nas instituições estatais é de tirar o fôlego” (idem).

Não demorou muito para que o aprofundamento das medidas de caráter nacionalista do governo brasileiro se chocasse com a forte ofensiva do capital estrangeiro encabeçado pelas grandes corporações dos Estados Unidos, que a essa altura já havia consolidado sua hegemonia e necessitava de novos mercados para sua enorme massa de capitais. O Brasil afigurava-se como um país com boa capacidade de absorver

¹⁰⁴ “Empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para consegui-lo” (Silva, 1983 apud Souza, 2007, p.22).

¹⁰⁵ Seus adversários obtiveram 29,7% (UDN com Eduardo Gomes) e 21,5% (PSD com Cristiano Machado).

¹⁰⁶ Tal objetivo se fez valer pela Instrução número 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) conjuntamente com a reforma cambial de 1953.

tecnologia intermediária, mas já obsoleta nos países centrais. Tanto as forças que representavam o capital estrangeiro quanto às forças opositoras internas, sobretudo de parcelas da União Democrática Nacional (UDN), entendiam que a política comercial protecionista e a resistência nacionalista de Vargas e de seus apoiadores deveriam ser superadas. A pressão levou Vargas ao suicídio e provocou forte comoção nacional e o impedimento de um golpe que se arquitetava.

O populismo na política brasileira (Weffort, 1978) não teve a mesma expressão na política chilena. O populismo de Ibáñez não se compara ao de Vargas. Ibáñez, tal como Vargas, também retornou ao poder (entre os anos de 1953 e 1958), mas somente após vinte anos de seu primeiro governo (1927-1931). Diferentemente de Vargas que conquistou apoio popular e certa estabilidade política num largo período, além de ter legado um importante herdeiro político, João Goulart, que logo assumiria o governo, Ibáñez não fez mais do que um “governo populista frustrado”¹⁰⁷ sem ter deixado qualquer representante que viesse a substituí-lo. Fato é que o Chile não consolidou um movimento populista tal como no Brasil. Mas que diferenças isso representou na reprodução dos padrões de riqueza e pobreza em ambos países? Governos populistas não necessariamente contribuem na promoção da maior riqueza da nação e parecem só se sustentar quando a economia vai bem, podendo se valer da fase de maior prosperidade material para distribuir renda, ampliar salários e praticar uma política social mais ativa. Foi esse o caso de Vargas, mas não o de Ibáñez.

Foi o desgaste dos partidos políticos de centro-esquerda ligados à Frente Popular que levou Ibáñez a assumir o governo no Chile. Entre os seus lemas de campanha, estavam “o general da esperança” e “pão para todos”. Usou como símbolo a vassoura contra a corrupção, o mesmo símbolo que viria a ser usado posteriormente por Jânio Quadros no Brasil. Ele se colocou “contra os partidos políticos” e foi eleito com grande vantagem sobre seus adversários, mais de 47%, muito próximo do patamar de Vargas. Mas as condições para a prática de uma política populista no Chile eram adversas, uma vez que o maior crescimento econômico então possibilitado pela expansão do comércio exterior, por conta dos efeitos que a Guerra da Coreia havia produzido (junho de 1950 e

¹⁰⁷ Sader resume essa frustração da seguinte forma: “se na primeira vez que assumiu a presidência, nos anos 20, Ibáñez havia fracassado por ser uma tentativa prematura de populismo, nos anos 50 seu insucesso se deve, ao contrário, ao caráter tardio de sua nova tentativa” (1991, p.41).

julho de 1953), já não era mais possível¹⁰⁸. A deterioração econômica retirou a base da tardia experiência populista. A economia chilena chegou a entrar em recessão e com ela o próprio processo de substituição de importações. No plano político, foi derogada a “Lei Maldita” e a esquerda pode recompor suas forças com o retorno do PCC à legalidade. Ainda no primeiro ano de seu governo, em 1953, os sindicatos comunistas e socialistas se uniram para criar a Central Única de Trabalhadores (CUT-Ch) em substituição da fragmentada Confederação dos Trabalhadores do Chile. Já no último ano de seu governo, em 1957, setores da Falange Nacional, uma antiga ala modernizante do Partido Conservador, fundam o Partido Democrata-Cristão (PDC), que logo viria a ocupar um papel fundamental na política do país.

Mas não foi nem o centro representado pelo PDC nem as forças de esquerda que passou a governar o Chile a partir de 1958, mas os tradicionais partidos da direita (conservadores e liberais), que deixaram de lado suas diferenças e se uniram no Partido Nacional (PN). Desde então, e por cerca de quinze anos, o sistema político chileno passou a estar representado nos “três terços” (pela direita com o Partido Nacional; o centro com a democracia cristã; e a esquerda numa Frente de Ação Popular (FRAP)¹⁰⁹, cada qual recebendo cerca de um terço dos votos). As eleições de 1958 foram vencidas por Jorge Alessandri, filho de Arturo Alessandri, por uma estreita margem de vantagem (pouco mais de 33 mil votos) sobre Salvador Allende, candidato pela FRAP. Alessandri governou com a plataforma de uma “nova modernização capitalista”, uma modernização não reformista. A modernização do capitalismo chileno não se faria mediante o aumento da demanda interna, mas pela liberalização da economia. Alessandri pôs em prática um plano de estabilização econômica, centrado no combate à inflação, que a essa altura já se apresentava em descontrole, e instalou um governo de técnicos que imaginava ser capaz de colocar a política econômica acima dos interesses de qualquer fração particular da burguesia chilena. O objetivo era incentivar a modernização da indústria para que pudesse competir no exterior. Mas o projeto tecnocrático falhou porque uma parte significativa da burguesa preferiu a especulação com dólar ou a dedicação ao consumo conspícuo à adesão ao projeto industrializador de longo prazo (Moulian, 2006). Ademais, Alessandri não conseguiu atrair o investimento

¹⁰⁸ Durante a Guerra da Coreia o Chile pode expandir suas exportações, sobretudo de cobre, para os Estados Unidos. Ao final da guerra as exportações se retraíram, bem como o dinamismo de uma economia ainda não sustentada por um mercado interno robusto.

¹⁰⁹ A FRAP foi criada em 1958. Esta Frente é herdeira da antiga Frente Popular. A diferença desta é que ela não mais contava com Partido Radical que perdeu espaço na política chilena para o PDC. O que fez a FRAP foi reunir as facções hostis de seu Partido Socialista com o PCC.

estrangeiro que vislumbrava e seu mandato no cargo terminou com estagflação, desemprego e conflitos trabalhistas renovados. Terminou sem soluções para os problemas sociais do país, sobretudo com um enorme déficit habitacional por conta da maciça migração rural que já vinha desde meados dos anos 1940. Em seu governo começou a materializar-se o projeto de reforma agrária, mediante a redistribuição de terras do Estado, mas sem intervir nas propriedades dos grandes latifundiários. Alessandri ofereceu pouco mais que superficialidades paternalistas aos trabalhadores, camponeses e *pobladores*¹¹⁰ chilenos. (Winn, 2010). Em síntese, após um jejum de vinte anos, a direita voltou a ocupar de forma efêmera o poder no Chile, sem expandir-lhe a riqueza e sem resolver os problemas de sua pobreza.

Já o caso da direita brasileira é ainda mais dramático, dado que a UDN só ficou as bordas do poder desde a sua fundação em 1945, no fim do Estado Novo, e só veio a partilhá-lo temporariamente nos curtos governos de Café Filho e de Jânio Quadros. O governo de transição que se sucedeu ao suicídio de Getúlio foi ocupado por seu vice, Café Filho (Partido Social Progressista - PSP), que a bem da verdade não fez mais do que um ligeiro interregno de pouco mais de catorze meses, entre os idos de agosto de 1954 a outubro de 1955, mas compôs seu gabinete basicamente com as forças mais conservadoras da UDN. Seu governo não seguiu a linha de rejeição à penetração do capital estrangeiro no país. Foi marcado pelas medidas econômicas liberais comandadas pelo seu ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, grande expoente do pensamento econômico liberal, um crítico do nacional-desenvolvimentismo de Vargas, defensor histórico da “vocação agrícola” brasileira. Gudin fora favorável à maior abertura ao capital estrangeiro e à retirada do Estado da economia, e foi certamente um dos articuladores para a instituição de uma importante medida que favorecia a maior participação do capital estrangeiro na economia nacional. Tratou-se da Instrução número 113, aprovada pela Sumoc, que sem alterar o sistema cambial vigente, permitia que as empresas estrangeiras trouxessem para o país máquinas e equipamentos sem a necessidade de cobertura cambial.

Os anos de 1954 a 1964 marcam um momento de forte conflito entre dois padrões de desenvolvimento em disputa no país. De um lado, a permanência do nacional desenvolvimentismo que já vinha se perpetuando desde os anos 1930. De outro, a opção que propunha a maior participação do capital estrangeiro na economia

¹¹⁰ Os *pobladores* são os habitantes pobres de bairros periféricos.

brasileira que desde meados dos anos 1950 ganhava cada vez mais força no país. Essa segunda opção começou com Café Filho, mas não foi ele quem impulsionou tal opção, mas Juscelino Kubitschek.

Juscelino concorreu à eleição de 1955 pelo PSD e foi eleito pelas mesmas forças políticas que haviam sustentado Vargas. Foi eleito com três milhões de votos, o que representava 36% dos votos válidos. A UDN ainda tentou um golpe, mas foi barrada pelo Movimento Militar Constitucionalista encabeçado pelo general Teixeira Lott. O *slogan* de campanha de Juscelino fora “cinquenta anos em cinco”. Em seu governo a ideologia desenvolvimentista ganhou forma no Plano de Metas, que além da meta síntese de construir Brasília, teve por objetivo acelerar o processo de industrialização. O Plano previa basicamente realizar investimentos estatais em infraestrutura, com destaque para os setores de transporte¹¹¹ e de energia elétrica; incentivar a ampliação da produção de bens de capital, como máquinas e equipamentos, e de bens intermediários, como carvão, aço, cimento etc.; também incentivar à introdução dos setores de bens de consumo duráveis, automóveis, eletrônicos, eletrodomésticos; e estimular a produção de alimentos. As metas foram praticamente todas cumpridas. O processo de industrialização por substituição de importações avançou quase sem paralelos quando comparado com seus vizinhos latino-americanos. As grandes marcas da indústria mundial se estabeleceram no país (Oliveira, 2006). Houve quem afirmasse que neste Plano Juscelino executou o “mais ousado programa de desenvolvimento econômico do século XX” (Gomes, 2006, p.699).

Juscelino tanto deu mostras de manter-se fiel à tradição nacional desenvolvimentista como incentivou a participação do capital estrangeiro na economia do país, prova disso é o fato de que tanto promoveu a indústria pesada sob o controle nacional, praticou o protecionismo de indústrias nascentes (por meio da Lei Tarifária de 1957), ampliou o papel do Estado na economia, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), inclusive rompeu com o FMI, entre outras medidas de caráter nacionalista, como fez amplo uso da Instrução número 113 da

¹¹¹ A opção fora pelas rodovias. Mas o abandono das ferrovias num país de dimensões continentais revelar-se-ia um equívoco, justamente pelo encarecimento da produção da fronteira agrícola que se expandia em direção a região Centro-Oeste do país.

Sumoc, produzindo uma escalada do capital estrangeiro no país¹¹², dirigido sobretudo para a atividade industrial.

A indústria brasileira mudou mais expressivamente o seu perfil durante esse governo, reduzindo o peso relativo da indústria de bens de consumo popular e aumentando o da indústria de meios de produção e de bens de consumo luxuosos. Entre os anos de 1952 e 1961, a participação no âmbito da atividade industrial dos ramos representativos do setor de produção de bens de consumo não duráveis reduziu de 55,4% para 40%. Já a participação dos ramos representativos do setor de produção de bens de consumo duráveis ampliou de 6% para 12% no mesmo período. Os intermediários, de 32,5% para 35,7%, e os de capital, de 6,1% para 12,3%. No âmbito das atividades econômicas como um todo, aprofundou a perda de peso relativo do setor primário em benefício do setor manufatureiro. Entre os anos de 1955 e 1960, o setor agropecuário deixou os 23,5% da participação no PIB para responder por apenas 17,8%. Já a indústria, saiu dos 25,6% para 32,2%. O setor de serviços manteve-se praticamente com os mesmos 50% nesse mesmo período.¹¹³ Em termos de crescimento da economia no período correspondente aos anos de 1956 a 1960, houve forte intensificação do mesmo, registrando inéditos 8,1% de média anual¹¹⁴.

A segunda metade dos anos 1950 no Brasil foi de crescente urbanização, mas a maior parte de seus 60 milhões de habitantes ainda viviam no campo. Ainda assim, o Plano de Metas praticamente desconsiderou a agricultura, que teve no período baixo desempenho. No entanto, como já dito, a questão da reforma agrária só viria à tona nos anos 1960, mais precisamente a partir de novembro de 1961, quando se realiza em Belo Horizonte o importante Congresso Nacional de trabalhadores rurais. O descontentamento popular com seu governo parece ter se exaltado apenas no final do mandato de Juscelino. Tanto é assim que gozou de expressiva popularidade, mas não conseguiu eleger seu sucessor. É provável que o objetivo de Juscelino de “aumentar o padrão de vida do povo, abrindo oportunidades para um futuro melhor” tenha sido conquistado por boa parte desse mesmo povo. Mas é também provável que a sensação de empobrecimento da população ocupasse a cabeça de certos segmentos da sociedade,

¹¹² Sob a forma de investimentos diretos, incluindo reinvestimento, a entrada de capital aumentou de US\$ 65 milhões para 148 milhões entre os anos de 1956 e 1961. Sob a forma de empréstimos e financiamentos houve um aumento de US\$ 231 milhões para US\$ 529 milhões no mesmo período. (Souza, 2007, p.31).

¹¹³ Ver Villela, 2005, p.50-51.

¹¹⁴ Ver Gonçalves, 2003.

talvez não tão pouco expressivos, sobretudo nos que viviam no campo, mas não só, uma vez que o descontrole da inflação já era expressivo.

Os problemas existiam e foram agravados nos âmbitos doméstico e externo, a exemplo da concentração de renda, dos salários em defasagem em relação ao crescimento da produtividade do trabalho, do descontrole inflacionário, da concentração e centralização do capital na economia brasileira, e do desequilíbrio nas contas externas. Durante os anos 1950 há evidências de que a acentuação do processo de concentração e centralização do capital na economia se deveu, em grande medida, à penetração intensa do capital estrangeiro no período. A maior delas é que precisamente os ramos em que houve maior penetração estrangeira foram os mesmos que experimentaram uma concentração mais intensa¹¹⁵. Quanto ao desequilíbrio nas contas externas, o destaque esteve na deterioração do saldo em transações correntes (sai de um saldo positivo de US\$ 57 milhões em 1956, para um saldo negativo de US\$ 478 milhões em 1960) e o crescimento da dívida externa (sai do patamar de US\$ 1.580 milhões em 1956 para de US\$ 2.372 milhões em 1960)¹¹⁶.

No âmbito doméstico, a concentração de renda parece ter avançado ainda mais durante esse período. Ela esteve também relacionada ao avanço do capital externo, dado que o mesmo expandiu o setor de produção de bens de consumo duráveis (indústria automobilística, materiais eletrônico e elétrico, de comunicação, transporte etc.), bens considerados luxuosos e que necessitava de rendas elevadas por parte de seus consumidores para garantir a expansão desse mercado. Também pelo fato do capital estrangeiro aqui instalado demandar uma taxa de lucro superior a que obtinha em seu país de origem para fins de viabilizar simultaneamente a remessa de lucro para sua matriz, bem como para o reinvestimento no Brasil para manter a expansão de seus negócios. Isso impôs certa pressão nos salários reais para que os mesmos pelo menos não crescessem ao ritmo do crescimento da produtividade, caso não pudessem ser reduzidos. Em termos marxistas, a exploração do trabalho se fez pela via da ampliação da mais-valia relativa, intensificação do trabalho sem aumento da jornada, podendo contar até com ganhos reais de salários. A política salarial de Juscelino foi de preservação e de certo aumento no salário real médio durante o início de seu mandato. O salário mínimo manteve-se em fins dos anos 1950 em cerca de 20% superior ao poder de compra originalmente estabelecido em 1941. Para o conjunto do pessoal ocupado na

¹¹⁵ Ver Souza, 2007.

¹¹⁶ Ver Gremaud *et all*, 2006.

indústria, o salário real médio aumentou em torno de 14% entre os anos de 1955 e 1958, mas a produtividade industrial cresceu mais rapidamente do que o salário real médio dos operários industriais¹¹⁷. Já a participação do salário na renda nacional como um todo começou a cair a partir de fins dos anos 1950, ao mesmo tempo em que permitiu aumentar a taxa de lucro.

Outro problema interno foi a escalada inflacionária, que saiu do patamar de 21% no início do governo e terminou com 33%, registrando uma média expressiva de 21,8% no período entre 1956 e 1960. O diagnóstico baseado na teoria estruturalista da Cepal era de que a raiz desta escalada estaria na insuficiência de oferta, determinada pelo estrangulamento dos setores que produziam para o mercado interno conjuntamente com a monopolização precoce e crescente da economia. A consequência do descontrole dos preços foi o recrudescimento das lutas dos trabalhadores e a intensa mobilização trabalhista. “De uma média anual de 22 greves no período de 1955-58, subiu para 67 no período de 1959-1960 e 127 em 1961-63” (Souza, 2007, p.44). Tais mobilizações conseguiram impedir que a inflação impusesse a queda do poder de compra dos salários, pelo menos dos salários dos operários industriais, que se mantiveram relativamente estacionado entre os anos de 1958 e 1962.

Quanto à política social do governo Kubitschek, não houve nenhuma inovação social de monta. Como “desenvolvimentista, Kubitschek partilhava da crença de que o desenvolvimento econômico era, por si só, a política social para resolver o problema da desigualdade” (Oliveira, 2006, p.219). É certo que todo o seu desejo e empenho desenvolvimentista de realizar cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo não foram suficientes para debelar ou mesmo reduzir de forma expressiva à desigualdade e a pobreza no país, não obstante o fato de que tenha empolgado os trabalhadores para elevar o montante de riqueza criada.

Quem sucedeu Juscelino foi Jânio Quadros que se valeu de uma campanha que propunha varrer a corrupção e a inflação. A partir de um inexpressivo Partido Trabalhista Nacional (PTN) Jânio foi eleito com 48% dos votos, extraídos tanto das massas descrentes nos partidos políticos como das forças mais conservadoras do país. Assumiu o governo em 31 de janeiro de 1961 e contou com o respaldo das forças conservadoras da UDN. Seu governo fora a expressão da contradição do Estado brasileiro, na medida em que ao mesmo tempo praticou uma política econômica de

¹¹⁷ Enquanto o salário real médio dos operários industriais cresceu 12,3% entre os anos de 1955 a 1962, a produtividade industrial avançou 72,8% no mesmo período. (Souza, 2007, p.34).

caráter ortodoxo – com forte desvalorização cambial (Instrução número 204 da Sumoc); contenção do gasto público; política monetária contracionista; redução dos subsídios concedidos às importações de petróleo e trigo; arrocho salarial (o salário mínimo real reduziu 14,7% no ano de 1961) – emplacou uma política externa independente e uma política de crédito abundante e barato para atender aos pequenos produtores rurais. Às insatisfações logo se manifestaram, tanto de setores mais conservadores quanto da classe trabalhadora. Diante das pressões Jânio renunciou em 25 de agosto do mesmo ano e precipitou uma crise política, que se desenrolou numa tentativa de golpe frustrado para impedir a posse de seu vice, João Goulart¹¹⁸, seguido de uma fórmula (a imposição do parlamentarismo) que temporariamente lhe impediu de governar de fato.

Em setembro de 1961 Jango assumiu a presidência, inicialmente com poderes reduzidos sob o regime parlamentarista, até que em janeiro de 1963 um plebiscito popular aprovou por ampla margem (cerca de 80%) o retorno ao presidencialismo, levando Jango a governar com poderes ampliados. Segundo Moniz Bandeira (2001), o governo Goulart procurou recuperar o projeto de Vargas, reorientando o processo de industrialização para os setores de base e para a produção de bens de capital, que fora distorcido pela Instrução nº113. O objetivo maior era viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo nacional.

Celso Furtado, então ministro do Planejamento, ainda tentou emplacar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico (lançado em fins de 1962), pelo qual buscava fortalecer o caminho nacional-desenvolvimentista, conciliar o crescimento econômico com as reformas sociais e o combate à inflação. Propunha uma série de medidas de curto prazo que implicavam conter a desaceleração da taxa de crescimento do PIB (em 1960 fora de 9,4%; em 1961 de 8,6%; e em 1962 de 6,6%); reduzir a taxa de inflação para que cedesse a patamares mais baixos (em 1960 fora de 29,5%; em 1961 de 33,2%; e em 1962 de 49,2%), chegando a 10% no ano de 1965; garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade; realizar a reforma agrária como solução para a crise social, bem como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos. Mas o Plano Trienal não recebeu apoio devido em qualquer setor expressivo da população e foi condenado pelas organizações e partidos que apoiavam o governo.

¹¹⁸ Registre-se que nas eleições da época tanto o presidente quanto o vice eram escolhidos. Nas eleições de 1960, foram eleitos: Jânio (PTN) para presidente, e seu rival, Jango (PTB) para vice-presidente.

Em 1963 Goulart optou por conter a deterioração econômica por meio das Reformas de Base, uma proposta que incluía desde a reforma universitária até a reforma agrária das terras improdutivas às margens de estradas, passando pela nacionalização das refinarias de petróleo etc. As Reformas de Base eram a bandeira da Frente de Mobilização Popular, que fora formada no mesmo ano pelo Comando Geral dos Trabalhadores, pela Frente Parlamentar Nacionalista, pela União Nacional dos Estudantes, entre outras organizações. Um conjunto de medidas iniciais chegou a ser tomado para fins de por em prática essa ousada proposta. Foi regulamentada a denominada Lei de Remessa de Lucro (Lei n. 4.131), que limitava em 10% sobre o capital registrado às remessas de lucro ao exterior; também foi aprovada a Instrução n° 242 que pôs fim aos privilégios da Instrução n° 113; na área social, foi reajustado o salário mínimo em mais de 50%; depois de estacionarem entre os anos de 1957 a 1962; os salários reais dos operários industriais experimentaram uma melhora em 1963; estenderam-se os direitos trabalhistas e a Previdência Social aos trabalhadores do campo, isso através do Estatuto do Trabalhador Rural; instituiu-se o 13° salário e a escala móvel de vencimentos para os funcionários públicos etc.

É claro que estes atos iniciais aprofundaram ainda mais a ruptura de Jango com os grupos conservadores e outros insatisfeitos com os rumos da nação. Sabe-se que ele não teve tempo de colocar em prática o seu programa mais amplo de reformas (mais próximo a Smith do que de Marx), justamente porque foi deposto por um movimento civil-militar resultante da aliança de interesses conservadores e liberais, que também contou com o apoio do governo norte-americano. Um golpe de Estado foi deflagrado em 1 de abril de 1964, e por longos vinte e um anos foram acrisoladas as liberdades democráticas no país.

O regime ditatorial instaurado no Brasil deu sequência ao ciclo de regimes militares na América Latina da segunda metade do século XX, sobretudo no Cone Sul do continente, caracterizado pela imposição da militarização do Estado, com as forças armadas assumindo o papel de dirigentes políticos e agentes da repressão. Os governos militares inseriram-se no clima de Guerra Fria vigente no mundo bipolar, e se orientavam pela doutrina de segurança nacional. Assumiram alianças estratégicas e programáticas com os Estados Unidos na luta contra o “comunismo”, caracterizado por todas as expressões dos dissensos sociais e não apenas pelas forças anticapitalistas. As ditaduras mantiveram-se no poder por meio de violenta repressão contra as forças populares e as instituições democráticas, sindicatos, universidades, intelectuais, partidos

políticos, movimentos sociais, imprensa independente etc. Os ditadores promoveram a hegemonia do grande capital internacionalizado, alocaram técnicos ligados ao grande capital privado e ao pensamento conservador em cargos econômicos e jurídicos os mais destacados. Aderiram às posições norte-americanas em política externa e impuseram um Estado ditatorial, reprimindo as reivindicações sociais dos trabalhadores e debilitando os serviços públicos em benefícios dos privados. (Sader, 2006).

É certo que houve diferenças entre as ditaduras militares na região. A ditadura militar por se impor no Brasil ainda durante o longo ciclo expansivo do capitalismo internacional em sua “Era de Ouro”, pôde por isso se beneficiar de investimentos externos e imprimir um novo ciclo expansivo à sua economia, mantendo ativa a presença do Estado, particularmente mediante suas empresas estatais. Outras se impuseram mais tarde e não se perpetuaram tanto no poder como no caso do Brasil. A ditadura chilena, que viria a ser deflagrada ao final desta “era dourada”, também chegou a imprimir um novo ciclo de expansão de sua economia, mas às custas da destruição do que havia de desenvolvimento industrial e da forte repressão ao nível de vida dos trabalhadores e de seus direitos sociais. (idem).

Poucos meses depois de o Brasil deflagrar o ciclo ditatorial no Cone Sul, o Chile elegia Eduardo Frei Montalva do Partido Democrata-Cristão para suceder Jorge Alessandri (1958-1964). A vitória de Eduardo Frei se assentou no fortalecimento da Democracia Cristã como um partido que conseguiu reunir o empresariado industrial, grandes setores de camadas médias e setores marginalizados tanto no campo como nas cidades, além de obter o apoio da direita, temerosa diante do candidato da esquerda, uma vez mais Salvador Allende. O pacto entre a direita e o partido intermediário foi favorecido pelo pânico da direita¹¹⁹, que se apressou em dar o seu apoio a Frei diante da possibilidade de vitória de Allende. O programa “revolução em liberdade” (expressão que serviu como *slogan* de campanha) da Democracia Cristã venceu com uma maioria absoluta de 54% dos votos, numa votação inusitada para o sistema de três terços. Allende ficou com expressivos 39%, mas saiu uma vez mais derrotado.

Eduardo Frei foi o presidente latino-americano que recebeu dos Estados Unidos a maior ajuda *per capita* na América Latina durante os anos 1960. Para os EUA, o Chile

¹¹⁹ Moulian (2006) explica que esse pânico surgiu devido à morte de um deputado socialista de um distrito rural que exigiu a realização de uma eleição complementar. Foi justamente o triunfo de um candidato socialista nesta eleição que desencadeou na direita uma conduta de temeridade e levou o Partido Nacional a desistir da aliança prévia com o Partido Radical para apoiar Eduardo Frei.

surgiu como a melhor alternativa à revolução socialista de Cuba, em curso desde os idos de 1959. É certo que a revolução cubana deslocou o espectro político para a esquerda na maior parte dos países da região, e que para o governo norte-americano a contraposição à via cubana estaria num governo que adotasse reformas dentro do capitalismo e não revoluções socialistas. Nesse novo cenário, os EUA, então sob o comando de John Kennedy, passaram a apoiar reformas que até pouco tempo se opunham, e encontraram em Frei¹²⁰ e na ascensão dos democratas cristãos os parceiros ideais para seguir com sua nova política continental de “Aliança para o Progresso”. Os adeptos dessa Aliança contavam com ajudas econômicas subordinadas a reformas capazes de modernizar o capitalismo. No caso do Chile, a superação do estancamento capitalista requeria reformas estruturais, entre elas a reforma agrária e o estímulo da sindicalização dos camponeses para favorecer sua incorporação ao mercado interno. Tal “modernização reformista” visava captar as massas populares por meio de uma organização a partir do topo, criar uma camada intermediária de proprietários rurais para amortecer a radicalização social entre os grandes latifundiários e os pobres do campo, e assim dificultar ou se possível impedir a proliferação de guerrilhas no campo, tal como vinham ocorrendo em outros países da América Latina, como Peru, Colômbia, Guatemala e Venezuela. E é certo que a tentativa de modernização capitalista de Frei, assim como a de Jorge Alessandri, estiveram muito distantes dos preceitos da crítica da Economia Política de Marx. Mas talvez nem tanto da Economia Política de Smith, pois esses ‘soberanos’ parecem ter seguido a cartilha de seus “deveres”, mesmo que não tenham sido fieis a todos os “três” e os seus resultados não tenham saído conforme o previsto por eles.

O PDC explicitamente propunha fortalecer as estruturas sociais do capitalismo, mediante reformas agrária e urbana e por um processo moderado e cauteloso de “chilenização do cobre”. A mais importante das reformas, a agrária, começou no Chile em 1964 por meio do estabelecimento de critérios de desapropriação de terras, critérios estes que também permitiam a sobrevivência de grandes latifúndios (superiores até mesmo a sete mil hectares). Mas era a primeira vez na história do país que um governo dava início a expropriação e redistribuição de grandes extensões de terras para os

¹²⁰ “Os Estados Unidos não apenas financiaram mais da metade da campanha presidencial de Frei em 1964, mas as operações da CIA também promoveram e moldaram secretamente a “campanha de terror” da mídia, que insinuava que se Allende fosse eleito a democracia chilena desapareceria, bem como seus oponentes, e as crianças chilenas seriam mandadas para Cuba. Ironicamente, foi quando os oponentes de Allende obtiveram sucesso em sua deposição, em 1973, que chilenos “desapareceram”, assim como a exaltada democracia do país” (Winn, 2010, p.53).

camponeses que nelas trabalhavam, bem como contribuía na organização dos trabalhadores rurais sem-terra. Os grandes proprietários de terras, que compreendiam o âmago da elite tradicional, fizeram o máximo que puderam para retardar a reforma agrária e a sindicalização rural que tanto ameaçavam seu controle da terra e da mão de obra.

O processo de expropriação seguiu com a aprovação em 1967 da lei de reforma agrária e com a sua parcial implementação. A reforma agrária no governo Frei mais antagonizou do que satisfez os chilenos, pois os proprietários de terras seguiam temerosos de perder suas propriedades, e boa parte dos camponeses ficavam insatisfeitos por não terem conseguido as terras prometidas. O objetivo conquistado pelo governo foi mais o de elevar a produtividade das empresas agrícolas, pressionando-as com uma maior tributação, do que ter criado um amplo setor de pequenos proprietários agrícolas. Ademais, contribuiu para acentuar a atividade social no campo. A sindicalização camponesa avançou com a formação de cerca de quatrocentos sindicatos camponeses, com mais de 100 mil membros e outros 80 mil pequenos agricultores se organizando em cooperativas. No ano de 1970, um terço dos trabalhadores rurais organizados estava afiliado aos sindicatos.

O reformismo democrata-cristão, tímido diante das dificuldades das reformas que tratava de realizar, favoreceu o esclarecimento e aguçamento de contradições seculares. Diante dos obstáculos, o governo Frei entrou em crise e passou a assumir posições crescentemente conservadoras, abandonando aos poucos as reformas que se propunha. A contraface do fracasso de sua política social era a repressão usada como instrumento de controle social. Greves e invasões de terra se multiplicaram e se generalizou um clima tenso no campo, o que permitiu aos camponeses ter uma intervenção política em função de seus próprios interesses, ainda que não tenham sido atendidos em suas reivindicações. Setores marginais urbanos também se mobilizaram amplamente em busca de soluções para os problemas de habitação. Havia um descontentamento entre os migrantes rurais e os invasores urbanos diante da inadequação do programa habitacional de Frei, que deixou um déficit habitacional de meio milhão de unidades. Juntos, esses setores mais pobres rompiam a barreira que o sistema social e político chileno lhes havia imposto, alijando-os até ali da integração na vida política do país.

Quanto ao processo de “chilenização do cobre”, o pacto consistiu basicamente numa política dispendiosa em que o governo chileno se propunha a comprar 51% das

ações das companhias multinacionais norte-americanas (na verdade as minas que no passado pertenciam ao Chile), mas deixando-as sob o controle administrativo dos Estados Unidos. Além disso, o governo oferecia um conjunto de garantias àquelas empresas, entre as quais uma taxa de cambio e impostos de exportação fixos por mais de vinte anos. Para os críticos, o pacto acabou sendo uma renegociação das condições de dependência, uma aliança subordinada do Estado chileno com as empresas mineradoras norte-americanas. Os seus resultados mais imediatos para o Chile foram à multiplicação da dívida externa e a aquisição de boa parte do cobre que não lhe proporcionou maiores lucros ou controle sobre o seu principal recurso natural, fonte de dois terços de seus ganhos de exportação.

O governo de Frei ainda tentou sem sucesso colocar em prática uma política econômica reconcentradora de renda para que os grandes capitais dispusessem de mais recursos a fim de passar a uma nova fase do processo de industrialização por substituição de importações, que a essa altura já estava em refluxo em função de certas políticas de redistribuição de renda que se sucederam anteriormente. (Sader, 1984; 1992). No fim, a avaliação é a de que o seu governo cumpriu boa parte das tarefas de modernização capitalista por meio de um impulso à indústria e, especialmente, mediante a participação do capital estrangeiro. Também cumpriu em parte com as principais tarefas reformistas: as mudanças na posse da terra, a sindicalização camponesa, a organização da população e a ampliação da duração da escolaridade. No entanto, os esforços para dar novo impulso à economia chilena tiveram êxito apenas limitado. As estatísticas econômicas registram que depois de uma desaceleração no ritmo de crescimento do PIB no decorrer da primeira metade dos anos 1960 (4,8% em 1961; 4,7% em 1962; 6,3% em 1963; 2,2% em 1964; e 0,8% em 1965), e uma expressiva alta do mesmo (11,2%)¹²¹ no ano de 1966, os sinais de estancamento tornam-se evidentes a partir de 1967 (3,2% neste ano; 3,6% em 1968; 3,7% em 1969). O retorno da estagflação e de conflitos trabalhistas durante os últimos anos de governo, quando o investimento diminuiu e o desemprego aumentou, evidenciaram dificuldades em encontrar soluções para os graves problemas econômicos do país, ou em criar o prometido caminho intermediário entre o capitalismo e o comunismo. Após um início promissor, os democratas cristãos haviam fracassado tanto em produzir a prometida ascensão da riqueza como na resolução de problemas estruturais crônicos, como a

¹²¹ Segundo Moulian (2006) esse expressivo crescimento do PIB se deu por efeito de uma injeção sobre a demanda interna produzida por uma elevação nos salários, típica do início de governos.

dependência e a pobreza, pelos quais o Chile vinha secularmente passando. Também falharam em manter a promessa de resolver o imenso déficit habitacional, uma vez que as prometidas 240 mil unidades habitacionais de baixa renda não se concretizaram, bem como em conter a onda de migração rural para as cidades. Pagaram o preço de elevar certas expectativas que não puderam ou quiseram cumprir. O que se assistiu dali em diante foi o declínio político, fragmentação partidária após uma ascensão meteórica, e um posterior expurgo da vida política, já sob a ditadura de Pinochet.

Em resposta a lentidão e limitação das reformas de Frei, sobretudo da reforma agrária, a Esquerda Democrática Cristã declarou que somente uma aliança de “todas as esquerdas” (cristã e marxista) seria capaz de impor mudanças que ambas apoiavam, em oposição à direita política e aos interesses econômicos estabelecidos. Vários outros democratas cristãos deixaram o PDC para formar o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU), que também se uniu a coalizão da Unidade Popular para a campanha presidencial de Allende em 1970. Herdeira da FRAP, a Unidade Popular formou uma ampla aliança entre o PS, o PCC, o MAPU, a Esquerda Cristã e o tradicional Partido Radical. Com tamanho apoio¹²², Allende acreditava que poderia conquistar a Presidência e irradiar o socialismo por meio de um programa revolucionário capaz de socializar a riqueza e erradicar a pobreza.

Revolução e Contrarrevolução no Chile (1970-1973)

Depois de 18 anos e de três tentativas frustradas, Allende triunfou com 36% dos votos válidos. Sua vitória não se deveu a um crescimento de sua votação com respeito à eleição anterior de 1964, mas à repartição da votação restante entre os outros dois candidatos, Radomiro Tomic pelo PDC e Jorge Alessandri pelo PN. O socialismo já havia chegado ao poder mediante revoluções na Rússia, na China, no Vietnã, na Coreia e em Cuba. A Unidade Popular tinha no Partido Comunista uma força nitidamente anticapitalista e o Partido Socialista mostrava um ímpeto mais radical do que os partidos

¹²² Registre-se que “em 1970, 35% dos trabalhadores industriais e 20% da força de trabalho chilenos estavam sindicalizados, incluindo um número crescente de trabalhadores rurais, e a CUT havia se tornado um importante ator político no palco nacional – [pois agrupava cerca de um sexto da população, isto é, mais de meio milhão de chilenos]. Na época, também as facções do Partido Socialista se uniram e declararam 12% dos votos nacionais. Os comunistas emergiram da clandestinidade e ascenderam para representar 16% do eleitorado. Com a adição dos encolhidos, mas ainda importantes, 13% dos votos radicais, e a adesão dos esquerdistas cristãos, Allende acreditava que poderia contar com votos suficientes em 1970 para conseguir a Presidência”. (Winn, 2010, p.58).

socialdemocratas europeus, que jamais haviam ultrapassado os marcos do capitalismo. Ambos Partidos se orientavam por uma visão marxista da sociedade, consideravam que a sociedade chilena deveria passar por uma situação de dualidade de poderes em disputa. O governo da Unidade Popular seria o embrião do novo poder revolucionário que se desenvolveria dentro do próprio aparelho estatal, expurgando o velho poder secular até que o acúmulo de transformações graduais desembocasse numa mudança qualitativa do Estado e da sociedade chilena. O próprio Marx há muito especulou sobre a possibilidade de irradiar o socialismo de maneira pacífica nos países com tradições democráticas avançadas. Mas até o ano de 1970 nenhum país havia então tentado tamanha façanha. Allende ambicionava ser o primeiro governante da história a conduzir seu povo ao socialismo por meio de uma via democrática, *la vía chilena* ao socialismo¹²³.

O Programa da Unidade Popular era o caminho democrático para o socialismo. O objetivo central era instaurar o socialismo mediante uma transformação gradual da economia, da sociedade e do Estado chileno, o que requeria transferir o poder dos antigos grupos dominantes para os trabalhadores, o campesinato e setores progressistas das camadas médias da cidade e do campo. Almejava realizar transformações de caráter socialista a partir das próprias estruturas políticas burguesas. O socialismo nasceria da ampliação das liberdades políticas da própria democracia liberal. O Programa propunha importantes mudanças estruturais que em conjunto criaria uma nova ordem institucional, o Estado Popular que comportaria o pluripartidarismo, uma Assembleia do Povo como órgão legislativo único em nível nacional e várias instâncias de participação popular direta; construiria uma nova economia, baseada em Áreas de Propriedade Social (APS) complementada pela propriedade privada e pela propriedade mista, que previam tanto a socialização da produção como melhorias na distribuição da riqueza. As APS teriam a participação do trabalhador em sua administração e administradores do governo para garantir que fossem dirigidas em prol do interesse público, e não para maximizar lucros privados. Deveriam ser recuperadas as riquezas minerais básicas do país, particularmente as minas de cobre, mas também as minas de ferro, salitre e outras; nacionalizados os bancos privados e empresas de seguro; bem como as grandes empresas e monopólios de distribuição; também as atividades que condicionam o

¹²³ Em entrevista concedida a Winn em 1972, Allende disse-lhe que “milhões de pessoas querem o socialismo, mas não querem ter de enfrentar a tragédia da guerra civil para consegui-lo”. (Winn, 2010, p.20).

desenvolvimento econômico e social do país, como a produção e distribuição de energia elétrica, o transporte ferroviário, aéreo e marítimo, as comunicações, a produção, o refino e distribuição de petróleo e seus derivados, incluindo o gás, a siderurgia, a indústria de cimento, a petroquímica e a química pesada, a produção de celulose e de papel; socializaria assim as principais empresas de produção e distribuição chilenas; e faria ainda uma reforma agrária radical. (Winn, 2010; Sader, 1984, 1991).

Tais transformações estruturais se baseavam em grande parte no ataque à hegemonia que os cerca de 150 monopólios (das 30 mil empresas então existentes no país) exerciam sobre a economia, controlando os mercados, a ajuda estatal, o crédito bancário e explorando outros empresários ao vender matéria-prima a preços elevados e comprando-lhes os produtos por preços baratos. Ao expropriar essas grandes empresas, o governo da Unidade Popular acabaria com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro, bem como do latifúndio.

A vitória de Allende para “os de baixo” representava uma oportunidade única de realizar os seus sonhos: para os *pobladores*, o sonho da casa própria; para os camponeses, uma terra própria; para os indígenas, a conquista das terras que antes lhes pertencera; e para os trabalhadores industriais, a nacionalização das fábricas em que trabalhavam e o seu posterior controle para uma melhor divisão de seus frutos. Mas as correlações de forças para a realização desses sonhos não eram favoráveis mesmo diante de uma vitória inédita, como bem explicita Winn.

Em primeiro lugar, sua própria eleição foi uma vitória marginal, não um triunfo decisivo: 36% dos votos poderiam ser o suficiente para eleger Allende, mas era um mandato fraco para a mudança – que dirá para uma mudança tão radical como uma transição para o socialismo. A Unidade Popular também era uma minoria no Congresso e não podia aprovar leis sem a aprovação de seus oponentes de centro-direita – que dirá legislar um caminho democrático para o socialismo. O Judiciário, o braço mais conservador do governo, estava repleto de juízes da elite que valorizavam mais a propriedade que o povo e que apoiavam o *status quo*. Além disso, a burocracia também estava repleta de oponentes, nesse caso os democratas-cristãos, que não podiam ser substituídos devido à emenda à Constituição aceita por Allende em troca dos votos dos democratas-cristãos no Congresso para confirmar sua eleição. O controlador-geral do Chile, uma espécie de *ombudsman* que decidia sobre a constitucionalidade de decretos e leis, bem como sobre questões fiscais, era também da oposição de centro-direita. As Forças Armadas permaneceram leais por ocasião do assassinato de Schneider, e o general Prats era um constitucionalista que apoiava a doutrina de Schneider de não intervenção militar na política; mas essa crise revelou divisões e deslealdade entre os militares, e Allende sabia que teria de enfrentar desafios por parte destes enquanto avançasse ao longo da via chilena. A hierarquia da Igreja Católica, que incluía tanto conservadores quanto progressistas, era dominada por moderados que apoiavam as reformas democráticas cristãs, mas não uma revolução marxista. Finalmente, a elite chilena não abriria mão de suas propriedades e do seu poder sem lutar. Ela controlava

quase todos os meios de comunicação, os bancos e as principais empresas de produção e distribuição do país, além de ser influente no Congresso, nos tribunais e na burocracia, e já havia mostrado no passado sua habilidade para usar brutalmente seus recursos para proteger seus interesses. Além disso, embora Allende não tivesse conhecimento da decisão dos Estados Unidos de iniciar uma guerra secreta contra o seu governo para impedi-lo de trilhar com sucesso uma caminho democrático para o socialismo, ele teria previsto tais ações por parte do “imperialismo yanque”. (Winn, 2010, p.75-76).

Para Moulian (2006, p.285), a única possibilidade de êxito da *vía chilena* era adequar às relações de força no Estado, “revolucionar” a esfera econômica sem passar pela destruição do Estado burguês. Isso pressupunha formar “uma grande aliança majoritária entre o Estado e as massas” para manter a confiança no Estado burguês de direito. Tal aliança foi de fato formada, mas enquanto a marca registrada da “revolução vinda de cima” pela ação da Unidade Popular era o seu legalismo, a marca registrada da “revolução vinda de baixo” pela ação de trabalhadores, camponeses e *pobladores* era a apropriação da propriedade, a *toma*, uma ação formalmente ilegal mas socialmente justa (Winn, 2010, p.89). No princípio do governo Allende, ambas as revoluções puderam conviver de forma a se complementar, o que se tornou cada vez mais difícil com o passar do tempo.

Essa revolução vinda de baixo com frequência coincidia com, ou complementava, mas cada vez mais divergia da revolução legalista e modulada vinda de cima, em um processo mais espontâneo e interativo das bases que não era facilmente controlado de cima. (...) As tensões que se desenvolveram entre as revoluções vindas de cima e as de baixo nunca foram totalmente resolvidas. (...) a revolução vinda de baixo alterou significativamente o escopo, a sequência, o momento certo, a tática e a estratégia da revolução chilena, bem como seu caráter e curso. (Winn, 2010, p.89 e 91).

A revolução chilena “vinda de cima” avançou inicialmente pela ação legal da nacionalização das gigantescas minas de cobre então de propriedade dos Estados Unidos, que contou com um projeto que conquistou o apoio não apenas da coalizão da Unidade Popular, mas de todos os partidos no Congresso. Foi aprovado por unanimidade que não caberia indenização alguma às grandes empresas estrangeiras, pelo fato destas já terem acumulado lucros acima da média dos ganhos do setor em escala internacional. Allende celebrou essa votação como a “segunda independência” do Chile, uma vez que a expropriação do capital estrangeiro das grandes minas significava que “*el suelo de Chile*” estava finalmente sob o controle do país.

A essa histórica nacionalização logo se seguiram outras de uma lista de 91 empresas monopólicas de importantes setores da economia, que punham em xeque o sistema no ponto medular da produção capitalista e não só da distribuição. Bancos

privados também foram estatizados, e a reforma agrária ganhou novo impulso. Pedro Vuskovic, a quem Allende confiou o planejamento e implementação de sua política econômica, usou o gasto público neokeynesiano (financiado pela expansão do suprimento de dinheiro) para restaurar a economia, gerar empregos e financiar programas sociais extremamente necessários; e o congelamento de preços (a exceção dos salários que foram positivamente reajustados) a fim de manter a inflação sob controle. O incremento de demanda, provocado pela utilização da capacidade ociosa acumulada pela estrutura produtiva, pela expansão do emprego e o aumento de salários, deram inicialmente resultados positivos no processo de reativação econômica, retirando a economia chilena da estagnação que o governo de Eduardo Frei lhe havia legado.

A obtenção do controle de certos setores da economia e a reativação econômica com real distribuição de renda eram passos decisivos rumo ao socialismo. Mas a estratégia de um “caminho democrático para o socialismo” também requeria uma maioria eleitoral. E ela foi conquistada nas eleições municipais de abril de 1971. Pela primeira vez na história do Chile a esquerda encabeçada pela Unidade Popular conquistava a maioria absoluta dos votos, 50,2%, acabando com a tradicional divisão em “três terços” do eleitorado. Os avanços do governo e a imagem de dinamismo econômico se refletiram nestas eleições. As mudanças econômicas beneficiaram não apenas os trabalhadores e camponeses, que passaram a comer melhor, se vestir melhor e a desfrutar do consumo de produtos duráveis, antes inacessíveis. A classe média inicialmente também se sentiu beneficiada com as *fiestas de consumo*. Coube a um pequeno grupo da elite econômica “arcar” com tais “custos”.

A vitória nas eleições municipais indicou que a estratégia triunfante de Allende poderia avançar ainda mais no caminho democrático rumo ao socialismo. A “revolução vinda de cima” deveria seguir avançando segundo sua estratégia controlada, paulatina e sequenciada. Mas a “revolução vindo de baixo” logo interviria no ritmo e na estratégia das mudanças. O estopim veio em 28 de abril de 1971 com a ocupação por parte dos trabalhadores da maior fábrica têxtil de algodão de Yarur. Os trabalhadores então exigiam que a Yarur fosse imediatamente socializada e que fosse cumprida a promessa de campanha de Allende de que isso se realizaria em seu governo. Tal exigência se revelou uma ameaça aos planos de Allende, de seguir inicialmente com a aquisição e expropriação dos bancos e das empresas estrangeiras, para depois dividir, isolar e neutralizar os setores bem-sucedidos da burguesia nacional. Ele resistiu à incorporação imediata dessa importante fábrica têxtil à Área de Propriedade Social, pois “*las masas*

no podían sobrepasar a los dirigentes, porque estos tenían la obligación de dirigir y no dejarse dirigir por las masas”, “si doy la buena vista a esta toma se van a ver otra y después una segunda y después una tercera... por ya me escapo una” (Winn, 2010, p.103).

Mas Allende acabou cedendo e concordou em ratificar as exigências dos trabalhadores da Yarur, pelo fato mesmo de que a classe trabalhadora industrial era o principal protagonista do caminho chileno para o socialismo, tal como primava à teoria e prática marxistas. A Yarur foi a primeira a ser tomada pelos trabalhadores e incorporada à APS pelo governo da Unidade Popular, e desde então permaneceu na vanguarda da revolução. Em sua esteira, o Chile testemunhou ondas de ocupações e socializações de outras tantas fábricas, incluindo inclusive fábricas menores que não estavam na lista das 91 grandes empresas estratégicas que deveriam ser incorporadas à APS¹²⁴. Depois de um ano de mandato, 70 empresas da lista de 91 estavam nas mãos do governo, sendo que poucas delas foram efetivamente compradas. Já em meados de 1973, mais de 500 empresas estavam nas mãos de seus trabalhadores. (Winn, 2010, p.84, 105 e 121).

Impulsionado pela “revolução vinda de baixo”, o governo de Allende avançou durante seu primeiro ano na estatização de setores-chave da economia, a exemplo das minas que eram responsáveis por três quartos dos lucros das exportações do país (e que ele chamava de “os salários do Chile”), bem como da indústria têxtil, da borracha, de metais básicos, da totalidade do setor petrolífero e na maior parte do sistema bancário, que juntos controlavam a economia capitalista do país. A nacionalização da maior parte dos bancos privados representou, em particular, um duro golpe contra o capitalismo chileno, ao mesmo tempo em que proporcionou ao governo da Unidade Popular os recursos necessários para financiar outras mudanças estruturais e programas sociais, que proporcionaram significativas transferências de recursos para a população mais pobre, além de importantes melhorias nos padrões de vida da população em geral – desde a garantia de pleno emprego para todos os adultos trabalhadores e um número recorde de moradias em início de construção para os pobres, muitas delas um reflexo de ocupações e organizações de *pobladores*, até uma duplicação das consultas médicas gratuitas e meio litro de leite por dia para todas as crianças chilenas.¹²⁵

¹²⁴ A APS foi definida como empresas com um capital maior que um milhão de dólares, o que representava uma grande soma para o Chile de 1970.

¹²⁵ Sader, 1984, p.21-22; Winn, 2010, p.18-19 e 80-81.

O governo da Unidade Popular também expandiu consideravelmente os gastos sociais, sobretudo na educação, na habitação e na saúde, e colocou em prática um processo de redistribuição de renda que resultou numa maior participação dos salários no produto interno: surpreendentes 10% da renda nacional deslocaram-se do capital para o trabalho em apenas um ano. A média dos salários reais também aumentou expressivos 30% no mesmo período, alimentando as *fiestas de consumo* e contribuindo para o crescimento do PIB, que registrou expansão de 8,6% em 1971. No ano de 1972 o Chile havia se tornado uma das sociedades mais igualitárias da América Latina. Conquistas que a revolução chilena logrou ao mesmo tempo em que se manteve um alto índice de crescimento e um baixo índice de desemprego e inflação.

Não houve apenas uma realização material, mas também uma realização moral e política, com o aumento da autoestima e do poder popular que caracterizou o Chile desse período. A autoestima crescia com a maior participação dos trabalhadores na administração das empresas da APS. Inegavelmente também se aprofundava a democracia no nível de base, vista no florescimento das associações de bairro, nos movimentos sociais e nos grupos políticos criados pela “revolução de baixo” e facilitados pela “revolução de cima”. Cada vez mais, os anseios “de baixo” e da esquerda eram para criar e expandir o “poder popular”, mais perceptível nos setores industriais e nos comandos comunais que uniam trabalhadores, *pobladores* e camponeses em localidades que transcendiam as limitações legais dos sindicatos.

Um ano após sua posse, Allende pode afirmar a um Estádio Nacional superlotado que havia cumprido a promessa de campanha de recuperar o controle das riquezas básicas do país, e que seu governo controlava nada menos do que 90% de todo o setor bancário, e de ter impulsionado a reforma agrária:

(...) hemos cumplido. Hoy vengo a manifestar que... hemos ido conquistando el poder, y hemos ido realizando los cambios revolucionarios establecidos en el Programa de la Unidad Popular. El pueblo de Chile ha recuperado lo que le pertenece. Ha recuperado sus riquezas básicas de manos del capital extranjero. Ha derrotado los monopolios pertenecientes a la oligarquía... Hemos avanzado en ele área social, base del programa económico, fundamento del poder para el pueblo. Controlamos el 90% de lo que fuera la banca privada... Más de setenta empresas monopólicas y estratégicas han sido expropiadas, intervenidas, requisadas o estatizadas. Somos dueños. Podemos decir: nuestro cobre, nuestro carbón, nuestro hierro, nuestro salitre, nuestro acero. Las bases fundamentales de la economía pesada son hoy de Chile y los chilenos. Y hemos acentuado y profundizado el proceso de la reforma agraria: 1.300 predios de gran extensión, 2 millones 400 mil hectáreas han sido expropiados. (Winn, 2010, p.105-106).

Foi com a ajuda e pressão de uma revolução que partiu dos trabalhadores industriais, dos camponeses e dos moradores das favelas, cujas ações diretas haviam transformado a *toma* na marca registrada da revolução chilena, que o governo da Unidade Popular conquistou não só o controle de muitas das maiores produtoras e distribuidoras do país, mas também realizou “a mais rápida e extensa reforma agrária da história sem uma revolução violenta” (Winn, p.18).

A Unidade Popular esperava conquistar o apoio crescente dos trabalhadores rurais do Chile, concedendo-lhes salários mais altos¹²⁶, acesso a terra e melhores condições de trabalho e de vida. O seu Programa previa uma reforma agrária radical, que ao mesmo tempo pusesse um fim no sistema de latifúndio patrimonial (que dominava a zona rural chilena desde o período colonial) e criasse as bases para um socialismo rural, enquanto aumentava a produção agrária e os padrões de vida do camponês. O plano era uma reforma gradual, que estaria terminada ao final dos seis anos de mandato. Por isso Allende começou dando continuidade à reforma agrária iniciada pelo governo de Frei, mas no fim à inquietação e a pressão de baixo intensificou e acelerou demasiadamente a reforma agrária, que se completou em apenas dezoito meses.

A revolução rural “vinda de baixo”¹²⁷ começou na terra natal dos mapuche, nas florestas do sul do país. Vimos que o principal grupo indígena do Chile havia resistido com sucesso à conquista dos europeus durante todo o período colonial, até serem dominados logo depois da Guerra do Pacífico, no início dos anos 1880. No decorrer do século XX, os mapuche foram perdendo suas terras para a política do governo chileno, para os imigrantes europeus, para os tribunais e políticos corruptos. Nos anos 1960, estavam reduzidos à pobreza e muitos de seus jovens haviam migrado para as cidades em busca de sobrevivência. A própria cultura desse povo estava em risco. Diante dessa situação dramática, alguns mapuche consideraram prioritária a defesa de sua cultura, enquanto outros, convencidos pelos argumentos de base classista da esquerda cristã ou marxistas, chegaram à conclusão de que deveriam se aliar a outros chilenos rurais pobres para garantir reparações. A onda de ocupações de terra logo se disseminou das

¹²⁶ O salário rural médio aumentou 75% durante o primeiro ano da presidência de Allende.

¹²⁷ Essa “revolução vinda de baixo” foi promovida e auxiliada pelos partidos da coalizão da Unidade Popular, constituída por socialistas, comunistas, socialdemocratas e esquerdistas cristãos, e nesse caso também pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), à esquerda da UP. Fundado por Miguel Enriquez, o MIR adotou uma postura crítica em relação à experiência do governo Allende. No lugar políticas gradualistas recomendadas pela UP, defendia a necessidade de luta armada para trazer o socialismo ao Chile.

florestas do sul para o norte, até o Vale Central do Chile, localidade onde os protagonistas eram camponeses mestiços, e os proprietários das terras, membros de destaque da elite latifundiária chilena.

Segundo Winn, essa disseminação da “revolução rural vinda de baixo” criou para a Unidade Popular um conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos que se reforçavam mutuamente.

Do ponto de vista econômico, a reforma agrária intensificada e acelerada significou custos de transição mais elevados num período de déficits orçamentários, e um declínio maior da produção agrícola durante o período de transição, em uma época em que a elevação das rendas chilenas estava aumentando a demanda por alimentos, obrigando o governo a usar suas limitadas reservas cambiais para importá-los. Do ponto de vista social, a revolução rural vinda de baixo ameaçava a estratégia básica da aliança de classe da via chilena. Ao tomar as fazendas em que trabalhavam, era improvável que os camponeses pudessem calcular se elas eram maiores que o limite legal de oitenta hectares irrigados da melhor terra ou se equivalente (uma fórmula técnica complicada que podia isentar fazendas bem grandes da expropriação). O resultado disso foi a expropriação pelas ocupações de muitas fazendas de porte médio, impelindo seus proprietários a se engajar na contrarrevolução, e criando ansiedade até mesmo entre os pequenos fazendeiros, que acreditavam que suas terras também seriam perdidas para uma revolução rural vinda de baixo que o governo, apesar de todas as garantias, não estava disposto ou era incapaz de controlar. Politicamente, isso significava que a divisão política em um Chile polarizado podia chegar a um ponto muito baixo na escala social para consolidar uma maioria para o socialismo. Além disso, ameaçava também internamente a Unidade Popular, pois os proprietários das fazendas de pequeno e médio portes eram uma base importante para o Partido Radical, cujos muitos senadores e seu caráter de classe média o tornavam um membro fundamental da coalizão governante e da estratégia desta de aliança de classe para o socialismo. (Winn, 2010, p.98).

Foi dramático o resultado dessa reforma agrária acelerada e intensificada. O governo Allende expropriou em dezoito meses mais de três mil fazendas, incluindo todas as propriedades rurais com mais de 80 hectares de irrigação básica, o dobro de terras que o governo de Frei expropriou em seis anos. A superfície do setor reformado alcançou 35% do total da terra agrícola. Em meados de 1972, a reforma agrária estabelecida pela lei de 1967 estava praticamente concluída, muito antes do programado pela Unidade Popular. As expropriações beneficiaram cerca de 100 mil famílias camponesas¹²⁸. O núcleo de trabalhadores rurais sindicalizados duplicou, atingindo mais de 250 mil dos estimados 300 mil. O relacionamento das revoluções vindas “de cima” e “de baixo” transformou a zona rural chilena. A oligarquia latifundiária que dominava o

¹²⁸ “A dimensão, a história e o sucesso das comunidades de reforma agrária variaram muito no Chile de Allende, mas o que quase todas tinham em comum era que os camponeses e outros trabalhadores rurais envolvidos estavam ganhando mais, vivendo melhor e trabalhando sob melhores condições do que antes. Eles não estavam apenas vivendo uma revolução na posse e no uso da terra, mas uma revolução que mudou para melhor suas vidas e a vida de suas famílias”. (Winn, 2010, p.120-121).

Chile rural desde o período colonial, e que servira de base para a elite chilena durante a maior parte da história do país, foi expropriada, deixando de existir juntamente com o latifúndio no Chile.¹²⁹

Acredito que Marx veria aí um grande avanço, pois veria que *os expropriadores finalmente estavam sendo ali expropriados*. E Adam Smith? Acredito que não. Smith chegou a condenar a propriedade privada, alegando ser a proteção dos direitos de propriedade pelo governo uma “defesa do rico contra o pobre”. Mas foi tanto favorável à defesa da propriedade privada quanto a promover o que entendeu ser o *interesse geral da sociedade*, interesse esse que não suprimia a relação capital-trabalho. Ora, era essa relação que vinha sendo crescentemente suprimida no Chile por meio das expropriações, das *tomas*. E Karl Polanyi? Do que foi escrito sobre a *Ascensão e queda da economia de mercado* não dá para dizer. Do que vimos, o perigo maior por ele condenado era permitir que um *sistema de mercado auto regulável* viesse a ser o único dirigente do destino dos seres humanos e do ambiente natural. Perigo por que a sociedade “desmoronaria”. Ora, não havia nem no Chile desse tempo (logo depois sim!) nem em qualquer outro lugar tal sistema então vigente. O que ocorria no Chile não era a substituição de um sistema de mercado capitalista por um sistema de mercado socialista? O Chile seguiu vendendo o Cobre no mercado internacional e trocando mercadorias no mercado doméstico. Mercado havia, mas que tipo de mercado era esse e o que diria Polanyi, Smith e Marx a respeito?

Sendo ou não mercado socialista, fato é que as múltiplas tensões no campo e nas cidades indicam que o Chile viveu nesse período uma guerra civil não declarada entre as forças que apoiavam a revolução, seja ela vinda “de cima” ou “de baixo”, e as que se opunham a ela e procuravam promover uma contrarrevolução. Quanto mais a revolução avançava, a oposição política a Allende se deslocava dos corredores do Congresso para as ruas e se tornava cada vez mais violenta e contrarrevolucionária. A partir do ano de 1972, o conflito de classes foi nitidamente mais intenso e a política chilena cada vez mais polarizada.

Nessa disputa polarizada, a classe média representava o grupo político decisivo na correlação de forças. Essa camada média representava uma categoria social amorfa, que incluía tanto profissionais de elevada renda quanto funcionários públicos cujos salários não eram muito superiores aos dos operários. No período em que puderam

¹²⁹ Ver: Sader, 1992, p.45; Winn, 2010, p.82, 99, 100, 117, 118.

aumentar o seu poder aquisitivo, elas apoiaram o governo, mas crescentemente foram se afastando da Unidade Popular conforme iam sendo afetadas pelos conflitos e tensões sociais, pela inflação, pelo desabastecimento e pelo mercado negro, levando-as a se identificarem com os democratas cristãos, o “partido das classes médias”. Já a direita usava a revolução “vinda de baixo” como catalisador das ansiedades pequeno-burguesas, com o claro objetivo de atrair a classe média chilena para uma aliança cada vez mais contrarrevolucionária.

O ano de 1971, o primeiro ano de governo socialista, foi relativamente calmo e bem-sucedido para a revolução, com avanços muito significativos na apropriação das riquezas básicas do Chile, na estatização de bancos privados e do comércio exterior, na reforma agrária, bem como no estímulo de formas coletivas de produção e criação de um “setor social” na economia, administrado pelos trabalhadores. Os efeitos positivos da política econômica nekeynesiana de Vuskovic também foram sentidos pelas classes baixas e médias, com o aumento da produção, a baixa do desemprego e certa estabilidade dos preços, a execução de programas sociais, a melhoria dos padrões de vida de operários, camponeses, funcionários públicos e outros trabalhadores urbanos e rurais, que ganhavam mais, viviam melhor e trabalhavam sob melhores condições do que no passado. Esse ano foi também o momento de certa paralisia das ofensivas por parte dos oponentes centristas e direitistas, que procuravam se recuperar de derrotas eleitorais e conspirações fracassadas. Já o ano de 1972 dá início “a batalha pelo Chile”, marcada por enfrentamentos diretos entre o governo e a oposição, em meio a grandes agitações sociais que paralisaram o programa da Unidade Popular.

Grandes desafios para o governo começaram em fins de 1971, quando a política de reativação econômica atingiu os seus limites no momento mesmo em que a capacidade ociosa foi reabsorvida, e os empresários, limitados nos seus lucros pelo controle de preços, deixaram de investir ou passaram a canalizar a sua produção para o mercado negro, que lentamente se proliferou. Quando a produção foi plenamente ativada e as fábricas e fazendas estavam produzindo no máximo de sua capacidade, o aumento na demanda de bens de consumo no país encontrou dificuldades para ser satisfeito pela produção nacional. O forte crescimento do nível de vida do povo não encontrava correspondência na oferta, que chegou até a decrescer, quer em função da redução da produção ou pela sua canalização para o mercado negro. O governo até tentou importar a diferença para manter os padrões de vida, mas sua reserva cambial começou a se esgotar em decorrência do suspeito declínio de 25% nos preços do cobre

no mercado internacional. A única forma de ampliar a produção da semidesenvolvida economia chilena, com uma capacidade industrial limitada, grande parte da qual dependente de tecnologia, energia e matérias-primas importadas, era justamente importar mais maquinário e investir pesadamente na expansão da produção. Mas enquanto os capitalistas chilenos deixaram de investir em uma economia que trilhava o caminho para o socialismo (o investimento privado chegou a diminuir em mais de 17% em 1971), o setor público apresentou dificuldades para investir, não só pelo fato de ter menos dólares para gastar em importações, como também pela geração de déficits e débitos das empresas da APS e do setor rural reformado, que multiplicavam o déficit orçamentário de um governo que já vinha trabalhando no vermelho devido aos programas sociais expandidos, que o Congresso então controlado pela oposição se recusava a financiar, mesmo contando com uma maior arrecadação fiscal. Para piorar, tais déficits crescentes foram pagos com a impressão de mais dinheiro, que simplesmente duplicou e fez com que a inflação chegasse ao final de 1971 ao patamar relativamente alto de 27%, mas que continuou a aumentar durante todo o ano de 1972 até atingir níveis recordes (de três dígitos) em 1973.¹³⁰

Outro grave problema que também castigou a *vía chilena* foi à escassez de alimentos. Para Winn (2010), o maior responsável por essa escassez foi o enorme aumento na demanda do consumidor, como resultado do aumento médio de 30% na renda dos chilenos. Mas é inegável que ela foi exacerbada pela estocagem exagerada e as operações no mercado negro, que foram em parte promovidas pela mídia direitista e faziam parte da conspiração para desestabilizar o governo Allende. O governo detinha apenas uma pequena parte do setor de bens de consumo popular sob o seu controle, e, portanto, não podia contar com instrumentos capazes de assegurar um normal abastecimento ao povo e frear o mercado negro. As *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAPs), dirigida pelo general Alberto Bachellet, não conseguiram impedir a estocagem de produtos ou mesmo controlar o mercado negro, embora tenham conseguido garantir à maioria dos chilenos uma cesta básica de gêneros alimentícios e outros produtos a um preço que eles podiam pagar. Sem esquecer que a qualidade de tais produtos era irregular, o seu conteúdo variado e o fato dos consumidores terem de enfrentar longas filas para obtê-los. As JAPs tampouco puderam deter o crescimento inflacionário.

¹³⁰ Ver: Sader, 1984, p.20-22; Winn, 2010, p.136-141.

O governo Allende não teve forças suficientes para enfrentar um conjunto de dificuldades por que passava o país: não pode estabilizar a economia e a moeda; não conseguiu um novo avanço revolucionário; não aliviou os conflitos de classe que estavam destruindo a sociedade; bem como não foi capaz de deter a polarização política que estava corroendo a democracia chilena. O desabastecimento se generalizou, a inflação disparou, empresas foram fechadas por seus próprios proprietários, o mercado negro se estendeu, o país todo tendeu a paralisar-se. É certo que esta incapacidade não se deveu apenas por conta das fragilidades da Unidade Popular e de sua base de apoio. Os problemas em geral foram criados ou exacerbados por aqueles que se sentiram prejudicados com os rumos da revolução chilena.

Já se sabe que planos para desestabilizar e derrubar o governo Allende foram montados. A *Fórmula para o caos* foi devidamente explicada por Moniz Bandeira, e não é nosso propósito aqui sintetizarmos tal fórmula. Basta dizer que conspirações reacionárias e mesmo contrarrevolucionárias contaram com o envolvimento de diferentes agentes, a começar pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e de seu secretário de Estado, Henry Kissinger, pela atuação direta na articulação golpista. O ultradireitista movimento Pátria e Liberdade, grupo fascista fundado logo após a vitória de Allende. O Partido Nacional, e também o PDC. Diversos segmentos das elites, que mesmo deslocadas do poder, ainda controlavam boa parte do Congresso, o Judiciário e a maioria da imprensa e dos meios de comunicação de massa. Também certos segmentos da classe média e o movimento da direita estudantil católica (o gremialismo). E outros tantos agentes no âmbito das Forças Armadas. E que fazia parte dessas conspirações um amplo conjunto de ações, que iam desde campanhas de imprensa, manipulação dirigida para o desabastecimento, grandes greves coordenadas, bloqueios institucionais e mesmo ações de sabotagem terrorista contra o governo, capazes de semear a insegurança e a instabilidade social, e inclusive golpes de Estado, sendo uma tentativa frustrada de “golpe branco”, um *tancazo* e o bombardeio efetivo ao palácio *La Moneda*.

No decorrer de 1971, o governo dos EUA iniciou nos bastidores um “plano secreto” contra o governo de Allende, objetivando reverter seu avanço revolucionário e impulso político, minar sua estabilidade econômica e criar as condições para sua derrubada. Uma parte desse plano era “fazer a economia explodir” por meio de um “embargo invisível”, que negava ao Chile empréstimos multilaterais, créditos bancários, ajuda alimentar, peças de reposição e matérias-primas. A outra parte era pressionar a

direita nacionalista e os democratas cristãos para estabelecerem uma aliança política cada vez mais contrarrevolucionária.

No âmbito interno, a oposição também promoveu estratégias de asfixia ao governo da Unidade Popular. Protestos foram arranjados contra a suposta escassez de alimentos, quando ela ainda praticamente inexistia. Parte da produção foi propositalmente dirigida para o mercado negro, alimentando um desabastecimento que logo se generalizou. Em dezembro de 1971, uma “marcha das panelas vazias”, conduzida por mulheres pertencentes às classes média e alta, acompanhadas de um grande contingente da pequena burguesia em refluxo, apareceu como um toque de alerta das ações de desestabilização que viriam a ser postas em prática. Em 1972 seria a própria elite econômica que dirigiria a contrarrevolução através da poderosa Confederação da Produção e do Comércio. Planejou por meio da Frente Nacional do Povo uma aliança com os grupos de classe média, que culminou numa ampla greve (a greve de outubro de 1972). Tratou-se de uma dispensa temporária dos trabalhadores por parte da classe empresarial do setor privado, conjugada com uma paralisação dos profissionais de classe média, ambas destinadas a desestabilizar a economia, disseminar o caos social e criar as condições para a deposição de Allende e a reversão da revolução que a esta altura já se encontrava paralisada.

Contando com o apoio e a mobilização de trabalhadores e camponeses, de estudantes e moradores dos bairros populares, o governo da Unidade Popular encarou e derrotou as várias conspirações durante os anos de 1971 e 1972, incluindo esta greve, que representou um salto qualitativo para a contrarrevolução e o mais sério desafio até então enfrentado pela revolução chilena. Mas a oposição ainda esperava encabeçar um “golpe branco”, isto é, destituir Allende a partir de votação no Congresso. Para tanto, precisaria de mais de dois terços de votos nas eleições parlamentares de março de 1973. No entanto, foram frustrados pelo fato dos partidos de esquerda conquistar 44% dos votos. O impasse político levou os líderes políticos de oposição e as elites econômicas a se refugiarem nos quartéis e a buscarem maior apoio para um golpe militar. A derrota nestas eleições fez com que o setor mais moderado do PDC fosse substituído por um mais propenso ao golpe militar. Isso ficou claro pela posse de Patricio Aylwin como novo secretário-geral do partido. Aylwin consolidou acordos com a extrema-direita e com ela estabeleceu um plano para derrubada efetiva de Allende. Embora contassem com o apoio paramilitar (constituído principalmente pelo movimento Pátria e

Liberdade) para desatar um golpe de Estado, sabiam da necessidade do envolvimento ativo das Forças Armadas.

As instituições chilenas foram politizadas e polarizadas no decorrer dos processos revolucionário e contrarrevolucionário. E na extrema polarização política de meados de 1973 não foi fácil para as forças armadas permanecerem neutras. Desvencilhar os setores legalistas no âmbito das forças armadas, que eram então minoritários na oficialidade, era o que faltava para a oposição efetivar o golpe. Após a isolada tentativa neofascista de um golpe realizado em 29 de junho de 1973, que ficou conhecido por *tancazo*¹³¹, e a posterior renúncia do comandante-em-chefe das Forças Armadas, o general Carlos Prats, que cedeu o comando ao general Augusto Pinochet, o palácio presidencial *La Moneda* foi em 11 de setembro do mesmo ano bombardeado e o golpe de Estado foi logo consumado.

Em sua última mensagem radiofônica ao povo chileno, pouco antes de cometer o suicídio e, portanto, consciente da derrota que se avizinhava, mas ainda assim confiante no futuro, Allende anunciava sua convicção de que

no se detienen los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza. La historia es nuestra y la hacen los pueblos. (...) Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor. Viva Chile! Viva el pueblo! Vivan los trabajadores! (apud Winn, 2010, p.178).

Caberia às velhas e novas gerações de chilenos alimentarem a revolução socialista. Após conquistar enormes vitórias nos planos econômico, político e social, e bloquear sucessivas tentativas de desestabilização, os apoiadores da *vía chilena* padeciam nesse momento da certeza de que o presente lhes trazia pouca ou nenhuma esperança de dias melhores.

Durante as ditaduras

Liderado pelo próprio general Augusto Pinochet, o golpe militar conduziu a um fim violento a pacífica revolução socialista. A contrarrevolução não só triunfou como foi capaz de impor por dezessete anos um regime ditatorial. Durante os dias e as noites que se seguiu ao golpe, a ditadura militar chilena impôs o terrorismo de Estado que

¹³¹ O *tancazo* remete a um tanque blindado que atacou de surpresa o palácio presidencial e os principais prédios do governo. Foi rapidamente reprimido pelo general Carlos Prats e pelas tropas leais ao presidente Allende. Ao todo, vinte pessoas foram mortas e nove se feriram, entre soldados leais e rebeldes. (Winn, 2010, p.167-168).

produziu o assassinato de 2.279 pessoas e o “desaparecimento” de outras 957. Foram também “aprimadas” cerca de cem mil, das quais pelo menos 28 mil foram torturadas, conforme revelaram as Comissões da Verdade Oficiais instaladas logo após a restauração da democracia no país, já em princípios dos anos 1990.¹³² Sabe-se que a repressão chilena foi ainda mais extensa e violenta do que a praticada pela repressão brasileira – que apenas recentemente (em maio de 2012), vinte e sete anos após a restauração da democracia, instituiu uma Comissão da Verdade para apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre setembro de 1946 e outubro de 1988 no país –, pelo fato mesmo daquela contar com maior resistência do que esta, que, no entanto, conseguiu se prolongar por ainda mais tempo, uma vez que a ditadura no Brasil durou praticamente vinte e um anos.

No Chile, a superioridade militar da ofensiva golpista foi arrasadora, conseguindo assumir o controle do país em poucos dias e impor o mais violento regime ditatorial que a sua história conheceu. Uma prova disto é o fato dos assassinatos públicos prosseguirem por semanas após o golpe, mesmo depois da resistência inicial dos opositores já ter sido vencida. O país chegou inclusive a coordenar a Operação Condor numa guerra velada contra os esquerdistas refugiados, e ser o modelo de contrarrevolução das ditaduras militares então vigentes no Cone Sul¹³³.

O golpe simplesmente liquidou com a democracia modelo da região latino-americana, famosa por suas diferentes visões políticas e liberdade de expressão e de imprensa, que havia durado por quase um século e meio, desde 1830 a fins de 1973, excetuando algumas poucas e breves interrupções. No dia 12 de setembro de 1973, a Constituição chilena foi suspensa e o Congresso fechado. Todos os partidos de esquerda foram banidos e até mesmo os partidos de centro e da direita, que haviam apoiado o golpe, foram suspensos. Foram proibidas eleições de qualquer tipo em qualquer instituição, e impuseram a censura da imprensa e dos meios de comunicação em geral, assim como decretado estado de sítio e determinado um rígido toque de recolher. O Chile se tornou uma dura ditadura militar e um Estado policial. Posteriormente, sindicatos foram proibidos de funcionar e mesmo o poder judiciário, conhecido por suas posições conservadoras, sofreria intervenções. Os militares assim

¹³² Ver: Winn, 2010, p.21 e 183; Sader, 1991, p.69.

¹³³ Winn recorda que “o golpe chileno de 1973 deslocou o equilíbrio de poder e da dinâmica política. Em 1978, quase toda a América do Sul era governada por regimes militares de direita, deixando os esquerdistas da região sem um refúgio regional ou uma esperança socialista. Em sua esteira, Fidel Castro concluiu que a América Latina não estava ainda madura para a revolução e transferiu suas esperanças revolucionárias e a intervenção cubana para a África” (2010, p.22).

procediam à destruição do Estado democrático burguês de direito, o qual havia se mostrado inútil para combater o “comunismo” e o marxismo.

(...) os líderes das Forças Armadas (...) não somente justificaram seu golpe como tendo salvo o país do comunismo, mas definiram sua tarefa como “extirpar o câncer comunista” da política e reverter os cinquenta anos anteriores da história chilena – o que significava reverter não apenas a revolução socialista de Allende, mas também as reformas da Aliança para o Progresso dos democratas-cristãos, o Estado de bem-estar social da Frente Popular, e até mesmo a introdução da política democrática de massa de Arturo Alessandri. (Winn, 2010, p.182).

Pinochet reivindicou a continuidade do Estado autoritário de Diego Portales e os militares chilenos tomaram inicialmente o Brasil, então em pleno fim de um “milagre econômico”, como um modelo de referência que poderia em muito ser seguido. Voltaremos mais adiante à descrição da ditadura chilena e de suas consequências nos planos político, econômico e social.

Agora, e de volta ao Brasil, convém retomarmos brevemente os anos iniciais da ditadura militar no país, entre os idos de 1964 a 1966, quando o referido “milagre” ainda não brotara. A ferocidade do golpe militar de 1964 no Brasil não foi tão intensa como no Chile, precisamente porque aqui não houve uma revolução socialista com a qual a contrarrevolução teve de combater. Ainda que o governo de João Goulart tenha radicalizado no avanço de algumas medidas no âmbito do programa das reformas de base, seu governo não teve o claro objetivo de levar a cabo uma revolução socialista, mas sim viabilizar um desenvolvimento mais equilibrado e autônomo do capitalismo brasileiro, conjugado com um amplo programa de reformas sociais. Mas esse projeto foi rechaçado pelos militares, que assumiram o poder com o fito de criar as condições institucionais para o desenvolvimento econômico que contasse com uma maior participação do capital estrangeiro. Nilson Araújo de Souza (2007) conta que para remover os obstáculos à expansão do capital estrangeiro no país, a ditadura impôs a repressão e o cerceamento da expressão social e política das forças nacionais que sustentavam o programa nacional-desenvolvimentista. Os militares reprimiram o movimento operário, intervieram nos principais sindicatos, promoveram a desarticulação do Comando Geral dos Trabalhadores e endureceram a legislação trabalhista, especialmente através da virtual proibição do direito de greve.

O governo do marechal Humberto Castelo Branco (abril de 1964 a março de 1967) lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para combater a

inflação (que havia chegado a 91,8% em 1964) e recuperar a confiança dos empresários, particularmente do empresariado estrangeiro, para que voltassem a investir no Brasil. Foi preciso criar um “ambiente de confiabilidade” para os investimentos privados e estrangeiros, ambiente esse que havia desaparecido com o aguçamento das lutas que vinham ocorrendo antes do golpe. Para tanto, fazia-se necessário primeiro estabilizar minimamente os preços para depois recuperar as condições de lucratividade empresarial. O PAEG ficou conhecido na literatura econômica como um Plano de estabilização de preços de nítida inspiração ortodoxa. Dois dos maiores economistas ortodoxos do país, Roberto Campos (Ministro do Planejamento) e Octavio Gouvêa de Bulhões (Ministro da Fazenda), foram os principais formuladores do modelo de política econômica deste governo. Na avaliação de Campos, “a responsabilidade primordial do processo inflacionário cabe aos déficits governamentais e à contínua pressão salarial” (*apud* Hermann, 2005, p.71).

Não surpreende que as medidas adotadas no âmbito do PAEG tenham sido todas destinadas a restringir a demanda. Adotou-se forte ajuste fiscal, visando conter gastos e elevar a receita pública, conjuntamente com uma política creditícia de contração dos créditos concedidos ao conjunto dos setores produtivos. Já no âmbito da política salarial, praticou-se extensivamente a contenção salarial, desarticulando os mecanismos de defesa das condições de vida dos trabalhadores. O salário mínimo real na grande capital econômica do país (São Paulo) sofreu uma queda de 22% entre 1964 e 1967. Juntamente com as restritivas políticas fiscal e creditícia, a forte queda do salário contribuiu não apenas no maior controle inflacionário (a inflação reduziu-se de 92% em 1964 para 41% em 1966), mas também para um aumento da concentração de renda no país. Enquanto os 40% mais pobres da população diminuía sua participação na renda total de 11,2% para 9% entre 1960 e 1970, e os 80% mais pobres de 45,5% para 36,8%, os 5% mais ricos aumentavam sua fatia de 27,4% para 36,3% no mesmo período¹³⁴. No entanto, isso não preocupou o novo chefe da política econômica, Antônio Delfim Netto, que em 1970 dizia: “devemos deixar o bolo crescer para depois repartir”. E, de fato, sabemos que o “bolo” cresceu de forma surpreendente (10,7% em média anual) entre os anos de 1969 e 1974. Esses anos foram batizados pela ditadura como um período de “milagre econômico”, em alusão aos “milagres” anteriores realizados na Alemanha e no

¹³⁴ Ver: Souza, 2007, p.64, 67, 71, 79 e 80.

Japão. De fato, extraordinário crescimento da riqueza, mas sem perspectivas de repartição da mesma.

Nos anos precedentes do PAEG, a atividade econômica mostrou-se bem mais modesta, crescendo em média 4,2% entre os anos de 1964 e 1967 (3,4% em 1964, 2,4% em 1965, 6,7% em 1966 e 4,2% em 1967). Foi nesse período que um conjunto de reformas estruturais (do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho) foram postas em prática. O objetivo central da reforma do sistema financeiro foi dinamizar o mercado financeiro, ou melhor, dotar o sistema financeiro brasileiro de mecanismos capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso, de maneira não inflacionária. Para tanto, e em primeiro lugar, era necessário reorganizar o funcionamento do mercado monetário, o que foi feito com a criação de duas novas instituições: o Banco Central do Brasil (BACEN), como executor da política monetária, e o Conselho Monetário Nacional (CMN), com funções normativas e reguladoras de todo o sistema. A reforma da estrutura tributária objetivava o aumento da arrecadação do governo. A carga tributária (União, estados e municípios) foi progressivamente elevada, de 16,1% do PIB em 1963 para 19,4% entre 1964-67 e 25,1% entre 1968-73. Para Francisco de Oliveira, essa foi “uma profunda reforma fiscal [que] reaparelhou financeiramente o Estado brasileiro, realizando uma façanha que o período chamado populista nunca ousou” (2006, p.222). Para Jennifer Hermann, “difícilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistência pela sociedade em um regime democrático” (2005, p.75). Já a reforma do mercado de trabalho, baseou-se na criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em substituição ao antigo regime de estabilidade no emprego, entendido como um entrave institucional ao aumento do emprego e ao crescimento econômico. Alterou-se assim o regime de trabalho então vigente desde 1943, que garantia a estabilidade do trabalhador no emprego após dez anos de serviço no mesmo estabelecimento. A partir da implantação do FGTS (1966), as empresas ganharam o direito de demitir funcionários a qualquer momento. Flexibiliza-se o mercado de trabalho, justificando que o referido Fundo não estimularia as demissões, ao contrário, estimularia as contratações na medida em que os “riscos” e os “custos” diminuiriam.

O processo de concentração/centralização do capital¹³⁵ também seria facilitado mediante a implantação do FGTS (que facilitava a compra de empresas em processo de quebra), a política de restrição ao crédito (que acarretou na falência das pequenas e médias empresas), a política de fusão dos bancos e a eliminação de subsídios concedidos a empresas estatais. Outro aspecto importante das reformas foi à ampliação do grau de abertura da economia ao capital externo¹³⁶, buscando uma reaproximação com a política externa norte-americana orientada pela Aliança para o Progresso. Os obstáculos à penetração do capital estrangeiro foram eliminados através da derrogação da lei de remessa de lucros, que impedia a “sangria” da poupança nacional em direção às matrizes capitalistas como lucros das empresas. Essa política de atração ao capital externo começou a dar os resultados esperados a partir de 1968. Foi mesmo por conta do forte ingresso de capital no país que o Balanço de Pagamentos registrou superávits crescentes no período do “milagre”, uma vez que o saldo nas transações correntes passou a apresentar déficits cada vez maiores (de US\$ 276 milhões em 1967 para US\$ 2,1 bilhões em 1973), apesar das exportações apresentarem forte crescimento nesse período, contando inclusive com produtos industrializados passando a compor a pauta. O resultado, observado por Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar, foi o crescimento substancial do endividamento externo (de 3,8 bilhões em 1968 para 12,5 bilhões em 1973 em termos brutos), crescimento ainda mais expressivo do que a expansão do PIB.

Os primeiros ditadores, que governaram até 1969 (Castelo Branco, Costa e Silva e a Junta Militar), endividaram-se relativamente pouco. Mas prepararam o terreno, principalmente por meio da reforma do sistema financeiro e do “aperfeiçoamento” da legislação relativa à entrada de capitais estrangeiros. No governo Médici (1969-74), ocorreu o chamado “milagre econômico”: a taxa média anual de crescimento foi de 10,7%. Nesse período, a dívida externa já cresceu mais rápido do que o Produto Interno Bruto: 211% contra 208%, respectivamente. Em termos de valor, a dívida externa passou de 11% do PIB, em 1969, para 16,6% do PIB, em 1973. O Brasil passa a receber mais empréstimos em moeda do que “capital de risco”. (Gonçalves & Pomar, 2000, p.11).

A maior participação do capital estrangeiro na economia nacional e o consequente endividamento externo não foram às únicas novidades desse período “milagroso”. Sob os governos dos generais Arthur da Costa e Silva (março de 1967 a

¹³⁵ Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli defenderam a tese de que o objetivo dos militares nesse período era realizar “a preparação institucional da economia para o desempenho dos oligopólios” (1977, p.97).

¹³⁶ O investimento estrangeiro direto elevou-se de uma média anual de US\$ 54,2 milhões entre os anos de 1962-66 para US\$ 106 milhões entre 1967-70. Os empréstimos e financiamentos cresceram de uma média anual de US\$ 318,8 milhões para US\$ 714 milhões entre 1967-70.

agosto de 1969) e Emílio Garrastazu Médici (agosto de 1969 a março de 1974), a política econômica comandada por Delfim Netto foi “flexibilizada”. Em oposição ao tratamento de choque do período Campos-Bulhões, praticou-se uma política gradualista de combate à inflação em função da própria alteração de seu diagnóstico: os custos foram considerados como o principal determinante do descontrole dos preços. Afrouxaram-se os apertos monetários, fiscal e creditício. A exceção foi à política salarial, que se manteve contida.

Ademais, novos instrumentos políticos coercitivos também foram postos em prática. A ditadura, que já havia cancelado em 1964 as eleições para a presidência, mas mantendo ainda as eleições diretas para governadores e prefeitos e todas as demais eleições proporcionais, resolveu, depois de um período de hesitação e de duas graves derrotas nas eleições de 1965 (para os executivos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais), extinguir os partidos políticos existentes, permitindo a criação de apenas duas agremiações partidárias: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de apoio ao governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de oposição. Amplia-se ainda o poder do Executivo e debilita-se ainda mais o poder Legislativo. Promulgam-se uma nova Constituição (1967), uma nova lei de imprensa e uma nova lei de segurança nacional, todas altamente restritivas às liberdades políticas. Descontentes, os próprios articuladores civis do golpe (Carlos Lacerda e Adhemar de Barros) se distanciam do governo militar, por se verem impossibilitados de alcançar à Presidência da República. Conjuntamente com outros opositores, Juscelino, Jango e inclusive representantes do PCB, formam uma Frente Ampla, que logo foi posta na ilegalidade, uma vez que o governo fechou o Congresso em 1968, cassou mandatos dos parlamentares mais ativos contra o regime, e consolidou novos instrumentos repressivos, como o Ato Institucional número 5, que concedia poderes ditatoriais ao Presidente da República. 1968 ficou marcado como o ano de “endurecimento” do regime militar, com a vitória dos setores mais “linha dura” que inibiram ainda mais o espaço para a luta política legal, tanto no terreno parlamentar quanto no da mobilização de massa.

No terreno econômico, 1968 é o primeiro ano de forte “aquecimento” da economia, acompanhado de uma gradual redução da inflação. Enquanto o índice geral de preços (por disponibilidade interna) decrescia de 24,8% em 1968 para 18,7% em 1969, 18,5% em 1970, 21,4% em 1971, 15,9% em 1972 e 15,5% em 1973, o PIB expandia de 4,2% em 1967, 9,8% em 1968, 9,5% em 1969, 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 e para 14% em 1973. A atividade industrial cresceu em média

13,3% entre os anos de 1968 e 1973. A indústria de bens de capital de propriedade nacional deu mostras de que a internacionalização da produção de bens de capital poderia até tornar autossustentável a expansão capitalista no Brasil. Já a atividade agrícola apresentou menor crescimento, de 4,5% no mesmo período.¹³⁷ O crescimento econômico foi liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor medida, pelo setor de bens de capital, num processo intensivo de substituição de importações, incentivado e conduzido pelo Estado. O crescimento do período do “milagre” retomou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado no Plano de Metas. A taxa de investimento subiu de 15% do PIB entre 1964-1967, para 19% em 1968, e para pouco mais de 20% em 1973. Tanto o investimento público quanto o privado se expandiram no período: o público cresceu a 17,3% do PIB em média nos anos de 1970-1974; e o privado, 15,8% no mesmo período. A economia brasileira assim demonstrava que era possível expandir a riqueza, crescer a taxas elevadas mesmo em condições de dependência externa, mas desde que contasse com o apoio decisivo do Estado, particularmente na aceleração do investimento público e na proteção da produção interna, e desde que se pagassem um salário insuficiente para garantir o sustento do trabalhador e de sua família.

Uma vez utilizada à capacidade ociosa formada no período anterior, foi possível ampliar a produção sem elevar na mesma medida os gastos com capital fixo, propiciando a queda dos custos empresariais e contribuindo para a elevação da taxa geral de lucro da economia. Para seguir expandindo-se a um ritmo bastante acelerado, a economia dependente no Brasil contou com fatores que garantiram uma elevada taxa de lucro. A derrubada do já baixíssimo salário real foi o fator fundamental. O preceito dos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo de que a expansão dos lucros se dá pela depressão dos salários mostrou-se uma vez mais verdadeiro.

O novo padrão econômico irradiado no Brasil a partir de meados dos anos 1960 usou de todos os meios para extrair o excedente econômico de que necessitava para garantir expressivo crescimento econômico. É certo que a política econômica do período 1964-1973, sobretudo a partir de 1968, foi favorável aos lucros em detrimento dos salários. Ela procurou recuperar as condições de lucratividade empresarial e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento do novo padrão econômico. A contenção salarial era uma exigência fundamental dos grupos estrangeiros para garantir a retomada

¹³⁷ Ver: IBGE & Conjuntura Econômica *apud* Gremaud et al, p.402 e 415.

dos investimentos. As empresas, além de se apropriar de todo o aumento da produtividade do trabalho no período, ainda expropriavam parte do salário dos trabalhadores. Daí a tese de Ruy Mauro Marini (2000) de que a superexploração do trabalho é o corolário natural de uma economia que se insere de forma subordinada na economia mundial. A partir de meados de 1964, a jornada de trabalho tanto do chefe de família quanto do conjunto da família (considerando a incorporação de novos membros no mercado de trabalho) foi aumentada sem a correspondente elevação da renda familiar. O aumento da intensidade do trabalho (mais-valia relativa) sem o correspondente aumento de salário real é um indicador de “superexploração do trabalho”, já que promove o aumento do desgaste físico do trabalhador sem proporcionar-lhe as condições necessárias para a reposição adequada. Os indicadores de habitação, saúde, alimentação e educação comprovam a piora nas condições de vida dos que viviam de salário no começo dos anos 1970, sobretudo dos trabalhadores de base que ganhavam abaixo do nível de subsistência. No período do “milagre econômico”, enquanto aumentava a intensidade do trabalho, o salário real diminuía, e enquanto esgotava o desemprego para os trabalhadores especializados e expandia a massa salarial, ampliava fortemente o desemprego dos trabalhadores sem especialização.¹³⁸ O que parece certo é que para os com trabalho na sociedade brasileira deveria ser cada vez menos “suportável” a sua relação de dependência para com os capitalistas. Vimos com Marx que quanto maior for à produtividade do trabalho tanto maior será a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, e conseqüentemente mais precária a sua condição de vender a própria força de trabalho para expandir o capital, para acumular a riqueza alheia. “... na medida em que se acumula capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração” (1998, p.749 [1867]). Pode até reduzir a pobreza-econômica, mas a pobreza política (no sentido da inibição da emancipação) se mantém.

Mas a quantas andou a acumulação de capital e a sorte da classe trabalhadora e da “superpopulação relativa” no Brasil (e no Chile) em princípios dos anos 1970 e mais além? No Brasil, enquanto o PIB reduzia o seu ritmo acelerado de crescimento, de 13,9% em 1973 para 9,8% em 1974, e para “modestos” 5,7% em 1975, os trabalhadores de base viram os seus salários experimentar “duas bruscas quedas” entre os idos de

¹³⁸ Ver: Souza, 2007, p.94, 95 e 115.

1973 e 1974¹³⁹, ao passo que se reanimavam as lutas sindicais, sobretudo nas grandes fábricas dos grandes centros urbanos, conduzidas geralmente pelos trabalhadores mais especializados e com melhores remunerações, algumas das quais vinham inclusive crescendo. Foram eles que mais contribuíram para a ampliação crescente da resistência à queda do salário real. O salário mínimo real, que vinha baixando sistematicamente desde 1964, experimentou um moderado aumento em 1975, alterando a conjuntural trajetória anterior. O governo militar de Ernesto Geisel, que assumira o poder em março de 1974, foi logo forçado a conceder um abono salarial em fins do mesmo ano, enquanto se valia da repressão conjugada com certa assistência social aos sem trabalho, ao passo que introduzia uma “distensão lenta, segura e gradual” no plano das “liberdades” políticas.

No Chile desses tempos, em que mal havia passado um ano de ditadura, já estava claro que a Junta Militar e seus apoiadores realizariam um profundo corte nos salários reais, que de fato despencaram em cerca de 50% de seu valor entre os idos de princípios dos anos 1970 e fins dos anos 1980, contribuindo assim para que muitos trabalhadores chilenos passassem a viver numa miserável dieta de pão, chá e cebolas nestes tristes anos. O arrocho salarial junto com a liberalização da remessa de lucros, a redução dos impostos à exportação e a liberalização dos preços, foram às primeiras medidas econômicas do governo Pinochet. Somadas com a euforia dos empresários, essas medidas foram suficientes para que se desse uma reativação imediata da economia, embora muito momentânea. Winn avalia que diferentemente de outros regimes militares da época, a Junta Militar que assumiu o poder o fez sem um claro modelo econômico que pretendia implementar.

Durante os primeiros anos do regime, seguiu as políticas conservadoras, mas gradualistas, preferidas das elites econômicas do país, o que significava pouca mudança na estrutura econômica do Chile (exceto no caso das privatizações) e um retorno às políticas do passado. Mas quando estas fracassaram na restauração do crescimento econômico e no fim da hiperinflação, Pinochet optou, entre 1975 e 1976, pelo tratamento de choque neoliberal prescrito pelos Chicago boys, um grupo de jovens economistas chilenos que haviam estudado com Milton Friedman e abraçavam seu “neoliberalismo” ultracapitalista, com sua oposição à nacionalização ou regulação das iniciativas econômicas, serviços sociais, mercados de capital ou transações comerciais – e sua fé quase mística na mágica do mercado. (Winn, 2010, p.189).

¹³⁹ “Caiu de um índice de 64,79 em 1972 para 59,37 em 1973 e 54,48 em 1974”. “... o salário mínimo real aumentou de um índice de 54,48 em 1974 para um de 56,93 em 1975.”. (Diesse. Salário Mínimo, São Paulo, abr.79, p.8-9, quadro *apud* Souza, 2007, p.114 e 116).

Moulian recorda que entre setembro de 1973 e abril de 1975 o Chile viveu uma etapa de restabelecimento das condições do antigo modelo de industrialização substitutiva, sustentada pelo aporte de divisas da mineração e com alguns traços de liberalização, como o fim das fixações centralizadas de preços que permitiram inclusive que os mesmos chegassem a dobrar de tamanho, bem como que os bancos e os mercados de capitais saíram do controle governamental. A exceção, como dito, coube aos salários, que ao serem congelados acabaram dramaticamente rebaixados e junto com eles as condições de vidas de muitos e muitos trabalhadores. A recuperação econômica de fôlego curto mal chegou a se concretizar e se esgotou ainda no primeiro ano do novo regime, revelando-se insuficiente para conter uma crise econômica mais estrutural – crise essa que já vinha desde antes da experiência socialista de Allende, desde fins dos anos 1960 –, e impor um novo ciclo expansivo.

O resultado foi que as medidas econômicas adotadas fracassaram na restauração do crescimento econômico e em por fim a uma hiperinflação em curso. Mas não demorou muito para que a ditadura se abrisse às ideias prescritas pelos “Chicago boys” e o seu tratamento monetarista de “choque” destinado a resolver situações conjunturais de inflação alta e medidas de longo prazo para a crise do balanço de pagamentos, e assim converter a economia às condições que poderiam torná-la mais competitiva no novo cenário internacional de profunda crise para amplas partes do globo que então “desmoronavam” (Hobsbawn).

É possível que o *desmoronamento* descrito por Hobsbawn fosse visto por Polanyi como uma nova tragédia que ele também queria evitar. Certamente denunciaria a ditadura de Pinochet e talvez visse ali, antes de outros e já no ano de 1975, um forte movimento, ainda que restrito a um pequeno país que almejava impor a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro), que poderia ser até capaz de levar adiante, ainda que durante um curto período, a utopia de uma *economia de mercado auto regulável*, para o pesar de sua população, de grande parte dela que padeceria, desmoronaria. Ele, assim como Smith e Marx a seus modos, também rechaçariam esse *Chile Dictatorial*, assim como o Brasil Ditatorial.

Hobsbawn avaliou “a história dos vinte anos após 1973 (...) [como] a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise” (2001, p.393). O após-1973 não marcou apenas a virada contrarrevolucionária no Chile, e as dificuldades eminentes nos planos econômico, social e político com que tiveram de

enfrentar a contrarrevolução no Brasil. “Mundos” desabavam: não apenas a América Latina em geral, como África e Ásia ocidental cessavam o crescimento de seus PIBs *per capita*; nas “economias de mercado desenvolvidas” uma “depressão cíclica bastante clássica” reduziu a produção industrial anual em 10% e em 13% o comércio internacional. (idem, p.395). Tudo isso certamente dificultou as estratégias keynesianas e neoliberais para encetar um novo ciclo de crescimento econômico e interromper os perturbadores problemas econômicos, instabilidades sociais e políticas em suas nações.

Hobsbawn fala numa “guerra de ideologias incompatíveis” entre os keynesianos e os neoliberais, onde ambos apresentavam distintos argumentos econômicos:

Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombardear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável da riqueza e renda dentro dela: uma afirmação que os keynesianos negavam. (Hobsbawn, 2001, p.399).

Os keynesianos, defensores da economia da Era de Ouro, não foram muito bem sucedidos, em parte porque estavam limitados com seu compromisso político e ideológico com o pleno emprego, com Estados de Bem-estar e com a política de consenso do após a II Guerra Mundial. Em outros termos, estavam espremidos entre as demandas de capital e do trabalho num momento em que o crescimento dessa era dourada não mais permitia que lucros e rendas não comerciais pudessem ser ampliadas sem interferências mutuas. A alternativa vinha dos teólogos ultraliberais, que logo se viram reforçados pela nítida impotência e fracasso das políticas econômicas keynesianas convencionais.

O recém-criado (1969) Prêmio Nobel de economia deu apoio à tendência liberal após 1974 premiando Friedrich von Hayek em 1974 e, dois anos depois, a um defensor do ultraliberalismo econômico igualmente militante, Milton Friedman. Após 1974, os defensores do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política. (Hobsbawn, 2001, p.398-9).

As políticas keynesianas de substituição de importações, que promoveram a indústria nacional mediante subsídios ou barreiras tarifárias, e há muito vinham

dominando as tentativas latino-americanas de desenvolvimento econômico, ficaram em baixa a partir de meados dos anos 1970. O Chile, país onde tais políticas nunca haviam funcionado muito bem ou pelo menos não “tão bem” como no México, no Brasil e na Argentina, logo desatou nada menos do que a primeira experiência de neoliberalismo na prática. Isso se deu precisamente

depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas (os “Chicago boys”) para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc..) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. O direito de companhias estrangeiras repatriarem lucros de suas operações chilenas foi garantido. O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações. (Harvey, 2008, p.18).

O “remédio” econômico que veio a ser adotado a partir de abril de 1975 no Chile incluiu também o reforçamento das leis do mercado, e tantas outras medidas para “liberalizar” as restrições regulatórias ou institucionais do mercado de trabalho, além de reduzir certas atribuições do Estado, levar a cabo as privatizações e impor um rápido começo da abertura ao exterior, tudo tendo em vista desatar o que Moulián chamou de “revolução capitalista”. Para os ditadores tratou-se de um programa com “Sete Modernizações”, que no entender de Sader “não era outra coisa senão a adequação das relações sociais ao modelo de “economia social de mercado” de Milton Friedman” (1984, p.45-6).

Foi sem precedentes o reforço das leis do mercado que passou a ter vigência sem limites, excetuando os controles salariais. A institucionalização do controle repressivo sobre as reivindicações e as organizações dos trabalhadores foi montada para conter o movimento trabalhista, que padeceu com a violação de diversos direitos sociais. Segundo Winn, as novas leis trabalhistas foram as mais importantes das “Sete Modernizações”, planejadas para estender a revolução neoliberal ao conjunto da sociedade chilena. Ele conta que

nessa época, o regime militar havia imposto um novo código de trabalho em prol dos negócios, que limitava a organização dos trabalhadores e a barganha coletiva, acabava com a segurança no emprego e com o direito à greve, eliminava a participação do trabalhador na administração e revertia os ganhos do trabalhador, conquistados em décadas de lutas, além de estabelecer a “flexibilidade” administrativa no uso de sua força de trabalho e enfraquecer a regulação pelo Estado das condições de trabalho. (Winn, 2010, p.190).

O governo também reduziu maciçamente o contingente de empregados públicos e reduziu a despesa social do governo (foram eliminados os sistemas de empréstimo e financiamento de moradia), forçando uma redução drástica no gasto público, que em proporções do PIB foi reduzido por volta de fins de 1975 à metade de seus níveis de 1973 (idem, p.78-9), ao passo que ampliou o Imposto de Valor Agregado (IVA). A busca por erigir um “Estado barato” não cabia às funções político-militares e repressivas do Estado, que até então nunca tinha concentrado tanto poder e recursos materiais e humanos.

Entre as certas atribuições do Estado que foram progressivamente abandonadas está o fato, apontado por Sader, do Estado chileno ter deixado “de ser um agente dinamizador do processo de desenvolvimento industrial, para passar a limitar suas funções à *regulação* da vida econômica e à garantia das condições de infra-estrutura e estratégias para a continuidade da acumulação capitalista” (1984, p.46).

É certo que a ditadura chilena privatizou centenas de empresas nacionalizadas pela Unidade Popular. A privatização parece ter avançado até a quase totalidade das empresas ao capital particular. A grande exceção coube à gigantesca empresa nacional do cobre, CODELCO, que foi uma das poucas mudanças estruturais socialistas da era Allende que a ditadura de Pinochet não reverteu, apesar do seu compromisso com a propriedade privada. Isso foi fundamental para a viabilidade orçamentária do Estado, uma vez que as receitas do cobre então fluíam exclusivamente para seus cofres. (Harvey, 2008). Mas o fato de a maior empresa do Chile permanecer pública, bem como uma importante parcela da economia nacional ficar sob o controle do Estado – e isso mesmo depois do avançar da contrarrevolução econômica neoliberal –, evidenciam as distâncias que separam o papel do Estado na teoria neoliberal e a práxis da neoliberalização no país que ficou conhecido como o primeiro a desatar um “neoliberalismo ultracapitalista” de tipo “mais puro” e posteriormente tornar-se vitrine para tantos outros países latino-americanos.

Winn percebeu e descreveu isso da seguinte forma:

(...) apesar da ideologia e da propaganda neoliberais, sob o governo Pinochet, o Estado chileno continuava a moldar as oportunidades e lucros econômicos capitalistas, garantindo a coerção da mão de obra e a concentração da riqueza e da propriedade em um pequeno número de grupos financeiros de base familiar com boas conexões políticas. Apesar da revolução econômica neoliberal, o acesso ao Estado continuou sendo fundamental para o sucesso empresarial. (Winn, 2010, p.193).

Parece certo que o processo de privatizações ocorrido no Chile não significou a restituição das empresas aos seus antigos proprietários, mas uma redistribuição delas. Sader explicitou esse “processo de reconversão” da seguinte forma:

No campo não se reconstruiu o latifúndio, mas se incentivou a formação de grandes empresas privadas produzindo para a exportação, em mãos dos novos grandes grupos econômicos. Estes grupos foram produto da transformação dos grandes grupos monopólicos industriais dos anos 50 e 60, que tinham detido a hegemonia no campo econômico, em grupos financeiros. O processo da sua reconversão foi o da privatização inicial das empresas bancárias e financeiras por parte do governo militar e, na base dos créditos que eles mesmos geravam, adquiriram as empresas industriais e comerciais, centralizando enormemente as propriedades nas mãos de poucos grupos. Esses novos consórcios econômicos se diferenciam dos anteriores em que o seu coração já não são as empresas industriais, mas bancárias e financeiras. Seus setores dinâmicos, ao lado do financeiro, consistem nos setores de exportação – a exploração de madeira, da agroindústria, da pesca e de frutas. Criou-se um mercado de capitais, que acelerou a centralização de recursos nas mãos desses grupos, enquanto o comércio de exportação também era hegemonizado por esses grupos financeiros. (Sader, 1984, p.41-42).

Os Chicago boys puseram em prática uma política claramente favorável ao capital financeiro nacional e internacional e a de outros setores produtivos dirigidos à exportação, contribuíram na implementação de uma legislação claramente favorável ao capital estrangeiro, bem como privilegiaram e incentivaram certos ramos adequados à exportação, tais como a grande mineração do cobre, a produção da madeira, a indústria do papel, das frutas de exportação e a agroindústria baseada nestas, também a pesca e alguns derivados do cobre.

Mas o resultado mais geral e imediato do “remédio” neoliberal foi à intensificação da recessão. O balanço inicial do seu “Programa de Recuperação Econômica” foi muito mais negativo do que positivo, dado que o mesmo conduziu a economia a uma dramática desindustrialização e assim contribuiu para a transformação de uma recessão em profunda depressão. O PIB chileno caiu cerca de 12% em 1975, registrando também elevados níveis de desemprego (por volta de 16%) e de inflação, nesse mesmo ano e no subsequente. Foi o tempo em que as exportações despencaram em cerca de 40%, contribuindo para o aumento do déficit da balança de pagamentos. E o pior é que as condições mais amplas do “desmoroamento” em outras partes do globo não favoreciam ao Chile a obtenção fácil de inversões estrangeiras, que então chegavam não só em quantidades irrelevantes como eram dirigidas quase que exclusivamente ao setor da mineração.

O governo então optou por negociações de empréstimos e créditos que foram efetiva e crescentemente fornecidos por bancos privados internacionais, levando a uma

abertura ainda mais profunda da economia chilena ao comércio e às finanças internacionais. Uma redução drástica nas tarifas externas (que já viam caindo do patamar de uma média de 94% em 1973 para alcançar meros 10% no ano de 1979), conjuntamente com a implementação de uma legislação favorável ao capital estrangeiro, puseram fim à proteção que permitia às indústrias do país sobreviverem à competição externa.

Mas o curioso é que o conjunto das medidas adotadas, que transformou a recessão numa depressão, depois contribuiu para promover uma reciclagem da economia, que passou a demonstrar sinais de recuperação, com a redução paulatina da inflação (que ficou abaixo dos dois dígitos em 1981, depois de ter ultrapassado a casa dos três dígitos), do déficit na balança de pagamentos e inclusive numa acelerada reativação econômica – a economia chilena cresceu a uma média anual de 7,5% entre 1976 e 1981. Essa reativação se deu por conta tanto da progressiva expansão das exportações como pelo ingresso de grandes quantidades de créditos e empréstimos externos. O governo fomentou-a com medidas financeiras, como a cotação fixa do dólar com o peso chileno entre os anos de 1979 e 1981 para favorecer os endividamentos externos e as exportações (dado que os produtos chilenos encareciam com o dólar subvalorizado). Nesse último ano, o crescimento do país foi de 8% e a inflação baixou para um único dígito. O país rapidamente chegou ao ponto de viver uma estimulada euforia num tempo em que o consumismo não conhecia limites. Para Winn, 1981 marcou o ponto alto da “revolução neoliberal” (2010, p.190).

Sader e Winn parecem estar de acordo que a ditadura chilena se valeu de algumas das reformas do governo da Unidade Popular para dar um novo impulso ao capitalismo dependente chileno. Winn argumenta ter sido assim com a modernização da agricultura chilena, que modificou o padrão extremamente ineficiente de agricultura mista em grandes propriedades voltadas para o consumo local numa moderna e eficiente agricultura de exportação, intensiva, concentrada na produção de frutas para mercados específicos no exterior. Para ele, apesar da Junta Militar reivindicar essa moderna agricultura de exportação como sendo um de seus sucessos econômicos, essa agricultura mais produtiva foi gestada e desenvolvida numa base rural estabelecida pela reforma agrária realizada e aprofundada durante os governos de Eduardo Frei e Salvador Allende. No governo Allende, o avanço já havia chegado ao ponto de ter acabado com todas as grandes e ineficientes extensões de terra que dominavam por séculos o Chile rural. A administração florestal e a mineração seriam outros dois exemplos das relações

complexas entre os legados da revolução socialista e a contrarrevolução neoliberal. Ambos também parecem estar de acordo que sob a direção da alta oficialidade das forças armadas e dos discípulos de Friedman à economia chilena sofreu uma transformação radical pela implantação de um novo modelo econômico que buscou superar uma crise de acumulação que se arrastava por mais de uma década, desde fins dos anos de 1960.

O Chile viveu durante boa parte da segunda metade dos anos 1970 e os primeiros dois anos da década seguinte à euforia de um estimulado “milagre econômico”, numa extensão nada menos do que inédita do consumismo por parte das elites, então favorecidas pela implantação de um novo modelo econômico concentrador de renda e de patrimônio. A livre importação de produtos inundou o mercado chileno e junto com ela o endividamento interno, que alcançou cifras exorbitantes, apenas comparáveis com o endividamento externo. O endividamento público (interno e externo) levou o país a tornar-se em poucos anos aquele com a maior dívida externa *per capita* do mundo! (num montante de 1.500 dólares por habitante) da qual dois terços cabiam às empresas privadas. Os créditos e empréstimos substituíam cada vez mais a poupança interna, e apenas em menor medida serviam à renovação da estrutura produtiva, dado que eram prioritariamente canalizados para os créditos ao consumo de luxo e para alimentar um sistema financeiro em franco desenvolvimento. O investimento estrangeiro aumentava, mas uma grande parcela desse investimento era de natureza especulativa. Ademais, o nível de desemprego continuava elevado (por volta de 16% da população ativa) e a maior parte do crescimento econômico acumulado nesses anos partiu de um patamar muito baixo, da recuperação de toda uma depressão, e ainda sim os seus benefícios foram muito desigualmente distribuídos. 1977 a 1981 foram anos em que uma estrutura monopólica e financeira altamente concentrada passou a caracterizar a economia chilena. A concentração de renda foi sem precedentes: o consumo médio dos 20% mais ricos da população cresceu em 1980 44% em relação ao patamar de 1969. O crescimento econômico não fora absorvido pelos 4/5 restantes da população, sendo que os 20% mais pobres se viram em condições ainda piores das que já viviam. Os grandes polos da riqueza e da pobreza se ‘inflaram’ rapidamente ao passo em que se enfraqueciam as camadas intermediárias. Há esses anos os apologistas do neoliberalismo chamaram de “milagre chileno”, posteriormente interpretado como um “primeiro milagre”. Em síntese, um resultado marcante do “milagre chileno” foi à

polarização sem precedentes da díade riqueza-pobreza, isso num país que em menos de uma década atrás fora exemplo de igualdade em toda a América Latina e mais além.

Para Sader (1984), esses foram os anos do auge do regime pinochetista, num tempo em que a conjuntura econômica internacional favorável a certos negócios chilenos coincidiu com o momento de baixa das mobilizações populares e de neutralização da esquerda, então muito golpeada pela ação repressiva da ditadura. Ele argumenta que esse novo ciclo expansivo da economia chilena se sustentou em bases muito frágeis. Isso porque a transferência do eixo dinâmico da economia para os setores exportadores, financeiros, comerciais e de serviços devastaram boa parte da indústria tradicional, das empresas que produziam para o mercado interno, fossem pequenas, médias e mesmo grandes empresas. Esses setores não puderam (ou não são mesmo capazes de) arrastar os demais setores da economia, tal como o fizera a indústria manufatureira. Não foi por coincidência histórica o fato da agricultura que produzia para o mercado interno também ter entrado numa profunda crise, tanto ou mesmo mais do que a atividade industrial. Entrou porque a atividade manufatureira ‘caiu’, e com ela o seu contingente produtivo, ao passo que o setor terciário crescia aceleradamente, incorporando grande quantidade de trabalhadores, mas insuficiente para incorporar as tantas gentes em idades para o trabalho ativo. A indústria chilena entrou em crise junto com o seu ciclo de substituição de importações por conta da abertura neoliberal que foi desatada e a conseqüente penetração de importados diversos, caso dos aparelhos eletrônicos, têxteis e automóveis oriundos da Ásia. A abertura financeira também teve sua parcela, e muito cedo apareceram sintomas de que a especulação conduzia a níveis de consumo muito desproporcionais ao que se produzia internamente em conjunto com a capacidade do país de obter divisas. O mesmo se pode dizer da substituição crescente da poupança interna pela poupança externa, que no passar dos anos milagrosos se traduziu num endividamento acelerado. O país estava cada vez mais pressionado por uma dívida cujos serviços consumiam parcela muito elevada de todas as suas exportações, cerca de 70% a 80% do total durante boa parte da primeira metade dos anos 1980 – “apenas” as dívidas privadas se multiplicaram por 20 vezes entre os anos de 1974 e 1982. A acumulação dos déficits comerciais passou a pesar cada vez mais negativamente sobre a economia do país. A utilização “benfazeja” dos créditos e empréstimos externos mudara em pouco tempo de sinal, foi de motor a freio da reativação econômica. A balança de pagamentos alcançou um déficit de 20% em 1981 e os preços do cobre caíram rapidamente, levando o governo a submeter-se às condições

do Fundo Monetário Internacional (FMI) para fins de renegociar as dívidas externas. Inundadas em dívidas, sucederam-se as falências de empresas de todos os tamanhos. A inflação subiu para o patamar de dois dígitos, cerca de 20% ao ano (1982). A produção despencou, o PIB caiu mais de 14% em 1982!

O falso milagre neoliberal ficou evidente quando a economia chilena encolheu dramaticamente na maior crise econômica desde a Grande Depressão dos anos 1930. Os chilenos, que já vinham perdendo poder aquisitivo entre os anos de 1974 e 1978, viram o seu nível de vida declinar ainda mais no início dos anos 1980. Em 1982 o salário real se reduziu a meros 22% em relação ao que fora em 1981. O desemprego atingiu a quase um terço de sua força de trabalho, que uma vez desempregada passou a viver à base de programas de trabalho do Estado que os remunerava com um dólar por dia, do trabalho assistencial da Igreja que fornecia sopas populares, da mendicância etc. A ditadura de Pinochet não conseguiu confinar a miséria (que a esta altura já atingia quase metade da população!) nos bairros populares, tampouco pode impedir que os centros das cidades se transformassem em mercados de camelos, onde antigos setores da classe média passavam a vender os estoques restantes de seus negócios em falência. Não fosse pela enorme solidariedade do povo chileno, apoiado por entidades religiosas e de direitos humanos, os sofrimentos dos sem renda e dos de mais baixa renda na sociedade seriam ainda maiores.

A dramaticidade da crise social desaguou numa crise política do regime ditatorial, pois as contradições sociais foram se acumulando ao tempo que movimentos de massas davam sinais de sua recomposição. Passados dez anos de ditadura, tomou corpo no Chile um longo processo de transição democrática. E assim como o fim do “milagre brasileiro” já havia anunciado anos antes (em 1974) às dificuldades de perpetuação da ditadura brasileira, também o fim do “milagre chileno”, poucos anos depois (em 1983), anunciava que sua fase de consolidação cedia espaço para um período de “distensão”, período esse que à primeira vista durou menos lá do que aqui no Brasil.

De volta ao Brasil do após-1973, Maurício David e Benício Schmidt argumentaram que a “distensão” no país “tornou-se o vetor de uma política de transformação do caráter autoritário do regime militar” (1994, p.367). Foi sob o comando operacional do General Golbery do Couto e Silva que os construtores do autoritarismo desataram um programa de abertura política, que segundo eles,

buscava aproximar as elites políticas já estabelecidas nos marcos do sistema representativo existente, para um processo de co-responsabilização com os rumos do que seria uma "democracia brasileira". (...) Desde o início (1974), esta abertura política esteve centrada na possibilidade de um pacto efetivo entre as elites. Setores sociais emergentes e forças políticas radicais (esquerda tradicional, esquerda guerrilheira, novos movimentos sociais e novo sindicalismo) não deveriam ser elevadas à condição de atores reconhecidos. O êxito do "modelo Golbery" pressupunha um controle estrito dos atores políticos habilitados formalmente pelo Estado. Todavia, como é usual ocorrer na história, os meandros da vida foram muito mais sinuosos e surpreendentes do que deixava antever a arquitetura simplificadora dos construtores das catedrais do autoritarismo. (David & Schmidt, 1994, p.368)

A transformação do regime militar e uma maior legitimidade do governo Geisel também pressupunha a estabilidade econômica, que se seria tentada por meio da implementação de um ousado II Plano Nacional de Desenvolvimento, e a expansão da “proteção social”, tudo isso num tempo em que diversas regiões do globo “desabavam”, a exemplo do Chile que viu o seu PIB “despencar” duas vezes, uma em 1975 (queda de 12,9%) e a outra em 1982 (14,1%). O Brasil como um todo não “desabou” durante a segunda metade da década de 1970. O crescimento de seu PIB continuou a um ritmo mais moderado do que os surpreendentes anos do “milagre” (em que as taxas superavam a casa dos 10% ao ano), 6,7% em média entre os anos do governo Geisel (1974-1979). Até então a economia mundial capitalista ainda não havia “cancelado” o país (o que faria depois da crise da dívida no México em 1982), bloqueado o fluxo de investimento estrangeiro líquido. Na verdade, o Brasil fora um dos poucos países a receber investimento maciço do mundo desenvolvido, num montante superior a 1 bilhão de dólares durante a segunda metade dos anos 1970. Mas o país logo despontou como um dos três “gigantes” da dívida internacional do Terceiro Mundo¹⁴⁰ e também viu (em meados dos anos 1980) os 20% do topo de sua população “abocanhar” mais de 60% da renda nacional, enquanto os 40% de baixo sobreviviam com míseros 10% ou até menos!

Escrevendo sobre o *Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984)*, Jennifer Herman afirma que o período entre os anos de 1974 e 1984 marca o auge e o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, comandado pelo Estado por meio de investimentos e créditos públicos e privados e fortemente apoiado no endividamento externo. A implementação do II PND durante o governo Geisel marcou o auge deste modelo porque completou o processo de industrialização por substituição de importações, gerando grandes transformações na estrutura produtiva do país. Os

¹⁴⁰ Além do Brasil, o México e a Argentina compunham a lista de maiores devedores do Terceiro Mundo.

novos investimentos eram dirigidos aos setores de infraestrutura (para ampliação da malha ferroviária, da rede de telecomunicações e da infra-estrutura para produção e comercialização agrícola, visando ampliar a oferta tanto para o mercado interno como para a exportação), de bens de produção (cujo foco eram os segmentos de siderurgia, química pesada, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos), energia (pesquisa, exploração e produção de petróleo, com ênfase no álcool combustível) e exportação, todos identificados previamente como “pontos de estrangulamentos” ao crescimento da economia brasileira.

Diferentemente da avalanche privatizante da ditadura chilena, Francisco de Oliveira recorda que

a ditadura [brasileira], cujo projeto as oposições, e sobretudo setores da esquerda, pensavam ser “ruralizador” ou “pastoril”, seguiu nas veredas abertas por Vargas e Kubitschek: foi claramente intervencionista, embora os formuladores da política econômica (Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões e Antonio Delfim Netto) se declarassem liberais. Na verdade, o “liberalismo” dos militares era apenas um efeito colateral de seu anticomunismo feroz radicalmente industrializante, talvez como consequência das concepções militares de poder na era industrial. O regime militar utilizou o poder coercitivo do Estado além de todos os limites pensados pelos nacionalistas do regime populista, levando o grau de estatização do sistema produtivo brasileiro a níveis elevadíssimos. (Oliveira, 2006, p.223).

É certo que a ação do governo Geisel fortaleceu a capacidade de investimento das empresas estatais e o financiamento público, incluindo incentivos fiscais e creditícios a empresas privadas nacionais¹⁴¹. Segundo Carlos Lessa, o II PND “colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal” (*apud* Souza, 2007, p.126). Não coube ao mercado à tarefa de realocar os recursos necessários ao enfrentamento da crise econômica externa, crise essa que chegou ao país pela via da redução de suas exportações, evidenciando a vulnerabilidade de um crescimento com forte componente no mercado externo.

A economia brasileira começou a perder o dinamismo de seu “milagre” já a partir de 1974, tanto pela queda das exportações e das importações, como pela redução dos investimentos decorrente da baixa da taxa de lucro, dado o aumento dos “custos de produção” provocado pelo “primeiro choque do petróleo”¹⁴² (1973), pela forte pressão

¹⁴¹ Durante o governo Geisel, os investimentos seguiram crescendo devido, sobretudo, à preservação de um elevado ritmo de expansão dos investimentos estatais, particularmente do setor produtivo estatal. Segundo Souza, esse processo elevou a que a participação do Sistema Público Estatal no conjunto da Formação Bruta de Capital Físico, de 15,1% em 1974 para 20,8% em 1979. Já o investimento privado experimentou desaceleração no mesmo período. (2007, p.127-8).

¹⁴² Entre 1973 e 1980, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) promoveram “choques do petróleo”, elevando o preço do barril de US\$ 2,48 (1972) para US\$ 3,29

por aumento salarial por parte de certos segmentos da classe trabalhadora mais organizada etc. Ainda sim, como vimos, a economia pode manter um expressivo (embora não “milagroso”) crescimento, numa média anual de 6,7% entre os anos de 1974 e 1979. Para Souza (2007), o que impediu que o fim do “milagre brasileiro” despencasse de imediato numa profunda crise, tal como ocorreu em outros países da região latino-americana, incluindo o Chile, foi o processo de substituição de importações na área de bens de produção, sobretudo viabilizado pelos investimentos e o financiamento público realizados no contexto do II PND, acompanhado de uma política ofensiva de diversificação e consequente aumento das exportações¹⁴³, que além de contribuir para amenizar crônicos problemas no balanço de pagamentos, tais como a necessidade de importação de bens de produção e de retorno à esfera internacional do capital-dinheiro internalizado (Oliveira & Mazuchelli, 1977), ajudava a viabilizar mercados para vários setores da economia.

Mas a estratégia de remover as restrições ao crescimento econômico com base na substituição de importações e no aumento da capacidade para exportar não teve efeito tão duradouro. Outros fatores externos dificultaram sobremaneira a estratégia de redução da dependência externa, tais como a deterioração dos termos de intercâmbio do Brasil com o resto do mundo¹⁴⁴ (desde 1977), o aumento da taxa de juros internacional¹⁴⁵ (desde 1978) e um novo “choque do petróleo” (1979).

(1973), US\$ 11,58 (1974), US\$ 13,6 (1978), US\$ 30,03 (1979) e US\$ 35,69 (1980). (Hermann, 2005, p.96 e 97).

¹⁴³ A política de comércio exterior do governo brasileiro praticou o que ficou conhecido como um “pragmatismo responsável”, isto é, uma aproximação com os países socialistas e os regimes progressistas do continente africano, sobretudo os países que haviam sido recém-libertos do domínio colonial português. A contenção da presumível queda abrupta das exportações brasileiras nos anos de recessão mundial, dada a redução ou estancamento das vendas de produtos brasileiros para os países centrais, foi também bloqueada pela intensificação das vendas para os países socialistas e outros países do Terceiro Mundo. (Souza, 2007). Quanto à diversificação da pauta de exportações brasileira, Hermann recorda que a mesma “passou por mudanças importantes a partir do II PND: o peso dos bens básicos nas exportações totais reduziu-se continuamente desde então (65% em 1973 para 32% em 1984), sendo essa queda inteiramente compensada pelo aumento do peso relativo dos bens manufaturados (de 23% para 56% no mesmo período)” (2005, p.107).

¹⁴⁴ “As relações de troca do Brasil com o resto do mundo, que haviam atingido seu ponto máximo em 1977 – índice 100 –, daí em diante começaram a despencar, chegando a um índice de 54 em 1982, indicando uma queda de 46% no período. Isso ocorreu não apenas em função da elevação do preço do petróleo, mas também porque os países centrais conseguiram impor o aumento dos preços de seus produtos numa proporção muito maior ao dos produtos exportados pela periferia. Além disso, a partir de 1980 forçaram para baixo os preços das *commodities* que exportamos, que caíram 26% de 1980 para 1982”. (Souza, 2007, p.144).

¹⁴⁵ O aumento da taxa de juros nos Estados Unidos elevou a taxa básica de empréstimos bancários de 5,7% para 18,8% entre os anos de 1975 e 1984, acarretando para o Brasil despesas extras da ordem de 26,6 bilhões de dólares somente nesse período. De receptor líquido de capitais, o país torna-se um exportador de capitais. Em síntese: “os capitais que vieram como generosos empréstimos voltam engordados a seus países de origem. A sangria das riquezas da periferia, feita antes sob a forma principal

O país enfrentou dificuldades crescentes para cumprir com os compromissos gerados por um passivo externo (investimento direto estrangeiro, empréstimos e financiamentos e aplicações em carteira) em forte expansão. Desde o ano de 1974 que o setor público vinha ampliando o seu endividamento para fechar o balanço de pagamentos e contribuir no financiamento de projetos do IIPND.¹⁴⁶ Além do Estado, os empresários brasileiros também se endividaram mais para pagar dívidas antigas. A presença do capital estrangeiro no Brasil, que então servira de fonte de investimento no período do “milagre econômico”, se converteu no pós-1974 em fator de aprofundamento da crise econômica. O montante do pagamento de prestações e de juros da dívida aumentou ao ponto que em 1977 nada menos do que quase três quartas partes dos empréstimos e financiamentos que entravam no país já tinha destino certo, pagar dívidas anteriores. Uma proporção cada vez menor do capital estrangeiro que ingressava no país servia para o financiamento do investimento produtivo. A dívida que antes fora “administrável”, tonou-se explosiva.

No período Geisel, a dívida passou de 13,8 bilhões de dólares (fins de 1973) para 52,8 bilhões de dólares (em 1978), um aumento de 283%. A dívida passou a representar 26% de nosso PIB. No governo Figueiredo (1979-85), o modelo chega ao limite: a partir dos anos 80, o Brasil torna-se exportador líquido de capitais. Em 1984, a dívida correspondia a 48,2% do PIB. Nesses seis anos, o Brasil transferiu para o exterior 21 bilhões de dólares a mais do que havia recebido. O que só foi possível porque o governo estimulou a recessão interna e patrocinou um enorme esforço exportador, para gerar as divisas necessárias ao serviço da dívida. (...) Durante os anos 80, o Brasil conseguiu um superávit de 99,5 bilhões de dólares na sua balança comercial. Mas acumulou um déficit de US\$ 141,9 bilhões na balança de serviços. Desse déficit, 97,3 bilhões de dólares

de remessa de lucros, passou a ser feita sob a forma principal de pagamento da dívida”. (Gonçalves & Pomar, 2000, p.13).

¹⁴⁶ Analisando a evolução das contas do balanço de pagamentos entre os anos de 1974 e 1983, Hermann (2005, p.105) evidencia que “nos anos de 1974-1978, percebe-se nítida deterioração na composição do Balanço de Pagamentos. (...) o déficit em conta corrente eleva-se para US\$ 6,5 bilhões, ante US\$ 1,2 bilhão no período 1968-1973; parte dessa deterioração deve-se à balança comercial, que sai de uma situação, em média, equilibrada entre 1968-1973 para um déficit anual médio de US\$ 2,3 bilhão entre 1974-1978; o déficit da conta de serviços e rendas eleva-se para US\$ 4,3 bilhões, ante uma média anual de US\$ 1,2 bilhão entre 1968-1973, sendo esse aumento liderado pelas remessas de lucros e despesas com juros sobre a dívida externa (parte dela contraída antes do II PND); o superávit da conta capital eleva-se sensivelmente, da média de US\$ 2,2 bilhões entre 1968-1973 para US\$ 7,9 bilhões entre 1974-1978, permitindo a geração de superávits no Balanço de Pagamentos a partir de 1976, apesar do déficit crescente na conta corrente; e entre os mesmos períodos, deteriora-se a posição financeira do país, tendência expressa no aumento da relação “dívida externa/exportações”, de 1,8 para 2,5. O período de 1979-1980 manteve, em termos de médias anuais, as tendências de aumento do déficit em conta corrente, do superávit na conta capital e da relação “dívida/exportações”. (...) [mas], o superávit da conta capital não é mais suficiente para financiar o elevado déficit em conta corrente, tornando o Balanço de Pagamentos significativamente deficitário (déficit médio de US\$ 3,3 bilhões). As tendências do Balanço de Pagamentos nesse período refletem os choques externos (...) e prenunciam a crise da dívida, que viria à tona em 1983. No período de 1981-1983, embora o quadro de elevado déficit em conta corrente tenha se mantido, houve nítida reversão da tendência da balança comercial, que se torna superavitária. (...) efeitos de duas maxidesvalorizações cambiais (em 1979 e em 1983)”.

eram referentes a juros e 9,1 bilhões de dólares a remessa de lucros e dividendos. Noutras palavras, o Brasil enviou para o exterior, durante a década de 1980, a quantia líquida de 42,3 bilhões de dólares. (Gonçalves & Pomar, 2000, p.11 e 13).

O governo de João Batista Figueiredo marcou o declínio do padrão de crescimento com endividamento porque o Estado brasileiro já não mais pode se endividar, sobretudo quando da deflagração da “crise da dívida” latino-americana com o estourar da crise mexicana em 1982, e porque o país parou de crescer no ritmo que historicamente o vinha fazendo¹⁴⁷. Praticamente cessou o ingresso de capital estrangeiro no Brasil, e o país passou a registrar uma média anual de crescimento de 2,5% ao ano durante o seu mandato (1979-85), tendo enfrentado por duas recessões, uma em 1981 (queda de 4,25% do PIB) e outra em 1983 (queda de 3%), inaugurando a década que ficou conhecida na literatura econômica como “década perdida”. O triênio 1981-83 foi claramente perturbador, marcado por grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, forte desequilíbrio fiscal, aceleração inflacionária, recessão, desemprego etc.

Figueiredo adotou a partir de 1981 o ‘ajuste externo’ de caráter recessivo, política econômica oposta à trilhada pelo II PND. Seu ministro da Fazenda, Delfim Netto, até pôs em prática um conjunto de medidas destinadas a tentar conciliar a continuidade da expansão econômica com o combate à inflação, então em descontrole¹⁴⁸: maxidesvalorizações cambiais visando estimular as exportações; redução do imposto de renda sobre remessas de lucros para o exterior (de 12,5% para 1,5%); corte de demanda para reduzir o déficit público; corte nos gastos da União e no investimento das empresas estatais; elevação da carga tributária; elevação dos juros do crédito agrícola e dos juros do crédito à pequena e média empresa; retirada ou redução dos subsídios ao petróleo, ao trigo, ao açúcar; encarecimento e corte do crédito; endurecimento da legislação salarial por meio da aprovação do Decreto-lei 2.065 em fins de 1983 etc. Mas os consequentes cortes dos gastos públicos, do crédito, dos meios de pagamentos e do salário real, que inclusive se aprofundaram (a partir de 1982) com

¹⁴⁷ Considerando a média de crescimento alcançado durante os mandatos presidenciais desde a República Velha, observamos que a média de crescimento do PIB durante o governo Figueiredo, de 2,5% ao ano, só foi superior aos dos governos de Afonso Pena (1,1% ao ano) e Venceslau Brás (2,2% ao ano), sendo inferior aos demais dezessete governos anteriores ao seu. (Gonçalves, 2003, p.145).

¹⁴⁸ A taxa de inflação medida pelo Índice Geral de Preços registrou o seguinte comportamento para os anos de 1974 e 1983: 1974, 33,8%; 1975, 30,1%; 1976, 48,2%; 1977, 38,6%; 1978, 40,5%; 1979, 76,8%; 1980, 110,2%; 1981, 95,2%; 1982, 99,7% e 1983, 211%.

as pressões do FMI¹⁴⁹, não só não conseguiram debelar o processo inflacionário como deflagraram a mais profunda e longa recessão da história recente do país.

O aprofundamento da precariedade da situação social no país para diversos segmentos da classe trabalhadora, empregada e desempregada, conjugada com a anterior emergência de novas estruturas sociais e com as restrições políticas em curso, não obstante a maior “abertura”, tudo isso desaguou num intenso período de mobilizações sociais, do surgimento de novas centrais sindicais, do “Novo Sindicalismo” e de luta política. Essa conjuntura histórica foi relatada por David e Schmidt da seguinte forma:

Os anos do chamado "milagre econômico brasileiro", implicaram a emergência de novos estratos sociais, com ampliação notável do número de trabalhadores nos setores modernos da economia urbana e rural, bem como a expansão dos setores modernos de serviços e do contingente estudantil, marcadamente universitário. Estavam dadas as condições para o surgimento da massiva diferenciação política e social. Surgem novas estruturas sociais, configuram-se novos atores que vão agregar interesses específicos que não encontram lugar no sistema representativo desenhado pela elite militar. É a conjuntura histórica que marca o surgimento avassalador de intensos movimentos sociais reivindicatórios, à margem do sistema político convencional. Não reconhecidos pela ditadura, nem pelo bipartidarismo existente desde 1965 (Ato Institucional nº 2), os movimentos sociais englobam os mais variados interesses, do lumpesinato urbano aos setores de classe média que lutavam por subsídios habitacionais frente ao Banco nacional de habitação, como exemplos contundentes de pressões legítimas socialmente, mas ilegítimas politicamente. Paralelamente, o mesmo processo ocorreu com o movimento sindical. Oprimido pela estrutura corporativista da ordem política herdada de 1930, centrada na verticalização (sindicato único, federações, confederações) e no financiamento de suas atividades baseado na contribuição sindical compulsória controlada pelo Ministério do trabalho, os sindicatos buscavam romper os limites através da massiva negociação salarial por categorias. Antes centrada na capacidade de arbitragem e decisão do aparelho da Justiça do trabalho, estas negociações extrapolam a ordem estatal através do surgimento do "Novo sindicalismo", como principal corrente que redefine historicamente o contexto trabalhista brasileiro. Criam-se as centrais sindicais, forja-se o nascimento do Partido dos trabalhadores (PT). (David & Schmidt, 1994, p.368-9).

Desde meados dos anos 1970 que segmentos da classe trabalhadora e outros estratos médios vinham pressionando as autoridades com o fito de conquistar melhores condições salariais e de participação política. O ano de 1978 foi em particular um momento de intensas mobilizações sindicais. Em 1979 a ditadura promove uma reforma partidária, pela qual abre a possibilidade de criação de novos partidos com o fito de dividir os opositoristas ao regime militar. Forças de oposição unidas em torno do

¹⁴⁹ Desde fins de 1982 que o governo brasileiro passou a editar um “pacote econômico” atrás do outro, sempre acompanhados de “cartas de intenções” firmadas com o FMI. O maior arrocho fiscal, monetário, creditício e salarial fazia parte dos compromissos firmados entre o governo e essa instituição para fins de renegociações da dívida pública para com os bancos privados.

MDB se fragmentam. Nasce o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido que na avaliação de Francisco de Oliveira “não chega sequer a um pálido reflexo daquele que foi criado para ser o legitimador “oposicionista” da ditadura” (2006, p.225). Setores mais conservadores formam o Partido Popular (PP), e setores mais à esquerda se agrupam no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Já o partido que dava sustentação à ditadura, a Arena, passa a denominar-se Partido Democrático Social (PDS). Em julho de 1983 o país vive a primeira greve geral do período ditatorial. Meses depois, a partir de janeiro de 1984, a “Caravana das Diretas” viaja o Brasil a fora contando com cerca de duas milhões de pessoas, revelando as maiores manifestações populares da história do país. Essa consagrada campanha não impulsionou a aprovação da emenda das “Diretas Já” pelo quórum qualificado de dois terços (recebeu o apoio de 62% da Câmara Federal), e serviu de base (renegada) para que a Aliança Democrática (que se constituiu em torno do PMDB e da Frente Liberal) se dispusesse a disputar e ganhar com Tancredo Neves o governo no “colégio eleitoral”, terreno em que o regime militar construía para se perpetuar.

De volta ao Chile de pouco antes do “estourar” da crise econômica e social, a ditadura parecia até o ano de 1981 ter superado vitoriosamente as dificuldades de sua instalação e já então se via num momento de maior maturidade e consolidação, nítido pela aprovação de uma nova Constituição que pretendia formalizar a renovação radical das estruturas sociais e políticas do país (Sader, 1984), e legitimar permanentemente a militarização da política chilena (Winn, 2010). Coube a Jaime Guzmán, ideólogo do gremialismo e estrategista político de Pinochet, encabeçar uma luta pela constitucionalização da ditadura militar, que segundo Moulian (2010) saiu vitoriosa por criar um regime político de longa duração, capaz de encaminhar a política chilena até muito depois da saída de Pinochet do governo. O gremialismo foi à expressão mais presente da direita durante os anos 1980. Ocupou o lugar do Partido Nacional após a sua dissolução, que foi uma das marcas da revolução política de Pinochet. Os esforços dos gremialistas em conjunto com uma repressão implacável e certa assistência social proporcionaram à direita uma base popular que ela jamais teve e um prolongamento do regime ditatorial. Criada para um neopopulismo de direita e destinada ao apoio popular a Pinochet, essa base foi útil na garantia da maioria dos votos para o referendo desta nova Constituição autoritária.

Cabe lembrar rapidamente o momento e as condições em que se deu a “ratificação” desta nova Constituição: ocorrida no ano de 1980 durante o auge do “milagre chileno” e sob a euforia estimulada pela burguesia em geral, a aprovação da nova Constituição esteve também permeada pelo medo, pela fraude e sob a plena vigência do toque de recolher, do estado de sítio, da censura da imprensa, da suspensão dos partidos políticos de centro e de direita e da proscricção das reuniões públicas (Sader, 1984). A votação favorável levou Pinochet e seus partidários a reivindicar legitimidade a sua “revolução” (Winn, 2010). Mas os meandros da vida no Chile também parecem ter sido mais sinuosos e surpreendentes ao ponto de deixar antever a arquitetura simplificadora dos construtores do autoritarismo nesse país.

A legitimidade da contrarrevolução foi crescentemente questionada pela agitação social, sobretudo depois de deflagradas e exacerbadas às profundas crises econômica e social. Desde o ano de 1983 que a ditadura chilena passou a enfrentar protestos de massa, protestos esses que evocaram lembranças nos observadores da revolução chilena. Mesmo após o terror, o legado da revolução socialista ainda permaneceu forte em sua principal base de massa, os trabalhadores industriais e os *pobladores*, não obstante todos os esforços da ditadura em encobrir a memória histórica e destruir quaisquer vínculos entre as bases sociais populares e suas organizações políticas de esquerda. A resistência política ganhou ímpeto a partir do ano de 1983, sobretudo pelas ações de trabalhadores chilenos (que chegaram inclusive a criar em 1988 uma nova CUT-Ch) junto com o PC clandestino e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). De modo geral, a esquerda acabou se agrupando no Movimento Democrático Popular – que incluía os principais partidos políticos da esquerda (setores do PS, o PC, o MIR, também agrupamentos de origem cristã, como o MAPU e a Esquerda Cristã), e as organizações de massas sindicais, de *pobladores*, camponeses, índios estudantes, intelectuais etc. – que saiu em defesa de todas as formas de luta contra a ditadura, incluindo a luta armada.

Outros tantos da rebaixada classe média, despertados do sonho consumista, endividados e apossados pelo desemprego, também se uniram aos protestos batendo nas mesmas panelas vazias em que um dia bateram para exigir o fim da revolução socialista. Mas foram os antigos líderes democratas-cristãos que encabeçaram a formação de uma Aliança Democrática, que conglomerou os partidos de centro-direita liderados pelo PDC, pequenos agrupamentos de centro e as tendências mais moderadas dos socialistas. E coube a essa Aliança ocupar o maior espaço institucional e legitimar-se como

principal força de oposição ao regime ditatorial. Puderam legitimamente questionar junto ao regime aspectos significativos da política do governo, pelo fato mesmo de terem apoiado no passado a ditadura de Pinochet. A Aliança Democrática (AD) passou a atuar em conjunto com o Movimento Democrático Popular (MDP) – que se dispunha a lutar em todas as frentes – no objetivo comum de luta antiditatorial. Em 02 de fevereiro de 1988 foi criada uma nova coalizão, que agrupou forças da AD e do MDP, a *Concertación por la Democracia*.

O aumento da repressão até conseguiu prolongar o autoritarismo ao longo de toda esta década de 1980, apoiado por um “segundo milagre chileno” e por uma política social retrógrada. Mas não foram suficientes para impedir o seu debilitamento. A própria retomada do crescimento econômico durante boa parte da segunda metade desta década, retomada essa que foi também alardeada como um novo “milagre neoliberal”, mas que não passou da reativação de uma economia que já vinha amargando baixíssimos níveis de produção durante os anos de 1982 em diante, já sob a aplicação muito mais pragmática e menos dirigida ideologicamente de políticas neoliberais. E as políticas sociais também foram regressivas e em montantes muito aquém do necessário para o erguimento de um sistema público de proteção social – na verdade, não cabe falarmos em tal sistema uma vez que previdência social, a educação e a saúde foram privatizadas numa segunda onda de privatizações durante a década de 1980. O regime não pode conter o crescente descontentamento popular e o avanço da reorganização dos partidos e organizações populares. A perda do medo por parte dos opositores ao regime militar, o fim de outras ditaduras no Cone Sul, e o seu isolamento internacional¹⁵⁰ agravou a situação. Acuado por constantes manifestações de repúdio, Pinochet chamou ao Plebiscito (1988) previsto pela Constituição que havia feito aprovar em 1980, confiante de que o sucesso de seu governo o levaria a uma nova vitória que não ocorreu.

¹⁵⁰ O próprio governo norte-americano de Ronald Reagan desempenhou um papel surpreendente ao apoiar a transição democrática liderada pela *Concertación*. O que estava por detrás desse apoio era o seu temor de que a longa ditadura de Pinochet pudesse conduzir a uma vitória revolucionária, tal como a de Anastácio Somoza na Nicarágua.

Riquezas e pobrezas no *Chile Actual*

Este capítulo é dedicado à descrição da produção e da reprodução das riquezas e pobrezas durante o que Thomás Moulian chamou de *Chile Actual*. Começa por decifrar com ele a *lógica transformista* levada a cabo por *los Gobiernos de la Concertación de Partidos por la Democracia*, seguida de importantes observações complementares de Juan Carlos Gómez Leyton. O texto subsequente registra com Hugo Fazio e Magaly Parada os *Veinte años de política económica de la Concertación*, sublinhando o abandono das muitas propostas contidas no *Programa de Gobierno de la Concertación* ao assumir o governo central e a simultânea legitimação do *modelo económico* da ditadura militar.

O longo detalhamento dos resultados econômico-social-políticos durante o último quarto de século no Chile, incorporando aí também *el Gobierno de Sebastián Piñera*, é aqui reconstruído e apresentado com base nos estudos do próprio Moulian, Leyton, Fazio e Parada, bem como a partir de registros e observações de Ricardo Ffrench-Davis, Gabriel Palma, dados oficiais do Governo Central, da CEPAL etc. Nesse interim levantamos e respondemos a seguinte questão: *el crecimiento con equidad y la superación de la pobreza es un mito o una realidad en Chile Actual?* E, por fim, nos atemos a compreensão de *los límites de la política social en la superación de la pobreza y las desigualdades*.

Durante os governos da *Concertación de Partidos por la Democracia*

A *Concertación de Partidos por la Democracia*, uma coalizão de partidos de centro-esquerda, herdeira direta da aliança de partidos políticos pelo “NO”, conformada para o Plebiscito sucessório de 1988, e integrada pelo *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), o *Partido Radical socialdemócrata* (PRSD), o *Partido por la Democracia* (PPD) e o *Partido Socialista de Chile* (PS), aceitaram o nome de Patricio Aylwin para concorrer nas eleições presidenciais de fins de 1989, contra Hernán Buchi, ex-ministro da Fazenda durante os últimos anos (1985-1989) do regime militar de Pinochet e candidato do conglomerado de direita *Democracia y Progreso*. O resultado favoreceu Aylwin que conquistou 55% dos votos, frente a 30% de Buchi e 15% do candidato independente Francisco Errázuriz. E assim começou a deixar o governo o último dos

regimes militares na região latino-americana¹⁵¹. A *Concertación*, uma aliança muito mais próxima da experiência da Frente Popular do que da Unidade Popular, passou a dominar a política chilena.

Importa aqui ponderar com Moulian importantes diferenças entre o sistema partidário do *Chile Actual* com o Chile dos anos 1940.

El sistema partidario del Chile Actual reproduce, pese a sus pretensiones modernistas, algunos rasgos de la década del cuarenta. El principal es el gobierno de una coalición de centroizquierda, fenómeno que ya aconteció entre 1938 y 1947. Pero existen diferencias medulares entre un episodio y outro, la principal de las cuales es el carácter de la izquierda participante de la coalición. La de la década del cuarenta era marxista y revolucionaria y la actual es liberal en versión socialdemócrata. La segunda diferencia tiene relación con el proyecto de modernización. El de los cuarenta fue iniciativa del bloque centroizquierdista, el cual enfrentó la crisis del modelo primario exportador a través del desarrollo, desde el Estado, de la industrialización. La actual coalición no ha creado un proyecto, más bien administra con “expertise” el diseño de modernización del Gobierno militar, marcado por el sello neoliberal. Las coaliciones de los cuarenta eran progresivas, la actual es de administración, su norte es la reproducción transformista. (Moulian, 2002, p.75 [1997]).

Essa lógica transformista foi denunciada por ele no livro *Chile Actual: anatomía de un mito*. A reprodução transformista consiste precisamente na exitosa reciclagem durante a redemocratização das instituições socioeconômicas da ditadura, de sua concepção despolitizada da política e de sua cultura individualista, competitiva e aquisitiva.

El Chile actual del 2002 sigue siendo una sociedad donde prima el modelo socioeconómico de “economía libre”, cuyos lineamientos generales fueron definidos durante la dictadura y donde, como es natural, sobreviven sus plagas asociadas. Ellas son: a) una democracia de baja intensidad invadida por la ideología tecnocrática, cuyo formalismo genera una furte indiferencia hacia la política institucional y un alto desprestigio de los profesionales de la actividad y b) una cultura en la cual priman los componentes individualistas y adquisitivos por sobre los componentes asociativos y expresivos. (idem, p.09).

Produto da “gran transformación” do *Chile Dictatorial*, o *Chile Actual* tem como uma de suas principais imagens algo sólido “que (no) se desvanece en el aire, porque se re/presenta como la Única Racionalidad”, que concebe a sociedade como “estado definitivo”, “privado de historicidad”, já que esta representa a ameaça de retorno a um tempo caótico, superado por um “pacto atávico”. A falta de historicidade não significa ausência de dinamismo, pois o *Chile Actual* modernizado está em

¹⁵¹ Há que se ressaltar que após manter-se no poder por 16 anos e meio, quando se viu obrigado a entregar o posto a um presidente eleito pelo voto popular, Pinochet resguardou suas prerrogativas militares ao fazer-se comandante-em-chefe do Exército para um mandato de mais oito anos, isto é, até o ano de 1998.

constante processo de mudança, a exemplo da superação de tecnologias ultrapassadas, a destruição de paroquialismos, a erosão de estreitos limites do Estado nacional e a expansão rumo a um mundo globalizado. Mas “*el cambio es pura expansión y nunca transformación*” da “*explotación/alienación/dominación*”, restringe-se ao âmbito do “*modo de producción*” actual, en el espacio del capitalismo globalizado/posfordista/democrático-tecnificado”. (ibidem, p.25, 51 e 114).

Para Moulian, a “*semidemocracia*” existente no *Chile Actual* opera como uma “*jaula de hierro*” que busca preservar o neocapitalismo de Pinochet dos avatares e incertezas de uma “*democracia protegida*”. Trata-se, portanto, de um sistema político truncado no qual os interesses individuais primam sobre os coletivos, onde a política-tecnificada pela utopia neoliberal guia-se estritamente por raciocínios de eficácia, tendo em vista garantir a reprodução de uma ordem social baseada na propriedade e no lucro privado, que limita a ação coletiva dos trabalhadores assalariados e impõe uma tutela militar na política. Uma democracia que se protege da “vontade popular”, que não admite o princípio da maioria como o melhor critério de decisão, e, por isso, precisa inibir os perniciosos efeitos das inevitáveis veleidades da massa.

O fato de o Chile ter retomado sua institucionalidade em 1990 com a vitória de Aylwin, e o conseqüente abandono das leis de exceção e o retorno do funcionamento da Câmara e do Senado, não significou uma retomada da democracia tal como o país vivera durante mais de quatro décadas antes do golpe militar. O novo governo eleito não se propôs a convocar uma Assembleia Constituinte para fins de invalidar a Carta Magna pinochetista, de forma a substituí-la por outra mais adequada à democracia real num regime político republicano. E sabe-se que os militares chilenos impuseram regras de transição ao regime político dentro do qual a redemocratização se desenvolveu.

Segundo Moulian,

a transição chilena (...) não deixou para trás a sociedade de mercado criada pela ditadura, e o lugar para o qual vai a democracia é uma forma minguada, de baixa intensidade. (...) Na verdade, a sociedade de mercado não só intervém para transformá-la, como também se aprofunda e, ademais, legitima-se. A *Concertación* atuou sem questionar as finalidades que a ditadura havia imposto. Procedeu como se o capitalismo neoliberal e sua democracia semi-representativa fossem os espaços naturais da convivência social. Sua tarefa foi aperfeiçoar o modelo e seguir adiante, governando pelos principais enunciados da ideologia neoliberal: os mercados se auto-regulam e o Estado deve evitar intrometer-se em excesso, os empresários são os sujeitos da história, pois criam emprego e inovação tecnológica; o conflito é negativo e há que evitá-lo, em especial, quando põe em discussão as finalidades sobre as quais a ordem se sustenta. (2006, p.286).

No que diz respeito à “superação” da ordem a qual a sociedade se sustenta, ele afirma que a sociedade chilena contemporânea é distinta daquela que existiu durante os anos 1960 e início dos anos 1970. Enquanto no passado o conflito era irreduzível para a transformação social, no presente não apenas esse caráter foi eliminado como posto em questão a sua própria eficácia. A crítica não mais compromete a esfera da produção, mas apenas a da circulação da riqueza material. A “sociedade polarizada” cede lugar à “sociedade consensual”, ao menos no nível das elites políticas com o poder. (idem, p.287). Daí a constatação de que a *Concertación* não pode ir além de mudanças pactuadas com os partidos de direita e seus senadores designados, que exercem um veto de minoria sobre o sistema decisório. “*La Concertación está atada de manos para realizar programas de orientación más socialdemócrata, como sería el intento de realizar una “segunda reforma laboral” para aumentar la fuerza negociadora de los sindicatos*” (Moulian, 2002, p.56). A *Concertación* não pode realizar tal reforma porque o *Chile Actual* é

una sociedad donde el movimiento obrero no es más un factor decisivo de poder, como en los esquemas populistas, donde la tendencia a la flexibilización de las relaciones laborales es y será creciente. Esto es, una sociedad donde es y será cada vez mayor el debilitamiento de las restricciones legales que todavía maniatan el funcionamiento libre del mercado de trabajo. Las relaciones capital/trabajo tienden y tenderán cada vez más a organizarse como relaciones entre patronos e individuos asalariados. Las formaciones colectivas de asalariados son y serán cada vez más deslegitimadas, como provocadoras del funcionamiento imperfecto del mercado laboral, como “monopólios”. (...) en el futuro (...) tampoco será posible negociar reestructuraciones de las relaciones capital/trabajo. Operará la ley de hierro de la disputa por la competitividad, tal como es interpretada por los empresarios, el nuevo sujeto de la historia. (idem, p.46).

Sua análise histórica aponta que coube a esses novos sujeitos da história, em conjunto com os militares e intelectuais neoliberais, dar continuidade a materialização da revolução capitalista em curso desde meados dos anos 1970. Foi esta tríade que idealizou e contribuiu para a construção de uma sociedade onde o social aparece naturalizado, com pequenos ajustes; uma sociedade de mercados desregulados (anti-Polanyi), de indiferença política, de indivíduos competitivos que se realizam pelo simples prazer de consumir; de assalariados socializados no disciplinamento e na evasão; uma sociedade que mescla inserção no mercado mundial, acesso a tecnologias de ponta, pobreza e precarização do emprego compensada pela massificação creditícia (anti-Smith). (ibidem, p.27-28 e 46). O *Chile Actual* fortalece a “cultura mercantil” própria das sociedades capitalistas, que cultua o dinheiro e as possibilidades de consumo. Obter bem-estar e conforto material converte-se no sentido principal da vida.

A maior riqueza é, por excelência, sinônimo da superação dos limites do ter, e pouco ou nada diz respeito ao ser (anti-Marx).

La cultura cotidiana del Chile Actual está penetrada por la simbólica del consumo. Desde el nivel de la subjetividad esto significa que en gran medida la identidad del Yo se constituye a través de los objetos, que se ha perdido la distinción entre “imagen” y ser. El decorado del Yo, los objetos que dan cuenta del status, del nivel de confort, se confunden con los atributos del Yo. No solamente la estratificación del individuo se realiza a través de la exterioridad, por su consumo. También se constituye en ese plano la imagen de sí mismo, su “self esteem”, su relación con la sociedad o su conciencia social. El decorado o la fachada pasa a ser parte del Yo, núcleo íntimo de ese Yo. Este se há vuelto imagen en un espejo, atrapado en la cultura de la exterioridad. (Moulian, 2002, p.106-7).

No *Chile Actual* o consumo foi exacerbado por meio da massificação do crédito para amplos estratos sociais. Por aí se realiza uma forma peculiar de cidadania, exercida pelos “*cidaudanos credit-card*” na denominação dada por Moulian, propalada por outros como a via de superação do déficit social, gerado pelo próprio modelo de acumulação neoliberal, modelo esse legitimado tantos pelos concertacionistas democratas-cristianos, Patricio Aylwin (1990-1994) e Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), quanto pelos concertacionistas socialistas, Ricardo Lagos Escobar (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010).

No livro *Política, democracia y ciudadanía en una sociedad neoliberal: Chile 1990-2010*, Juan Carlos Gómez Leyton afirmou que o “*cidaudano credit-card*” cedeu lugar a partir de fins do século XX a um tipo superior, mais complexo que o sujeito social assinalado por Moulian, ao que chamou de “*ciudadano patrimonial/consumidor/usuario*”. Para Gómez Leyton trata-se de um “*nuevo sujeto histórico y social*” que atua como “*actor principal de la historia política reciente de Chile*”, entre outras coisas pelo fato de ter permitido o triunfo da direita política nas eleições de 2009/2010. Não que tenham votado massivamente no candidato da *Renovación Nacional*, Sebastián Piñera, mas sim pela não participação nos processos eleitorais da “*democracia neoliberal*”, reduzindo assim consideravelmente o quórum político eleitoral necessário para que a direita viesse a ganhar uma eleição presidencial. Ele mesmo recorda que desde 1997 a *Concertación* já vinha dando mostras de um constante esgotamento político, e que esteve muito próximo de perder o governo na eleição presidencial de 1999, quando Ricardo Lagos enfrentou o candidato da UDI, Joaquín Lavín, no segundo turno das eleições presidenciais, tendo vencido por estreita margem de votos.

Foi certamente simbólico o fato de um candidato do Partido Socialista ter novamente assumido o governo do Chile depois de trinta anos. Mas como bem observou Gómez Leyton,

entre el Chile de Allende y el Chile de Lagos hay enormes diferencias sociales, económicas culturales y políticas. Por eso, los desafíos como las tareas políticas son, en consecuencia, distintos y difícilmente comparables. Las exigencias históricas al proyecto político de Salvador Allende representaba e impulsaba se enmarcaban en un contexto político internacional dominado por la confrontación Este-Oeste, por un lado, y por la crisis del orden capitalista latino-americano, por outro. El ascenso al gobierno de la Unidad Popular obedece al avance social y político del movimiento popular y responde a la crisis orgánica de la sociedad chilena de aquella época. Por ello, la “vía chilena al socialismo” impulsada por el gobierno democrático y socialista del Presidente Allende constituye un intento de resolución popular a dicha crisis. Para las fuerzas políticas de la izquierda chilena de los setenta, no solo se trataba de realizar la revolución socialista por los caminos de la institucionalidad democrática liberal sino que, también, se trataba de golpear los intereses económicos y políticos del imperialismo norteamericano. En ese sentido, el proyecto político de la Unidad Popular se insertaba en la lucha social por la liberación continental de América Latina. Este era, sintéticamente, el contexto histórico político en donde se inserta el ascenso al gobierno de Salvador Allende, el primer presidente marxista que llegaba al poder a través de los mecanismos electorales de la democracia representativa. Mientras que el contexto político del ascenso de Ricardo Lagos está marcado por el fin de la Guerra Fría y la desintegración de los socialismos reales, hecho que há dado passo a un mundo globalizado interconectado esencialmente por el fin de la Guerra Fría y la desintegración de los socialismos reales. Hoy se lucha más por integrarse que por liberarse de las redes del capitalismo mundial. Internamente, la sociedad chilena no es, aparentemente, una sociedad desgarrada por el conflicto político. Nadie cuestiona nada. Salvo aquellos que exigen justicia por las violaciones de los derechos humanos realizadas durante el régimen militar y otros que se quejan de la pobreza y de la excesiva concentración de la riqueza. Por la zona sur, unos olvidados indígenas buscan reeditar la “guerra de Arauco”. También, se quejan los afectados por la crisis asiática y aquellos que la suspensión de sus tarjetas de crédito los alejan momentáneamente del consumo. Y, a pesar de la detención del dictador en Londres, el país marcha por la senda del crecimiento económico y consolidación de la sociedad neoliberal. Sin lugar a dudas, el único punto en común que tienen Ricardo Lagos y Salvador Allende, es haber sido elegidos presidentes de la república a través de la votación popular. Pues, Lagos Escobar, no es marxista ni tampoco socialista, sino más bien, un socialdemócrata neoliberal de fin de siglo. (Gómez Leyton, 2010, p.179-180).

Escrevendo logo após a vitória apertada de Lagos, Leyton considerou que o grande desafio histórico e político de Lagos e do “*socialismo neoliberal*” em princípio do século XXI era avançar no processo de construção de uma sociedade plenamente democrática. Grande desafio pelo fato do novo governo se encontrar não apenas limitado pelos 48% de votos obtidos pela direita, como também pela ausência de

projetos alternativos democráticos e pelas próprias estratégias políticas de alguns partidos integrantes da *Concertación*.¹⁵²

Avançar no processo de construção de uma sociedade democrática era justamente o primeiro dos objetos programáticos do *Programa de Gobierno de la Concertación*, “*Una democracia para todos debe estar basada en el crecimiento económico, la justicia social, la participación ciudadana y la autonomía nacional (...) [así como] la superación progresiva de las extremas desigualdades*”, uma proposta há muito encabeçada, desde antes mesmo dos tempos do governo Aylwin, mas que ainda não havia dado frutos por não ter superado nem a presença dos “*enclaves autoritarios*”, tampouco a “*pobreza ciudadana*”.

O abandono das muitas propostas contidas nesse *Programa de Gobierno de la Concertación* ao assumir o governo central, e a legitimação do “*modelo económico*” da ditadura, foram analisados por Hugo Fazio e Magaly Parada num estudo de *Veinte años de política económica de la Concertación*. Segundo eles, Edgardo Boeninger, então secretário geral da Presidência durante a gestão de Aylwin (1990-1994), afirmou em setembro de 1993 que

el gobierno de Aylwin cumplió la misión de legitimar el modelo económico impuesto en los años de ditadura”, acrescentando que “*sin esta legitimación (...) el modelo de economía abierto hacia el exterior, basado en la propiedad privada y de mercado, no se habría desarrollado en Chile. Hemos legitimado el pasado (...) sobre la base de que este es parte de la realidad del Chile del presente y del futuro.* (Cenda, *Base de Datos* 10/09/1995 *apud* Fazio & Parada, 2010, p.07).

Alejandro Foxley, ministro da fazenda do governo Aylwin, posteriormente também destacaria a legitimidade do “*modelo neoconservador*” por parte do primeiro da *Concertación* – que segundo ele mesclava retirada do Estado da vida econômica; desregulamentação de mercados chaves, tais como mercados financeiro e de crédito externo e mercado de trabalho; ajuste automático enquanto mecanismo espontâneo de regulação econômica; e redução de impostos para os grupos de elevadas rendas para fins de aumentar a poupança interna.

A implementação desse modelo tomou formas distintas durante os governos da *Concertación*. Todas foram apoiadas em acordos de cúpula com partidos de direita. A aprovação da reforma tributária em 1990 foi à primeira clara manifestação do consenso

¹⁵² Ver o artigo *La pobreza Ciudadana: elecciones, política y democracia*, publicado originalmente na *Revista Cordillera*, N° 15, em 2000, pela *Asociación de Chilenos Residentes en México*, reproduzido no já citado livro *Política, democracia y ciudadanía en una sociedad neoliberal*.

entre a *Concertación* e a *Renovación Nacional*¹⁵³. Este acordo significou o quase abandono de muitas das formulações de políticas tributárias concebidas no programa da *Concertación*. Nas *Bases Programáticas Económico-Sociales* sustentavam que “*la carga tributaria en Chile no puede considerarse elevada. Ella tiene (...) una marcada tendencia regresiva, debiendo mejorarse su progresividad, aumentarse la contribución relativa de los impuestos directos*” (apud Fazio & Parada, 2010, p.14). Inicialmente os impostos diretos foram efetivamente ampliados, mas não na proporção prometida e necessária para cumprir com o programa social proposto. Muitas demandas sociais acumuladas não dispuseram de recursos suficientes para serem atendidas. Antes de ser governo à *Concertación* havia previsto um montante de mais de um bilhão de dólares para atender apenas as necessidades sociais mais urgentes. Mas o acordo com a *Renovación Nacional* ficou muito aquém desse montante, em cerca de apenas 60% desse total, sendo que uma terça parte desse fora financiado pela expansão do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), um imposto indireto claramente regressivo que incide sobre o consumo e afeta em maior porcentagem as pessoas com rendas menores. O IVA cresceu em 60% entre os anos de 1990 e 1994, ao passo que o PIB cresceu 36,1% no mesmo período. Ademais, posteriormente (em 1993) os incrementos tributários sobre as altas rendas foram inclusive revertidos.

Logo ao assumir o cargo, Foxley deixou claro que a expansão gradual do gasto social seria regulada pela manutenção do equilíbrio macroeconômico e financeiro, pelo controle inflacionário e do déficit público. Analisando o balanço social do governo Aylwin, José Pablo Arellano, então *director de Presupuesto*, afirmava que “*la reforma tributaria (...) tenía como meta principal elevar la recaudación. Los objetivos de mejorar la progresividad y los efectos del sistema tributario sobre la asignación de recursos eran relativamente menos importantes, aunque también estuvieran presentes*” (apud Fazio & Parada, 2010, p.21). Arellano entendia que “*no se puede (...) bajar el IVA [porque] significa dar un impulso a la expansión del gasto privado*” (idem, p.23). Daí a distância entre a reforma tributária prevista e a efetiva que deixou praticamente intocado os grandes interesses econômicos dos setores de elevadas rendas, uma realidade que como veremos não foi substancialmente alterada com o passar dos anos.

¹⁵³ A *Concertación* e a *Renovación Nacional* é a ala moderada da *Alianza por Chile*, que juntamente com a *Unión Demócrata Independiente* formam até o presente uma coalizão política conservadora-liberal de direita e de centro-direita; atuaram pela primeira vez como *Democracia y Progreso* nas eleições presidenciais de 1989.

Além da reforma tributária progressiva e da maior ampliação da política social, outros tantos aspectos centrais do *Programa de Gobierno* da *Concertación* também foram deixados de lado. Foi assim com as revisões das privatizações que não se materializaram, bem como com a política de expansão da Codelco que seguiu restringida durante os governos de Patricio Aylwin e Eduardo Frei Ruiz-Tagle¹⁵⁴ (1994-2000). A paralização do processo de desenvolvimento e expansão da Codelco (desde o governo Pinochet) e a privatização indireta da mineração do cobre resultaram na entrega de valiosas jazidas às corporações transnacionais, a exemplo do rico mineral de cobre de *El Abra* surrupiado da Codelco. Dados do *Ministerio de Minería* davam conta de que em 1995 a produção privada de cobre já superava a produção estatal, sendo que a maior parte das exportações desse minério provinham do setor privado.

O caráter do país de exportador de produtos primários e com pouco trabalho incorporado praticamente não foi alterado, não obstante o propósito do *Programa* de estimular “*más eficientemente las exportaciones y la substitución eficiente de las importaciones*”. Prevaleceu a orientação dos investimentos estrangeiros que privilegiaram o setor mineiro e em geral o incentivo às exportações nas formas mais primárias, com impactos perniciosos para o país.

Chile nunca había experimentado un flujo tan grande de inversión extranjera com en los cuatro años transcurridos entre 1990 y 1993, llegando a sumar aproximadamente los US\$5.000 millones. Este monto equivale al total ingresado a través del DL 600¹⁵⁵ entre su promulgación en 1974 y 1989, o sea en todo el período de Pinochet. (...) Las cifras de inversión extranjera materializada fueron elocuentes, apoyadas en privilegios que se le concedieron, altamente onerosos para el país, como el proceso de capitalización de pagarés de la deuda externa y las formas lesivas para el patrimonio público que alcanzó el curso privatizador. (...) al finalizar el Gobierno de Aylwin, evidenció (...) una fuerte concentración, la elevada presencia de corporaciones transnacionales, la reducción de la participación estatal y la creciente tendencia de los grupos económicos nacionales a asociarse con capitales extranjeros. La concentración se apreció en el hecho de que las doce mayores empresas exportadoras realizaron un 45% de las ventas externas totales. De esas doce sociedades, en todas – si se exceptúa las dos empresas estatales exportadoras de cobre, Codelco y Enami – hay presencia dominante o significativa de capitales extranjeros. (...) A sua vez, el fuerte carácter primário dominante todavía de las ventas al exterior queda nítido analizando la actividad de las empresas incluidas [La Escondida, con 6,36%; Celso, 3,33%; Disputada de Las Condes, 2,4%; Refimet, 1,8%; Methanex, 1,54%; Celulosa del Pacífico, 1,39%; Minera del Pacífico, 1,39%; Minera Mantos de Oro, 1,26%; Mantos Blancos, 0,97%; y Forestal Santa Fe, 0,9%]. (Fazio & Parada, 2010, p.26, 27, 35 e 36).

¹⁵⁴ Filho de Eduardo Montalva (que governou o Chile entre os anos de 1964-1970), se elegeu pela *Concertación* em 1993 com 57,9% dos votos válidos.

¹⁵⁵ O DL 600 é um contrato firmado entre o investidor estrangeiro e o Estado do Chile, e constitui uma das formas mais utilizadas para materializar o investimento estrangeiro.

Fazio e Parada argumentam que também prevaleceu a conduta negligente por parte do governo Frei Ruiz-Tagle em não dedicar atenção devida na defesa do preço do cobre no mercado internacional, sobretudo diante do fato de uma das causas determinantes da redução de sua cotação prover do excesso de oferta criado em elevada porcentagem pelas empresas transnacionais presentes no Chile. E dado que o Estado não exerceu ativa função reguladora, a economia chilena viu-se entregue às determinações dos consórcios privados que não conduziram seus negócios em consonância com os interesses do país (vide as elevadas transferências ao exterior e investimentos realizados fora do Chile), tanto no que diz respeito à ampliação de sua riqueza como na erradicação de sua pobreza.

As crises externas que sucederam na segunda metade dos anos 1990 (asiática, russa e brasileira) revelaram à dependência e vulnerabilidade da economia chilena, a estrutura deformada de seu setor exportador, a instabilidade que pode produzir o movimento de capitais, a necessidade de se recuperar a autonomia interna, a urgência de uma “segunda fase exportadora” que realizasse mais trabalho incorporado, e a carência de uma política para o país. (idem, p.53). As repercussões dessas crises se manifestaram fundamentalmente pela via do comércio exterior e pelo movimento de capitais. A crise asiática logo se manifestou no conjunto dos bens exportados pelo Chile para os países afetados por essa crise. Em dezembro de 1997 as exportações chilenas diminuíram em sete dos dez principais mercados asiáticos. A redução da demanda por cobre pelos países asiáticos, que absorviam nada menos do que 33% do consumo mundial, foi um duro golpe na cotação internacional do produto. As exportações chilenas de cobre refinado foram reduzidas em 150 mil toneladas. A *balanza comercial* encerrou nesse ano com um déficit de quase US\$ 1,3 bilhão, o maior déficit comercial desde a crise de 1982. O resultado da *balanza comercial* ficou negativo em -1,9% do PIB no ano de 1997, e em surpreendentes -3,1% do PIB no ano subsequente (Ffrench-Davis, 2008).

Há que se considerar que o déficit global da *balanza de cuenta corriente* (que engloba os resultados das *balanzas comercial, de rentas y de transferencias*) vinha acumulando déficits desde o início do governo Aylwin, ou seja, mesmo antes do desatar da crise asiática que aprofundou os resultados negativos, tanto na *balanza comercial* quanto na *balanza de rentas*. Esses resultados foram impulsionados pela valorização da moeda nacional, dada em muito pelo forte ingresso de recursos externos atraídos por altas rentabilidades no setor produtivo e no mercado de capitais. Num primeiro momento, a entrada de capitais (até outubro de 1997) contribuiu para altas e

prolongadas taxas de crescimento econômico, mas ao longo do tempo também contribuíram na valorização do peso, e conseqüentemente na geração de déficits comerciais e na alta desmesurada dos preços dos ativos, fatores esses que acabavam por inibir o próprio ingresso de novos capitais e o crescimento econômico.

A economia chilena que vinha crescendo numa média acelerada de 6% ao longo do chamado “*círculo virtuoso*”, entre os anos de 1985 a 1995, desacelerou seu ritmo nos anos subsequentes. As crises externas da segunda metade dos anos 1990 afetaram os termos de intercâmbio, o resultado da *balanza de cuenta corriente*, e também contribuíram na desaceleração do crescimento econômico e no aumento do desemprego e da pobreza relativa. Em 1998, os preços do cobre no mercado internacional se encontravam em baixa – influenciados pela elevada oferta chilena¹⁵⁶ e pela redução da demanda (não apenas da Ásia) originada na desaceleração da economia mundial –, assim como outros principais produtos de exportação chilena, como a celulose e a farinha de pescado. As exportações em geral, crescentes na primeira metade dos anos 1990, já vinham caindo acentuadamente a partir de 1995-1996 e aprofundaram ainda mais essa queda nos anos subsequentes. A *balanza de cuenta corriente* manteve-se no vermelho durante toda a década de 1990, e fechou em 2000 com um déficit de -1,2% em relação ao PIB. As taxas de investimento declinaram sensivelmente durante a crise asiática, saindo da casa dos 27% para 23,2% entre os anos de 1998 e 2000. Em fins de 1998 a economia chilena já se encontrava em recessão, mas conseguiu fechar esse ano com o modesto crescimento de 3,2%, ampliado para 4,5% no ano 2000. O Banco Central manteve a tendência de queda da inflação, reduzida de 27,3% para 4,5% entre 1990 e 2000. Já o desemprego, que oscilava entre 6,6% e 7,8% entre 1990 e 1998, subiu para 9,7% em 2000. (ver Quadro 1 abaixo). Agregue-se o dado de que a relação produtividade/salários reais ter sido negativa para os trabalhadores chilenos durante toda

¹⁵⁶ Ao expandir continuamente sua produção, o Chile já vinha contribuindo para gerar uma sobre oferta mundial, e com ela uma desvalorização no mercado internacional. “*Como señaló ele x senador Jorge Lavanderos, “el principal responsable de la sobreproducción es Chile” (28/08/98), o más concretamente la conducta de las transnacionales y la carencia de una política país. Este aumento desenfreado de la producción se producía, como ratifico un estudio del Banco Mundial, desde antes del inicio de la crisis de los llamados ‘dragones asiáticos’. Em 1996 el consumo mundial creció en 104 mil toneladas de cobre y Chile produjo extra 627 mil toneladas de cobre. “El aumento de la producción chilena – subrayó el senador – fue seis veces más que el aumento del consumo mundial”. Em diciembre, el precio del cobre bajo de la barrera de los US\$70 la libra, llegando incluso en muchos días a niveles de US\$65, lo que constituyó en valores reales la menor cotización desde que se llevaban registros estadísticos. “El valor en términos reales más cercano – señaló Juan Eduardo Herrera, alto directivo de Codelco – es de 66 centavos en 1934 ó 1935 a causa de la tremenda crisis de esa época (19/02/99). El 24 de diciembre de 1998, como ‘regalo de Pascua’, el precio llegó a su punto más bajo en el año con US\$ 65,2”.* (Fazio & Parada, 2010, p.70).

a década de 1990¹⁵⁷, indicando que o excedente não pago fora absorvido como lucro do capital. E também o dado de que o chileno médio passou em fins dos anos 1990 a ser mais pobre, tanto pelo achatamento de sua renda como pela desvalorização do peso chileno que resultou na redução do Produto por habitante em cerca de US\$ 300¹⁵⁸.

Quadro 1. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 1990-2000 (em %)

	1990	1992	1994	1996	1998	2000
Crescimento do PIB	3,7	12,37	5,7	7,4	3,2	4,5
Taxa de investimento (% do PIB)	24,2	24,7	27,4	26,4	27,0	23,2
Desemprego	7,8	6,7	7,8	6,6	6,2	9,7
Inflação	27,3	12,7	8,9	6,6	4,7	4,5
Crescimento das exportações	3,6	11,9	26,1	3,8	-8,7	11,9
Bal. Conta Corrente (% do PIB)	-1,6	-2,3	-3,1	-4,1	-4,9	-1,2

Fontes: *Instituto Nacional de Estadísticas, Dirección de Presupuestos y Banco Central apud Infante, Molina & Sunkel, 2009, p.136-137. El resultado del Balanzo de la cuenta corriente fue modificado en los años 1998 y 2000 conforme Ffrench-Davis, 2008.*

É certo que as crises externas influenciaram nas contas externas do Chile e na deterioração de índices econômico e sociais, na contração da expansão da riqueza e no alargamento da pobreza relativa. No entanto, como argumentam Fazio e Parada, houve também forte responsabilidade oficial, tanto pelas políticas restritivas aplicadas pelo Banco Central independente e pelo Governo, como pela carência de políticas dirigidas a promover uma estrutura exportadora com maior valor agregado e de defesa particularmente da cotação do cobre nos mercados internacionais. Num plano mais geral, incidiu o próprio modelo econômico ao proporcionar uma política irracional de abertura comercial e financeira e de criar as melhores condições ao capital externo¹⁵⁹, que obteve rentabilidades de forma mais fácil e em muitas esferas apenas exportando recursos primários ou de muito baixo valor agregado.

(...) la realidad no era solo consecuencia (...) de factores externos, sino que influyeron decisivamente desequilibrios y contradicciones en desarrollo desde antes que se iniciase el derumbe en las economias de los llamados 'dragones asiáticos' y las denominadas políticas de 'ajuste'. Más aún, la crisis acentuo o sacó más fuerte a luz estas contradicciones. (Fazio e Parada, 2010, p.62-63).

¹⁵⁷ Fazio & Parada, 2010, p.71-72.

¹⁵⁸ Idem, p.67-68.

¹⁵⁹ Um exemplo dessas melhores condições é o trato que o Chile tem para com o investimento estrangeiro direto. A Lei de Investimento Estrangeiro chilena garante aos investidores estrangeiros o mesmo tratamento que tem os chilenos, e garante a esses o acesso ao mercado de câmbio para repatriarem os seus lucros.

A própria condução das políticas oficiais aplicadas para fins de enfrentar os efeitos das crises e os desequilíbrios próprios da economia nacional tiveram influências não desprezíveis. As políticas macroeconômicas adotadas para enfrentar as crises consistiram em políticas monetárias e fiscais fortemente restritivas, baseadas em taxas de juros muito elevadas e em cortes nos gastos públicos, mesmo quando (como em outubro de 1998) o próprio FMI e o Banco Mundial modificavam suas recomendações¹⁶⁰. As formulações de levar adiante uma “segunda fase exportadora” não saíram do papel, nem antes nem depois da crise. A permanência do peso sobrevalorizado antes do desatar das crises, sistematicamente defendido pelo Banco Central, foi crucial nesse sentido. O câmbio valorizado inicialmente repercutiu negativamente no déficit em conta corrente e nos níveis de atividade econômica ao desestimular as exportações e fomentar as importações substitutivas da produção nacional. A desvalorização subsequente em função das crises financeiras até contribuíram momentaneamente para o aumento das exportações, mas sem uma ativa política dirigida a promover exportações com maior valor agregado, à estrutura primária ou de baixo valor agregado manteve-se praticamente inalterada.

Ademais, a abertura indiscriminada dos mercados chilenos não serviu para amenizar os crescentes desequilíbrios econômicos e sociais no país, ao contrário, parece tê-los aprofundados. Em seu estudo sobre *A mundialização do Capital*, François Chesnais ao lembrar da crise mexicana de 1994-1995 já dizia “basta[r] pouca coisa para que um lugar financeiramente “atraente” deixe de sê-lo em questão de dias e, de certa forma, fuja da órbita da mundialização financeira” (1996, p.17). Ora, um lugar financeiramente “atraente” é um lugar “aberto”, sem ou com o menor controle de capitais. Mas as experiências de abertura financeira e comercial parecem não ter reduzido às desigualdades entre os países e no interior deles, ao contrário, parecem tê-las ampliado. O “projeto modernizador” do México é um caso exemplar. Os tratados de livre comércio restringem-se essencialmente ao que interessa ao capital, e em muito inibem o livre movimento da mão de obra. Juan Somavía, então diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinalava há uma década (2003) que “*la globalización destruye las industrias tradicionales y crea en consecuencia un aumento*

¹⁶⁰ ““Hemos tenido – indicó el FMI al dar a conocer su nueva posición – un importante cambio en las condiciones de los mercados financieros en los último mes y medio. Necesitamos un relajamiento de la política monetária, y es lo que recomendamos ao 90% del mundo” (01/10/98). Pouco depois o Banco Mundial assinalava que “*las políticas excesivamente contractivas conducen a más bancarrotas, haciendo más difícil la reestructuración de las empresas y del setor financeiro y la recuperación de la confianza empresarial*””. (apud Fazio & Parada, 2010, p.55 e 57).

del número de desempleados superior al que los sectores industriales de tecnologías avanzadas son capaces de absorber”. E também apontava com ênfase ainda maior as adversidades que a globalização proporcionava à proteção social.¹⁶¹ Além disso, a abertura econômica não constitui por si só um fator de crescimento. É o que apontou na mesma época um estudo do ex-economista chefe do FMI, Kenneth Rogoff, ao concluir que um sistemático exame sugere ser difícil estabelecer uma forte relação causal entre a integração financeira ao mundo e crescimento econômico para um país subdesenvolvido. “... *no hay un respaldo fuerte, sólido y uniforme para el argumento teórico según el cual la globalización financiera per se depara una tasa más alta de crecimiento económico*”¹⁶². Pouco depois (2004) Joseph Stiglitz também alertava que “*firmar un acuerdo de libre comercio no es un camino fácil ni seguro hacia la prosperidad eterna*”¹⁶³.

Mas as autoridades chilenas não levaram em consideração certas advertências contrárias às assinaturas de Tratados de Livre Comércio (TLCs) e suas “condicionalidades”. O Chile privilegiou acordos com os grandes centros da economia mundial, com destaque para o TLC com os Estados Unidos, mas também manteve acordos comerciais com outras tantas nações fora do eixo dos grandes centros¹⁶⁴. Apesar das insistentes tentativas dos concertacionistas democrata-cristãos, foi na administração de Ricardo Lagos (2000-2006) que fora assinado (2003) e implementado (2004) o TLC com os Estados Unidos. Para Fazio e Parada (2010, p.94), esse TLC significou para o Chile a manutenção do “Estado mínimo”; a maior abertura de sua economia aos mercados externos; a proteção dos investimentos externos a alterações

¹⁶¹ Vide *Base de Datos de Cenda* www.cendachile.cl apud Fazio e Parada, 2010, p.88.

¹⁶² Idem, p.92-3.

¹⁶³ Ibidem, p.86.

¹⁶⁴ Segundo o conhecido site Wikipedia, “o país assinou acordos de livre comércio (TLC) com toda uma rede de países, incluindo um TLC com os Estados Unidos, que foi assinado em 2003 e implementado em janeiro de 2004. Ao longo dos últimos anos, o Chile assinou acordos de livre comércio com a União Européia, Coréia do Sul, Nova Zelândia, Singapura, Brunei, China e Japão. O país chegou a um acordo de comércio parcial com a Índia em 2005 e começou negociações para um TLC de pleno direito com os indianos em 2006. O governo chileno também concluiu acordos comerciais preferenciais com a Venezuela, Colômbia e Equador. Um acordo de associação com o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), entrou em vigor em outubro de 1996. O Chile conduziu negociações comerciais em 2007 com a Austrália, Malásia e Tailândia, bem como com a China para expandir um acordo existente além do simples comércio de bens. O governo chileno concluiu as negociações com a Austrália e a expansão do acordo com a China em 2008. Os membros do P4 (Chile, Singapura, Nova Zelândia e Brunei), também pretendem concluir um capítulo sobre finanças e investimentos em 2008. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concordou em convidar Chile para estar entre os quatro países para abrir discussões para se tornar um membro oficial da organização. O país foi convidado a participar da organização em dezembro de 2009 e aprovado em janeiro de 2010”. < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chile>>.

nas “regras do jogo”; a determinação do câmbio na direção em que atuam os grandes mercados; reforçou a ideia da flexibilização laboral como necessidade fundamental da competitividade das empresas etc.

Convém recordar que o Banco Mundial e o FMI se empenharam durante muito tempo em destacar o México e o Chile como países “modelos”, cujas políticas deviam ser imitadas por todas as nações que aspirassem obter os mesmos êxitos. A irrupção da guerrilha em Chiapas e a “crise da “tequila” em meados dos anos 1990 deslocou a imagem positiva do México dos principais jornais e revistas da “comunidade internacional”, bem como das publicações do Banco Mundial e do FMI, ao passo que redobravam os seus louvores ao caso chileno. (Borón, 2001). Agências externas de avaliação econômica assim como líderes políticos no poder, fossem da *Concertación* ou da *Alianza por Chile*, seguiram conferindo o título de moderno ao Chile, o que permitiu ao país firmar ao longo dos anos TLCs com os países líderes e exportar uma parte significativa de seu Produto, e ser considerado uma economia exemplar, ainda que em pequena escala. (Moulian, 2006).

A forma adquirida no processo de abertura da economia chilena conduziu a uma substancial modificação no peso relativo dos mercados interno e externo na composição do Produto Nacional. Enquanto cresceu o seu setor exportador baseado em recursos primários ou de baixo valor agregado, sua produção orientada ao mercado interno foi sendo crescentemente substituída por produtos importados. Os TLCs firmados reforçaram essa tendência. Depois de uma brusca queda nas exportações durante a fase mais aguda da crise asiática, as mesmas voltaram a crescer, sobretudo depois do ano de 2003, puxadas pelo *boom* no preço do cobre que registrou um aumento sustentável desde fins de 2003 até meados de 2008 – em dezembro de 2003 o preço do cobre se aproximou de US\$ 1 a libra, e em 2008 ultrapassou os US\$ 4 a libra. As exportações passaram a ter um peso cada vez maior na composição do Produto Nacional, subindo de 30% a quase 50% no decorrer dos últimos 15 anos.

A elevada cotação alcançada pelo preço do cobre beneficiou diretamente os consórcios privados no setor. Os lucros das transnacionais cupríferas alcançaram níveis elevadíssimos, o que justificava ao Chile aplicar medidas que retivessem para o país parte dos lucros extraordinários¹⁶⁵, tal como aconteceu em outras nações. Mas se seguiu

¹⁶⁵ O ano de 2006 foi particularmente extraordinário para os consórcios privados, que inclusive continuaram despachando volumosos recursos ao exterior. A conta de rendas das transações correntes do balanço de pagamentos registrou um expressivo saldo negativo, da ordem de US\$ 19.391,50 milhões, que

privilegiando os grandes interesses econômicos. José Gabriel Palma nos lembra que “o royalty que Ricardo Lagos inventou para a mineração é só para dizer que há royalty no Chile: na atualidade [maio de 2013], equivale a menos de 2% dos lucros das empresas mineradoras privadas”¹⁶⁶.

Já a Codelco, em vez de incrementar sua presença na mineração cuprífera chilena durante essa fase de bonança, reduziu-a. Segundo um estudo da *Comisión Chilena de Cobre*, a Codelco reduziu a sua participação no conjunto da produção interna em cerca de dez pontos percentuais entre os anos de 1998 e 2008, passando de 38% para menos de 30%. Para Fazio e Parada (2010), tal fato constitui uma demonstração eloquente da carência de uma política de desenvolvimento da Codelco e de defesa para o país de seus recursos naturais. Eles lembram que a administração Lagos impediu a Codelco de efetuar investimentos, aproveitando parte de seus excedentes para fins de não “perder terreno” no país e em nível global frente aos grandes consórcios transnacionais do setor. Em 2007, excepcionalmente, Lagos autorizou a Codelco capitalizar US\$ 713 milhões. Em princípios de 2009, Bachelet destinou fundos para capitalização da Codelco em US\$ 1 bilhão para ser utilizado em um plano de investimento num montante de US\$ 2 bilhões, extremamente necessários para enfrentar a contração econômica experimentada pelo país na mais recente crise que abalou muitos países no mundo. Mas numa clara manifestação contrária ao interesse nacional, o governo propôs que os recursos faltantes deveriam ser obtidos via endividamento. Resultado: a maior empresa chilena, que destina praticamente todos os seus excedentes ao fisco – no triênio 2006-2008 entregou ao fisco excedentes na ordem de US\$ 22 bilhões¹⁶⁷, os quais permitiram acumular um elevado fundo soberano no exterior (colocado em ativos financeiros) –, teve de se endividar (pagando mais juros do que se recebe pelo fisco no exterior) para sustentar sua política de investimentos, necessária para poder entregar no futuro mais excedentes.

O *boom* na cotação do cobre em muito contribuiu para o extraordinário aumento das exportações entre os anos de 2004 e 2007. A *balanza comercial* registrou significativos superávits entre esses anos (de 9,2% em 2004; 8,5% em 2005; 15,1% em

no fundamental correspondia a utilidades obtidas no país que se extrai da economia chilena. O preço do cobre seguiu elevado em 2007, e também as remessas de lucros continuaram sendo muito elevadas.

¹⁶⁶ Vide agência Carta Maior, 21/05/2013, matéria – modelo chileno está por um fio, adverte economista. www.cartamaior.com.br.

¹⁶⁷ No Chile, uma porcentagem importante dos excedentes fiscais se origina dos recursos repassados ao Estado pela Codelco, em contraste profundo com os consórcios privados, que enviam remessas significativas de lucros ao exterior ou investem em outros países.

2006; e 13,8% em 2007). Os saldos positivos da *balanza de cuenta corriente* só não foram maiores (de 2,2% em 2004; 1,2% em 2005; 4,7% em 2006; e 4,4% em 2007) porque também foram extraordinariamente elevados os déficits registrados na *balanza de rentas* (de -8,2% em 2004; -8,8% em 2005; -12,6% em 2006; e -11,2% em 2007).¹⁶⁸ (Ffrench-Davis, 2008). A própria conjuntura externa muito favorável, evidenciada nos termos de intercâmbio¹⁶⁹, não foi bem aproveitada pelo país. Passado os difíceis anos de crise econômica, entre 1997 e 2003, o PIB chileno cresceu em média cerca de 5% entre os anos de 2004 e 2008. Os investimentos não deslancharam e parecem não ter conseguido recuperar a média obtida ao longo da década de 1990. A inflação manteve-se em baixa, a exceção dos anos de 2007 e 2008, quando ficou acima das expectativas e do desejo do governo. O Banco Central do Chile privilegiou o combate à inflação como objetivo quase exclusivo, em detrimento da busca pelo crescimento econômico e o pleno emprego. O nível de desemprego se manteve muito elevado (numa média superior a 8% entre 2004-2008) para uma economia que se encontrava num momento de fatores externos extremamente favoráveis. (vide Quadro 2 abaixo). Quanto à distribuição da riqueza no período, sabe-se que os fortes lucros obtidos no comércio internacional chegaram numa porcentagem muito reduzida para a generalidade dos chilenos porque a política fiscal transformou os abundantes ingressos de renda em superávit, mantendo constrangido o gasto público. Fazio e Parada consideraram que “*la gran mayoría de los chilenos permaneció totalmente al margen de la situación favorable creada por el elevado precio del cobre, fueron solo espectadores del período de las ‘vacas gordas’*” (2010, p.109). Eles chegaram a se perguntar se “*¿la gran mayoría de los chilenos continuará quedando al margen de este curso positivo? La mantención del esquema presupuestario y de la situación privilegiada de los grandes intereses económicos, particularmente los cupríferos, llevan a responder que sí?*” (idem, p.111).

¹⁶⁸ Os resultados da *balanza de cuenta corriente* para esses anos fecham na medida em que consideramos os respectivos saldos da *balanza de transferencias*, de 1,1% em 2004; 1,5% em 2005; 2,3% em 2006; e 1,8% em 2007. (Ffrench-Davis, 2008).

¹⁶⁹ A relação entre os preços médios de exportação e importados, melhoraram em cerca de 72% entre 2004 e 2006.

Quadro 2. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 2000-2008 (em %)

	2000	2002	2004	2006	2008
Crescimento do PIB	4,5	2,2	6,0	4,0	3,7
Taxa de investimento (% do PIB)	23,2	23,2	20,9	24,1	26,0
Desemprego	9,7	9,8	10,0	7,8	7,8
Inflação	4,5	2,8	2,4	2,6	7,1
Crescimento das exportações	11,9	-0,5	50,1	40,7	3,2
Bal. Conta Corrente (% do PIB)	-1,2	-0,9	2,2	4,7	-2,0

Fontes: *Instituto Nacional de Estadísticas; Dirección de Presupuestos; y Banco Central. apud Infante, Molina & Sunkel, 2009, p.136-137. El resultado del Balanzo de la cuenta corriente fue modificado en los años 2000, 2002, 2004 y 2006 conforme Ffrench-Davis, 2008; Banco Central de Chile & CEPAL para el año de 2008.*

Esses dois autores argumentam que o não aproveitamento da conjuntura externa de ‘vacas gordas’ proveio da ortodoxia da política macroeconômica aplicada, tanto no governo Lagos quanto no de Bachelet, tornada clara na carência de iniciativas cambiárias e na persistência obstinada no que diz respeito ao mecanismo de superávit fiscal, conduzido para fins de acumular grandes excedentes.

Uma das consequências imediatas do elevado ingresso de divisas provocado pelo *boom* no preço do cobre e de outros itens de exportação foi a forte apreciação produzida no peso em relação ao dólar. A apreciação do câmbio conjuntamente com a redução das tarifas externas afetaram especialmente as médias e pequenas empresas que produziam para o mercado interno. O impacto se manifestou nas empresas florestais, vitivinícolas e frutícolas, bem como nos produtores de leite (cerca de 16.000 se encontraram em dificuldades) que se viram deslocados pelos bens trazidos do exterior. A *Asociación de Exportadores de Manufacturas* cifrou em 44% as empresas manufatureiras que decidiram paralisar seus investimentos em função do câmbio. Os efeitos negativos da valorização do peso conduziram a que se continuasse diminuindo o emprego nas atividades cujos bens podiam ser comercializados internacionalmente, dado a perda de competitividade que experimentavam. A “segunda fase exportadora” manteve-se abandonada, uma vez que foi impossível impulsioná-la diante da forte apreciação do peso.

Mesmo com as condições externas extremamente favoráveis e do forte ingresso de divisas em consequência da cotação elevada do cobre, o crescimento econômico no ano de 2006, o mais favorável para o país, fechou com o PIB em modestos 4%, mais de um ponto percentual inferior à média da América Latina e 2,6 pontos percentuais em relação à média dos países emergentes, o que ratifica que a economia chilena foi

incapaz de aproveitar a situação externa favorável. Desde a crise do sudeste asiático, que golpeou com força a economia nacional, os níveis de atividade econômica permaneceram abaixo do crescimento potencial, sendo mais acentuada a queda quando os fenômenos externos foram desfavoráveis. Mas tampouco se aproveitou adequadamente quando ‘os ventos voltaram a soprar a favor’, como veremos.

Se produce la contradicción que en los años de excedentes extraordinarios, que se extendió desde fines de 2003 hasta el tercer trimestre de 2008, el crecimiento de la economía chilena no estuvo en correspondencia con el momento favorable internacional que se vivió. La libra de cobre promedio mensual estuvo desde 2006 sobre US\$ 3 la libra, triplicando su nivel de 2004. En ese lapso, el crecimiento promedio de la economía de 4,3%, fue muy inferior al de los años 2004 y 2005. En cambio, cuando desde octubre [de 2008] el precio del metal rojo cae, la economía chilena entra inmediatamente en recesión. Muestra elocuente de que no se aprovecharon los excedentes extraordinarios para cambiar la estructura productiva del país, siempre dependiente en su comercio internacional de unos pocos bienes primarios o de bajo valor agregado. En cambio, la fase de las ‘vacas gordas’ fue ampliamente beneficiosa para los consorcios mineros privados que explotan los yacimientos cupíferos, que obtuvieron rentabilidades muy elevadas, las cuales sacaron del país o destinaron en un porcentaje a reinversiones efectuadas en la perspectiva de ganancias futuras. Los responsables de la política económica y los poderes del Estado en su conjunto no hicieron el menor esfuerzo para retener en Chile las ganancias excesivas que obtenían. En otras palabras se permitió un saqueo muy grande del país. (Fazio & Parada, 2010, p.197-198).

Fazio e Parada foram taxativos quanto à debilidade das políticas macroeconômicas aplicadas. Adotando uma análise tipicamente keynesiana argumentam que foi mito pobre o uso de políticas pelo governo e pelo independente Banco Central (BC) para tentar deter o processo descendente da atividade econômica. Ao apegar-se ao seu recorrente objetivo antiinflacionário, o BC não fora capaz de modificar oportunamente a sua conduta monetária de juros elevados, mesmo tendo em conta que a desaceleração produtiva na economia já se visualizava com clareza ainda em 2006. Avaliam que também repercutiu negativamente o caráter restritivo da política fiscal, ao limitar inflexivelmente o crescimento do gasto público, e o processo de valorização do peso vivido durante um longo período, ao que se somou a forte remessa de lucros ao exterior efetuada pelos consórcios transnacionais.

Andrés Velasco e Nicolás Eyzaguirre, ministros da Fazenda dos governos Lagos e Bachelet, mantiveram elevado o superávit fiscal. O centro da estratégia fiscal desses dois governos socialistas fora transformar em superávit os fortes ingressos gerados como consequência do alto preço do cobre nos mercados internacionais. Em matéria de política cambiária, o BC permaneceu inerte. O *Programa de Gobierno de la*

Concertación há muito falava na necessidade de “*mantener en forma estable un tipo de cambio real*”, mas o BC não interveio no mercado durante todo o processo de apreciação cambial, vivido no decorrer da maior parte da década 2000 até abril de 2008. No Chile, não apenas a política monetária mais também a cambial é de responsabilidade do Banco Central, entregue pelos governos de Lagos e Bachelet a direção de Vittorio Corbo. Ele sustentou durante sua longa permanência na direção do BC que a paridade entre o dólar e o peso não se encontrava desalinhada, negando qualquer possibilidade de intervenção. E, de fato, políticas cambiais da parte do BC praticamente inexisteram. Nada ou muito pouco foi feito para enfrentar a valorização do peso que provocava efeitos negativos nos níveis de atividade econômica, afetando os setores exportadores e produtores internos que competiam com importações. Para Fazio e Parada, “*la conducción cambiaria chilena no fue competitiva y constituyó una de las razones de la desaceleración económica producida durante 2006 y en 2008*” (2010, p.107).

Em suma, mesmo na fase de ‘*vacas gordas*’, momento em que o país dispôs de significativos recursos financeiros por conta da venda do cobre a preços muito favoráveis, o Chile não foi capaz de alterar substancialmente a sua estrutura produtiva primária e de baixo valor agregado, e de expandir sua riqueza na dimensão de suas potencialidades (como mostra a Figura 10 (ver Anexo VIII) disponibilizada por Ffrench-Davis (2008), onde retrata o *Deterioro de la política macro desde fines de los noventa*). Ademais o Chile continuou convivendo com uma série de problemas de diferentes naturezas, ainda hoje não resolvidos, tais como a desigualdade e a pobreza, apresentados e analisados mais adiante. Ao final dessa fase de bonança, Moulian questionou se a modernidade chilena não era mais um de seus mitos?¹⁷⁰

Modernidade: mito ou realidade? A modernidade na qual o Chile vive imaginariamente é a fortaleza de seu capitalismo neoliberal (...). Mas se a modernidade capitalista for medida pela capacidade de exportar produtos de alto valor agregado ou pela existência de indústrias com tecnologia de ponta, o Chile está longe de ter alcançado a meta. Nem sequer se pode dizer que sua estratégia de desenvolvimento aponte nessa direção. Tampouco o Chile é moderno se o adjetivo se vincula à equidade, pois apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo e o investimento em educação nos colégios privados é dez vezes maior do que o investimento nas escolas municipais. Esse último dado revela que o sistema educacional é um mecanismo reprodutor das desigualdades. (...) Esse imaginário de modernidade, porém, faz parte dos mecanismos ideológicos por meio dos quais o modelo neoliberal consegue instituir sua dominação e gerar

¹⁷⁰ Lembremos do “mito chileno de uma longa tradição democrática”. Vide o início do item Das Independências às Repúblicas Parlamentarista e Velha no capítulo sobre a Produção e Reprodução da riqueza e da pobreza no Brasil e no Chile.

conformismo. Em sua forma forte, essa representação vê o Chile como um país já moderno; em sua forma débil, o vê caminhando pela senda que conduz à modernidade. Em qualquer caso, é sufocada a necessidade de pensar em um futuro alternativo. Enquanto muitos países da América Latina, em especial do sul, buscam superar as formas de pensar a política e a ordem social do neoliberalismo, o Chile parece estar despertando. O êxito da ditadura pinochetista pode ser medido nessa sujeição às categorias neoliberais e a essa concepção do mundo. (Moulian, 2006, p.288).

O mais difícil foi que durante o presumível despertar, muitos chilenos tiveram de conviver com uma nova crise econômica, gerada externamente, mas com consequências internas, dado os seus múltiplos vínculos com a economia global, sobretudo com a economia estadunidense. A nova crise foi de dimensão muito maior do que as crises financeiras da segunda metade dos anos 1990¹⁷¹, e se estendeu entre os anos de 1997 a 2003. Lembremos que foi também nesse período que a centro-esquerda chilena (representada na *Concertación*) passou a enfrentar dificuldades para fazer-se representar, mesmo que sem grandes avanços na dessujeição das categorias neoliberais.

Quanto a essa nova crise econômica, David Harvey situa suas origens no momento em que “algo sinistro começou a acontecer nos Estados Unidos em 2006” (2012, p.09). O que houve de sinistro (não noticiado nas mídias) foi à repentina ‘explosão’ da taxa de despejo de pessoas pobres, sobretudo afro-americanos e imigrantes hispânicos que viviam em áreas de baixa renda em cidades antigas, como Cleveland e Detroit. Mas quando em meados de 2007 a onda de despejos atingiu a classe média branca que vivia nas áreas urbanas e suburbanas dos EUA, como Flórida, Califórnia e Nevada, não só a grande imprensa passou a comentar como as autoridades americanas passaram a dar atenção. O momento decisivo se deu em 15 de setembro de 2008, quando o Banco de investimentos Lehman Brothers ‘desabou’. Na ocasião, Paul Volcker, ex-presidente do *Federal Reserve*, observou que nunca antes as coisas haviam despencado “tão fácil e tão uniformemente ao redor do mundo” (*apud* Harvey, 2012, p.10).

Harvey (2012) avaliou que o colapso dos mercados de crédito teve impacto diferenciado a depender do grau em que a atividade econômica dependia desses mercados. Os países que não haviam integrado totalmente seu sistema financeiro à rede global, tais como a China e a Índia, estiveram mais protegidos. Por outro lado, os países que dependiam fortemente dos Estados Unidos como principal mercado de exportação foram arrastados. Os produtores de matérias-primas e bens cujas cotações estavam em

¹⁷¹ O Banco Mundial previu no início de 2009 que esse seria o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945.

alta nos mercados internacionais, até meados de 2008, viram seus preços despencarem desde então. O comércio internacional caiu cerca de um terço durante os primeiros meses de 2009, criando tensões nas economias majoritariamente exportadoras.

Há múltiplos vínculos entre as crises financeiras e as quedas nos níveis de atividade econômica. O impacto da atual crise financeira significou para a América Latina uma forte redução de sua riqueza acumulada em mercados bursáteis e em outros ativos. A chamada “economia real” também não ficou imune à crise, que atingiu as maiores economias da região, incluindo o Brasil como veremos. O Chile, uma economia extraordinariamente aberta, tanto em matéria de movimento de capitais como no intercâmbio comercial, foi e ainda é fundamentalmente vulnerável às modificações e instabilidades mundiais, e por isso também sofreu forte abalo, ainda que inicialmente não admitida por Velasco¹⁷².

A desaceleração econômica do Chile já vinha desde antes das mídias noticiarem a crise imobiliária nos Estados Unidos, e não demorou muito para que as frágeis “blindagens” do Chile (Velasco) viessem à tona. Numa reunião convocada em janeiro de 2009 pela *Federación de Medios de Comunicación Social*, o próprio Velasco viria a expressar sua suspeita de “*que en Santiago de Chile hoy todos somos keynesianos y me alegre*”¹⁷³. É que com o recrudescimento da crise, o gasto fiscal acabou expandido num montante muito superior ao previsto pela Lei Orçamentária de 2009. O resultado fiscal desse ano registrou um déficit de 4,5% do PIB, influenciado pela recessão econômica de fins de 2008. No segundo semestre de 2008, a economia chilena entrou em recessão, reduzindo violentamente seus níveis de atividade em consonância com tendências similares no âmbito global, evidenciando a alta correlação do devenir interno com o curso geral da crise.

Um estudo elaborado por *Economist Intelligence Unit* concluiu que economias que dependem em maior medida de mercados externos se vem afetadas numa dimensão superior por crises externas. Entre as nações latino-americanas, o Chile figurava (2009) em quarto lugar entre os países cujas exportações de bens e serviços constituem uma porcentagem mais elevada em relação ao seu Produto. Ficava apenas atrás do Panamá,

¹⁷² Velasco assegurou em 19 de agosto de 2007 que “*en Chile no hay factores de riesgo que permitan que lo que hoy son turbulencias financieras se transmitan a la economía real. (...) No es lo mismo afrontar una situación como la actual con resevas del fisco o con deuda pública, con un superávit fiscal o un déficit fiscal. Todos estos factores, sin excepción apuntan a que los efectos en Chile de estas turbulencias debieran ser acotados y limitarse a los aspectos financieros*”. (*Base de Datos de Cenda www.cendachile.cl apud Fazio e Parada, 2010, p.171*).

¹⁷³ Idem, p.195.

Paraguai e Honduras. O estudo considera que a vulnerabilidade cresce quando se encontram em recessão os países receptores das correntes comerciais. Nesse aspecto, o Chile, cuja porcentagem em 2009 era de 47,1%, foi particularmente atingido. O ‘tombo’ só não foi pior porque o país é, sobretudo, dependente do que acontece na Ásia, e em particular na China, país que fora menos afetado por essa crise financeira. Ainda assim, as importações chinesas de bens e serviços chilenos experimentaram em fins de 2008 e no começo de 2009 fortes reduções, posteriormente recuperadas. Mas agregue-se o fato dos Estados Unidos, então mais profundamente afetado pela crise, ser o segundo país receptor das exportações chilenas.

Uma das repercussões mais evidentes da desaceleração econômica global se manifestou no Chile pela forte redução no preço de seu principal produto de exportação, o cobre. A cotação que havia alcançado US\$ 4,07 a libra em julho de 2008, despencou até chegar a US\$ 1,393 em dezembro deste mesmo ano. Em 2009, a cotação do cobre retomou um processo de recuperação motivado por alterações produzidas na economia mundial. As exportações chilenas em geral reduziram abruptamente o ritmo de crescimento durante a segunda metade dos anos 2000, até tornar-se negativa nos anos 2009 e 2010. O saldo da *balanza de cuenta corriente*, após apresentar positiva trajetória durante os anos de 2004 a 2007, registrou um déficit de -2% do PIB em 2008, seguido de superávits nos dois anos subsequentes, 2,6% e 1,6% respectivamente. Quanto à economia chilena como um todo, após o resultado positivo de 4,6% em 2007 e de 3,7% em 2008, amargou uma queda de -0,9% do PIB em 2009, para voltar a se recuperar no em 2010. Os investimentos durante o governo Bachelet registraram uma média de quase 23% do PIB ao ano. E a inflação, que alcançou patamares mais elevados nos anos 2007 e 2008, 7,8% e 7,1%, registrou deflação de -1,4% em 2009, posteriormente retomando a trajetória de baixa da primeira metade dos anos 2000, próximos aos 3% ao ano. Já a taxa de desocupação voltou a crescer, tal como sucedeu durante a crise asiática de 1998-1999. Os efeitos sociais negativos da recessão experimentada se expressaram fundamentalmente nas maiores taxas de desocupação e de pobreza, esta evidenciada pela *Encuesta Casen 2009*. O desemprego quase bateu a casa dos dois dígitos em 2009, registrando 9,7%. (ver Quadro 3 abaixo). Considerando as administrações Lagos e Bachelet, pode-se dizer que o nível médio de desemprego ficou acima dos 8%, muito abaixo dos quase 20% em média durante a ditadura, mas um pouco acima dos cerca de 7% registrados durante as administrações Aylwin e Frei-Tagle.

Quadro 3. Chile: crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 2007-2010 (em %)

	2007	2008	2009	2010
Crescimento do PIB	4,6	3,7	-0,9	5,3
Taxa de investimento (% do PIB)	21,1	26,0	20,3	22,4
Desemprego	7,1	7,8	9,7	8,7
Inflação	7,8	7,1	-1,4	3,0
Crescimento das exportações	7,6	3,2	-2,0	-1,5
Bal. Conta Corrente (% do PIB)	4,4	-2,0	2,6	1,9

Fontes: *Banco Central de Chile; Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2013, CEPAL.*

A situação social certamente era dramática tendo em vista o crescimento das taxas de desocupação, e considerando que em uma década o Chile não retomara os níveis de desemprego anteriores à recessão de 1998, onde não existia no país um adequado sistema de seguro desemprego, dado que na forma como se reformulou o mesmo durante a administração Lagos tampouco pode cumprir um papel anticíclico, já que os fundos fiscais assignados não cresciam conjuntamente com o incremento da taxa de desemprego. Para os que dependiam ou passaram a depender desse sistema, também não houve muito que se comemorar na reforma do seguro desemprego efetuada durante a administração Bachelet, uma vez que a mesma significou somente alguns melhoramentos menores. Ademais, a pesquisa *Casen 2009* indicava que no Chile de então havia mais pobres do que no de 2006.

Michelle Bachelet concluiu o seu governo em março de 2010 e apesar de contar com elevadíssima popularidade (mais de 70%) não conseguiu eleger o seu sucessor, o ex-presidente Frei Ruiz-Tagle. A *Concertación*, que como vimos já havia ‘balançado’ não apenas na eleição de Lagos contra Lavín em 1999, também na da própria Bachelet em 2005 contra Sebastián Piñera, sendo nas duas ocasiões ‘salvos’ pela esquerda antineoliberal, não pode fazer o mesmo nas eleições presidenciais de 2009/2010. Pesaram na derrota de Frei a não participação nos processos eleitorais da “*democracia neoliberal*” (42% de não eleitores), a crise econômica, o fortalecimento da união da direita (*UDI* e *RN*) em torno da candidatura de Piñera, e a candidatura de Marco Enríquez-Ominami (*PS*), “*el peón necesario de la estrategia electoral diseñada por la derecha autoritaria para llegar a La Moneda*” (Gómez Leyton, 2010, p.477) – os que rechaçaram a candidatura oficial do candidato da *Concertación* e votaram em Enríquez-Ominami, terminaram entregando o seu apoio, como um ‘voto de castigo’, a Piñera.

Durante o governo de Sebastián Piñera

Formada em 2009 pela *Unión Demócrata Independiente*, pela *Renovación Nacional* (UDI) e pelo recém-criado (2007) *ChilePrimero* (atual *Partido Liberal de Chile*), a *Coalición por el Cambio* (antiga *Alianza por Chile*) saiu vitoriosa no segundo turno das eleições presidenciais de 2010. Sebastián Piñera, principal responsável pela campanha presidencial de Hernán Buchi, ex-ministro das finanças de Pinochet, senador entre os anos de 1990 e 1998 pela *RN*, exitoso empresário e um dos homens mais ricos do Chile, obteve 51,8% dos votos contra 48,1% obtidos por Frei Ruiz-Tagle. A direita política e as elites dominantes nacionais vinculadas às distintas frações do capital nacional e internacional passaram a deter o poder do Estado neoliberal. Ampliaram ainda mais o controle das principais fontes de poder ideológico, econômico, social, judicial, dos meios de comunicação, militar etc. Na síntese de Gómez Leyton, “*la dominación y la hegemonía neoliberal [fue] (...) total y completa en la sociedad chilena*” (2010, p.468). E para melhor entender o triunfo da direita neoliberal e suas consequências políticas, econômicas e sociais, devemos ter em conta que no seio da dominação e hegemonia neoliberal há semelhanças e também distinções no âmbito da direita política entre os seus dois principais partidos, a *UDI* e a *RN*, que devem ser ressaltadas, assim como ponderados os espaços eleitorais desses dois partidos na política chilena.

Originária do movimento gremialista da *Universidad Católica de Chile*, convertido em partido político em 1983, e tendo Jaime Guzmán como seu líder histórico, a *Unión Demócrata Independiente* (UDI) é claramente “*el bastión del autoritarismo neoliberal*”. O partido teve uma trajetória eleitoral ascendente desde as eleições parlamentares de 1997, quando conquistou um importante número de assentos no Senado. Em 2000 ganhou uma centena de governos municipais. Nas eleições parlamentares de 2001 transformou-se no maior partido político do Chile, com 25% de representação. E desde então cresceu ainda mais a sua popularidade, e com ela o número de eleitores simpatizantes, sendo um dos partidos mais votados no país. Em 2009 logrou 37 assentos na Câmara dos Deputados (40 ao todo, considerando três deputados independentes que os apoiavam). A *UDI* foi e é um importante ator político, mesmo que não tenha logrado com Joaquín Lavín conquistar o governo central. Na atualidade, a *UDI* é o principal partido de direita em termos eleitorais.

La UDI mezcla postulados liberales en lo económico y conservadores en lo valórico. A esto se añade una visceral desconfianza hacia el Estado y a la política. Este partido defiende el modelo de economía de mercado. El principio de la libertad es lo esencial por sobre la igualdad. Esta libertad comprende fundamentalmente la libertad individual para emprender en el ámbito de los negocios, para que el Estado tenga el menor control posible de la economía. Sin embargo, esta libertad está restringida a lo económico, pues en el ámbito valórico son más restrictivos. Valoran a la familia, estructurada de manera tradicional, como la unidad esencial a partir de la cual se deciden muchos temas y en los cuales el Estado no debe tener injerencia. Es partidaria del sector privado en casi todas las áreas de gestión pública. Para la UDI basta con el crecimiento para superar la pobreza. (...) La UDI expresa un marcado rechazo hacia el socialismo y el marxismo, así como hacia sus experiencias históricas. Lo ven como algo totalmente negativo desde el punto de vista teórico e histórico. En lo político, la UDI postula que el régimen democrático es la forma de gobierno inherente a la tradición e idiosincrasia chilena. Sin embargo, postulan un tipo de democracia lo más ajena posible a la democracia que funcionaba antes del golpe de Estado de 1973. Esta colectividad defiende la Constitución de 1980 como un marco legal y jurídico coherente, por lo que ha rechazado, sistemáticamente las propuestas de reformas constitucionales planteadas por los gobiernos y parlamentarios de la Concertación. En el mismo sentido, la UDI postula reforzar los derechos establecidos en la Constitución. Es decir, la defensa a ultranza de la democracia protegida. (Gómez Leyton, 2010, p.469-470).

Já a *Renovación Nacional* tem suas origens em grupos de direita que atuaram na ditadura militar. A *RN* é o resultado da fusão do *Movimiento de Unión Nacional (MUN)*¹⁷⁴, da *UDI* e da *Frente Nacional del Trabajo*. Convocados pelo *MUN*, esses grupos de direita, incluindo o *Partido Nacional*, se uniram em 1987 para formar um único partido, a *RN*. A união durou pouco, uma vez que em 1988 houve um racha de setores liderados por Jaime Guzmán, que decidiram se unir em torno da *UDI* pelo “*SÍ*” no Plebiscito por Pinochet, uma opção inaceitável por parte de tantos outros vinculados ao partido recém-criado.

En su declaración de principios [la RN] aspira a una sociedad de hombres libres, con una democracia moderna, eficaz y estable, para no volver a los modelos socialistas, que considera confiscatorios, donde la democracia estaría al servicio de la pobreza y la discrecionalidad. A pesar de haber apoyado a la ditadura se define como un partido libertario y antitotalitario que aspira a ser fiel a las mejores tradiciones democráticas y republicanas del país. Comparte con la UDI varios postulados: adhesión a la economía social de mercado; el favorecer la autonomía de las personas y organizaciones; y una desconfianza visceral hacia el Estado y los partidos políticos. (...) En lo político, RN postula que el primer compromiso del partido es consolidar la democracia representativa y pluralista, descentralizada y participativa, moderna y eficiente. Si bien ha rechazado las propuestas constitucionales de la Concertación, su posición ha sido más abierta que la UDI a discutir algunas materias. Esta colectividad enfatiza positivamente dos aspectos que son ignorados por la UDI: el tema de la igualdad de oportunidades como expresión de justicia social y la dispersión del poder político y económico. (Gómez Leyton, 2010, p.472-473).

¹⁷⁴ O *MUN* foi formado em 1983 por ex-militantes do *Partido Nacional*. Definiu-se como um partido democrático, amplo e renovador.

A RN representa “*la derecha (neo)liberal frustrada*” apesar de ter um de seus membros na Presidência. Frustrada porque seu partido não logrou um lugar destacado no gabinete presidencial, nem tampouco nos círculos de influência do Executivo. Ademais, mesmo tendo aumentado o seu número de votos no desproporcional sistema binominal chileno, diminuiu o número de assentos nas eleições parlamentares de 2009, de vinte para dezoito cadeiras na pequena Câmara de Deputados (são ao todo 120 deputados). Mas não obstante essa frustração, e mesmo considerando o fato de a *Coalición por el Cambio* ter permanecido com as presidências da Câmara e do Senado apenas temporariamente¹⁷⁵, o que se deve sublinhar é a força da permanência do neoliberalismo chileno, vigente no país desde os tempos da ditadura, e renovado com o triunfo da direita neoliberal.

Desta breve descrição da força e dos ímpetus da direita política, e tendo em conta as análises críticas elaboradas por Tomás Moulian e Gómez Leyton sobre a *lógica transformista* durante a redemocratização do *Chile Actual* sob os governos da *Concertación*, bem como o estudo de Hugo Fazio e Magaly Parada sobre a legitimação do “modelo econômico neoconservador” durante *Veinte años de política económica de la Concertación*, se depreende às dificuldades intransponíveis que o país enfrentou e enfrenta, sob o domínio e hegemonia da *Coalición por el Cambio* (recentemente transmutada para *Alianza* nas eleições presidências atualmente em curso, novembro-2013) e de seus apoiadores para erigir uma verdadeira democracia, acabar com os “*enclaves autoritários*” e com a “*pobreza ciudadana*”, e até mesmo resgatar abandonadas propostas de caráter reformistas contidas no *Programa de Gobierno de la Concertación*, tais como a reforma tributária no sentido de garantir uma maior progressividade de seus tributos e um destino mais justo dos mesmos; política de desenvolvimento e expansão da Codelco; redução da dependência e vulnerabilidade econômica etc.

No âmbito econômico, os *Rasgos generales de la evolución reciente* da economia chilena, documentos elaborados anualmente pela CEPAL, apontam que não houve substanciais alterações na orientação da política macroeconômica durante a

¹⁷⁵ Somente durante 2009 quando ainda não havia nem mesmo conquistado o Executivo e tendo logo perdido o controle de ambas casas já no primeiro mês do mandato de Piñera (março de 2010). Em março de 2010, a *Coalición por el Cambio* perde a presidência do Senado para o *PDC* e a presidência da Câmara dos Deputados para o *PRI*. Durante os 20 anos em que esteve na oposição, a *Alianza por Chile* não controlou ambas as casas praticamente em momento algum, exceto no ano de 2009 por conta de um acordo feito com a *Concertación*.

administração do governo Piñera (2010-2013), que seguiu primando pelo combate à inflação, praticando uma política monetária restritiva com metas inflacionárias em cerca de 3% ao ano, e juros relativamente estáveis (em torno de 5% ao ano); uma política fiscal orientada para a geração de superávits primários (por volta de 1% do PIB) e com gastos públicos crescendo abaixo do PIB; uma política cambial com manutenção do câmbio flutuante e poucas intervenções por parte do Banco Central; e uma política comercial e financeira não protecionista, de manutenção/expansão da abertura comercial e financeira.

Os resultados mais gerais da economia chilena nesse período indicam a retomada do dinamismo econômico, que possivelmente atingirá uma média de 5,3% ao longo dos últimos quatro anos. Um resultado acima do efetivado ao longo dos anos 2000 pelos governos concertacionistas socialistas – quando o país cresceu a uma taxa média de uns 3,6% ao ano (abaixo das suas potencialidades, conforme Ffrench-Davis), típica da América Latina –, mas abaixo dos cerca de 6,9% em média registrado ao longo dos anos 1984-1998. Para esse ano de 2013 as projeções são de redução no ritmo de crescimento, que deverá fechar o ano em 4,3% do PIB. Os investimentos mantiveram em torno da média praticada entre os anos de 1990 e 2006, por volta de 24,5% ao ano. Como os seus resultados não são imediatos, não é tão simples fazer uma correlação positiva imediata entre maiores investimentos no curto prazo e o consequente maior crescimento do PIB, como mostram as projeções deste ano em que os investimentos possivelmente alcançarão o patamar de 27,4% (elevado para os recentes padrões brasileiros, mas certamente aquém do potencial chileno, como veremos), portanto acima do registrado no último triênio, e o PIB ficará abaixo da média registrada nos últimos três anos. Já a correlação inversa entre o menor desemprego e a maior produção parece válida também para o curto prazo, ainda que não independente do que se passa quanto à produtividade do trabalho. De todo modo, fato é que se reduziu o desemprego ao passo que o dinamismo da atividade econômica se acelerou entre os anos de 2010 e 2012, e as projeções para o ano de 2013 indicam um aumento no desemprego, que se situará acima dos 6,4%, nível registrado em 2012, enquanto desacelera o PIB de 5,6% em 2012 para presumível 4,6%. E dada à elevada composição das exportações no PIB, é certo que a recuperação (a partir de 2011) e posterior expansão das mesmas, em muito puxadas pela rápida recuperação dos preços do cobre no mercado internacional (um novo *boom*), contribuiu na retomada do dinamismo econômico. Mas o resultado negativo das *cuentas corrientes* só fizera se aprofundar desde 2011, de -1,3% do PIB nesse ano para -4,4% do

PIB projetado para 2013. Pesou em muito o crescimento das importações (o saldo da *balanza comercial* ficou negativo em -1,2% em 2012 e espera-se também saldo negativo para esse ano de 2013), assim como o histórico déficit da *balanza de rentas*, o que aponta para uma maior necessidade de financiamento externo para fechar o *balanzo de pagos*, o que por sua vez os coloca diante de uma maior dependência e vulnerabilidade externa. Quanto à inflação, após as oscilações experimentadas nos três últimos anos do governo Bachelet, voltou aos patamares vigentes ao longo da última década, situada numa média de 3% ao ano. (Ver Quadro 4 abaixo).

Quadro 4. Crescimento, desemprego e equilíbrios macroeconômicos, 2010-2013 (em %)

	2010	2011	2012	2013*
Crescimento do PIB	5,3	5,8	5,6	4,6
Taxa de investimento (% do PIB)	22,4	23,5	25	27,4
Desemprego	8,7	7,1	6,4	> 6,4
Inflação	3,0	3,3	3,0	3,0
Crescimento das exportações	-1,5	1,3	3,5	2,8
Bal. Conta Corrente (% do PIB)	1,9	-1,3	-3,5	-4,4

Fontes: *Banco Central de Chile; Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2013, CEPAL.*

* Projeções conforme o Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe, 2013, CEPAL.

Os dados macroeconômicos do governo Piñera, de crescimento em alta, acima da média da região latino-americana e mundial, inflação estável e em baixa, desemprego considerado “baixo”, só reforçam a imagem da nação como “modelo”, tão divulgada desde os anos 1980 pelos organismos internacionais do neoliberalismo (Banco Mundial e FMI) e nas grandes mídias. Ainda que abalada por um forte terremoto seguido de tsunami, que se sucedeu em 27 de fevereiro de 2010, poucos dias antes do início do seu mandato, com cerca de 200 vítimas e consideráveis destruições em sua estrutura física, o governo Piñera parece ter reforçado a imagem forte do Chile como um país já moderno.

Numa recente entrevista concedida a Carta Maior, Gabriel Palma adverte que o “modelo chileno” está “preso a um fio: o alto preço do cobre”, e que as consequências podem ser dramáticas se esse “fio” se romper.

Se esse fio se romper poderemos cair mais fundo que na crise de 1982, quando o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 20% entre o terceiro trimestre de 81 e o de 83, o desemprego chegou a 30% e a população em situação de pobreza duplicou. E mesmo que isso não ocorra, não vejo como poderemos sustentar a atual bonança, que não está sendo direcionada para investimentos, mas sim para o consumo. (...) O investimento privado, o crescimento e a produtividade caíram em 1998 e não voltaram a se recuperar até 2010. (...) Este crescimento dos últimos [três] anos está preso a um fio: o alto preço do cobre. O Chile é o país da

América Latina que mais se beneficiou com o aumento das commodities. E a sociedade chilena não só está consumindo como se esse preço do cobre fosse para sempre, como também está gastando muito mais do que tem. De maneira que não só está consumindo as receitas desta bonança temporária no preço do cobre em lugar de investi-las, como extrapolou neste processo. O resultado é que a conta corrente da balança de pagamentos, que até bem pouco tempo tinha um superávit de quase 5% do PIB, tem hoje um déficit de 4% que segue aumentando. E isso com um preço altíssimo do cobre. De fato, se no ano passado o preço do cobre tivesse permanecido aquele de antes do *boom* das matérias primas, que começou em 2003, a conta corrente da balança de pagamentos teria sofrido um déficit de 18% do PIB, maior do que aquele de 1981 e 1982, com a grande crise que atingiu o governo de Pinochet. Em números redondos, em 2012, o Chile gastou quase US\$ 50 milhões mais do que poderia ter feito se o cobre estivesse em seu preço normal histórico e sua conta corrente estivesse balanceada. Isso equivale a US\$ 3 mil por habitante – ou o PIB por habitante de Paraguai, Guatemala ou El Salvador. (...) Hoje as bolsas de comércio de Nova York, Londres e Frankfurt estão de volta aos níveis mais altos que tiveram antes da crise: há alguém que realmente acredita que isso reflete algum fundamento, em economias estagnadas ou semi-estagnadas, com investimento baixo, setores públicos endividados até a alma, e a zona do Euro correndo o risco de implodir? Todos os fundamentos da economia mundial são um desastre e, apesar disso, as ações estão em níveis recorde. O mesmo ocorre com o cobre, onde a demanda mundial cresce 3 ou 4% ao ano – o mesmo que a média de 200 anos atrás -, mas o preço do metal está três vezes superior à medida histórica. É neste fio que estamos pendurados. (...) Esta economia em expansão precariamente sustentada por uma bonança temporal no preço do cobre é o grande “Cavalo de Troia” que Piñera generosamente vai deixar para o próximo governo. (Palma, 21/05/2013).

Pode-se deprender dessa fala uma nítida diferença dos resultados da *cuenta corriente* nas fases de bonanças (de *booms* do cobre) durante os governos Bachelet (fins de 2003 e meados de 2008) e Piñera (2010-2013). O resultado negativo dessa *cuenta*, que vinha pelo menos desde o início dos anos 1990, foi corrigido durante o primeiro *boom* do cobre. Mas entre 2009 e 2012, o Chile passou de um excedente de US\$ 3,2 bilhões para um déficit de US\$ 9,5 bilhões na *cuenta corriente*. O país gastou todo o excedente do cobre dos últimos três/quatro anos no consumo, em particular via importação, sem que tenha feito os gastos produtivos e sociais de que tanto necessita. Palma foi ainda mais longe ao contrapor a atual economia baseada do *boom* do cobre com aquela do *boom* do salitre de fins do século XIX, e a distinta postura então tomada pelo Presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891) em relação ao que vem sendo feito, ou melhor, ao que deveria ser feito no governo Piñera.

Balmaceda investiu os lucros tanto em capital físico como humano, para criar capacidades produtivas que tomaram o lugar do recurso natural quando este diminuiu. Durante seu governo, colocou um imposto sobre as exportações de salitre que chegou a incidir até sobre um terço das exportações e com esses recursos dobrou o número de estudantes na educação primária e secundária e desenvolveu um grande programa de obras públicas, especialmente ferrovias. O investimento público em capital físico quadruplicou em termos reais e na educação aumentou oito vezes. Para fazer isso hoje seria preciso primeiro criar um *royalty* de verdade sobre a mineração privada de cobre que constitui dois terços da exportação e, depois, usar esses recursos em investimentos em capital humano e físico. Mas nada disso está sendo feito. (idem).

A fantasia publicitária de converter o Chile numa nação moderna, desenvolvida sobre bases que intensificam a abertura comercial e financeira indiscriminada, sem controles e sem contar com impostos significativos, atrela a economia chilena a um destino cada vez menos comandado por ela e mais pelas potências econômicas que hegemonomizam o planeta, tornando-a ainda mais dependente dos extraordinários preços do cobre. Os capitais forâneos, atualmente incontroláveis pelo Estado chileno, migram segundo objetivos que estão muito longe de ser o bem-estar das maiorias chilenas. Tal fantasia incrementa a natureza rentista do padrão de acumulação capitalista das classes dominantes, ávidas pelo maior lucro no menor prazo; alimenta uma estrutura econômica deformada que aprofunda o perfil primário extrativista no país e posterga o avanço da industrialização e da diversificação produtiva; e rejeita qualquer projeto de desenvolvimento soberano e democrático. (anti-Smith, anti-Polanyi e anti-Marx).

A produção industrial chilena tem recursos energéticos muito limitados, o que impede ao país alcançar uma maior taxa de crescimento econômico. O Chile depende inteiramente de gás e petróleo estrangeiro, o que o torna muito vulnerável às variações de seus preços internacionais assim como da disponibilidade desses recursos no mercado externo. O preço do diesel no país em princípios do novo século registrava o segundo mais alto da América do Sul. A produção da eletricidade no Chile provavelmente é a mais cara da América Latina. Daí que o país não conquistou um nível de produção industrial com elevado valor agregado, e carece de diversificação de produtos, concentrando boa parte de sua produção no cobre.¹⁷⁶

Durante as duas últimas décadas não houve substancial alteração na participação do PIB de muitas das *clases de actividad económica*, salvo no que diz respeito a *Minería* (que ampliou sua participação de 5,7% para cerca de 18% entre os anos de 1993 e 2012), aos *Servicios financieros y empresariales* (ampliaram suas participações de 7% para mais de 16% no mesmo período), e a *Industria Manufacturera* (reduziu a sua participação de 19,3% para cerca de 13%). No mesmo período, as exportações aumentam substancialmente a sua importância na composição do PIB, respondendo atualmente por cerca de 40% de todo o Produto, uma vez que o seu ritmo de crescimento vem sendo menor do que o crescimento da demanda interna.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Ver Economia do Chile. In: Wikipedia. Disponível em:
< http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Chile>, consultado em 02 de dezembro de 2013.

¹⁷⁷ Banco Central de Chile: *Anuário de Cuentas Nacionales, diversos años*.

É possível que a economia chilena tenha perdido alguma(s) posição(ões) no *ranking* das economias latino-americanas cujas exportações de bens e serviços constituem uma porcentagem mais elevada em relação ao seu Produto. Como vimos, o estudo elaborado por *Economist Intelligence Unit* situava (2009) a economia chilena como a quarta entre as nações da América Latina. Num recente (2012) *ranking* da ONU/UNCTAD, o Chile figurava como o 43º mercado mundial, sendo o 47º exportador e o 42º importador. O comércio exterior de Chile (medido pela soma de suas exportações e importações em dólares correntes) cresceu cerca 641% entre os anos de 1991 e 2010, numa média de 11,1% ao ano. Em 1991 somava pouco mais de US\$ 17,1 bilhões. Já em 2010 totalizava pouco menos US\$ 127,2 bilhões. Nesse mesmo período, as exportações cresceram 679%, numa média anual de crescimento de 11,4%, ao passo que as importações cresceram 601,5%, numa média anual de 10,8%. As vendas passaram de US\$ 8,941 bilhões em 1991 a US\$ 69,621 bilhões em 2010. Já as compras exteriores, passaram de US\$ 8,2 bilhões a US\$ 57,57 bilhões nesse interim. Entre os anos de 2008 e 2012, o comércio exterior cresceu 24%, passando de US\$ 127,3 bilhões para US\$ 157,7 bilhões.

Mas o que chama a atenção não é tanto o crescimento significativo das exportações e importações ao longo dessas duas décadas, e sim o fato das composições de suas pautas (tanto de exportações quanto de importações) ter mudado tão pouco, exceto no que diz respeito à maior participação do cobre e minérios nas exportações chilenas. A pauta exportadora chilena continua a ser não apenas concentrada, como também composta de produtos com pouco trabalho incorporado e, portanto, com baixo valor agregado. Em 2012, o cobre e minérios responderam por quase 60% das exportações chilenas (em 1991 respondiam por volta de 39%). O cobre refinado e às ligas de cobre em formas brutas representou 33,9% do total, e os minérios (de cobre e ferro) representaram 24,4%. Seguiram-se as frutas com 6,3%, os pescados com 4,4%, as pastas de madeira com 3,2% etc. A pauta importadora também continua a ser nitidamente composta por produtos de alto valor agregado. No mesmo ano de 2012, os combustíveis (óleos de petróleo refinados e em bruto) (22,6%), as máquinas mecânicas (13%), os automóveis (11,8%) e as máquinas elétricas (8,6%) compuseram mais de 55% da pauta de importação. Registre-se que em 1991 os produtos industrializados importados também superavam os 55% do conjunto das importações. (ver as Tabelas 4 e 5 no Anexo IX).

Não coube apenas a *Coalición por el Cambio* renunciar a utilização mais ativa dos excedentes fiscais acumulados por conta da alta dos preços do cobre no mercado internacional, destinando parte substancial de seus lucros para enfrentar urgentes necessidades de desenvolvimento econômico, tais como incrementar ainda mais os investimentos produtivos, avançar na industrialização e diversificar a produção. No geral as diferenças entre as administrações da *Concertación* e da *Coalición por el Cambio* parecem estar basicamente no trato que tiveram com as pressões dos grandes grupos econômicos (nacional e internacional) e com certos clamores da base da sociedade por melhores oportunidades e condições de vida. É possível que enquanto os concertacionistas tenham contido parcialmente certas pressões dos grandes grupos econômicos em avançar mais profunda e rapidamente nos assuntos de seus interesses, assim como tenham buscado introduzir parcialmente elementos de equidade social pela via da expansão moderada do gasto social, a *Coalición por el Cambio* tenha invertido essas orientações, ‘afrouxado’ no topo e ‘apertado’ na base. A posição dominante na economia, tanto por parte do capital estrangeiro como dos grupos econômicos internos, provavelmente se reforçou ainda mais durante o governo Piñera. E os esforços no âmbito social possivelmente foram mais débeis nesse governo do que nas gestões passadas. De todo modo, o que parece certo é que desde a ditadura e durante todo o período de redemocratização, as ações das diversas coalizões dominantes em produzir melhorias sociais foram mais ou menos débeis e não constituíram a característica central da evolução econômico-social.

Quando questionado sobre a existência de continuidade, em matéria de modelo econômico, entre a ditadura de Pinochet e os governos da *Concertación* e o de Piñera, Gabriel Palma afirmou que

em nível de política econômica sem dúvida há uma grande continuidade. A lógica de funcionamento do setor público, a falta de competição no privado, a política monetarista do Banco Central, o crescente grau de financeirização da economia, a ausência de política industrial e comercial, o sistema de impostos altamente regressivo refletem as mesmas regras do jogo na democracia e na ditadura. (...) A ruptura que houve com o passado é que a Concertación buscou implementar o mesmo modelo com um rosto mais humano, com um maior gasto social. (Palma, 21/05/2013).

Mas como tornar a sociedade mais igualitária e superar a pobreza mantendo no essencial o mesmo modelo econômico?

Crescimento com equidade e superação da pobreza: mito ou realidade?

Para além da análise das vicissitudes nas trajetórias de expansão e mesmo contração do crescimento da riqueza chilena durante os governos concertacionistas e de Sebastián Piñera, retomemos inicialmente alguns dados referentes às duas últimas décadas sobre como esta riqueza foi distribuída socialmente, ainda que restrita às dimensões das rendas apropriadas entre suas gentes segundo dados oficialmente divulgados, bem como alguns outros dados sobre a “*evolución de la pobreza y la pobreza extrema*”. Isso om o fito de saber se o crescimento com equidade e a superação da pobreza durante o processo de redemocratização no Chile é uma realidade ou mais um de seus mitos?

Uma das grandes promessas da *Concertación* foi apresentada em princípios do governo Patricio Aylwin como “*una nueva estrategia de desarrollo*”, batizada de “*crecimiento con equidade*”. Pouco depois de findar esse governo, o seu ex-ministro da Fazenda, Alejandro Foxley, teceu a seguinte afirmação onde avalia esta “*nueva estrategia*”: “*pese a que la condición del 20% de los pobres mejoró substancialmente en estos años, no hubo en cambio una transformación sustancial en la distribución del ingreso del país, que continua bastante concentrada*” (apud Fazio e Parada, 2010, p.13). Mas antes mesmo de discutirmos essa “*mejora sustancial*” dos 20% da população mais pobre, e não apenas durante o governo Aylwin mas no decorrer de todo o período concertacionista e dos dois primeiros anos do governo Piñera, é preciso dizer com base nos dados oficiais dos quais nos valem, de que de fato não houve mudança substancial na distribuição de renda durante o governo Aylwin. Entre os anos 1990 e 1994 os 10% e os 20% mais pobres (decis I e II, respectivamente) continuaram recebendo os mesmos míseros 1,4% e 2,7% da renda nacional. E as proporções recebidas pelos demais decis pouco se alteraram em benefício dos mais ricos – alguns decis de maior renda, casos dos decis V, VII, VIII e IX, chegaram a ampliar um pouco as suas participações no conjunto da renda total. O índice 10/10 (que representa a relação entre a renda acumulada dos 10% mais ricos e a renda acumulada dos 10% mais pobres do país) ampliou um pouco em prol dos mais ricos, de 30,5 para 30,9 nesse período, isto é, a renda dos 10% mais ricos passou a superar em quase 31 vezes a renda dos 10% mais pobres em 1994. O índice 10/40 (que representa a relação entre a renda acumulada dos 10% mais ricos e a renda acumulada dos 40% mais pobres) chegou a baixar um pouco, de 3,5 para 3,4, mostrando que a renda dos 10% mais ricos continuava a representar mais do que o triplo

da renda acumulada pelos 40% mais pobres durante a primeira metade dos anos 1990. O índice 20/20 manteve-se estável em 14,0, mostrando que os 20% mais ricos ganhavam e continuaram ganhando 14 vezes mais do que os 20% mais pobres. Em outros termos, enquanto os 20% mais pobres da população continuaram dividindo entre si míseros 4,1% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos continuaram abocanhando quase dois terços da renda nacional. (pouco mais de 57%). Já o índice de Gini¹⁷⁸ manteve-se em 0,57 entre os respectivos anos, tendo oscilado para 0,56 em 1992. (*Mideplan/Casen, años respectivos*).

Eis aí um retrato um pouco mais detalhado do que a acertiva de Foxley sobre como foi distribuída a renda durante a administração Aylwin, em que pese o seu reconhecimento de que “*la distribución del ingreso del país (...) continua bastante concentrada*” e a sua omissão de que o pouco que mudou se deu em prol dos mais ricos. Aliás, o próprio Foxley chegou a refutar o caráter de neutralidade do monetarismo (por ele praticado quando ministro) diante das políticas de livre mercado que o mesmo propicia, afirmando que “*la evidencia empírica muestra que los programas de estabilización fueron acompañados sistemáticamente por efectos distributivos no neutrales, esto es por concentración de los ingresos y del patrimonio en favor de los grupos más ricos*” (*apud Fazio & Parada, 2010, p.09*).

Quanto à evolução subsequente (até o ano de 2011) da distribuição de renda no país (ver Quadro 5 abaixo), chamam a atenção os seguintes dados: que os 10% mais pobres tenham inclusive perdido parte da mísera participação que em 1994 detinham no conjunto da renda nacional, de 1,4%, passando a deter em 2011 tão somente 1,1% dessa renda; que os 20% mais pobres mantiveram praticamente inalterada a sua situação, com uma leve piora, de 4,1% para 4,0% na participação da renda nacional entre esses anos de 1994 e 2011; que os seguimentos de baixa renda (decis III, IV, V, VI e VII) tenham alferido certa melhora em suas participações, no conjunto de 28,1% para 30,1% da renda nacional entre o mesmo período. No entanto, é preciso que se diga que essa ligeira melhora ainda está longe de colocar o conjunto desses cinco decis na categoria de uma pretensa “classe média”, uma vez que ainda há uma considerável distância entre os 30,1% e os 50%. Apenas o VII decil com os ‘atuais’ (2011) 8,5% estaria mais

¹⁷⁸ Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, onde zero representa uma situação de completa igualdade em que todos têm a mesma renda, e um representa o extremo oposto em que uma única pessoa detém toda a riqueza.

próximo de receber a média proporcional, ou seja, 10% por cada decil. A exceção dos decis VIII, IX e X, estão todos abaixo da média; essa ligeira melhora relativa acima apresentada, se deu em função de uma ligeira perda dos 20% mais ricos (decis IX e X), que passaram a auferir não mais os 57,2% de outrora (1994), mas volumosos 54,5% no presente (2011). Em síntese, a afirmação de Foxley de não ter ocorrido substancial transformação na distribuição da renda nacional durante a administração Aylwin parece também válida para as demais administrações subsequentes tomadas em conjunto. A renda segue bastante concentrada.

Quadro 5. Evolução da distribuição de renda autônoma segundo o decil *per capita* domiciliar, 1990-2011 (em %)

Decil	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006	2009	2011
I	1,4	1,5	1,4	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2	0,9	1,1
II	2,7	2,8	2,7	2,6	2,5	2,7	2,7	2,9	2,7	2,9
III	3,6	3,7	3,5	3,5	3,5	3,6	3,6	3,9	3,7	4,0
IV	4,5	4,7	4,5	4,5	4,5	4,5	4,7	4,9	4,6	4,7
V	5,4	5,6	5,6	5,4	5,3	5,7	5,4	5,6	5,5	6,0
VI	6,9	6,6	6,4	6,3	6,4	6,2	6,6	7,0	7,1	6,9
VII	7,7	8,1	8,1	8,2	8,3	7,9	8,2	8,7	8,5	8,5
VIII	10,4	10,5	10,6	11,1	11,0	10,4	10,7	11,1	11,1	11,2
IX	15,2	14,8	15,4	15,4	16,0	15,1	15,3	16,0	15,6	15,6
X	42,2	41,8	41,8	41,8	41,4	42,7	41,5	38,6	40,2	38,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Mideplan, sobre la base de la encuesta Casen, años respectivos apud Infante, Molina & Sunkel, 2009, p.141; Casen 2011: Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional, para los años 2009 y 2011.

A análise de alguns índices da distribuição de renda durante os governos da *Concertación* e o de Piñera (esse apenas os dois primeiros anos de sua administração) (ver Quadro 6 abaixo), mostra: uma deterioração moderada nas distribuições de rendas durante o governo Frei (1994-2000) em todos os índices – o índice 10/10 registrou a pior deterioração, de 30,9 para 34,2 nesses anos; o índice 10/40, de 3,4 para 3,5; o índice 20/20, de 14,0 para 14,5; e o Gini de 0,57 para 0,58; uma ‘mais acentuada melhora’ em todos os índices durante o governo Lagos (2000-2006) – o índice 10/10, de 34,2 para 31,3; o índice 10/40, de 3,5 para 3,0; o índice 20/20, de 14,5 para 13,1; e o Gini de 0,58 para 0,54. Cabe aqui uma importante observação quando se analisa mais pormenorizadamente tais dados, e logo fica evidente o quão pouco se pode comemorar diante desses pretensos avanços, uma vez que a melhora no índice 10/10 é fruto de uma dupla perda, tanto para os 10% mais ricos quanto para os 10% mais pobres. O resultado aparece como positivo apenas porque os mais pobres perderam proporcionalmente

menos em relação aos mais ricos. O mesmo se pode dizer para o índice 20/20, com a ressalva de que o conjunto dos 20% mais pobres teve uma alta mínima, de 4,0% para 4,1% na participação da renda, ao passo que os 20% mais ricos perderam participação, de 57,8% para 54,6%, nitidamente não absorvida por esses pobres. Esse mesmo raciocínio se aplica ao índice 10/40. No entanto, e feitas essas considerações, esse parece ter sido o governo em que a distribuição de renda, por mais modesta que foi, foi a mais significativa dentre as conquistas na distribuição de renda no conjunto das administrações tanto da *Concertación*; uma deterioração mais profunda nas distribuições de rendas durante o governo Bachelet (2006-2009) em todos os índices – o índice 10/10 registrou uma abruta deterioração, de 31,3 para 46,0 nesses anos. Isso porque na mais recente crise financeira praticamente os únicos que ganharam participação na distribuição global da renda foram os mais endinheirados (apenas o decil VI teve um pequeno ganho, de 7,0% para 7,1%), sendo que em termos proporcionais o decil X foi disparado o que mais ampliou a sua participação, que ‘saltou’ de 38,6% para 40,2%. Todos os demais decis perderam participação, sendo que proporcionalmente os mais pobres foram os que mais perderam na crise, ‘caindo’ de 1,2% (o mínimo registrado desde 1990) para ínfimos 0,9% na participação total da renda; o índice 10/40 foi de 3,0 para 3,4; o índice 20/20, de 13,1 para 15,7; e o Gini de 0,54 para 0,55; e, por fim, pode-se dizer que assim como o governo Lagos houve uma ‘mais acentuada melhora’ em todos os índices durante o governo Piñera (o qual temos apenas dados parciais – tomamos como base os anos de 2009-2011) – o índice 10/10 baixou de 46,0 para 35,6; o índice 10/40, de 3,4 para 3,0; o índice 20/20, de 15,7 para 13,6; e o Gini de 0,55 para 0,54. E tal como na análise do governo Lagos, cabe também aqui uma importante observação quando se analisa mais pormenorizadamente tais dados. Também não há muito que se comemorar, pois a melhora significativa no índice 10/10 é fruto, sobretudo, da ‘perda’ na participação da renda total dos 10% mais ricos, de 40,2% para 38,9, e não tanto do ‘ganho’ dos mais pobres, que ‘subiu’ de ínfimo 0,9% para 1,1%, registrando uma participação sempre menor do que a registrada desde 1990, excetuando o ano de 2009. No conjunto, as ligeiras melhoras nas participações de alguns decis (I, II, III, IV, V) se deram em detrimento da ‘piora’ do último decil (X) e do decil VI, esta mais suave, de 7,1% para 6,9%. Os demais (decis VII, VIII e IX) mantiveram participação estável. Daí não surpreendermos com o fato de o Gini ter variado tão pouco, de 0,55 para 0,54. As melhoras no índice 10/40, de 3,4 para 3,0, e no índice 20/20, de 15,7% para 13,6%, devem também ser relativizadas dentro do contexto

acima. Nesses casos, cabe a mesma análise que tecemos para o índice 10/10, sublinhando uma alta moderada, e não significativa, dos quatro primeiros decis mais pobres, fruto da ‘queda’ mais significativa do decil X, considerando a estabilidade na participação do decil IX (que se manteve em 15,6%).

Quadro 6. Evolução da distribuição das rendas autônomas, 1990-2011

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006	2009	2011
Rendas Autônomas										
Índice 10/10	30,5	28,1	30,9	33,0	34,7	34,2	34,4	31,3	46,0	35,6
Índice 10/40	3,5	3,3	3,4	3,5	3,5	3,5	3,4	3,0	3,4	3,0
Índice 20/20	14,0	13,2	14,0	14,8	15,6	14,5	14,5	13,1	15,7	13,6
Gini	0,57	0,56	0,57	0,57	0,58	0,58	0,57	0,54	0,55	0,54

Fonte: *Ministerio de Desarrollo Social, CASEN años respectivos.*

Visualizando o *Cuadro de evolución del ingreso* (1990-2011) acima, cabe ainda sublinharmos o quão pouco mudaram esses índices quando comparamos o ano 2011 com o ano de 1990. O índice 10/10 foi dentre os índices aquele que mais alterou, e pra pior. A distribuição de renda entre os extremos sociais é pior do que a registrada há mais de vinte anos! Os mais pobres são atualmente (2011) proporcionalmente mais pobres em termos de renda do que eram 1990. A queda na participação global da renda deles foi mais profunda do que a da participação dos mais ricos. O referido índice subiu de 30,5 para 35,6 entre os anos de 1990 e 2011. O índice 10/40 melhorou um pouco ao longo desses anos, de 3,5 para 3,0, por conta de uma leve alta na participação dos 40% mais pobres – em 1990 absorviam 12,2% da renda global, e em 2011 passaram a absorver 12,7% da renda global de então – e uma baixa na participação dos mais ricos – em 1990 abocanhavam 42,2% e em 2011 38,9% da renda global. Registre-se que durante esses vinte anos, apenas em 2006 e 2011 esse decil X reteu menos do que 40% da participação da renda total. Já o índice 20/20, registrou leve melhora, de 14,0% para 13,6%, mas também com perdas para os dois primeiros decis, de 4,1% para 4,0%. Os decis IX e X baixaram de 57,4% para 54,5%, isso por conta da baixa do decil X, uma vez que o decil IX registrou melhora na participação, de 15,2% para 15,6%. Já o índice de Gini teve ligeira melhora, de 0,57 para 0,54 entre os anos de 1990 e 2011.

O fato de o Chile ter se tornado em 2006 o país com o maior PIB nominal *per capita* da América Latina, e o deter um PIB atual (2012) de 319,4 bilhões de dólares para uma população de pouco mais de 17 milhões de habitantes – 43º PIB mundial para

a 63^o população mundial –, um PIB *per capita* de mais de US\$ 18.000 (2012), até poderia ser comemorado pela maioria dos chilenos, se a desigualdade no país também não fosse uma das piores do mundo. Na América Latina, figurava atrás apenas do Brasil, Paraguai e Colômbia.¹⁷⁹ Desde a redemocratização que metade da população chilena de menor renda, os 50% mais pobres, não retém sequer 20% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos ficavam com o dobro disso, por vezes um pouco mais.

O propósito de lograr crescimento com equidade foi um objetivo estratégico claramente explicitado pelos governos da *Concertación*. Para Moulian (2006), essa promessa de realizar crescimento com equidade ou não foi cumprida ou a sua realização dependeu menos desse bloco político do que de outros fatores intervenientes.

Crescimento com equidade não é possível se a política macroeconômica gira em torno dos mesmos eixos dos tempos da ditadura e se a estratégia social consiste no “jorro”, na acumulação que o crescimento produziria automaticamente. Não se pode esperar que essa modalidade equitativa do crescimento seja promovida por um Estado que, nas atuais relações de força, tem afinidade eletiva com o empresariado e tende a favorecer de maneira sistemática o capital. Esse Estado de classe, plenamente capitalista, deve ser pressionado em nome da responsabilidade social. E, para que isso ocorra, é preciso melhorar as condições de negociação do movimento sindical, de modo que esse movimento possa propor com forças suas demandas distributivas. (...) Atualmente, o Estado opera como articulador dos processos de reprodução do sistema, e se equivocaram de maneira sistemática os que acreditaram que esses processos põem a repartição, não por cima da proteção dos lucros do capital, mas, ao menos, em algum lugar importante. Por esse motivo, não é de estranhar a colocação do Chile no *ranking* dos países com a pior distribuição de renda do mundo. Pois não existem organizações sindicais fortes que reclamem por uma distribuição centralizada pelo Estado. Uma das condições de uma melhor distribuição da renda é que entre mercado e o Estado existam, por exemplo, os sindicatos. (Moulian, 2006, p.286).

Quando questionado em princípios de 2010 sobre se a *Concertación* havia mitigado de certa forma os efeitos do modelo neoliberal, Moulián respondeu¹⁸⁰:

La única forma de mitigarlo, la más efectiva de mitigarlo, es restaurar la capacidad de acción de la fuerza de trabajo. Como eso no se ha hecho, no se ha actuado sobre el aspecto principal. Hay cambios que permiten mayor expresión de los partidos políticos, posiblemente habrá cambios que permitan ampliar la participación de los sectores relacionados con la oposición más radical, en este caso vinculados al Partido Comunista u otros sectores que tengan mayor capacidad de presión. Seguramente habrá cambios en el sistema binominal, pero todo eso no permitirá que los trabajadores tengan la capacidad de organización requerida para poner en jaque este sistema; entonces, estos cambios no son esenciales. Este sistema no generará por sí mismo su corrección, tampoco es muy factible que la corrección emane de movimientos sociales ni de movilizaciones sociales, yo veo una situación estancada, pues mientras

¹⁷⁹ Consultar Banco Mundial. Disponível em < <http://data.worldbank.org/country/chile> >, consultado em 02 de dezembro de 2013.

¹⁸⁰ Trata-se de uma entrevista que concedeu ao professor Juan José Carrillo Nieto, e que fora publicada na *Revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso-México), Perfiles Latinoamericanos n.35, enero-junio, 2010.*

no se genere una conciencia de los límites del sistema capitalista mundial, no se avanzará mucho. (Moulián, 2010, p.151).

A carência de consciência por parte da população chilena, não quanto aos limites do sistema capitalista mundial, mas simplesmente quanto às falsas promessas que o capitalismo vem oferecendo, foi intuída em *Chile, campeón de la desigualdade*, um texto publicado em meados de 2010 pela revista *Punto Final*, abaixo reproduzido parcialmente.

Desde hace tiempo, figuramos entre los tres o cuatro países más inequitativos del mundo en cuanto a la distancia que separa a los ricos de los pobres. A fines del gobierno de Ricardo Lagos, el cinco por ciento de la población más rica obtenía ingresos 209 veces más altos que el cinco por ciento más pobre. Mientras los ingresos de este último sector subían en uno por ciento, los del quintil más rico lo hacían en 62 por ciento. Esa relación se deterioró aún más en el gobierno de la presidenta Michelle Bachelet. La desigualdad, sin embargo, parece no ser percibida por parte de la población. El control de los sectores dominantes sobre los medios de comunicación que producen a toda hora toneladas de imágenes y contenidos, hace creer a los destinatarios del mensaje que viven en un país modelo, y que si se empeñan, podrán obtener grandes beneficios. Una ilusión que se borra cuando terremotos, inundaciones y otras catástrofes arrasan parte de nuestra geografía y se disipa el oropel de la albañilería psicológica del retail, la publicidad y la farándula, que oculta los graves problemas que agobian a la población. Cada vez se hace más real la posibilidad de cataclismos sociales, gatillados por eventos naturales o por catástrofes medioambientales originadas por el propio ser humano. Como ideología dominante, el neoliberalismo estimula el individualismo para truncar los vínculos de solidaridad social y de unidad de las organizaciones populares. Se instala la competencia y afán de lucro como los instrumentos que harán progresar a la sociedad, lo que provoca una enorme fragmentación social. El “emprendedor” se ha convertido en el modelo de ciudadano que se propone a los chilenos. “Triunfan los que se lo merecen”, es el mensaje subliminal. A sabiendas que del conjunto de “emprendedores” serán muy pocos los que lleguen a la meta y que, en su inmensa mayoría, serán estrangulados por la competencia y el control del mercado por las grandes empresas. Deslumbrados, prefieren ignorar que nadie puede hacerse millonario honradamente. Sí pueden los que utilizan información privilegiada, engañan a sus socios, evaden impuestos, aprovechan las mil martingalas tributarias y, sobre todo, explotan sin piedad a los trabajadores. Nadie podría convertirse en multimillonario en treinta años, como se ufana de haberlo hecho el presidente de la República, Sebastián Piñera. La desigualdad revienta por todos los poros de Chile. No sólo se expresa en los ingresos. Hay una salud para ricos y otra muy distinta para los pobres. Lo mismo ocurre en la educación y la previsión social. Cada cierto tiempo estallan escándalos por la mala calidad de las viviendas. (Punto Final, 26 de junio al 8 de julio de 2010).

As más condições das moradias no Chile de então¹⁸¹ não foram fruto apenas do terremoto seguido de um tsunami que acometeu o país quatro meses antes da publicação desse texto. Para muitos chilenos, as más condições de vida nos âmbitos da moradia, saúde, educação, seguridade social, previdência, trabalho etc. não datam de ontem, mas

¹⁸¹ De acordo com o Estudo Pós-Terremoto, encomendado pelo *Ministerio de Planificación* e realizado entre maio e junho de 2010, os abalos naturais causaram sérios danos nas moradias de 8,8% da população total do país. (Informação disponível em <http://www.vermelho.org.br>, acessado em 26/01/2011).

vem se acumulando historicamente. E embora tenham sido alvos de tímida ação pública, os seus resultados possivelmente ficaram aquém do que poderiam ter sido, se essa agisse na perspectiva mais próxima a Marx, Polanyi e Smith, e menos aos teóricos do neoliberalismo, como Hayek, Friedman, Mises e Lippmann. Quer dizer: no sentido de restaurar a capacidade de ação da força de trabalho de modo a alterar as atuais correlações de forças entre o capital e o trabalho; se pendesse de maneira mais sistemática ao trabalho e menos ao capital, de forma tal que as condições de negociação dos sindicatos lhes fossem extremamente mais favoráveis e que num vir a ser não tão distante pudessem desatar e avançar nas muitas, senão em todas as dez propostas contidas no *Manifesto* (Marx); ou se ao menos (o que nas condições atuais já é muito) contribuísse para dissipar a *ilusión* encabeçada pela ideologia neoliberal dominante, e que isso pudesse reverter consideravelmente o muito que sobrou da ficção do *mercado auto regulável* e seus resultados sociais devastadores (Polanyi); ou ainda, se agisse no sentido de promover o *interesse geral da nação*, conduzindo a mesma por um caminho *natural* (e não *antinatural* e *retrógrado*), onde o soberano exercesse os seus *três deveres de grande relevância*, realizasse os devidos gastos, fruto das contribuições *justas*, e combatesse os efeitos perniciosos da dívida pública (Smith). O fato é que todos esses se se se estiveram muito distante da práxis do Estado chileno (como grande promotor da ação pública) nas últimas quatro décadas, sobretudo entre os idos de 1975 e 1981, precisamente quando a prática da neoliberalização evoluiu de uma maneira muito mais próxima do que a teoria neoliberal oferece. E o fato de o paradigma das práticas neoliberais “puras” ter subsequentemente se afastado do modelo mais puro, parece não ter significado o abandono de muitos de seus preceitos chaves, tais como a garantia das liberdades de negócios e corporações para operar num arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio; a promoção da privatização de ativos; a desregulamentação de setores econômicos; a flexibilidade dos mercados de trabalho; a remoção de barreiras à livre mobilidade do capital; a maior abertura dos mercados às trocas globais; as execuções de acordos internacionais, tais como os TLCs; a governança (uma configuração mais ampla que os Estados em si, pelo fato de conter também elementos-chave da sociedade civil) levada a cabo por especialistas e elites etc.¹⁸²

Analisando a história e implicações do neoliberalismo, Harvey percebe que “seria de fato surpreendente ver o mesmo e mais fundamentalista Estado neoliberal

¹⁸² Vejam, por exemplo, o diz Harvey em *O Estado neoliberal*. In: HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.

seguindo a ortodoxia neoliberal o tempo inteiro” (2008, p.81), e sugere que houve “uma ampla gama de fatores que afetaram o grau de neoliberalização em casos particulares” (idem, p.125). Não se trata aqui de reproduzir o seu *mapa dos movimentos da neoliberalização*, assinalando as correntes turbulentas de *desenvolvimentos geográficos desiguais* e de que maneiras diversas transformações locais se vincularam a tendências mais amplas. Gostaria apenas de assinalar com Harvey um fato persistente no âmbito dessa complexa história da neoliberalização desigual:

a tendência universal a aumentar a desigualdade social e a expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade (...) ao frio glacial da austeridade e ao destino tenebroso da crescente marginalidade. Embora essa tendência tenha sido minorada aqui e ali por políticas sociais, os efeitos na outra extremidade do espectro social têm sido deveras espetaculares. Não se viam desde a década de 1920 as incríveis concentrações de riqueza e de poder hoje existentes nas altas esferas capitalistas. Têm sido espantosos os fluxos de tributos em favor dos principais centros financeiros mundiais. No entanto, o que é ainda mais surpreendente é o hábito de tratar tudo isso como um mero e, em alguns casos, até feliz subproduto da neoliberalização. (Harvey, 2008, p.128).

Desde Smith se sabe que a riqueza material é criada na produção a partir da combinação social de formas de trabalho humano de diferentes qualificações. Mas a apropriação da riqueza há muito ‘escoa das mãos’ de quem a produz, e atualmente está cada vez mais claro que é a esfera financeira que comanda a repartição e a destinação social da riqueza criada. (Chesnais, 1996). Há certamente uma multiplicidade de vínculos entre a produção/reprodução e a apropriação da riqueza e são eles que explicam a natureza da desigualdade social atual. Mas a tarefa de tentar compreender a complexa interação conjuntural entre dinâmica interna e forças externas parece-me difícilíssima tendo em mira apenas o caso chileno, pois existe certamente toda uma gama de assuntos que mereceriam ser tratados. Não basta, embora seja importante, afirmar ser mais um mito o fato propalado do “*crecimiento con equidad*” no *Chile Actual*, caberia responder à questão de saber os seus por quês.

Não há dúvidas de que um dos resultados do neoliberalismo no Chile foi o aumento da desigualdade social, ainda mais se tomamos como parâmetro o Chile dos tempos de Allende. O triste é que mesmo sob o comando dos governos *concertacionistas* socialistas o país ampliou a desigualdade entre os que vivem de salários e os que vivem de lucros. Os dados divulgados no informe de *Cuentas Nacionales 2012* do Banco Central atestam expressiva queda na participação dos salários no conjunto PIB entre os anos de 2003 e 2010, baixando de 41,2% para 35,8%, ao passo que os lucros aumentaram sua participação no conjunto da renda nacional de 46,7% para 54,2% no mesmo período. Além disso, cabe ainda considerar o dado nada

insignificante de que os *impuestos netos* arrecadados pelo Estado chileno veem perdendo participação no conjunto do PIB ao longo desses anos, de 12,1% para 10%. Tal consideração é significativa se entendermos, como o fazem Orlando Caputo e Graciela Galarce, que tal redução foi apropriada como lucro empresarial. Calculam que para o ano de 2010 que o Estado deixou de arrecadar cerca de US\$ 5,5 bilhões, enquanto os trabalhadores deixaram de receber cerca de US\$ 14 bilhões. Resultado é que “*ambas disminuciones han sido captadas por las ganancias empresariales que han aumentado en más de US\$ 19.000 millones en 2010*”, isto “*debido a las variaciones de la participación del trabajo y del capital en el PIB*”. Ademais, “*grandes transferencias de remuneraciones a ganancias se han producido en los años anteriores a 2010 y hasta ahora*”. Para Caputo e Galarce, “*la pésima distribución del ingreso y los altos niveles de pobreza [en Chile] están determinados fundamentalmente por la distribución de la Producción, el PIB, entre las remuneraciones de los trabajadores y las ganancias de los empresarios y los impuestos netos de subsidios que capta el Estado*”¹⁸³.

Quanto aos menos afortunados no país, os seus *miserables* y *pobres*, padeceram e muitos ainda padecem do “frio glacial da austeridade”. Há que se analisar com cautela os dados sobre a *evolución reciente de la pobreza y la pobreza extrema* divulgados oficialmente. Primeiro é preciso lembrar que as realizações de alguns sonhos dos “de baixo” durante o governo Allende, simplesmente viraram pó na ditadura de Pinochet. Ao final do regime ditatorial, nada menos do que 45,1% da população chilena vivia numa situação de *pobreza* segundo o dado nacional da Pesquisa de Caracterização Sócio-Econômica, a *Encuesta Casen*.¹⁸⁴ Esse dado é de 1987, o primeiro da medição da *pobreza* no país. O último dado disponível, referente ao ano de 2011, indica que nesse interim houve significativa alteração, mas ainda 14,4% de chilenos foram oficialmente considerados *pobres*. (ver Quadro 7 abaixo).

¹⁸³ Texto publicado em 17 de julho de 2012 no diário La Nación. Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/la-gran-brecha-entre-salarios-y-ganancias-de-empresas-en-chile/noticias/2012-07-17/213630.html>>, acessado em 04 de dezembro de 2013.

¹⁸⁴ A Casen é realizada pelo Mideplan, atualmente *Ministerio de Desarrollo Social*, a cada três anos.

Quadro 7. Evolução da pobreza por zona, 1987-2011 (% população)

	1987	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006	2009	2011
Pobreza	45,1	38,6	32,9	27,6	23,2	21,7	20,2	18,7	13,7	15,1	14,4
Pobreza Urbana	--	38,5	32,7	27,0	22,0	20,7	19,7	18,5	13,9	15,5	15,0
Pobreza Rural	--	38,8	33,9	31,0	30,3	27,5	23,7	19,9	12,3	12,9	10,8
Pobreza extrema	--	13,0	9,0	7,6	5,7	5,6	5,6	4,7	3,2	3,7	2,0
Extrema Pobreza Urbana	--	12,5	8,8	7,2	5,1	5,1	5,1	4,4	3,2	3,6	2,7
Extrema Pobreza Rural	--	15,7	10,3	9,8	9,4	8,6	8,4	6,2	3,5	4,4	3,2

Fontes: *Ministerio de Desarrollo Social, CASEN años respectivos.*

Sob o neoliberalismo com “uma face mais humana”, tanto a chamada *pobreza* como a *pobreza extrema* (nas zonas urbana e rural) foram consideravelmente ‘reduzidas’ em termos percentuais, numa temporalidade de duas décadas. Segundo os dados da *evolución de la pobreza*, a mesma ‘passou’ progressivamente de 38,6% da população total (em 1990) para 27,6% (em 1994), 20,2% (2000), 13,7% (2006), 15,1% (2009) e 14,4% (2011), evidenciando nítidas ‘reduções’ durante os governos da *Concertación* (a exceção de Bachelet) e o de Piñera. As ‘superações’ foram no geral mais significativas no meio rural do que no meio urbano, sobretudo a partir de meados do governo Lagos. Desde 2006 que a *pobreza rural* vem sendo proporcionalmente menor do que a *pobreza urbana*. Em 2011 os registros apontavam 15% para esta e 10,8% para aquela. Já a *evolución de la pobreza extrema* também registrou expressiva ‘queda’, na verdade ainda mais significativa em termos proporcionais do que a ‘queda’ da *pobreza*. ‘Passou’ progressivamente de 13% da população total (em 1990) para 7,6% (em 1994), 5,6% (2000), 3,2% (2006), 3,7% (2009) e 2,0% (2011), também evidenciando nítidas ‘reduções’ durante os governos da *Concertación* (a exceção de Bachelet) e o de Piñera, e tanto na zona urbana quanto na zona rural, sendo esta sempre mais ‘expressiva’ do que àquela. Um dado a sublinhar é que os *pobres* de ‘hoje’ (2011) são em maior número do que os *pobres* de ‘ontem’ (2006), e também em termos proporcionais ao conjunto das populações nos referidos anos. Mas desde logo deve-se ter em conta que o fato de a ‘maior’ *pobreza* e *indigencia* durante a administração Bachelet, não parece se dar por conta uma gestão ineficiente e descompromissada na condução de sua política social, e sim com a crise financeira global e suas reverberações

no país. Dentro de uma política social de mínimos, os governos concertacionistas socialistas foram os que alocaram mais recursos (em % ao PIB) como *gasto público social* (ver Quadro 9 adiante).

A *Encuesta Casen 2011* afirma existir 14.493.956 *personas no-pobres*; 2.447.354 *personas pobres*; e 472.732 *personas indigentes*. Aponta ainda que *pobreza* ‘reduziu’ na população infantil, nas mulheres chefes de família, e de maneira generalizada entre os distintos grupos sociais e nas distintas regiões do país. Estimou a seguinte divisão por *grupo de edad* entre os *pobres y extremamente pobres*: 24% e 4,6% de *niños* (entre 0-3 años); 22,5% e 4,4% de *niños y juvenes* (entre 04-17 años); 13,3% e 2,5% de *adultos* (entre 18-29 años); 13,9% e 2,5% de *adultos* (entre 30-44 años); 10,1% e 1,9% de *adultos* (entre 45-59 años); e 7,9% e 1,8% de *viejos* (con más de 60 años). As mulheres (15,5% e 3,0%) são proporcionalmente mais *pobres y extremamente pobres* do que os homens (13,3% e 2,6%). Os indígenas (19,2% da etnia) são mais pobres do que os não- indígenas (14% das demais etnias). Por regiões, a pesquisa aponta como os atuais (2011) líderes do *ranking* da *pobreza* e da *pobreza extrema* as regiões de *La Araucanía* com 22,9% de *pobres* e 5,3% de *extremamente pobres*; a de *Bío Bío* com 21,5% e 4,5, respectivamente; a de *Los Ríos* com 17,5 e 3,0%; a de *Valparaíso* com 16,9% e 3,4%; a de *Maule* com 16% e 2,6%; *Arica y Parinacota* com 15,7% e 2,1%; *Coquimbo* com 15,3% e 2,2% etc. (vide Quadro 8 abaixo).

Quadro 8. Situação da pobreza e da pobreza extrema por região (2011)

<i>Región</i>	<i>Pobreza</i>	<i>Indigencia</i>
<i>La Araucanía</i>	22.9	5.3
<i>Bío Bío</i>	21.5	4.5
<i>Los Rios</i>	17.5	3
<i>Valparaíso</i>	16.9	3.4
<i>Maule</i>	16.2	2.6
<i>Arica y Parinacota</i>	15.7	2.1
<i>Coquimbo</i>	15.3	2.2
<i>Los Lagos</i>	15	3.1
<i>Atacama</i>	13.3	2.5
<i>Tarapacá</i>	13.1	1.9
<i>Región Metropolitana</i>	11.5	2.2
<i>Libertador Bernardo O´higgins</i>	10.1	1.6
<i>Aysén</i>	9.8	1.6
<i>Antofagasta</i>	7.5	1.6
<i>Magallanes y la Antártica Chilena</i>	5.8	1.3

<i>Total del País</i>	14.4	2.8
-----------------------	------	-----

Fonte: *Ministerio de Desarrollo Social, CASEN año 2011.*

De acordo com a *Ficha Metodologica de la Encuesta* (ver Anexo X), o método utilizado na *Encuesta* é o “*método de ingresos o indirecto*” que mede a *pobreza e indigencia* em termos absolutos, isto é, os limites entre os *pobres* ou *indigentes* e aqueles não pobres se definem segundo “*mínimos de satisfacción de necesidades básicas, en el caso de la pobreza, o alimentarias, en el caso de la indigência*”. Tal método utiliza a renda como o indicador da capacidade de satisfação das necessidades básicas e alimentícias, de modo que estes “*mínimos*” se estabelecem de acordo com determinados níveis variáveis de renda, de linhas de *pobreza e indigência*. Para o cálculo da *línea de indigencia*, a CEPAL compôs uma cesta básica de alimentos tal que permitiria satisfazer as “*condiciones de consumo de calorías mínimas*”. O valor da cesta básica difere entre as zonas rural e urbana. A cesta não sofreu modificações ao longo do tempo¹⁸⁵, sendo reajustada segundo variações no *Índice de Precios al Consumidor (IPC)*¹⁸⁶. Já a *línea de pobreza* se estabelece a partir do custo da cesta básica de alimentos ao que se aplica um “*factor multiplicador*”.

Os críticos do método aplicado na *Encuesta* argumentam que a *pobreza* no Chile é consideravelmente mais ‘elevada’ do que a plasmada nos dados oficiais. Isso porque o governo constrói as *líneas de pobreza y indigencia* com base numa pesquisa de consumo constantemente desatualizada, onde o valor da cesta de alimentos não corresponde ao que resultaria caso se atualizassem os preços dos consumos incluídos. Afirmam que as revisões na cesta e em seus preços certamente conduziriam a um montante superior e, portanto, na mudança da *evolución de pobres y indigentes* no país. Para o *ex-jefe de la Unidad Estadística de la CEPAL*, Juan Carlos Feres, 27% dos chilenos seriam *pobres* se usassem o critério relativo favorecido em muitos países europeus, e em rede televisiva recentemente questionou os dados relativos à última *Encuesta Casen*, afirmando que “*debiera volverse al 15% y desechar el 14,4% que se informo*”¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Ao que me consta desde que foi criada em 1987.

¹⁸⁶ Ver *Metología de estimación de la pobreza* no Anexo I.

¹⁸⁷ Ver <http://www.youtube.com/watch?v=uhXM4XTTGgI>.

Limites da política social na superação da pobreza e das desigualdades

De todo modo e independente das classificações, o que parece certo é que a política social de algum modo contribuiu para “evitar el caos”, o retorno dos ímpetus da *vía chilena* ao socialismo. Cumpriu e cumpre um papel na *reproductividad del transformismo*. Mas também se enganam os que acreditam que a política social esteve ou está por cima da proteção dos lucros do capital. Trata-se claramente de uma política social “*minimalista*”, ainda que se contabilize certa progressividade no *Gasto Público Social* (GPS), tanto em relação ao PIB (ver Quadro 9) quanto em termos *per capita*. Fato é que após mais de duas décadas à política social chilena revelou-se incapaz de contribuir significativamente na erradicação da pobreza, mesmo sendo concebida em termos tão estreitos, e também se revelou incapaz de reduzir significativamente às desigualdades sociais.

Quadro 9. Gasto Público Social, Gastos em Seguridade Social, Educação, Saúde e Habitação, 1990-2011 (% do PIB)

	90	92	94	96	98	00	02	04	06	08	09 ^a	10	11
Gasto social	11,9	12,1	12,5	12,8	13,6	14,9	15,1	13,5	12,0	14,2	15,3	14,7	14,4
Seguridade Social	7,6	--	--	7,3	--	--	7,8	--	--	6,3	6,6	--	--
Educação	2,3	--	--	2,9	--	--	4,1	--	--	4,1	4,6	--	--
Saúde	1,7	2,0	2,4	2,4	2,6	2,8	3,0	2,8	2,8	3,4	3,7	--	--
Habitação	0,3	--	--	0,3	--	--	0,3	--	--	0,4	0,4	--	--

Fonte: Base de datos sobre gasto social, División de Desarrollo Social, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) apud Farías, 2013.

a Datos del gobierno central. El gasto total incluye gasto en educación, salud, nutrición, seguridad social, empleo, asistencia social, vivienda, agua y alcantarillado. El gasto en seguridad social considera el gasto público en seguridad y protección social, trabajo, asistencia social y capacitación. El gasto en vivienda incluye vivienda, agua, alcantarillado y otros elementos no clasificados;

Los datos de los años de 2010 y 2011 son del Panorama Social de América Latina y el Caribe, 2012.

O quadro acima registra que o GPS em termos proporcionais ao PIB cresceu ao longo dos últimos anos, o que fica claro pela comparação entre o ano de 2011 com o ano de 1990. Enquanto neste o GPS fora de 11,9% do PIB, naquele alcançou 14,4%. Atingiu o pico de 15,3% do PIB durante o auge da crise econômica (2009), em fins do governo Bachelet. Os concertacionistas socialistas ‘gastaram’ em matéria de política social um pouco mais do que os concertacionistas democrata-cristãos: o GPS registrou uma média de 12,4% do PIB entre os anos de 1990 e 1999, e uma média de 14,0% entre os anos de 2000 e 2009; e, proporcionalmente ao *Gasto Público Total* (GPT), o GPS

registrou uma média de 64,4% entre a última década do século XX, e uma média de 67,4% na primeira década do século XXI (ver Anexo XI).

Essa ligeira prioridade fiscal do GPS chileno – o GPS cresceu uns 5% a mais do que o crescimento do GPT – contrasta com a maior prioridade fiscal do GPS latino-americano e Caribenho – o *GPS* nesse caso cresceu cerca de 37% mais do que o crescimento do GPT. Ademais, deve-se ter em conta o fato da maior participação do GPS chileno no conjunto do seu GPT, em 67,4%, vis-a-vis os 62,6% da média na região latino-americana e caribenha, bem como a maior ou menor participação do próprio GPT no conjunto do PIB. No caso da nossa região, o GPT registrou em 2008 uma média de 25% do PIB, acima dos 21,2% registrados no Chile no mesmo ano¹⁸⁸.

Segundo cálculos de Cabello e Serrano, a taxa média de crescimento real (em pesos de 2009) do GPS entre os anos de 1990 e 2009 foi de 7,6% ao ano: “*en términos absolutos, el Gasto Público Social ha crecido significativamente desde 1990 a la fecha, pasando de \$4.061.416 millones en 1990 a \$15.096.852 millones en 2009, es decir, un nivel de más de 3 veces mayor en términos reales (valores en moneda de 2009)*” (2010, p.08). Essa taxa é superior à taxa média de crescimento do PIB no mesmo período, de uns 4,3% ao ano. No entanto, essa maior prioridade macroeconômica, que impulsiona o aumento da participação do GPS no conjunto do PIB, quando comparado ao *esfuerzo macroeconómico* que representa *el presupuesto público social latinoamericano*, reduz um tanto de sua significância diante da assertiva conclusiva do *Panorama Social de América Latina y Caribe* (2012), de que “*el incremento del esfuerzo macroeconómico del gasto [público social] en Chile (...) fue poco sustantivo en los últimos 20 años*” (p.174), ficou muito abaixo do esforço de El Salvador, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicaragua, Paraguai, República Dominicana, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Honduras, Jamaica, México e Peru. Em termos regionais, o GPS em proporção ao PIB latinoamericano (prioridade macroeconômica do GPS) passou de 11,2% em 1991-2 para 18,6% em 2009-10, isto é, partiu de uma média menor e alcançou uma média maior do que a registrada no Chile nesse mesmo intervalo temporal.

Apesar do menor *esfuerzo* ao longo desses anos, o Chile figura nos *Panoramas Sociales de la CEPAL* como uma das nações da América Latina e do Caribe em que a *el gasto público social* em termos percentuais ao PIB situa-se acerca da média (por vezes um pouco acima ou um pouco abaixo) do conjunto de vinte uma nações. No geral, fica

¹⁸⁸ Vide dados do *Estudio Económico de América Latina y Caribe, 2010-2011*, CEPAL.

atrás de nações como Cuba, Argentina, Uruguai, Brasil e Costa Rica, e à frente de outras 14 ou 15 nações, tais como México, El Salvador, Equador, Perú, Paraguai etc. Já em termos do GPS *per capita*, o Chile situa-se um tanto mais acima da média, muito à frente de nações como El Salvador, Bolívia, Equador, Peru, Paraguai etc., mas um tanto mais abaixo de Cuba, Argentina e Uruguai, e um pouco abaixo do Brasil, e ‘parelho’ com a Costa Rica. Em termos da *evolución* do GPS *per capita* ao longo desses vinte anos, parece mais expressiva, “*pasando de \$308.178 [pesos chilenos] en 1990 a \$891.781 en 2009, lo que implica una tasa de aumento promedio de 6,1% real anual*” (Cabello & Serrano, 2010, p.09), acima do crescimento do PIB *per capita*, de uns 3,9%. (ver Anexo XII).

Em termos setoriais, a *Seguridad Social* chilena, componente mais importante do GPS, registrou prioridade macroeconômica negativa entre os anos de 1990 a 2009, isto é, cresceu num ritmo menor do que o crescimento do PIB no período, 15% negativo, bem como perdeu participação no conjunto das áreas sociais, de 64% em 1990 para 43% em 2009. No conjunto das nações latino-americanas e caribenhas, a *Seguridad Social*, registrou prioridade macroeconômica de 86%, e ampliou sua participação de 39% para 44% no mesmo período. As *Viviendas* chilena, componente de menor importância no GPS, registrou moderada prioridade econômica, 33% no interim, mas manteve os mesmos 3% de participação no conjunto das áreas sociais. Na América Latina e Caribe, as *Viviendas y otros* embora tenha registrado prioridade macroeconômica de 15%, reduziu sua participação de 12% para 8% no período.

A *Educación* e a *Salud* chilena, registraram significativas prioridades macroeconômicas, cresceram duas vezes mais do que o crescimento do PIB, 100% a *Educación* e 118% a *Salud*. A *Educación* ampliou sua participação no conjunto das áreas sociais de 19% para 30%, ao passo que a *Salud* ‘partiu’ de 14% para 24%. No conjunto das nações latino-americanas e caribenhas, a *Educación* e a *Salud*, registraram prioridades macroeconômicas também crescentes, 72% e 50% respectivamente, e praticamente mantiveram as mesmas participações registradas entre os anos de 1990 e 2009, 26% para 27% no caso da *Educación* e 23% para 21% no caso da *Salud*. Não obstante aos *esfuerzos* chilenos em matéria de educação, o que chamou a atenção da sociedade chilena ao final do governo Bachelet, entre os meses de maio e junho de 2009, foi um movimento que ficou conhecido como “*revuelta de los pingüinos*”, movimento esse que levou mais de 80% dos estudantes secundaristas e seus apoiadores às ruas para exigir alterações na educação do país, tal como a gratuidade do transporte

escolar e o retorno do caráter público da educação superior, privatizada durante a ditadura. Novos protestos estudantis voltaram a ocorrer em 2011. Mas apesar do “basta a essa educação de qualidade muito duvidosa e custo altíssimo, [onde] a matrícula universitária é a mais cara da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando se relaciona o custo com a receita por habitante” (Palma, 2013), não houve até o momento alterações significativas nas demandas estudantis. O ensino superior segue privatizado no Chile.

O país também se singulariza na América Latina por ter privatizado durante a ditadura o seu *sistema previsional*, e realizado uma ‘reforma’ nesse sistema que instituiu *el ahorro obligatorio*. Em síntese, uma parte das remunerações dos trabalhadores passou a ser obrigatoriamente destinada à expansão do capital. Resultado:

Los asalariados – indicó acertadamente en los años ochenta Foxley – se han transformado así, en involuntarios agentes promotores del esquema de concentración de activos que caracteriza al experimento neoliberal”. “Hoy todos somos capitalistas – declaró en 1995 el directivo de la Cámara Chileno-Norteamericana de Comercio AG, Antonio Castilla –, porque los ahorros están depositados en administradoras de fondos de pensiones que son las dueñas de las empresas y los gerentes y presidentes deben rendir cuenta a la gente. El esquema chileno há ido mucho más allá de lo que la gente seha dado cuenta. Si la empresa chilena cae, caen todos los que han ahorrado durante años”. (...) Estos mecanismos no se modificaron durante los Gobiernos de la Concertación, sino que, por el contrario, se reforzaron en la medida que se fueron acumulando más recurso y el poder de las administradoras de fondos, en consecuencia, creció. De otra parte, el sistema AFP constituye la negación más tajante de democracia, dado que los dueños de los recursos no inciden en el manejo de los fondos que les pertenecen y su ‘libertad’ se reduce a elegir en cuál administradora colocar sus fondos. (Fazio & Parada, 2010, p.11).

No âmbito do sistema privado de pensões obrigatórias, a maioria dos trabalhadores do setor formal chileno paga atualmente cerca de 10% do seu salário em fundos geridos por entidades privadas. Mas do que ficou a cargo da administração pública chilena, importa também registrar que sua política social “*minimalista*” atuou de forma focalizada¹⁸⁹ *en los grupos más vulnerables*, dirigida em particular no ‘combate’ à *indigencia y pobreza*, como evidenciam os dados da *Encuesta Casen: distribución del ingreso*. Um estudo da CEPAL (2005) chegou a classificar o coeficiente da

¹⁸⁹ Cláudia Robles Fariás recorda que “*desde 1979 a 2006, el principal instrumento para la focalización de los programas sociales fue la Ficha CAS, a la cual se accedía según la demanda de las familias que postulaban a los programas sociales y estaba gestionada por las municipalidades. La ficha, si bien experimentó cambios durante ese período, mantuvo como eje central un conjunto verificable de indicadores de carencias socioeconómicas agrupados en las dimensiones de vivienda, educación, ocupación e ingresos y patrimonio, a partir de las cuales se construyó un índice estimativo de los ingresos familiares: el puntaje CAS*” (2013, p.13).

concentração do GPS¹⁹⁰ chileno como especialmente *progresivo* (que inside preponderantemente na população de mais baixa renda), o primeiro de uma lista de onze nações latino-americanas, à frente da Costa Rica, Uruguai, Argentina e Colombia, e muito à frente de Nicaragua, Perú, Bolívia, Brasil, México e Guatemala, países cujos coeficientes de concentração foram considerados *regresivos*. (Ver Anexo XIII).

Diferentes estudos buscam demonstrar que a *progresividade* do coeficiente do GPS altera a distribuição de renda na sociedade, sobretudo em prol dos decis mais baixos. No caso chileno, os dados oficiais da *evolução da distribuição de rendas monetárias* (ver Quadro 10 abaixo) refaz o retrato dinâmico da desigualdade no país (rever Quadro 6. *Evolução da distribuição de rendas autónomas*). Ainda assim, o que se nos apresenta é uma sociedade extremamente desigual, ainda que em condições um pouco melhores no que tange às apropriações de renda por parte, sobretudo, dos dois primeiros decis. O Gini apresenta variação mínima, de 0,53 para 0,52 quando comparamos os Quadros 6 e 10.

Quadro 10. Evolução da distribuição de rendas monetárias, 1990-2011

	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006	2009	2011
<i>Ingresos Monetários</i>										
Índice 10/10	27,1	25,1	27,7	28,7	28,4	29,5	27,3	23,9	25,9	22,6
Índice 10/40	3,3	3,2	3,3	3,4	3,3	3,3	3,2	2,8	2,9	2,7
Índice 20/20	13,0	12,3	13,1	13,6	13,9	13,3	12,8	11,5	11,9	10,9
Gini	0,56	0,56	0,55	0,56	0,57	0,58	0,56	0,53	0,53	0,52

Fonte: *Ministerio de Desarrollo Social, CASEN años respectivos.*

A afirmação de Marx de que “o pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferí-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior” (1998, p.747-8), parece bem se aplicar ao que vem ocorrendo no *Chile Actual*.

Os *límites de la política social en superar la pobreza y las desigualdades* ficam tanto mais claros na medida em que passamos a analisar as fontes de financiamento do GPS, a estrutura tributária e o padrão fiscal-financeiro do gasto público chileno, o peso da dívida pública etc. Há toda uma série de constrangimentos porque passa a política

¹⁹⁰ O coeficiente de concentração do GPS mede a proporção em que esse gasto se destina à população de mais baixa renda. Qualifica-se o GPS como ‘progresivo’ (em termos absolutos) quando os recursos se distribuem em forma mais que proporcional aos grupos de mais baixa renda, gerando um coeficiente de concentração negativo, ou como ‘regresivo’ (em termos absolutos) quando se beneficia em maior proporção aos grupos de rendas mais elevadas, gerando um coeficiente de concentração positivo.

social chilena. No geral admite-se que o tamanho e a composição da carga tributária assim como os rumos tomados pela política fiscal impõem certo teto à capacidade de expansão das prioridades macroeconômica e fiscal do GPS e assim também a ação social por parte do Estado. A composição da carga tributária chilena não parece obedecer às orientações de Smith quanto ao que deveria ou não dever recair sobre “toda a sociedade” ou “apenas uma parte da sociedade”. Em primeiro lugar é preciso dizer que a carga tributária no Chile¹⁹¹, que gira em torno de 17% a 18% do PIB ao longo das últimas duas décadas, abaixo dos 20% registrados nos anos oitenta, definitivamente não é elevada nem em termos conjunturais ao próprio país, e muito menos em termos globais, pois oscila abaixo da média mundial¹⁹². Em segundo lugar deve-se ter em conta que o sistema tributário chileno é regressivo, o que beneficia os empresários e a população de maior poder aquisitivo em detrimento da população de rendas baixas e médias. Analisando o período entre os anos de 1999 e 2006, Michael Jorratt De Luis observou

una marcada concentración en los impuestos indirectos, los que en promedio aportaron un 64% de la recaudación del Gobierno General¹⁹³, contra un 36% de los directos. Esta tendencia cambia en el último año, en donde los indirectos representan un 55,6% de la recaudación contra un 44,4% de los directos, lo cual es consecuencia de los elevados precios del cobre que ha determinado un mayor pago de impuesto a la renta de las mineras privadas. En términos de carga tributaria, los impuestos indirectos representaron durante el período un promedio de 11,6% del PIB, frente a un 6,2% de los impuestos directos. La participación relativa de directos e indirectos es distinta según niveles de gobierno. La recaudación del Gobierno Central está aun más concentrada en los segundos. A partir de los datos de la tabla 3 [ver Anexo XIV] es posible calcular que, del total de recaudación del Gobierno Central percibida en el

¹⁹¹ Considerando todos os tributos provenientes do *Gobierno General*, isto é, do *Gobierno Central* (incluindo IVA, a la renta, Comercio exterior, Combustibles, Tabaco, Timbres y estampillas, Otros) e dos *Gobiernos Municipales* (incluindo Impuesto Territorial; Permisos de circulación, Patentes Municipales, Derechos Municipales, Otros Impuestos y ajustes), sem incluir as *Contribuciones de la Seguridad Social*, os quais elevariam o montante global da arrecadação para patamares que oscilaram entre 20,7% e 26,9% do PIB entre os anos de 2002 e 2010.

¹⁹² Ver: Lista de países por Carga Tributária. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_carga_tribut%C3%A1ria>, consultado em 08 de dezembro de 2013.

¹⁹³ “En Chile, los ingresos tributarios constituyen la principal fuente de financiamiento del gasto público, tanto para Gobierno Central como para los gobiernos locales. (...) entre 1990 y 2006 la recaudación tributaria aportó entre un 61,8% (1990) y un 78,5% (2002) de los ingresos totales del Gobierno General, promediando un 73,6% en el período. Si se analiza exclusivamente los ingresos del Gobierno Central, la situación es similar: los ingresos tributarios aportaron, en promedio, un 73,7% de los ingresos totales, alcanzando un mínimo de 60,8% en 1990 y un máximo de 79,1% en el año 2002. En segundo lugar aparecen los ingresos del cobre, que corresponden a los excedentes generados por la compañía estatal CODELCO, cuyo aporte promedió un 8,3% a lo largo del período. A diferencia de las demás líneas de ingreso, los excedentes del cobre muestran una alta fluctuación, lógicamente a consecuencia de las variaciones del precio del metal en los mercados. Es así que su participación osciló entre un 1,8% en el año 1999, cuando el precio de la libra de cobre promedió los 71 centavos de dólar, y un 22,1% en el año 2006, cuando el metal alcanzó un precio promedio de 305 centavos de dólar la libra”. (De Luis, 2009, p.11).

período bajo análisis, un 31,6% provino de impuestos directos, en tanto que un 68,4% se obtuvo de impuestos indirectos. Por su parte, la recaudación de los gobiernos locales es a la inversa: un 86,6% provino de impuestos directos y un 13,4% de indirectos. (De Luis, 2009, p.17).

Restringindo a análise ao *Gobierno Central*, nota-se que não obstante a menor regressividade na composição de sua tributação durante os anos de 1999 e 2006 – onde os *impuestos indirectos* proporcionalmente ao PIB reduziram-se de 11,9% para 10,0% ou de 75,8% para 58,5% da Carga Tributária Total (CT), ao passo que os *impuestos directos* ampliaram a sua participação de 3,8% para 7,1% do PIB ou de 24,2% para 41,5% da (CT) nesse mesmo período –, às *Estadísticas Tributarias en América Latina 1990 – 2010* (ver Anexo XV) apontam uma conseqüente piora nessa tendência a partir de 2006. Os *Estudios Económicos de América Latina y Caribe 2010-2013* mostram o tamanho mais exato do retrocesso até 2009 e a posterior recuperação a partir de 2010. Em 2009, os *impuestos indirectos* voltaram a ocupar maior espaço na CT, passando de 58,5% da CT (2006) para 66,2% da CT, ao passo que os *impuestos directos* reduzem sua participação na CT, de 41,5% para 33,8%. A partir do governo Piñera, a regressividade tributária voltou aos patamares mais próximos ao registrado no ano de 2006 – os *impuestos directos* passam a ampliar a participação na CT, de 33,8% (2009) para 42,8% (2012), ao passo que os *impuestos indirectos* reduzem a participação na CT, de 66,2% (2009) para 57,1% (2012) –, mas ainda é fato que sistema tributário chileno segue com marcada concentração nos *impuestos indirectos*, além da baixa arrecadação. (Ver Quadro 11 abaixo).

Quadro 11. Composição das tributações do Governo Central (% do PIB e proporções de tributos diretos e indiretos), anos selecionados

	1999	2006	2009	2010	2011	2012
Carga Tributaria¹ (CT)	15,7	17,1	14,8	17,0	17,4	17,5
Impostos Diretos (ID)	3,8	7,1	5,0	7,0	7,6	7,5
Impostos Indiretos² (II)	11,9	10,0	9,8	10,0	9,8	10,0
ID/CT	24,2	41,5	33,8	41,2	43,7	42,8
II/CT	75,8	58,5	66,2	58,8	56,3	57,1

Fontes: *Elaboração própria com base nos Estudios Económicos de América Latina y Caribe 2010-2013; e De Luis, 2009.*

1. Excluindo as *Contribuciones a la Seguridad Social*

2. Incluindo os *Otros Impuestos* que incidem sobre os *Impuestos Indirectos*.

É certo que uma política fiscal fundada num sistema tributário regressivo e de consideráveis gastos públicos de natureza financeira, caso da política fiscal chilena, necessariamente inibe a capacidade de financiamento dos gastos de natureza social, e

por consequência impõe limites à capacidade de alavancar a política social em prol da superação da pobreza e das desigualdades. Mas é na forma geral de condução do chamado tripé fiscal-monetário-cambial que encontramos uma resposta ainda mais elaborada sobre como a condução da política econômica pode constranger o potencial de financiamento dos gastos sociais em seu conjunto. A esse respeito, as considerações de Moulian de que “crescimento com equidade não é possível se a política macroeconômica gira em torno dos mesmos eixos dos tempos da ditadura e se a estratégia social consiste no “jorro”, na acumulação que o crescimento produziria automaticamente” (2006, p.286), ainda são válidas para o presente. Além do comportamento da atual política fiscal restritiva¹⁹⁴, a política monetária contracionista também rebaixa o limite de financiamento dos investimentos produtivos e dos gastos sociais que poderiam proporcionar não só um crescimento com mais equidade quanto avançar mais na erradicação da pobreza.

Ademais, mesmo diante das elevadas cotações nos preços internacionais do cobre, que fazem com que os minérios respondam por cerca de 1/5 dos *ingresos del Gobierno Central* e forcem a expansão moderada da arrecadação em termos reais e em relação ao PIB, o Chile, como argumenta Gabriel Palma “está gastando muito mais do que tem”, e gastando mal no consumo conspícuo de produtos importados, em vez de investir na produção e na alavancagem de uma política social mais arrojada. Também preocupa o comportamento recente da *deuda pública* chilena – embora saibamos que para os padrões mundiais e latino-americanos ela é considerada baixa –, que após registrar queda de 22,1% do PIB para 8,7% entre os anos de 2002 e 2007, durante o *boom* do cobre, voltou a subir a partir de 2008 e alcançou o patamar de 12,1% em 2009. Após os três primeiros anos do *Gobierno Piñera*, a *deuda pública bruta del Sector Público no financiero* registrou 19,1% do PIB em 2012, o que evidencia uma postura distinta entre a *Concertación* e a *Coalición por el Cambio* no trato com as finanças públicas em tempos de ‘vacas gordas’. (ver Anexo XVI). Já registramos o atual desequilíbrio na *balanza de la cuenta corriente*, o que só agrava a chamada ‘necessidade de financiamento externo’ para fechar o *balanço de pagos*. Registre-se que o Chile tem atualmente reservas cambiais da ordem de mais de US\$ 39 bilhões, cifra que deve quase corresponder com que se gastou em 2013 em rubrica social, montante extremamente necessário, mas claramente insuficiente para erigir um “Estado de bem-

¹⁹⁴ O Setor Público chileno, após registrar um déficit primário de 3,7% do PIB em 2009, vem realizando sucessivos superávits primários: 0,1% em 2010; 1,8% em 2011; e 1,1% em 2012.

estar decente” (como já expressou o ex-presidente do PS, Gonzalo Martner), capaz de tornar realidade o crescimento com equidade e a superação da pobreza, tomada num sentido mais amplo do que aquele consagrado pelas autoridades chilenas e mais além.

Mas há muito que os tempos são de regressão histórica, e o próprio Chile foi protótipo dos novos tempos, e como bem afirmou Harvey (2011) não há evidência de que o neoliberalismo de livre-mercado como modelo econômico dominante de desenvolvimento capitalista esteja morto. Perry Anderson concorda com essa avaliação, mas destaca que a América do Sul segue numa direção um tanto contrária ao aprofundamento da neoliberalização, sendo portadora de uma esperança inexistente em outras regiões. No entanto, o Chile não parece remar nesse contrafluxo.

O horizonte que se abre para o *Chile Actual* sob o novo governo de Michelle Bachelet (2014-2017) não será o da manutenção do esquema orçamentário e da situação privilegiada dos grandes interesses econômicos, deixando consequentemente a maioria dos chilenos à margem da riqueza e consequentemente numa pior situação de pobreza relativa? Um dos pontos centrais do Programa da *Nueva Mayoría* – a coalizão de centro-esquerda vencedora no segundo turno das eleições presidenciais de 2013, conformada pelos Partidos que compunham a *Concertación* mais o *Partido Comunista de Chile*, a *Izquierda Ciudadana* e o *Movimiento Amplio Social* – é o fortalecimento das políticas sociais e o combate às desigualdades pela via da elevação dos impostos aos mais ricos. É na correlação de forças atuais e futura que veremos a execução do Programa ou o seu novo abandono, isso se o ‘fio’ do cobre não se ‘romper’ e gerar consequências imprevisíveis para o futuro do país, futuro esse que inclusive poderá pela via de uma *Asamblea Constituyente* alterar a *Constitución* remanescente dos anos de chumbo de Pinochet. Lembremos que no Brasil uma Assembleia Constituinte fora posta em marcha no ano de 1988. Voltemos para lá e escutemos alguns de seus protagonistas.

Riquezas e pobreza no Brasil Atual

Este último capítulo retoma análises sobre a produção e a reprodução das riquezas e das pobreza no Brasil, sobretudo durante as últimas três décadas, isso porque não poucas vezes nos reportamos ao passado mais longínquo. As ligações no econômico-social-político entre o que podemos chamar do Brasil Atual (parafraseando Moulian) com o Brasil Passado foram de certa forma aqui reestabelecidas. Começamos por decifrar com Florestan Fernandes a lógica transformista levada a cabo durante os primeiros governos da “Nova República”, de José Sarney a Fernando Collor de Mello. A partir de então, a descrição prossegue por meio de uma síntese de discursos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O objetivo fora registrar o que precisava ser feito e o que foi feito no país na voz de seus principais protagonistas (o caso chileno careceu deste registro oficial, tomou-o exclusivamente nas vozes de alguns de seus críticos).

As proposições de Florestan e FHC me levaram a questionar se estamos ou não vivendo o fim do sonho socialista diante do avanço da social-democratização capitalista? E mais, o que isso significou e significa em termos da conformação de nossa hierarquia social, das reproduções das riquezas e das pobreza no país? Diante dessas questões, voltamos às antevésperas da realização do 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores (fins dos anos 1980 e início dos anos 1990), a uma série de reflexões de Florestan sobre o PT e os rumos do socialismo no país, até recentes observações de Ricardo Antunes e de Alves Giovanni sobre os rumos conjunturais do sindicalismo no Brasil, sobre sua crise contemporânea e o seu presumível maior desafio na atualidade, bem como a pertinente observação de Cardoso sobre a efetiva prática social-democrática do PT.

Por fim, e já nos dois últimos itens do capítulo, me ative às utopias social-democrática e socialista, ao detalhamento de resultados econômicos-sociais-políticos e os desafios que o país enfrenta, escutando tanto as vozes dos que pretendem tornar viável (ou ainda mais viável) a utopia social-democrática (FHC, Fábio Giambiagi, Benício V. Schmidt) como nas dos que pretendem erigir o socialismo no Brasil (Florestan, Francisco de Oliveira, Márcio Pochmann).

Durante os primeiros governos da “Nova República”

A redemocratização no Brasil também fora realizada por uma “conciliação pelo alto”. Anos antes de o Chile desatar sua *lógica transformista*, o Brasil já havia feito o seu “pacto conservador”, pacto esse que levou ao Colégio Eleitoral à eleição de Tancredo Neves e a ascensão à Presidência de José Sarney (1985-1990), o “grão vizir civil da ditadura” que até pouco antes presidia a Arena. A *lógica transformista* à brasileira ou a *transição prolongada* foi denunciada por Florestan Fernandes em uma série de trabalhos escritos entre o início dos anos 1980 (e mesmo antes) a meados dos anos 1990. Entre eles: *Que tipo de República?*, *Nova República?*, *O processo Constituinte*, *A Constituição inacabada*, *A Transição prolongada* e *Democracia e desenvolvimento*, *A força do argumento* etc.

O governo da “Nova República” instaurou-se no Brasil em 15 de março de 1985. O governo Sarney nasceu de uma tentativa de “conciliação pelo alto”¹⁹⁵ e esteve abertamente empenhado na reconstrução democrática de sentido burguês-conservador. Sobre o *Pacto social à brasileira*¹⁹⁶, Florestan nos diz que

a “Nova República” proclamou-se uma democracia “social”, dos pobres e necessitados, e buscou a aliança dos trabalhadores, chegando a cooptar de forma sagaz as organizações e partidos de esquerda que absorveram o compromisso de uma “aliança democrática” com a ordem existente, uma ordem lusco-fusco, ultraliberal na retórica e ultracentralizadora no comando político, ocultando o seu despotismo por detrás de uma Constituição que não é nem republicana nem democrática, mas ditatorial e instrumento de uma transição que combina punição e promessa. (...) Poder-se-ia dizer que, ao excusar-se do pacto social oferecido pela Aliança Democrática, pela “Nova República” e sacramentado por Tancredo Neves, os trabalhadores expuseram-se ao pior, deixando de ser parte de um processo no qual acabaram se tornando objeto de barganha dos de cima. Estes iriam revelar-se compassivos, até, se não por condescendência ou generosidade, por temor da “explosão social”, que não se afasta da imaginação perversa dos poderosos. Ora, na verdade, tudo o que foi feito – mesmo aquilo de interesse direto e indireto para os proletários e a massa popular – visava salvar o capital de uma catástrofe econômica e a ordem política de uma comoção violenta, de consequências imprevisíveis. Participassem ou não de um pacto social negociado corretamente, os proletários e a massa popular só ficariam com o quinhão que lhes coube, talvez com um prato de lentilhas a mais, de sabor muito amargo! Deixando de participar, os proletários e a massa popular sem querer puseram a nu a natureza da situação política que estamos atravessando. Os de cima tocam o carro de acordo com sua veneta, interesses e conveniências. Não existe democracia, porém palavrório democratizante. Os de cima não podem oferecer aos de baixo aquilo que eles sequer logram dividir entre si. A regra é *os que podem mais choram menos (ou mamam mais)*. Portanto, não foi sob a ditadura,

¹⁹⁵ Ler o artigo *Os azares da “conciliação pelo alto”*, publicado na Folha de São Paulo, 12/06/1985, reproduzido em **FERNANDES, Florestan**. *A força do argumento*, 1998, p.58-61.

¹⁹⁶ O artigo *Pacto Social à Brasileira* foi publicado na Folha de São Paulo em 14/5/1986, posteriormente reproduzido no livro, *Que tipo de República?*

mas sob a “Nova República” que tivemos a mais clara definição das improbabilidades da democracia”. (Fernandes, 2007, p.39, 41-42 [14/05/1986]).

Para Florestan, a “Nova República” nasceu tão velha quanto à monarquia constitucional e a “Primeira República”, todas “esvaziadas de conteúdo e de realidade pela conspiração e pela atividade política predatória dos donos do poder, que não sobreviveriam como e enquanto tais sob as tensões civilizadoras da revolução nacional e da revolução democrática” (idem, p.172-3). Nem a Colônia e nem o Império nos legou os requisitos econômicos, sociais, culturais, políticos e psicológicos de uma República burguesa federativa. Os interesses dos donos do poder não trabalharam no sentido de construir uma democracia federativa. A federação contava apenas como fonte de maior autonomia local diante do poder central. A “Primeira República”, a “República oligárquica” aos olhos das camadas sociais dominantes, deveria ser “uma monarquia sem imperador, uma democracia de senhores, das elites para as elites dos mais ricos e poderosos, em suma, uma *democracia restrita*”¹⁹⁷ (1994, p.100).

Na iminência da derrocada da ordem (do modo de produção escravista, do regime estamental, da monarquia) transitaram habilmente para a mais sórdida “conciliação” pactada no tope, fazendo um acordo com os republicanos que possibilitou reduzir a revolução social prevista a uma revolução política, entre os de cima e para os de cima. O republicanismo foi sepultado ao nascer. A democracia, funcional para as classes dominantes, mantinha-se aquela que prevalecera antes, extra e anti-republicana (...) a democracia dos senhores de escravo. Ela definiu a essência da chamada República oligárquica. Em condições inteiramente inadequadas para uma democracia restrita, com as alterações ocorridas na sociedade civil, no modo de produção e do corpo de leis ou da carta constitucional que delimitava a forma, os conteúdos e o funcionamento do Estado, permanecia em toda a sua força a autocracia senhorial, agora exercida por cidadãos da República, que tinham peso e voz na sociedade civil e na condução dos negócios do governo. A conciliação não poderia ser mais bárbara e cruel. (Fernandes, 1994, p.101).

Coube às famílias tradicionais em decadência e seus rebentos prosseguirem na crítica social que vinham travando aqueles que antes propunham reformas radicais (de Tavares Bastos a Joaquim Nabuco e propagandistas do republicanismo). A oposição frontal ao “federalismo” e a “República democrática” partiu especialmente dos operários, artesãos, pequenos comerciantes. E foi a Aliança Liberal que consubstanciou os ideais de revolução especificamente política emanada do topo dos cidadãos rebeldes e do movimento cívico de derrubada da “oligarquia”. Vargas se valeu dos inconformados como “cauda política do movimento burguês”. Introduziu a legislação

¹⁹⁷ Ver o seu artigo *Nem federação nem democracia*, publicado originalmente em *Perspectiva*, vol.4, nº1, janeiro-março, 1990, pp.. Texto que abre a segunda parte (*O Brasil em Questão*) do livro *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual* (1994, p.99-104) de Florestan Fernandes.

trabalhista e a organização dos trabalhadores; atrelou os sindicatos ao Estado e formou um exército de sindicalistas-pelegos; ignorou os miseráveis; e estabeleceu laços orgânicos entre oligarquias rurais e plutocracias urbanas; e por meio do PSD e do PTB, em luta ou em apoio tático com o PCB, engendrou um jogo político que foi capaz de fortalecer a conciliação de classe e a consolidação da condição dos operários e das massas populares de cauda política da burguesia. Em 1937 a democracia deixou de ser um “mal necessário”, essencial para o desenvolvimento do capitalismo, e a autocracia dissimulada foi substituída pela ditadura ostensiva do Estado Novo que durou até 1945. O crescimento em número e em vigor político da classe trabalhadora conjuntamente com as distintas exigências cívicas de outras classes contribuiu para pôr fim ao Estado Novo e a implantar e fortalecer a *democracia restrita* (1945-1964). Mas a formação das condições para a transição da *democracia restrita* rumo a *democracia de participação ampliada* foi razão suficiente para que reacionários, conservadores e “patriotas” desatassem um golpe de Estado e impusessem uma ditadura de inspiração militar e de suporte civil. Para além do movimento de contrarrevolução “a partir de dentro”, havia o impulso externo que não se limitava apenas a apoiar e dar vitalidade às manifestações internas contrarrevolucionárias no Brasil, pois cabia-lhe solapar e destruir quaisquer mudanças políticas revolucionárias vitais para “a segurança do Hemisfério Ocidental”¹⁹⁸.

O golpe de Estado de 1964 pôs fim a agitada e superficial etapa de expansão da *democracia burguesa* (1945-1964), e em seu lugar erigiu o *Estado autocrático-burguês*¹⁹⁹ que teve por meta a estabilidade política a qualquer preço para fins de abrir a rota do “desenvolvimento econômico acelerado” e garantir a *mudança social sem revolução ao capitalismo selvagem e sem risco da burguesia brasileira*.

O golpe de Estado de 1964 abriu a rota para o “desenvolvimento acelerado”. O setor militar tomou como meta a estabilidade política a qualquer preço, oferecendo ao grande capital estrangeiro e nacional uma oportunidade histórica única, de exploração intensiva de mão-de-obra barata, de apropriação devastadora de recursos naturais pilhados de forma colonial, de financiamento público ou sob a responsabilidade do Estado de uma vasta infra-estrutura à implantação do modo de produção capitalista monopolista (ou oligopolista), de modernização controlada à distância de todo o complexo institucional imposto pela incorporação do Brasil à economia internacional, de sufocação do nacionalismo, da revolução democrática e do protesto social, de absorção e tolerância de práticas econômicas e financeiras de significado colonial e de consequências ultra-

¹⁹⁸ Ler o artigo *Revolução ou Contrarrevolução?*, publicado na revista *Contexto*, nº5, março de 1978, p.21-35, reproduzido em *Democracia e Desenvolvimento*, p.105-120.

¹⁹⁹ Ver os capítulos 5, 6 e 7 de *A Revolução Burguesa no Brasil*. In: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (1975). São Paulo : Globo, 2011.

espoliativas, de “nacionalização” de grandes corporações internacionais e de desnacionalização de empresas nacionais viáveis, ou estratégicas para a autonomização do desenvolvimento capitalista, etc., Em suma, a ditadura garantiu mudança social sem revolução ao capitalismo selvagem da periferia e às aspirações de capitalismo sem risco da burguesia brasileira. Foi nesse contexto que as classes trabalhadoras romperam o cerco de sua marginalização e repressão sistemática. (Fernandes, 1994, p.194).

A desagregação do sistema ditatorial no Brasil se deu de “baixo” pra “cima”, através das lutas de classes dos trabalhadores e de várias camadas da população, sobretudo dos setores mais pobres e oprimidos. Em meados de 1985, Florestan dizia que o movimento operário vinha dando demonstração em todo o país do vigor de sua vitalidade²⁰⁰, chegando a expor uma desobediência proletária que rejeitava a ordem social existente. Passados 14 anos de ditadura (a partir de 1978) às classes trabalhadoras começaram a se libertar da condição convencional de “cauda política da burguesia”. A recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT) pressionou a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) a avançarem juntas na greve de 1984, que eclodiu tanto nas cidades como nos campos. Eles não sabiam bem o que queriam pôr no lugar da ordem social vigente, mas sabiam que não queriam um mínimo de Cz\$ 804, salário esse que mesmo se dobrasse de valor continuaria sendo um salário de fome. Além do mais, não desejavam fomentar quaisquer mecanismos de exploração capitalista para atrair multinacionais com o fito de acelerar a acumulação de riquezas, uma vez que o sonho do “desenvolvimento econômico acelerado” já havia se convertido em pesadelo. A pressão popular das greves operárias e do movimento das Diretas-Já chegou ao ponto de alterar a qualidade do processo político brasileiro, dando mostras de que a oposição ao regime militar poderia até desembocar numa insurreição.

Os conservadores perceberam que “as convulsões sociais estavam aí” (Ulysses Guimarães) e agiram rápido no restabelecimento do “equilíbrio”, sob pena de se defrontarem com possíveis rebeliões. Primeiro, uma minoria tratou de enterrar as Diretas-Já, e por meio de uma célebre “conciliação conservadora” pariram um “monstro” chamado “Nova República” que manipulava pressões desestabilizadoras através de concessões e buscava esconder o seu arbítrio e a sua violência, uma prática que não é nova no Brasil.

Já antes, nos governos Geisel e Figueiredo, a ditadura manipulava as pressões desestabilizadoras através de concessões, que culminaram na “abertura democrática”. Coerentes com seus interesses e com a tradição cultural, o bloco no poder coonestou os

²⁰⁰ Ver a entrevista que Florestan concedeu ao Jornal do DCE em junho de 1985, publicado sob o título de *Limites da contestação à ditadura*, reproduzido no livro *Democracia e Desenvolvimento*, p.121-125.

aparentes acenos do governo ditatorial no sentido de resguardar o arbítrio, simulando condená-lo. A célebre “conciliação conservadora” comprovou esse fato. As diretas-já foram enterradas e o acordo pariu um monstro, a “Nova República”, que não desmobilizou o aparato repressivo e, mesmo após a Constituição de 1988, convalida o “arrocho salarial”, endossa a existência de bandos armados que assassinam posseiros, moradores, líderes sindicais, políticos e sacerdotes que defendem a ocupação de terras improdutivas, trata as greves de operários, de professores, de funcionários públicos, de estudantes, etc., por meios repressivos brutais. A Constituição institui um “Estado de direito”, com liberdades políticas, garantias individuais e direitos sociais que só têm vigência se não afetem uma concepção obstinadamente reacionária da ordem legal e da iniciativa privada. O que consagra uma dualidade constitucional: há uma Constituição escrita, que exprime a “vontade da Nação”, mas converte-se em biombo para esconder o arbítrio e a violência; há outra Constituição consuetudinária, produzida pelo ânimo bélico das classes possuidoras e de suas elites dirigentes, consagrada pelo governo e por suas forças de repressão policial-militar e, frequentemente, judiciária. Essa dualidade constitucional é um desafio e um freio para a ação política dos trabalhadores livres e semilivres, os segmentos radicais da pequena burguesia e das classes médias. É preciso exterminá-la, porque ela institui a violência a partir de cima, a “legitimidade” de um código não escrito que anula o texto constitucional, servindo somente para demonstrar o quanto a Nova República” é sucessora hipócrita da ditadura militar e como se renova o despotismo da grande burguesia. (...) As elites decidem em nome e em proveito de uma minoria de privilegiados, os quais repelem a democracia e pretendem manter a “farsa da transição democrática”, como se o país fosse incapaz de mobilizar os cidadãos comuns para instituírem uma sociedade civil civilizada, um Estado democrático com dois pólos de poder (um burguês, outro proletário e popular) e uma cultura aberta ao talento dos pobres e dos oprimidos. Uma burguesia pró-imperialista opta pela dependência como mercadoria e fonte de lucro e breca até o desenvolvimento capitalista suscetível de voltar-se para reformas e revoluções propriamente burguesas. Transfere, portanto, aos trabalhadores e aos excluídos suas tarefas históricas. Ou os de baixo avançam por dentro da ordem; ou esta toma um caráter eminentemente regressivo e neocolonial, já que o capitalismo monopolista implanta, dentro das “nações hospedeiras”, suas hordas de tecnocratas e de funcionários, suas empresas, sua tecnologia “de ponta”, inclusive sua “inteligência militar”, seu poder de dissuasão e de opressão. (Fernandes, 1994, p.195 [out-dez/1989]).

O quanto “os de baixo” avançaram dentro da ordem e fora dela? Chegaram mesmo a avançar ou regrediram desde então? Primeiro é preciso sublinhar com Florestan que foi, uma vez mais, abortada a revolução democrática que aspirava irradiar e consolidar uma democracia de participação ampliada, capaz de aniquilar com o mandonismo tradicionalista e o populismo lastreado na demagogia dos de cima²⁰¹. Foi abortada quando da substituição do sufrágio universal pelo Colégio Eleitoral (a derrota das Diretas-Já) e na derrota dentro desse Colégio. Segundo, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) passou a ser o novo campo de disputa política para tentar erigir uma República democrática de duas faces, uma burguesa e outra proletária moldada na forma e no fundo pela soberania popular. A convocação da ANC exclusiva e autônoma

²⁰¹ Segundo Florestan, outras duas revoluções democráticas também foram abortadas no Brasil, uma em 1937 e a outra em 1964. (Fernandes, 1994, p.196).

passou a ser a “grande luta política”. Não que a elaboração de uma “boa” Constituição fosse à solução capaz de resolver todos os problemas da Nação, mas que ela abria a oportunidade histórica para acabar com a confusão entre os “papéis institucionais” das Forças Armadas e o seu papel de garantidor militar da ordem social vigente, entre “um quarto poder de fato” e a “transição democrática”, e para “pôr as Forças Armadas e seus poderosos chefes em seu lugar”.²⁰²

Mas a ANC não foi nem exclusiva nem autônoma. De fato, chegou a se constituir uma aliança de centro-esquerda e de esquerda com projetos de Nação. Essa aliança reunia os radicais e progressistas que pertenciam ao PMDB que se proclamavam social-democratas e socialistas, muitos dos quais saíram e formaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Outros filiaram-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB) ou no Partido Democrático Trabalhista (PDT). O núcleo dessa articulação radical progressista ou de esquerda estava no PT, PDT, PSDB, PSB e nos dois PCs. Um agrupamento de várias modalidades de radicalismo, nacionalismo, social-democratismo e de socialismo proletário, mas um “arco” mais “progressista” e “radical burguês” que propriamente de esquerda. Foi uma aliança defensiva que impeliu a democracia pluralista para frente, forçando um conteúdo mais democrático ao processo constituinte, mas não avançaram mais porque conformaram o bloco minoritário e acabaram sendo dragados pelo “Centrão” que terminou por comandar a ANC. Os partidos da ordem, o PMDB e o PFL, não tinham um projeto constitucional para o país. Coube aos senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Plínio de Arruda Sampaio (PT) assessorar a construção de um projeto “de baixo para cima”, passando por subcomissões, comissões até chegar à comissão de sistematização e o plenário. Os trabalhos das comissões vinham em andamento mais democrático até o momento em que um conjunto de pressões passou a impedir que a Constituição contivesse todos os avanços básicos possíveis. Antes mesmo que esse projeto em curso viesse a ser votado em plenário, foi criada uma formação política dentro da ANC, posteriormente chamada de Centrão, que elaborou e apresentou um projeto paralelo de Constituição que fora calcado não apenas no projeto em curso, mas também em parte na ordem ilegal vigente, incluindo as duas Constituições anteriores de 1946 e a de 1967-69. Foi um golpe dentro do Plenário, sustentado pelo presidente da ANC, o deputado Ulysses Guimarães, que com base no princípio da soberania da maioria, deferiu o pedido! A maioria votou a favor desse

²⁰² Ver o artigo *O Dispositivo*, escrito em outubro de 1985, publicado posteriormente (13/03/1986) na Folha de São Paulo, reproduzido no livro *Que tipo de República?* (p.48-51).

projeto que não era o produto de um longo trabalho, mas de uma elaboração paralela feita contra o que deveria ser o projeto matriz. Os partidos da aliança de centro-esquerda e de esquerda acabaram votando esse novo projeto para fins de ao menos poder introduzir emendas essenciais do projeto original.

Como deputado federal constituinte pelo PT e sociólogo socialista, Florestan viu aí uma situação única na história comparada das Constituições, e de como efetivamente a Aliança Democrática empenhou-se em comprovar que os compromissos assumidos com o regime ditatorial seriam levados até o fim, protelando a legalidade da “transição constitucional”. Na sua avaliação, a esquerda ganhara certa importância prática e realizara conquistas pontuais com o apoio dos progressistas do PMDB e de outros partidos, evitando muitas derrotas e até o que poderia ser um “desastre fatal”. A Constituição de 1988 não lhe figurou como tão distinta das Constituições de 1945 e de 1967/69, mas nitidamente uma Constituição melhor, com uma ampliação da temática, com uma redefinição das liberdades fundamentais, dos direitos sociais. Era *A Constituição Inacabada*²⁰³ com nítidos avanços, mas ainda tudo no terreno abstrato que urgia transformar-se em realidade.

Duas coisas ficam patentes. Primeiro, a Constituição extingue, de imediato ou através de leis complementares, a ordem ilegal montada pela ditadura e mantida pela “Nova República”, que se serviu abundantemente de leis e decretos-leis discricionários e prolongou o arbítrio do regime anterior. Segundo, essa constituição-colcha e retalhos contém dentro de si tanto a reprodução do passado quanto a reconstrução da sociedade civil, concebida para ser mais aberta e democrática. É o ponto de partida para que se forje uma nova ordem social, na qual os mais iguais perderão o monopólio do poder e os humildes poderão ganhar maior consciência social e maior envergadura no uso político da luta de classes. O dilema, para os radicais, socialistas e comunistas, não consiste em “assinar ou não assinar”. Essa é uma distorção psicológica compensatória. Ele se apresenta no desafio de aproveitar o espaço político das classes trabalhadoras para seus próprios objetivos: erigir uma República na qual a democracia burguesa não possa impedir a existência e o fortalecimento do poder popular”. (Fernandes, 1989, p.349).

Em fins de 1989 Florestan via claras probabilidades de se armar uma estrutura institucional de uma democracia ampla e pluralista, com forte pólo de classe operário e popular. *A Frente Brasil Popular*²⁰⁴ de oposição fora erguida para disputar com a

²⁰³ *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político* é mais um livro de Florestan que reúne diversos artigos escritos entre 1986 e 1988 para serem publicados na Folha de São Paulo ou no Jornal do Brasil, ou para a CUT e ao PT.

²⁰⁴ Ver os artigos *A Frente Brasil Popular*, publicado em 14/07/1989 pela Folha de São Paulo, posteriormente reproduzido no livro *Florestan Fernandes: a força do argumento*, e *Frente Brasil Popular*, publicado em Teoria e Debate (out-dez. de 1989), reproduzido no livro *Democracia e Desenvolvimento*.

situação às eleições de 1989 para Presidente da República. Luís Inácio Lula da Silva e José Paulo Bisol foram os candidatos dessa articulação que reuniu no primeiro turno o PT, o PSB e o PCdoB, a qual foi reforçada pelo PV, PDT, PSDB e PCB no Movimento Nacional Pró-Lula durante o segundo turno. Essa aliança resultou numa *Vitória na derrota*²⁰⁵ na avaliação do Florestan. Derrota por não ter acelerado mais o fim da “era da transição”, isso porque Fernando Collor de Mello se elegera Presidente num “Brasil Novo” e os remanescentes da ditadura puderam continuar atuando no cenário político. Vitória pelo fato da Frente Brasil Popular ter chegado ao limite com a quase eleição de um candidato da esquerda (os 31 milhões de votos concedidos a Lula) e com o ímpeto até de se criar um “governo paralelo” para “acordar os do tope”. O dilema para o “tope” era enfrentar e resolver os dilemas seculares do país ou ser destruídos pelo “monstro” que criaram chamado “miséria”!

Tal dilema foi agravado enquanto durou a *Monocracia*²⁰⁶ do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992). Nesse interim, o Brasil passou *Da ingovernabilidade*²⁰⁷ ao *Vazio político*²⁰⁸. No plano prático, a ação do governo agravou as múltiplas crises, multiplicou as tensões entre capital/trabalho e acelerou o desgaste do aparato estatal para fins de absorver as pressões em contrário. Já na esfera formal, o governo atuou contra o legislativo e o Judiciário, promoveu a desmoralização do Congresso Nacional e a denúncia da Constituição de 1988, forçando assim a anulação da igualdade e da interdependência entre os poderes que fora asseguradas pelo modelo federativo de República.

A crise brasileira irradia-se por todos os níveis de organização da economia, da sociedade, da cultura e do Estado. Mas é neste que incide o pólo explosivo. O chefe de governo é, ao mesmo tempo, o chefe do Estado. A falta de equilíbrio no funcionamento do governo multiplica por mil todos os efeitos desagregadores de uma situação histórica inviável. O governo opera como um fator de instabilização incontrolável. Por trás de uma retórica “macha” e “roxa” se esconde uma debilidade jamais vista. Os partidos e seus líderes, os governadores de estados, os municípios articulados, setores econômicos de forte influência política (como os usineiros, os banqueiros e as montadoras), complexos de interesses econômicos (especialmente as multinacionais, o cartel de bancos estrangeiros e as grandes entidades empresariais brasileiras), instituições como o FMI e as potências estrangeiras do Primeiro Mundo fazem o que querem. O governo

²⁰⁵ Ver o artigo *Vitória na Derrota*, publicado na Folha de São Paulo em 25/12/1989, reproduzido posteriormente (em 1998) no livro *Florestan Fernandes: a força do argumento*.

²⁰⁶ Ver o artigo *Monocracia* publicado na Folha de São Paulo em 07/05/1990, reproduzido no livro *Florestan Fernandes*, 1998, p.166-167.

²⁰⁷ Ver o artigo *Da ingovernabilidade*, publicado na Folha de São Paulo em 04/01/1991, reproduzido no livro *Florestan Fernandes*, 1998, p. p.181-183.

²⁰⁸ Ver o artigo *Vazio político*, publicado na Folha de São Paulo em 23/12/1991, reproduzido *idem*, p.196-197.

aparenta autonomia invulnerável. Atende, porém, discreta ou ostensivamente, às exigências irresistíveis. O governo cede terreno e o Estado federativo republicano converte-se em ficção. (...) A riqueza nacional volatiliza-se e escapa ao comando do governo, ele próprio personagem e títere de conveniências revoltantes. (...) Nos dias que correm, já não existe como impedir que o governo, o erário público e a máquina estatal sejam meios para outros fins. E os fins não decorrem de padrões políticos aceitos e sancionados pelos cidadãos. Eles se determinam agrestemente, como uma devastação particularista do sistema de governo (...). A erosão da base política do governo, do Estado e da sociedade civil chega, assim, a um clímax que reduz a “ordem legal” à mera fantasia. (...) A crise política universaliza e acelera a crise geral. Leva o país ao caos e ao aviltamento. (Fernandes, 1998, p.196-197 [23/12/1991]).

Foi um momento em que o país atravessou uma confluência de crises econômicas, sociais, culturais e políticas agravadas pela contradição entre o governo e o Estado e pela inclinação do governo a conduzir a sociedade civil e suas principais instituições à explosão social. O ápice foi o *impeachment* do primeiro Presidente eleito desde as eleições de Jânio Quadros em 1960. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) confirmou que Fernando Collor estava pessoalmente envolvido em uma extorsão de dinheiro público milionária. O rito constitucional foi mantido no sentido de assumir o vice-Presidente, Itamar Franco, e mesmo tendo revigorado maior confiança no processo democrático, não suprimiu os moldes rígidos da ditadura militar. Em fins de 1993 Florestan dizia que as concepções geopolíticas da “transição lenta, gradual e segura” do general Golbery do Couto e Silva permaneciam mais vivas do que a Constituição de 1988. Em *A negação da política*²⁰⁹ avalia que o principal aspecto da crise brasileira de então estava na *anomia política* que se manifestava pela ausência de forma, pela falta de condições necessárias para a existência de uma ordem social.

(...) a “transição lenta, gradual e segura”, isto é, o congelamento de uma desorganização social persistente, marca também o governo Itamar – como prova o trajeto da fome, do desemprego, da inflação, das condições indignas de vida dos miseráveis. Enquanto isso, o enriquecimento lícito e ilícito dos privilegiados nativos e estrangeiros eleva-se em escala gigantesca. Em contraste, a carência de educação, hospitais, saneamento básico, a opressão e o genocídio de menores abandonados, de índios, de trabalhadores rurais pobres etc. aumentam continuamente. Conquistar padrões democráticos de vida política – e não recorrer ao subterfúgio da revisão da Constituição – exprime o que é urgente e essencial. Bloquear as rupturas, em nada significa uma propensão inteligente. Por aí acabaremos na guerra civil e na fragmentação do país. (Fernandes, 1998, p.223 [11/10/1993]).

²⁰⁹ Esse artigo foi publicado na Folha de São Paulo em 11/10/1993, reproduzido no citado livro, p.222-223.

O trajeto d'A *fome*²¹⁰ persistia entre “os de baixo” no Brasil de então... mas irradiava as premissas históricas de autêntico combate à pobreza, tanto pela conturbação dos oprimidos como pela generalização da cidadania e do inconformismo no seio da sociedade civil, nas pessoas de Dom Paulo Evaristo Arns e de Betinho, apenas para citar dois líderes simbólicos do maior amadurecimento da sociedade civil. Décadas atrás, Josué de Castro junto com estudantes rebeldes já haviam manifestado inconformismos diante da fome que então assumia um caráter agudo e pandêmico no Brasil dos anos 1940. Mas essas mobilizações não adensaram o suficiente e desvaneceram depressa, deixando mais revolta contra a miséria e alguns estudos pioneiros, além de esperanças frustradas. Os que se comoviam e

os que se comovem diante da fome e se congregam contra sua desumanidade[,] possuem comida, riqueza e conforto demais para ir às extremas consequências. Ou ela se torna objeto de caridade e de humanitarismo, ou ela desata dois tipos de movimento (...) a mercantilização da pseudo-solidariedade social (...) na entreada comunitária, em filantrópicas e em funções do “*welfare state*” (em agonia sob o “neoliberalismo”). (...) A teia de ações protetoras da pobreza sempre foi anêmica como polarização privada e parálitica na esfera estatal. Só agora [em fins do século XX] aparecem as premissas históricas de autêntico combate à pobreza. (...) A sociedade civil amadurece de modo democrático, libertário e igualitário. Repele as forças sociais potencialmente fascistas, que têm preservado a subalternização dos de baixo, como servos do poder e sustentáculos dos privilégios. As reflexões abaixo põem-se diante da verdade e das tendências históricas da evolução social que se desenham. Os de baixo recusam-se, cada vez mais, a submeter-se medrosamente aos de cima. Repudiam os aspectos odiosos da ordem social existente e contam com apoio para sua auto-emancipação progressiva por meio de instituições da sociedade civil e de concessões do Estado. Ao desafiar o egoísmo das classes dominantes, eles transformam a ordem social, livrando-se da condição de “malditos da terra”. (Fernandes, 1998, p.224-225 [15/11/1993]).

Nas eleições presidenciais de 1994, Lula emergiu como símbolo de uma radicalidade cujas bandeiras não desafiavam nem a ordem, nem o capital. O conteúdo do programa de governo do PT possuía *um teor social-democrático* e o país carecia de pré-requisitos para ir mais longe. Nas *Opções de mudança global*²¹¹ havia possibilidade de se apelar para o rancor coletivo e a atividade inovadora crescente das facções dos excluídos, dos trabalhadores e de setores em processo de proletarização ou de desnivelamento das classes médias. Mas seria *um sonho acelerar os ritmos históricos* sem que “os de baixo” alcançassem maior solidariedade e efetiva socialização política,

²¹⁰ Artigo publicado na Folha de São Paulo em 15/11/1993, posteriormente reproduzido no livro acima citado, p.224-225.

²¹¹ Artigo publicado na Folha de São Paulo em 22/08/1994, posteriormente reproduzido no mesmo livro, p.232-233.

dizia Florestan. Analisando *As perspectivas de Lula*²¹² nessas eleições, ele se perguntou se conviria ao PT ganhá-la ou encaixá-la na acumulação crescente de dinamismos de desgaste da vigente ordem social? Dizia que a segunda opção favorecia ao PT, mas que nenhum partido de esquerda persegue tal objetivo. Já sobre a estratégia da outra candidatura, a de FHC, afirmou que o mesmo respondia de maneira mais sagaz às elucubrações de cientistas políticos que imaginavam ser fácil implantar o equivalente de um cavalo de Tróia no seio das classes privilegiadas. Isso porque “em troca de segurança para os mandões, se obteriam concessões à massa dos oprimidos e encurralados”, mas “começando a partir dos interesses mais diretos e profundos do capital nacional e estrangeiro (função do “plano econômico” em curso), depois passar-se-ia, gradualmente, da “mudança cosmética” a “um compromisso entre todos”, de cima para baixo, na formação de uma autêntica Nação emergente”. Florestan identificou essa presumível tendência como *ardilosa utopia* que enfrentaria “os dilemas sociais a longo prazo, medicando as iniquidades e promovendo a inserção do Brasil no mundo dos oligopólios tecnocráticos internacionais” (1998, p.232-233 [22/08/1994]).

Sobre *O novo presidente*²¹³ recém-eleito, Fernando Henrique Cardoso, seu ex-aluno e com quem manteve uma comunhão de ideias e aspirações durante décadas, e uma amizade inabalável, Florestan via “frente a frente o grande cientista social e o político que tenta transmutar-se em estadista”. Duvidava que a aliança conformada com o bloco político de sustentação da ditadura e dos paladinos da reação pudesse assegurar a solução dos dilemas sociais, econômicos e raciais seculares do Brasil, mas que a sorte estava lançada.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002)

Em *Discurso de despedida do Senado*²¹⁴, o já eleito futuro Presidente, Fernando Henrique Cardoso, afirmou acreditar firmemente que o autoritarismo era uma página virada na história do Brasil. O problema a ser enfrentado era o legado da Era Vargas que atravancava o presente de então e retardava o avanço da sociedade. Naquela

²¹² Artigo publicado na Folha de São Paulo em 18/04/1994, posteriormente reproduzido no mesmo livro, p.228-229.

²¹³ Artigo publicado na Folha de São Paulo em 31/10/1994, posteriormente reproduzido no mesmo livro, p.236-237.

²¹⁴ Esse *Discurso de despedida do Senado* fora proferido em 1994, e posteriormente reproduzido no livro *Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais*, um conjunto de artigos e entrevistas que FHC escreveu ou concedeu entre os anos de 1972 e 2009.

ocasião, FHC avaliou sinteticamente o modelo varguista de desenvolvimento, sublinhando suas conquistas passadas e seus entraves mais presentes, os momentos de perda de fôlego e de esgotamento estrutural, do fim de um ciclo de desenvolvimento de longo prazo que precisava ser superado para melhor desatar um *novo modelo de desenvolvimento* e um *novo modo de inserção do país na economia internacional*, que pouco ou nada tinha de comum com o modelo varguista. O nascente *novo ciclo de desenvolvimento* contava com a força de uma *agenda da modernização*, agenda essa que afasta o desenvolvimentismo e seu pesado intervencionismo estatal à moda antiga, quiçá por meio de uma reforma do Estado e do erguimento do *Estado regulador*, um Estado que por seu marco institucional é capaz de assegurar plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando os investimentos privados na atividade produtiva. O próprio eixo dinâmico da atividade produtiva deveria transmutar-se sem que a ação do Estado deixasse de ter relevância para o desenvolvimento econômico. O Estado produtor direto passava para segundo plano, o Estado regulador para o primeiro plano, garantindo a eficiência do mercado como o princípio geral de regulação. Faltava instaurar uma *verdadeira democracia econômica e social*. E nesse processo caberia ao Estado voltar-se efetivamente para os consumidores, os contribuintes, sobretudo aos pobres e excluídos. Para tanto, seria necessário resgatar o Estado dos privilégios que distorciam a distribuição de renda.

Acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na história do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos 70. Atravessamos a década de 80 às cegas, sem perceber que os problemas conjunturais que nos atormentavam – a ressaca dos choques do petróleo e dos juros externos, a decadência do regime autoritário, a superinflação – mascaravam os sintomas de esgotamento estrutural do modelo varguista de desenvolvimento. No fim da “década perdida”, os analistas políticos e econômicos mais lúcidos, das mais diversas tendências, já convergiam na percepção de que o Brasil vivia não apenas um somatório de crises conjunturais, mas o fim de um ciclo de desenvolvimento de logo prazo. Que a própria complexidade da matriz produtiva implantada excluía novos avanços da industrialização por substituição de importações. Que a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciaria cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial. E que a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento colocaria necessariamente na ordem do dia os temas da reforma do Estado e de um novo modo de inserção do país na economia internacional. (...) A agenda da modernização nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja por meio da despesa, seja por meio dos regulamentos cartoriais. Por seu lado, a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte

efetivamente para as maiorias menos organizadas ou inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso é preciso resgatar o Estado da pilhagem dos “interesses estratégicos”, das “conquistas sociais” exclusivistas, do corporativismo – numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda. (...) No ciclo de desenvolvimento que se inaugura, o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado. Isso não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. O Estado produtor direto passa para segundo plano. Entra o Estado regulador, não no sentido de espalhar regras e favores especiais a torto e a direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva. Em vez de substituir o mercado, trata-se, portanto, de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regulação. (Cardoso, 2010a, p.102-104 [1994]).

Na *Agenda para o século XXI: a utopia viável*²¹⁵ FHC defendeu ser fundamental que o Estado mudasse para se tornar *agente da transformação*. Alguns cuidados precisavam ser tomados, a começar por *evitar atribuir ao Estado condições que historicamente perdera*, uma vez que *é impossível ressuscitar o Estado desenvolvimentista da América dos anos 60*, uma vez que *o Estado no século XXI não terá o papel central no processo de investimentos*. Isso porque a massa de recursos do capital já se encontrava disseminada num sistema financeiro impessoal e por empresas transnacionais. Ao Estado caberia cumprir suas tarefas de “*vigilância*” *macroeconômica*, dado que não haveria investimento por parte dos agentes econômicos privados se o Estado não fosse um marco de referência estável, se demonstrasse ser incapaz de *exercer eficazmente funções regulatórias ou de planejamento estratégico*. Era fundamental também *fortalecer o sentido democrático da ação política*, *atuar positivamente tanto no econômico quanto no social* para que o *processo de decisão* seja *tanto mais efetivo e mais legítimo* quanto mais concretamente estivesse *permeado por demandas sociais que se fragmentam dentro das sociedades nacionais em função do modo de produzir*, o que *muda o modo de atuação política*.²¹⁶ Em fins do século XX, em seu primeiro ano de governo, FHC dizia que um dos maiores desafios do século XXI é *reinventar a política, reinstalando nos rumos do poder, pela via da participação, o mundo dos valores e da ética*.

O *dinamismo da economia de mercado se revelava maleável, mais maleável que o socialismo real*, sobretudo porque encontrara as condições políticas do progresso, dadas essencialmente pelos regimes democráticos de então. *As soluções ditadas pela lógica do mercado eram vitoriosas e ideologicamente hegemônicas*. E diante da

²¹⁵ Ver *Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais*, p.105-106, p.162-169.

²¹⁶ Idem, p.107.

tendência imperante do *esgotamento do Estado nacional como provedor de soluções para as questões econômicas e sociais, não precisávamos de um Estado que moldasse a sociedade, mas de um Estado sensível o suficiente para sentir as vibrações da sociedade, abrindo canais que permitissem uma interação entre o governo, o Estado, a administração e a sociedade. Por aí se desenhava a reconstrução do Estado brasileiro, enfatizando os riscos que corríamos ao atribuir ao mercado algo que ele não é capaz de oferecer, a capacidade de gerar modelos de convivência e de orientação política.*

FHC chamou a atenção para algo que Polanyi também alertara: não cairmos no erro de “desenraizar a economia do social e, o que é mais grave, de reduzir a ação política à arte de “preservar” as potencialidades do mercado”.²¹⁷ O *modelo social-democrata* que propunha se distancia do *modelo neoliberal* por não conceber que o mercado gere automaticamente modelos uniformes de convivência social, mas se aproxima dele porque atuam dentro do mesmo marco da economia de mercado.

Um dos riscos que corremos é justamente o de transferir a “responsabilidade” de criar e de adaptar-se aos novos tempos para a impessoalidade do mercado. Conhecemos as vantagens do mercado como gerador de riqueza e criatividade. Sabemos, também, que o mercado se ampara em determinados valores, como o das liberdades, mas que são insuficientes para dar pautas de convivência social diante de forças que criamos e não sabemos controlar. E a ideia de “alienação” (no sentido marxista do termo) voltaria. (Cardoso, 2010a, p.165 [1995]).

Cardoso afirmou sem receios que o projeto de transformação social pela via revolucionária encontrava-se perempto e que estávamos diante de dois desafios, um no plano das ideias e dos valores e outro no plano concreto das transformações. No plano das ideias, o desafio era saber não apenas *que sociedade queremos?* “Queremos crescimento compatível com o aumento do emprego e progresso que signifique equidade; (...) queremos que as minorias não sejam excluídas; e assim por diante”²¹⁸. O desafio era também saber *quais são as possibilidades de aproximação igualitária entre os grupos sociais e as nações?* No plano concreto, o desafio era *como canalizar o potencial de criação de riqueza do novo ciclo tecnológico para a geração de mais justiça social?*

Sabemos hoje, com clareza (...) que o progresso, o crescimento econômico, é insuficiente e vazio se não estiver orientado por valores, como o respeito aos direitos humanos, a ecologia, a melhor distribuição da riqueza. Conceitualmente, diria que estamos preparados para dar um salto qualitativo, em termos de um dos problemas

²¹⁷ Cardoso, 2010a, p.164 [1995].

²¹⁸ Idem, p.168.

centrais da humanidade, que é o da justiça social. O que nos falta, porém, é o controle das artes políticas para estabelecer formas equitativas de crescimento. Teríamos de reformular Marx e indagar se o progresso das formas de justiça social estaria entravado por modalidades ultrapassadas de apropriação da riqueza? Como compatibilizar, do ponto de vista da ação dos governantes, um modelo econômico que é essencialmente concentrador de renda, dado que as formas de produção são cada vez mais intensivas de capital, com políticas sociais de efeitos compensatórios? Como equacionar o problema do desemprego estrutural, que decorre da mudança do ciclo tecnológico? (Cardoso, 2010a, p.167 [1995]).

Otimista quanto ao futuro, FHC dizia existir *possibilidades “renascentistas”* permeadas não só pelo sentimento de *desamparo*, mas também por nos vermos novamente *mestres de nossos destinos*. Encontrávamo-nos *diante de oportunidades únicas de transformações positivas para a humanidade*, oportunidades essas que seriam capazes de *nos livrar da “escuridão”*. A capacidade de criação da riqueza que nos proporcionou o avanço tecnológico fora incrível, quase ilimitada. O futuro estava em nossas mãos, deveríamos usar esse avanço para irradiar mudanças estruturais no Brasil e em outras sociedades, erigir uma *nova liberdade de reinventar modelos de convivência*, fomentar solidariedade entre povos e nações, e fixar as bases e consolidar um mundo mais justo e próspero do que aquele em que se vivia.

Reafirmo minha convicção de otimismo com relação ao futuro: está ao alcance de nossas mãos usar o extraordinário potencial da ciência e da tecnologia contemporâneas para levar a cabo mudanças estruturais em nossas sociedades, de forma a fomentar a solidariedade entre povos e nações e a fixar os alicerces de um mundo mais justo e próspero. Com a coragem e a visão que nortearam os homens do Renascimento, poderemos ter êxito na consolidação de um mundo melhor, mais justo do que aquele em que nos foi dado viver. (Cardoso, 2010a, p.169 [1995]).

Cerca de um ano depois, em fevereiro de 1996, numa Conferência realizada na Cidade do México, FHC avaliou *riscos e oportunidades do impacto da globalização nos países em desenvolvimento*.²¹⁹ As transformações que reorganizavam a política e a economia do novo século continham riscos de expandir a exclusão social e a marginalização. O grande desafio era dar sentido humano ao desenvolvimento globalizado diante do vazio ético que a idolatria do mercado gerava e que o fim das utopias revolucionárias acirrava. As elites irresponsáveis vinham exacerbando o individualismo e uma cultura de conflito insustentável. Elas se fechavam no âmbito de seus interesses mais mesquinhos, pondo em risco não apenas a ideia de democracia como também o próprio conceito de nação. As tarefas eram reinventar o sentido

²¹⁹ O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: riscos e oportunidades, p.156-159, 1996.

humano de comunidade no plano internacional, orientar a globalização para evitar a exclusão social e a marginalização, atender a demanda por equidade clamada pela imensa maioria, os 80% da humanidade que padeciam da miséria e da doença. Um dos grandes desafios era reavivar a responsabilidade social perdida das elites, apelando mesmo por uma ética da solidariedade, pela redefinição de valores nacionais e, sobretudo, lutando contra a desigualdade inaceitável. Caberia à política enquanto arte de construção de consensos equacionar *a nova contradição*. À oportunidade do novo Renascimento florescer com todo o seu ímpeto transformador dependia do real engajamento dos governantes, intelectuais, líderes da sociedade civil contra a corrente do individualismo exacerbado e niilista que conspirava até contra a própria noção de identidade nacional.

Estamos vivendo transformações que reorganizarão a política e a economia do próximo século. A tarefa de dar sentido humano ao desenvolvimento, na era da globalização, tornou-se um grande desafio, porque temos de lidar com uma realidade radicalmente nova, mas principalmente com o vazio ético que a idolatria do mercado gerou e que o fim das utopias revolucionárias acirrou. Se, com a globalização, a economia passa a condicionar o universo da produção e da gestão, o mesmo não se aplica ao universo dos valores. É preciso separar os fatos concretos acarretados pela globalização de uma pseudoideologia que se está construindo em torno do fenômeno, com matizes que vão da pregação acrítica e celebratória das “virtudes” do sistema em gestação à afirmação da inevitabilidade da perda de relevância dos Estados nacionais. Nesse sentido, precisamos refletir sobre como a globalização, que sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do Homem – um novo Renascimento, como tenho afirmado – pode ser orientada para atender à demanda por equidade clamada por 4/5 da humanidade que padecem sob os efeitos da miséria e da doença. Como reinventar o sentido de comunidade no plano internacional, para evitar a exclusão social e a marginalização? Como reforçar a responsabilidade social das elites culturais e econômicas? (...) Independentemente da “democratização” do capital, e até por sua causa, a mecânica de reprodução das elites se robusteceu. Mas, ao mesmo tempo, as elites passam a se fechar na defesa de seus interesses mais particulares e mesquinhos, o que ameaça não apenas a ideia de democracia, mas também o próprio conceito de nação. Essa irresponsabilidade das elites gera uma exacerbação do individualismo e uma cultura de conflito que não pode se sustentar. Como fazer para reavivar essa responsabilidade social das elites é um dos grandes desafios de nosso tempo. O apelo por uma ética da solidariedade, a redefinição de valores nacionais e, principalmente, a luta contra a desigualdade, que as elites encararam hoje como algo natural e até aceitável, são ideais que só a política, enquanto arte de construção de consensos, pode equacionar. (...) É necessário um engajamento real do governo e da sociedade contra a corrente do individualismo exacerbado e niilista, que conspira contra a própria noção de identidade nacional. Os governantes, os intelectuais, os líderes da sociedade civil têm um papel decisivo a desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora. (Cardoso, 2010a, p.156-159 [20/02/1996]).

Num conjunto de entrevistas concedidas entre os anos de 1996 e 2002²²⁰, num tempo em que as crises financeiras ‘estouravam’ na Ásia (1997), na Rússia (1998) e mesmo no Brasil (1999), o Presidente FHC falou sobre as novas forças da economia globalizada e de sua movimentação incontrolada, bem como da necessidade de encontrarmos maneiras de disciplinar os novos fluxos de capital internacional e seus movimentos selvagens; sobre o seu combate e o predomínio do mercado financeiro puro; sua proposta de uma *global crítica da globalização*, apontando os seus riscos negativos mas também a grandiosa *oportunidade de Renascer* que ela nos abria; criticou a ideia simplista de conjugar mais com menos em termos das relações mercado-Estado, atribuindo à necessidade de *mais mercado e mais sociedade e radicalizar a democracia, mais ação política, mais ação pública*; e comparou o Brasil de 2002 com o de 1994.

Sobre as novas formas de economia dizia já existir um sistema produtivo internacional interligado, sob o qual se tinha controle por ser possível intervir no seu processo decisório. Mas o que vinha a ser mais complicado era ter de lidar com os capitais que se liberavam e fluíam pelo mundo. *A globalização da produção e à interligação dos mercados passava a conviver com a riqueza virtual*. Até mesmo os bancos, instituições com interesses enraizados na economia produtiva, que até os anos 1980 eram o principal ator do *sistema*, cediam lugar aos virtuais fundos de pensão e de especulação que poderiam acabar comandando o real processo produtivo.

O grande capital financeiro foi criticado a vida inteira. Mas o capital financeiro tradicional é benigno diante desse de hoje, perverso como jamais houve na história. Ele é talvez a explicitação, em sua forma mais acabada, de que o sistema capitalista contém um elemento de azar, de jogo, de especulação pura. Agora, o que é mais grave é que o virtual passou a comandar o real. A especulação pode acabar comandando o processo produtivo. (Cardoso, 2010a, p.141 [1998]).

Nem mesmo os Bancos Centrais eram capazes de controlar uma brutal massa de recursos flutuantes. O Sistema de Bretton Woods já não mais funcionava, FMI e Banco Mundial eram insuficientes para resolver os problemas. Tudo isso era extremamente negativo do ponto de vista da ordem de cada sociedade em particular. Urgia encontrar possíveis maneiras de disciplinar os novos fluxos de capital internacional e seus

²²⁰ As entrevistas as quais aqui nos referimos foram todas publicadas no livro *Relembrando o que escrevi: da conquista da democracia aos desafios globais*, sob os seguintes títulos: *O Brasil na visão de FHC*, p.77-8 [concedida em 1996]; *As razões do presidente*, p.131-134 e 159-161 [concedida em 10/09/1997]; *O presidente segundo o sociólogo*, p.42-43, 109-110 e 139-146 [concedida em 1998]; *Um mundo em português: um diálogo*, p.134-139 e 172-180 [concedida em 1998]; *O pensamento global de FHC*, p.110-116 e 146-151 [concedida em 2000]; e *FHC, oito anos depois*, p.184-188 [concedida em 20/11/2002].

movimentos selvagens. O *sistema capitalista* vinha gerando uma capacidade de acumulação financeira tão brutal a ponto de ameaçar o próprio sistema produtivo. A nova contradição advinha do fato de haver capital abundante diante de tão pouca capacidade efetiva de investir para transformar o capital especulativo em capital produtivo. Não estávamos diante do fim da história, e como nada permitia prever que o capitalismo fosse eterno, não recomendou pensar em uma só ideologia, um “pensamento único”. A questão dos valores se impunha diante da *crise da civilização*.

Fernando Henrique afirmou ser “contra esse predomínio do mercado na forma mais abstrata, de mercado financeiro puro, de mercado de derivativos, de aposta no custo futuro do dinheiro”²²¹, e recordou ter incitado uma *global crítica da globalização*. *Globalização essa que não é um valor, não é algo que você queira, mas que existe e que precisa de controles porque já vai por um caminho perigoso. O sistema capitalista irracional precisava de regras, não funciona bem sem elas, e por si só não garante a prosperidade permanente*. Os fundamentos da crítica ao capitalismo eram válidos, mas o que colocar em seu lugar? Não se via nada na ordem global. O mercado vinha dispensando ou quase dispensando o Estado. Todos os governos, incluindo o governo americano, diminuía o seu peso na nova etapa da história. A globalização poderia trazer-nos efeitos não apenas negativos, mas também positivos, dependendo da nossa capacidade de reação. Evitá-la significava voltar a uma economia autárquica, o que lhe pareceu totalmente impensável. Os riscos negativos da globalização eram tanto o do predomínio cego das forças de mercado que conduzem à exclusão social e à desigualdade crescentes, como o do desconhecimento das realidades produtivas que condicionam o mercado e podem levar a generosas propostas inócuas. A *ação política*, a *ação pública*, seriam fundamentais e indispensáveis para evitar tais riscos e ao mesmo tempo para contribuir na irradiação da grande oportunidade positiva da globalização, erigir o novo Renascimento. Em fins do século XX vivíamos numa *nova etapa da história do capitalismo e da humanidade*.

FHC acreditou que os sinais antecipados vindos da Europa demonstravam ser um pouco simplista a ideia de mais mercado e menos Estado. Precisávamos de *mais mercado e mais sociedade, mais mecanismos de pressão social capazes de evitar os efeitos negativos do ajuste liberal puramente em termos de mercado*. Diante das novas formas da economia, era fundamental ampliar a democracia, *erigir uma democracia*

²²¹ Cardoso, 2010a, p.139 [1998].

mais radical, tornar o Estado mais permeável à sociedade, dar mais acesso às decisões, incorporar a dimensão global, cuidar do meio ambiente, da felicidade das pessoas, do acesso à informação etc.

Quando questionado sobre a definição de Estado que vinha propondo, FHC respondeu (em fins de seu primeiro mandato, no ano de 1998) buscar erguer um *Estado articulador* que regulamenta, induz e articula, que “não é neoliberal”, também “não é nacional-desenvolvimentista” e “não é *welfare* no sentido clássico”, mas é “um *Estado articulador porque aproxima sempre o privado do público*”. Essa noção do *público*, resgatada de Antonio Gramsci, não se identificava exclusivamente ao estatal, nem ao privado. “*O público contido nessa noção tem de respeitar o estatal, respeitar o privado e não se confundir, nem ser inimigo de nenhum dos dois*”. Para FHC, essa era uma ideia que ainda levaria algum tempo para se fixar de maneira mais nítida, mas que *por aí possivelmente estava o novo da sociedade contemporânea*.²²² *Largada a si própria, a sociedade marginaliza com muita velocidade, e a ação pública não podia e não devia limitar-se exclusivamente ao Estado*.

No final do seu primeiro mandato, afirmou vivermos numa *democracia plena* e que havia condições para a *radicalização da democracia*. Questionado sobre os últimos 175 anos de Independência do Brasil, avaliou que o desempenho do país foi satisfatório em termos objetivos, uma vez que possivelmente apenas o Japão tenha se transformado e crescido tanto nesse período. Mas certamente insatisfatório em termos de integração social, de inclusão e de igualdade. A exclusão social no país atingia a maior parte da população e era certamente muito maior do que a exclusão na Europa. A pobreza no Brasil e no mundo em geral tornava-se imoral, um problema ético, e a questão da repartição de renda, continuava central.

(...) há 40 ou 50 anos, o país não tinha como resolver a questão da pobreza. Hoje começa a poder resolvê-la. Por isso, hoje a pobreza é imoral. Tornou-se um problema ético. Na escala do mundo é exatamente a mesma coisa. O mundo tem como resolver os problemas da pobreza. A questão da disponibilidade da alimentação é óbvia – há comida em excesso e, ao mesmo tempo, continua a haver fome. A questão da repartição da renda continua central. (Cardoso, 2010a, p.178-9 [1998]).

Central também era encarar e vencer o desafio de como *combinar mais justiça social com competitividade internacional?*

²²² Ver *O presidente segundo o sociólogo*, uma reprodução de trechos da entrevista que FHC concedeu a Roberto Pompeu de Toledo em 1998, posteriormente reproduzida no livro *Relembrando o que escrevi*, p.109-110, 139-146.

Em novas eleições, realizada em fins de 1998, numa nova disputa contra o PT de Lula e sua coligação, FHC foi reeleito Presidente para um mandato de mais quatro anos (1999-2002) pela coligação do PSDB com o PFL e o PTB, à qual posteriormente ingressaram na coalizão governista o PMDB e o PPB (Partido Progressista Brasileiro), o que garantia mais do que os 3/5 de deputados e senadores necessários para a aprovação de emendas constitucionais. Ao final desse segundo mandato, mais precisamente no dia 20 de novembro de 2002 e numa entrevista a Roberto Toledo, FHC assim falou sobre a diferença do Brasil de 2002 para o de 1994:

A estabilidade. E não só no sentido econômico, mas no sentido genérico da palavra. No Brasil de 1994 já havia começado o Plano Real, mas não sabíamos até que ponto teríamos condições de reorganizar as bases do governo e da economia, para propiciar depois um período de crescimento sustentado. Isso é o primeiro degrau da questão. O segundo, e mais importante, é a estabilidade, digamos, dos valores. O Brasil de 1994 ainda vinha da cicatrização na democracia, que foi o impeachment, e não tínhamos tido ainda experiência mais prolongada de um regime de presidente eleito. O que foi eleito acabou deposto e os outros não tinham sido eleitos. No Brasil de hoje, a normalização dos valores democráticos é algo palpável. Ninguém põe mais em dúvida as instituições democráticas. O Brasil de 1994 já era um Brasil de liberdade – de imprensa etc. Hoje chegamos à culminação desses valores, até no que diz respeito ao legado do passado autoritário. Acabamos com tudo o que havia de restrição e de injustiça praticadas em função do regime militar. É um assunto que nem se menciona mais. Hoje a liberdade e a democracia são como o oxigênio – você pensa que não tem importância porque tem em abundância. (Cardoso, 2010a, p.184 [20/11/2002]).

Passados mais de dez anos do término de seu segundo mandato, Cardoso analisou *Os fundamentos da estabilidade*²²³ e a *Autonomia pela inserção*²²⁴, sublinhando as reformas que julgou serem necessárias para o país manter os fluxos internacionais em expansão de comércio, investimento e tecnologia, “segurar o real” e manter viva a esperança depositada nele, e retomar o crescimento. O desafio era tornar a economia brasileira atrativa, previsível e estável, e com isso reabrir o horizonte de crescimento econômico mais sustentado e mais audaz, mais competitivo no cenário internacional. Para tanto, era preciso erigir outro modelo de Estado, que não era o grande protagonista do desenvolvimento nacional do passado nem tampouco o Estado mínimo neoliberal, mas o *Estado necessário*, responsável por assegurar e manter a abertura da economia, e nesse percurso apoiar as empresas privadas na retomada do crescimento nas novas condições decorrentes da abertura; garantir e conduzir a

²²³ In: **CARDOSO, Fernando Henrique.** Xadrez Internacional e social-democracia. São Paulo : Paz e Terra, 2010, p.143-166.

²²⁴ In: **CARDOSO, Fernando Henrique.** Xadrez Internacional e social-democracia. São Paulo : Paz e Terra, 2010, p.167-193.

sustentabilidade fiscal e garantir o controle da inflação; e desatar a retomada do crescimento econômico com competitividade e justiça social.

A abertura comercial foi o primeiro golpe desferido nas antigas barreiras a uma integração de novo tipo ao mercado internacional. Sabemos que à remoção do grosso das barreiras não tarifárias e a redução das tarifas de importação ocorreu no governo Collor. O próprio real estável e apreciado em relação ao dólar posteriormente se encarregou de tornar um fato à abertura comercial.

Em 1988 a tarifa brasileira máxima era de 105%, em 1993 caíra para 35%; a tarifa média, que era de 51%, caiu para 14% e se manteve assim depois do Plano Real. Em 1996 o limite máximo permanecia em 35%. (...) Fomos nos ajustando progressivamente aos reclamos do comércio internacional. (Cardoso, 2010b, p.178).

O Estado apoiou a retomada do crescimento nas novas condições decorrentes da abertura da economia. O BNDES expandiu os seus desembolsos em quase cinco vezes entre os anos de 1994 e 1998, atingindo o patamar acima de R\$ 20 bilhões por ano. (idem, p.151). E os temores de que a abertura comercial desorganizaria a indústria nacional mostraram-se falsos, uma vez que a “economia brasileira passou razoavelmente bem pelo teste da adaptação às regras da competição global, sem que se possa dizer que houve sucateamento da indústria ou desnacionalização do conjunto do setor produtivo” (ibidem, p.183).

Enfrentada a abertura havia que lidar ainda com o mais antigo problema que nos fustigava quase cronicamente, a inflação. A visão geral e várias medidas específicas da agenda de reformas que ocupara todo o seu primeiro mandato (1995-1998) e boa parte do segundo (1999-2002) já estavam esboçadas nos documentos de elaboração do Plano Real²²⁵. A primeira etapa daquilo que viria a ser o Plano Real se apoiou num conjunto de medidas destinadas a atacar as causas estruturais da inflação, a começar pela frouxidão da política fiscal que tanto minara a credibilidade das tentativas anteriores de estabilização durante os governos dos Presidentes Sarney e Collor de Mello. Entre as medidas efetivadas nos governos FHC, incluem: cortes de gastos no orçamento federal; liberação parcial de receitas vinculadas a determinadas despesas por disposição constitucional; um novo imposto sobre movimentação financeira, incluindo o desconto de cheques; a renegociação das dívidas dos estados; assim como a negociação que

²²⁵ Cardoso recomendou consultarmos as exposições de motivos do Plano de Ação Imediata, de julho de 1993, e da medida que introduziu o real, em junho de 1994. Ambas na página do site do Ministério da Fazenda, disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/realhist.asp>>.

permitiu ao país sair da moratória da dívida externa²²⁶ em outubro de 1993, reforçando nos agentes econômicos o lastro de confiança necessário para o êxito da estabilização. A ideia forte é que não haveria estabilidade econômica duradoura nem muito menos retomada sustentada do crescimento se o país se mantivesse a margem dos fluxos internacionais em expansão de comércio, investimento e tecnologia. A consolidação da estabilidade envolveu pesados esforços internos no reajustamento do equilíbrio de poder entre os entes federados, com árduas renegociações para alcançar um limite de endividamento futuro dos estados. Na verdade, o desafio era alinhar não apenas os estados, mais também municípios e a própria União na busca da sustentabilidade fiscal, uma ação que se intensificou a partir de 1999, depois da introdução do câmbio flutuante e de uma política de metas de inflação. O coroamento desse esforço viria com a aprovação no ano 2000 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicável aos três níveis de governo.

De acordo com FHC, as privatizações também cumpriram um papel na estabilização econômica. O processo de privatização teve início no final do governo Sarney e prosseguiu nos governos Collor e Itamar, obedecendo ao Programa Nacional de Desestatização, aprovado no Congresso em 1990. Já sob o seu governo, ele relembra que as privatizações, num primeiro momento, cumpriram o papel de desafogar a crise fiscal e consolidar a estabilização da economia. Depois é que passaram a também visar atrair vultuosos investimentos estrangeiros em setores de infraestrutura, sobretudo os setores energéticos, os de transportes ferroviários e telefonia. O objetivo já não era simplesmente privatizar para liberar o Tesouro do ônus de sustentar algumas empresas deficitárias, mas o de ter uma estratégia de integração do exterior, fundamental para a atração de capitais privados, nacionais e estrangeiros, bem como para assegurar a competição e atender os consumidores através de agências regulamentadoras.

A entrada efetiva da iniciativa privada nos setores de infraestrutura requereu um novo regime legal de concessões de serviços públicos assim como a *criação de um ente desconhecido na organização do Estado brasileiro, as agências reguladoras*. Várias agências (a Aneel, a Anatel, a Agência Nacional de Águas, a Agência Nacional de Transportes etc.) foram criadas na esteira da regulamentação das emendas constitucionais, com o fito de serem competentes e ter independência política para zelar pelos direitos dos consumidores diante das empresas prestadoras de serviços e pela

²²⁶ Em 1987 o Brasil decretou a moratória.

manutenção das condições dos contratos de concessão, assegurando que os investimentos não seriam prejudicados por manobras governamentais. *Isso mexeu nas estruturas do Estado, forçando a quebra de monopólios, e retirando a primazia do Estado investidor e guarda-chuva do setor privado.* Ainda assim, na área econômica havia ainda que consolidar a estabilidade, avançar na parte fiscal, definir regras de cambio compatíveis com o crescimento mais sustentado e mais audaz. Ao longo dos anos de 1994 a 2002 o país criou condições para irradiar *uma nova etapa de desenvolvimento econômico* ao tempo em que passou por um conjunto de turbulências financeiras e políticas, período de profundas modificações em marcha.

A dinamização da economia não se fez sentir num primeiro momento. O país estava criando condições para uma nova etapa de desenvolvimento econômico, mas a aceleração do crescimento ainda dependia da consolidação da estabilidade, de avanços na parte fiscal, da definição de regras de cambio compatíveis com o crescimento e de decisões de conjuntura. Sem falar nos ciclos globais do capitalismo. Entre 1994 e 2002 o país passou por um conjunto de turbulências financeiras e políticas: crise do México em 1994, crise da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, do real em 1999, crise da Argentina, intermitente, durante 1999-2002, crise de energia em 2001, crise eleitoral em 2002. Assim como na década de 1970 não se via nada de negativo e os obstáculos estavam à frente, na primeira etapa da integração do país à nova economia internacional [desatada em princípios dos anos 1990], as profundas modificações em marcha ficavam obscurecidas pelo renitente processo de semiestagnação derivado das crises e de não havermos completado o ajuste fiscal. (Cardoso, 2010b, p.180-181).

Numa entrevista concedida a Jorge Caldeira, Luiz Felipe D'Ávila e Reinaldo Azevedo²²⁷, ainda em meados do seu segundo mandato, FHC falou sinteticamente sobre o grande medo e o grande sonho do Brasil de então.

Nosso medo é interno, embora haja fatores externos que devam amedrontar mais, porque as crises são múltiplas. Eu acho que aqui o pessoal tem medo é do caos, da desordem, da inflação, desse tipo de insegurança. É isso: o Brasil tem fome de tranquilidade, de estabilidade física, pessoal, profissional. Eu acho que esse é o grande medo. O grande sonho é o oposto disso: é você ter isso. Agora a grande dificuldade é que o Brasil é muito desigual, é muito desigual, pelo menos para o sonho. O medo não, o medo hoje atinge a todos. Mas a chance de se ter hoje o seu sonho realizado e não virar pesadelo é desigual. (Cardoso, 2010a, p.115-116 [2000]).

²²⁷ Ver: *O pensamento global de FCH*, publicado em República, 2000, posteriormente reproduzido no livro *Relembrando o que escrevi*, 2010a, p.110-116.

Durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014)

Novas eleições ocorreram no país em fins do ano 2002. Após três derrotas consecutivas, Lula saiu vitorioso no segundo turno dessas eleições com o *slogan* da “esperança contra o medo” e com um forte apelo da prioridade que daria ao social caso eleito. Recordando recentemente esse momento, o próprio Lula avalia que “na sua sabedoria, o povo conseguiu, depois de tanto medo, depois de tanto preconceito, testar um deles para governar este país” (2013, p.12). Lula governou o Brasil por dois mandatos consecutivos (2003-2010) e elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff, para um mandato de mais quatro anos (2014). E há considerável chance de se reeleger nas próximas eleições marcadas para outubro desse ano de 2014. Em entrevistas recentes²²⁸ ambos falaram, entre outros assuntos, sobre a importância da Carta ao Povo Brasileiro; sobre o ajuste fiscal realizado em 2004 e a conquista de um *novo grau de liberdade*; sobre a orientação geral seguida pela política econômica do governo durante os dois mandatos do Presidente Lula; também sobre as características que diferenciavam o governo Lula dos outros governos que o antecederam e o modelo de desenvolvimento que vem sendo perseguido; bem como teceram um balanço geral dos governos do PT e de seus aliados, com destaque para os resultados no plano social; e uma projeção otimista para o futuro do Brasil.

Durante a campanha eleitoral, o capital financeiro promoveu um forte ataque especulativo à economia brasileira, ‘alegando’ suposta inconfiabilidade do candidato do PT, então favorito nas pesquisas eleitorais. Em 22 de junho de 2002, Lula assinou a Carta ao Povo Brasileiro, um compromisso que caso viesse a se eleger respeitaria os contratos firmados e manteria a inflação e o equilíbrio fiscal sob controles. Mais de dez anos depois, ele relembra ter sido inicialmente contra a Carta, para depois reconhecer sua extrema importância: “eu era radicalmente contra por que ela dizia coisas que eu não queria falar, mas hoje eu reconheço que ela foi extremamente importante” (2013, p.18). Antes de suceder Lula na Presidência, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmava [em 13/01/2010] “que o Brasil de hoje se caracteriza pelo respeito aos contratos firmados. Esse respeito deve ser visto como um valor decorrente do nosso

²²⁸ Dilma concedeu entrevista em 13 de janeiro de 2010 a Marco Aurélio Garcia, Jorge Mattoso e Emir Sader, posteriormente publicada no livro *Brasil entre passado e futuro*. E Lula concedeu entrevista em 14 de fevereiro de 2013 a Emir Sader e Pablo Gentili, posteriormente publicada no livro sobre *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*.

compromisso com a estabilidade e de relações mais abertas e democráticas” (2010, p.195-6).

Em fevereiro de 2013 Lula lembrou que “foi preciso apertar aquilo que você tem que apertar e flexibilizar o que é importante”, e que o ajuste fiscal de 2004 “pouca gente teria coragem de fazer e nós fizemos”. Recorda que nesse ano não teve coragem de ir a São Paulo no dia do trabalhador, o 1 de maio, pois “estava arrasado. (...) cheguei a pensar: não vale a pena chegar a presidente e não poder dar aumento de salário-mínimo” (2013, p.23), mas que ao final do seu segundo governo o salário mínimo havia aumentado realmente 74% (presumo em relação ao início do seu primeiro mandato), e que a inflação se mantivera controlada nesses oito anos.

Lula também lembrou que o Programa de Governo do PT dizia que o Brasil precisava criar 10 milhões de empregos para resolver o problema do desemprego. Depois de tentativas frustradas, caso do programa primeiro emprego, a solução encontrada foi: “*dê um pouco de recursos às camadas mais pobres da população, que as coisas começam a acontecer*”. O resultado foi auspicioso em relação ao cumprimento desta meta porque isso contribuiu na criação de quase 18 milhões de empregos formais com carteira assinada.

(...) o nosso programa foi cumprido, e as coisas que pareciam difíceis ficaram fáceis. (...) o que nós fizemos de 2007 a 2010 (...) é muito difícil de repetir. O resultado foi auspicioso do ponto de vista da execução das coisas que nós queríamos fazer. (...) Pois bem, nós criamos, até agora, em 10 anos, quase 18 milhões de empregos formais, com carteira assinada. (Lula, 2013, p.14).

Convém ressaltar duas assertivas recorrentes nos muitos discursos de Lula, durante e após os seus dois mandatos, que podem ser assim sintetizada: ‘governo preferencialmente para os pobres’, mas ‘os ricos nunca ganharam tanto dinheiro quanto no meu governo’.

Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente que eu tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego. (...). Nunca deixei de falar em nenhum discurso: “Eu governo para todos, mas o meu olhar preferencial é para a parte mais pobre da sociedade brasileira”. (idem, p.16 e 19).

Dilma avaliou que a orientação seguida durante a primeira fase da política econômica do governo Lula, então sob a responsabilidade do ministro da Fazenda

Antônio Palocci, foi um momento decisivo na garantia de *um novo grau de liberdade*. A manutenção da inflação em baixa, de uma política fiscal responsável e a realização do pagamento da dívida contraída com o FMI, isso tudo assegurou ao país uma *margem de manobra necessária para dar início à política de crescimento econômico com inclusão social*. Já num segundo momento, e sob o comando do novo ministro Guido Mantega, as reservas cambiais foram progressivamente ampliadas: em meados de 2006, o Brasil possuía quase 100 bilhões de dólares de reservas; em janeiro de 2010, um pouco mais de 240 bilhões; e atualmente em mais de 350 bilhões de dólares. Ambos recordam o ano de 2003 como um ano em que “não tínhamos dinheiro pra nada, ou quando o tínhamos nos deparávamos com o vencimento de uma dívida ou outro impedimento qualquer”, momento em que mesmo assim foi criado o Programa Bolsa Família, quando “o nível de contenção era absoluto”. A situação fiscal, segundo Dilma, “melhorou em 2004, piorou em 2005 e, de 2006 em diante, começamos a ver crescer as reservas, inflação em baixa e sob controle e, finalmente, a nossa margem fiscal começou a evoluir”. A política dos três primeiros anos do governo Lula, entre 2003 e 2005, só gerou seus frutos no início de 2006 e mostrou plenamente os seus resultados em 2007, momento em foram lançados os grandes programas. Esse último ano marcou o *começo de uma dinâmica virtuosa*, em que em se colocava o investimento na ordem do dia, momento em que “mudamos a política e dissemos *“a hora é a hora e a vez do investimento”* – e ousamos fazer, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento – *estávamos mudando a lógica anterior*”. A partir do segundo mandato, ao passo em que eram ampliados o investimento produtivo e o PIB, e *o próprio centro dinâmico da economia se deslocava do setor financeiro para o produtivo*. 2008 foi o ano da colheita, o ano em que “o PIB era alto, crescíamos de forma acelerada e os juros estavam em queda”, o ano de “melhor situação fiscal que tivemos na vida”. Logo depois, sobretudo a partir do último quadrimestre desse ano, veio à crise. Em princípios de 2010, Dilma projetava para esse ano que haveria uma queda significativa da dívida, um forte crescimento do PIB e muito mais inclusão social. (2010, p.181-2).

Questionada a falar sobre as características que diferenciavam o governo Lula dos outros governos anteriores, Dilma respondeu:

Posso citar sinteticamente, quatro movimentos estruturais: crescimento da economia com estabilidade, expansão do mercado interno, reinserção internacional do país e redefinição das prioridades do gasto público. No caso do crescimento com estabilidade, vale destacar a política monetária de controle e metas de inflação, o ajuste dos juros aos níveis internacionais e o acúmulo de reservas cambiais. Foi isso o que nos garantiu margem de manobra nas políticas interna e externa. A expansão do mercado interno, por

sua vez, se apoiou na melhoria da distribuição de renda, tanto pessoal como regional, e na expansão do crédito. De forma articulada com a universalização dos serviços públicos, o aumento do salário mínimo acima da inflação e a garantia da aposentadoria rural, mais a expansão do programa Bolsa Família, conseguimos provocar uma forte mobilidade social, fazendo com que parte expressiva das camadas mais pobres entrasse na classe média. O terceiro movimento, o da reinserção internacional, fez o Brasil se projetar como uma liderança efetiva, regional e mundialmente, destacando-se como país exportador e como país de destino de investimentos. Estabelecemos, também, relações privilegiadas com a América Latina, a África, o Oriente Médio e a Ásia. O quarto movimento, o da redefinição das prioridades do gasto público, significou uma ênfase maior no investimento em políticas sociais e uma vigorosa parceria estratégica com o setor privado, estados e municípios. (...) No oitavo ano do governo Lula podemos comprovar que o desenvolvimento com inclusão social é o nosso modelo econômico. Aquele que considera que os 190 milhões de brasileiros e brasileiras são o centro do modelo. O nosso grande objetivo é eliminar a pobreza e proporcionar melhores condições de vida a toda a população. Nós temos de criar um país de bem-estar social à moda brasileira. Para mim esse é o grande projeto de construção de uma economia moderna no país. (...) O grande desafio é ainda superar o peso dos 25 anos de estagnação da economia e das políticas sociais. O que nos move é a capacidade de atender às necessidades da população. (Rousseff, 2010, p. 177-178 e 192-193).

Sua síntese é a de que o modelo de desenvolvimento perseguido pode ser traduzido como o *modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social e reinserção internacional privilegiada* (não exclusiva) com partes do Sul do Globo. E que o país, de fato, avançou na nova *reinscrição externa* e no *desenvolvimento com geração de trabalho e crescimento econômico com distribuição de renda, e que busca erigir um bem-estar social à moda brasileira, proporcionando melhores condições de vida para o conjunto da população, combatendo à pobreza e erradicando a miséria*.

Quanto à ação governamental e seus resultados no social, Dilma sublinhou os programas Bolsa Família e o Luz para Todos; às políticas dirigidas para o pequeno e o médio empresário; o começo de uma articulação com o fito de universalizar os serviços públicos; e a legitimidade garantida aos subsídios. Tudo contribuindo na *promoção da inclusão social e distribuição de renda com mobilidade social ascendente, na transformação dos setores mais pobres da população em atores políticos e sujeitos sociais, resgatando cerca de 22 milhões de brasileiros da condição de miséria, e no surgimento de uma nova classe média, então com mais de 31 milhões de pessoas*.

Resgatamos cerca de 22 milhões de brasileiros do nível de miséria, assegurando seu acesso a bens básicos de consumo, além dos alimentos, como a carne, o iogurte etc. Proporcionamos o surgimento de uma nova classe média (chegamos a 31 milhões de brasileiros nessa faixa) e acrescentamos benefícios para a antiga classe média. (...) Do ponto de vista social, o resultado de nossas ações foi, primeiramente transformar os setores mais pobres da população em atores políticos e sujeitos sociais. Os programas Bolsa Família e Luz Para Todos são instrumentos modernos e efetivos de transferência de renda. Não têm nada do velho populismo, porque são impessoais, tratam as pessoas

com dignidade e ajudam na formação de uma consciência cidadã. Elaboramos políticas para médios e pequenos empresários e o fizemos de forma aberta, transparente. Temos, assim, um leque social de beneficiários da política de governo e é isso que nos diferencia. (...) começamos a articular a universalização dos serviços públicos, algo que as economias desenvolvidas fizeram há muito tempo, mas que não se via no Brasil. O governo Lula realizou, inicialmente, um grande investimento para universalizar a energia elétrica, por meio do programa Luz Para Todos. Em seguida, demos prioridade ao saneamento e agora definimos que a habitação também é um direito que precisa ser universalizado. Nós conseguimos, enfim, promover inclusão social e distribuição de renda com mobilidade social ascendente – porque na história do país, houve momentos de crescimento, mas sem grande mobilidade social. Invertamos o jogo: aquilo que ocorreu na ditadura, de forma descendente para grandes parcelas, agora ocorre de forma ascendente. (...) Muitos diziam que só havia um jeito de as pessoas melhorarem sua situação, era através do mercado. E que, se acreditássemos nisso, no final, todos seríamos salvos. Mas era impossível realizar política de habitação, porque não se podia subsidiar. Como construir casas para a população com renda de até três salários mínimos, se o custo da casa não é compatível com a renda? A equação simplesmente não fecha. O mercado jamais resolveria esse problema. Não se promove uma política de universalização sem subsidiar: é impossível no Brasil. (...) tornamos os subsídios legítimos. (Rousseff, 2010, p.178-179 e 182-183).

Ao final da primeira década do século XXI, Dilma afirmou que o próximo passo fundamental que o Estado brasileiro terá de tomar será o de *reforçar o seu segmento executor para fins de universalizar serviços públicos*, o saneamento, melhorar a segurança pública, a habitação, as condições de vida da população etc., até mesmo porque considerou o setor privado (a parte dele que sobreviveu aos muitos planos econômicos do passado) como modernizado e mais competitivo e eficiente.²²⁹

Sobre a evolução na última década quanto à geração de riqueza, distribuição de renda, comportamentos dos salários e da inflação, conjugada com um balanço dos governos do PT e seus aliados, incluindo agora os três primeiros anos do governo Dilma, Lula primeiro avaliou que *há muitos e muitos anos não vivíamos tão bem*, para depois reconhecer que *as carências ainda são muitas* e que *ainda estamos longe da plena conquista da cidadania real*, mas que o salto dado foi grande se comparado a outros feitos em outros países. Tabus e preconceitos foram quebrados, pois o país cresceu distribuindo renda, com os salários em alta e a inflação em baixa, conjugando expansão dos mercados externo e interno. Em síntese, vivemos *uma nova trajetória na vida brasileira onde ganha força e vige também a lógica do consumo doméstico puxando a produção interna*.

Esses anos, se não foram os melhores, fazem parte do melhor período que este país viveu em muitos e muitos anos. Se formos analisar as carências que ainda existem, as necessidades vitais de um povo na maioria das vezes esquecido pelos governantes,

²²⁹ Ver: Rousseff, 2010, p.193.

vamos perceber que ainda falta muito a fazer para garantir a esse povo a total conquista da cidadania. Mas, se analisarmos o que foi feito, vamos perceber que outros países não conseguiram, em trinta anos, fazer o que nos conseguimos fazer em dez anos. Quebramos tabus e conceitos preestabelecidos por alguns economistas, por alguns sociólogos, por alguns historiadores. Algumas verdades foram por água abaixo. Primeiro, provamos que era plenamente possível crescer distribuindo renda, que não era preciso esperar crescer para distribuir. Segundo, provamos que era possível aumentar salário sem inflação. Nos últimos 10 anos, os trabalhadores organizados tiveram aumento real: [...] o salário-mínimo aumentou quase 74% e a inflação esteve controlada. Terceiro, durante essa década aumentamos o nosso comércio exterior e o nosso mercado interno sem que isso resultasse em conflito. Diziam antes que não era possível crescer concomitantemente mercado externo e mercado interno. Esses foram alguns tabus que nos quebramos. E, ao mesmo tempo, fizemos uma coisa que eu considero extremamente importante: provamos que pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de renda e que muito dinheiro na mão de poucos é concentração de renda. (...) Esta é uma lógica que todo mundo deveria entender. Existe algum lugar no mundo em que as pessoas vão produzir se não tiver consumo? Se isso acontecer, é porque a economia voltou-se para a exportação [e, nessa lógica,] o povo do país que se dane. Você pode fazer uma grande política de produção para exportação, mas nunca conseguirá, com isso, governar para mais de 35% da população, inclusive porque as fabricas sofisticadas geram menos empregos. Hoje, os postos de trabalho são gerados no setor de serviços e, mesmo assim, menos do que antes. Precisamos ter em mente o seguinte: que país do mundo vai crescer se o seu povo não tiver poder de compra, se o povo não puder comprar aquilo que é produzido dentro do país? Do ponto de vista econômico, eu acho que marcamos uma nova trajetória na vida brasileira. A partir daí, foram dadas as condições para que as taxas de juros fossem colocadas em um patamar aceitável pela sociedade. (Lula, 2013, p.10-11).

Por fim, Lula mostrou-se otimista quanto ao futuro próximo do país. Sublinhou que chegaremos em 2016 como quinta maior economia do mundo, mas que tal conquista só vale mesmo a pena se for acompanhada da melhora da qualidade de vida. Mostrou-se convicto de que pela grandeza de seus recursos e de sua gente, o Brasil tem tudo para dar certo, mas que é preciso dar oportunidade as pessoas, conceder incentivos governamentais.

Parto do pressuposto de que chegaremos a 2016 como a quinta economia do mundo. Mas o mais importante é ter a clareza de que o objetivo maior não é o Brasil ser a quinta, ser a quarta economia do mundo. É importante que se melhore dia a dia a qualidade de vida do povo brasileiro, seja do ponto de vista dos salários, seja do ponto de vista da habitação, do ponto de vista do saneamento básico, do ponto de vista da qualidade de vida. (...) esse país só pode dar certo, porque é um país que tem 360 milhões de hectares de reserva florestal; um país que tem 12% da água doce do mundo; um país que tem oito mil quilômetros de costa marítima; um país que tem o pré-sal; um país que tem esse povo ávido por melhorar de vida não tem por que dar errado. É só o governo estimular. É só o governo dar oportunidade para essa gente e essa gente cresce. (...). Só tem sentido governar se você conseguir fazer com que as pessoas mais necessitadas consigam evoluir de vida. As pessoas precisam somente de oportunidade. Tendo oportunidade, todo mundo pode ser igual. Pode ter um mais inteligente que o outro, mas não tem ninguém burro. As pessoas só precisam de uma chance. E nos começamos a fazer isso. Não é que o trabalho esteja terminado, não. Ou seja, você não

muda gerações de equívocos em apenas uma geração. Precisa de um tempo para você fazer. O caminho está correto e esta bem. (Lula, 2013, p.12, 17 e 24).

Uma questão que podemos aqui levantar é se esse bom caminho conduz a social-democratização capitalista ou ao sonho socialista? E o que isso significa em termos da reprodução das riquezas e das pobreza no país? Para tanto, permitam-me inicialmente voltar, agora em outro item, às antevésperas da realização do 1º Congresso do PT, e mais precisamente a algumas *Reflexões Finais*²³⁰ feitas por Florestan sobre *O PT e os rumos do socialismo, O PT e 1990*²³¹ e *O PT: passado e futuro*²³². Depois de registrar recentes observações, uma de Ricardo Antunes e Alves Giovanni sobre os rumos conjunturais do sindicalismo no Brasil, sobre sua crise contemporânea e sobre o seu presumível maior desafio na atualidade, e outra de Fernando Henrique sobre a efetiva prática social-democrática do PT. Adiante, já nos dois últimos itens do capítulo, nos atemos às utopias social-democrática e socialista, aos resultados econômicos-sociais-políticos, agora em maiores detalhes, e aos desafios que o país enfrenta, tanto nas vozes dos que pretendem tornar viável (ou ainda mais viável) a utopia social-democrática como nas dos que pretendem erigir o socialismo no Brasil.

Um sonho perdido diante do avanço da social-democratização capitalista?

Escrevendo sobre *O PT e os rumos do socialismo*, ainda em fins de 1988, Florestan refletia sobre o modo pelo qual *o partido transcendia as classes trabalhadoras na luta política e avançava prioritariamente rumo às reformas e revoluções sociais de cima para baixo*. E com evidente ímpeto de desatar a revolução socialista no Brasil, considerou que *as saídas não são fáceis*, e traçou resultados possíveis da evolução do entrelaçamento da revolução-contrarrevolução em conflito no país, com possibilidade tanto das Forças Armadas reporem a situação *ante* (ditatorial), como dos rebeldes, oprimidos, operários, classes trabalhadoras irradiarem uma revolução vinda de baixo. O que vinha alimentando essa segunda opção era a social-

²³⁰ Artigo publicado originalmente em 10/10/1988, posteriormente reproduzido no livro *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. Valho-me da 2ª edição da editora Record, 2006, p.242-252.

²³¹ Artigo publicado originalmente em 31/12/1990, posteriormente reproduzido no livro *A força do argumento*, 1998, p.179-180.

²³² Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 30/09/1991, e posteriormente reproduzido em *A força do argumento*, 1998, p.194-195.

democratização das aspirações operárias, que no curto prazo encarnava um real avanço no quadro histórico do Brasil de então, mas não no longo prazo.

Sem enfrentar e resolver seus problemas de organização (...) e sem preparar adequadamente quadros, militantes (e até dirigentes), o partido lançou-se à conquista do poder de modo rápido. As classes trabalhadoras já lograram alcançar, pelo menos nas regiões de alta concentração industrial, as principais condições objetivas da classe em si. (...) Todavia, as condições subjetivas encontram-se em atraso relativo evidente, já que é recente a luta para demolir a supremacia burguesa e os avanços conquistados nessa esfera são pequenos, fragmentários e dispersos. Ultrapassado pela classe trabalhadora na ansiedade subconsciente perante as tarefas de longa duração, o PT transcende as classes trabalhadoras na luta política e na trajetória que leva à conquista de papéis construtivos no aparelho de Estado. Em consequência, ele confere resoluta prioridade *estratégica* às reformas e revolução sociais de cima para baixo – dentro do capitalismo ou contra ele, dependendo da receptividade ou da fraqueza das classes proprietárias. (...) A análise comparada deixa patente que as saídas não são fáceis. Porém, essa tem sido a orientação que prevalece na periferia do mundo capitalista, na qual as burguesias nativas ou são muito fracas e covardes para alimentar revoluções democráticas capitalistas ou são flibusteiras, prontas para rendição silenciosa ao imperialismo da era do capital oligopolista (ou monopolista). As dificuldades são maiores no início do caminho para a conquista do poder. Depois, ou as Forças Armadas repõem a situação *ante* ou as forças populares evoluem com ritmos históricos mais rápidos e suplantam os defensores da ordem existente. O Brasil é um país no qual revolução e contra-revolução avançam lado a lado, entrelaçando-se como duas faces de uma moeda. A violência institucionalizada não assegura que as “forças da ordem” serão sempre vencedoras, mesmo com suporte da “dissuasão militar” externa. Ao revés, ambas fermentam ódio e frustrações e podem favorecer deslocamentos vantajosos para os rebeldes e oprimidos. Esse é o grande segredo das revoluções de baixo para cima: elas retiram seu vigor e dinamismos históricos da violência institucionalizada e do engarrafamento que ela alimenta. (...) O risco dessa evolução provém da social-democratização capitalista das aspirações operárias. Ele encarnaria um avanço real no quadro histórico do Brasil de hoje. Não se poderia dizer o mesmo quanto ao futuro, próximo ou remoto, em uma época na qual a social-democracia teme ser socialista e reduz-se a um ardil para “salvar” a democracia contra o totalitarismo! (Fernandes, 2006, p.245-6, grifos no original [1988]).

Feitas essas importantes considerações, Florestan elaborou duas perguntas que surpreendentemente são pertinentes para o Brasil dos dias de hoje. Depois sugeriu não incorrer no duplo esquecimento quanto aos resultados do *reformismo dentro da ordem* e os *limites da social-democracia no capitalismo*. E por fim defendeu desenraizar um possível *florescimento do capitalismo formado* no país, e não vender o *sonho socialista da liberdade maior em troca de enormes ganhos de curto prazo*.

Cabe, pois, a pergunta: o que seria um regime social-democrático em nosso país, concretizadas as tarefas imediatas do PT? Haveria alguma probabilidade de irmos além de concessões de um *welfare state* caboclicado? O reformismo dentro da ordem dá todos os seus frutos de uma vez e em seguida *salga a terra*. Além disso, convém não esquecer que a social-democracia também pára e faz crescer uma burocracia que regula o alcance da revolução democrática à elasticidade que ela comporta sob o capitalismo. Os ganhos obtidos a curto prazo, enormes em confronto com a nossa rusticidade, não

compensam as perdas inevitáveis a longo prazo, e o florescimento de um capitalismo formado significa o fim de qualquer sonho socialista. Portanto, eles não asseguram a auto-realização plena do ser humano e a instauração da liberdade maior, que combinam igualdade com liberdade e tornam a felicidade possível. (idem, p.246 [1988]).

Florestan constatou que o PT não se mostrou maduro em 1989 para conquistar o poder e foi fraco diante dos papéis históricos que lhe cabiam como partido operário socialista. 1990 foi o ano em que o partido superou o trauma da humilhante derrota. A rápida expansão de quadros parlamentares colocou-os diante das armadilhas de uma aliança entre burocracia e profissionalismo que simplesmente liquidou com a tradição revolucionária, ao passo que cedia à pressão conservadora e à moda na questão do socialismo, ignorando premissas que estávamos longe de possuir, e que ademais era mais útil a reforma capitalista do capitalismo do que as clássicas bandeiras de democracia para os de baixo.

1990 é para o PT o ano do qual ele superou o trauma de uma derrota humilhante. (...) O partido revelou que não estava maduro para conquistar o poder (...) se mostrou fraco diante dos papéis históricos que lhe cabiam. (...) o PT duplicou sua bancada de deputados federais, elegeu seu primeiro senador e viu seus prefeitos mais empreendedores e importantes obterem o reconhecimento de valor do público, dos meios de comunicação e de adversários à direita ou ao centro. Mas ele ficou aquém das exigências da situação histórica, como partido operário socialista. Seu crescimento rápido (...) liquidou a tradição a tradição revolucionária. Ao mesmo tempo, o PT cedeu terreno à pressão conservadora e à moda na questão do socialismo, ignorando que a social-democracia exige premissas econômicas, sociais, culturais e políticas que estamos longe de possuir e que seriam mais úteis à reforma capitalista do capitalismo que às nossas bandeiras clássicas de democracia com liberdade, igualdade e humanismo para os de baixo. (Fernandes, 1998, p.179-180 [31/12/1991]).

Na ocasião, Florestan não viu outra alternativa para o socialismo fora do PT, e se mostrou convicto de que o partido *comprovará que veio para reduzir o capitalismo selvagem e a sociedade de classes a cacos*, mas desde que não abandonasse o *roteiro ideológico e político* que conduzia ao *socialismo e a democracia da maioria*.

O PT permanece como a única alternativa para os que se identificam com o socialismo. Por enquanto, não há outro lugar para nós fora dele e, estou convicto, ele comprovará que veio para reduzir o capitalismo selvagem e a sociedade de classes correspondente a cacos. Não obstante, temos que enfrentar com coragem o calcanhar-de-aquiles do PT, para não repetirmos aqui a tragédia que esfrangalhou a social-democracia e o “socialismo democrático”, através de uma senilidade precoce. Não há socialismo sem democracia da maioria e, por suas transformações, democracia de todos para todos. Esse era e deverá ser, sempre, o roteiro ideológico e político do PT. Ou, então, ele se converterá em um sonho perdido. (idem, p.180 [31/12/1991]).

Ao aproximar-se de seu 1º Congresso, chamou atenção, uma vez mais, para as dificuldades que o PT vinha enfrentando diante de sua crise de crescimento que então ameaçava a democracia interna e a importância das bases sobre as opções das instâncias de direção. Falou sobre a necessidade de harmonizar suas várias tendências em seu interior, de mantê-las em interação dialética com a centralidade do PT, bem como da necessidade do partido dar um gigantesco salto qualitativo para fins de fundir uma forte herança política com as premissas teóricas e práticas de um enérgico partido socialista.

O partido enfrenta uma crise de crescimento. Há os que pensam que essa crise conduzirá a uma fragmentação inexorável. Tudo é provável. A minha experiência indica o contrário: o PT não se pulverizará. No entanto, saíra do 1º Congresso com outro perfil político. (...) O PT precisa harmonizar as várias tendências (sem privilegiar aquela que for ou se considerar hegemônica), regulando-as consensualmente como forças dinamizadoras, dotadas de autonomia relativa, mas sem a faculdade de operar como partidos dentro do partido. (...) As tendências devem ser pluralistas, interdependentes e estar em interação dialética com a centralidade do partido. Não se “queimam etapas”. Contudo, o PT precisará dar um salto qualitativo gigantesco, para fundir uma herança política forte com as premissas teóricas e práticas de um energético partido socialista. Queira ou não, terá de chocar-se com classes dominantes violentas, de impedir o expurgo do conteúdo revolucionário do socialismo, de resolver os dilemas sociais concretos dos trabalhadores e dos oprimidos e de afugentar os fantasmas da contra-revolução, que interrompem continuamente o processo democrático. (Fernandes, 1998, p.194-195 [30/09/1991]).

E o que aconteceu desde então? Os fantasmas contrarrevolucionários parecem não mais interromper o processo democrático, ao menos na superfície que me é dada conhecer. O Partido dos Trabalhadores (e não só) certamente se chocou (de forma não violenta ou pouco violenta) ao mesmo tempo em que conciliou com as classes dominantes. Mais choque ou mais conciliação? O conteúdo do socialismo revolucionário no partido fora completamente expurgado? Não totalmente como o prova a permanência de uma ala da extrema esquerda no partido, ao que me parece ser comandada por Valter Pomar, mas que há muito parece minguar dentro do PT, sem contar os rachas e a criação de um novo partido, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que de certo modo contribuiu em duas ocasiões para levar as eleições presidenciais ao segundo turno, uma em 2006 com Heloísa Helena e outra em 2010 com Plínio Arruda Sampaio, e tudo indica que cumprirá novamente esse papel, com ou sem sucesso, nas eleições desse ano com o senador Randolfe Rodrigues.

Voltaremos mais adiante a revisitar (agora lendo também outros escritos) o enfrentamento dos dilemas sociais concretos dos trabalhadores e dos miseráveis e pobres oprimidos, particularmente no que diz respeito ao *quantum* oscilante de

trabalhadores assalariados inseridos nos múltiplas atividades de trabalho no país, e aos montantes despendidos pelo Estado brasileiro, traduzidos na forma de gastos sociais junto aos beneficiários dos múltiplos programas sociais levados a cabo nas três esferas de governo, com destaque para a esfera federal, bem como no que foi e é apropriado pelos segmentos mais pobres junto ao conjunto da renda nacional em contrastes com os mais ricos. Isso com o fito de melhor captar o quão pouco escoia da riqueza em fluxo e converte-se quer em salários quer como orçamento social que chega preponderantemente “aos de baixo”, em contraste destacado com o que flui “aos de cima” e não tanto com “os do meio”. Em termos marxistas a questão deveria ser colocada do seguinte modo: o quanto da riqueza criada pelos trabalhadores permanece com eles e o quanto lhes é tirado, entendendo os ritmos da produção e apropriações entre as classes? *Para os propósitos dessa tese trata-se de contrastar a miséria-pobreza com a riqueza no Brasil, contrastar as enormes distâncias que cingiram e certamente ainda cingem a sociedade brasileira e captar possíveis significados.* A questão é colocada nesses termos uma vez que o debate político e preponderantemente acadêmico não se volta, ou muito pouco se volta, para a questão da *emancipação dos trabalhadores* e da *superpopulação relativa* brasileira. Daí a hipótese de que o *reformismo brasileiro dentro da ordem vem dando enormes frutos para “os de baixo”, seja ou não por meio do que FHC denominou recentemente de “políticas social-democráticas de redução da pobreza e aumento do bem-estar social”* (2010, p.195), *mas que esses muitos frutos aos de baixo ainda representam uma crescente fração menor da riqueza que pouco cresce.*

E o que dizer quanto ao avanço do processo democrático? Em termos socialistas, parece-me que *o atraso relativo das condições subjetivas das classes trabalhadoras em classe em si de que falava Florestan permanece*, comparando tanto com o próprio ‘despertar’ das classes trabalhadoras no país como com o que acontece em outros países da América do Sul e mais além, casos da Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba. E em termos social-democrata? Avançamos ou não *na defesa arraigada da social-democracia?* Podemos afirmar que *a democracia brasileira enlaçou-se mais com a utopia da social-democracia do que com a utopia socialista.* E aqui é preciso lembrar que ambas constam da herança recebida pelo PT²³³. Florestan dizia ser preciso evitar

²³³ Em sua *Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, Fernandes circunscreve a herança recebida pelo PT aos ideais anarquistas, socialistas e comunistas, bem como às peripécias da Revolução Russa (e de outras revoluções posteriores) e a evolução da social-democracia na Europa. (Vide:

uma visão ingênua e utópica do que teria sido o PT ao ser fundado. Relembra o que era específico do PT no momento de seu nascimento, bem como destaca a manutenção oscilante de certas virtudes do mesmo ao longo de sua primeira década de existência.

É preciso evitar (...) uma visão ingênua e utópica do que teria sido o PT, ao ser fundado. A sua grande originalidade e força não estavam na firmeza teórica e na prática revolucionária socialistas. Tolhido pelo espaço político asfixiante da ditadura, o que era específico do PT, naquele momento, provinha da organização dos operários nas fábricas e nos sindicatos ou dos movimentos verticais em seus ambientes, da recusa do peleguismo e do oportunismo político, da condenação da submissões aos patrões e do atrelamento ao aparelho estatal. Essas virtudes o partido manteve, com oscilações conhecidas. (Fernandes, 1998, p.194 [30/09/1991]).

Não posso detalhar aqui essas oscilações assim como as oscilações do após 1991, não as conheço bem, mas reconheço ser preciso conhecer melhor tais virtudes, saber quais dessas o partido manteve, perdeu ou expandiu. A quantas andou e anda a organização dos operários nas fábricas e nos sindicatos? O que dizer sobre as presenças e ausências do peleguismo e do oportunismo político no conjunto do sindicalismo brasileiro? O que dizer sobre a força das condenações por parte de suas lideranças às presumíveis submissões a que estiveram submetidos? E quanto ao seu atrelamento junto ao poder estatal? São perguntas que não encontram aqui respostas, mas gostaria de registrar recentes observações de Ricardo Antunes e de Alves Giovanni sobre os rumos do sindicalismo em geral no Brasil; sobre a crise do discurso sindical e sua adaptação ao ideário da empresa e à ordem do capital; bem como sobre o seu presumível maior desafio na atualidade.

De um sindicalismo de confrontação transita-se, então, para uma modalidade de sindicalismo negocial. (...) Recuperar, no início do século XXI, um novo sentido de classe, de base e de autonomia dos sindicatos talvez seja seu desafio mais fundamental. (Antunes, 2011, p.88).

Alves Giovanni afirma que há no país uma crise do discurso sindical, no próprio núcleo hegemônico do sindicalismo brasileiro. No início do século XXI, o discurso sindical anda carente de novas utopias sociais capazes de mobilizar as lideranças e desenvolver as condições subjetivas das classes trabalhadoras. Não é só a burocratização de sua estrutura, mas a própria crise de seu “intelectual orgânico”, o partido, incapaz de emular tais utopias no mundo do trabalho brasileiro. O sintoma da crise do sindicalismo no país lhe aparece na identificação com o ideário da empresa e

Fernandes, 1991, p.41-42). Leiam também o que diz Cardoso sobre o relacionamento do PT com a social-democracia. In: **CARDOSO, F.H.** Social-Democracia e outros percursos contemporâneos, 2010, p.13-24.

adaptação à ordem do capital e na perda concomitante do lastro utópico e político do sindicalismo.

(...) é possível afirmar que existe uma crise do discurso sindical, incapaz de ir além do horizonte corporativo em que está imerso (...). Podemos dizer que o núcleo hegemônico do sindicalismo brasileiro da década de 2000 está carente de utopia social capaz de mobilizar lideranças de base e desenvolver a consciência de classe. Na medida em que esse núcleo hegemônico desvinculou-se ou perdeu a direção política de projetos históricos de emancipação social, ele perdeu a sua capacidade de ir além de seus próprios limites. A burocratização de suas estruturas, e não apenas isso, a crise de seu “intelectual orgânico”, o partido, criou uma ideologia do sindicalismo que não consegue destilar esperança e catalisar forças anímicas capazes de mobilizar novas utopias sociais no imaginário de largos espectros do mundo do trabalho. Essa talvez seja a verdadeira crise do sindicalismo. O sintoma é a sua identificação com o ideário da empresa; em busca do desempenho corporativo e da mera adaptação à ordem do capital, descartando o lastro utópico e político do sindicalismo. (Alves, 2009, p.462 e 470)

Sabemos que a década de 2000, quase toda ela, foi governada pelo Partido dos Trabalhadores em aliança com tantos outros partidos. Vimos com Florestan que ainda nas eleições de 1994 *o PT apresentou um programa de governo com um teor social-democrático, já que era um sonho acelerar os ritmos históricos sem que os de baixo alcançassem maior solidariedade e efetiva socialização política*. A análise de Fernando Henrique sobre a *Social-democracia e outros percursos contemporâneos*²³⁴, embora não atribua na herança do PT (e nem na do PS chileno) à inspiração da social-democracia europeia, não deixa margem à dúvida de que o PT (assim como o PS chinelo) sofreu uma mudança ideológica, nem sempre reconhecida, e atua(m) na prática como social-democrata(s).

(...) algumas correntes que não eram de inspiração social-democrática, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, o Partido Socialista no Chile (...) passaram a atuar como partidos social-democráticos (...) [que] nem sempre reconhecem a mudança ideológica que sofreram. Mantêm o qualitativo de “socialista” ou de “partido dos trabalhadores” nas legendas, mas na prática são social-democratas. (Cardoso, 2010b, p.13).

Fim do sonho socialista e avanço da utopia da social-democratização capitalista (globalizada) no Brasil (e no Chile)?²³⁵ Ambas as utopias se enlaçam no vir a ser? O

²³⁴ In: **CARDOSO, Fernando Henrique**. *Xadrez internacional e social-democracia*, São Paulo : Paz e Terra, 2010, p.13-28.

²³⁵ Poderíamos também nos perguntar se a social-democracia brasileira (e chilena) está mais próxima de Smith (lembremos que no seu tempo ela nem mesmo havia nascido), de Marx, Berstein, Polanyi ou de Townsend, Malthus, Ricardo, Hayek, Friedman, Mises, Lippmann etc.? Meu palpite é que o discurso é um tanto próximo do de Polanyi, ao menos no Brasil, mas à prática mais se aproxima da dos ilustres membros da sociedade do *Mont Pelerin*, ao menos no Chile, ou melhor, mais forte no Chile. Lá porque foi o laboratório (1975) e ainda é modelo para o Banco Mundial e o FMI, não sei se mais “o” modelo na América Latina, mas até ontem modelo. Isso para a tristeza e desalento da utopia socialista que deve estar

capitalismo formado floresceu em nosso país (e no Chile)? Mantida viável a utopia social-democrática, cabe ainda dizer mais algumas palavras sobre os avanços econômico-sociais apoiados por práticas social-democráticas, bem como os desafios que tem pela frente diante de uma sociedade em crescente fragmentação (Cardoso, Giambiagi e Benício). Quanto à utopia socialista, cabe explicitá-la um pouco melhor bem como apresentar os presumíveis ganhos econômico, sociais e políticos no curto

cansada após quarenta anos de dificuldades. Pior para quem sofre na pele. E quanto mais próximo de Polanyi, na teoria e na prática, tanto mais vivo o componente socialista que há (ainda há?) na utopia social-democrática? Vejamos aqui um esboço sintético de certo percurso da social-democracia no decorrer de fins do século XIX até a atualidade. Para tanto, resgato inicialmente a assertiva de Hobsbawm (ver capítulo teórico-histórico) de que desde Berstein que a social-democracia europeia passou a aceitar na prática à tese de que a melhoria das condições de trabalho sob o capitalismo era a principal tarefa a seguir, e passou a conviver numa simbiose do trabalhismo com o florescente sistema econômico, desde princípio do século XX até antes do ‘estourar’ da Primeira Grande Guerra. Poderíamos assim dizer que sua corrente reformista (Karl Kautsky, Eduardo Bernstein...) progressivamente se sobrepôs, na subjetividade coletiva e na concretude, à sua corrente revolucionária (Rosa Luxemburgo e Leibknecht...)? E que tal sobreposição durou entre os anos de fins do século XIX até antes da Primeira Guerra Mundial? Depois, na *Era da Catástrofe* (1914-1945/47) apenas os principais redutos do capitalismo mantiveram firmes os alicerces da simbiose reformista. No Velho Mundo deu tudo errado porque faltou à prosperidade necessária para as concessões ao movimento operário. Não passaram então os social-democratas europeus, assim como os adeptos da social-democracia em outras tantas partes do Terceiro Mundo, a ver na revolução e na posterior construção de uma nova sociedade socialista uma perspectiva melhor do que a vagarosa marcha avante das reformas? Não ascendeu o componente socialista na social-democracia europeia e mais além? E mais adiante, na *Era Dourada* (1945/47-1973/75), não terá ocorrido movimento contrário, ascensão do componente reformista na social-democracia europeia e mais além? Não foi esse o período em que o modelo revisionista do movimento operário prevaleceu? Período em que a simbiose reformista foi promovida de forma mais sistemática? E que tanto a política quanto a economia foram reformadas no sentido da diluição das tensões capital-trabalho? Sim, sim, mas possivelmente apenas nos principais redutos do capitalismo, dado que em outras tantas partes do mundo não havia base alguma para às políticas da social-democracia, nem de longe as reformas bersteinianas, e muito menos o que restou do teor revolucionário. Já no *Desmoronamento* (1973/1975-1991?), quando a política de reformas não mais rendia seus bons frutos econômico-sociais e passou a vigor a economia do “fundamentalismo de mercado” sem política, quem ascendeu foram os apologistas do *laissez-faire*. Foi nesse tempo que o “novo trabalhismo” passou a se identificar, “em tons variados”, com a sociedade orientada para o mercado, que a social-democracia europeia abandonou Berstein, e que o socialismo social-democrata se viu órfão de sua tradicional alternativa ao capitalismo. As velhas ideologias da esquerda socialista se desvaneciam ao passo que os mais diversos governos, incluindo governos social-democratas, eram seduzidos por ideologias individualistas de liberalismo econômico radical. Foi nesse tempo que os fiéis do credo da *reductio ad absurdum* chegaram ao “fim da história” numa “imperturbável vitória do liberalismo econômico e político”. Nos últimos anos, foi à própria ideologia do puro individualismo que também se viu desamparada. Não foi só a economia soviética que faliu e desamparou a ideologia do puro coletivismo. Também a patente falência da economia do “fundamentalismo de mercado” desamparou os ideólogos neoliberais. Hobsbawm não concebeu no futuro próximo à volta nem da ideologia do puro coletivismo, tampouco do puro individualismo; constatou a permanência da luta de classes, apoiada ou não por ideologias políticas, e o prosseguimento da política, ainda que só em parte como política de classes; e, por fim, defendeu a atuação política na luta pela melhoria social, atuação do Estado e das demais autoridades públicas, por considera-las às únicas instituições que são capazes de distribuir o produto social entre os seus povos de forma humana e de atender necessidades que simplesmente não podem ser satisfeitas pelo mercado. Afinal, os ideólogos do puro coletivismo são os ideólogos socialistas reformistas? Os ideólogos do puro individualismo são os apologistas do *laissez-faire*? No meio do caminho estão os defensores da social-democracia do após o abandono de Berstein e os socialistas revolucionários? Não creio que seja tão simples assim. É certo que a síntese acima nos fala dos vais-vens que ascenderam e apagaram os componentes socialista e reformista da utopia social-democrata, mas mais no “mundo rico” do que no “resto do mundo”, e nada no Chile nem no Brasil.

prazo, sobretudo ao longo das duas últimas décadas. (Fernandes, Oliveira, Pochmann). Caberia também retomar algumas questões, a começar por saber o quão longe fomos nas concessões ao nosso *welfare state*? O reformismo já deu todos os seus frutos? E outras tantas que ultrapassam em muito os limites desta tese, como *O que fazer* para desatar ou aprofundar à revolução contra a ordem no país, como ascender os ânimos das classes trabalhadoras e superar a crise do sindicalismo brasileiro etc?

Utopia viável? Política social-democrática, resultados e desafios.

Vimos com FHC que ao longo dos anos de 1994 a 2002 o país criou condições para irradiar *uma nova etapa de desenvolvimento econômico* ao tempo em que passou por um conjunto de turbulências financeiras e políticas. Estávamos preparados para dar um salto qualitativo na resolução do problema da justiça social e na retomada do crescimento econômico sustentado e audaz e no erguimento de uma economia mais competitiva no cenário internacional. Para tanto, o desafio era tornar a economia brasileira atrativa, previsível e estável, erigir um Estado regulador, o Estado necessário. Um conjunto de reformas foi posto em marcha. A abertura econômica foi mantida e aprofundada. Privatizações foram realizadas e criadas agências reguladoras. A inflação foi controlada, com o real “seguro”. Buscou-se um maior equilíbrio macroeconômico externo e interno. Foi erguido o tripé que passou a orientar a política econômica desde 1999, cambio flexível/ajuste fiscal/metad de inflação. Em suma, *a estabilidade foi conquistada*. Mas na área econômica havia ainda que consolidar a estabilidade, avançar na parte fiscal, definir regras de cambio compatíveis com o crescimento mais sustentado e mais audaz. As condições foram criadas, mas ainda era preciso irradiar a *nova etapa de desenvolvimento econômico com justiça social*. Ainda era preciso completar as reformas do Estado. *Os fundamentos da estabilidade*²³⁶ (Cardoso) e *Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC*²³⁷ (Giambiagi) dão conta de forma mais detalhada dessas batalhas. Sublinho aqui inicialmente apenas alguns trechos em que Cardoso fala sobre o caminho trilhado pelo Brasil nos últimos anos; sobre as conquistas do país; sobre as semelhanças e diferenças que marcaram e marcam o PSDB

²³⁶ In: **CARDOSO, Fernando Henrique**. Xadrez internacional e social-democracia. São Paulo : Paz e Terra, 2010, p.143-166.

²³⁷ In: **GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André, CASTRO, L. Barros & HERMANN, Jennifer**. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro : ELSEVIER, 2005.

e o PT; e sobre a política de inspiração social-democrata, que desde o seu governo vem sendo praticada, ao menos em suas linhas gerais.

País com maior diversificação econômica do que qualquer outro da região, bem como com obstáculos também incomparáveis para superar a pobreza e as desigualdades sociais, suportou a abertura da economia, as reformas do Estado (ainda incompletas) e conseguiu levar adiante a democratização, apesar das taxas de crescimento do PIB relativamente baixas dos últimos 15 anos. A resiliência das estruturas econômicas e das instituições democráticas, somada à existência de uma sociedade civil vibrante, permitiu respostas mais positivas ao desafio de instituir a democracia e ampliar a participação no mercado global. Diferentemente da experiência chilena, que se apoiou em consensos econômicos, no caso brasileiro as fortes disputas políticas entre os dois partidos polarizadores, o PT e o PSDB, não prejudicaram a continuidade daqueles dois processos. As diferenças entre os partidos finalmente mostraram ser menos de cunho ideológico do que de luta poder. Uma vez no poder, o PT seguiu as linhas gerais das políticas anteriores. (...) Muito mais do que seguir um modelo neoliberal, a política adotada no Brasil seguiu a inspiração de uma social-democracia globalizada, isto é, que leva em conta a força dos mercados, mas compensa seus abusos controlando-os no que pode, e desenvolve políticas sociais capazes de combater a pobreza e de reduzir desigualdades. No plano econômico foram aproveitadas as chances abertas pelo mercado global, aprofundaram-se as transformações estruturais que vinham de antes, e o que parecia uma impossibilidade é hoje uma realidade. (...) Simultaneamente foram lançados programas sociais de vulto, tanto de natureza universal (saúde e educação), como específicos (reforma agrária e programas de proteção social e distribuição direta de renda). (Cardoso, 2010b, p.114-115).

Agora vejamos melhor os frutos econômico-sociais que a prática da social-democracia brasileira ajudou de algum modo a construir. No plano econômico, o Quadro 12 abaixo registra uma síntese de indicadores macroeconômicos entre os anos 1995-2002. Por aí se vê que as taxas médias de crescimento do PIB foram baixas, considerando os dois períodos, 2,6% em média durante o primeiro mandato e 2,1% no segundo. A inflação se manteve muito abaixo do que vinha sendo registrado havia décadas. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) baixou de 19,8% para 19% entre os dois mandatos, considerando as médias. A balança comercial após registrar fortes déficits durante todo o primeiro mandato passou a registrar superávits no segundo mandato. Mas o saldo negativo em conta corrente, mesmo ‘aliviando’ um pouco os déficits, se manteve acima dos R\$20 bilhões ao ano. E certa vulnerabilidade externa, tomada pela relação entre a dívida externa líquida/exportações de bens, foi elevada, de 2,8 para 3,3.

Quadro 12. Economia Brasileira: síntese de indicadores macroeconômicos 1995-2002 (médias anuais por período)

	1995-98	1998-02
Crescimento do PIB (% a.a.)	2,6	2,1
Inflação (IPCA dez./dez., % a.a.)	9,4	8,8
FBCF (% PIB a preços constantes)	19,8	19,0
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a)	4,1	4,2
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a)	14,9	-4,9
Balança comercial (US\$ bilhões)	-5,6	3,5
Saldo em conta corrente (US\$ bilhões)	-26,4	-20,1
Dívida externa líquida/Exportações de bens	2,8	3,3

Fonte: Giambiagi, 2005, p.181.

Sobre *O mercado de trabalho: 1995/2002*²³⁸, Fábio Giambiagi avalia que “os problemas principais” do emprego no país se deram durante o primeiro governo FHC, uma vez que a taxa de desemprego calculada pelo IBGE subiu de 5,1% em 1994 para 7,6% em 1998, e desceu para 7,2% (estimativa) em 2002.²³⁹ Já nas suas *Conclusões*²⁴⁰ sobre a análise que fez dos dois governos FHC, Giambiagi assim sintetiza um denominador comum e os lados negativos e positivos de sua gestão:

Como denominador comum a ambos governos, a justa preocupação com o combate à inflação e, do lado negativo, a contínua expansão do gasto público: a despesa primária do governo central passou de 17% do PIB em 1994, para 20% do PIB em 1998 e 22% do PIB em 2002. Isto é, a consolidação da estabilização e o fim de um processo histórico de 30 anos de indexação (1964-1994) são a parte boa do balanço de um período que, por outro lado, esteve associado a baixo crescimento, aumento de quase 1% do PIB por ano da carga tributária e uma pesada herança de elevado endividamento externo e fiscal. No final da sua gestão, como saldo positivo – intangível, porém muito importante – FHC deixou, fundamentalmente: (1) um “tripé” de políticas – metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal – que, se mantidas ao longo de anos, poderiam criar as condições para o desenvolvimento econômico futuro com inflação baixa e equilíbrios externo e fiscal; e (2) um elemento bastante robusto de mudanças estruturais importantes, com destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal; a reforma parcial da Previdência Social; o ajuste fiscal nos estados; o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações; e a reinserção do Brasil no mundo, através da obtenção de fluxos de IDE de, na média, quase US\$20 bilhões/ano nos oito anos, com perspectivas concretas de continuar a serem expressivos nos anos seguintes, ainda que em doses menores, pelo esgotamento do processo de privatização. Em contrapartida, em relação às expectativas que se tinham no início da estabilização, FHC ficou devendo a reforma tributária, o desenvolvimento de um mercado de crédito (ainda atrofiado pelos juros altos quase 10 anos depois do Plano Real) e a superação duradoura da vulnerabilidade externa do país, problema antigo que, inclusive, se agravou no seu primeiro mandato. Por último, cabe uma nota importante para alguns avanços institucionais registrados em diversos campos nesse período. Em particular, a partir de 1999 adotou-se, na prática, embora não formalmente, um regime de funcionamento

²³⁸ In: GIAMBIAGI, Fabio. 2005, p.192-193.

²³⁹ “... no Brasil (...) a oferta de emprego não acompanhou a oferta de mão de obra”. (Cardoso, 2010b, p.119).

²⁴⁰ Idem, p.193-194

autônomo do Banco Central; a instituição presidencial foi revalorizada; os ritos da democracia foram rigorosamente seguidos; e, o que não foi pouco, oito anos de um governo civil se encerraram na data prevista e com a passagem normal do cargo para o sucessor. (Giambiagi, 2005, p.193-194).

Já ultrapassando os limites do governo FHC, Benício Viero Schmidt dizia (em meados de 2004)²⁴¹ que “o país está se diferenciando”, que “o governo Lula nasceu de um embalo ilusório, mas o realismo vai tomando lugar importante nas decisões. Tudo isso é um largo e pesado trajeto, ao qual nos adaptamos e buscamos maior eficiência das organizações e mais eficácia das suas políticas. O avanço democrático, todavia, continua seu percurso” (2006, p.213). A adaptação da ordem política e administrativa nacional aos desígnios da *nova ordem mundial emergente* fora real. Para Schmidt (2001, 2013), o Estado brasileiro (e não só) vem assumindo ao longo das duas últimas décadas a feição de um “*Leviatã acorrentado*”, “passivo de progressivo encurralamento (ou captura)” – com importantes desafios não apenas para as funções de governo e de administração como para a própria *governabilidade* –, mas cuja *superação já está desenhada*. Isso porque o ajuste estrutural, a nova referência história, “veio pra ficar” (e por diversas razões), e com ele a *possibilidade de associar democracia e liberalismo econômico*.

O ajuste estrutural implica a superação histórica do modelo keynesiano, estuário onde repousou todo ideário populista-desenvolvimentista, a partir dos anos 50. (...) Tudo e todos assentados no prisma da diminuição sensível do tamanho do Estado, não necessariamente de seu poder de intervenção, e tendo como umbral o aumento da capacidade de competição dos vários fatores envolvidos. (...) ele é um marco divisório entre duas eras da expansão capitalista contemporânea. O ajuste estrutural veio para ficar como uma referência histórica, por várias razões. Algumas delas dizem respeito à própria lógica interna do regime de acumulação, buscando-se a austeridade fiscal e monetária, como modo de contornar-se os impedimentos à integração mundial através da submissão à estrutura financeira internacional, com seus capitais móveis e voláteis. Outras razões dizem respeito à própria pressão criada pela expansão da representação política, no âmbito de sistemas nacionais politicamente abertos à predominância de canais formais democráticos. Estamos, aparentemente, em mais uma difícil e inescrutável encruzilhada do longo caminho que pode associar democracia e liberalismo econômico. (Schmidt, 2001, p.03).

A *democracia representativa*, como paradigma de reorganização do sistema de relações internacionais, aparece como marca da nova época (Schmidt, 2013), e no Brasil atual parece seguir aprofundando o seu curso.

²⁴¹ Vejam a entrevista que Benício Viero Schmidt concedeu em julho de 2004, e que foi posteriormente (2006) publicada no livro *Conversas com os sociólogos brasileiros*, p.203-218.

Quanto ao legado positivo da liberdade econômica para o país, Cardoso sublinha o fato de o mesmo ter se tornado exportador de produtos sofisticados (como aviões e celulares), desenvolvido tecnologias próprias (a exemplo da exploração de petróleo em águas profundas), revolucionado a agroindústria, com a Embrapa à frente. Destaca que empresas brasileiras (talvez cerca de três dezenas delas) tornaram-se *global players*, que *o setor produtivo se globalizou no Brasil* (assim como no Chile), e não só pela presença de multinacionais no país mas pela transformação de empresas locais em grandes exportadoras e inversoras no mercado internacional. Ressalta o dado de que o Brasil, país que sempre teve pauta de exportações mais diversificadas comparado aos latino-americanos, exportou no ano de 2006, 18% para os Estados Unidos, 22% para a União Europeia, 23% para a América Latina e 37% para outras partes do mundo. E registra que 60% das exportações, pelo menos até 2008, se compuseram de produtos industrializados.²⁴²

Em *O Brasil em busca de autonomia pela inserção*²⁴³ e *Os desafios da globalização*²⁴⁴, Cardoso defendeu a ideia de que “bem ou mal (...) o Brasil enfrentou a primeira onda da nova globalização, a da década de 1970, defendendo o que conquistara, embora temeroso de novos avanços” (2010b, p.173). “Fomos nos ajustando progressivamente aos reclamos do comércio internacional” (idem, p.178). O processo brasileiro de integração competitiva avançou, mas o país “não tem condições para ocupar uma posição verdadeiramente central, mas se aproxima do grupo de países economicamente relevantes na cena mundial” (ibidem, p.185).

No plano social, cabe primeiro enfatizar com ele que o conjunto das *Políticas sociais no Brasil*²⁴⁵, desde os programas sociais universais e específicos levado a cabo pelo Estado brasileiro, sobretudo ao final de seu governo até a continuidade e aprofundamento dos mesmos durante os governos posteriores (Lula e Dilma), foi caracterizado como “políticas social-democráticas de redução da pobreza e de aumento do bem-estar social”. Segundo, dizer que tais políticas social-democráticas operaram convergentemente na direção de seu objetivo, qual seja, compensar os abusos do mercado e os efeitos adversos do ajuste. Por fim, concluir com ele que o “patrimônio social-democrático”, isto é, os resultados das políticas sociais na melhoria das condições de existência, sobretudo junto às camadas menos favorecidas da população, avançaram,

²⁴² Ver Cardoso, 2012b, p.114, 115 e 119.

²⁴³ Idem, p.173-185.

²⁴⁴ Ibidem, p.185-193.

²⁴⁵ Ibidem, p.195-220.

mas ainda são avanços insuficientes²⁴⁶. “A melhoria futura vai depender de maior entrelaçamento entre os formuladores de políticas públicas, seus executores e os beneficiários” (2010b, p.215).

Quanto aos desafios básicos dos social-democratas brasileiros (e latino-americanos em geral), Cardoso identifica-os na redução da miséria e da pobreza; na inclusão social; na redução das desigualdades (em menor medida); no respeito e melhoria das instituições democráticas; em ligar as empresas ao Estado (e não aos governos) para que garantam atuação pública em prol de cidadãos e consumidores; em evitar o monopólio e incentivar a concorrência; em promover a gestão e a eficiência; no respeito às regras do mercado; e na urgência do desenvolvimento econômico.

Os desafios (...) eram e são (...) basicamente, os da miséria e desigualdade, o da precariedade das instituições democráticas e o da urgência do desenvolvimento econômico (...) para os social-democratas latino-americanos as privatizações são ferramentas a serem utilizadas, mas não excluem a permanência de empresas públicas em áreas que possam ser úteis para o crescimento econômico, conforme os interesses e as tradições de cada país. A questão central é outra: quanto menos essas empresas agirem como repartições estatais – em benefício de governos e dos partidos – e mais como públicas, em benefício dos cidadãos e dos consumidores, melhor. Do mesmo modo, quanto mais seja possível evitar o monopólio, mesmo estatal, em benefício da concorrência, melhor. Neste caso as empresas públicas são mais ligadas ao Estado do que aos governos. Obedecerão as regras de mercado e suas ações serão transparentes, sempre reguladas por agências independentes do jogo político. Visarão ao interesse do Tesouro (pagando impostos), mas também ao dos contribuintes, dos consumidores e, no caso das empresas mistas, dos acionistas. Há, portanto, para os social-democratas latino-americanos (valha a liberdade de expressão) uma relação intrínseca entre democracia, gestão, eficiência, benefício social e resultados econômicos. (...) o que marca os objetivos centrais das políticas de inspiração social-democrática em nosso continente é a redução da pobreza e, em menor proporção, das desigualdades sociais, com a manutenção do respeito às regras da democracia e do mercado (...). A combinação entre taxas razoáveis de expansão do PIB, pressão da sociedade, integração à economia global e, sobretudo, políticas sociais consistentes vem permitindo aumentar a inclusão social e reduzir a pobreza em países como Brasil, Chile, Uruguai, México, Costa Rica e outros mais. (Cardoso, 2010b, p.18, 24 e 26).

Em nova síntese os desafios eram e continuam sendo radicalizar a democracia, dar um salto qualitativo na resolução do problema da justiça social, da equidade social, da redução da miséria e da pobreza, em tornar a economia brasileira atrativa, previsível e estável, mantendo os fluxos internacionais em expansão de comércio, investimento e tecnologia para quem sabe finalmente irradiar o horizonte de crescimento econômico mais sustentado e mais audaz, e tornar nossa economia ainda mais competitiva no cenário internacional. Daí se conclui que as tarefas práticas do regime social-

²⁴⁶ Retomaremos, no próximo item, dados mais detalhados e atualizados em relação a emprego, renda, desigualdade, pobreza e miséria etc.

democrático em nosso país ainda não foram todas concretizadas, tais como expandir a maior riqueza e combater à pobreza. O potencial da social-democracia brasileira no capitalismo vigente não foi saturado. E o que dizer quanto ao avanço de sua burocracia e sobre suas calibrações na revolução democrática? Essa é uma questão que ultrapassa os meus conhecimentos no presente e assim também para os propósitos desta tese, mas que é central para uma maior compreensão sobre os rumos e potencialidades da evolução democrática no país. O que parece certo é que a social-democracia brasileira não parou, que sua utopia (ainda que com importantes alterações) segue viável. Mas o que dizer da utopia socialista? Questionado sobre se o socialismo poderia ser reconstruído como utopia, Schmidt respondeu (há quase uma década) acreditar “no nexo necessário entre socialismo e democracia. Não posso imaginar um mundo (...) pautado por um modelo de uma grande Cuba. (...) Mas, de acordo com o ideário social-democrata, acredito que o socialismo ainda é uma utopia de grande referência” (2006, p.213).

Utopia desfeita? Perdas e ganhos conjunturais

Durante a sua campanha para deputado federal pelo PT, em julho de 1990, Florestan saiu *Em defesa do socialismo*²⁴⁷, conclamando os partidos de esquerda no Brasil a unir as massas populares excluídas, as classes trabalhadoras e os setores radicais da pequena burguesia ou das classes médias para avançar no processo de liberação nacional e liberação dos oprimidos e dos “menos iguais”. Alertou que o desafio maior do socialismo, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, deveria ser travado não apenas com o inimigo mais fraco, dos donos do poder brasileiros e latino-americanos, mas calibrado à luz do inimigo mais forte e hegemônico, os detentores de um sombrio “destino manifesto” e “seus aliados”. O Brasil (assim como os demais países da América Latina) deveria(m) proceder à seguinte escolha: “ser “quintal” dos Estados Unidos ou “marchar para o socialismo”? A seu juízo estávamos “entalados entre um presente odioso e um futuro pior. O mandonismo de uma classe dominante insensível hoje; e sua intermediação de uma dominação externa repelente amanhã” (1995a, p.214). No vir a ser das relações entre os Estados Unidos e o Brasil, prognosticou um possível (mas não inevitável) quadro desolador de rendição

²⁴⁷ Opúsculo divulgado em julho de 1990 e reproduzido em 1995 no livro *Em busca do socialismo*.

incondicional do Brasil aos Estados Unidos; do nascimento aqui de um indesejável estilo de vida vindo deles; e de uma transação não vantajosa que poderá levar-nos a uma desumanização.

A internacionalização da economia, da cultura e do Estado significará, para nós, a rendição incondicional aos Estados Unidos. As compensações serão atraentes quanto ao nível de vida material dos estratos situados acima do nível de pobreza (sem distinguir entre a pobreza “relativa” e a “absoluta”, que seria o mesmo que separar a cadeira elétrica da força). (...) Nessas condições, o que é indesejável nos Estados Unidos renascerá aqui como estilo de vida. Impõem-se não esquecer: a alienação ou a brutalização produzida no trabalhador sob o capital industrial nos Estados Unidos resulta de todas as instituições-chave em conjunto. Não se configura, aí, uma transação vantajosa. A desumanização constitui o produto final de muitos fatores convergentes incontroláveis. E eles são absolutos, disfarçados, endeusados: da educação à igualdade de oportunidades e à democracia erigem-se vários biombo que escondem a realidade (que os cientistas sociais explicam para a minoria esclarecida e “responsável”, interessada em manter por qualquer meio o *status quo*) e sacrificam a pessoa ao culto da competição, do lucro e da lei do mais forte. (Fernandes, 1995a, p.213-4 [1990]).

Florestan dizia que *o socialismo preservou-se como “a única alternativa viável de superação do capitalismo em seu apogeu histórico”*; concebeu que são paupérrimas as compensações materiais oferecidas pelo mundo capitalista diante das utopias igualitárias e libertárias, de fraternidade e felicidade entre os seres humanos; e prognosticou que “os anseios pela construção do socialismo terão fortes probabilidades de assumir um caráter ético e de tomar conta das consciências e do comportamento coletivo” caso “as nações capitalistas não jogarem muito dinheiro para sufocar as tensões por igualdade, liberdade, liberdade e humanismo integral”. (idem, p.202 e 212).

É certo que os que têm interesse pelo futuro não podem ignorar as forças contrarrevolucionárias que defendem ativa ou violentamente a ordem social burguesa, nem tampouco as forças revolucionárias que as combatem. Em seu último livro, *A contestação necessária*, Florestan alertava para as dificuldades da análise sociológica da correlação entre essas duas forças conflitivas, de seus complexos micro macroeconômicos, sociais, culturais e políticos. Num plano mais macro, argumentava que a vitória de uma civilização não indicava a “morte” ou o “fim” da outra. Novas correlações de forças humanas viriam decidir *o que sobreviveria, a civilização com ou sem barbárie no longo prazo ou combinações imprevisíveis no curto prazo?* Dizia que os ritmos históricos entre a civilização capitalista e a emergente civilização semi-socialista eram desiguais, e que os ritmos mais rápidos e fortes deslocaram os ritmos mais lentos e fracos. Os ritmos mais rápidos e fortes eram ditados por uma “onda conservadora” cujo centro dinâmico encontrava-se nos países em que o capitalismo se

redefiniria em função da “globalização” da economia mundial e das transformações do Estado para fins de adaptar a sociedade civil ao “neoliberalismo” e à conseqüente modernização. Às questões que então se colocava era saber o que o capitalismo monopolista automatizado remetia e arrancava daqueles países da periferia, subcapitalista ou em desenvolvimento capitalista, nos quais a lenta transição para o socialismo não havia sido ainda arrasada? Ciência, tecnologia, tecnocracia racionalizada seriam enfim colocadas a serviço de homens livres e iguais ou serviriam apenas à concepção romana de riqueza, grandeza e poder, repetida no “destino manifesto” dos Estados Unidos e na conglomeração de potências que encarnavam a mesma aspiração de alcançá-la? Qual seria a essência civilizatória desse “capitalismo ultramoderno”? Conteria ele a propensão para abolir as classes sociais, a dominação de classes e a sociedade de classes ou ocultaria tal propensão numa miragem chamada “neoliberalismo”? Mas que razões poderiam impor o “neoliberalismo” como fator de controle na criação do pensamento e nos incentivos do conformismo a uma ordem “pós-capitalista”?²⁴⁸

Uma civilização que repousa na riqueza, na grandeza e no poder por quaisquer meios há de exigir um sistema social de exclusão, opressão e repressão. Pode até manter-se e reproduzir-se liberando suas potencialidades fascistas e racistas, devastando a natureza, a humanidade e a cultura. Mas sua estrutura, funcionamento e ritmos históricos arruinam seus alicerces e sua perenidade. Pouco importa que seus agentes históricos não sejam exclusivamente proletários ou todos aqueles que repudiam a iniquidade como estilo de vida.²⁴⁹ Para Florestan, as contradições do capitalismo de então aumentavam sem cessar, ao ponto de encurtar o espaço até da social democracia associada à reprodução da ordem social vigente. A escolha entre o colonial, o privilégio e a rebelião poderia crescer segundo ritmos históricos lentos e sinuosos. Mas tal escolha não se desvaneceria como as nuvens, a menos que a subalternização penetrasse e paralisasse os que sofrem com a opressão e a miséria, sucumbindo à condição de escravos: “os condenados da terra têm o que fazer e, se eles não fazem, a história estaciona”.²⁵⁰ Daí toda a *defesa do socialismo*, pois “é no socialismo, redefinido de acordo com sua essência, que se corporifica a restauração da capacidade dos seres humanos de intervir construtivamente na natureza, na civilização e na perenidade da

²⁴⁸ Fernandes, 1995b, p.71, 72, 08, 63 e 24.

²⁴⁹ Fernandes, 1995b, p.62.

²⁵⁰ Fernandes, 1995b, p.17-8; 1981, p.11.

vida no universo” (1998, p.209); “somente o socialismo – e note-se: *o socialismo revolucionário – contém a chave de uma alternativa para a vontade de viver!*”. Diante de tal perspectiva, o marxismo ganhava plena atualidade e necessidade, mas com um importante aprendizado: “*o desfecho se apresenta em um quadro no qual já conhecemos a natureza das revoluções e do desenvolvimento do socialismo na periferia mais pobre do mundo capitalista*”. (1995a, p.214, grifo nosso).

Em suas *Reflexões sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores*²⁵¹, num diálogo com os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema, interior do Estado de São Paulo, Florestan argumentava que vivíamos numa época histórica muito distinta e na qual tínhamos que *procurar outras vias para se chegar à revolução e ao socialismo*. Isso lhe pareceu muito claro e deveria ser *o ponto de partida da reflexão socialista revolucionária*. Acreditou ser esta uma perspectiva viável. Para tanto, as técnicas de revolução precisavam ser alteradas e adaptadas às condições tecnológicas, produtivas e históricas do mundo. O paradigma não estava no passado, mas na relação do presente com o futuro. Em meados dos anos 1990, avaliou ser difícil imaginar o futuro da perspectiva socialista, mas se mostrou convicto da necessidade da alternativa socialista revolucionária, e dizia que ainda “não sabemos como torná-la vitoriosa. O desafio “que fazer?” complicou-se para os de baixo”. Para tornar a alternativa socialista vitoriosa no Brasil, a classe trabalhadora teria que estabelecer estreitos laços não apenas com o setor agrário, mas também com a pequena burguesia, os intelectuais radicais e estratos que se situavam na chamada classe média. A sua força destrutiva precisava ser vista como “uma totalidade e em todo o seu vigor”. (idem, p.240-241).

Passados quase 20 anos destas observações, o que vemos do ímpeto da utopia socialista no Brasil Atual? A pautar-nos pelo pensamento crítico de Francisco de Oliveira as esperanças são desanimadoras. Parece-me que tal utopia fora desfeita, está completamente soterrada. Uma vez eleito pela sabedoria popular, o que fez o nítido representante dos “de baixo”, cujas esperanças Florestan tanto depositou? Erigiu uma *Hegemonia às avessas*²⁵² como sugeriu Oliveira?

²⁵¹ In: **FERNANDES, Florestan**. Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos. São Paulo : Xamã, 1995a, p.217-245.

²⁵² In: **OLIVEIRA, Francisco., BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele**. (Orgs.). São Paulo : Boitempo, 2010a, p.21-27. Uma primeira versão foi publicada em janeiro de 2007 na revista Piauí.

Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas” típica da era da globalização. (...) A “longa era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira à resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, (...) Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa. Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. (...) Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária. (...) Caso o programa Bolsa Família experimente uma grande ampliação, o que será possível simplesmente com uma redução de 0,1% do superávit primário, os fundamentos da “hegemonia às avessas” estarão se consolidando. Trata-se de um fenômeno que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. (...) Não é patrimonialismo (...). Não é patriarcalismo (...). Não é populismo (...). Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação e exploração desenfreada. (...) é uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada. (Oliveira, 2010a, p.24-27).

Em *O avesso do avesso*²⁵³ Oliveira voltou à avaliação da “hegemonia às avessas” e aos resultados que ela produziu. Primeiro recordou que apesar de Lula não ter recebido um mandato revolucionário dos eleitores, tal mandato (o primeiro) era, sem dúvida, intensamente reformista, presumindo avanços na socialização da política, alargamento dos espaços de participação nas decisões da grande massa popular, além de intensa redistribuição de renda e uma reforma política e da política que pusesse fim ao patrimonialismo. Depois afirmou que “os resultados são o oposto do que mandato avalizava”. (2010b, p.369). E o que ele viu n’*O avesso do avesso* na economia, no social e na política?

Que se pode ver no avesso do avesso? Começando pela economia, que tem sido o argumento maior da era Lula: sua taxa de crescimento médio nos seis anos é inferior à taxa histórica da economia brasileira e, em 2009, previa-se uma queda relativa que o levaria de volta à performance de seu antecessor imediato (...). O crescimento tem se baseado numa volta à vocação agrícola do país, sustentado por exportações de commodities agropecuárias – o Brasil, um país de famintos, é hoje o maior exportador mundial de carne bovina – e de minério de ferro, graças às pesadas importações da China. Com o simples arrefecimento do crescimento chinês, que de 10% ao ano regrediu para uns 8%, a queda das exportações brasileiras já provocou uma forte

²⁵³ In: OLIVEIRA, Francisco., BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele. (Orgs.). São Paulo : Boitempo, 2010b, p.369-376.

retração do PIB agropecuário. As exportações voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978. (Oliveira, 2010b, p.373).

Em trabalho anterior, *A dominação globalizada*²⁵⁴, já havia chamado atenção para o “crescimento medíocre” da economia brasileira, e não apenas ao longo do governo Lula, mas também abrangendo governos anteriores do “chamado ciclo neoliberal”. E aqui é interessante observar como tal “ciclo” fora identificado como um “ciclo anti-Polanyi”, ante o seu projeto socialista-democrático de deter a autonomia do mercado e dos capitalistas.

O chamado ciclo neoliberal, que começa com Fernando Collor e já está com seus quase vinte aninhos com Lula, é um ciclo anti-Polanyi, o magistral economista e antropólogo húngaro radicado na Inglaterra. O projeto do socialismo democrático de Karl Polanyi começava por deter a autonomia do mercado e dos capitalistas. Ora, *o governo Lula*, na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique, *só fez aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática. Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista*²⁵⁵, *Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação.* (Oliveira, 2010b, p.375, grifos meu).

A mediocridade nas taxas de crescimento do período “neoliberal” (de Collor em diante) era evidente diante da constatação de que o padrão de crescimento econômico durante a crise do desenvolvimentismo (fins dos anos 1980) tornara-se o padrão normal dos anos posteriores. As projeções temporais para fins de dobrarmos a renda nacional eram sombrias se continuássemos (como parece ser o caso até o presente) com o novo padrão rebaixado, ainda mais num país onde a desigualdade é obscena.

A economia do período Collor-Itamar-Cardoso-Lula caracteriza-se em primeiro lugar por uma taxa de crescimento medíocre. Apesar de todas as reformas feitas com os supostos objetivos de reduzir a dívida pública, sanear empresas estatais que comiam recursos do Estado e, dizia-se, promover o crescimento econômico, os resultados foram pífios. Em média, o crescimento do PIB mal alcançou os 2% ao ano de 1990 a 2005 (taxa média de 2,06%), resultado pior do que o dos três últimos anos do ciclo desenvolvimentista, encerrado com José Sarney em 1989. Naqueles anos, em meio à crise aberta pela *débâcle* do Cruzado e à conturbação da questão inflacionária, o

²⁵⁴ Ver: **OLIVEIRA, Francisco.** A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo M. & ARCEO, Enrique (compiladores). 1. ed. Buenos Aires : CLACSO, 2006, p.265-291.

²⁵⁵ Eis a sua síntese do projeto privatista de FHC: “Para as privatizações, o Estado brasileiro utilizou todos os recursos, desde a coerção e coação até recursos do BNDES, que não foram poucos. (...) Calculou-se que o Brasil gastou 88 bilhões de reais para arrecadar 89 bilhões com as privatizações, isto é, o “lucro” do Estado foi de 1 bilhão. Isso quer dizer que havia 88 bilhões de reais que poderiam ter saneado as empresas estatais e lançado ainda um vigoroso programa de crescimento econômico. A taxa de investimento sobre o PIB, que andava na casa de modestos 19% em 2005, poderia ter se elevado a cerca de 28%. Malbarataram-se 9% do PIB da época para financiar meras transferências de patrimônio, sem acrescentar nada ao crescimento real da economia” (Oliveira, 2006b, p.228).

crescimento médio ficou em 2,2%. (...) O padrão da crise do desenvolvimentismo tornou-se, assim, o padrão normal do período neoliberal. Em termos de taxa *per capita*, a situação é pior ainda. Se tomarmos a referência da década de 1990-1999, quando crescimento per capita acumulado ficou em apenas 1,6%, levaremos 450 anos para dobrar a renda *per capita* dos brasileiros. Se considerarmos o período de 1990 a 2004, precisaremos de “apenas” 150 anos para produzir o mesmo feito. E contra toda a história brasileira desde os anos 1930, trata-se de uma política econômica conservadora, medrosa, antiintervencionista. Claro que o antiintervencionismo valia apenas para o lado do trabalho e do trabalhador e de seus direitos recém-adquiridos. (...) Cardoso jogou fora cerca de 2,5 milhões de empregos industriais e Lula da Silva não conseguiu melhorar muito a situação, que já se deteriorava desde Collor de Mello, com sua política de abertura indiscriminada. A quebra de empresas foi recorde na história econômica brasileira. O desemprego elevou-se de 5% para 9% da força de trabalho no período Cardoso. (...) A indiscriminada abertura comercial, conjugada com as privatizações que não acrescentaram quase nada à capacidade produtiva, e a afluência de novas gerações de trabalhadores à população ativa reforçaram a tendência à banalização do trabalho, jogando milhares nas ocupações informais. Ao mesmo tempo, a elevação sem paralelo da produtividade do trabalho aumentava essa banalização, o que se conjugou com a perda de capacidade dos sindicatos, por sinal apaziguados por Lula da Silva. (...) Ocorria um poderoso bloqueio da política e esta, por sua vez, dava lugar a uma economia sem regulação, o que reduzia o papel do Estado na economia a quase zero. Levou-se o país a uma situação de crescimento errático, sem nenhuma previsibilidade, perseguindo-se desesperadamente o modelo chinês de mão-de-obra barata e custos de previdência zero. (Oliveira, 2006b, p.226 e 228).

Oliveira recorda que já na composição do primeiro governo Lula ficou claro que o compromisso assumido durante a campanha implicava priorizar as metas econômicas, como comprovou a escolha de Henrique Meirelles para ocupar o cargo de presidente do Banco Central. Os superávits primários praticados no primeiro governo Lula “eram escorchantes”, em média 5% do PIB, ao passo em que os juros pagos no e pelo Brasil eram os mais altos do mundo capitalista! “Quanto mais se pagava os serviços da dívida interna, mais esta crescia, porque os juros altos eram a condição para se conseguir um risco-país baixo e atrair capital especulativo. Uma espécie de roda da fortuna girando velozmente para trás”. (idem, p.228). E logo no início do segundo mandato, os poucos que expressaram a esperança de mudanças na política econômica (caso do ministro de relações institucionais, Tarso Genro, e da chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff) foram logo reprimidos pelo Presidente reeleito. Lula inicialmente ratificou a política econômica, defendendo a era de Antônio Palocci e mantendo inicialmente o cargo de Henrique Meirelles como presidente do BC, posteriormente substituído por Guido Mantega²⁵⁶.

²⁵⁶ Ainda durante o início desse segundo mandato, Sader chegou a especular sobre duas possíveis direções que o mesmo descortinava: O segundo mandato de Lula aponta para duas direções distintas. De um lado, o sucesso das políticas sociais pode levá-lo a manter a política econômica na crença de que esse êxito possa se repetir, sem se dar conta de que ele não pode sobreviver e, menos ainda, estender-se no

Vejamos agora o que viu Oliveira n’O *avesso do avesso* no social ao findar esse segundo mandato, mais precisamente quando decorridos quase sete anos de governo Lula.

Proclama-se aos quatro ventos a diminuição da pobreza e da desigualdade, baseada no Bolsa Família. Os dados disponíveis não indicam redução da desigualdade, embora deva ser certo que a pobreza absoluta diminuiu. Mas não se sabe quanto. A desigualdade provavelmente aumentou, e os resultados proclamados são falsos, pois medem apenas as rendas do trabalho, que, na verdade, melhoraram muito marginalmente, graças aos benefícios do INSS e não do Bolsa Família. Quem proclama isso é o insuspeito Ipea. É impossível medir a desigualdade total de rendas: em primeiro lugar pela conhecida subestimação que é prática no Brasil e, em segundo lugar, por um problema de natureza metodológica (...), que é a quase impossibilidade de fechar o decil superior da estrutura de rendas. (...) Medidas indiretas sugerem, e na verdade comprovam, o crescimento da desigualdade: o simples dado do pagamento do serviço da dívida interna, em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra os modestíssimos 10 bilhões a 15 bilhões do Bolsa Família, não necessita de muita especulação teórica para a conclusão de que a desigualdade vem aumentando. Márcio Pochmann, presidente do Ipea, que continua a ser um economista rigoroso, calculou que uns 10 mil a 15 mil contribuintes recebem a maior parte dos pagamentos do serviço da dívida. (Oliveira, 2010b, p.373-374).

Voltaremos adiante a certas análises mais rigorosas de Pochmann, de forma a incorporar não apenas o período mais atual, como também o passado (longínquo e mais recente). Voltemo-nos agora ao que Oliveira viu n’O *avesso do avesso* no político. Destaco antes três observações preliminares feitas por ele mesmo: primeiro que a oposição de esquerda a Lula e ao *tucanato* alcançou somente cerca de 7% dos votos para presidente nas eleições de 2006, materializado na votação por Heloísa Helena e a Frente de Esquerda PSOL-PSTU-PCB-Consulta Popular; segundo que as próprias eleições presidenciais não motivaram ou não interessaram a 31% dos votantes, num país onde o voto é obrigatório! “É a porcentagem mais alta de “indiferença” eleitoral da história moderna brasileira. (...) essa indiferença quer dizer que a política não passa pelo conflito de classes, evita e trapaceia com ele”. (Oliveira, 2010a, p.23); terceiro que “o presidente reeleito não lamentou essa expressiva indiferença do eleitorado”. Ao contrário, “se queixou, isso sim, de que não é o preferido dos “ricos”, reprovando-lhes o fato de que os banqueiros nunca ganharam tanto dinheiro como no seu governo, para

marco do baixo nível de crescimento que o modelo permite. Mais do que isso, a manutenção das mais altas taxas de juros reais do mundo, assim como de um superávit fiscal superior ao demandado pelo FMI, produzem uma sangria na economia que reforça o papel hegemônico da especulação e deprime as possibilidades de crescimento dos setores produtivos da economia. (...) De outro lado, porém, a mudança da equipe econômica e principalmente do ministro da Economia, permite prever possibilidades de mudanças positivas no segundo mandato. Da mesma forma, a nova equipe tem se mostrado melhor do que a primeira, em particular por dar mais peso às políticas sociais no conjunto das políticas do governo. (Sader, 2007, p.217-218).

logo dizer que os “pobres” haviam ganhado a eleição” (idem, p.24). E o que viu n’*O avesso do avesso* na política ao findar o segundo mandato de Lula?

Do ponto de vista da política, o avesso do avesso é sua negação. Trata-se da administração das políticas sociais. Cooptam-se centrais sindicais e movimentos sociais, entre eles o próprio Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que ainda resiste. (...) As classes sociais desapareceram: o operariado formal é encurralado e retrocede, em números absolutos, em velocidade espantosa, enquanto seus irmãos informais crescem do outro lado também de maneira espantosa. (...) O lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda. (Oliveira, 2010b, p.374-376).

Crescimento medíocre na economia; aumento da desigualdade e redução da pobreza absoluta (mas sem sabermos o quanto) no social; e regressão na política. Pessimismo ou realismo? Para os propósitos desta tese cabe salientar que entre os socialistas brasileiros, marxistas e não marxistas, é certo que não há consenso ao menos no que diz respeito à reprodução da pobreza e da desigualdade no país e os seus significados. Digamos que entre alguns é abrandado o pessimismo, à negatividade dos governos Lula-Dilma. Quanto às análises da reprodução conjuntural da riqueza no país, aí o consenso de certa ‘mediocridade’ parece ser à primeira vista mais geral, e não só entre os socialistas, mas sabemos que há também quem divirja.

Márcio Pochmann falou de *um quarto de século perdido* e concluiu que “a atual crise no padrão de crescimento da economia nacional é a mais intensa desde 1840, quando o Brasil ingressou no ciclo do café” (2009, p.67). Analisando a evolução decenal da variação do PIB no século XX, notou que “o Brasil jamais havia tido a experiência de passar consecutivamente por duas décadas econômicas perdidas, o que se reflete, invariavelmente, no atual comportamento do desemprego nacional” (idem, p.68). Mas antes de deter-nos no comportamento do desemprego no país, cabe registrar com ele o dinamismo brasileiro no século XX, contrastando os seus altos e baixos de crescimento, bem como a evolução de sua participação relativa na economia mundial (renda nacional/renda mundial).

O capitalismo brasileiro foi um dos mais dinâmicos do mundo entre 1890 e 1980, com taxa média anual de variação do PIB em 4,14%. (...) Nos anos de 1950 a 1980, quando houve o maior impulso à industrialização nacional, o país viveu um período de ouro, com taxa média anual de expansão da produção de quase 7%. A partir de 1980, entretanto, a economia brasileira sofreu uma profunda inflexão. Tomou conta do país o baixo dinamismo entre 1980 e 1999, com expansão média anual do produto de apenas 2,1%, um pouco acima da evolução demográfica, porém abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial. Pode-se perceber também, em perspectiva histórica, que o crescente impulso ao desenvolvimento das forças produtivas ocorrido entre 1930 e 1980, por meio da

combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno, se mostrou extremamente favorável à maior participação relativa do Brasil na economia mundial. O mesmo não pode ser verificado nos dias de hoje, quando o país conta, desde 1990, com um novo modelo econômico voltado para a maior integração internacional. (...) Nos primeiros oitenta anos do século XX, o Brasil registrou uma tendência de crescente participação relativa na economia mundial. Em 1900, por exemplo, a renda nacional era equivalente a 0,7% da renda do mundo. Oitenta anos depois (1980), a participação da renda brasileira na renda mundial havia sido multiplicada por 5 vezes, fazendo com que fosse responsável por 3,5% da economia mundial. (...) Reproduzida a *performance* da economia nacional nas duas últimas décadas do século XX, o Brasil estaria representando, em 1999, 5,1% da economia mundial. Ocorre, todavia, que desde 1980 o país ingressou na mais grave crise desde 1890, responsável pela situação de regressão de sua participação na economia mundial. No ano de 1999, a renda nacional foi equivalente a apenas 2,8% da renda mundial, retroagindo aos anos 80. (Pochmann, 2001, p.36-37).

Pochmann defendeu que essa ausência de crescimento sustentado ao longo das duas últimas décadas, somada a “adoção do receituário neoliberal nas políticas públicas”, foram responsáveis por conduzir o país “à mais grave crise do emprego de sua história” (2009, p.59).

O Brasil vive, atualmente, a mais grave crise do emprego de sua história. Nem a transição do trabalho escravo para o assalariamento, ao final do século XIX, nem a depressão econômica de 1929, nem mesmo as graves recessões nas atividades produtivas nos períodos 1981-1983 e 1990-1992 foram capazes de proporcionar tão expressiva quantidade de desempregados e generalizada transformação na absorção da mão-de-obra nacional quanto a que pode ser identificada nos dias de hoje. (Pochmann, 2009, p.59-60, grifo meu).

Em *Desempregados do Brasil*²⁵⁷ identificou a *natureza da manifestação do desemprego no país, analisou melhor as verdadeiras causas da crise do emprego de fins do século XX e princípio do século XXI, e sintetizou a performance do emprego assalariado e da taxa de desemprego associados aos ritmos da produção nacional de 1990 a 2004. Ele viu no próprio movimento de desestruturação do mercado de trabalho a natureza e a dimensão da recente crise do emprego. Mas o que vinha alimentando tal desestruturação? Desemprego em massa presente em praticamente todos os segmentos sociais*²⁵⁸; o novo fenômeno do desassalariamento, isto é, à regressão dos postos de

²⁵⁷ In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. 1º edição/2º reimp. São Paulo : Boitempo, 2009. Ver também: **POCHMANN, Márcio**. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo : Boitempo, 2001.

²⁵⁸ “O fenômeno do desemprego em massa no Brasil é uma realidade incontestável dos anos 1990. Em 2002, por exemplo, o país registrou a quarta posição no *ranking* mundial do desemprego. (...) perdeu apenas para Índia, Indonésia e Rússia. Em 1986, o Brasil ocupou a 13º no ranking do desemprego mundial. (...) Apesar de representar 3,1% da força de trabalho de todos os países, o Brasil possuía 6,6% do desemprego mundial. (...) Ademais, o desemprego continuou crescente, absorvendo grandes parcelas da força de trabalho nacional. Até o final da década de 1980, conforme as estatísticas oficiais, o desemprego era relativamente baixo no Brasil” (Pochmann, 2009, p.60-61).

trabalho formais, implicando em perda de participação do emprego assalariado no total das ocupações²⁵⁹; e a destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a mesma contrapartida nos empregos criados²⁶⁰. E quais as causas do desemprego? A persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a evolução de um *novo modelo econômico desde 1990*²⁶¹ é que ajudavam a explicar, em maior grau, a crise do emprego no país.²⁶² Quanto à *performance* do emprego assalariado e da taxa de desemprego associados aos ritmos da produção nacional desde então, ele assim sintetiza:

Durante o período de 1990-92, quando predominou a recessão econômica, a produção nacional caiu 3,9%, enquanto o emprego assalariado formal diminuiu em 8,4% e a taxa de desemprego subiu 130%. Nesse mesmo período, não houve apenas a redução da produção interna, mas o aparecimento de maior quantidade de produtos importados, como fruto da abertura comercial que recompôs parte da oferta de bens e serviços. Entre os anos de 1993-1997, registrou-se uma recuperação econômica responsável pelo aumento da produção doméstica em 23,4%, enquanto o emprego assalariado formal foi reduzido em 1,4% e a taxa de desemprego cresceu 18,5%. Convém destacar que a expansão da economia nesse mesmo período foi estimulada pela forte ampliação das importações, do investimento externo e do endividamento interno e externo, o que terminou elevando o consumo, sem garantir as condições suficientes para a sustentação contínua de maior produção interna, nem mesmo para motivar a geração de ocupação em volume suficiente para diminuir a taxa de desemprego. Já no período de 1998 a 1999, a economia brasileira voltou a reduzir o nível de atividade, apresentando indicadores estimados de queda da produção de 1,6%, de redução do emprego formal de 3,1% e de elevação na taxa de desemprego de 45%. A desaceleração da produção ocorreu estimulada fortemente pelo acordo do Brasil com o FMI, no final de 1998, quando o país sofreu graves efeitos da crise financeira russa. Por outro lado, em janeiro de 1999 fez-se uma profunda alteração no regime cambial, responsável, até então, pela constante valorização do real. Por fim, de 2000 a 2004, observa-se que a expansão acumulada do PIB foi de 13,8%, não obstante o aumento da ocupação de apenas 10,6%. Em função dessa defasagem ocorrida entre o desempenho econômico e ocupacional, o desemprego cresceu 11,8% no mesmo período, com adição de quase 900 mil novos desempregados em todo o país. (Pochmann, 2009, p.69-70).

²⁵⁹ “Entre a abolição da escravidão, no último quartel do século XIX, e a década de 1980, a evolução do emprego assalariado foi positiva, salvo nos períodos especiais, quando a conjuntura econômica era recessiva, como nos períodos de 1929-1932, 1980-1983 e 1990-1992, ou quando houve profunda modificação técnica na estrutura produtiva, como na renovação tecnológica nas indústrias têxteis durante os anos 1950. (...) nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados. (...) nos anos 1990, a cada dez empregos criados, somente quatro foram assalariados” (idem, p.61).

²⁶⁰ “A maior parte das vagas abertas no mercado de trabalho não tem sido de assalariados, mas de ocupações sem remuneração, por conta própria, autônomo, trabalho independente, de cooperativa, entre outras. (...) o grau de precarização da força de trabalho voltou a aumentar a partir dos anos 1990. Até então, de acordo com os registros oficiais existentes, a tendência era de redução das formas de subutilização do trabalho, tradicionalmente identificadas pelo desemprego e pelas ocupações sem remuneração e por conta própria” (ibidem).

²⁶¹ Pochmann identificou “quatro (...) principais elementos constitutivos do novo modelo econômico que tendem a comprometer muito mais a destruição do que a geração de novos empregos: as alterações na composição da demanda agregada; a natureza da reinserção externa da economia nacional; o processo de reestruturação empresarial e; o padrão de ajuste do setor público brasileiro” (2009, p.68-69).

²⁶² Ver Pochmann, 2009, p.60-61 e 67.

Pochmann já havia destacado que nesse novo *modelo econômico desfavorável* à geração de novos empregos, não havia *possibilidades efetivas de retomada do crescimento econômico sustentado*. Isso porque tal modelo baseado na reinserção externa fora erigido num cenário de câmbio, juros e abertura comercial desfavorável, e mais, veio desacompanhado de políticas industrial ativa, comercial defensiva e social compensatória. (2001, p.116). Os *Sinais da deflação social* já lhe eram nítidos aquela altura (idem, p.120), e ficaram ainda mais depois de uma série de pesquisas das quais fez parte e na qual resultou nas publicações dos *Atlas da exclusão social* (em cinco volumes).

A pergunta básica do *Atlas da exclusão social no Brasil* (primeiro volume)²⁶³ foi saber qual o grau da desigualdade social entre diferentes regiões brasileiras? Para tanto, tomaram a *exclusão/inclusão social* como um *mix* de três indicadores sociais com ponderações distintas.²⁶⁴ A *geografia nacional da exclusão social* constatou que 21% da população brasileira, os residentes de 42% dos 5.507 municípios no país, viviam em “localidades associadas à situação de exclusão social”. Somente 26% da população, os residentes em 200 municípios (3,6% do total), viviam em áreas que apresentam “padrão de vida adequado”. (Pochmann & Amorin, 2003, p.10-11). Vejamos melhor essa geografia da exclusão social de então e o que mais concluíram os seus autores com base nas análises dos indicadores utilizados.

Quando esparramado pelo mapa o conjunto de indicadores, chega-se a uma singela conclusão a respeito do caleidoscópio que representa a exclusão social no Brasil. Na melhor tradição de Josué de Castro e Milton Santos, que procuraram destacar a recorrente manifestação da desigualdade, verifica-se que, em pleno limiar do terceiro milênio, o Brasil continua a se equilibrar sobre uma frágil base como nação. No mapa síntese da geografia nacional da exclusão social [ver Anexo XVII] (...) sobressai a constatação de que, ao longo do território do quinto maior país do mundo, há alguns “acampamentos” de inclusão social em meio a uma “selva” de exclusão, que se estende por praticamente todo o espaço brasileiro. (...) Além disso, a exclusão parece ser especialmente clara (...) [no] Norte e o Nordeste. (...) Aí também são registrados alguns

²⁶³ Ver: **POCHMANN, Márcio & AMORIN, Ricardo**. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo : Cortez, 2003.

²⁶⁴ Eis os três indicadores: *padrão de vida digno* (51%) (envolve a porcentagem de “chefes de famílias pobres” no município; a quantidade de trabalhadores com emprego formal sobre a população em idade ativa; uma *proxi* do índice de desigualdade de renda, calculado pela razão entre a quantidade de chefes de família que ganham acima de dez salários mínimos sobre o número de chefes de família que ganham abaixo disso); *conhecimento* (17%) (anos de estudo do chefe de família e alfabetização da população acima de cinco anos de idade); e *risco juvenil* (32%) (participação de jovens entre 0 a 19 anos na população; e taxa de homicídios por 100 mil habitantes). Ver: *Indicador síntese da exclusão social no Brasil*. In: **POCHMANN, Márcio & AMORIN, Ricardo**. Atlas da exclusão social no Brasil. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2003, p.13-20.

“acampamentos” de inclusão social, todavia em menor quantidade. Nessas áreas, a “selva da exclusão configura-se intensa e generalizada, expressando o que se poderia identificar como a manifestação de uma “velha” exclusão social. Conforme acentuaram Caio Prado e Florestan Fernandes, os traços do subdesenvolvimento do Brasil generalizaram-se pela força do antiquado sistema de trabalho escravista – do qual o país foi o último a se livrar – e pela ausência de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo. As lacunas deixadas pela falta de reformas agrária, tributária e sociais tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades. (...) Paralelamente, deslocados da “selva” que exclui, os moradores dos “acampamentos” de inclusão social [mais presentes nas regiões Centro-Sul, mas evidentemente minoritárias quando comparada com a “selva” presente nessas mesmas regiões] reproduzem padrões de vida somente comparáveis aos dos países mais ricos. (...) Entretanto, *o Brasil de hoje, com o seu caleidoscópio da exclusão social, sinaliza cada vez mais a possibilidade de a “selva” engolir os “acampamentos” de inclusão.* (...) *Muito mais do que sinais de progresso, os registros de alguns “acampamentos” de inclusão social são cada vez mais frágeis refúgios de uma sociedade que tem esgarçado o seu “tecido” social.* (Pochmann & Amorim, 2003, p.21-22, grifos nosso).

Aproximando passado e presente, os autores do *Atlas* afirmavam que “século após outro, décadas e mais décadas e o problema da exclusão social no Brasil continua presente, a despeito de sua gravidade e das consequências para grande parcela da população brasileira”. “O Brasil mudou muito ao longo do século XX, contudo, as desigualdades sociais mantiveram-se inalteradas”. (idem, p.09). Essa presunção de certa inalterabilidade da exclusão social no país ao longo de nossa história foi objeto de estudo apresentado num *Volume 2: Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*.²⁶⁵ A questão de então era saber se o Brasil estaria caminhando para ser menos excluído, ou pelo contrário, a exclusão social vinha ganhando novos contornos, tornando-se mais complexa e mais profunda. Após conhecer o caleidoscópio de 2000, voltaram o olhar para trás, mirando as ‘fotografias’ das situações sociais entre os anos 1960-1980-2000, e concluíram sinteticamente num comparativo evolutivo de que “de modo geral, há piora na situação da exclusão social no Brasil nas duas últimas décadas do século XX”²⁶⁶ (Campos, Pochmann *et al*, 2004, p.11). Os trabalhadores

²⁶⁵ Ver: CAMPOS, André., POCHMANN, Márcio., AMORIM, Ricardo & SILVA, Ronnie. (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil (vol.2): dinâmica e manifestação territorial. 2º ed. São Paulo : Cortez, 2004.

²⁶⁶ Sublinhemos nessa longa nota alguns traços relevantes dessa síntese social: “... ao longo da segunda metade do século XX, de maneira sempre reiterada, quase metade das 27 unidades federativas brasileiras apresentou índices aflitivos de pobreza, sendo que a mesma quantidade exibiu índices sofríveis de assalariamento formal. Mais de um terço mostrou índices inaceitáveis de desigualdade de rendimentos, enquanto dois terços revelaram índices precários de alfabetização e escolaridade. Finalmente, cerca de metade apresentou índices preocupantes de violência e, como síntese, igual número revelou índices críticos de exclusão. É bem verdade que as unidades da federação que se mostraram sob estas condições em 1960, 1980 e 2000 foram frequentemente as mesmas (quase sempre localizadas nas regiões norte e, principalmente, nordeste). Mas em hipótese alguma isso tornou a questão menos grave, inclusive porque tais unidades responderam continuamente por 35% da população nacional. Ou seja, ao longo de toda a segunda metade do século, mais de um terço dos brasileiros se encontrou vivendo sob velhas e novas

viram minguar a sua participação na renda nacional ao longo dos anos 1960-1980-2000, de 55% para 50% e 37%. O índice do poder de compra do salário mínimo despencou em quase 70% no período, ao passo que os mais ricos ficaram ainda mais ricos. A relação da apropriação da renda nacional entre o topo da pirâmide e digamos sua base (10% + ricos/40% + pobres), foi de 13,5 para 20,3 e para 21,2 ao longo do período. (idem, p.38-39).

Em *Os ricos no Brasil*²⁶⁷ (volume três), Pochmann e outros apresentaram dados relevantes sobre a riqueza dos “do tope”, e não apenas no presente, mas ao longo de boa parte de nossa história. A conclusão é surpreendentemente perturbadora quanto à permanência secular de elevadíssimo grau de desigualdade, de apropriação contínua de enorme fatia da renda nacional e detenção de extraordinário patrimônio nas mãos de pouquíssimas famílias quando comparadas ao conjunto das famílias residentes no país.

Como é possível um país com mais de 177 milhões de habitantes possuir apenas cinco mil famílias portadoras de um estoque de riqueza equivalente a 2/5 de todo o fluxo de renda gerado pelo país no período de um ano [e um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o PIB Brasileiro]? E isso não se trata de algo recente. A evolução histórica nacional é recorrente de situações exemplares de manutenção da concentração e centralização da riqueza em mãos de muito poucos. (...) No Brasil, o estoque de riqueza e os fluxos de renda decorrentes têm registrado metamorfoses inegáveis desde o período colonial até os dias de hoje, sem que, todavia, deixassem de estar concentrados em apenas um segmento extremamente restrito da população. (...) Embora o país tenha passado pela fase colonial entre 1500 e 1822, pela fase monárquica entre 1822 e 1889 e, por fim, pela fase republicana (pós-1889), não parece haver registros de modificação substancial no perfil distributivo. (...) a estabilidade das classes superiores no Brasil é

formas de exclusão social. (...) Mesmo nas metrópoles, espaços em que o desenvolvimento capitalista deitou raízes de forma mais clara, os múltiplos aspectos da exclusão se mostraram assustadores. As regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo aumentaram sua participação na pobreza brasileira entre 1980 e 2000, chegando a abrigar aproximadamente, em 1997, 29,8% das pessoas com insuficiência de rendimentos do país inteiro no último ano analisado [vide Sônia Rocha... o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real]. (...) Em outras palavras, mesmo onde o capitalismo mais avançou na segunda metade do século XX, a exclusão social se fez cada vez mais presente, seja sob suas formas novas ou antigas. (...) Entre 1980 e 2000, a renda per capita nacional cresceu tão-somente 0,36% como média anual, bem abaixo do que se verificou no período anterior (1960-1980), quando a renda per capita aumentava em média 4,58% anualmente. Além de certa estagnação na evolução da renda per capita nacional, assistiu-se ao predomínio de uma forte oscilação nas atividades econômicas, acompanhada da manifestação de um longo regime hiperinflacionário (1979-1994). (...) [o] desemprego (...) cresceu a uma taxa média anual de mais de 13%, enquanto as ocupações informais aumentaram, em média, 2,4% anualmente [entre os anos de 1980-2000]. A brutal perda de participação dos salários na renda nacional revela também a clara presença do movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional. (...) a obstaculização do acesso ao sistema de crédito ao consumidor e ao financiamento da casa própria, sobretudo devido às altas taxas de juros reais e às instabilidades econômicas e, por consequência, ao mercado de trabalho, impediu o decréscimo acentuado da pobreza. Esta, aliás, tornou-se cada vez mais efetiva nas grandes metrópoles brasileiras”. (Campos, Pochmann *et al.*, 2004, p.12, 13, 38 e 39). Ver também: **SOARES, Laura Tavares**. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis : Vozes, 2001.

²⁶⁷ Ver: **POCHMANN, Márcio et al.** Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil. São Paulo : Cortez, 2004.

surpreendente, ignorando inclusive transformações profundas na base econômica nacional. Conforme o Censo de 1872, por exemplo, o Brasil possuía 10,1 milhões de habitantes reunidos em cerca de 1,3 milhão de famílias, sendo, porém, somente 23,4 mil o total de famílias ricas, proprietárias da maior parte dos escravos, dos grandes latifúndios e negócios comerciais e financeiros. Ou seja, apenas 1,8% do total das famílias no Brasil respondiam por aproximadamente 2/3 do estoque de riqueza e de todo o fluxo de renda do país. Meio século depois, o Censo de 1920 permitiu identificar a presença de somente 64,2 mil famílias consideradas ricas, apropriando-se de 66,1% do total das propriedades rurais do país. De um total de quase 31 milhões de habitantes em aproximadamente 5,1 milhões de famílias, somente 1,3% delas eram pertencentes às classes superiores, revelando uma absurda concentração da riqueza total e do fluxo de renda do país. Em pleno século XXI (...) este quadro de concentração da renda e da riqueza pouco se alterou. Na realidade, a apropriação da maior parcela do estoque total de riqueza e do fluxo de renda correspondente permanece extremamente concentrada: no ano 2000, apenas 2,4% das famílias residentes no país pertenciam às classes superiores. Ao se considerar apenas o ínfimo estrato social composto pelas 5 mil famílias “muito ricas” do país (...) chega-se à escandalosa constatação de que este grupo (0,001% das famílias) apropria-se do equivalente a 3% da renda total nacional, representando o seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro. (Pochmann *et all*, 2004, p.11, 26, 27, 28 e 29).

Os dois demais volumes do *Atlas* buscam situar *A exclusão no mundo* (volume 4)²⁶⁸, revelando realidades bem distinta das louvadas pelos ideólogos da globalização, bem como defendendo e propondo uma *Agenda não liberal da inclusão social no Brasil* (volume 5)²⁶⁹. Não cabe reproduzir aqui suas sínteses, mas gostaria apenas de destacar que a agenda de inclusão, divulgada em 2005, prevê que o país “necessita investir continuada e adicionalmente, a cada ano, até 2020, a quantia equivalente a 14,5% do seu PIB” em educação, saúde, habitação, cultura, informática, pobreza, trabalho decente e previdência social para fins de erigir um padrão intermediário de inclusão social. E “se a estratégia de desenvolvimento nacional for a do padrão avançado de inclusão social, o volume anual de investimento suplementar refere-se a 27,5% do PIB”. A avaliação é a de que permanecendo o padrão de políticas públicas de restrição fiscal e de ausência de crescimento sustentado, conforme o último quarto de século, “não haverá futuro solidário e inclusivo no Brasil”, se consolidará “a fragmentação da nação dispersa em algumas ilhas de inclusão cada vez mais rodeadas pelo mar revolto da exclusão social”. Na ocasião (2005), avaliaram que havia sérios riscos de chegarmos em 2020 em condições de inclusão social ainda piores do que as de então. (Pochmann *et all*, 2005, p.09-10).

²⁶⁸ Ver: **POCHMANN, Márcio *et all***. Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo. São Paulo : Cortez, 2005.

²⁶⁹ Ver: **POCHMANN, Márcio *et all***. Atlas da exclusão social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo : Cortez, 2005.

Caberia a pergunta: e desde então, isto é, no decorrer da última década, e já sob os governos Lula-Dilma, o que tem ocorrido? Qual é a avaliação de Pochmann quanto ao cumprimento dessa agenda inclusiva? A quantas ‘andou’ a reprodução da inclusão e da exclusão social no Brasil? Em estudo mais atual Pochmann nos diz que “uma análise mais detalhada sobre o recente movimento geral na estrutura social brasileira ainda está por ser realizada”, e que seu mais recente livro busca “lançar luzes sobretudo na mobilidade existente na base da pirâmide social brasileira durante este início do século XXI” (2012, p.07-08). Em primeiro lugar é preciso sublinhar com ele que os riscos de chegarmos em 2020 em condições de inclusão social piores do que as encontradas em meados dos anos 2000 são menores no início da segunda década deste século XXI. Menores porque a renda do trabalho ganhou nos últimos anos peso relativo diante da renda da propriedade no conjunto da renda nacional, isso por conta do retorno do crescimento econômico, do fortalecimento do mercado de trabalho, sobretudo do setor de serviços. Menores porque junto com o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho, houve expansão das políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, a exemplo do aumento do salário mínimo e da massificação da transferência de renda. E menores pela queda da taxa de desemprego, pela maior formalização dos empregos e também porque enormes massas humanas foram resgatadas da condição de pobreza.

Entre 1995 e 2004 (...) a renda do trabalho perdeu 9% de seu peso relativo na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3%. (...) Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. Com isso, a repartição da renda nacional entre rendas do trabalho e da propriedade de 2010 voltou a ser praticamente igual àquele observado em 1995, início da estabilização monetária²⁷⁰. Essa importante alteração na relação entre rendas do trabalho e da propriedade durante a primeira década de 2000 encontra-se diretamente influenciada pelo impacto na estrutura produtiva provocado pelo *retorno do crescimento econômico*²⁷¹, após quase duas

²⁷⁰ Smith veria aí, na remuneração mais generosa do trabalhador brasileiro, o efeito da riqueza crescente e do aumento da população. E criticaria os que se queixam desse aumento, por entender que são eles fruto da maior prosperidade da nação. Resta saber se os conselhos de sua Economia Política serviram mais a FHC, que buscou erigir o *modelo social-democrata*, com o erguimento do *Estado regulador* e um *novo modo de inserção do país na economia internacional*, ou a Lula-Dilma, que perseguem o *modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social e reinserção internacional privilegiada com partes do Sul do Globo*. Meu palpite é que os governos Lula-Dilma, tendo ou não lido Smith, estão mais próximos de seu liberalismo do que o governo FHC, que certamente leu Smith.

²⁷¹ A trajetória de crescimento do PIB ao longo dos governos Lula foi em média de 3,5% a.a durante o seu primeiro mandato (2003-2006), e de 4,6% a.a durante o segundo mandato (2007-2010). No governo Dilma, a economia cresceu 2,7% em 2011, 0,9% em 2012, e fechará 2013 em torno de 2%. A projeção oficial para 2014 é de 3,8%. Quanto à evolução da composição setorial do PIB, Pochmann sublinha que “nesse início do século XXI (...) somente o setor terciário tem registrado aumento na sua posição relativa em relação ao PIB. Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e

décadas de regressão neoliberal. O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. [Dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se nessa faixa de até 1,5 salário mínimo mensal]. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (...) Mesmo com o contido nível educacional e a limitada experiência profissional, as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social, embora ainda distante de qualquer configuração que não a da classe trabalhadora. (Pochmann, 2012, p.09-10 e 22, grifo nosso).

Aceitando os dados apresentados, e parafraseando Marx, é possível afirmar que segmentos da classe trabalhadora vêm-se novamente diante de condições mais favoráveis na relação de dependência que travam com os capitalistas, daqui e de fora, e que os novos empregados vivem a ascensão social de poder se reproduzir na condição de assalariados, formal ou não, e ainda que seus rendimentos sejam ínfimos, de menos de dois salários mínimos. E também que amplas massas humanas da superpopulação relativa no país vêm-se aliviadas diante da proteção social garantida pelo Estado. E a contar pela expansão do gasto público social nos últimos anos²⁷², abaixo do “padrão avançado de inclusão social” (de 27,5% do PIB) e proporcionalmente diminuta diante da parcela abocanhada pelos juros e amortizações da dívida, nota-se que a gritaria é grande por parte dos que tentam transferir para as classes trabalhadoras e médias inferiores o peso dos que vivem da caridade pública. A regressividade de nosso sistema

secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB” (2012, p.12-17).

²⁷² Em Comunicado sobre os *15 anos de gasto social federal*, o IPEA mensurou a trajetória do volume de recursos aplicados pelo governo federal nas políticas sociais (ver Tabela 10 no Anexo XVIII). A Figura 23 reproduzida nesse mesmo Anexo consolida a trajetória global do gasto social federal brasileiro (e de suas áreas de atuação) entre os anos de 1995 a 2009, em valores constantes corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA), registra suas prioridades macroeconômicas (calculando inclusive o volume de recursos destinado globalmente e em cada área de atuação social em proporção do PIB), bem como apresenta a participação percentual destas áreas no total desse gasto. Em síntese, o Comunicado registra que no Brasil o “conjunto dos gastos sociais federais aumentou de 11,24% para 15,80% do PIB nos anos de 1995 a 2009”, demonstrando que a prioridade macroeconômica desse gasto elevou-se em 4,56% do PIB nesse período (IPEA, 2011, p.26) – vejam também as Figuras 24 e 25 sobre Taxas de crescimento real do gasto social federal e do PIB (1995-2009) e Composição do gasto social federal por área de atuação (anos selecionados), neste mesmo Anexo XVIII. Já em 2013, Pochmann calcula que “o gasto social agregado [das três esferas – federal, estadual e municipal – e não exclusivamente da esfera federal] se aproxima de 23% do PIB, quase 10 pontos percentuais a mais do verificado em 1985 (13,3%). Ou seja, de cada quatro reais gastos no país um vincula-se diretamente à economia social. Se for contabilizado também o seu efeito multiplicador (elasticidade 0,8) *pode-se estimar que quase a metade de toda a produção de riqueza nacional se encontra relacionada direta e indiretamente à dinâmica da economia social*” (2013, p.151, grifo nosso).

tributário evidencia que tal gritaria não se justifica²⁷³. (vejam o Anexo XIX). Não para os que desejam maior equidade, igualdade. Dito isso, cabe sublinhar que nas ‘luzes’ que Pochmann lançou não encontrou nenhuma *Nova classe média*²⁷⁴, tal como alguns vem defendendo atualmente.

Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. (...) Em grande medida, o segmento das classes populares em emergência apresentam-se despolitizado, individualista e aparentemente racional à medida que busca estabelecer a sociabilidade capitalista. A ausência percebida de movimentos sociais em geral, identificados por instituições tradicionais como associações de moradores ou de bairro, partidos políticos, entidades estudantis e sindicais, reforça o caráter predominantemente mercadológico que tanto os intelectuais engajados como a mídia comprometida com o pensamento neoliberal fazem crer. (Pochmann, 2012, p.10-11).

²⁷³ A carga tributária bruta (CTB) brasileira é relativamente alta quando comparada com a de países da América Latina, notadamente o Chile, e mesmo de alguns países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos. A CTB brasileira cresceu substancialmente desde meados dos anos 1990, passando de pouco mais de 27% em 1995 para cerca de 35% do PIB ao final da primeira década do novo milênio, e vem se aproximando da média registrada nos países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). (Santos, C. H., 2010, p.38). Tal aumento se deu, sobretudo, pela ampliação de tributos cumulativos sobre o consumo, como as contribuições sociais (destaque para a COFINS e a CPMF), além do aumento não legislado do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), através do congelamento dos valores e dos tipos de deduções do IR (Salvador, 2010, p.208). Para o IPEA, dois vetores principais justificaram esta elevação: a expansão das políticas sociais estabelecida pela CF, implementada principalmente a partir de 1993; e a elevação nas despesas com juros, particularmente no atravessar das crises de 1998-1999 e 2002-2003. (2008, p.47). A composição da CTB brasileira, assim como a de alguns países latino-americanos, incluindo o Chile, são bem distintas da verificada na média dos países da OCDE (vejam a Tabela 11 elaborada por Santos, C. H., 2010, p.39, no Anexo XIX). Enquanto nestes há maior incidência relativa de impostos diretos, representando cerca de 40% do total arrecadado, naqueles há maior incidência de impostos indiretos, notadamente sobre os produtos. Importante ainda é observar que a regressividade tributária no Brasil é superior à registrada no Chile, apesar da sua incidência sobre produtos ser mais elevada. A tributação no Brasil utiliza de maneira demasiado intensa os tributos regressivos, enquanto subutiliza os tributos progressivos. Aqueles que incidem sobre os bens e serviços representam mais de 40% da carga tributária brasileira. Os tributos sobre a renda representam cerca de 20% da carga. Já a tributação sobre a propriedade é irrisória, cerca de apenas 4% do total arrecadado. O IPEA é taxativo ao argumentar que “a excessiva carga sobre o consumo e a carga proporcionalmente menor sobre a renda e patrimônio certamente revelam o baixo nível de solidariedade fiscal vigente na sociedade brasileira, além da dificuldade de o Estado enfrentar o desafio de tributar de modo mais substantivo o patrimônio e as rendas oriundas de outras fontes que não o trabalho”. (IPEA, 2010a, p.92). O Brasil segue retirando a maior parte de sua receita de tributos indiretos e cumulativos, que oneram mais o trabalhador e os mais pobres (IPEA, 2010a, p.91; Salvador, 2010, p.208-9). Castro e Cardoso Jr. sugerem “que parte dos problemas de eficácia distributiva de algumas importantes políticas sociais de nível federal no Brasil reside nos arranjos tributários que sustentam o financiamento social como um todo” (2009, p.348). Ademais, também temos que observar os comportamentos da dívida líquida do setor público e seu consequente severo ajuste fiscal (ver o mesmo Anexo XIX), ainda vigente. Ambos devem ser entendidos na trajetória mais longa de explosão de suas dívidas externas durante os anos 1980, bem como na aplicação de seus sucessivos planos de estabilização monetária nos anos 1990 e nas subsequentes gestões financeirizadas de suas dívidas.

²⁷⁴ Ver: **POCHMANN, Márcio**. Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo : Boitempo, 2012.

Em sua mais recente análise das *Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI*²⁷⁵, Pochmann (assim como Sader²⁷⁶ e outros) situa(m) os governos Lula-Dilma como “pós-neoliberais”. Sublinha que esses governos “indicam o quanto a superação do subdesenvolvimento brasileiro não ocorre de forma natural e espontânea pelas livres forças de mercado” (2013, p.153), e que a primeira década do século XXI entrará para a história brasileira como *um ponto de inversão na trajetória socioeconômica*, revertendo sinais de regressão e realizando *inédita performance alcançada pelo país*.

A primeira década do século XXI passará para a história como um ponto de inversão na trajetória socioeconômica brasileira. As duas últimas décadas do século passado foram difíceis, com sinais de regressão econômica e social do país. No ano de 2000, a economia brasileira era a 13º do mundo, o desemprego aberto atingia quase 11 milhões de pessoas e o rendimento do trabalho respondia por somente 39% da renda nacional. Vinte anos antes, em 1980, o Brasil encontrava-se entre as oito maiores economias do mundo, com menos de 2 milhões de desempregados e o rendimento do trabalho representava a metade da renda nacional. O Brasil recuperou o dinamismo econômico e o rendimento das famílias cresceu generalizadamente nos anos 2000. Mas, vale notar, isso também ocorreu nos anos 1970 – e de forma mais intensa – sem, ter resultado na diminuição simultânea da pobreza e da desigualdade de renda do trabalho. (...) Apesar da ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, da incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e da inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros, o endividamento público caiu de mais de 55% do PIB, em 2002, para cerca de 40% do PIB, em 2010. Simultaneamente, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação. (Pochmann, 2013, p.145 e 154).

Diante dessas tantas evidências, digamos de certo retrato econômico-social mais atual, conjuntural e de longuíssimo prazo, apresentadas por um estudioso rigoroso, e que aqui tentei reproduzi-las sinteticamente, fica patente que fomos longe nas concessões ao nosso *welfare state*, e que o reformismo ainda não deu todos os seus frutos. A utopia social-democrática segue viva. Agora pensando em termos da utopia

²⁷⁵ In: **SADER, Emir**. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma: São Paulo : Boitempo, 2013, p.145-156.

²⁷⁶ Para Sader, de força antissistêmica, o PT transformou-se primeiramente em força reformista, de caráter socialdemocrata, e, em seguida, ao longo da campanha eleitoral e no primeiro mandato de Lula, num híbrido de social-liberalismo hegemônico, com uma política externa soberana (...) e com políticas sociais redistributivas. (2009, p.81). Desde a primeira eleição de Lula que Sader aparece (ainda em 2003) esperançoso quanto à possibilidade de seu governo representar *Um pós-neoliberalismo à brasileira?*²⁷⁶ “Lula é, então, o primeiro governo que encarna um programa de saída do neoliberalismo de forma articulada nos planos interno e externo” (2007, p.187 [2003]). Mas “não se pode perder de vista, porém, que esse é um governo híbrido, contraditório, no qual, de um lado, o capital financeiro desempenha um papel essencial e, de outro, é cada vez maior o fomento ao desenvolvimento e às políticas sociais de distribuição de renda, assim como a regulação do Estado e a contenção dos processos de informalização das relações de trabalho” (2009, p.89).

socialista, a pergunta pertinente de Florestan ainda se impõe: o que seria um regime social-democrático em nosso país, uma vez concretizadas as tarefas imediatas do PT? Mas o que dizer (e mais *Que fazer?*) quanto à sua previsão? A de que “os ganhos obtidos a curto prazo, enormes em confronto com a nossa rusticidade, não compensam as perdas inevitáveis a longo prazo, e o florescimento de um capitalismo formado significa o fim de qualquer sonho socialista” (2006, p.246 [1988]). Afinal, estamos vendendo o sonho socialista da liberdade maior em troca de *enormes ganhos de curto prazo* ou a reforma capitalista do capitalismo está ao nosso alcance?

Conclusão

Falar sobre riquezas e pobreza é referir-se não apenas a transformação de seres vivos ou matérias mortas em novas coisas para maior ou menor usufruto humano (riqueza/pobreza-econômica). É também falar da participação na vida política e de emancipação social (riqueza/pobreza-política). Nessa tese tratamos de reconstruir analítica e sinteticamente os fenômenos das produções e reproduções das riquezas e pobreza (econômicas e políticas) no Brasil e no Chile durante o longuíssimo prazo, desde as conquistas até o presente. Também elaboramos múltiplas comparações das riquezas e pobreza entre essas duas nações. Duas hipóteses foram levantadas na introdução e em muito confirmadas nas reconstruções analíticas e sintéticas reproduzidas ao longo dos quatro últimos capítulos deste trabalho.

De fato, os “problemas” das riquezas-pobrezas (econômicas e políticas) acompanharam e ainda acompanham o Brasil e o Chile. As concentrações de patrimônios e rendas foram e são reais tanto no Brasil como no Chile, assim como o crescimento com equidade nas últimas décadas é falso para os dois casos. Apesar de os brasileiros e chilenos terem após meio milênio de história erigido um reino de afluência inigualável em relação aos seus passados (isso por meio de seus próprios “trabalhos produtivos e improdutivos”, das “divisões dos trabalhos” (Smith) e através de múltiplas trocas com outros povos), é também verdade que suas pobreza de ordem econômica acompanharam tal evolução. Passaram-se cinco séculos e as duas nações até o presente ainda não conseguiram erradicar misérias e pobreza que afligem grandes contingentes. Múltiplas carências quanto à alimentação, saúde, saneamento, habitação, trabalho, educação, segurança, assistência etc. ainda estão presentes. É certo que as gravidades desses problemas, como vimos, foram e são distintas conforme os lugares e as épocas, assim como foram e são distintas as ações políticas no combate a tais males conforme os lugares e épocas. As pobreza políticas também não foram completamente superadas. Há ainda muito o quê avançar quanto à participação democrática e a emancipação social, tanto no Brasil como no Chile. E é também certo que as gravidades desses outros problemas, como vimos, foram e são distintas conforme os lugares e as épocas.

Na introdução supomos inicialmente que o Brasil padeceu da pobreza-econômica (carências) e da pobreza-política (falta de democracia/emancipação) ainda mais do que o Chile, sobretudo no que diz respeito à pobreza-política; bem como

supomos que o “problema” da riqueza, isto é, das múltiplas concentrações de patrimônios e rendas, foi mais intenso no Brasil do que no Chile, sobretudo quando as comparações se fazem antes do desatar da ditadura chilena. Os capítulos “Riquezas e pobreza no Brasil e no Chile: das Conquistas às Repúblicas” e “Riquezas e pobreza no Brasil e no Chile: das industrializações às ditaduras” confirmaram tais hipóteses.

Em síntese, as descrições de Prado Júnior, Furtado e Josué de Castro nos mostram um Brasil de famintos durante a colonização, sobretudo no século XVII e mais ainda no século XVIII. Numa imensidão espacial, a agricultura de subsistência ocupou papel secundário no sistema econômico do país. Excetuando as classes mais abastadas, uma ínfima minoria, a população colonial viveu num crônico estado de subnutrição, de carências alimentares múltiplas, sendo mais afetada à população urbana. Já Bomfim ressaltou a imensa drenagem de riqueza extraída do Brasil (e da América Latina em geral) até o princípio do século XIX. No Chile, a julgar pelas informações de Winn de que para o império espanhol, o Chile fora, sobretudo, um posto estratégico e não uma colônia de grande valor econômico, ao menos até o século XVIII (daí que a drenagem de riquezas chilenas para fora deve ter sido menor do que foi no Brasil nesse período); e de que a economia chilena inicial foi à agricultura de subsistência, sucedida no tempo por uma economia de criação de gado, é que presume que os que viveram por lá durante os séculos XVI ao XVIII estiveram melhor alimentados do que os brasileiros. Tais descrições fortalecem nossa primeira hipótese de que o “problema” da pobreza-econômica esteve mais presente e parece ter sido mesmo mais intenso no Brasil do que no Chile. Estamos aqui falando de três séculos!

Registramos o genocídio praticado contra os povos originários, primeiro no Brasil (Oliveira), e muito depois, em fins do século XIX, no Chile. A população autóctone nesse pequeno país fora sempre menor e menos dispersa e diversificada do que a do Brasil. No Chile, o processo de colonização também fora violento, mas a resistência de seu maior grupo indígena, os mapuches, foi muito mais efetiva. Durante quase quatro séculos resistiram com sucesso à conquista espanhola, e nunca estiveram subordinados durante o período colonial. Diferentemente desse país que não teve que não teve uma população de descendência africana, no Brasil estima-se que mais de 4 milhões de africanos negros aportaram em seu solo no decorrer de princípios do século XVI a fins do século XIX. E sabemos que foi duro o percurso até que o país desaguasse na abolição da escravatura, ocorrida somente no ano de 1888. É certo que a pobreza-política marcada pela falta de liberdade e de participação na vida política brasileira foi

extrema até esse período e mesmo depois. Ademais, vimos que politicamente o Chile se diferencia do Brasil porque o encerramento da etapa colonial se deu pela expulsão das tropas espanholas e não por um pacto de elites, como no caso da coroação do imperador Dom Pedro I em 1822. Lá, a Independência não foi fruto de uma concessão da metrópole colonial, mas surgiu do bojo de guerras com participação popular e identificação com a nação criada. A implantação do Estado nacional representou uma conquista precoce do país não só em relação ao Brasil como a tantos outros países. É dessa ordem política precoce e da prolongada passividade nas sucessões do poder que surgiu o que Moulian chamou de *mito chileno de uma longa tradição democrática*. Enquanto o Brasil vivia no império com uma monarquia sem similar nas Américas, os chilenos criavam um modelo político estável, articulado em torno de princípios e regras impostas como universais, que só foi rompido por uma guerra civil desatada em 1891 e da qual resultou na imposição de uma República Parlamentar. É certo que os governos de Balmaceda a Arturo Alessandri ampliaram a participação popular na vida política chilena (bem como contribuíram para reduzir desigualdades e a miséria e pobreza de segmentos da população chilena) mais do que a Velha República brasileira o fez por seus nacionais. Essa República, conformada em confederações de oligarquias locais e em parte regionais, acompanhadas de certa riqueza e bem estar material para deleite de uma minoria da população local, manteve boa parte de seus habitantes completamente excluídos da vida política (esses seguiam vivendo em condições paupérrimas). Todas essas últimas constatações também fortalecem nossa primeira hipótese, só que agora pelo lado da menor pobreza-política do Chile em relação ao Brasil.

Também vimos que o Brasil e o Chile transformaram aceleradamente suas fisionomias pelo menos desde a Grande Depressão de 1929. Ambos promoveram de diferentes maneiras e em graus diversos o desenvolvimento de suas forças produtivas, em particular de suas atividades industriais, fortaleceram seus mercados internos, constituíram suas classes sociais fundamentais, elaboraram projetos nacionais, expandiram a capacidade de regulação de seus Estados, de realização de políticas sociais e de fomento à produção, se urbanizaram aceleradamente etc. Mas não obstante *a quebra do modelo tradicional e a passagem a um novo modelo de desenvolvimento* e conseqüentemente a maior possibilidade de diversificação da produção interna e de retenção das riquezas criadas, e de todo o caráter ascendente dos processos de mobilização social, incluindo a maior participação popular na vida política (isso antes do desatar das ditaduras), o dado persistente é que a desigualdade de patrimônio e de

renda seguiu elevadíssima (mesmo depois do término das ditaduras). Poucas décadas não pudera reverter uma situação estrutural de longuíssima duração, não havendo alteração substantiva no que diz respeito às desigualdades materiais, nas distâncias que separam os ricos dos pobres. As riquezas econômicas-políticas se expandiram aceleradamente para a minoria ao tempo em que devagarmente se reduziam às pobreza econômica-política para a maioria. Em suma, houve mobilidades, mas sem grandes reduções das distâncias entre as gentes, sobretudo no caso brasileiro, uma vez que o Chile chegou a ser no governo de Salvador Allende exemplo de igualdade em toda a América Latina e mais além. Mas depois, os “milagres” neoliberais da ditadura de Pinochet produziram uma polarização social sem precedentes.

No Chile ditatorial, a concentração de renda foi sem precedentes: o consumo médio dos 20% mais ricos cresceu em 1980 44% em relação a 1969. O crescimento não fora absorvido pelos 80% restantes, sendo que os 20% mais pobres se viram em condições ainda piores das que já viviam. Os grandes polos da riqueza e da pobreza se ‘inflaram’ rapidamente ao passo em que se enfraqueciam as camadas intermediárias. No Brasil ditatorial, sabe-se que o “bolo” cresceu de forma surpreendente, sobretudo durante o seu “milagre econômico”. O crescimento da riqueza foi extraordinário, mas sem repartição. A economia brasileira demonstrou que era possível expandir a riqueza, crescer a taxas elevadas mesmo em condições de dependência externa, mas desde que contasse com o apoio decisivo do Estado, particularmente na aceleração do investimento público e na proteção da produção interna, e desde que se pagassem um salário insuficiente para garantir o sustento do trabalhador e de sua família.

Na introdução também levantamos a hipótese de que não houve crescimento com equidade nos últimos anos no Brasil e no Chile. Presumimos que o reformismo brasileiro e chileno (aquele mais do que este) vem dando enormes frutos para os “de baixo” no após os regimes ditatoriais, o que alimenta a utopia social-democrática que não saturou. No entanto, esses muitos frutos ainda representam uma crescente fração ínfima da riqueza que pouco cresce (sobretudo no Brasil). Muito para poucos e pouco para dividir para muitos, deve valer para os dois casos. Também presumimos que não se avizinha no horizonte nem do Brasil e nem do Chile à superação da pobreza política tomada no sentido da emancipação dos trabalhadores, o que vem enfraquecendo a utopia socialista. Já quanto ao enfrentamento do problema da pobreza política tomada no sentido de maior participação democrática, houve recente avanço, e possivelmente

mais no Brasil do que no Chile. E, de fato, os dois últimos capítulos desta tese sobre as riquezas e pobreza no Brasil e no Chile *Actuais* confirmaram tal hipótese e presunções.

Em suma, nesses capítulos começamos por decifrar com Moulian e Florestan a *lógica transformista* levada a cabo pela *Concertación* no Chile (de Aylwin a Bachelet) e pelos primeiros governos da “Nova República” no Brasil (de Sarney a Collor). A reprodução transformista no *Chile Actual* fora conduzida “pelo alto”, pelos *novos sujeitos da história*. Consistiu basicamente numa exitosa reciclagem durante a redemocratização das instituições socioeconômicas da ditadura, de sua concepção despolitizada da política e de sua cultura individualista, competitiva e aquisitiva. No Brasil, a redemocratização também fora realizada por uma “conciliação pelo alto”, por meio de um “pacto conservador”. Após diversas vicissitudes na ANC o resultado foi o de uma *Constituição Inacabada* com nítidos avanços em relação às Constituições passadas, mas ainda tudo no terreno abstrato que urgia transformar-se em realidade.

Enquanto o Brasil Atual pariu (1985) a “Nova República” que abortou a *revolução democrática*, ergueu (fins de 1989) uma estrutura institucional de uma *democracia ampla e pluralista* (com forte polo de classe operário e popular), viveu (fins de 1993) na *anomia política* (Fernandes), para depois (1998) erigir uma *democracia plena* e em condições de *radicalizar a democracia* (FHC), mas ainda ontem (2013) longe da *plena conquista da cidadania real* (Lula), o *Chile Actual* pariu (1990) uma *semidemocracia*, uma *democracia protegida* que atuava (2002) (e ainda atua) como uma *jaula de hierro* sobre a “vontade popular” que *manietava* a *Concertación* de realizar programas de orientação mais *social-demócrata* (Moulian).

O abandono de muitas das propostas contidas no *Programa de Gobierno de la Concertación* e a legitimação do “*modelo económico*” da ditadura, tanto pelos democratas-cristãos como pelos socialistas, ajuda a entender como essa orientação mais social-democrática enfrentou dificuldades. Concluimos que todas as ações dessas diversas coalizões dominantes em produzir melhorias sociais foram mais ou menos débeis e não constituíram a característica central da evolução econômico-social durante todo o período de redemocratização. E a contar pelas análises elaboradas por Moulian e Leyton sobre a *lógica transformista* do *Chile Actual* sob os governos da *Concertación*, bem como o estudo de Fazio & Parada sobre a legitimação do “*modelo económico neoconservador*”, bem como pela breve descrição de Leyton da força e dos ímpetus da direita política (UDI e RN), se depreende às dificuldades intransponíveis que o país enfrentou e enfrenta, também sob o domínio e hegemonia da *Coalición por el Cambio* e

de seus apoiadores, para erigir uma verdadeira democracia, acabar com os *enclaves autoritários* e com a *pobreza ciudadana*, e até mesmo resgatar abandonadas propostas de caráter reformistas contidas no *Programa de la Concertación*, tais como a reforma tributária no sentido de garantir uma maior progressividade de seus tributos; política de desenvolvimento e expansão da Codelco etc. Daí todas as dificuldades em realização de programas com orientação mais *social-demócrata* nas administrações da *Concertación* e no governo Piñera. E daí o enfraquecimento das utopias social-democrática e socialista e com elas o combate às pobreza-econômica-política.

É certo que durante o primeiro ano da *revolución chilena* a utopia socialista, que se identifica com “os de baixo”, se fez mais viva que nunca porque sonhos se fizeram reais. É também certo que a ditadura de Pinochet transformou sonhos em pesadelos e enterrou o quanto pode a utopia socialista, que de fato se esboroou. E que o *Chile Actual* encontra dificuldades para manter acesa e irradiar a utopia *social-demócrata* (e mais ainda a utopia socialista), para realizar reformas, sobretudo se imputarmos *el crecimiento con equidade, la superacción acelerada de la miséria y la pobreza y la mejora en las condiciones generales de vida* no rol dessa orientação.

Dos dados apresentados registramos que de fato houve crescimento econômico, mesmo que por alguns anos tenha sido abaixo de suas potencialidades (Ffrench-Davis) – registrou uma média de 5,1% entre os anos de 1990-2013, mais do que o dobro dos 2,25% que representa a média histórica do capitalismo e muito superior às baixas taxas de crescimento mundial vigentes desde os anos 1990 (ver Introdução), e também superior ao crescimento econômico da maioria das nações na América Latina, e do Brasil que não alcançou 3% em média no período considerado; não foi o suficiente para colocar-lhes no rol do “mundo rico”, mas certamente o suficiente para fortalecer a sua imagem de uma nação moderna e de seu *capitalismo neoliberal* (Moulian) – nas avaliações do Banco Mundial e do FMI era e é mais fácil colocar o Chile de ontem e de hoje no “mundo rico” (que vem ocupando por volta do 40º maior PIB mundial) do que o Brasil (que vem ocupando as posições entre a 13º e a 6º posição nas últimas três décadas). A fantasia publicitária de converter o Chile numa nação moderna, desenvolvida sobre bases que intensificam a abertura comercial e financeira indiscriminada, sem controles e sem contar com impostos significativos, atrela a economia chilena a um destino cada vez menos comandado por ela e mais pelas potências econômicas que hegemonizam o planeta, tornando-a ainda mais dependente dos extraordinários preços do cobre. Os capitais forâneos, atualmente incontroláveis pelo Estado chileno, migram segundo objetivos que

estão muito longe de ser o bem-estar das maiorias chilenas. Tal fantasia incrementa a natureza rentista do padrão de acumulação capitalista das classes dominantes, ávidas pelo maior lucro no menor prazo; alimenta uma estrutura econômica deformada que aprofunda o perfil primário extrativista no país e posterga o avanço da industrialização e da diversificação produtiva; e rejeita qualquer projeto de desenvolvimento soberano e democrático (anti-Smith, anti-Polanyi e anti-Marx). E nem mesmo poderá sustentar essa fantasia se o “fio” dos altos preços do cobre se romper (Gabriel Palma).

Desde a redemocratização que metade da população chilena de menor renda, os 50% mais pobres, não retém sequer 20% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos ficavam com o dobro disso, por vezes um pouco mais. O propósito de lograr crescimento com equidade, objetivo estratégico explicitado pelos governos da *Concertación*, ou não foi cumprido ou a sua realização dependeu menos desse bloco político do que de outros fatores intervenientes. É que o crescimento com equidade não é possível se a política macroeconômica continua girando em torno dos mesmos eixos dos tempos da ditadura, se a estratégia social segue consistindo no “*jorro*”, na acumulação que o crescimento produziria automaticamente (Moulian). Mesmo sob o comando dos governos *concertacionistas* socialistas o país ampliou a desigualdade entre os que vivem de salários e os que vivem de lucros. Dados divulgados no informe de *Cuentas Nacionales 2012* do Banco Central atestam expressiva queda na participação dos salários no conjunto PIB entre os anos de 2003 e 2010, baixando de 41,2% para 35,8%, ao passo que os lucros aumentaram sua participação no conjunto da renda nacional de 46,7% para 54,2% no mesmo período. A renda segue bastante concentrada no Chile. Crescimento econômico existiu, mas sem equidade. Por aí não há nenhuma modernidade se a mesma se vincula à equidade. Por aí se enfraquece as utopias social-democrática e socialista. Por aí pode até crescer a riqueza-econômica, mas a superação da pobreza-econômica patina. Muitos chilenos continuam convivendo com uma série de problemas de diferentes naturezas, ainda hoje não resolvidos, tais como a carência de saúde, alimentação, habitação, educação, previdência etc., o que faz com que expressivos segmentos de sua pequena população (pequena comparada, por exemplo, à população do Brasil) continuem padecendo do “frio glacial da austeridade”. Primeiro é preciso lembrar que as realizações de alguns sonhos dos “de baixo” durante o governo Allende, simplesmente viraram pó na ditadura de Pinochet. Ao final do regime ditatorial, nada menos do que 45,1% da população chilena vivia numa situação de *pobreza* segundo o dado da *Encuesta Casen*. O último dado disponível,

referente ao ano de 2011, indica que nesse interim houve significativa alteração, mas ainda 14,4% de chilenos (ou 2.447.354 pessoas) foram oficialmente considerados *pobres*. “*Algo es algo, peor es nada*” (Moulian).

A contar pelo que afirmou (2011) Dilma quando do lançamento do Plano Brasil sem Miséria, “o Brasil tirou 28 milhões de pessoas da pobreza e elevou a 36 milhões as classes médias (...) [e] nós pretendemos melhorar a vida de 16 milhões de brasileiros [quase todo um Chile] que ainda estão na pobreza extrema”. O balanço oficial vai bem e não se surpreendam se na campanha eleitoral desse ano já estivermos vivendo num *Brasil sem Miséria*. Algo é algo, pior é nada. Retomemos o que houve no país, a começar pelo crescimento econômico. A contar pelas posições de Oliveira a resposta é a de o mesmo foi “mediocre”. No discurso de FHC urge retomá-lo. Nos discursos de Lula-Dilma, a resposta é que primeiro foi preciso ‘apertar o cinto’, daí se não foi medíocre foi baixo. Logo depois ele veio, veio com “a hora e a vez do investimento” a partir de 2006. Mas durou pouco porque logo em seguida bateu uma “marolinha” (Lula) que nos atrapalhou a vida. Enfim, medíocre ou não, o saldo da primeira década do novo milênio não foi lá essas coisas, ficou em 3,7% a.a. (Gonçalves), isso se tomarmos como parâmetro o extraordinário dinamismo histórico do capitalismo brasileiro (cuja variação média do PIB foi de 4,14% a.a. entre 1890-1980) – dinamismo esse superior ao do Chile considerando o mesmo período. Pochmann mais recentemente fala em “retomada do crescimento”. Desde quando? Se foi desde Lula, calculamos em média 3,5% a.a. entre 2003-2012 (e provavelmente abaixo disso se incluirmos os anos de 2013-2014), acima da média das décadas de 1980-1990, mas abaixo de sua média histórica. E quanto à equidade desse crescimento? Sublinhamos que os trabalhadores viram minguar a sua participação na renda nacional ao longo dos anos 1960-2000, de 55% para 37%. Enquanto o poder de compra do salário mínimo despencava, os ricos ficavam ainda mais ricos. A relação da apropriação da renda nacional entre o topo e a base (10% + ricos/40% + pobres) foi de 13,5 para 21,2 no período. (Pochmann). Por aí não há equidade, as desigualdades aumentam, e isso abala a utopia social-democrata (e ainda mais a utopia socialista), a menos que a aproximemos de preceitos que estiveram inclusive ausentes e foram rechaçados em suas origens e evolução mais reformistas.

Também concluímos com Pochmann que são menores os riscos de chegarmos em 2020 em condições de inclusão social piores do que as encontradas em meados dos 2000. Menores porque a renda do trabalho ganhou nos últimos anos peso relativo diante

da renda da propriedade no conjunto da renda nacional, isso por conta do retorno do crescimento econômico, do fortalecimento do mercado de trabalho, sobretudo do setor de serviços. Menores porque junto com o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho, houve expansão das políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, a exemplo do aumento do salário mínimo e da massificação da transferência de renda. E menores pela queda da taxa de desemprego, pela maior formalização dos empregos e também porque enormes massas humanas foram resgatadas da condição de pobreza. Lula fala em 18 milhões de novos empregos criados na última década. E quantos ainda vivem sem trabalho no país? Menos de 6% da PEA. Aceitando os dados apresentados conclui-se que segmentos da classe trabalhadora estão, após quase uma geração, novamente diante de condições mais favoráveis na relação de dependência que travam com capitalistas (daqui e de fora) e que os novos empregados vivem à ascensão social de poder se reproduzir na condição de assalariados, formal ou não, e ainda que seus rendimentos sejam ínfimos. Por aí a pobreza-econômica se reduz, mas a pobreza política (no sentido da emancipação) prossegue, pois os trabalhadores daqui não vivem e nem nunca viveram nenhuma *via brasileira rumo ao socialismo*.

É certo que massas humanas das *superpopulações relativas* no Brasil, mais do que no Chile, vêm-se mesmo aliviadas diante da proteção social garantida por seus respectivos Estados. Mas afinal quem vem pagando pelo maior consumo dos “de baixo”? A assertiva de Marx de que “o pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe media inferior” é válida tanto no Brasil como no Chile, talvez mais aqui do que lá, dado nosso maior GPS proporcional, a nossa maior dívida pública em proporção ao PIB e a maior regressividade de nosso sistema fiscal. No Brasil, registramos que diante da expansão do GPS nos últimos anos, abaixo do “padrão avançado de inclusão social” e proporcionalmente diminuta diante da parcela abocanhada pelos juros e amortizações da dívida. No Chile não é diferente. Smith não veria justiça nesses sistemas tributários e condenaria o endividamento público, sobretudo no Brasil. E Polanyi poderia até reconhecer que os gastos sociais recaíram em parte nas classes altas, mas diria que não são de fato pesados, sem esquecer que se as produtividades estivessem baixando (e elas não estão) e com elas os salários (e eles não estão), daí teríamos problemas. Mas temos problemas em conjugar maior justiça social com inserção competitiva (FHC). E temos problemas insolúveis em resolver os

contraditórios imperativos da acumulação capitalista com a reprodução da massa de pobreza e desigualdades (Florestan).

Podemos concluir que as múltiplas ações políticas e públicas ainda não deram todos os seus frutos sociais, nem no Brasil, tampouco no Chile. Esses frutos vieram, mas não de uma só vez, vem vindo aos poucos, de forma crescente, mas ainda bem pouco quando comparado a todos os frutos colhidos anualmente. Talvez nossos “patrimônios social-democrático” (Cardoso) não sejam apenas “pratos de lentilhas” (Florestan), mas não é muito mais do que isso levando em conta a enorme massa de riqueza já materializada e constantemente recriada (ainda que num ritmo mais “mediocre” para o caso brasileiro). Muito para poucos e pouco para dividir pra muitos, tanto aqui como lá. E quem tem um pouquinho a mais é logo alçado à categoria de nova classe média, um disparate – nas ‘luzes’ que Pochmann lançou na estrutura social brasileira, não encontrou nenhuma *Nova classe média*. É que as noções de miséria e classe média foram rebaixadas na ordem discursiva oficial atual, e não só no Brasil.

Por fim, e tomando um trecho da epígrafe desta tese, onde se lê que “os seres humanos não nasceram para viver em cativeiro, mesmo que a gaiola ou os grilhões sejam feitos de ouro e diamantes” (Florestan), fica claro que a pobreza-política só será mesmo erradicada quando finalmente houver a verdadeira liberdade em que gentes deixem de estar submetidas a outras, deixem de entregar o produto do seu trabalho e passem a viver como iguais, repartindo justa e democraticamente os frutos do trabalho de todos. Isso não se avizinha no horizonte nem do Brasil nem do Chile Atuais. Tampouco registramos isso ao longo de praticamente toda a história desses países. Praticamente porque não podemos esquecer que por lá passou uma *vía chilena* que serve de inspiração para despertar uma utopia que hoje se encontra desfeita ou não feita nas subjetividades, tanto aqui como lá. Florestan alertou para não esquecermos que o paradigma dos que se põem socialistas, revolucionários ou não, não está no passado, mas na relação do presente com o futuro. O problema já não é tanto o da expansão da riqueza material, mas o da superação da pobreza tomada num sentido muito mais amplo do que a simples satisfação de necessidades materiais, sem reduzir suas importâncias.

Referências

- ANTUNES, Ricardo.** O continente do labor. São Paulo : Boitempo, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni.** Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2008.
- BAER, Werner.** A economia brasileira. 2. ed. São Paulo : Nobel, 2002.
- BARROS, Ricardo Paes, CARVALHO, Mirela & MENDONÇA, R. S. Pinto.** Sobre as utilidades do Cadastro único. *In:* CASTRO, Jorge Abrahão & MODESTO, Lúcia. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Vol. 1. Brasília : Ipea, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete.** Política social: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo : Cortez, 2008.
- BOFF, Leonardo.** Pelos Pobres Contra a Pobreza. *In:* O caminhar da igreja com os oprimidos: Do Vale das Lágrimas à Terra Prometida. 2º ed. Rio de Janeiro : CODECRI, 1981.
- BOMFIM, Manoel.** A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro : Topbooks, 2005. (A primeira edição data de 1905).
- BORÓN, Atílio.** A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis : Vozes, 2001.
- BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília : Congresso Nacional, 1988.
- _____. Desenvolvimento social e combate à fome no Brasil: balanços e desafios. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.
- _____. Relatório Final da Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Brasília : Congresso Nacional, 1999.
- _____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento. Brasília : IPEA, 2010.
- _____. Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais, Chile. Brasília : MRE/DPR/DIC, setembro de 2013.
- BRAUDEL, Fernand.** Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas. São Paulo : Martins Fontes, 1998a.
- _____. Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998b.

CABELLO, Jorge Rodríguez & SERRANO, Lorena Flores. *Protección del gasto público social a través de la política fiscal: el caso de Chile.* Santiago : CEPAL, 2010.

CAMPELO, Teresa. Discurso de lançamento do Plano Brasil sem Miséria. Brasília : MDS, 02/06/2011.

CAMPOS, André, POCHMANN, Márcio, AMORIM, Ricardo & SILVA, Ronnie. (Org.). Atlas da exclusão social no Brasil (vol.2): dinâmica e manifestação territorial. 2º ed. São Paulo : Cortez, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. Florestan Fernandes. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios globais. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010a.

_____. Xadrez internacional e social-democracia. São Paulo : Paz e Terra, 2010b.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso & JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. Brasília : Ipea, 2005.

CARRILLO NIETO, Juan José. *El neoliberalismo en Chile: entre la legalidad y la legitimidad. Entrevista a Tomás Moulián.* México : Flacso, 2010. (Revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Perfiles latinoamericanos. Año 18, número 35, enero-junio de 2010).

CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. 3 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO Jr. José Celso & JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: restrições macroeconômicas ao financiamento social no âmbito federal entre 1995 e 2002. In: JACCOUD, Luciana. (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília : IPEA, 2009.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe.* Santiago : CEPAL, 2013.

_____. Panorama da inserção internacional da América Latina e Caribe. Santiago : CEPAL, 2013.

_____. *Rasgos generales de la evolución reciente.* Santiago : CEPAL, vários anos.

_____. Balanço das economias da América Latina e Caribe. 2007.

_____. *Panorama Social de América Latina.* 2007, 2009, 2010, 2011, 2012.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo : Xamã, 1996.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo : Martim Claret, 2002.

- DE LUIS, Michael Jorratt.** *La tributación directa en Chile: equidad y desafíos.* Santiago, CEPAL, 2009.
- DEAN, H., CIMADAMORE, A. & SIQUEIRA, J.** A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. *Buenos Aires :* CLACSO, 2006.
- DEMO, Pedro.** Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas : Armazén do Ipê, 2006.
- DIAS DAVID, Maurício & SCHMIDT, Benício Viero.** Democratização e política social: notas sobre a conjuntura brasileira atual. 1994.
- ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO.** Estatísticas e informações de todos os países do planeta. 3 ed. São Paulo : Publifolha; Rio de Janeiro : Editora Terceiro Milênio, 2002.
- FARÍAS, Claudia Robles.** *Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe: Chile.* Santiago : CEPAL, 2013.
- FAZIO, Hugo & PARADA, Magaly.** *Veinte años de política económica de la Concertación.* Santiago : LOM, 2010.
- FERNANDES, Florestan.** Ensaio de sociologia geral e aplicada. São Paulo : Pioneira Editora, 1959.
- _____. Fundamentos empíricos da explicação sociológica (1959). 2º ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. Elementos de sociologia teórica. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1970.
- _____. Sociologia, modernização autônoma e revolução social (abril/1973). In: FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1973.
- _____. A natureza sociológica da sociologia. São Paulo : Ática, 1980.
- _____. Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (uma rotação de perspectivas) (fev/1981). In: FERNANDES, Florestan. Poder e Contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.
- _____. O que é a sociologia? In. FERNANDES, Florestan. Elementos de sociologia teórica. São Paulo : Universidade de São Paulo, 1970.
- _____. A Constituição inacabada: vias históricas e significado político. São Paulo : Estação Liberdade, 1989.

_____. O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo : Autores Associados, 1991.

_____. Democracia e Desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo : Hucitec, 1994.

_____. Em defesa do socialismo (07/1990). *In*: FERNANDES, Florestan. Em busca do socialismo. São Paulo : Xamã, 1995a.

_____. A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo : Ática, 1995b.

_____. A força do argumento. São Carlos : UFSCar, 1998.

_____. O PT e o socialismo. *In*: FERNANDES, Florestan. Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo. 2º ed. São Paulo : Globo, 2006.

_____. Que tipo de República? 2º ed. São Paulo : Globo, 2007.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Concepción y Chillán : Universidad de Chile, 2008.*

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 27 ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional : Publifolha, 2000. (A primeira edição data de 1959).

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 45 ed. São Paulo : Paz e Terra, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). *In*: GIAMBIAGI, Fabio & VILLELA, André (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

GIOVANNI, Alves. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1º edição/2º reimp. São Paulo : Boitempo, 2009.

GOMES, Marcel. Kubitschek, Juscelino. *In*: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo e MARTINS, Carlos Eduardo (coords.). America Latino: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2006.

GÓMEZ LEYTON, Juan Carlos. Política, democracia y ciudadanía en una sociedad neoliberal (Chile: 1990-2010). Santiago : ARCIS/PROPOSAL/CLACSO, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2003.

- GONÇALVES, Reinaldo & POMAR, Valter.** O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90. São Paulo : Perseu Abramo, 2000.
- GONZÁLEZ, Ivonne.** *Gasto y Deuda Pública en América Latina: Indicadores del Sector Público.* Santiago : CEPAL, 2012.
- GREMAUD, A. Patrick., VASCONCELLOS, M. A. Sandoval & JÚNIOR, Rudinei Toneto.** Economia brasileira contemporânea. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- HARVEY, David.** O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo : Loyola, 2008.
- _____. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo : Boitempo, 2012.
- HERMANN, Jennifer.** Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In:* GIAMBIAGI, Fabio & VILLELA, André (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.
- _____. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. (1974-1984). *In:* GIAMBIAGI, Fabio & VILLELA, André (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.
- HOBBSAWN, Eric.** A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo : Companhia das Letras, 2001.
- _____. Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo : Companhia das Letras, 2011.
- HUNT, E. K. & SHERMAN, H. J.** História do pensamento econômico. 19 ed. Petrópolis : Vozes, 2000.
- INFANTE, Ricardo, MOLINA, Sergio & SUNKEL, Osvaldo.** Crecimiento con equidad: hacia una estrategia de desarrollo incluyente. *In:* BASCUÑÁN, Carlos, CORREA, Germán, MALDONADO, Jorge & SÁNCHEZ, Vicente (Ed.). Más acá de los sueños, más allá de lo posible: La Concertación en Chile. Volumen II. Santiago : LOM, 2009.
- IPEA.** Políticas sociais: acompanhamento e análise: vinte anos da Constituição Federal. Volume 17. Brasília, 2008.
- _____. Perspectivas da política social no Brasil. Brasília : Ipea, 2010a.
- _____. Comunicado da Presidência do Brasil: Pobreza, desigualdade e políticas públicas, nº 38. 12/01/2010b.

_____. Comunicado da Presidência do Brasil: Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil, n° 58. 13/07/2010c.

_____. Comunicado da Presidência do Brasil: 15 anos de gasto social federal notas sobre o período de 1995 a 2009. n° 98. 08/07/2011.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: DEAN, H., CIMADAMORE, A. & SIQUEIRA, J. A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. *Buenos Aires* : CLACSO, 2006.

LULA, Luís Inácio. O necessário, o possível e o impossível (entrevista). In: SADER, Emir. (Org.). Lula e Dilma. São Paulo : Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis : Vozes, 2000.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 16 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira : 1998. (A primeira edição data de 1867).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo : Boitempo, 2002. (A primeira edição data de 1848).

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7ª ed. Brasília : UNB, 2001.

_____. Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973). 1ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: anatomía de un mito*. 3 ed. Santiago : LOM, 2002.

_____. Chile. In: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo e MARTINS, Carlos Eduardo (coords.). *América Latino: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2006.

NACIONES UNIDAS. *Informes de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Nueva York, 2008, 2009 y 2010.*

_____. *Resolución A64665 de la Asamblea General, 12/02/2010.*

_____. *Objetivos de Desarrollo del Milenio: el progreso de América Latina y el Caribe hacia los ODM: desafíos para lograrlos con igualdad, 2010.*

OLIVEIRA, Francisco. Brasil. In: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo e MARTINS, Carlos Eduardo (coords.). *América Latino: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2006a.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *In*: BASUALDO, Eduardo M. & ARCEO, Enrique (compiladores). 1. ed. Buenos Aires : CLACSO, 2006b.

_____. Hegemonia às avessas. *In*: OLIVEIRA, Francisco., BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele. (Orgs.). São Paulo : Boitempo, 2010a.

_____. O avesso do avesso. Hegemonia às avessas. *In*: OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele. (Orgs.). São Paulo : Boitempo, 2010b.

OLIVEIRA, Francisco & MAZZUCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e estado no Brasil (1950-1976). *In*: OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro : Graal, 1977.

OLIVEIRA, Franklin. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. (1993). *In*: A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro : Topbooks, 2005.

OLIVEIRA, Márcio. O dragão chinês contra a crise. *In*: IPEA. Desafios do desenvolvimento, ano 06, n° 48, março de 2009.

PALMA, José Gabriel. Modelo chileno está por um fio. *In*: Carta Maior, 21/05/2013.

PIÑERA, Juan Sebastián. Nós, os bicentenários. *In*: *The Economist*. O mundo em 2011. Publicado por Carta Capital, jan/fev de 2011.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo : Boitempo, 2001.

_____. Desempregados do Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. 1° edição. São Paulo : Boitempo, 2009.

_____. Nova classe média? : o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo : Boitempo, 2012.

_____. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2013. *In*: SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma: São Paulo : Boitempo, 2013, p.145-156.

POCHMANN, Márcio & AMORIN, Ricardo. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo : Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio et all. Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil. São Paulo : Cortez, 2004.

POCHMANN, Márcio et all. Atlas da exclusão social: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo : Cortez, 2005.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2ª edição. Rio de Janeiro : Campos, 2000. (A primeira edição data de 1944).

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 43 ed. São Paulo : Brasiliense, 1998. (A primeira edição data de 1945).

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo : Nova Cultural, 1996.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? 3.ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010.

ROUSSEFF, Dilma. Um país para 190 milhões de brasileiros (entrevista). *In*: SADER, Emir & GARCIA, Aurélio (Orgs.). Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo : Perseu Abramo : Boitempo, 2010.

_____. Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira. Brasília, 2011.

_____. Discurso de lançamento do Plano Brasil sem Miséria. Brasília : MDS, 02/06/2011.

SANTOS. Cláudio Hamilton Matos. Um Panorama das Finanças Públicas Brasileiras 1995/2009. *In*: CASTRO, J. Abraão; SANTOS, C. H. Matos dos Santos & RIBEIRO, J. A. Carlos. (Orgs.). Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2008-2009. Brasília: Ipea, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. “Questão social”: particularidades no Brasil. São Paulo : Cortez, 2012.

SANTOS, Milton. Pobreza urbana. 3º ed. São Paulo : Edusp, 2009.

SADER, Emir. Democracia e ditadura no Chile. São Paulo : Brasiliense, 1984.

_____. Chile (1818-1990): da independência à redemocratização. 1ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1991.

_____. Chile – Socialismo como radicalização da democracia? *In*: SADER, Emir. Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina. 10ª ed. São Paulo : Atual, 1992.

_____. Ditaduras militares. *In*: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo e MARTINS, Carlos Eduardo (coords.). America Latino: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2006.

_____. O primeiro governo Lula: aventuras e desventuras. *In*: SADER, Emir. A vingança da história. São Paulo : Boitempo, 2007, p.197-218.

_____. A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2009.

- SALVADOR, Evilasio.** Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo : Cortez, 2010.
- SCHMIDT, Benício Viero.** O Estado, a Nova Esquerda e o Neocorporativismo (dilemas também da educação). UFBA : Caderno CRH : Vol.14, n°35, 2001.
- _____. Benício Viero Schmidt (entrevista). In: BASTOS, Elide Rugai., ABRUCIO, Fernando., LOUREIRO, M. Rita & REGO, J. Marcio. Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo : Editora 34, 2006.
- _____. O Estado e a imaginação sociológica. Brasília : Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Vol 7, n° 1/2013.
- SILVA, Marina.** A miséria e a pobreza da política. São Paulo : Folha de São Paulo, 31 de outubro de 1999.
- SMITH, Adam.** A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo : Nova Cultural, 1996.
- SOARES, Laura Tavares.** Social, Questão. In: SADER, Emir, JINKINGS, Ivana, NOBILE, Rodrigo e MARTINS, Carlos Eduardo (coords.). America Latino: Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. 1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2006.
- SOUZA, Nilson Araújo.** Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula. São Paulo : Atlas, 2007.
- SPRANDEL, Marcia Anita.** Pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2004.
- STEDILE, João Pedro (org.).** A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.
- SUASSUNA, Daniella de Souza Barbosa & MACHADO, Charliton José dos Santos.** Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra América Latina: males de origem (1905). João Pessoa : Educação Unisinos, 2009.
- TAVARES, Maria da Conceição.** Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.
- THE ECONOMIST.** O mundo em 2011 e 2014. São Paulo : Carta Capital, 2011 e 2014.
- VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica.** Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. 2º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

VILLELA, André. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). *In:* GIAMBIAGI, Fabio & VILLELA, André (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

WINN, Peter. A revolução chilena. São Paulo : UNESP, 2010.

Sites consultados

BANCO CENTRAL DE CHILE. *Banco Central de Chile: Anuário de Cuentas Nacionales, diversos años.* Disponível em: <<http://www.bcentral.cl>>, acessado durante os meses de outubro a dezembro de 2013.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://worldbank.org>>, acessado em dezembro de 2013.

CARTA MAIOR. Modelo chileno está por um fio, adverte economista. (21/05/2013). Disponível em: <www.cartamaior.com.br>, acessado em 21 de maio de 2013.

CEPAL. Disponível em: <<http://www.cepal.org>>, acessado durante diversas datas ao longo do ano de 2013.

CIAT, CEPAL & OCDE. *Estadísticas Tributarias en América Latina 1990 – 2010. (Taller: Evasión e Impuesto a la Renta en América Latina Montevideo, Uruguay, 22-23 de noviembre de 2012).* Disponível em: <http://www.cepal.org/uruguay/noticias/documentosdetrabajo/1/48451/Presentacion_Martner_Podesta.pdf>, acessado em 08 de dezembro de 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-cnv>>, acessado em 30 de agosto de 2013.

FERES, Juan Carlos. <http://www.youtube.com/watch?v=uhXM4XTTGgI>.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Concepción y Chillán : Universidad de Chile, 2008.* Disponível em: <<http://www.ubiobio.cl/miweb/webfile/media/134/descargas5/ClaseInaugural.pdf>>, acessado em 26/11/2013.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat>>, acessado em 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DEL CHILE. Disponível em: <<http://www.ine.cl>>, acessado em 17 de novembro de 2013.

IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>, acessado em diversas datas entre os anos de 2011 e 2013.

LA NACIÓN. *La gran brecha entre salarios y ganancias.* (17/07/2012). Disponível em: <<http://www.lanacion.cl/la-gran-brecha-entre-salarios-y-ganancias-de-empresas-en-chile/noticias/2012-07-17/213630.html>>, acessado em 04 de dezembro de 2013.

LISTA DE PAÍSES POR CARGA TRIBUTÁRIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_carga_tribut%C3%A1ria>, acessado em 08 de dezembro de 2013.

MDGS. Disponível em: <<http://www.mdgs.un.org>>, acessado em setembro de 2010.

MIDEPLAN. Disponível em: <<http://www.mideplan.gob.cl/casen/index.html>>, acessado em diversas datas ao longo dos anos de 2010-2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais, Chile. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChile.pdf>>, acessado em 26 de novembro de 2013.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL DEL CHILE. Disponível em: <<http://ministeriodesarrollosocial.gob.cl>>, acessado em diversas datas ao longo do ano de 2013.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL DEL CHILE. *Casen 2011: Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional, para los años 2009 y 2011.* Disponível em: <http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/layout/doc/casen/publicaciones/2011/ingreso_2011.pdf>, acessado em diversas datas ao longo de 2013.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>, acessado em diversas datas entre os anos de 2009 e 2013.

ONU. Disponível em: <<http://www.un.org>>, acessado em diversas datas ao longo do ano de 2012.

PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>, acessado em 2013.

PNUD CHILE. Disponível em: <<http://www.pnud.cl/areas/ReduccionPobreza/datos-pobreza-en-Chile.asp>>, acessado em 16 de novembro de 2013.

PORTAL VERMELHO. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>, acessado em 26/01/2011.

PUNTO FINAL. *Chile, campeón de la desigualdad.* Editorial de 26 de junio al 8 de julio de 2010. Disponível em: <<http://www.puntofina.cl/>>, acessado em 02 de dezembro de 2013.

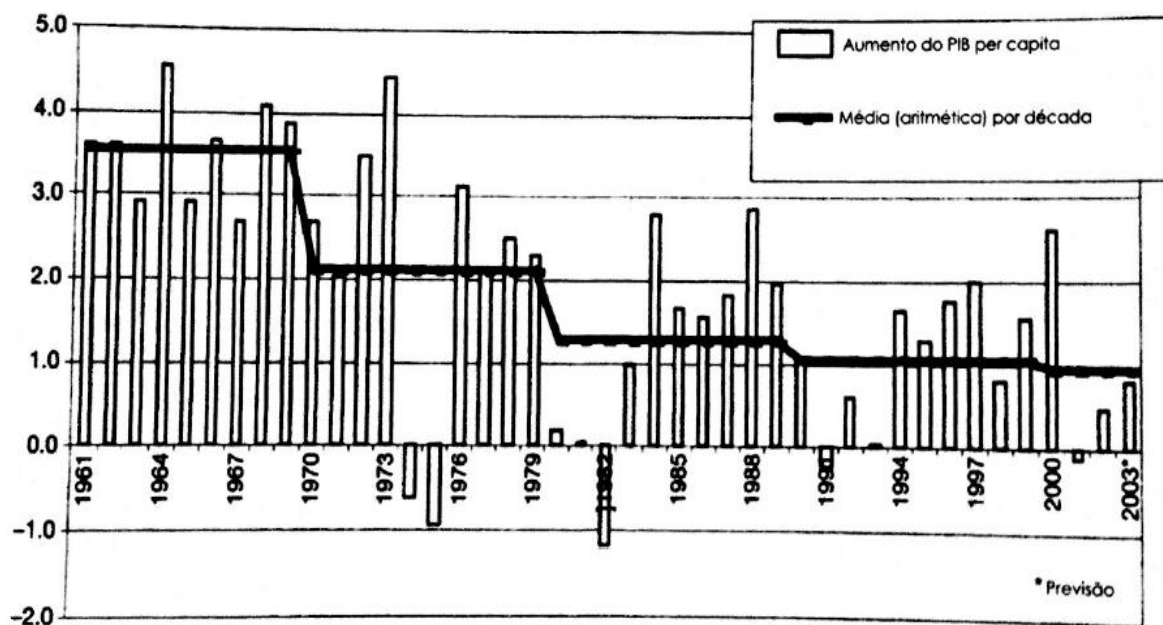
SOCIALISMO Y DEMOCRACIA (BLOGSPOT). Disponível em: <<http://fmdelacuadra.blogspot.com/2010/07/agencias-la-pobreza-en-chile-registro-13.html>>, acessado em 24/02/2011.

UNPD-China. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/asiathepacific/china/China_2008_en.pdf>, acessado em setembro de 2010.

WIKIPEDIA. Chile; Economia do Chile; Neoliberalismo chileno. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Chile>>, acessado em 24 de novembro de 2013.

ANEXO I

Figura 02. Taxas globais de crescimento, anualmente e por década (1961-2003)



Fonte: *World Commission on the Social Dimension of Globalization. A Fair Globalization* apud DavidHarvey, 2008, p.167.

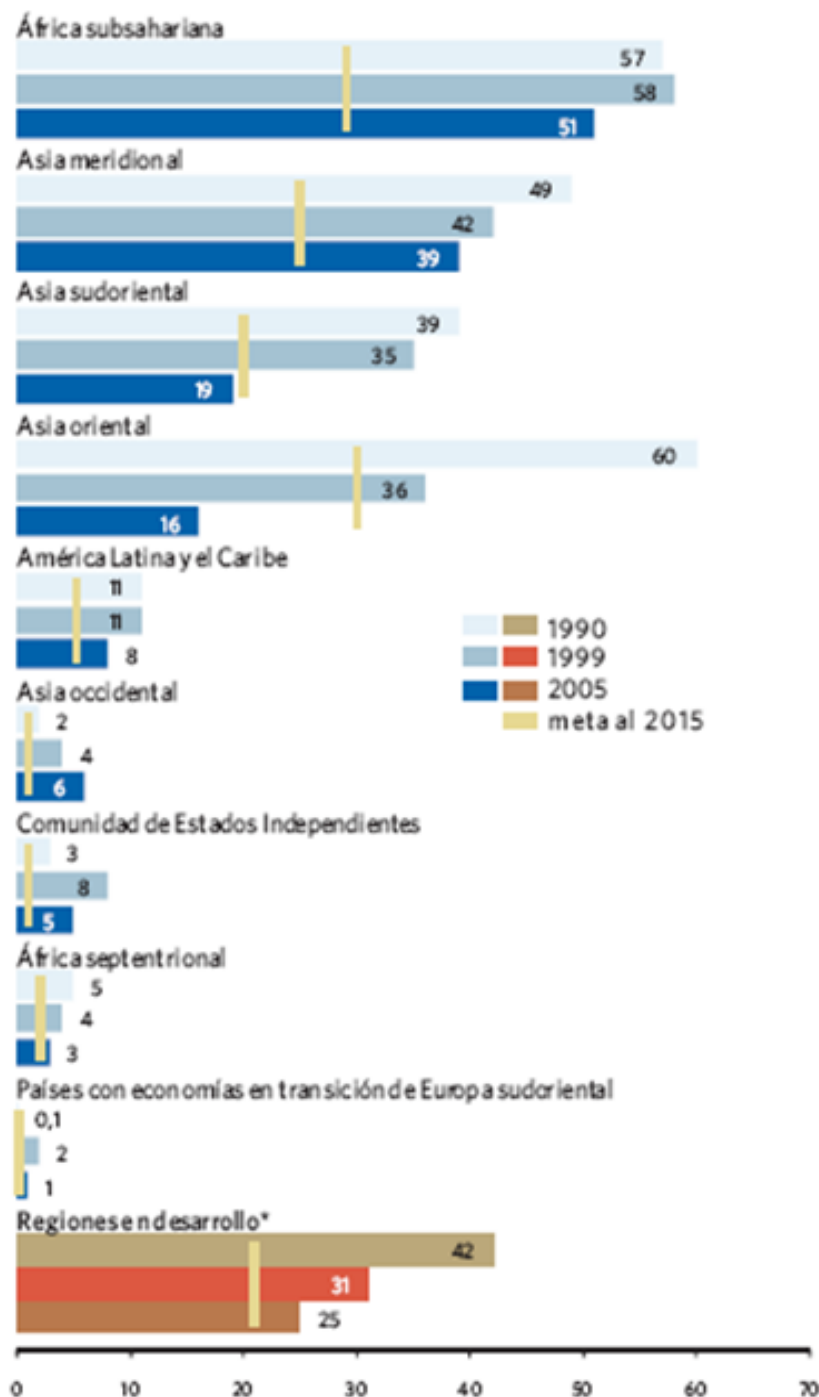
Tabela 1. Crescimento do PIB: o mundo e as principais regiões, 1950-2030

	Níveis em bilhões de dólares (1990)					Taxa anual média da mudança	
	1950	1973	1990	2003	2030	1990-2003	2003-30
<i>Europa ocidental</i>	1.396	4.097	6.033	7.857	12.556	2,05	1,75
<i>EUA</i>	1.456	3.537	5.803	8.431	16.662	2,91	2,56
<i>Austrália, Canadá, Nova Zelândia</i>	180	522	862	1.277	2.414	3,07	2,39
<i>Japão</i>	161	1.243	2.321	2.699	3.488	1,17	0,95
"RICOS"	3.193	9.399	15.019	20.264	35.120	2,33	2,06
<i>Europa Oriental</i>	185	551	663	786	1.269	1,33	1,79
<i>Rússia</i>	315	872	1.151	914	2.017	-1,76	2,98
<i>Outros países da antiga URSS</i>	199	641	837	638	1.222	-2,17	2,43
<i>América Latina</i>	416	1.389	2.240	3.132	6.074	2,61	2,48
<i>China</i>	245	739	2.124	6.188	22.983	8,56	4,98
<i>Índia</i>	222	495	1.098	2.267	10.074	5,73	5,68
<i>Outros países da Ásia</i>	363	1.387	3.099	5.401	14.884	4,36	3,83
<i>África</i>	203	550	905	1.322	2.937	2,96	3,00
"RESTO"	2.148	6.624	12.117	20.648	61.460	4,19	4,12
MUNDO	5.341	16.022	27.136	40.913	96.580	3,21	3,23

Fonte: David Harvey, 2012, p.31.

Anexo II

Figura 3. Proporção da população com renda inferior a \$1,25 por dia, 1990, 1999, 2005 (em %)

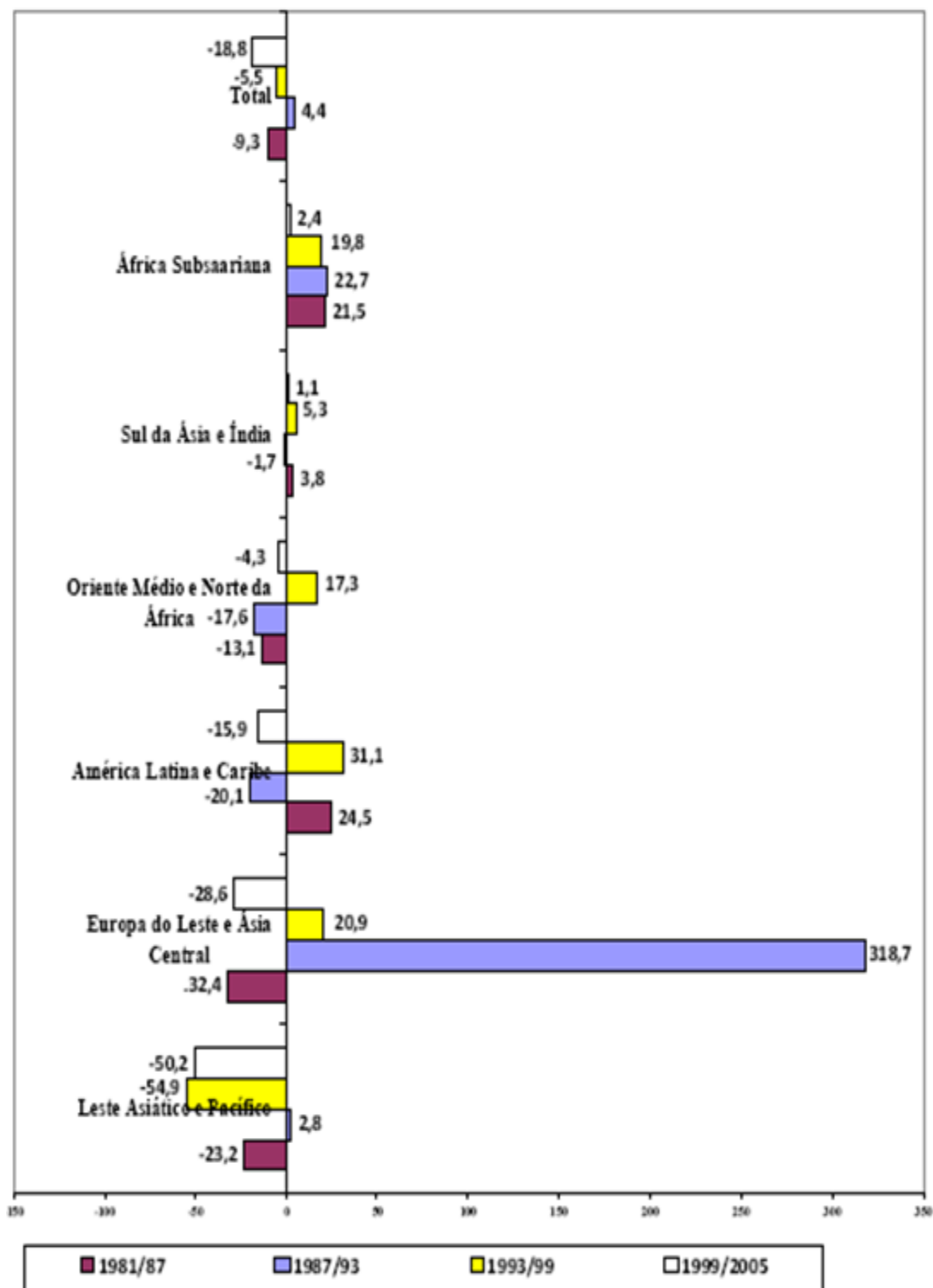


* Inclui todas as regiões em desenvolvimento, a Comunidade de Estados Independientes (CEI) e os países com economias em transição da Europa Oriental do Sul.

Fonte: *Informe de los ODM*, 2009, p.06.

Anexo III

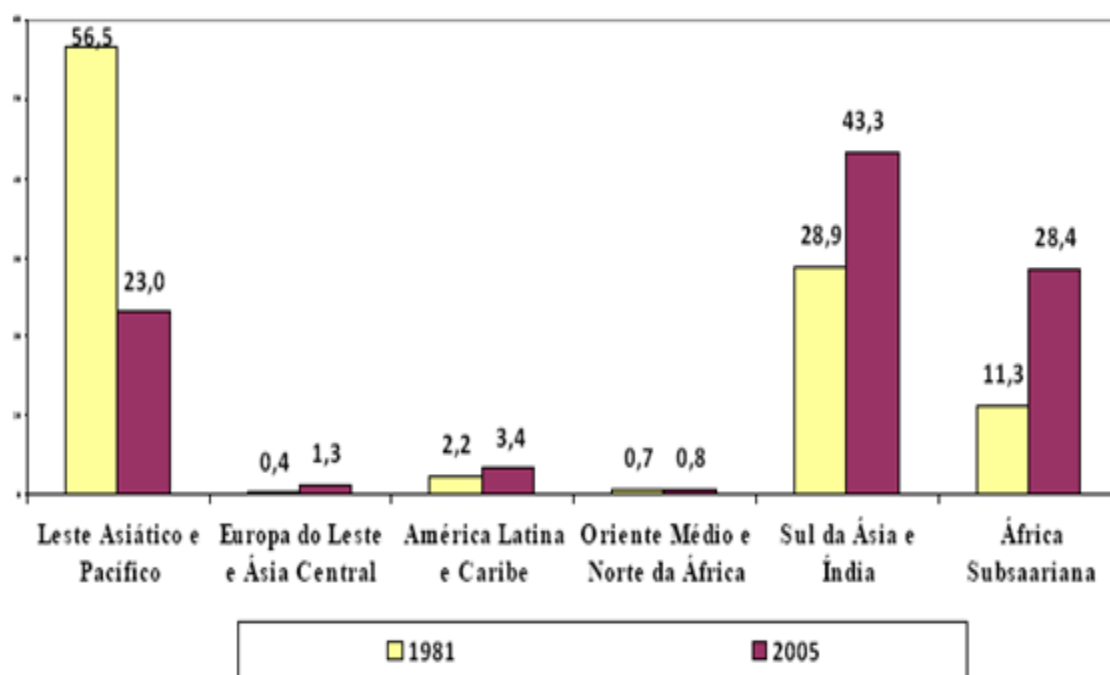
Figura 4. Variação do número de pobres em regiões no mundo e por período de tempo (em %)*



* Considerando pobre o indivíduo com renda de até \$ 1,25 dólar por dia.

Fonte: Banco Mundial (elaboração IPEA – Comunicado da Presidência da República, nº38, 12/01/2010, p.04).

Figura 05. Evolução da distribuição o número de pobres no mundo (Total = 100%)

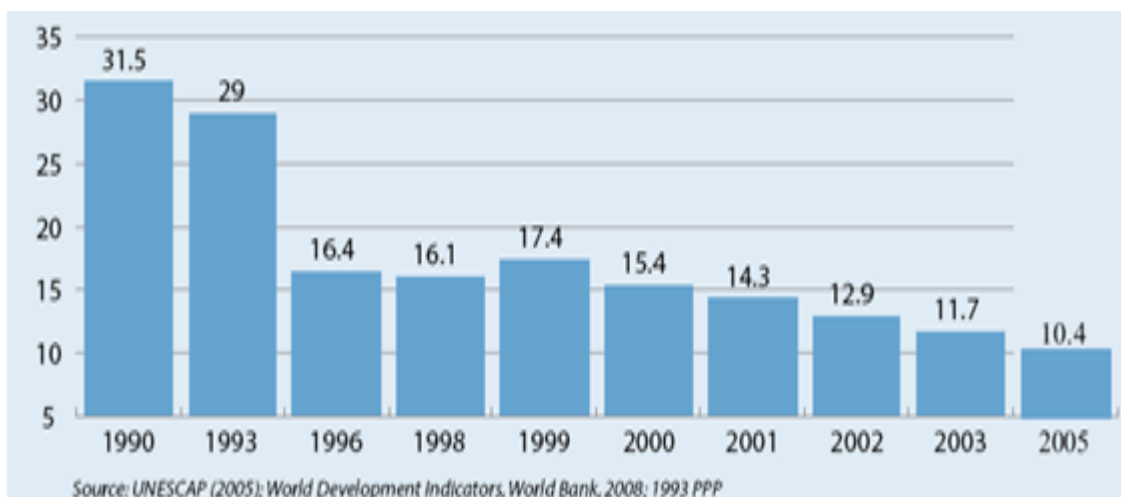


* Considerando pobre o indivíduo com renda de até \$ 1,25 dólar por dia.

Fonte: Banco Mundial (elaboração IPEA – Comunicado da Presidência da República, nº38, 12/01/2010, p.05).

ANEXO IV

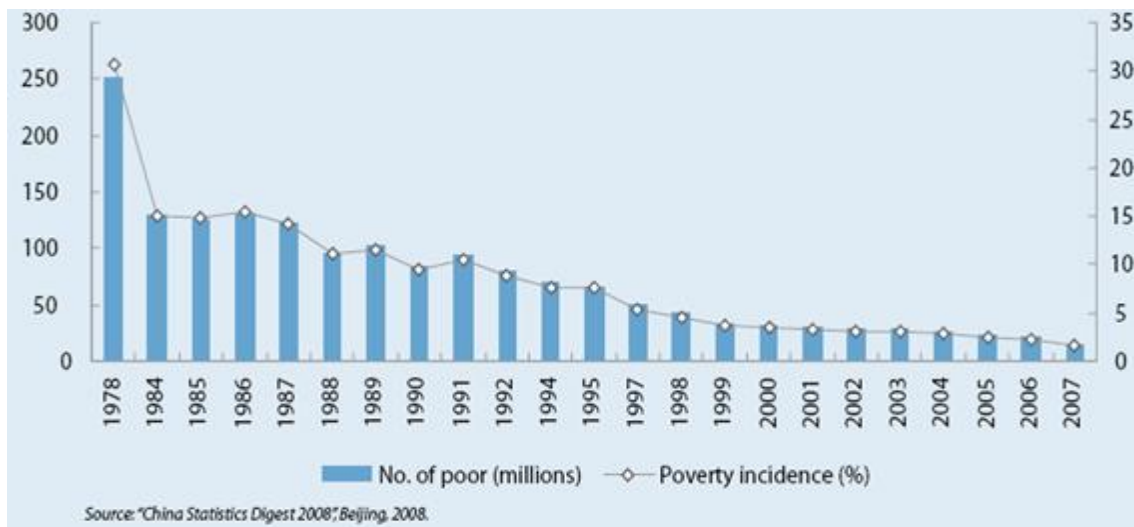
Figura 6. Pessoas vivendo com menos de \$ 1,00 dólar por dia na China, 1990-2005 (em %)



Fonte: *MDGs in China, annual Report, 2007/2008*.

Segundo PNUD-China, a redução pobreza extrema na China se deu sobretudo entre a população rural, e foi ainda mais acentuada no início do período das reformas de Deng Xiaoping, entre os anos de 1978 e 1985, do que no momento mais atual. Tomando por base a linha de pobreza oficial da China (\$1 diário), o registro é de que os extremamente pobres passaram de 250 para 125 milhões de pessoas no decorrer destes poucos anos. Entre os anos de 1986 e 1993, quando o governo chinês criou agências e fundos especiais no combate à pobreza e lançou uma grande campanha de desenvolvimento, a redução foi também significativa, passando de 125 para 75 milhões de pessoas ainda vivendo nestas condições. Já entre os anos 1994 e 2000, marcado pela promulgação e implantação dos sétimo/oitavo Planos Nacional de Redução da Pobreza, o declínio foi de 70 milhões para 32,1 milhões. Entre o 2001 e 2007, quando o país se volta para o desenvolvimento das regiões oeste e central, e formula (em 2001) o Programa de Desenvolvimento de Redução da Pobreza Rural, a redução prosseguiu de 29,27 para 14,79 milhões. Em breve síntese, observando as três últimas décadas registra-se que a incidência da pobreza rural passou de cerca de 250 para 14,79 milhões de pessoas, em termos percentuais de 30,7% para 1,6% da população vivendo em extrema pobreza, entre os anos de 1978 e 2007. (*Human Development Report China 2007/08*, p.10-11)

Figura 7. Incidência da pobreza rural na China, 1978-2007

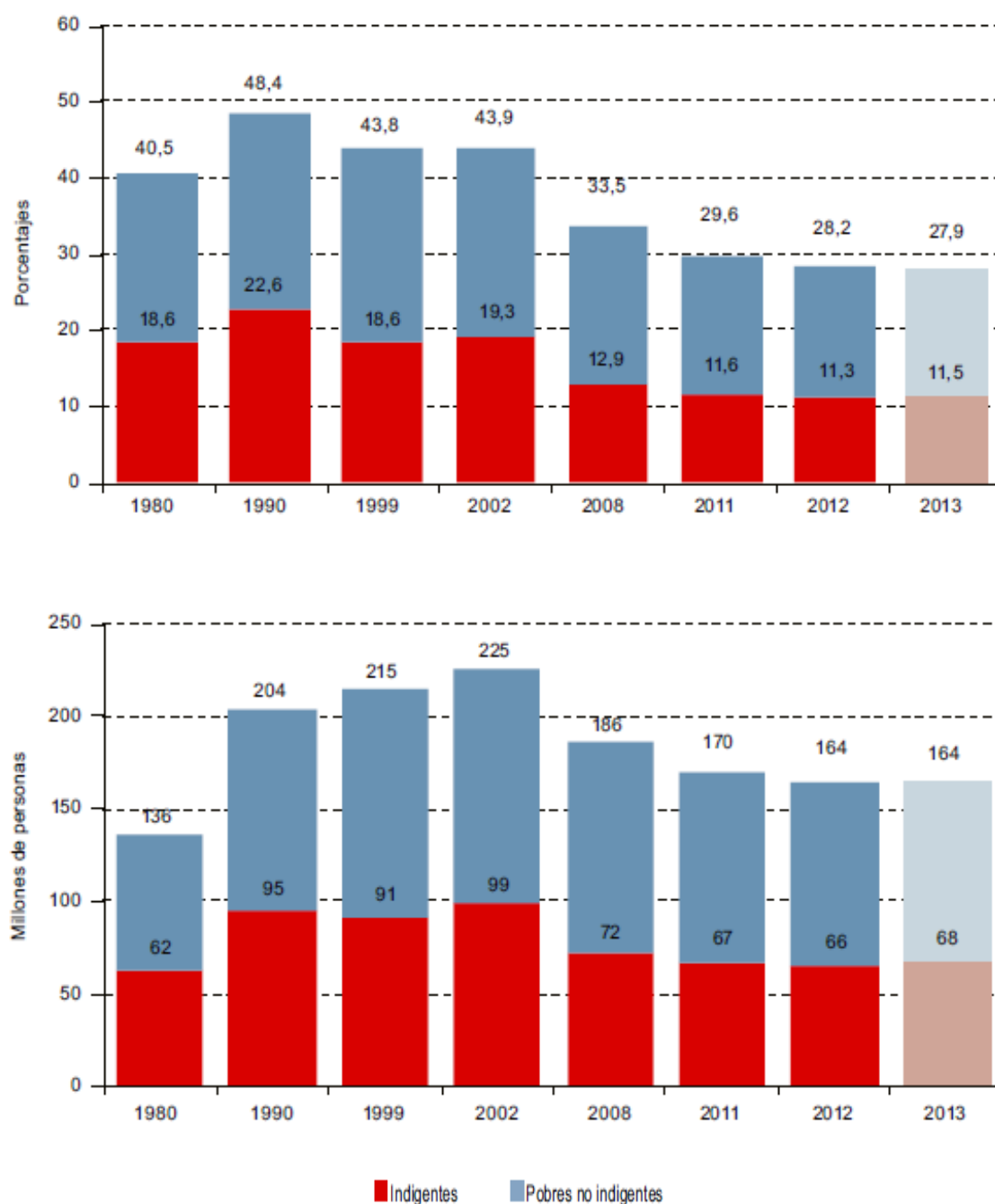


Fonte: UNPD China, *Human Development Report China 2007/08*.

A pobreza urbana emerge como um “sério problema” na era das reformas e da abertura econômica na China, quando as empresas estatais começam a reduzir sua força de trabalho e se acelerava a migração rural-urbana. Apresenta-se, portanto, de forma tardia em comparação à pobreza rural. Segundo o *Human Development Report China 2007/08*, dados sobre a pobreza urbana são muito mais difíceis de encontrar não só por esta ter emergido como um “problema tardio” no processo de reforma, mais também por não ter sido inicialmente acompanhada. Mesmo sem tal acompanhamento mais sistemático, o governo chinês afirma ter também destinado consideráveis recursos para sua redução. Em 1999 alega ter introduzido um sistema de subsídios de segurança voltado à população urbana, e em outubro de 2007, o número de pobres urbanos abrangidos por tal sistema alcançava a 22,4 milhões de pessoas.

ANEXO V

Figura 8. América Latina: evolución de la pobreza y de la indigencia, 1980-2013^a



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

^a Estimación correspondiente a 18 países de la región más Haití. Las cifras que aparecen sobre las secciones superiores de las barras representan el porcentaje y el número total de personas pobres (indigentes y pobres no indigentes). Las cifras de 2013 corresponden a una proyección.

Tabela 2. América Latina (18 países): personas en situación de pobreza y de indigencia, alrededor de 2005, de 2011 y 2012^a(en porcentajes)

País	Alrededor de 2005			Alrededor de 2011			2012		
	Año	Pobreza	Indigencia	Año	Pobreza	Indigencia	Año	Pobreza	Indigencia
Argentina ^b	2005	30,6	11,9	2011	5,7	1,9	2012	4,3	1,7
Bolivia (Estado Plurinacional de)	2004	63,9	34,7	2009	42,4	22,4
Brasil	2005	36,4	10,7	2011	20,9	6,1	2012	18,6	5,4
Chile	2006	13,7	3,2	2011	11,0	3,1
Colombia ^c	2005	45,2	13,9	2011	34,2	10,7	2012	32,9	10,4
Costa Rica ^d	2005	21,1	7,0	2011	18,8	7,3	2012	17,8	7,3
Ecuador	2005	48,3	21,2	2011	35,3	13,8	2012	32,2	12,9
El Salvador	2004	47,5	19,0	2010	46,6	16,7	2012	45,3	13,5
Guatemala	2006	54,8	29,1
Honduras	2006	71,5	49,3	2010	67,4	42,8
México	2006	31,7	8,7	2010	36,3	13,3	2012	37,1	14,2
Nicaragua	2005	61,9	31,9	2009	58,3	29,5
Panamá	2005	31,0	14,1	2011	25,3	12,4
Paraguay	2005	56,9	27,6	2011	49,6	28,0
Perú ^e	2003	52,5	21,4	2011	27,8	6,3	2012	25,8	6,0
República Dominicana	2005	47,5	24,6	2011	42,2	20,3	2012	41,2	20,9
Uruguay	2005 ^b	18,8	4,1	2011	6,5	1,1	2012	5,9	1,1
Venezuela (República Bolivariana de)	2005	37,1	15,9	2011	29,5	11,7	2012	23,9	9,7

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de hogares de los respectivos países.

^a La CEPAL está llevando a cabo un proceso de actualización de las estimaciones de pobreza, cuyos resultados se verán reflejados en el *Panorama Social* de 2014.

^b Áreas urbanas.

^c Cifras del Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) de Colombia.

^d Las cifras de 2011 y 2012 no son estrictamente comparables con las de años anteriores.

^e Cifras del Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI) del Perú.

ANEXO VI

Tabela 3. Evolución de la Pobreza y Indigencia en Chile, 1990-2006
(en porcentajes sobre la población)

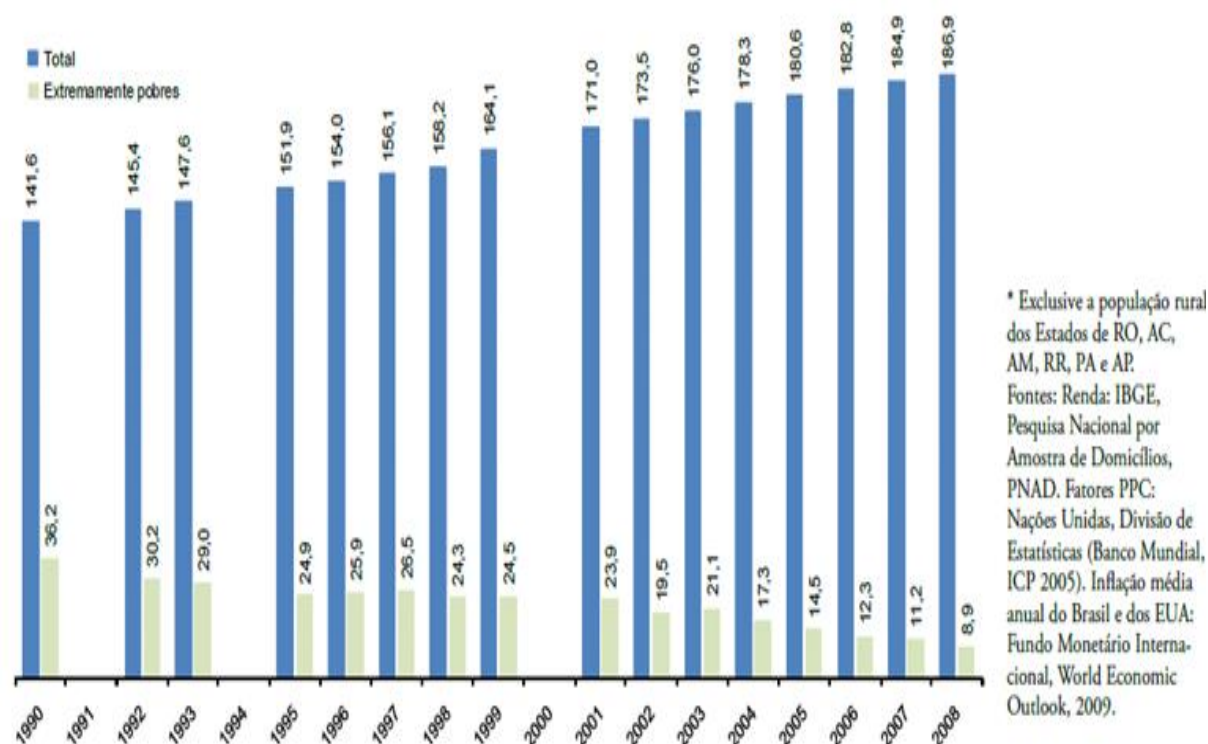
Chile 1990 – 2006 (Porcentaje sobre la población)				
AÑOS	TOTAL POBRE *		INDIGENTE	
	Nro.	%	Nro.	%
1990	4 968 3	38,6	1 674 7	13,0
1992	4 390 6	32,8	1 206 4	9,0
1994	3 815 9	27,7	1 045 1	7,6
1996	3 320 5	23,2	822 4	5,7
1998	3 184 0	21,6	825 5	5,6
2000	3 038 9	20,2	838 2	5,6
2003	2 905 4	18,7	726 5	4,7
2006	2 208 9	13,7	516,7	3,2

FUENTE: MIDEPLAN. Serie de análisis de resultados de la Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN) 2006. N 1. La situación de la Pobreza en Chile 2006.

* Corresponde a la suma de pobres no indigentes más indigentes. Se excluye el servicio doméstico puertas adentro y su núcleo familiar.

ANEXO VII

Figura 9. Brasil*: população total e população sobrevivendo com menos de US\$ PCC 1,25 por dia (em milhões), 1990-2008

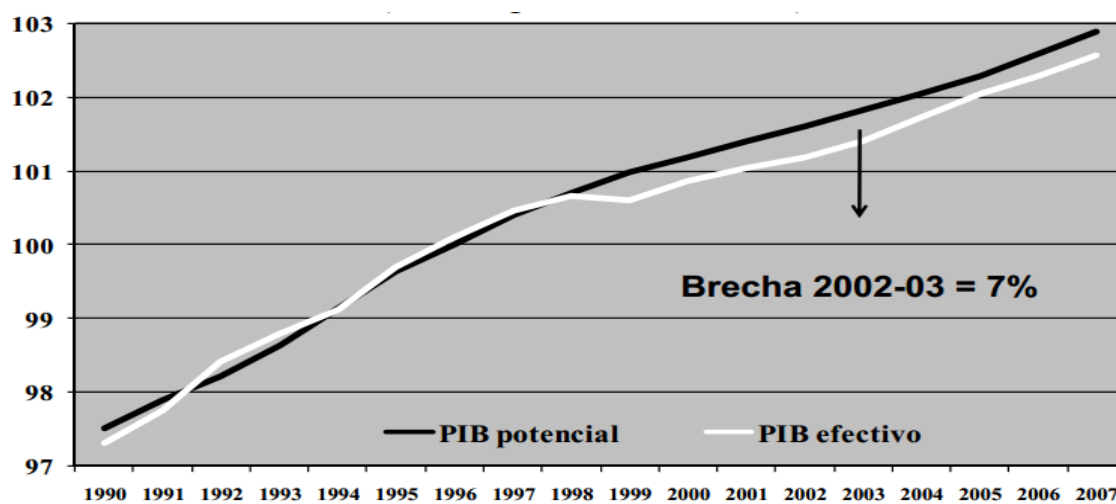


Fonte: BRASIL. Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, 2010.

No que diz respeito à trajetória mais recente da miséria no Brasil, o último Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) elaborado pela Presidência da República desta nação (em março de 2010), apresenta-nos o seguinte resultado: no ano de 1990, 36,2 milhões de brasileiros (ou 25,6% de sua população de 141,6 milhões) detinham renda domiciliar abaixo da linha de pobreza internacional (US\$ PPC 1,25 por dia); já no ano de 2008, 8,9 milhões de brasileiros (ou 4,8% da população de 186,9 milhões) encontravam-se nessa condição de pobreza extrema (Brasil, 2010).

ANEXO VIII

Figura 10. Chile: PIB potencial y efectivo, 1990-2007 (escala logarítmica, 1996=100)



Fuente: FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. Concepción y Chillán : Universidad de Chile, 2008.

ANEXO IX

Tabela 4. Chile: composição de las exportaciones en 2012 (US\$ mil millones)

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Cobre	26,52	33,9%
Minérios	19,07	24,4%
Frutas	4,96	6,3%
Pescados	3,46	4,4%
Pastas de madeira	2,53	3,2%
Pérolas/ouro/pedras	2,17	2,8%
Madeira	2,08	2,7%
Bebidas	1,85	2,4%
Químicos inorgânicos	1,85	2,4%
Aduos	1,00	1,3%
Subtotal	65,49	83,7%
Outros produtos	12,78	16,3%
Total	78,28	100,0%

Fonte: MRE/DPR/DIC – Dvisisão de inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, setembro de 2013.

Tabela 5. Chile, composición de las importaciones en 2012 (US\$ mil millones)

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Combustíveis	17,99	22,6%
Máquinas mecânicas	10,36	13,0%
Automóveis	9,37	11,8%
Máquinas elétricas	6,82	8,6%
Plásticos	2,40	3,0%
Aviões	2,29	2,9%
Borracha	1,69	2,1%
Ferro e aço	1,55	2,0%
Vestuário exceto de malha	1,36	1,7%
Obras de ferro e aço	1,35	1,7%
Subtotal	55,17	69,4%
Outros produtos	24,29	30,6%
Total	79,46	100,0%

Fonte: MRE/DPR/DIC – Dvisisão de inteligência Comercial, com base em dados da ONU/UNCTAD/ITC/COMTRADE/Trademap, setembro de 2013.

ANEXO X

Ficha Metodológica de la Encuesta Casen

La Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (Casen) recolecta datos acerca de características sociales y económicas de una muestra representativa de la población. La encuesta es diseñada y administrada por el Ministerio de Desarrollo Social, el diseño, selección de la muestra y cálculo de factores de expansión fueron desarrollados por el Instituto Nacional de Estadísticas; la encuesta fue levantada por el Centro de Microdatos del Departamento de Economía de la Universidad de Chile; y el proceso de corrección y ajuste de las variables de ingreso fue desarrollado por la Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

La población objetivo de la encuesta la constituyen todas las personas y hogares que residen en viviendas particulares a lo largo del territorio nacional. La cobertura de la Encuesta Casen 2011 es todo el territorio nacional, excluyendo a las áreas de difícil acceso (ADA) identificadas por el Instituto Nacional de Estadísticas.

El diseño de la muestra 2011 es probabilístico y estratificado, según área geográfica y por tamaño poblacional. La selección de la muestra es bietápica en áreas urbanas y trietápica en áreas rurales. En cada vivienda seleccionada se registran los residentes habituales, se identifican los hogares, y se completan entrevistas con todos los hogares identificados.

Para efectos de comparación, las estimaciones oficiales de Casen 2011 se realizarán a partir de las entrevistas aplicadas a 59.084 hogares entre el 22 de Noviembre 2011 y el 22 de Enero 2012. Esta parte de la muestra, denominada submuestra 2, comparte el mismo diseño de la muestra completa y es comparable a los tiempos de aplicación de años anteriores, en particular con la Encuesta Casen 2009.

Metología de estimación de la pobreza

La línea de pobreza representa el punto de referencia respecto al cual comparamos los ingresos de los hogares, para identificar, luego, a los individuos pobres. Por lo que la definición y forma de estimar esta línea juega un rol fundamental en la evaluación de la pobreza.

En Chile se utiliza un criterio indirecto y absoluto. Indirecto en cuanto utiliza los ingresos como un indicador de la capacidad de satisfacer ciertas necesidades básicas multidimensionales, y absoluto en cuanto corresponde a un nivel de ingresos fijo, que no depende de la evolución de la distribución del ingreso en el tiempo.

Para el cálculo de la línea de pobreza la Comisión Económica para América Latina construyó una canasta básica de alimentos, basada en un grupo de referencia que correspondía a aquel grupo de menor ingreso que satisfacía las condiciones de consumo de calorías mínimas. Canasta que no ha sido modificada en el tiempo y sólo ha sido reajustada por las variaciones del IPC.

El monto necesario para satisfacer estas necesidades alimentarias básicas se denomina línea de extrema pobreza, mientras que la línea de pobreza es la multiplicación de esta línea de extrema pobreza por el coeficiente de Orshansky, el cual corresponde al inverso de la proporción del gasto en alimento sobre el gasto total, para el grupo de referencia. Así, basándose en la IV Encuesta de Presupuestos Familiares realizada por el INE entre diciembre de 1987 y noviembre de 1988, se estimó este coeficiente y, con él, se fijó la línea de pobreza.

$$L = CBA/E = k \cdot CB$$

L = Línea de Pobreza

E = Proporción del gasto en la canasta básica de alimentos, sobre el gasto total.

k = Índice de Orshansky

CBA = Valor de la canasta básica de alimentos o línea de extrema pobreza.

Tanto el valor de la canasta básica como el coeficiente de Orshansky difieren entre zona urbana y rural. Específicamente, un hogar es pobre cuando su ingreso per cápita es inferior a 2 veces el valor de una canasta básica de alimentos en la zona urbana, y a 1,75 veces, en la zona rural. Mientras que un hogar se considera afectado por la extrema pobreza si su ingreso per cápita es inferior al valor de una canasta básica de alimentos.

Para la clasificación de los hogares en estas categorías, el ingreso del hogar se define como la suma del ingreso autónomo del hogar, las transferencias monetarias que recibe el hogar del Estado y una imputación por concepto de arriendo de la vivienda, cuando ésta es habitada por sus propietarios.

Tabela 6. Evolución de la línea de pobreza en Chile, 1990-2011

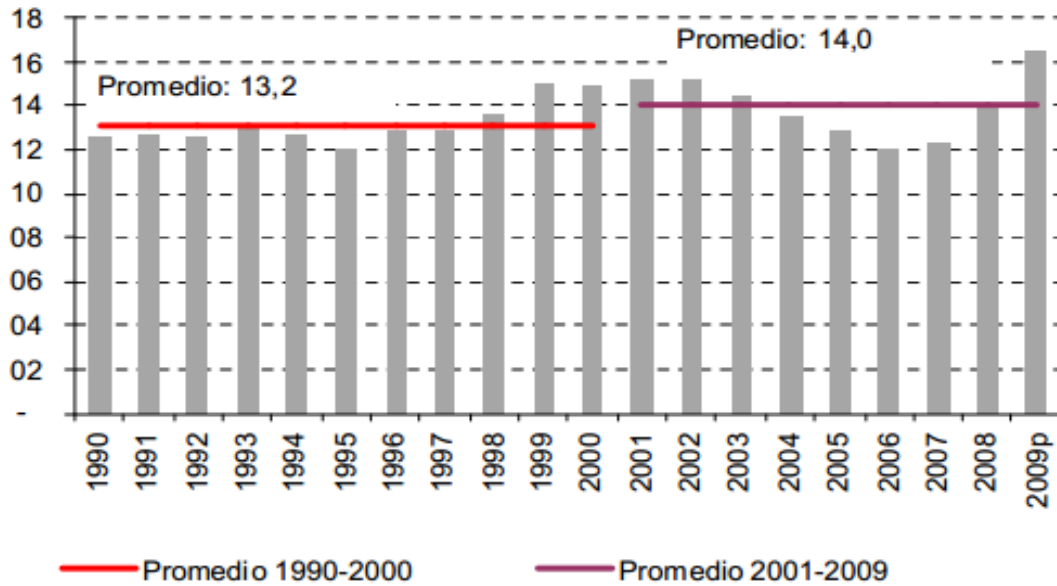
	LÍNEA DE POBREZA PESOS CORRIENTES CADA AÑO									
	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006	2009	2011
Zona Urbana	18.594	25.750	30.100	34.272	37.889	40.562	43.712	47.099	64.134	72.098
Zona Rural	12.538	17.362	20.295	23.108	25.546	27.328	29.473	31.756	43.242	48.612

	LÍNEA DE POBREZA EXTREMA PESOS CORRIENTES CADA AÑO									
	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2003	2006	2009	2011
Zona Urbana	9.297	12.875	15.050	17.136	18.944	20.281	21.856	23.549	32.067	36.049
Zona Rural	7.164	9.921	11.597	13.204	14.598	15.616	16.842	18.146	24.710	27.778

Fuente: Ministerio de Desarrollo Social del Chile.

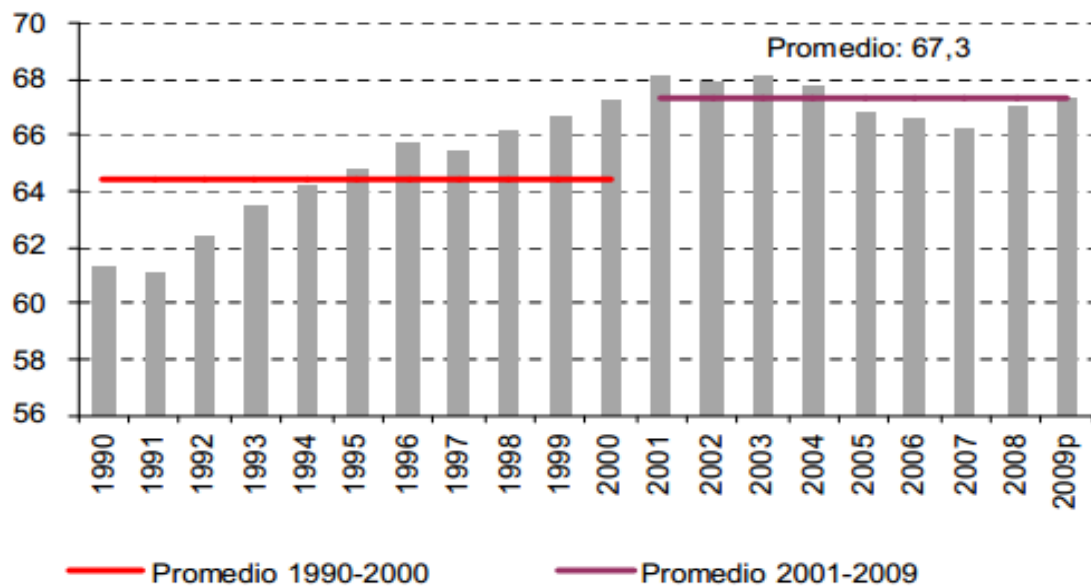
ANEXO XI

Figura 11. Chile: gasto público social, 1990-2009 (porcentaje del PIB)



Fuente: Dirección de Presupuestos y del Banco Central de Chile apud Cabello & Serrano, 2010, p.10.

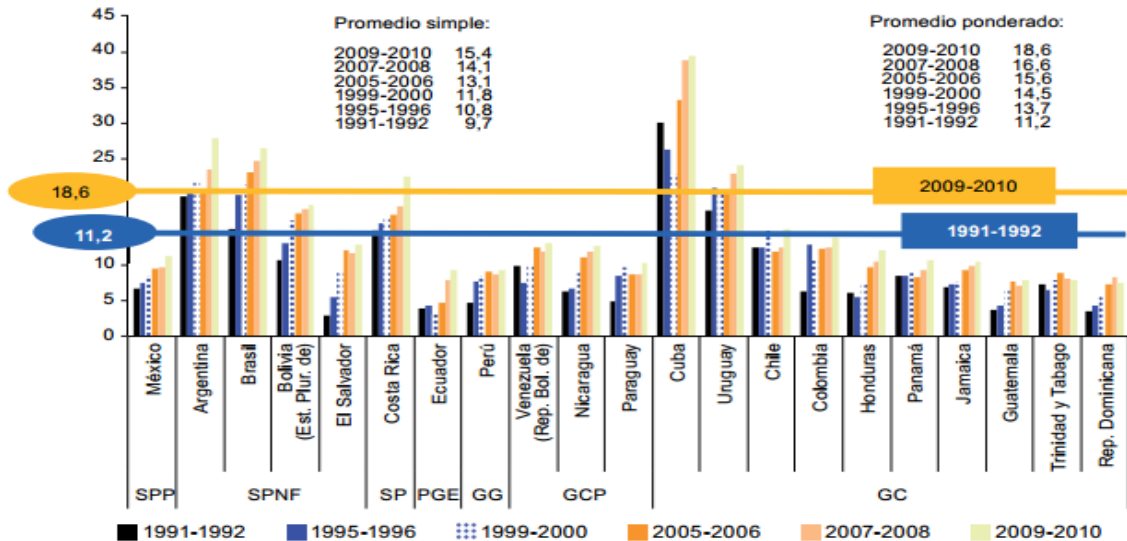
Figura 12. Chile: gasto público social, 1990-2009 (porcentaje del gasto público total)



Fuente: Dirección de Presupuestos apud Cabello & Serrano, 2010, p.10.

ANEXO XII

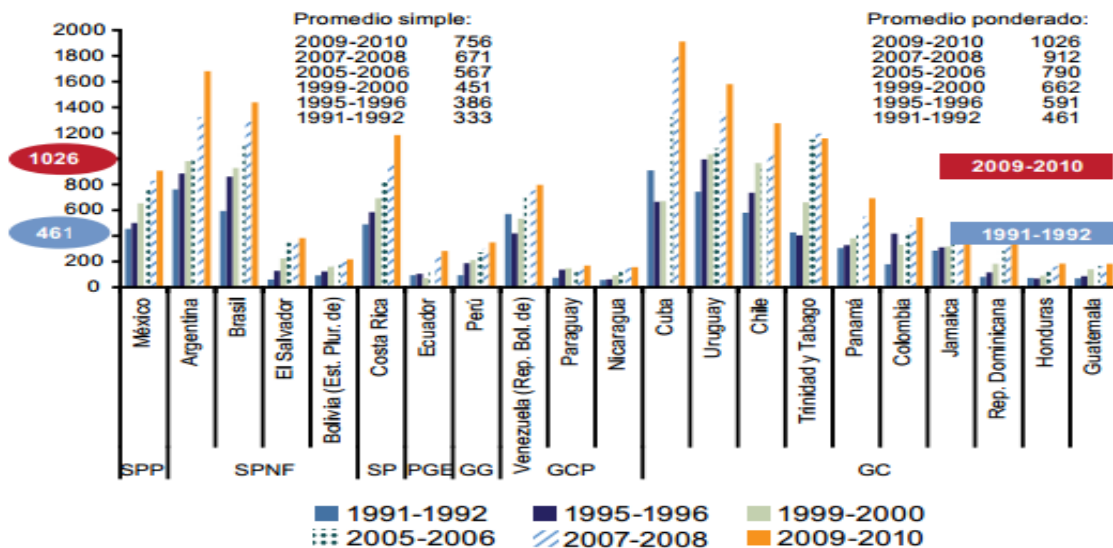
Figura 13. América Latina y el Caribe (21 países): evolución del gasto público social, 1991-1992 a 2009-2010^a(en porcentajes del PIB)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), base de datos sobre gasto social.

^a GC: Gobierno central; GCP: Gobierno central presupuestario; GG: Gobierno general; PGE: Presupuesto general del Estado; SP: Sector público (total); SPNF: Sector público no financiero; SPP: Sector público presupuestario.

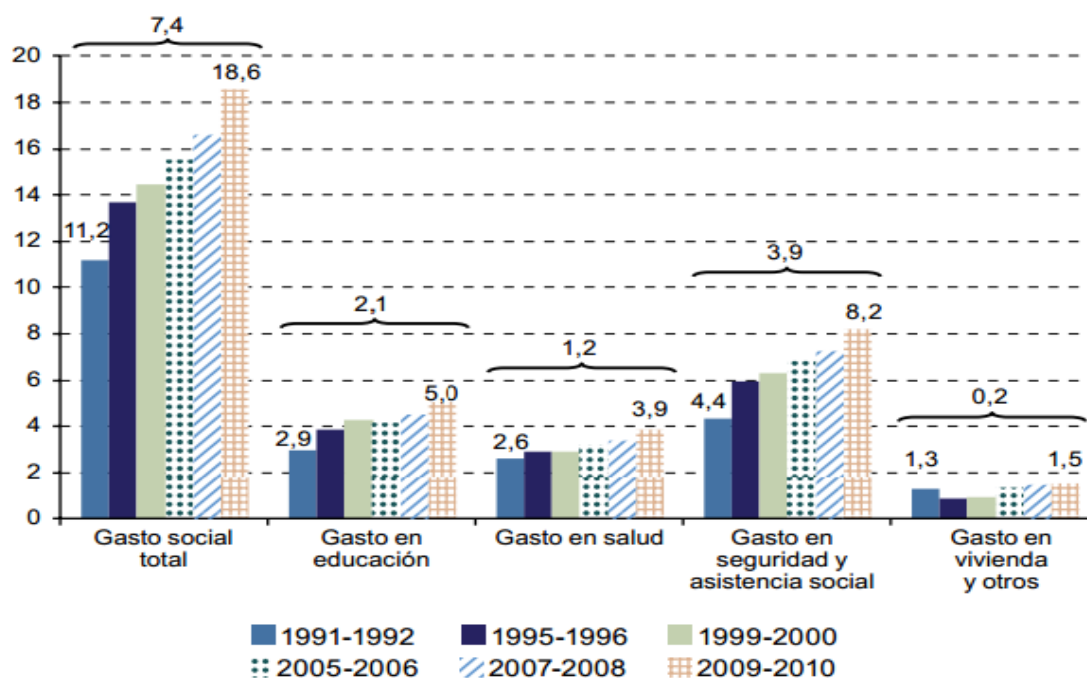
Figura 14. América Latina y el Caribe (21 países): evolución del gasto público social per capita, 1991-1992 a 2009-2010^a(en dólares de 2005)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), base de datos sobre gasto social.

^a GC: Gobierno central; GCP: Gobierno central presupuestario; GG: Gobierno general; PGE: Presupuesto general del Estado; SP: Sector público (total); SPNF: Sector público no financiero; SPP: Sector público presupuestario.

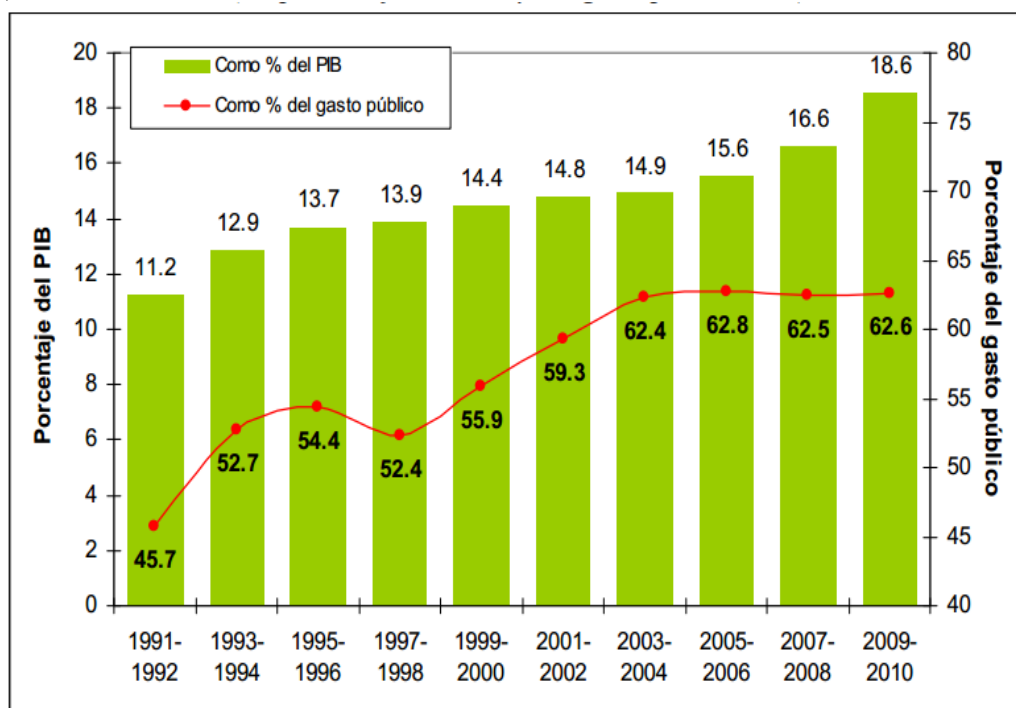
Figura 15. América Latina y el Caribe (21 países): evolución del gasto público social por sectores, 2009-2010^a(en porcentajes del PIB)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), base de datos sobre gasto social.

^a Promedio ponderado de los países.

Figura 16. América Latina y el Caribe (21 países): evolución y participación del gasto público social, 1991-1992 a 2009-2010^a (en porcentajes del PIB y del gasto público total)

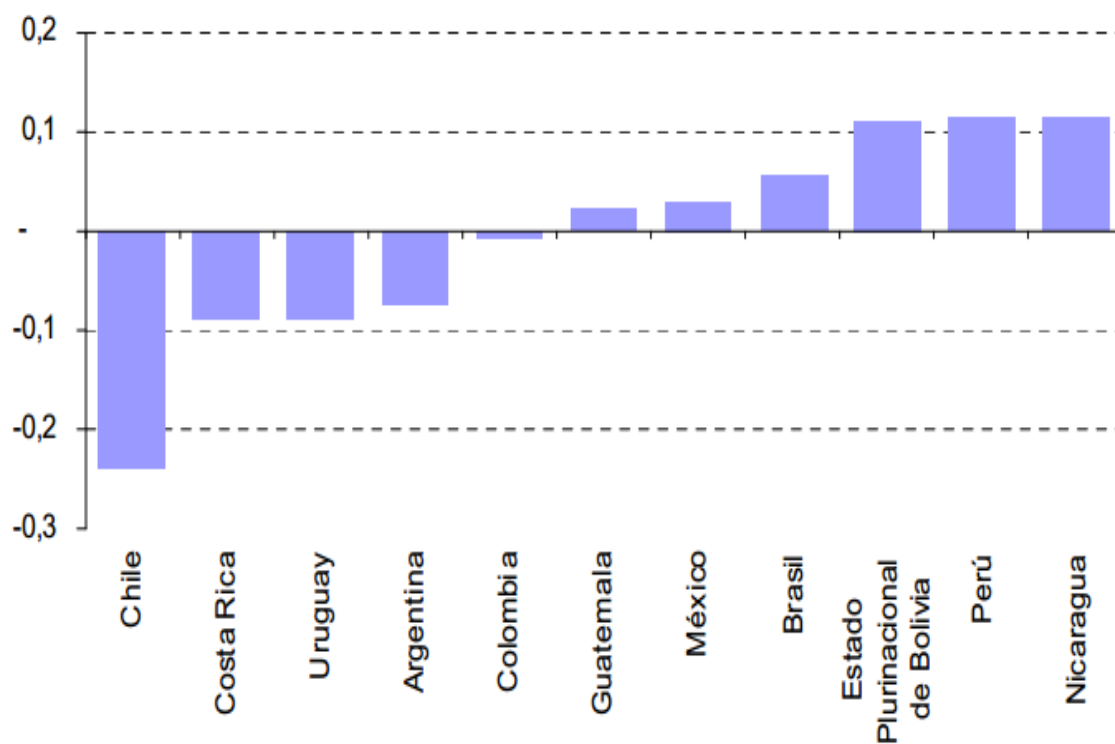


Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), base de datos sobre gasto social.

^a Promedio ponderado de los países.

ANEXO XIII

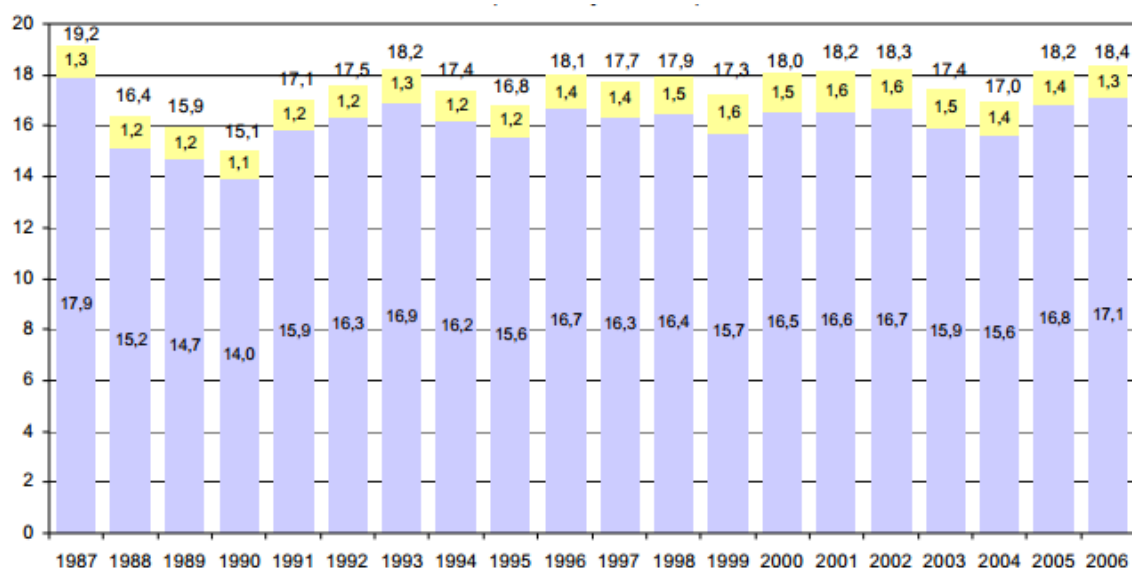
Figura 17. Coeficiente de concentración del gasto social (2005)



Fuente: CEPAL apud *Cabello & Serrano, 2010, p.14*).

ANEXO XIV

Figura 18. Carga tributaria del gobierno general (porcentaje del PIB)



Fuente: elaborado en base a estadísticas disponibles en www.sii.cl e Informe de Finanzas Públicas de la Dirección de Presupuestos (varios años) apud De Luis, 2009, p.13.

Tabela 7. Recaudación tributaria 1999-2006 (en miles de millones de pesos de cada año)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
En miles de millones de pesos de cada año								
I. Impuestos Gobierno Central	5 807	6 619	7 238	7 710	8 117	9 114	11 193	13 228
Directos	1 393	1 753	2 030	2 183	2 309	2 672	3 981	5 466
A la renta	1 374	1 738	2 009	2 152	2 292	2 652	3 952	5 436
Patrimoniales	19	15	21	31	17	21	29	30
Herencias y donaciones	15	11	18	26	12	16	23	23
Sobretasa bienes raíces	4	4	4	5	5	5	6	7
Indirectos	4 413	4 866	5 208	5 527	5 809	6 442	7 212	7 762
II. Impuestos Municipales	581	621	676	723	788	795	927	991
Directos	502	538	586	629	698	703	785	843
A la renta	0	0	0	0	0	0	0	0
Patrimoniales	502	538	586	629	698	703	785	843
Impuesto Territorial	275	299	318	327	365	359	412	452
Permisos de circulación	96	96	105	114	126	126	139	146
Patentes municipales	132	143	163	187	208	219	234	245
Indirectos	78	83	90	95	90	92	142	148
Impuestos Gobierno General (I+II)	6 387	7 240	7 914	8 433	8 906	9 909	12 120	14 219
Directos	1 895	2 291	2 617	2 812	3 007	3 376	4 766	6 308
Indirectos	4 492	4 949	5 298	5 621	5 899	6 533	7 354	7 910

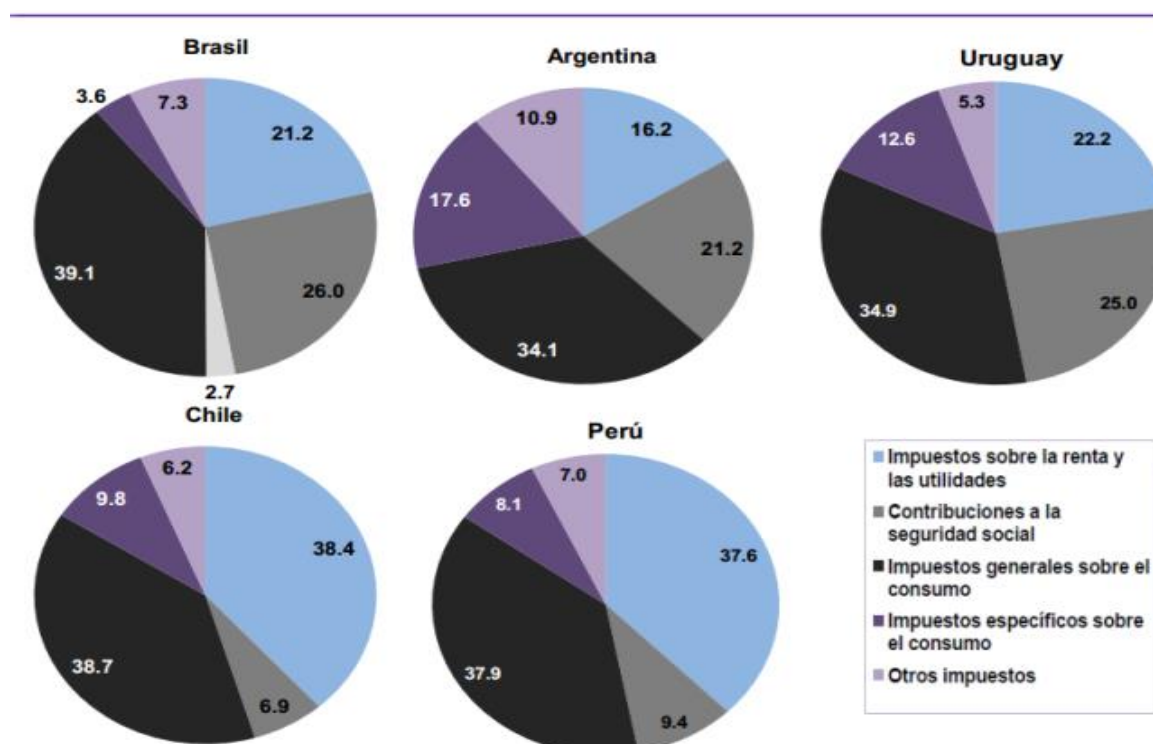
(continúa)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Como porcentaje del total								
I. Impuestos Gobierno Central	90,9	91,4	91,5	91,4	91,1	92	92,4	93
Directos	21,8	24,2	25,7	25,9	25,9	27	32,8	38,4
A la renta	21,5	24	25,4	25,5	25,7	26,8	32,6	38,2
Patrimoniales	0,3	0,2	0,3	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
Herencias y donaciones	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2
Sobretasa bienes raíces	0,1	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0	0
Indirectos	69,1	67,2	65,8	65,5	65,2	65	59,5	54,6
II. Impuestos Municipales	9,1	8,6	8,5	8,6	8,9	8	7,6	7
Directos	7,9	7,4	7,4	7,5	7,8	7,1	6,5	5,9
A la renta	0	0	0	0	0	0	0	0
Patrimoniales	7,9	7,4	7,4	7,5	7,8	7,1	6,5	5,9
Impuesto Territorial	4,3	4,1	4	3,9	4,1	3,6	3,4	3,2
Permisos de circulación	1,5	1,3	1,3	1,4	1,4	1,3	1,1	1
Patentes municipales	2,1	2	2,1	2,2	2,3	2,2	1,9	1,7
Indirectos	1,2	1,1	1,1	1,1	1	0,9	1,2	1
Impuestos Gobierno General (I+II)	100	100	100	100	100	100	100	100
Directos	29,7	31,6	33,1	33,3	33,8	34,1	39,3	44,4
Indirectos	70,3	68,4	66,9	66,7	66,2	65,9	60,7	55,6
Como porcentaje del PIB								
I. Impuestos Gobierno Central	15,6	16,3	16,6	16,6	15,9	15,6	16,8	17,1
Directos	3,8	4,3	4,7	4,7	4,5	4,6	6	7,1
A la renta	3,7	4,3	4,6	4,6	4,5	4,5	5,9	7
Patrimoniales	0,1	0	0	0,1	0	0	0	0
Herencias y donaciones	0	0	0	0,1	0	0	0	0
Sobretasa bienes raíces	0	0	0	0	0	0	0	0
Indirectos	11,9	12	12	11,9	11,4	11	10,8	10
II. Impuestos Municipales	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,4	1,4	1,3
Directos	1,4	1,3	1,3	1,4	1,4	1,2	1,2	1,1
A la renta	0	0	0	0	0	0	0	0
Patrimoniales	1,4	1,3	1,3	1,4	1,4	1,2	1,2	1,1
Impuesto Territorial	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
Permisos de circulación	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Patentes municipales	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Indirectos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Impuestos Gobierno General (I+II)	17,2	17,8	18,2	18,2	17,4	17	18,2	18,4
Directos	5,1	5,6	6	6,1	5,9	5,8	7,2	8,2
Indirectos	12,1	12,2	12,2	12,1	11,5	11,2	11	10,2

Fuente: elaborado en base a estadísticas disponibles en www.sii.cl e Informe de Finanzas Públicas de la Dirección de Presupuestos (varios años) apud De Luis, 2009, p.17-18.

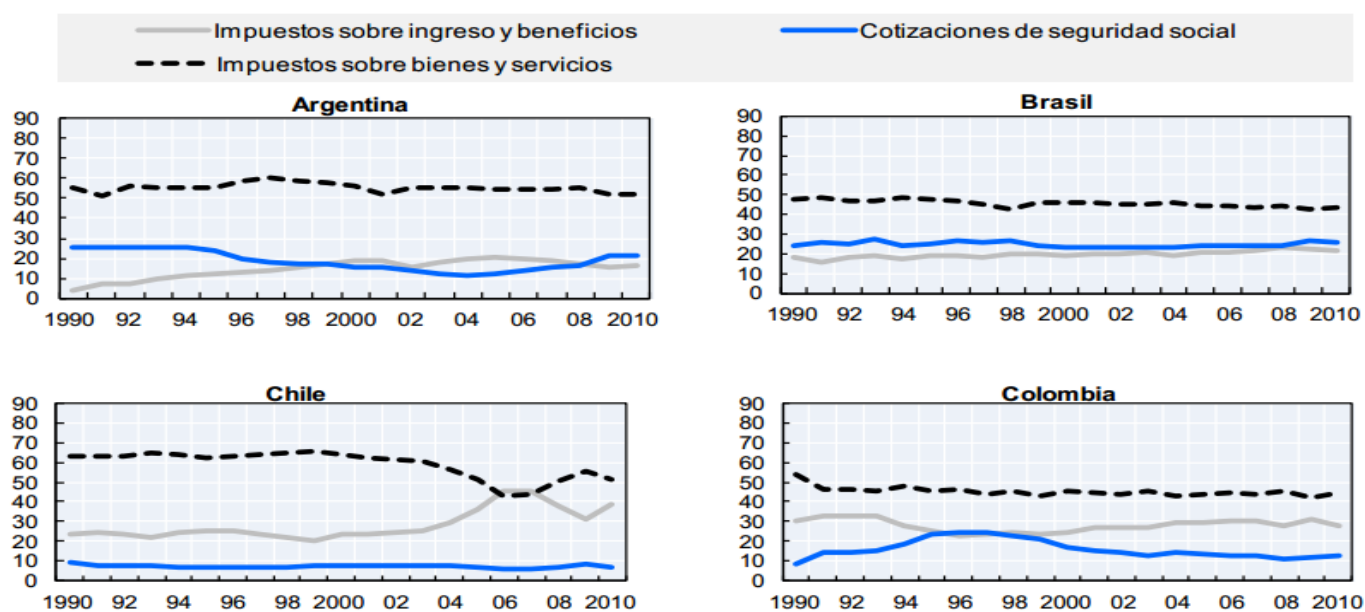
ANEXO XV

Figura 19. Estructuras impositivas de Chile, Brasil y Otros, 2010



Fuente: Estadísticas tributarias en América Latina 1990 – 2010. CIAT, CEPAL & OCDE. (Taller: Evasión e Impuesto a la Renta en América Latina Montevideo, Uruguay, 2012).

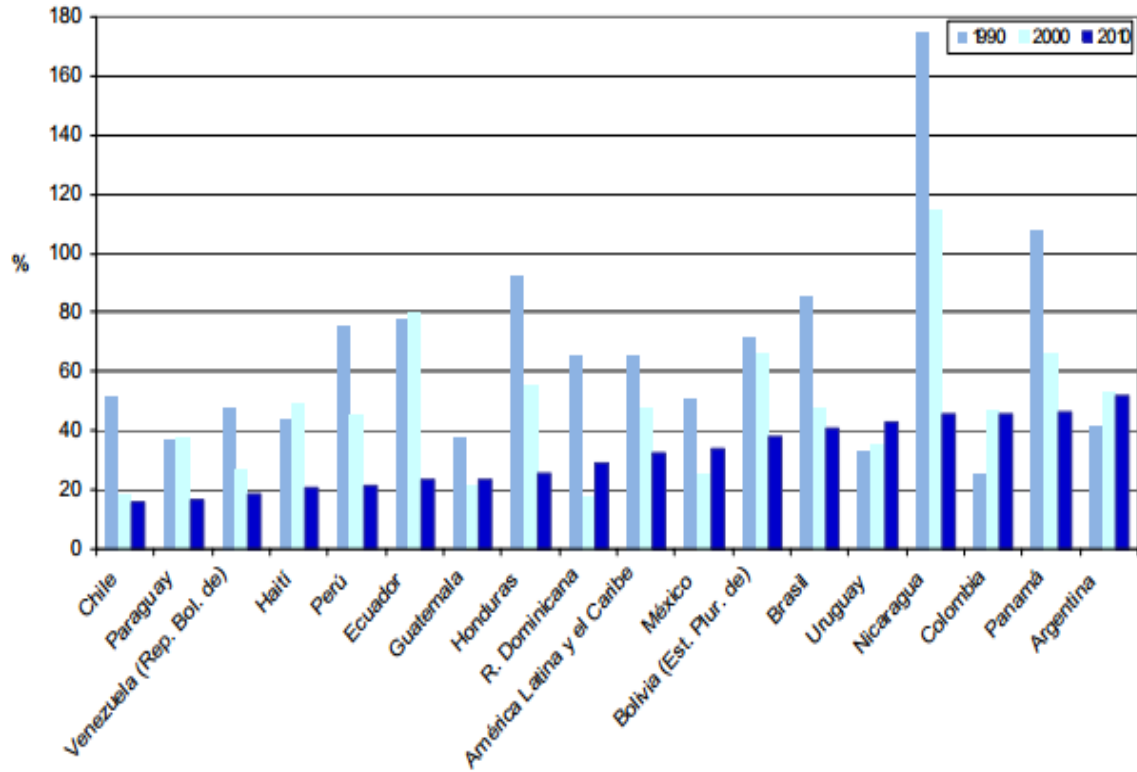
Figura 20. Estructuras impositivas de Argentina, Brasil, Chile y Colombia, 1990-2010



Fuente: Estadísticas tributarias en América Latina 1990 – 2010. CIAT, CEPAL & OCDE. (Taller: Evasión e Impuesto a la Renta en América Latina Montevideo, Uruguay, 2012).

ANEXO XVI

Figura 21. Deuda Pública Bruta Total del Sector Público no Financiero^a (% del PIB) de América Latina y Caribe, 1990, 2000, 2010.



Fuente: elaborado a partir de datos oficiales, CEPAL

a/ cifras año 1990, para el caso de Argentina (1996), Brasil (1991), Colombia (1996), Ecuador (1991), Haití (1996), Perú (1992), Uruguay (1992) y Venezuela (1996).

Fuente: CEPAL, *Estudios Económicos de América Latina y Caribe 2013*, p.213.

a/ cifras año 1990, para el caso de Argentina (1996), Brasil (1991), Colombia (1996), Ecuador (1991), Haití (1996), Perú (1992) y Venezuela (1996).

Tabela 8. América Latina y el Caribe: deuda pública bruta del sector público no financiero (en % del PIB), 2005 a 2012

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
América Latina y el Caribe a/	64.6	54.3	47.8	46.9	50.1	49.8	49.3	50.2
América Latina a/	47.6	38.9	33.4	32.3	33.3	31.7	31.5	32.2
Argentina	87.6	76.3	66.7	57.8	53.6	45.3	42.4	39.0 b/
Bolivia (Estado Plurinacional de) c/	78.1	52.4	40.0	36.8	39.5	38.1	34.5	31.3
Brasil d/	67.7	56.4	58.0	57.4	60.9	53.4	54.2	59.3
Chile	12.3	10.0	8.7	11.4	12.1	14.7	17.8	19.1
Colombia e/	50.1	47.4	43.8	42.7	45.1	46.2	42.9	39.1 f/
Costa Rica	42.9	38.4	31.8	29.9	34.0	35.7	38.3	42.7
Ecuador	34.6	28.5	26.9	22.0	16.3	19.5	18.6	21.9
El Salvador	39.7	39.9	37.0	36.9	45.2	45.1	44.2	47.9
Guatemala	21.5	21.9	21.6	20.4	23.3	24.4	23.9	24.5
Haití g/	47.5	38.7	35.9	44.5	35.1	23.2	24.4	28.2
Honduras	44.8	30.0	18.3	19.1	22.2	24.7	27.2	29.2
México h/	22.9	22.6	22.7	26.9	34.9	34.1	35.4	35.6
Nicaragua	71.5	53.9	33.1	30.3	34.2	34.8	33.1	32.1
Panamá	66.2	61.0	52.9	45.4	45.4	43.0	40.9	38.9
Paraguay i/	31.2	24.0	19.6	17.5	16.8	14.6	12.3	11.5 f/
Perú	38.2	31.3	27.2	24.5	23.7	21.5	19.2	17.7
República Dominicana	...	20.9	18.9	25.5	28.7	29.5	30.4	33.5
Uruguay	67.4	61.8	53.3	52.4	49.4	43.5	44.2	44.7
Venezuela (República Bolivariana de) j/	33.1	24.3	17.8	13.3	13.4	11.2	13.9	15.7
El Caribe a/	88.2	76.6	69.0	68.3	74.6	76.1	75.4	76.4
Antigua y Barbuda	101.8	90.5	81.1	81.5	95.7	87.1	86.7	89.4
Bahamas k/	35.5	36.2	36.9	37.4	44.1	45.7	50.2	54.5
Barbados l/	49.5	50.7	51.7	55.7	66.0	75.1	80.3	78.7
Belice l/	99.5	92.5	83.6	79.4	82.2	72.3	70.7	77.6
Dominica	95.7	89.4	81.2	72.0	66.4	73.1	70.7	72.7
Granada	83.8	87.5	82.9	79.1	90.0	91.8	86.8	88.6
Guyana	183.9	93.1	60.0	61.6	60.5	61.2	65.2	62.0
Jamaica l/	121.1	117.7	113.0	120.3	134.4	136.1	131.3	133.3
Saint Kitts y Nevis	160.6	149.5	134.6	127.6	142.0	151.4	141.1	129.3
San Vicente y las Granadinas	65.9	62.3	55.5	58.4	64.7	66.7	65.5	67.0
Santa Lucía	68.2	65.3	64.7	61.9	64.0	65.5	66.3	71.0
Suriname	44.0	29.2	23.0	27.9	27.6	27.5	27.6	30.0
Trinidad y Tabago m/	36.8	32.1	28.8	24.7	32.9	36.2	38.4	39.8

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales.

a/ Promedios simples.

b/ Cifras preliminares hasta junio.

c/ Incluye la deuda externa del sector público no financiero y la deuda interna del gobierno central.

d/ Gobierno general.

e/ Sector público no financiero consolidado.

f/ Cifras preliminares hasta septiembre.

g/ No incluye los compromisos del sector público con los bancos comerciales.

h/ Sector público.

i/ La deuda interna incluye solo los compromisos con el banco central.

j/ Gobierno central.

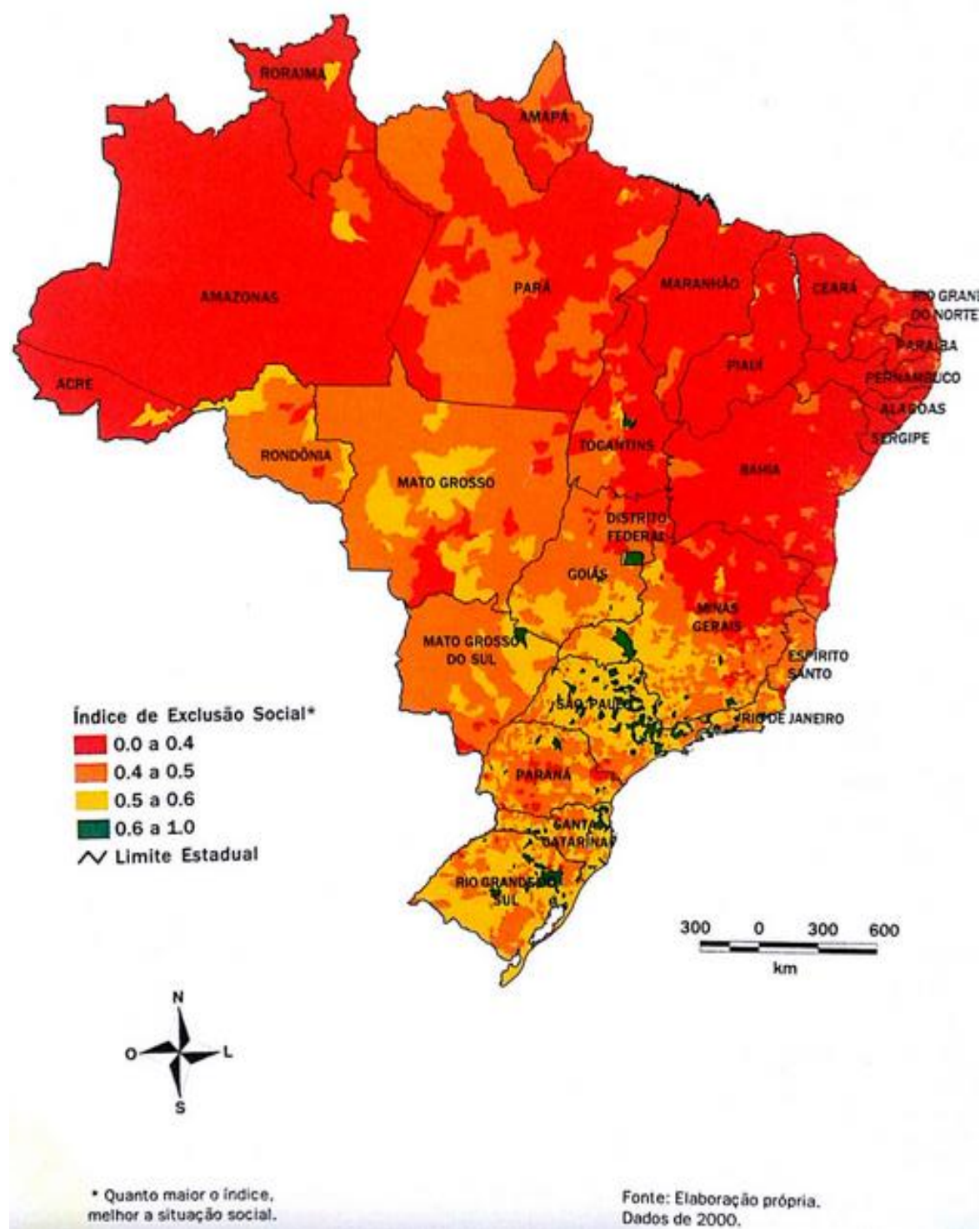
Tabela 9. Pasivos y Activos del Gobierno Central de Chile (% del PIB), 2006-jun2013

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jun-13
1. Pasivos en pesos	1,0%	1,9%	2,9%	4,5%	7,1%	9,2%	10,0%	10,3%
1.1. Pagars Fiscales con Banco Central	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1.2. Deuda Externa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,4%	0,3%	0,3%
1.3. Otros (a)	1,5%	1,8%	2,9%	4,5%	6,9%	8,9%	9,6%	10,0%
2. Activos en pesos	4,9%	5,2%	3,7%	6,1%	6,2%	7,7%	7,1%	7,8%
2.1 Activos en pesos sin empresas (b)	4,7%	5,1%	5,0%	5,9%	6,2%	7,7%	7,1%	7,8%
2.1.1 Depsitos en Banco Central	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
2.1.2 Papeles del Banco Central	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,4%	0,4%	0,7%
2.1.3 Otros (b)	4,6%	4,9%	5,4%	5,8%	6,0%	7,3%	6,6%	6,9%
2.2 Deuda financiera de empresas pb. con el fisco	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
3. Pasivo Neto en pesos: (1) - (2)	-3,3%	-3,3%	-2,7%	-1,6%	0,9%	1,5%	2,8%	2,5%
4. Pasivos en d6lares	3,4%	2,0%	2,0%	1,3%	1,5%	1,9%	1,9%	1,6%
4.1 Pagars Fiscales con Banco Central	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
4.2 Deuda Externa	2,7%	2,0%	2,0%	1,3%	1,5%	1,9%	1,9%	1,6%
5. Activos en d6lares	6,8%	11,7%	18,5%	10,3%	9,4%	12,0%	11,5%	11,0%
5.1 Depsitos en el Banco Central	1,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,6%	0,4%	0,2%
5.2 Papeles del Banco Central	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
5.3 Otros (b)	5,5%	11,5%	18,4%	10,1%	9,2%	11,4%	11,1%	10,8%
6. Pasivo Neto en d6lares: (4) - (5)	-3,4%	-9,7%	-16,5%	-9,0%	-7,9%	-10,1%	-9,6%	-9,3%
7. Pasivos Financieros Brutos Totales: (1) + (4)	5,0%	3,9%	4,9%	5,8%	8,6%	11,1%	11,9%	12,0%
8. Activos Financieros Totales: (2) + (5)	11,6%	16,9%	24,2%	16,4%	15,6%	19,7%	18,6%	18,8%
9. Pasivos Financieros Netos Totales: (7) - (8)	-6,6%	-13,0%	-19,3%	-10,5%	-7,0%	-8,6%	-6,7%	-6,8%
EFFECTO TIPO DE CAMBIO:								
10. Pasivos Financieros Brutos Totales a Tipo Cambio Constante:	4,9%	4,0%	4,6%	5,9%	8,8%	11,1%	12,1%	12,0%
11. Activos Financieros Totales a Tipo Cambio Constante:	11,5%	17,6%	21,2%	16,8%	16,8%	19,8%	19,8%	19,3%
12. Pasivos Financieros Netos Totales a Tipo Cambio Constante: (10)-(11)	-6,6%	-13,6%	-16,6%	-10,9%	-8,0%	-8,7%	-7,7%	-7,2%
13. Efecto T/C sobre Pasivo Financiero Bruto Total: (1) - (10)	0,1%	-0,1%	0,3%	-0,1%	-0,2%	0,0%	-0,2%	-0,1%
14. Efecto T/C sobre Activos Financieros Totales: (8) - (11)	0,1%	-0,7%	3,0%	-0,4%	-1,2%	-0,1%	-1,1%	-0,5%
15. Efecto T/C Sobre Pasivos Financieros Netos Totales: (9) - (12)	-0,1%	0,6%	-2,7%	0,4%	1,0%	0,1%	1,0%	0,4%

Fuente: Informe de Estadística de la Deuda Pública del Ministerio de Hacienda de Chile, p.08.

ANEXO XVII

Figura 22. Brasil: índice de exclusão social



Fonte: POCHMANN, Márcio & AMORIAN, Ricardo. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo : Cortez, 2003, p.27

ANEXO XVIII

Tabela 10. Brasil: trajetória do gasto social federal, 1995-2009, por área de atuação

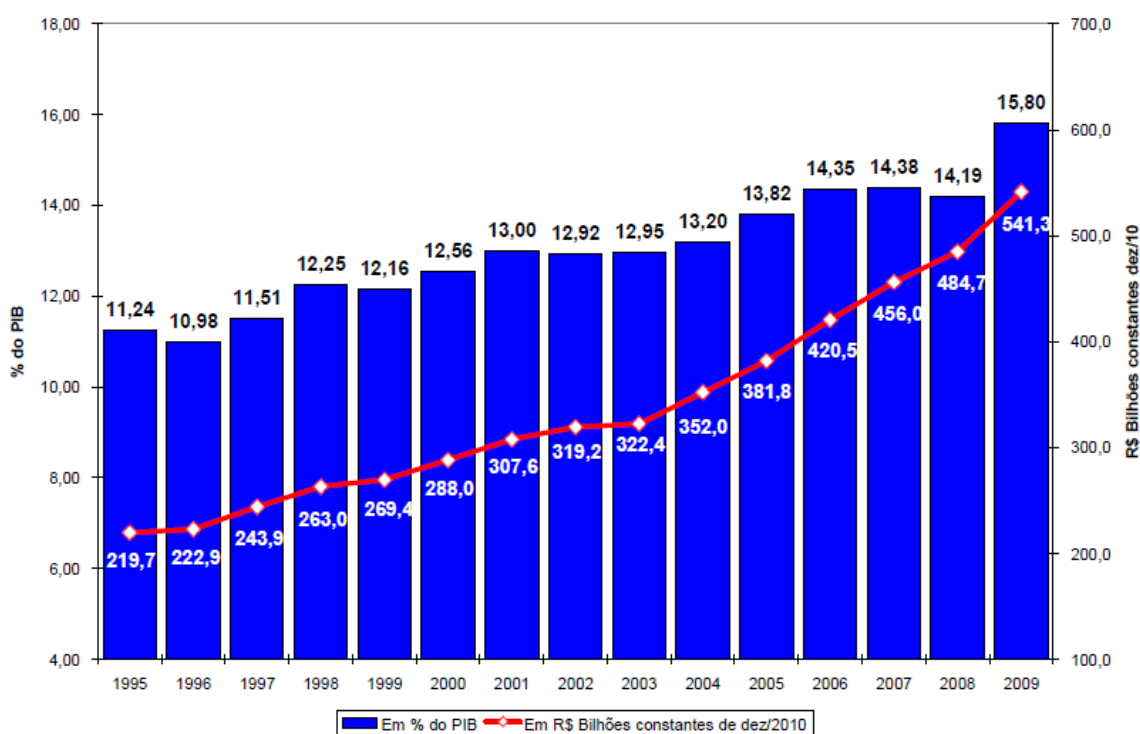
Áreas de Atuação	Em R\$ Bilhões Constantes Dez/2010 (corrigidos pelo IPCA mensal)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alimentação e Nutrição	2,1	1,2	1,8	2,3	2,4	2,5	2,3	2,1	2,2	1,9	2,1	2,6	2,6	2,5	3,0
Assistência Social	1,6	1,8	3,6	5,2	6,4	9,2	11,6	14,8	16,4	20,1	22,9	26,6	29,6	33,3	37,0
Benefícios Servid. Púb. Federais	48,4	46,5	49,7	52,7	54,8	56,8	61,3	63,8	59,5	61,7	63,3	66,0	70,8	74,6	81,2
Cultura	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,1	1,3
Desenvolvimento Agrário	3,0	2,7	4,5	4,3	3,5	3,4	3,6	2,9	2,6	3,6	4,7	5,7	6,3	5,6	5,8
Educação	18,5	16,2	15,6	17,0	17,2	19,9	19,5	18,7	17,6	19,5	21,3	23,7	27,6	30,0	35,3
Emprego e Def. do Trabalhador	10,4	11,4	11,2	12,6	11,7	12,0	13,4	14,0	13,8	14,6	16,3	20,3	23,4	25,3	31,1
Habituação e Urbanismo	2,2	3,5	9,6	7,0	5,7	9,9	7,5	8,4	7,3	8,0	10,6	11,7	12,9	19,1	26,4
Prestidência Social	97,4	106,8	109,4	123,7	127,7	132,5	142,2	150,5	162,3	177,3	193,6	211,1	223,6	232,1	249,9
Saneamento	0,7	1,6	2,5	3,8	2,1	2,6	5,2	2,1	0,8	1,4	2,2	2,7	5,6	5,5	7,0
Saúde	35,1	30,7	35,5	33,8	37,3	38,9	40,4	41,5	39,4	43,2	43,9	49,2	52,5	55,7	63,4
GSP Total	219,7	222,9	243,9	263,0	269,4	288,0	307,6	319,2	322,4	352,0	381,8	420,5	456,0	484,7	541,3

Áreas de Atuação	Em % do PIB														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alimentação e Nutrição	0,11	0,06	0,09	0,11	0,11	0,11	0,10	0,09	0,09	0,07	0,08	0,09	0,08	0,07	0,09
Assistência Social	0,08	0,09	0,17	0,24	0,29	0,40	0,49	0,60	0,66	0,75	0,83	0,91	0,93	0,97	1,08
Benefícios Servid. Púb. Federais	2,46	2,28	2,35	2,46	2,48	2,47	2,58	2,57	2,38	2,31	2,29	2,25	2,23	2,18	2,37
Cultura	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,03	0,03	0,04
Desenvolvimento Agrário	0,16	0,14	0,21	0,20	0,16	0,15	0,15	0,12	0,11	0,14	0,17	0,20	0,20	0,17	0,17
Educação	0,95	0,80	0,74	0,79	0,78	0,87	0,83	0,76	0,71	0,73	0,77	0,81	0,88	0,88	1,03
Emprego e Def. do Trabalhador	0,53	0,56	0,53	0,59	0,53	0,52	0,56	0,56	0,55	0,55	0,59	0,69	0,74	0,74	0,91
Habituação e Urbanismo	0,11	0,17	0,45	0,33	0,26	0,43	0,32	0,35	0,29	0,30	0,39	0,40	0,41	0,56	0,77
Prestidência Social	4,98	5,25	5,15	5,76	5,75	5,77	6,00	6,08	6,52	6,65	7,00	7,20	7,04	6,78	7,28
Saneamento	0,03	0,08	0,12	0,18	0,10	0,11	0,23	0,09	0,03	0,05	0,08	0,09	0,18	0,16	0,21
Saúde	1,79	1,53	1,67	1,58	1,69	1,70	1,71	1,68	1,58	1,62	1,59	1,68	1,66	1,63	1,85
GSP Total	11,24	10,98	11,51	12,25	12,16	12,56	13,00	12,92	12,95	13,20	13,82	14,35	14,38	14,19	15,80

Áreas de Atuação	Participação percentual de cada área de atuação no total do GSF														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alimentação e Nutrição	1,0	0,5	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6
Assistência Social	0,7	0,8	1,5	2,0	2,4	3,2	3,8	4,6	5,1	5,7	6,0	6,3	6,5	6,9	6,8
Benefícios Servid. Púb. Federais	21,9	20,8	20,4	20,1	20,4	19,7	19,9	19,9	18,4	17,5	16,6	15,7	15,5	15,4	15,0
Cultura	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Desenvolvimento Agrário	1,4	1,2	1,8	1,7	1,3	1,2	1,2	0,9	0,8	1,0	1,3	1,4	1,4	1,2	1,1
Educação	8,5	7,3	6,4	6,5	6,4	6,9	6,4	5,9	5,5	5,6	5,6	5,7	6,1	6,2	6,5
Emprego e Def. do Trabalhador	4,7	5,1	4,6	4,8	4,3	4,1	4,3	4,4	4,3	4,1	4,3	4,8	5,1	5,2	5,7
Habituação e Urbanismo	1,0	1,6	3,9	2,7	2,1	3,5	2,4	2,7	2,3	2,3	2,8	2,8	2,9	4,0	4,9
Prestidência Social	44,3	47,8	44,8	47,0	47,3	45,9	46,2	47,1	50,4	50,3	50,7	50,2	49,0	47,8	46,1
Saneamento	0,3	0,7	1,0	1,4	0,8	0,9	1,7	0,7	0,3	0,4	0,6	0,7	1,2	1,1	1,3
Saúde	15,9	13,9	14,5	12,9	13,9	13,5	13,1	13,0	12,2	12,3	11,5	11,7	11,5	11,5	11,7
GSP Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

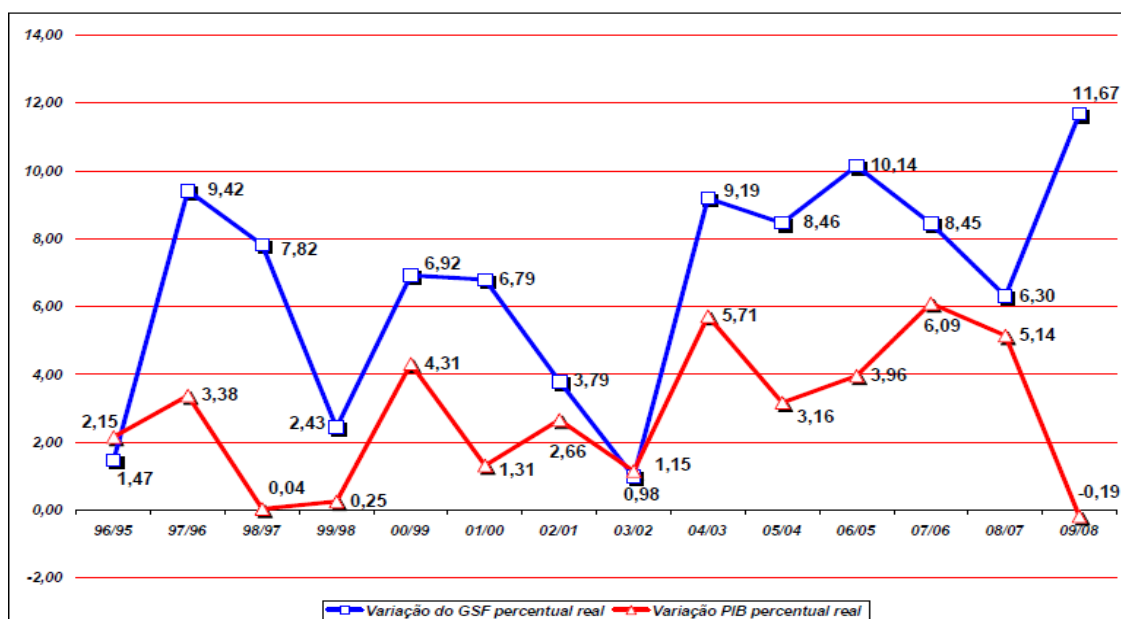
Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea

Figura 23. Brasil: trajetória do gasto social federal, 1995 a 2009 (em % do PIB e R\$ bilhões constantes de dez/2011)



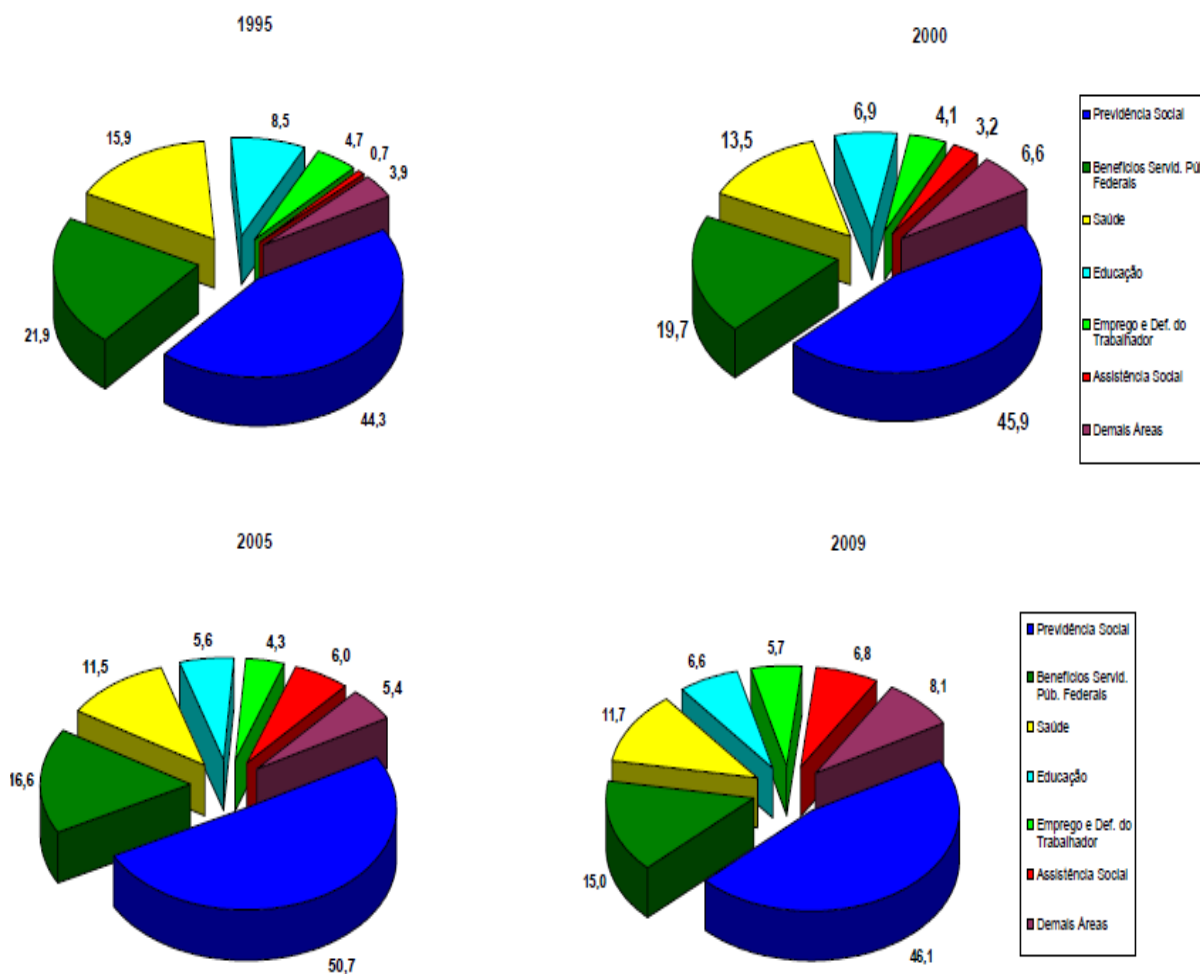
Fonte: SIAFI/SIDOR. Elaboração: Disoc/Ipea.

Figura 24. Brasil: taxas de crescimento real do gasto social federal e do PIB, 1995 a 2009



Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea.

Figura 25. Brasil: composição do gasto social federal por área de atuação, 1995, 2000, 2005 e 2009



Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea

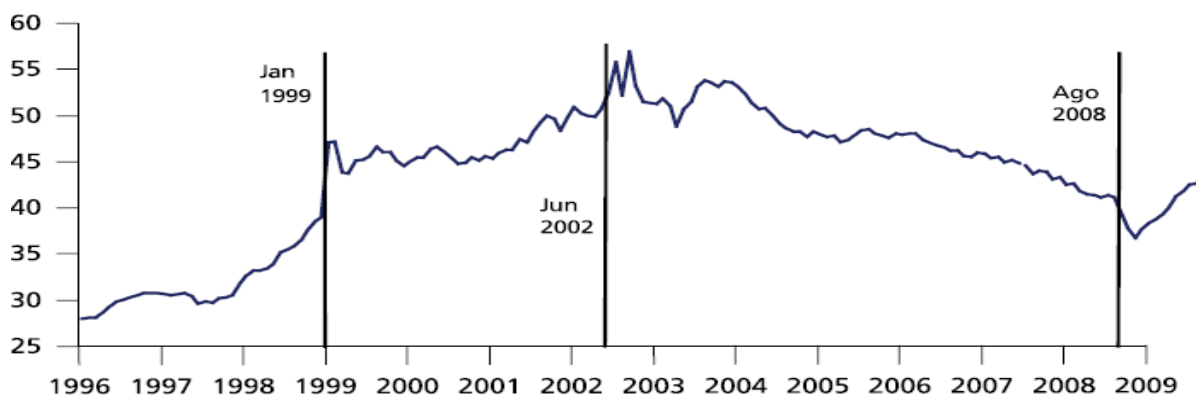
ANEXO XIX

Tabela 11. Composição das receitas tributárias das administrações públicas em alguns países da América Latina e na OCDE, 1995 e 2005 (em % das receitas tributárias totais)

Países	Impostos sobre renda, patrimônio e capital		Impostos sobre produtos		Contribuições sociais e sobre a folha de pagamentos	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Argentina	20,0	32,9	55,9	54,7	24,1	12,4
Brasil	20,0	28,3	47,0	42,2	30,7	27,2
Chile	25,3	35,0	67,6	57,5	7,2	7,5
Colômbia	38,1	48,5	39,3	38,6	22,6	12,9
Equador	25,5	19,1	51,8	60,5	22,7	20,4
Média OCDE	40,6	40,5	32,4	31,9	25,6	26,4

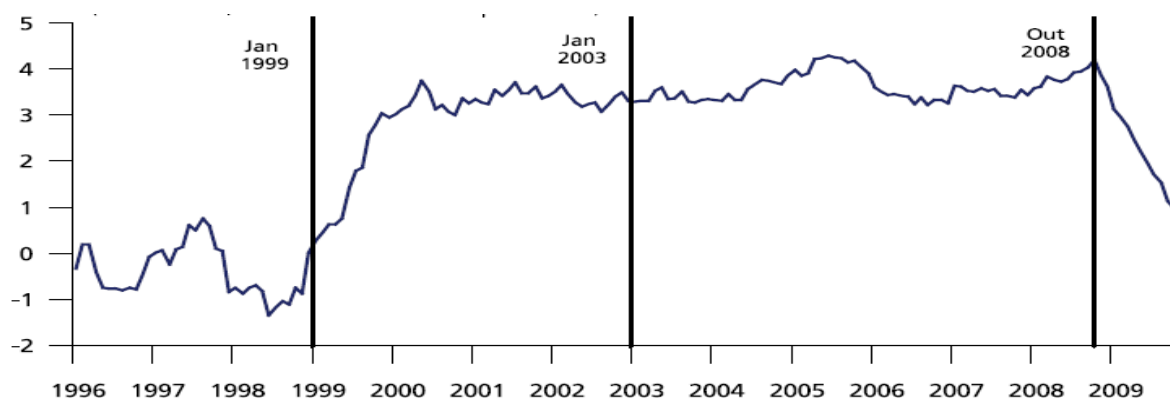
Fonte: OCDE; IBGE; CEPAL *apud* Santos, C.H., 2010, p.38.

Figura 26. Brasil: DLSP (anualizado e valorizado pelo IGP-M) (em % do PIB)



Fonte: Bacen; IBGE; *apud* Santos, C.H., 2010, p.38.

Figura 27: Brasil: superávit pímário do setor público, excluindo a Petrobras (em % do PIB)



Fonte: Bacen; IBGE; *apud* Santos, C.H., 2010, p.38.